UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

Maiara dos Santos Marinho

MÍDIA, NEOLIBERALISMO E IDEOLOGIA: a Reforma Trabalhista nos editoriais de O Estado de São Paulo, O Globo e Folha de São Paulo

Rio de Janeiro
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

MAIARA DOS SANTOS MARINHO

MÍDIA, NEOLIBERALISMO E IDEOLOGIA: a Reforma Trabalhista nos editoriais de O Estado de São Paulo, O Globo e Folha de São Paulo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho.

Rio de Janeiro
2019

Marinho, Maiara dos Santos

Mídia, neoliberalismo e ideologia: a Reforma Trabalhista nos editoriais de O Estado de São Paulo, O Globo e Folha de São Paulo. - Rio de Janeiro, 2019.

183 f. : il. p&b.

Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho.

1. Hegemonia. 2. Nova hegemonia. 3. Reforma Trabalhista. 4. Impeachment. 5. Flexibilização do trabalho. 6. Mídia.

MAIARA DOS SANTOS MARINHO

MÍDIA, NEOLIBERALISMO E IDEOLOGIA: A REFORMA TRABALHISTA DOS EDITORIAIS DE FOLHA DE SÃO PAULO, O ESTADO DE SÃO PAULO E O GLOBO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho.

Aprovada em 04 de abril de 2019

Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho
orientador Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

_____

Profa. Dra. Leila Salim Leal
examinadora Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

_____

Prof. Dr. Pablo Nabarrete Bastos
examinador Universidade Federal Fluminense - UFF

_____

Para todas as trabalhadoras e trabalhadores.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Adriana, minha avó Aldema e minha irmã Larissa, mulheres trabalhadoras, batalhadoras e solidárias, que sentem o peso da vida diária de quem é pobre e mulher em uma sociedade que nivela sua prática opressora de acordo com gênero, raça e sexualidade. Meu orientador, Eduardo Granja Coutinho, pelas considerações ao meu trabalho e pela solidariedade e compreensão com meu processo de escrita.

As minhas companheiras e companheiros de militância no movimento estudantil e no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) pelo acúmulo teórico em nossas trocas, mas principalmente pela prática militante cotidiana, me fazendo perceber a importância dessa relação dialética.

Meu professor do curso de graduação em Jornalismo na Universidade Federal de Pelotas, Fábio Souza da Cruz, por ter acompanhado desde o início minha intenção de ingressar no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Minha amiga e professora do curso de História da Universidade Federal de Pelotas, Alessandra Gasparotto, por me acompanhar em toda essa trajetória desde o início garantindo minha ida ao Rio de Janeiro para a realização da prova no processo seletivo, pelas leituras atenciosas ao meu trabalho e pela palavras amigas de consolo em meio a tanta turbulência política nos últimos dois anos.

Todas e todos companheiros de militância do Instituto de Estudos Políticos Mário Alves de Pelotas/RS, Mana Gotardo, Renato Della Vechia, Nino Rafael, Juliana Braga, Janaína Guerra, Betania Balladares, Cassiano Gasperin, Rosane Brandão, João Alberto, Lauro Borges, amigas e amigos com quem compartilho sonho, angústias e muito trabalho plantando sementinhas por onde passamos.

Minha amiga Daniele Rehling pela paciência e companheirismo nos meus dias de imersão na escrita.

Minha professora do curso de graduação em Jornalismo, Marislei Ribeiro, pela experiência no projeto de extensão em 2014 na Escola Félix da Cunha, em Pelotas/RS, e por ser responsável por minha inserção neste mundo da pesquisa acadêmica.

Aos companheiros e companheiras da Revista o Viés, de Santa Maria, e da Revista Vírus, do Rio de Janeiro, pela construção de práticas jornalísticas em defesa

dos direitos humanos.

Meu avô, meu grande amigo que, há um ano e meio, partiu para um lugarzinho cheio de luz e amor. Obrigada pelas boas memórias e por ter sido tão companheiro. Te amo.

Os professores e funcionários da Escola de Comunicação (UFRJ) pelo aprendizado e pela construção desse importante programa de pós-graduação.

Aos professores Pablo Nabarrete e Leila Salim pelas considerações na banca de qualificação.

A Capes, pois sem o incentivo de políticas públicas para a educação eu jamais teria chegado até aqui.

No me gaste las palabras
no cambie el significado
mire que lo que yo quiero
lo tengo bastante claro.

Si usted habla de progreso
nada más que por hablar
mire que todos sabemos
que adelante no es atrás.

Si está contra la violencia
pero nos apunta bien
si la violencia va y vuelve
no se me queje después.

Si usted pide garantías
sólo para su corral
mire que el pueblo conoce
lo que hay que garantizar.

No me gaste las palabras
no cambie el significado
mire que lo que yo quiero
lo tengo bastante claro.

Si habla de paz
pero tiene costumbre de torturar
mire que hay para ese vicio
una cura radical.

Si escribe reforma agraria
pero sólo en el papel
mire que si el pueblo avanza
la tierra viene con él.

Si está entregando el país
y habla de soberanía
quién va a dudar
que usted es soberana porquería.

No me gaste las palabras
no cambie el significado
mire que lo que yo quiero
lo tengo bastante claro.

No me ensucie las palabras
no les quite su sabor
y límpiese bien la boca
si dice revolución.

Las Palabras,
Mario Benedetti.

RESUMO

MARINHO, Maiara dos Santos. **Mídia, neoliberalismo e ideologia: a Reforma Trabalhista nos editoriais de Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo**. Rio de Janeiro, 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Ao compreender que os grupos hegemônicos na sociedade civil atuam como dirigentes político-culturais podemos afirmar que há ações relacionadas entre si para a manutenção ou renovação desse sistema quando este está em crise. Em tempo de profundas transformações no mundo do trabalho, esta pesquisa busca analisar o método utilizado pelos jornais Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e O Globo nos editoriais do ano de 2017 sobre a Reforma Trabalhista brasileira, assim como suas motivações a fim de compreender quais significações foram elaboradas e a relação destas com as transformações do modo de reprodutibilidade do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação. Política. Hegemonia. Reforma Trabalhista. Contra-hegemonia.

ABSTRACT

MARINHO, Maiara dos Santos. **Media, neoliberalism and ideology: Labor Reform in the editors of Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo and O Globo**. Rio de Janeiro, 2019. Dissertation (Master in Communication and Culture) - School of Communication, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Understanding that hegemonic groups in civil society only act as political-cultural leaders because they dialectically represent the model of hegemonic production and vice versa, we can say that there are related actions for the maintenance or renewal of this system when this is in crisis. In a time of profound transformations in the world of work, this research seeks to analyze the method used by the newspapers Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo and O Globo in the editorials of the year 2017 on the Brazilian Labor Reform, as well as their motivations.

KEYWORDS: Communication. Policy. Hegemony. Labor Reform. Counter-hegemony.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Capa O Estado de São Paulo	76
FIGURA 2	Capa O Globo	77
FIGURA 3	Brasil de Fato	81
FIGURA 4	Blog da Boitempo	82
FIGURA 5	Capa Revista Vírus	84

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Ocorrência de aparição (por texto) no jornal O Estado de São Paulo de janeiro a junho de 2017	72
TABELA 2	Ocorrência de aparição (por texto) no jornal Folha de São Paulo de janeiro a junho de 2017	72
TABELA 3	Ocorrência de aparição (por texto) no jornal O Globo de janeiro a junho de 2017	72

LISTA DE ANEXO

Anexo I - Editoriais Folha de São Paulo, O Globo e Estado de São Paulo 97

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **16**
2 DEBATE ACERCA DE ALGUNS CONCEITOS CENTRAIS E A FORMAÇÃO DA HEGEMONIA NA MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA **21**
2.1 Alguns conceitos centrais em Gramsci 21
2.2 A formação da hegemonia dos principais jornais impressos brasileiros 31
3 NEOLIBERALISMO, REGIME DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E MÍDIA **39**
3.1 A lógica do capital e o neoliberalismo no Brasil de FHC 39
3.2 Notas sobre o trabalho: período Vargas e a atual configuração do modo de reprodutibilidade do capital 45
3.3 Governo Temer e a Reforma Trabalhista 49
4 NARRATIVAS SOBRE AS RELAÇÕES CAPITALISTAS CONTEMPORÂNEAS: A REFORMA TRABALHISTA NOS EDITORIAIS **52**
4.1 Os procedimentos típicos da imprensa burguesa na construção de um ideal da modernização 52
4.2 Forma e conteúdo: estratégias de narrativas nos editoriais de Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e o Globo a respeito da Reforma Trabalhista 61
4.3 Algumas considerações sobre ideologia 86
5 CONCLUSÃO **90**
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **92**

1 INTRODUÇÃO

> "A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção, e por conseguinte todas as relações sociais. A conservação inalterada dos antigos modos de produção era a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. A transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e o movimento permanentes distinguem a época de todas as demais. As relações rígidas e enferrujadas, com suas representações e concepções tradicionais, são dissolvidas, e as mais recentes tornam-se inadequadas antes que se consolidem. Tudo o que era sólido desmancha no ar, tudo que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas"[1].

A flexibilização do trabalho vem sendo proclamada desde 2015, no governo Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, com o Projeto de Lei (PL) 4.330 que possibilita a terceirização de atividades-fim, e com as Medidas Provisórias (MP) 664 e 665, que propunha a retirada de direitos como o seguro-desemprego e a pensão por morte. As MPs foram sancionadas pela presidente, enquanto que o PL em questão foi arquivado. Neste ano, a crise política já estava intensificada e, em 2016, o pedido de Impeachment de Dilma Rousseff foi a principal agenda. Foi então no governo de Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, à época[2], que a Lei 13.467 foi aprovada. Para compreender o discurso em torno da Reforma Trabalhista é fundamental compreender a crise econômica.

As crises cíclicas do capital, que ocorrem quando a linha da taxa de lucro está linear, isto é, sem oscilações para cima, podem resultar em crises políticas. Tais crises políticas ocorrem por consequência de distintas concepções de solução à crise econômica. Em geral, para defender os interesses de conglomerados empresariais, segue-se a lógica da acumulação do capital e, para isso, altera-se o modo de produção. Mas esse procedimento não se dá naturalmente e nem sempre é fácil e simples. Se por um lado alguns veículos de comunicação, empresários e políticos defendem perspectivas neoliberais à crise, por outro lado movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, e, até mesmo, alguns veículos de comunicação defendem um modelo econômico divergente. É nesta disputa de ideias que se dá o

---

[1] MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. Expressão Popular: São Paulo, 2008, p. 13-14.

[2] Em dezembro de 2017, o então PMDB passou a chamar-se, novamente, Movimento Democrático Brasileiro, em convenção nacional. O objetivo principal, anunciado pelo senador Romero Jucá (RR), era 'ganhar as ruas' já que muitas manifestações à direita proclamavam o anti-partidarismo.

caráter dinâmico das condições de hegemonia, que nem sempre possui apenas dois lados.

Portanto, a intervenção política dos grandes meios de comunicação através do discurso e da imagem é um elemento entre tantos que levou ao caminho da aprovação da Reforma Trabalhista. Contudo, não foi capaz de, logo em seguida, aprovar a Reforma da Previdência. É importante lembrar que, em 2018, muitos sindicatos cutistas recuaram em momentos cruciais, esvaziando algumas Greves Gerais convocadas por um bloco de esquerda. As divergências de interesses, o longo percurso de discussão desta reforma, o cenário político após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e as eleições à vista resultaram na aprovação do Projeto de Lei 13.467/2016. Com isso, gostaríamos de dizer que é durante o processo que as definições vão sendo delineadas e podem resultar, para interesses de ambos os lados, em algo não esperado. Essa é a dinâmica da disputa hegemônica em que os meios de comunicação estão inseridos.

Por isso, no primeiro capítulo 'Debate acerca de alguns conceitos centrais e a formação da mídia hegemônica brasileira', falaremos sobre os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia em Antonio Gramsci a fim de contextualizar as motivações da grande mídia em defesa da Reforma Trabalhista. Assim como, apresentaremos um relato sobre como formou-se a hegemonia de alguns veículos de mídia impressa no Brasil.

Mas não é possível falar de condições de hegemonia sem falar da relação do capital com a política brasileira, pois é esta relação que muitas vezes determinou os rumos da classe trabalhadora. As conquistas, inclusive a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT - 1943), foram obtidas mediante muita organização clandestina e criminalizada. O trabalho árduo em defesa dos direitos permanece ao longo da história do Brasil com períodos bastante fragmentados de vitórias significativas. O tempo de retrocesso no dia a dia de cada trabalhador e trabalhadora na lógica destrutiva do capital é muito mais longo que o tempo de recuperação. Se com os governos conciliatórios do Partido dos Trabalhadores ainda assim o capital saía ganhando, o que será da classe trabalhadora com um modelo de trabalho extremamente flexibilizado e frágil?

Dessa forma, trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais submetidos às necessidades de seus patrões e às suas próprias necessidades, acatam, sem muita opção, a uma condição de trabalho permitida pela Reforma Trabalhista que vai fazer

a linha da taxa de lucro voltar a oscilar para cima. Isto é, enriquecimento dos mais ricos e empobrecimento ou estagnação dos mais pobres.

Para compreender melhor, no segundo capítulo 'Neoliberalismo, regime de acumulação flexível e mídia', detalharemos a lógica do capital e a chegada do neoliberalismo no Brasil de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Enquanto que para Carcanholo (2015, p. 2), o neoliberalismo "defende a implementação de reformas estruturais de privatização, liberalização, desregulamentação e abertura dos mercados, em especial os mais importantes para uma economia capitalista, o de trabalho e o financeiro", o regime de acumulação flexível em Harvey (1992) aponta para transformações no mundo do trabalho que já na década de 1970 estavam ocorrendo. A 'acumulação flexível', para Harvey, é um novo momento do capitalismo, resultado das contradições do modo de acumulação do período fordista. Segundo Lipietz (apud Harvey, 1992, p. 117), um regime de acumulação "descreve a estabilização, por um longo período da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução de assalariados". O primeiro, portanto, constrói suas bases financeiras a partir de atribuições no âmbito privado. Enquanto que o segundo constrói suas bases financeiras no âmbito público do Estado. Nas palavras de Harvey, "o problema, no entanto, é fazer os comportamentos de todo tipo de indivíduos - capitalistas, trabalhadores, funcionários públicos, financistas e todas as outras espécies de agentes político-econômicos - assumirem alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando" (1992, p. 117). Para concluir, Harvey cita Lipietz que diz que deve ter "uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação, etc" (1992, p. 117).

A tentativa dessa materialização vai ser feita por diversos setores. Na propaganda, por exemplo, alguns bancos como o Banco do Brasil, para citar um exemplo, construíram um discurso de modernização de atendimento através do uso do aplicativo do banco para diversos tipos de transações. Contudo, por trás disso, havia um número expressivo de demissões e fechamento de agências. Segundo reportagem da revista Valor Econômico[3], em 2017 o Banco do Brasil fechou 563

[3] FECHAMENTO de agências bancárias cresce no ano. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 28 jun. 2017. Disponível em: <https://www.valor.com.br/financas/5019144/fechamento-de-agencias-bancarias-cresce-no-ano>. Acesso em: 10 dez. 2018.

agências, sendo o banco com mais agências fechadas. Ainda segundo a reportagem, “avançar no modelo digital significa reduzir custos”. De agências físicas à agências digitais e a tentativa de convencimento de que isso é feito apenas para acompanhar a modernização da tecnologia. Assim é elaborada a tentativa de aceitação do regime de acumulação.

Mas para poder indicar que uma mensagem está sendo construída para a validação de um determinado modelo de produção e de trabalho, é necessário, primeiramente, saber qual é a configuração de modo de produção que se vive no mesmo tempo da tentativa de coerção através das ideias. Por isso, neste segundo capítulo escreveremos algumas notas sobre o trabalho no século XXI, o processo de elaboração da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e a atual configuração do modo de produção.

De todo modo, esta tentativa de validação não é feita de maneira despretensiosa. E se não é feita despretensiosamente na propaganda dos bancos, também não o é nos editoriais dos jornais pesquisados neste trabalho. A partir dessa compreensão, falaremos, no último capítulo, sobre as narrativas nos editoriais e os procedimentos linguísticos, em uma análise de conteúdo.

A escolha do tema foi feita no decorrer do debate no Congresso Nacional sobre a Reforma Trabalhista. A leitura do posicionamento dos jornais em confronto com as críticas a esta reforma pelos movimentos sociais foi bastante marcante. Não apenas por estar atenta aos fatos, mas, principalmente por ser também de uma família de trabalhadores e trabalhadoras precarizadas. Senti o peso desta lei já no início, conversando com minha mãe sobre as problemáticas apresentadas a ela em seu local de trabalho e a efetivação do que já estava sendo anunciado nas ruas: não haveria diálogo entre as partes, a decisão sobre como seriam dadas as horas extras, as férias e a contratação do trabalho é decidida pelo patrão.

Os sentidos elaborados pela mídia em favor desta reforma não foram feitos com muita dificuldade. Embora os sindicatos fizessem esforços para explicar detalhadamente do que isso se tratava, o jornalismo e a publicidade já haviam tratado de convencer, a longo prazo, que toda defesa feita pelos movimentos sociais é perigosa para a população; muito mais do que convencer sobre a própria política neoliberal. Diversos trabalhadores defenderam esta reforma e hoje vivem as consequências dela.

Havia uma preocupação sobre o futuro dos jornais com a expansão do uso

das redes sociais e da produção de notícias via internet. Assim como há hoje, após eleição de Jair Bolsonaro (sic), a preocupação do futuro do jornalismo com a vigência das fake news. Assim como havia, há mais de 50 anos, a preocupação com o futuro do rádio com a chegada da televisão. Contudo, os jornais se renovaram e passaram a fazer parte deste mundo web compartilhando notícias pelo Instagram, pelo Facebook, disponibilizando número de WhatsApp para as pessoas interagirem com a produção da notícia. Os editoriais demonstram definitivamente a opinião de uma empresa de comunicação. Diferentemente de reportagens que, embora as pessoas mais críticas e com acúmulo teórico e político consigam discernir a opinião contida nela, uma parcela significativa das pessoas acredita que é apenas informação. Mas nos editoriais não há quem possa dizer o contrário, pois ali é a assinatura do jornal. Dessa forma, a escolha por esses três veículos de jornalismo impresso (e não televisivo ou radiofônico) foi feita levando em consideração principalmente esta premissa. A partir disso, foram selecionados os jornais com mais prestígio no Brasil. Sendo eles, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo. Os editoriais analisados compreendem o período de janeiro a junho de 2017.

2 DEBATE ACERCA DE ALGUNS CONCEITOS CENTRAIS E A FORMAÇÃO DA HEGEMONIA NA MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA

2.1 Alguns conceitos centrais em Gramsci

Antonio Gramsci, foi um importante filósofo marxista italiano. Também exercia o ofício de jornalista. Estudou literatura em Turim e era autor de textos do jornal Avanti e do L'Ordini Nuovo, em anos diferentes. Iniciou sua militância partidária no Partido Socialista Italiano, tendo como maior influência Benedetto Croce. Posteriormente, rompeu com este partido e com Croce, desenvolvendo em seus escritos algumas críticas às concepções deste militante. Com isso, em janeiro de 1921 foi fundado o Partido Comunista Italiano (PCI). Em 1926, no regime fascista de Benito Mussolini, foi preso por conta de sua atuação política. Lá desenvolveu sua maior obra, trabalhada nesta pesquisa, os Cadernos e as Cartas do Cárcere.

Gramsci, em diálogo com as reflexões de Lênin a respeito da dificuldade de conquista do socialismo em países onde o capitalismo já estava avançado, desenvolve, ao longo de diversos escritos, o conceito de hegemonia. Nos anos posteriores, aprimora este conceito dando à ele outros elementos conceituais em sua teoria ampliada do Estado. A União Soviética, no contexto da Revolução de 1917, tinha características econômicas e sociais nos moldes do feudalismo. As condições históricas e a organização revolucionária proporcionaram àquele momento o fim de um sistema que já havia sido superado em países europeus ocidentais. Contudo, não para aplicar a filosofia do capitalismo. Mas, no entanto, para aplicar os princípios socialistas de divisão social do trabalho e do modo de produção.

Na tentativa de compreender as inquietações de Lênin, Gramsci percebe que as características de organização social da europa ocidental diferiam das características sociais da europa oriental. E que, portanto, o avanço da luta bolchevique não se daria da mesma forma nessas regiões. Para o italiano, o desenvolvimento do capitalismo criou hierarquias mais burocráticas, capazes de dificultar a elaboração de estratégias e táticas a fim de derrubar o regime capitalista. Segundo Carlos Nelson Coutinho, "essa estratégia mais complexa e de longo alcance - e já aqui se insinua a ideia da 'guerra de posições' - tem seu centro na questão da hegemonia, na questão das alianças de classe" (1992, p. 36). Isso

porque a construção da hegemonia é permeada por outros elementos, conceituados por Gramsci, que explicam como é possível que diferentes classes possam ter os mesmos ou semelhantes interesses políticos e culturais. Ou, nas palavras de Ramos e Zahran, “que coloca em harmonia os interesses das classes dominantes com os interesses das classes subordinadas e incorpora esses outros interesses em uma ideologia que se expressa em termos universais” (2006, p. 20).

O ponto alto da questão da hegemonia em Gramsci é o de compreender a dominação não sendo exercida apenas pela coerção, mas, através dela, ser capaz de elaborar um consenso político e cultural apto a manter um determinado modelo econômico (que também é político e cultural) em harmonia entre as classes. Dessa forma, “o problema da hegemonia, da conquista do consenso, torna-se já aqui o problema central da estratégia gramsciana de transição para o socialismo” (COUTINHO, 1992, p. 38), pois para se tornar classe dominante, isto é, classe capaz de exercer a hegemonia, é necessário primeiro se tornar classe dirigente. Ou seja, conquistar o consenso das diversas categorias operárias.

No seio superestrutural estão baseadas a sociedade política e a sociedade civil. Na primeira, estão solidificados os mecanismos de coerção, os aparatos militares, que são acionados quando o ‘consenso espontâneo’ falha. Na segunda, estão os ‘aparelhos privados’ de hegemonia, responsáveis pela persuasão e pela elaboração e propagação da ideologia do grupo hegemônico. Enquanto que no campo estrutural estão organizados os meios de produção. Dito isso, deve-se notar que “la estructura y las superestructuras forman un «bloque histórico», esto es, el conjunto complejo, contradictorio y discorde de las superestructuras es el reflejo del conjunto de las relaciones sociales de producción” (GRAMSCI, 1970, p. 35). O conceito de bloco histórico representa o conjunto das relações social e política, do modo de produção de uma determinada época, e suas contradições. Ou, dito de outra forma,

> el concepto de «bloque histórico», en el cual las fuerzas materiales son el contenido y las ideologías la forma; esta distinción de forma y contenido se hace meramente a efectos didácticos, porque las fuerzas materiales no se pueden concebir históricamente sin forma y las ideologías serían caprichos individuales sin las fuerzas materiales (GRAMSCI, 1970, p. 42).

Mas é somente alguns anos depois, com o desenvolvimento da teoria

ampliada do Estado, que o filósofo italiano vai complementar sua formulação do conceito de hegemonia com o conceito de sociedade civil, “como portadora material da figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre a infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito” (COUTINHO, 1992, p. 73), e, portanto, sua distinção com relação ao conceito de sociedade política. Este último conceito determina a relação de violência e coerção do Estado, enquanto que a sociedade civil é responsável pela fabricação de ideologias, “ambas servem para conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental” (COUTINHO, 1992, p. 77). Portanto, com a sociedade civil e os aparelhos privados de hegemonia - com capacidade de ação autônoma ao Estado burguês, mas em concomitância com os interesses deste - desenvolvidos ao nível de ter a capacidade da direção ideológica e cultural, a consolidação da filosofia do capital torna-se mais palatável.

Contudo, a hegemonia somente pode ser exercida através de uma aliança de classes em coexistência de um mesmo projeto econômico, político e cultural. Gramsci sinaliza em suas reflexões que a coerção sem consenso não é hegemonia e, inclusive, há maior resistência na conservação do seu status coercitivo e autoritário do que quando os aparelhos da sociedade política mantém aliança com os aparelhos da sociedade civil. Pois é na sociedade civil, com os aparelhos privados de hegemonia que são elaboradas as mensagens necessárias para convencimento da manutenção do aparato coercitivo, por exemplo. As Unidades de Polícia Pacificadora, instaladas nas favelas do Rio de Janeiro, podem ser um exemplo disso. É um aparato coercitivo que executa centenas de pessoas por ano e não há uma sensação de descontentamento generalizada, pois mantém os aparatos da sociedade civil como aliados.

Para compreender melhor, é importante pontuar as características a que Gramsci se referia quando falava da Europa ocidental e da Europa oriental. Segundo Gramsci apud Coutinho,

> no Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre Estado e sociedade civil havia uma justa relação e, quando se dava um abalo do Estado, percebia-se imediatamente uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual havia uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; a proporção variava de Estado para Estado, decerto, mas precisamente isso exigia um rigoroso reconhecimento de caráter nacional (1992, p. 128-129).

A primeira era liderada por Estados industriais, enquanto que nos países europeus orientais os recursos baseavam-se em matérias primas, com renda menor. Além disso, “durante o século XX as guerras têm sido, cada vez mais, travadas contra a economia e a infra-estrutura de Estados e contra suas populações civis” (HOBSBAWM, 1995, p. 20). De acordo com Engels e Marx,

> indivíduos determinados, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas. A observação empírica tem de provar, em cada caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, a conexão entre a estrutura social e política e a produção. (2007, p. 93).

Isto é, o modo de produção age sobre o modo de relação entre as pessoas e com as coisas, mas também os indivíduos agem, dialeticamente, sobre o modo de produção de sua época. Ou, nas palavras de Marx, “uma massa de forças produtivas, de capitais e de circunstâncias, que, por um lado, são bastante modificados pela nova geração, mas que, por outro lado, ditam a ela suas próprias condições de existência” (1998, p. 36). Nesse sentido, Gramsci vai defender que as marcas culturais desenvolvidas em países de capitalismo avançado comparados à estrutura econômica e social da União Soviética, por exemplo, explicam a dificuldade do socialismo chegar a essas sociedades.

É fundamental que o conceito de hegemonia seja compreendido e assimilado para que possamos compreender, do mesmo modo, as motivações da imprensa tradicional brasileira para defender a Reforma Trabalhista em seus editoriais. É a partir da sutileza e das artimanhas comunicacionais que as formulações ideológicas burguesas tornam-se um consenso a longo prazo. Não um consenso universal, pois a heterogeneidade de pensamentos e de modos de percepção de ser no mundo, e principalmente as contradições do capitalismo, não permitem. Justamente por essa resistência, a tentativa de manter a hegemonia, em alguns momentos, vai exigir que os grupos hegemônicos façam concessões, mas sem jamais conflitar com seus interesses.

A cantora paulista Dandara Manoela, na música Dona Georgina, escreve o seguinte verso: “acabou o racismo, quer conferir liga a televisão”. As narrativas das empresas tradicionais de comunicação tem mudado, mas, da mesma forma, tem interferido na própria concepção de temas como gênero, etnia e sexualidade,

criando novas formulações. Formulações que caibam aos seus próprios padrões e, acima de tudo, para fortalecer sua aliança com grupos que, em um dado momento, estava perdendo. A explicação do termo de 'revolução passiva' em Gramsci aproxima-se desta prática. É na transformação reformista que atua a revolução passiva, com alterações de comportamento e políticas públicas, para citar dois exemplos, mas sem conflitar com a base dos interesses do grupo hegemônico. E, se possível, adaptando o imaginário social a esta transformação "pelo alto".

A conquista pela hegemonia é contínua. Ela também entra em crise junto com a crise do capital e, igualmente, nestes momentos urge a necessidade de elaborar mensagens e comunicados que, ao mesmo tempo, diminua o conflito com grupos de oposição e se mantenha em posição de direção político-cultural. Portanto, a classe hegemônica precisa ser dirigente e dominante. Contudo, a concessão que faz a grupos de oposição na tentativa de manter a hegemonia, pode resultar, pelo contrário, na conquista da hegemonia da oposição. O declínio do prestígio do Partido dos Trabalhadores é um exemplo perfeito disso. Nesse sentido, é importante reforçar a atuação das alianças de classe para a manutenção da hegemonia. Diferente de fazer concessões a grupos de oposição, as alianças de classe são feitas entre diferentes setores da sociedade civil e política - como, por exemplo, grupos pertencentes à polícia militar, ao exército, ao judiciário, à mídia, à igreja - que possuam os mesmos ou semelhantes interesses. Ou seja, para ser dirigente, a classe hegemônica deve ter a capacidade - através das concessões - de direção político-cultural e, para ser dominante, deve ter uma forte aliança de classe com o maior número de setores possíveis.

Segundo o comunicólogo Eduardo Granja Coutinho, "a hegemonia pode ser definida como a capacidade de um grupo social determinar o sentido da realidade" (2014, p. 41). Não há um método específico, um único modo de formular um sentido da realidade. A maneira de fazê-lo vai depender daquilo que o próprio contexto dispõe, contando com a memória coletiva, com os consensos já elaborados que permaneceram no imaginário social, com o discurso dominante, com a posição do Estado e da igreja, com tudo aquilo que já esteja sendo dito e que possa ser, digamos, reciclado e reutilizado. Este trabalho propõe-se, principalmente, a analisar o método utilizado pelos editoriais sobre a Reforma Trabalhista dos jornais O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e O Globo, para determinar o sentido da realidade no contexto de crise econômica e reformulação do modo de produção, que

é, na verdade, a justificativa para reformular a legislação trabalhista: reciclar o capitalismo.

Se compreendemos que a conquista da hegemonia é contínua, então podemos dizer que os grupos que a possuem podem não ser sempre os mesmos. Gramsci fala sobre a importância da classe operária construir sua própria hegemonia, tornando-se primeiro dirigente para, posterior a isso, tornar-se dominante. Na contemporaneidade o termo utilizado para trabalhar nessa perspectiva tem sido o de contra-hegemonia. Portanto, gostaríamos rapidamente de refletir um pouco sobre seu significado teórico e a experiência na prática.

Segundo pesquisa de Herbert Glauco de Souza, "a partir do aparecimento da obra de Raymond Williams, Marxism and Literature (1977), entra em circulação, na literatura sobre o pensamento de Gramsci, o conceito de 'contrahegemonia'" (2013, p. 55). O termo, portanto, surge após Gramsci. Em seus escritos, o filósofo italiano fala sobre a construção de uma nova hegemonia, baseada em princípios culturais e morais referentes à realidade da classe operária. Nas palavras de Williams,

> una hegemonía dada es siempre un proceso. Y excepto desde una perspectiva analítica, no es un sistema o una estructura. Es un complejo efectivo de experiencias, relaciones y actividades que tiene límites y presiones específicas y cambiantes. En la práctica, la hegemonía jamás puede ser individual. Sus estructuras internas son sumamente complejas, como puede observarse fácilmente en cualquier análisis concreto. Por otra parte (y esto es fundamental, ya que nos recuerda la necesaria confiabilidad del concepto) no se da de modo pasivo como una forma de dominación. Debe ser continuamente renovada, recreada, defendida y modificada. Asimismo, es continuamente resistida, limitada, alterada, desafiada por presiones que de ningún modo le son propias. Por tanto debemos agregar al concepto de hegemonía los conceptos de contrahegemonía y de hegemonía alternativa, que son elementos reales y persistentes de la práctica (1988, p. 134).

Se a proposição consiste em inserir um prefixo para delimitar de que lado se está falando, acreditamos que o termo tem uma importante função a ser cumprida. Contudo, esse conceito, mesmo no campo da esquerda, tem sido verbalizado, defendido e elaborado, a partir das considerações feitas por Gramsci? A elaboração de uma nova hegemonia pressupõe, da mesma forma, uma aliança de classe fortalecida o suficiente para derrubar a hegemonia burguesa e a direção político-cultural de setores que atuam na elaboração e propagação da ideologia da classe dominante; para, com isso, tornar-se grupo hegemônico. Dessa forma, se "o objetivo das forças populares é a conquista da hegemonia" (COUTINHO, 1992, p.

135), pressupõe que os espaços construídos na sociedade civil e propõem-se contra-hegemônicos, devem ter essa premissa na origem de suas formulações. Portanto, nos perguntamos: de que maneiras os meios de comunicação (impresso, webrádio, digital, redes sociais) inseridos fora da lógica da mídia hegemônica, isto é, sem poder de direção política-cultural, estão ordenando a aliança com outros setores a fim de dar materialidade a um bloco de alianças de classe? Em que sentido esses mesmos meios de comunicação elaboram sentidos da realidade em congruência com a realidade dos grupos subalternizados? Com quem e a quem dialogam? Nossa preocupação é com aquilo que se compreende por contra-hegemonia e aquilo que realmente está próximo, na teoria e na prática, do que, originalmente, Gramsci propôs. Para o autor, a ideologia, conceito que trabalharemos com mais cuidado ao final deste trabalho, é um feito histórico que deve ser combatida para fins de "tornar intelectualmente independientes a los gobernados de los gobernantes, para destruir una hegemonía y crear otra, como momento necesario de la subversión de la praxis" (GRAMSCI, 1971, p. 245).

Na literatura contemporânea sobre o termo 'contra-hegemonia' encontramos considerações bastante semelhantes entre si. O comunicólogo Denis de Moraes comenta que a contra-hegemonia

> trata-se de apresentar argumentações alternativas para vergar o senso comum, aprofundando e aperfeiçoando o conhecimento crítico da realidade para transformá-la (...) Significa reorientar as percepções sobre o mundo vivido e combater as racionalidades hegemônicas, vislumbrando o presente como passível de ser alterado por ações concatenadas e convincentes. Um dos desafios centrais para o pensamento contra-hegemônico consiste em alargar a visibilidade pública de enfoques ideológicos que contribuam para a reorganização de repertórios, princípios, e variáveis de identificação e coesão, com vistas à alteração gradual e permanente das relações sociais e de poder (2010, p. 73).

Definitivamente, "reorientar as percepções sobre o mundo vivido" é um passo necessário na luta no campo das ideologias. A comunicação possui um poder significativo na elaboração do sentido da realidade, mas além dela há a escola, a religião - que cada vez mais, em Estados como o Rio de Janeiro, tem demonstrado a força que tem na concepção da realidade e nas escolhas políticas da população pobre e periférica -, há o sindicato, o partido político, a polícia, a justiça. E são nessas alianças, com esses tantos outros setores possíveis, que se dá o fortalecimento da hegemonia.

O Grupo RBS, afiliado da Rede Globo na Região Sul, é organizador do Prêmio RBS de Educação desde 2013. Nele, escolhe as lideranças que modernizam o ensino em escolas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Em 2017, na 5a edição do prêmio, foram concedidas menções honrosas a projetos que abordassem gênero, raça e inclusão. A premiação sobre raça foi concedida a uma mulher branca e a de gênero a um homem, justamente em um momento em que as lideranças negras e de mulheres falam sobre a importância da representatividade. Durante muitos anos, o baixo ingresso dessas categorias acarretou em um debate embranquecido sobre negritude e inclusive sobre gênero, mas, sobretudo, em um silenciamento, pelo menos no Brasil, no debate feminista. Com a expansão e o fortalecimento das universidades públicas nos governos Lula (2003 - 2010) essa realidade mudou significativamente. Aqui estão evidenciadas algumas práticas utilizadas pelo grupo RBS a fim de manter sua direção político-cultural: 1) o fortalecimento da aliança com outros setores, neste caso, a educação; 2) a elaboração e a propagação da ideologia de uma “classe social fundamental”, isto é, a concepção do que é uma educação que merece ser premiada; 3) a transformação “pelo alto”, com a falta de representatividade nos temas propostos.

Se, contudo, os setores da sociedade subalternizados devem lutar pela conquista da hegemonia, quais ações práticas estão sendo aplicadas para isso? Podemos citar alguns exemplos importantes, no Brasil, que caminham neste sentido. Um deles, é o jornal Brasil de Fato, nascido em um espaço de efervescência política e de encontros de diversos setores da sociedade civil, o Fórum Social Mundial, em 2003. Em um contexto também bastante significativo com o fim de um projeto nitidamente neoliberal para o início de um governo um pouco mais reformista, mas que, de fato, neste momento mobilizou muito os movimentos sociais, fortaleceu os sindicatos e deu novo lugar à luta popular. O jornal Brasil de Fato possui uma aliança de parceiros desde outros meios de comunicação como as revistas Caros Amigos e Carta Maior, até movimentos sociais como a Associação dos Amigos da Escola Florestan Fernandes e La Articulación de Movimientos Sociales y Populares hacia el ALBA - ALBA Movimientos. No Rio Grande do Sul, algumas pautas do jornal impresso são definidas pelos sindicatos, com temas que lhes dizem respeito, assim como à sua base.

Já a Mídia NINJA não possui, pelo menos de acordo com as informações do seu site, apoiadores ou parceiros políticos. No entanto, conta com o apoio de quem

acompanha o trabalho deste projeto para financiá-lo a partir de doações espontâneas.

Ambos canais de comunicação, de acordo com seus editoriais, atuam no campo político da esquerda. Além disso, possuem relação de cooperação com diversos movimentos sociais no Brasil, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), para citar dois exemplos. Em síntese, são dois canais conhecidos pela resistência de uma ideologia que não é hegemônica no campo da comunicação.

Para continuar nossa reflexão sobre os meios comunicacionais em luta pela hegemonia e quais práticas são aplicadas para isso, gostaríamos de falar alguns exemplos financiados por sindicatos. A Associação Cultural Rádio Comunidade FM de Pelotas – Radiocom foi fundada em junho de 2001. A iniciativa surgiu do Sindicato dos Bancários da cidade e a existência da rádio foi criando vida ao longo de alguns anos de trocas entre outros sindicatos e, principalmente, o movimento negro da cidade, que teve no 1° Encontro da Consciência Negra sua primeira transmissão em 2000, ainda sem estúdio. Enquanto isso, no Rio de Janeiro, a Revista Vírus foi fundada em maio de 2008. O expediente contava com militantes de partido, movimento estudantil, jornalistas sindicais, entre outros, de diversos Estados como o próprio Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Ceará, Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Este último Estado colaborava através de uma parceria com outro projeto de comunicação sem fins comerciais, a Revista o Viés, de Santa Maria. No Conselho Editorial também havia uma diversidade de representações. Desde artistas, intelectuais, professores, militantes partidários, sindicalistas, entre outros. Mas, por falta de apoio financeiro, a última edição impressa foi em 2016.

Com a aprovação da Reforma Trabalhista e o fim da obrigatoriedade do imposto sindical, a arrecadação financeira de alguns sindicatos tem caído significativamente e é compreensível que neste contexto o apoio financeiro (e, concomitantemente, político) diminua. Contudo, é justamente neste momento que a aliança da classe trabalhadora precisa se fortalecer. Ainda que seja um momento de drásticas retiradas de direitos e de avanço do conservadorismo é, ainda assim, um momento oportuno para que “a esquerda volte a ter uma palavra a dizer” (COUTINHO, 2010, p. 43).

Esse apoio entre categorias de uma mesma classe é fundamental na luta pela conquista da hegemonia e ainda hoje são poucos os exemplos que podem ser

citados. Talvez haja mais exemplos locais e regionais do que nacionais e isso certamente não é menos importante. Mas esse seria um tema para uma pesquisa mais minuciosa que não teremos tempo neste trabalho e podemos correr o risco de mudar o rumo da prosa.

Consideramos, portanto, que as experiências citadas - experiências contemporâneas - possuem um importante papel na disputa pela hegemonia. Talvez a articulação com outros setores ainda não esteja fortalecida, mas esteja sendo construída acertadamente por alguns veículos que possuem já um certo prestígio na luta popular.

Ainda assim, é preciso ter cuidado quando falamos de contra-hegemonia sobre todas as experiências comunicacionais que não são hegemônicas. No 2° Encontro LACCOPS - Mobilize-se: Publicidade Social e Reexistência, o professor Pablo Nabarrete Bastos, do Departamento de Comunicação Social, do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, frisou que um projeto comunicacional para ser "contra-hegemônico exige uma perspectiva de alianças de classe com centralidade no conceito e na perspectiva de popular" e lembra que não basta ser construído em uma favela ou em uma região periférica para ser contra-hegemônico. Essa romantização acaba por banalizar o conceito e interfere, inclusive, na compreensão deste conceito na prática. Além disso, as apropriações são feitas pelos grupos hegemônicos a fim de ressignificar as experiências populares como é o caso da comunicação comunitária que hoje tem nas pesquisas acadêmicas muito mais uma preocupação do seu sentido conceitual justamente por ter práticas tão diversas que fogem da proposta original.

Dessa forma, na tentativa de não cair no erro de generalizar as experiências comunicacionais fora do escopo hegemônico como contra-hegemônicas e compreendendo que aquelas que se propõem à conquista da hegemonia ainda estão em amadurecimento nesse processo, não utilizaremos o conceito de contra-hegemonia e sim meios de comunicação não hegemônicos ou sem fins comerciais. Acreditamos que é urgente uma pesquisa minuciosa e detalhista que faça um levantamento sobre as experiências que se pretendem de fato 'contra-hegemônicas', mas também, sobretudo, quais os mecanismos utilizados na luta pela conquista da hegemonia.

2.2 A formação da hegemonia dos principais jornais impressos brasileiros

No Brasil Colônia, a venda de jornais, revistas e livros era bastante restrita. Segundo o historiador Nelson Werneck Sodré, “a partir de 1624, os livros dependiam das autoridades civis para serem impressos, isto é, das autoridades reconhecidas pelo Estado, entre as quais, para esse fim, estavam as da Igreja” (1983, p. 10). Dessa forma, alguns periódicos dessa época acabavam por existir de maneira clandestina e os livros que vinham com brasileiros que estudavam em outros países, eram confiscados. No final do século XVIII, a França estava passando por um processo revolucionário que durou 10 anos e resultou na destituição de um governo absolutista. Esse processo, bastante interessante, contribuiu para que o debate político sobre liberdade e direitos civis fossem suscitados em outros países naturalmente. No Brasil Colônia, evidentemente, aceitar que esse tema entrasse no país era temido pela monarquia. Em 1808,

> com a abertura dos portos, “os abomináveis princípios franceses” - como diria D. Rodrigo de Sousa Coutinho - passaram a entrar em maior volume. Não tardariam providências: a provisão de 14 de outubro de 1808 ordenava aos juízes da alfândega que não admitissem a despacho livros ou papéis impressos sem que lhe fosse mostrada a licença do Desembargo do Paço (SODRÉ, 1983, p. 14).

Este tratado possibilitou que as colônias de Portugal pudessem estabelecer relações comerciais com outros países da Europa, o que contribuiu para o ingresso de livros e folhetins vindos do outro lado do Atlântico. Contudo, a inserção de uma imprensa no Brasil ainda era pouco viável, “mas a razão essencial estava nas condições coloniais adversas: o escravismo dominante era infenso à cultura e à nova técnica de difusão. A etapa econômica e social atravessada pela colônia não gerava as exigências necessárias à instalação da imprensa”. E, por isso, “as condições da colônia constituíam obstáculo mais poderoso ao advento da imprensa do que os impedimentos oficiais que caracterizaram a atitude portuguesa” (SODRÉ, 1983, p. 16).

Em 1808, contudo, foi instituído um ato real criando a Impressão Régia. Alguns meses após o ato, a primeira impressão da Gazeta do Rio de Janeiro foi distribuída. Seu conteúdo era majoritariamente sobre temas banais a respeito das monarquias européias e da Corte de Portugal. No mesmo ano foi criado o Correio

Braziliense, por Hipólito da Costa, redigido e impresso em Londres e distribuído clandestinamente no Brasil. Assim iniciava a história da imprensa no território brasileiro.

A história da formação da imprensa no Brasil pode nos ajudar a compreender os traços culturais e históricos responsáveis pela formação da hegemonia da imprensa contemporânea. E, inclusive, suas características atuais. Durante o período colonial, como nos mostra o historiador Werneck Sodré, foi-se formando uma concepção de fazer jornalismo que persiste ainda hoje nas redações. O Correio Braziliense foi, então, o primeiro jornal autônomo ao Estado e, portanto, sua atividade financeira, como supõe Sodré, estava relacionada "com a orientação do jornal, e eram atividades comerciais" (1983, p. 23), pois Hipólito declarara em carta que vivia de outras ocupações como forma de subsistência dele e do próprio jornal.

Os anos foram passando, revoluções liberais nesse mesmo período aconteciam em outros países e, consequentemente, as resistências na colônia se fortaleciam. A Corte portuguesa, que vivia no Brasil desde a ocupação da França em território português em 1808, enfrentou uma dura crise na segunda década do século XIX, que já se estendia desde a saída forçada de Portugal e, em 1820, foi intensificada com a Revolução liberal de Porto, que exigia a volta de D. João VI à Portugal para restabelecer o domínio econômico sobre o Brasil. Existiam interesses diferentes durante este levante, evidentemente. Mas o importante é compreender que foi neste contexto que "as perseguições cessaram e o jornal passou a circular normalmente no Reino e no Brasil" (SODRÉ, 1983, p. 27). Com isso,

> o ano de 1821 foi a fase áurea do periodismo no mundo luso-brasileiro, cuja expansão pode ser considerada semelhante àquela a que a França assistiu no período da Revolução de 1789, quando, de apenas um periódico dedicado aos assuntos culturais, passou-se para mais de 184, somente em Paris. Em Portugal, naquele ano, surgiram cerca de 39 novos jornais, publicados principalmente em Lisboa, Porto e Coimbra, chegando-se a afirmar que à "intentada regeneração veio unida a praga dos periódicos", reduzindo-se a grande arte do escritor a simplesmente "saber formar bem ou mal, tortos ou direitos, os caracteres do alfabeto" (NEVES, 1999, p. 2).

Já nesse período os jornais buscavam apresentar uma identidade neutra e, justamente por isso, ficavam limitados à reprodução de documentos oficiais. Entretanto, jornais como o Revérbero Constitucional Fluminense, de 1821, e o Correio do Rio de Janeiro, de 1822, defendiam a independência de Portugal e uma Constituição liberal para o Brasil. Este último periódico

> acabou enfrentando problemas com a censura imposta à imprensa no início do reinado de Dom Pedro I, sendo temporariamente suspenso após a publicação de sua edição de 22 de outubro de 1822. Voltando a lume somente em 1º de agosto de 1823, em contexto político tão conturbado quanto o do ano anterior, acabou sendo extinto por pressão das autoridades depois de publicar sua edição de 24 de novembro de 1823[4]

E não foi por acaso. Segundo historiadora, o jornal, "lançado em 1822 por iniciativa do português João Soares Lisboa, o Correio do Rio de Janeiro, adotou posturas ainda mais radicais e democratas" (NEVES, 1999, p. 3). Importante notar o caráter ideológico dos principais jornais desse período, em um contexto de profundas transformações no Brasil. As circunstâncias desse processo e as escolhas políticas daqueles que possuíam maiores condições de elaborar e propagar opiniões, definiriam as consequências do mesmo. Se a Independência veio como resultado de uma série de fatores internos e externos, a formação de uma República burguesa, o avanço da industrialização e do capitalismo, a manutenção da desigualdade social e da colonização - no sentido da forma como se deram as relações comerciais do Brasil com outros países - e a consolidação da hegemonia de um modelo de expressão no jornalismo impresso, são resultados, primeiro, daqueles que tinham o direito à palavra e as condições necessárias para expressá-la, e, segundo, da precária estrutura educacional desde a invasão de Portugal, dos resquícios da censura ao pensamento com a proibição de livros e jornais e, sobretudo, do genocídio indígena e da escravidão. A desigualdade e a hierarquia chegaram juntas nos navios portugueses e constituíram esta a cultura brasileira.

Nota-se que a imprensa surgiu no Brasil atuando já como aparelho privado de hegemonia e menos como aparelho ideológico do Estado. A Gazeta era periódico oficial do governo, mas o Correio Braziliense não. Embora Hipólito da Costa defendesse as reformas feitas pelo governo e não pelo povo[5] , era bastante crítico à Corte e defendia seus próprios interesses financeiros e ideológicos. Principalmente depois, com a extinção da censura prévia em agosto de 1821, os jornais mantinham um caráter de independência ao Estado. Não é que não representassem os

---

[4] BRASIL, Bruno. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 13 nov. 2017. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/artigos/correio-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 4 mar. 2019.

[5] "Ninguém deseja mais do que nós as reformas úteis, mas ninguém aborrece mais do que nós sejam essas reformas feitas pelo povo. Reconhecemos as más consequências desse modo de reformar. Desejamos as reformas, mas feitas pelo governo, e urgimos que o governo as deve fazer enquanto é tempo, para que se evite serem feitas pelo povo" (Correio Braziliense apud Sodré, 1983, p. 28).

interesses do mesmo, pois, ainda que defendessem a independência do território brasileiro, muitos mantinham um caráter burguês, em defesa de uma revolução passiva. Obviamente, haviam aqueles periódicos em defesa da união de Brasil e Portugal, contrariando a independência da Colônia, como, por exemplo, o Analisador Constitucional, o Espreitador Constitucional e o Abelha (Neves, 1999).

Por consequência das circunstâncias, outra característica importante a ser mencionada é o caráter político dos jornais, com posicionamento declarado. Era o germe de um mecanismo de direção político-cultural formando-se em paralelo com o processo de Independência que o Brasil estava prestes a viver. A sociedade civil, em uma concepção gramsciana, não havia sido constituída ainda, pois em termos culturais e industriais, esta colônia portuguesa até então era bastante primitiva[6] . Foi na esfera comunicacional que atuaram "os intelectuais na construção e difusão da visão de mundo dos grupos que representam" (COUTINHO, 2014, p. 17), a aristocracia rural. Observando com um olhar marxista, é difícil afirmar a existência de jornais revolucionários com capacidade de fazer a disputa de sentidos da realidade igualmente com todos os outros jornais que, mesmo favoráveis à Independência, defendiam a construção de uma sociedade liberal e em concordância com o desenvolvimento do capitalismo. A historiadora Lúcia Neves mostra em uma pesquisa que

> ainda nas vésperas do oficial dia 7 de setembro de 1822, depois da convocação de uma assembléia brasílica e dos manifestos de agosto, mesmo jornais mais radicais, como o Revérbero Constitucional Fluminense, relutavam em assumir o papel de arauto da independência (1999, p. 9).

Havia uma disputa entre os defensores do fortalecimento da união entre Brasil e Portugal - e, portanto, a manutenção da monarquia - e os defensores da Independência do Brasil. Para os segundos, essa transformação devia ser feita a

---

[6] Gostaríamos de dedicar esta nota de rodapé a uma breve reflexão sobre as considerações de Gramsci a respeito de sociedades protocapitalistas. Segundo o filósofo, nestes países onde a sociedade civil era primitiva, "a revolução poderia se dar pela tomada do Estado, pois não existia uma outra esfera de poder para além do Estado em sentido estrito capaz de lhe dar sustentação em momentos de crise" (COUTINHO, 2014, p. 17). Contudo, no Brasil Colônia, o processo de independência de Portugal foi feito em defesa de princípios liberais e, também, conservadores. A revolução popular não foi possível, talvez porque a principal referência de independência tivesse sido a francesa, uma revolução burguesa da mesma forma, embora tivesse uma disputa entre girondinos e jacobinos. No Brasil havia divergências quanto à independência, contudo, foram os aristocratas rurais que conquistaram a hegemonia. A hipótese que se tem a respeito disso é de que faltou, no Brasil, dirigentes revolucionários capazes de organizar a revolução, além, é claro, da realidade cultural primitiva.

partir de ideais liberais e conservadores como a catequização de índios e a ‘ressocialização’ de negros escravos, para citar dois exemplos, da maneira como os brancos achavam que devia ser feito. Sendo assim, “a cultura política da independência implantou, sem dúvida, certas práticas fundamentais do liberalismo, capazes de converter a Coroa em Estado” (NEVES, 2002, p. 61). A partir da abertura dada para impressão e distribuição de jornais na colônia após a Revolução do Porto, o debate político floresceu e uma série de significações começaram a ser fortalecidas. Dessa forma, os jornais de cunho liberal tiveram significativa participação na propagação da ideologia da elite neste processo. Segundo Neves,

> sem dúvida, os autores desses jornais e panfletos foram capazes de ver na palavra escrita uma fonte de poder capaz de produzir reformas e, ao divulgarem o ideário do liberalismo, por meio de uma pedagogia do constitucionalismo, forjaram o separatismo que, durante o ano de 1822, levaria ao rompimento entre o Brasil e a antiga metrópole. Mais importante ainda, criaram as bases ideológicas sobre as quais, posteriormente, iria assentar-se o novo país. Contudo, ao temerem qualquer alteração brusca da ordem social e ao fecharem os olhos para os problemas específicos da implantação do liberalismo na América portuguesa – em particular, as contradições criadas pela escravidão –, acabaram implantando um simulacro do ideário que defendiam (2002, p. 60).

Até aqui já é possível identificar algumas características formativas da hegemonia do modelo comunicacional no campo do jornalismo. E estas estão intimamente relacionadas com a própria história de colonização do Brasil, assim como de sua “emancipação”. Em primeiro lugar deve-se mencionar a estrutura favorável a quem defendia uma revolução passiva. As condições materiais para que pobres, indígenas e negros pudessem elaborar suas próprias significações para influir neste contexto eram irrisórias. Até porque a concessão dada à imprensa da época fora limitada.

Após a independência, urge a necessidade no âmbito da sociedade civil de estruturar o Estado. Nesse sentido, havia disputadas pois aqui firmara-se a questão da liberdade que não necessariamente viera junto com a separação da colônia à Portugal. Alguns “homens da esquerda do tempo (...) colocavam o problema da liberdade em primazia” (SODRÉ, 1983, p. 49). Com a proclamação de Dom Pedro a Imperador do Brasil, a imprensa voltou a ser censurada. Nessa época, os jornais autoproclamados “parciais” e “neutros” atuavam como um tipo de assessoria, fosse o caso da Gazeta do Rio de Janeiro com a Corte, fosse o caso d’O Espelho, de mesmo autor, com o Império. Jornais como esses geralmente omitiam os principais

fatos políticos, tornando-se meras duplicatas da imprensa oficial. Nesse contexto, “direita e esquerda que, quanto ao problema da Independência, trabalhavam no mesmo sentido, separam-se nitidamente” (SODRÉ, 1983, p. 46), pois enquanto para os primeiros a preocupação principal era com as relações comerciais do Brasil, para os segundos era crucial a questão da liberdade. Se à época da Independência a narrativa dos jornais não tinha marcas revolucionárias em uma perspectiva radical, no pós-independência aparece jornais com marcas mais precisas neste sentido. Em 1822,

> o Intendente Geral de Polícia intimou Soares Lisboa a suspender incontinenti o jornal e a deixar o país em oito dias. Foi obrigado, conseqüentemente, a despedir-se dos leitores. Dizem uns que seguiu para Buenos Aires, onde se juntou a Ledo. O Revérbero Constitucional Fluminense fora obrigado a suspender a circulação: seu último número saiu a 8 de outubro. A 19, desaparecia também o Correio do Rio de Janeiro. Estávamos há pouco mais de um mês do grito do Ipiranga: o povo brasileiro começava a compreender, com tais e tão eloqüentes provas concretas, que tipo de independência lhe fora concedido (SODRÉ, 1983, p. 72).

Esta realidade sucedeu-se longamente. Na segunda metade do século XIX, a vinda de negros escravos da África intensificou-se e o latifúndio expandiu-se.

Neste contexto, como já dissemos, a sociedade civil não havia sido bem desenvolvida nas terras brasileiras e, portanto, a relação do Estado com a imprensa era puramente coercitiva. O importante é notar que, se no autoritarismo do período imperial, tanto os jornais mais radicais quanto os mais moderados sofriam censura, na brutalidade da ditadura civil-militar muitos jornais puderam circular, apesar do controle de algumas notícias. No primeiro caso, a imprensa tinha desacordo com as ações no plano político, pela questão da liberdade, e no plano econômico, por conta das restrições de relações comerciais do Brasil com outros países. No segundo caso, alguns veículos de comunicação tinham bastante acordo no plano econômico e muitos, inclusive, foram fortalecidos financeiramente nesse período.

Ao longo do período Imperial, várias crises marcaram o país. Mesmo assim, o latifúndio escravista mantinha-se firme. É na segunda metade do século XIX que começa a agitação, momento em que uma série de contradições são contrastadas à população. Com a guerra do Paraguai, as elites rurais incomodavam-se, já que os escravos eram utilizados como soldados e a mão de obra escrava nas lavouras sofria um decréscimo. Atentemos a isso: mais uma vez a crise do Império tinha relações econômicas de divergências da elite com a Corte. Nesse contexto, “as

inovações técnicas que permitiram o advento da gravura e, conseqüêntemente, da caricatura, na imprensa brasileira, deram-lhe considerável impulso, asseguraram novas condições à crítica e ampliaram a sua influência" (SODRÉ, 1983, p. 202). Passada a agitação, é no contexto das reformas que inicia a constituição de jornais com caráter de empresa. A imprensa "ampliava a sua influência, ganhava nova fisionomia, progredia tecnicamente, generalizava seus efeitos - espelhava o quadro que o país apresentava" (SODRÉ, 1983, p. 223). Essa nova fisionomia era marcada por dois aspectos: 1) uma aliança maior entre jornalistas e, portanto, a centralização da produção jornalística e 2) a característica de empresa.

Com isso, constitui-se em 1875 uma sociedade que tinha como objetivo fundar um jornal que "não sendo republicano extremado, viesse discutir com serenidade os absorventes problemas do momento" (SODRÉ, 1983, p. 225). A sociedade Pestana, Campos & Cia funda, no mesmo ano, o jornal A Província de São Paulo, o então hoje Estado de São Paulo, à época abolicionista e republicano, e hoje um dos jornais mais conservadores no Brasil. À essa altura, jornais como O Tiradentes, O Movimento, Ordem e Progresso, A Ideia Nova, A Pátria Mineira, clamavam pelo fim do Império e pelo abolicionismo junto com a população brasileira.

Os jornais liberais começam a fortalecer sua hegemonia concomitantemente com as transformações políticas no país e, mais uma vez, "criaram as bases ideológicas" para a formação do então Estado brasileiro. Contudo, não foi da noite para o dia que essa luta política se deu e nem mesmo terminou com a proclamação da independência. Dessa forma, "tudo isso influiu na imprensa do tempo; e em tudo isso influiu a imprensa do tempo" (SODRÉ, 1983, p. 44). Já nos anos 1920, a característica empresarial dos jornais ainda estava em formação visto que os avanços industriais capitalistas no Brasil ainda eram superficiais. Mas esta característica foi-se formando ao passo que essas relações industriais e trabalhistas se aprofundavam no país.

As últimas décadas do século XX foram marcadas por ditaduras na América do Sul. Brasil, Argentina, Uruguai e Chile foram surpreendidos por golpes militares sob a justificativa da "ameaça comunista". Antes fosse, diriam os comunistas. Aqui, a imprensa apoiou o golpe o chamando de revolução. E foi neste mesmo golpe que alguns veículos, como o Grupo Globo, consolidaram sua hegemonia. O surgimento da televisão era recente e com apoio financeiro do governo militar, a Rede Globo veio a tornar-se a maior rede de televisão brasileira. Em 2013, com as ruas

esbravejando “a verdade é dura, a rede globo apoiou a ditadura (e ainda apoia!)”, o jornal O Globo fez um editorial em 1 de agosto intitulado “Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro”. Muitos criticaram, dizendo que no editorial não continha um pedido de desculpas, mas apenas uma justificativa das motivações para tal.

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), afirma que o Grupo Folha forneceu veículos para a Operação Bandeirantes (OBAN)[7], que buscava desarticular militantes comunistas. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que defendeu ferrenhamente o Impeachment de Dilma Rousseff em 2016, também participou da OBAN. Essa mesma mídia que mobilizou campanha contra Jango em favor de um regime de caráter liberal, depois sofreu as consequências da ditadura. E, tardiamente, diz ter reconhecido o erro.

Mas como é possível acreditar nisso, se comete o mesmo erro, décadas depois, com outro golpe, este último de caráter jurídico e midiático? Agora, perderam novamente “as rédeas da situação” e empenham-se na crítica ao atual governo. Enquanto isso, a população elabora compreensões da realidade política brasileira baseadas em opiniões da grande imprensa que frequentemente se “contradizem”.

A censura tem se dado historicamente de diversas formas. Não foi apenas no Brasil Colônia e Império que a criminalização e o exílio de jornalistas críticos à ordem aconteceu. Na Era Vargas foi assim. Na ditadura civil-militar também. A censura da democracia burguesa brasileira aos jornais contrários à ordem é feita a partir, por exemplo, de leis que restringem a atuação de rádios comunitárias, da distribuição de verbas publicitárias desiguais e da omissão quanto ao descumprimento da legislação àqueles meios de comunicação que possuem concessões públicas.

A hegemonia da mídia no Brasil, enquanto mecanismo de direção político-cultural, tem sua origem na formação da democracia burguesa, com a República.

---

[7] RELATÓRIO da CNV legitima versão de que a ‘Folha’ emprestou carros para a ditadura. Portal da Imprensa, São Paulo, 11 fez. 2014. Disponível em: <http://www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/69857/relatorio+da+cnv+legitima+versao+de+que+a+folha+ emprestou+carros+para+a+ditadura>. Acesso em: 17 fev. de 2019.

3 NEOLIBERALISMO, REGIME DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E MÍDIA

3.1 A lógica do capital e o neoliberalismo de FHC

A história da humanidade é permeada por uma série de transformações culturais, linguísticas, sociológicas e econômicas. O modo de sustentabilidade de um povo faz parte também de um contexto cultural. Isto é, o modo de produção apenas desenvolve-se até a capacidade que o determinado período histórico em que se dá é capaz de absorver e reproduzir. Mas como a histórica não é linear e nela outros agentes atuam, há resistências, assim como há regiões que vão absorver mais e outras menos ou algumas mais lentamente e outras imediatamente. Apenas a título de exemplo, pois não pretendo ir tão longe para tratar deste tema, o fordismo surge nos Estados Unidos já no início do século XX, enquanto que na Europa ele vai consolidar-se apenas algumas décadas depois.

Diversos foram os sistemas sociais, culturais e econômicos existentes, passando pelas comunidades primitivas, pelas comunidades agrárias excedentária, o tributo coletivo, o escravismo, o feudalismo e o capitalismo. Este último permanece desde meados do século XVI[8] e carrega consigo um largo histórico de crises econômicas, culminando em transformações no modo de produção, na tentativa de superar a crise e de permanecer existindo. Seu principal objetivo é a acumulação, sendo esta "ponto de partida" do capitalismo, que surge de uma série de transformações do feudalismo como, por exemplo, "o processo de dissociação entre o trabalhador e a propriedade das condições do seu trabalho, proceso que, por um lado, converte em capital os meios sociais de vida e de produção, enquanto que, por outro lado, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados" (MARX, 1974, p. 7, tradução nossa). Mais à frente, Marx vai trabalhar com o conceito de alienação para elucidar esse distanciamento cada vez mais abstrato e naturalizado entre o/a trabalhador/a e a produção do seu trabalho. O capitalismo é um sistema de superacumulação e essa gênese o leva a reestruturar o modo de produção e as relações de trabalho quando não há crescimento nos lucros, que é quando uma crise se manifesta.

---

[8] Em La génesis del capital, Karl Marx assegura: "Aunque los primeros indicios de producción capitalista se presenten ya, esporádicamente, en algunas ciudades del Mediterráneo durante los siglos XIV y XV, la era capitalista sólo data, en realidad, del siglo XVI" (1974, p. 8).

Mas, antes de nos atermos às especificidades do capitalismo, é fundamental compreendermos que os sistemas sociais e econômicos, o desenvolvimento do modo produção e a construção da consciência fazem parte de um processo histórico. Processo este decorrente de condições materiais históricas e dialéticas. Isto é, que não surgiram naturalmente e nem como momentos descolados de si, mas como momentos resultantes de um processo anterior.

Em Marx entendemos que o desenvolvimento das forças produtivas dá-se, portanto, através do que, em cada período, a natureza pode oferecer ou no que há de tecnologia para o desenvolvimento dos meios de produção, mais a formação dos indivíduos dessa época, também condicionados por um processo cultural anterior. Mas essa formação dos indivíduos (relação social e de trabalho) é motivada, de maneira dialética, pelo modo de produção de sua época. Que, por sua vez, determina o modo de pensar dos indivíduos dessa mesma época. Portanto, a produção da consciência é também um produto do tempo histórico.

O capitalismo, então, é resultado de uma série de alterações que foram surgindo a partir não só das necessidades que tinham os indivíduos ao longo de seu desenvolvimento, mas também das necessidades que foram criadas por eles mesmos e pelas condições naturais capazes de prover determinados meios de produção em diferentes períodos. A crise de 2008, que tem seus primeiros indícios na década de 90, possui uma série de vestígios da recessão da década de 70, e assim sucessivamente. Para David Harvey, “as condições que prevaleciam nos anos 30 e que surgiram periodicamente desde 1973 têm de ser consideradas manifestações típicas da tendência de superacumulação” (1992, p. 170). Isto é, manifestações típicas do capitalismo.

Este sistema, presente ainda hoje na quase totalidade dos países no mundo, vem desenvolvendo-se constantemente e cada vez mais veloz. Suas contradições geram as crises econômicas e, consequentemente, as crises políticas, como a que atualmente estamos presenciando no Brasil. De acordo com alguns economistas, “a evolução histórica do capitalismo e sua realidade contradizem a alegada ‘harmonia’ do sistema que figura nos livros de economia neoclássica. Se tomarmos o caso dos Estados Unidos, de 1810 a 1920, encontramos, ao menos, 15 crises” (FOLADORI; MELAZZI; KILPP, 2016, p. 203-204). Essas crises cíclicas resultam na reinvenção de outras formas de acumulação de capital que, em geral, requerem novas formas de relações sociais e trabalhistas.

De maneira dialética, alteram-se as relações sociais, o modo como as pessoas interpretam o lugar em que vivem e experienciam a sua existência e a maneira como nos relacionamos uns com os outros. No mundo do trabalho, por exemplo, isso é bastante marcante. Pois, “cada nova força produtiva tem como consequência um novo desenvolvimento da divisão do trabalho” (MARX; ENGELS, 1979, p. 29). Os autores afirmam que o modo de divisão do trabalho é o que caracteriza o grau de desenvolvimento do modo de produção de uma determinada nação.

A consciência, dizem os autores, é determinada pela vida, que, no seio da formação do capitalismo, é uma consciência produzida através de uma ideia do real e não do real em sua materialidade. E este desenvolvimento da consciência, condicionado pelas necessidades criadas a partir dos meios existentes, vai definir, no processo histórico, as formas de divisão do trabalho. Pois,

> a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendra a oposição entre natureza e história. Consequentemente, tal concepção apenas vê na história as ações políticas dos príncipes e do Estado, as lutas religiosas e as lutas teóricas em geral, e vê-se obrigada, especialmente, a compartilhar, em cada época histórica, a ilusão dessa época (MARX; ENGELS, 1979, p. 57).

Além do proletariado estar cada vez mais submetido à classe dominante através do aprofundamento da divisão do trabalho, e, paulatinamente, distanciando-se do poder sobre a produção de sua própria subsistência, lhes é apresentada uma história do real a partir da representação do real feita pela classe que o domina no mundo do trabalho. E agora, no mundo das ideias. Isto é, a imaginação de um real que não corresponde à materialidade da vida da classe trabalhadora é o que determina a práxis desses homens. E, por isso, “as ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias [...]; portanto, as ideias de sua dominação” (MARX; ENGELS, 1979, p. 72). Dito isto, é possível compreender as motivações da mídia hegemônica na sua formulação do real em concomitância com os interesses de “uma classe social fundamental” (Coutinho, 1992).

Como vimos anteriormente, formou-se no Brasil Colônia uma elite brasileira que determinou as diretrizes políticas e econômicas ao passo que ocorriam

transformações no Brasil Império e no Brasil República. Aqui, o capitalismo aprofundava-se de acordo com o desenvolvimento cultural e tecnológico disponível. Enquanto que nos Estados Unidos já se falava em flexibilização do trabalho, no final da década de 90 do século passado vivíamos a entrada do neoliberalismo e, portanto, das privatizações, desregulamentações e abertura de mercado.

Em 1995, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o então presidente lançou um programa chamado Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Nele, tratava o país como empresa visto que buscava construir uma administração pública de caráter "'gerencial', baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que, numa sociedade democrática, é quem dá legitimidade às instituições e que, portanto, se torna 'cliente privilegiado' dos serviços prestados pelo Estado"[9]. E desde este momento já anunciava a flexibilização dos servidores públicos como forma de ajuste fiscal. Uma reforma previdenciária também era prevista neste plano, justificada sob "o ponto de vista fiscal". Esta política levava, nitidamente, em consideração o Consenso de Washington (1989), uma recomendação internacional para aplicação do modelo neoliberal. Com isso, em 1995 foi criado o Conselho Nacional de Desestatização (CND) e no período de 1 ano foram feitas 19 desestatizações no Brasil[10].

Em 1998, foi aprovada a Emenda Constitucional 20, em que o tempo de serviço do trabalhador seria contabilizado a partir do tempo de contribuição com o INSS, de 30 anos para as mulheres e 35 para os homens. Além desta Emenda, o governo propôs a definição de uma idade mínima. Contudo, um Deputado Federal do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de São Paulo, Antonio Kandir, votou errado e, por um voto, esta alteração não ocorreu. Os Deputados do Partido dos Trabalhadores caçoaram do erro, o chamando de 'companheiro'. Nos anos seguintes, tanto nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva quanto nos governos de Dilma Rousseff, alterações antipopulares na previdência também ocorreriam.

Alguns anos depois, em 2000, o Departamento Intersindical de Assessoria

---

[9] PLANO Diretor de Reforma do Aparelho do Estado. Presidência da República, Brasília, 1995. Disponível em:<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2019

[10] HISTÓRICO. Banco Nacional do Desenvolvimento. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/Historico>. Acesso em 20 jan. 2019.

Parlamentar escrevera o seguinte:

> O Ministério do Trabalho deve encaminhar ao Congresso, ainda neste mês de abril, algumas emendas constitucionais instituindo a liberdade sindical plena e retirando a condição de norma pública e de caráter irrenunciável da legislação trabalhista, mediante a permissão de renúncia, de redução ou de flexibilização dos direitos assegurados aos trabalhadores tanto na Constituição quanto na CLT. Essa iniciativa faz parte do acordo com o FMI e atende à recomendação das agências internacionais (Banco Mundial, Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico - OCDE, Organização Mundial do Comércio ? OMC, etc) que já lograram implementar essas medidas em países como a Argentina e México, entre outros. No caso brasileiro, apesar de não ter sido prioridade do governo, as relações de trabalho já passaram por mudanças significativas nestes últimos seis anos, muitas das quais resultaram em maior flexibilidade e facilidade para a dispensa e contratação de pessoal com redução de custos para as empresas. Embora não tenha havido alteração constitucional, exceto a extinção da representação classista e a contratação de servidores pelo regime da CLT, já ocorreram várias mudanças no plano infraconstitucional, além de muitas decisões judiciais que resultaram no barateamento do custo da mão- de -obra e na precarização das relações de trabalho[11]

Dessa forma foram marcados os governos de FHC: política de ajuste fiscal, venda das estatais, flexibilização da legislação trabalhista e prioridade ao Estado em sentido privado. Com o aprofundamento da crise do capital, os interesses das diferentes partes começam a entrar em conflito. Os liberais possuem uma agenda, os reformistas outra, os conservadores outra e a mídia a agenda do agronegócio, principalmente. Contudo, as diretrizes capitalistas para a saída da crise prevaleceram em diversos países nos últimos anos. Mas dessa disputa entre interesses, alguns resultados inesperados surgiram como, por exemplo, o crescimento de candidaturas de extrema-direita - nos Estados Unidos com Donald Trump, no Brasil com Jair Bolsonaro e na França com Marine Le Pen - e militantes especializados em elaborar mentiras e “torná-las” verdades. Com isso, a agenda liberal de reformas tem sido predominante em diversas nações e o mundo do trabalho vem sofrendo profundas alterações com o aumento do trabalho improdutivo nas cidades e com a intensa precarização da mão-de-obra no trabalho produtivo, também nas cidades, mas principalmente nas áreas rurais onde atua o agronegócio, viabilizada pela Reforma Trabalhista.

As mudanças foram percebidas e sentidas de maneira significativa há menos

---

[11] REFORMA Trabalhista no governo FHC. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/6120-reforma-trabalhista-no-governo-fhc>. Acesso em: 20 jan. 2019

de uma década. Elas gradualmente acompanharam a crise de 2008, no Brasil, construindo alianças no Congresso Nacional, fazendo acordo com sindicatos reformistas, propagandeando a “modernização” do trabalho como parte natural do processo evolutivo. Essa nova configuração ainda está em seu processo formativo. A Reforma Trabalhista e a Lei da Terceirização foram aprovadas, mas a Reforma da Previdência ainda não saiu do Congresso e não dá indícios da possibilidade de sair em breve; e ela é fundamental nesta agenda, pois, entre outras coisas, aumenta a reserva de trabalhadores para atuarem de maneira precarizada no mercado, regulando a taxa de lucro do capital e a fazendo subir. Para entender melhor, é importante compreender o que foi a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) no período varguista e qual é a atual configuração do modo de produção.

3.2 Notas sobre o trabalho: a consolidação das leis trabalhistas e a atual configuração do modo de reprodutibilidade do capital

O trabalho possui diversas etapas (a comunidade primitiva, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo), relacionadas com o modelo econômico e político de cada momento da história (FOLADORI, MELAZZI, KILPP, 2016). Suas alterações relacionam-se, historicamente e de maneira dialética, com a estruturação e reformulação da economia ao longo dos séculos.

No Brasil, durante muito tempo não houve uma legislação que regulasse o trabalho, mas trabalhadores e trabalhadoras sempre reivindicaram condições que lhes garantisse acesso aos suprimentos básicos de existência em sua relação com o trabalho. Após a abolição da escravatura no Brasil, em 1888, alguns decretos foram sendo criados ao longo dos anos. Com isso, "o fim da exploração da mão de obra gratuita e as consequentes contratações de serviços assalariados impulsionaram os debates que, na época, já eram assuntos em voga na Europa, que vivia os efeitos da Revolução Industrial"[12]. A primeira metade do século XX, foi marcada fortemente por intensas reivindicações de trabalhadores e trabalhadoras, com formação de greves e organização de sindicatos. Segundo Batalha,

> já sob a constituição republicana, a última década do século XIX e os primeiros anos de século XX presenciaram o surgimento de uma forma de associação de novo tipo: o sindicato operário. [...] Enfrentavam questões como a jornada e as condições de trabalho, os salários, a forma de pagamento, etc (2001, p. 15).

Tais reivindicações, eram fruto de uma relação trabalhista em que os empregadores decidiam de acordo com seus próprios interesses, as condições de trabalho dos empregados. Não havia uma legislação que definisse o horário de trabalho máximo por semana ou um salário mínimo fixo, por exemplo. Por isso, trabalhadores se organizaram para que sua condição de trabalho e, portanto, de vida, fosse menos precária. Mas esse movimento, heterogêneo e, certamente, de resistência, teve de lidar com a repressão estatal e a defensiva do patronato, que passou a se organizar para combater as greves e a organização dos trabalhadores e trabalhadoras. Por alguns anos, operários/as organizados/as foram presos e

---

[12] HISTÓRIA: A criação da CLT. Jusbrasil, 2013. Disponível em: <https://trt-24.jusbrasil.com.br/noticias/100474551/historia-a-criacao-da-clt>. Acesso em: 10 nov. 2017.

perseguidos, e, com isso, por um período, as organizações da classe trabalhadora existiram como clandestinas (BATALHA, 2000). Os primeiros 20 anos do século XX foram marcados por intensas greves, assim como, por rupturas e fragmentações no movimento sindical.

> Mais uma vez a jornada de oito horas torna-se uma das exigências principais, acompanhada de outras como o descanso semanal, a igualdade de salários entre homens e mulheres, o reconhecimento do direito de organização e expressão dos trabalhadores e a diminuição dos preços dos gêneros de primeira necessidade (BATALHA, 2000, p. 54).

Se de um lado, trabalhadores organizavam greves e criavam novas organizações de base, por outro, a burguesia encontrava suas próprias maneiras para confrontar a organização da classe trabalhadora. Para Viana (2013, p. 32-33).

> No começo do século XX, o Brasil já era República, e a mesma miséria provocava, às vezes, fortes discussões entre os políticos sobre a questão social. Em geral isso acontecia enquanto duravam as greves - e alguma proteção às vezes surgia. De todo modo, a ideia geral, mais forte, era que as leis não deviam interferir na vontade das pessoas. Por isso, patrão e empregado deviam decidir o que fosse melhor para eles. Esse era o pensamento do liberalismo.

Antes mesmo da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943, alguns dispositivos jurídicos no mundo do trabalho surgiram como a criação do Ministério do Trabalho em 1930, a Carta Constitucional em 1934 (estabelecendo salário e horário mínimo de trabalho, por exemplo) e o decreto 6.596 de 1940 (resolução de conflitos entre empregadores e empregados pela lei). Em 1946, pós-Vargas, a Assembleia Constituinte reconheceu o direito de greve, o repouso remunerado nos domingos e feriados, o seguro contra acidentes no trabalho, entre outros.

Desde então, foram criadas e modificadas diversas leis trabalhistas, mas as principais conquistas, que foram consequência da organização da classe trabalhadora, se mantiveram. Com a lei da Reforma Trabalhista, a reformulação proposta modifica significativamente o modo de relação de trabalho e retira direitos conquistados pela classe trabalhadora brasileira em tempos recentes. Mas essas alterações não são de ordem natural. São a resposta que a elite política brasileira está dando para a crise do capitalismo no século XXI.

Entender como está estruturada a nova morfologia do trabalho na perspectiva da atual configuração do capitalismo é fundamental para que possamos identificar

as significações construídas na narrativa da Folha de São Paulo, de O Estado de São Paulo e de O Globo. Afirmar que há uma nova morfologia do trabalho não pressupõe dizer que esta encontra-se inteiramente estruturada na sociedade brasileira. Mas significa dizer que pode haver a tentativa pelos setores que compõem o capital de estruturação dessa morfologia intrínseca ao atual contexto econômico de configuração do capitalismo. E por isso precisamos compreender onde se situam os meios de comunicação neste processo.

O sociólogo Ricardo Antunes possui uma extensa e profunda pesquisa sobre a morfologia do trabalho desde a década de 90. Acompanha, portanto, as distintas modificações que ocorreram ao longo dos anos que seguem até os dias atuais. Na perspectiva do sociólogo, diferente do que alguns intelectuais têm dito a respeito do trabalho, este não vai sumir, pois, para Antunes, o trabalho imaterial e improdutivo é um tipo de trabalho, representado pela nova configuração da financeirização do capitalismo. Nesta nova configuração o contrato trabalhista vai desaparecer, flexibilizando e precarizando ainda mais as relações laborais. Segundo Antunes (2015), a modernização é a destruição do trabalho, onde o negociado passa a ter dominação sobre o legislado e cresce a informalidade. Para o sociólogo, foi ocasionada uma simbiose na década de 90 com “elementos herdeiros do fordismo (que ainda encontram vigência em vários ramos e setores produtivos) e novos instrumentos próprios da acumulação flexível (lean production)” (2018, p. 118) e foi “a combinação entre neoliberalismo, financeirização da economia e reestruturação produtiva” (2018, p. 120), nos governos Collor e FHC, que provocou as metamorfoses no mundo do trabalho e hoje são intensificadas com o avanço tecnológico e o surgimento de infoproletários[13]. Portanto, a classe trabalhadora hoje é heterogênea, composta por trabalhadores dos setores improdutivo e produtivo, superqualificados, precarizados, de serviços, entre outros.

A lei da Reforma Trabalhista recentemente aprovada é um projeto político deste atual momento do capital e subsídio para a consolidação do atual paradigma do capitalismo: a reformulação das relações de produção. Propostas de uma reforma na legislação trabalhista têm sido pautadas há alguns anos no Brasil. No século XXI, ela esteve presente desde o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passando pelo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, entrando em

[13] Sobre isso ler: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (orgs). Infoproletários: Degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

vigor no governo do presidente interino Michel Temer. A narrativa aqui analisada é do editorial de 26 de dezembro sobre a proposta de Reforma Trabalhista, alguns dias após o Projeto de Lei (PL) 6787/16 ter sido apresentado em plenário na Câmara dos Deputados.

O PL 6787/16 visava reformar a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Propunha alterar, por exemplo, as negociações sobre jornada de trabalho e férias, para que passassem a ser feitas entre empregadores e empregados, assim como o trabalho intermitente, em que os trabalhadores passariam a ser pagos por horas de trabalho e não mais pelo mês de trabalho e a rescisão contratual feita na empresa e não nos sindicatos[14]. Em abril de 2017, o PL foi aprovado na Câmara de Deputados e, em maio do mesmo ano, entrou em tramitação no Senado, sendo aprovada nesta instância em julho de 2017. Em novembro do mesmo ano, a Lei 13.467/17, da Reforma Trabalhista, entrou em vigor.

[14] CONFIRA os principais pontos da proposta da reforma trabalhista. Câmara dos Deputados, Brasília, 24 abr. 2017. Disponível em: :<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/530500-CONFIRAOS-PRINCIPAIS- PONTOS-DA-PROPOSTA-DE-REFORMA-TRABALHISTA.html>. Acesso em: 20 jan. 2019.

3.3 O governo Temer e a Reforma Trabalhista

Como já mencionamos, as crises econômicas resultam em crises políticas, esta última não acontece apenas com a crise econômica mas acontece sempre que há crise econômica. Portanto, não poderia ser diferente no Brasil. A agenda de reformas era urgente para a burguesia e sem um governo que levasse adiante, não era possível mantê-lo no poder. Não que o governo Dilma não estivesse disposta a essa agenda (e esteve em muitos momentos), mas era preciso um governo que não tivesse que dar respostas aos movimentos sociais. Minimamente, o Partido dos Trabalhadores tinha interesse em manter sua aliança com o movimento sindical e outros, primeiro porque é reformista e não conservador e segundo que vinha sendo pressionado por esses mesmos movimentos. Dessa forma, iniciou-se uma campanha jurídica e midiática em busca de algum furo capaz de mudar a liderança no governo e convencer a população de que isso era necessário para o Brasil sair de uma crise econômica que não dependia apenas da resolução de problemas internos.

A mídia empenhou-se em deturpar, a longo prazo[15], não só o Partido dos Trabalhadores, mas tudo o que representa a luta social, colocando no pacote imediatamente a criminalização dos movimentos sociais, contribuindo para um ódio generalizado e para a elaboração de um real capaz de convencer que o Brasil precisava livrar-se “deste mal”. E esta foi a sensação assumida por uma parcela significativa da população. Não à toa, Jair Bolsonaro foi eleito presidente (sic) em 2018.

Em dezembro de 2015, foi protocolado na Câmara dos Deputados, sob presidência do ex-Deputado Federal, Eduardo Cunha, cassado em 2016 por ter mentido em Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre contas no exterior e preso no mesmo ano por envolvimento em um esquema da Caixa Econômica Federal. A denúncia por crime de responsabilidade contra Dilma Rousseff foi feita por Hélio Bicudo, procurador aposentado, e por dois advogados: Janaína Paschoal e Miguel Reale Júnior. Nesse momento, já havia um sentimento de descontentamento com o governo do PT expresso nas ruas.

---

[15] Em 2005, os telejornais foram incansáveis na denúncia contra o escândalo do mensalão. Contudo, embora tivessem outros partidos envolvidos (PPS, PTB, PR, PSB, PMDB, PRP, PP e PT), a maior crítica foi direcionada ao PT e intensificou-se a partir de 2013.

A votação na Câmara dos Deputados foi vergonhosa e demonstrou o pior da sociedade brasileira. Homens e mulheres da política manifestaram sua ignorância e seu ódio, mas sobretudo sua hipocrisia. Em nome de torturador, em defesa de uma moral que nenhum homem conservador cumpre e sob justificativas éticas de políticos já envolvidos em escândalos de corrupção, o impedimento passou na Câmara e foi para o Senado. Esta derrota estava anunciada há algum tempo. Durante os três meses de análise no Senado, Dilma foi afastada e Michel Temer assumiu interinamente até agosto, quando o processo foi concluído. Importante mencionar que as tais pedaladas fiscais, sejam elas ilícitas ou não, prejudicavam diretamente os banqueiros.

Em seu discurso de posse[16], no dia 12 de maio de 2016, Michel Temer declarou: "Há matérias, meus amigos, controvertidas, como a reforma trabalhista e a previdenciária. A modificação que queremos fazer, tem como objetivo, e só se este objetivo for cumprido é que elas serão levadas adiante, mas tem como objetivo o pagamento das aposentadorias e a geração de emprego". Contudo, desde a Reforma Trabalhista o desemprego apenas cresce[17].

Com isso, "o objetivo perfilado pelo governo de Michel Temer, no universo das relações de trabalho, é corroer a CLT e cumprir a 'exigência' do empresariado (...) cujo objetivo não é outro senão implantar a sociedade da precarização total do trabalho no Brasil" (ANTUNES, 2018, p. 270). Após findado o governo do PMDB, tenta-se a todo custo aprovar a última reforma da agenda liberal: a previdenciária. Mais uma vez a mídia articula suas significações míticas a fim de levar adiante, com apoio popular, esta pauta. Contudo, a resistência e as divergências entre as casas do congresso Nacional não tem dado conta de aprová-la. Ainda mais sob um governo que há poucos meses no poder não só não é capaz de governar, como também já está inundado de escândalos. E a grande imprensa dividida entre a crítica ao governo de Bolsonaro, visto que o plano não era esse, e a necessidade de que este mesmo governo seja capaz de aprovar a Reforma da Previdência. O

---

[16] LEIA íntegra do discurso de posse do presidente interino Michel Temer. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 mai 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770780-leia-integra-do-discurso-de-posse-do-presidente-interi no-michel-temer.shtml>. Acesso em: 19 jan. 2019.

[17] DESEMPREGO sobe e atinge 12,7 milhões de pessoas após dois trimestres de queda. Agência IBGE Notícias, 27 fev 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23867-desemprego-so be-e-atinge-12-7-milhoes-de-pessoas-apos-dois-trimestres-de-queda>. Acesso em: 20 jan de 2019.

desfecho desta história ainda está longe de ser vislumbrado. Enquanto isso, a população carece de condições dignas de trabalho e de vida.

4 NARRATIVAS SOBRE AS RELAÇÕES CAPITALISTAS CONTEMPORÂNEAS

4.1 Os procedimentos típicos da imprensa burguesa na construção de um ideal da modernização

O desenvolvimento das forças produtivas ao longo da história é marcado por uma série de alterações no mundo do trabalho justamente porque “cada nova força produtiva tem como consequência um novo desenvolvimento da divisão do trabalho” (MARX; ENGELS, 1979, p. 29). Da mesma forma, cada nova força produtiva é marcada por uma série de influências da formação cultural de uma determinada época e do nível de articulação dos grupos dominantes e dos movimentos de resistência. Com a mesma importância, os recursos naturais. Todos estes, dialeticamente, condicionados e condicionantes do desenvolvimento da história.

Essa reflexão é importante para compreendermos que os fatores que permeiam hoje nossa atual crise são fruto de um longo processo interferido não por mudanças contínuas e lineares ou simplesmente locais, mas, pelo contrário, por relações de dominação e também de resistência. Somos o resultado das complexidades naturais, sociais, políticas e econômicas existentes e transformadas pela hegemonia do capitalismo. Este sistema baseia-se na acumulação de capital e em outras formas de dominação a fim de manter sua hegemonia, elaboradas no âmbito comunicacional com a corroboração da indústria cinematográfica, da propaganda, dos meios de comunicação etc.

Nas três primeiras décadas do século passado, diversos países foram marcados por uma onda de lutas da classe trabalhadora pelo direito de se organizar em sindicatos e por condições de trabalho menos exaustivas. O fordismo, nos Estados Unidos, era categórico neste sentido. Trabalhadores eram vigiados e se pegos em conversas, eram imediatamente demitidos[18]. E então, fábricas começaram a ser ocupadas e os trabalhadores, cansados, iniciaram greves. O direito à organização sindical era uma das pautas. No Brasil, em 1906 acontecia o primeiro Congresso Operário Brasileiro que, além das linhas políticas que iriam nortear a luta sindical no país, deu origem à Confederação Operária Brasileira, fundada em 1908. Era o início do debate sobre o mundo do trabalho em um país que recentemente

[18] NA LINHA DE MONTAGEM. Renato Tapajós. São Paulo, 1982. (53 min. e 36 seg.), son., color. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=2mLCYiTX5lU>. Acesso em: 12 mai. de 2017.

havia abolido a escravidão. Com “o fim da exploração da mão de obra gratuita e as consequentes contratações de serviços assalariados impulsionaram os debates que, na época, já eram assuntos em voga na Europa, que vivia os efeitos da Revolução Industrial”[19]. A primeira metade do século XX, foi marcada fortemente por intensas reivindicações de trabalhadores e trabalhadoras, com formação de greves e organização de sindicatos, associações e confederações. Muitas delas com linhas socialistas e anarquistas, sendo a última corrente bastante expressiva. Segundo Batalha,

> já sob a constituição republicana, a última década do século XIX e os primeiros anos de século XX presenciaram o surgimento de uma forma de associação de novo tipo: o sindicato operário. [...] Enfrentavam questões como a jornada e as condições de trabalho, os salários, a forma de pagamento, etc (2001, p. 15).

Da mesma forma que a classe trabalhadora respondia às condições degradantes de vida e de trabalho articulando a resistência, também sofriam com a reação. O período varguista, coberto de contradições, a começar pela Constituição de 1934 que limitava a ação dos sindicatos apenas para brasileiros ou estrangeiros com 5 anos de estadia no Brasil e punia com cárcere quem organizasse greve em alguns serviços, compreendidos pela legislação como ‘essenciais’[20]. Isto significa que

> as leis sociais e sindicais surgidas no país vinculadas ao assédio do Estado, tinham também a incumbência de dificultar uma maior agregação dos trabalhadores, propiciando o surgimento de entidades preocupadas apenas com as suas condições corporativas, evitando assim a formação de extensas redes geográficas de combate ao Capital (PAULA, 2018, p. 67).

Contudo, uma série de mudanças foram acontecendo. Antes mesmo da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943, alguns elementos jurídicos no mundo do trabalho haviam sido criados, sendo alguns deles o surgimento do Ministério do Trabalho em 1930, a Carta Constitucional em 1934 (estabelecendo salário e horário mínimo de trabalho, por exemplo) e o decreto 6.596 de 1940

---

[19]HISTÓRIA: A criação da CLT. Jusbrasil, 2013. Disponível em: <https://trt-24.jusbrasil.com.br/noticias/100474551/historia-a-criacao-da-clt>. Acesso em: 15 fev. 2017.

[20] DECRETO-Lei 24.694, de 12 de julho de 1934. Portal da Câmara dos Deputados, Brasília. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24694-12-julho-1934-526841-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 ago. de 2018.

(resolução de conflitos entre empregadores e empregados pela lei). Em 1946, pós-Vargas, uma Assembleia Constituinte reconheceu o direito de greve, o repouso remunerado nos domingos e feriados, o seguro contra acidentes no trabalho, entre outros. O governo Vargas, portanto, instalou-se na história trabalhista brasileira como o político da CLT, que verdadeiramente teve uma importância para as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, mas também como o político autoritário que perseguiu sindicalistas e grevistas e entregou militantes ao nazismo.

Dessa forma, assim como os editoriais apresentam argumentos a fim de justificar o que os jornais chamam de 'modernização trabalhista' afirmando que a Reforma Trabalhista possui "medidas que visam a arejar a arcaica legislação da década de 1940"[21], usufruem da mesma forma de um discurso que retira da classe trabalhadora organizada qualquer influência sobre a CLT, colocando-a em uma significação simplista de que ela é uma "legislação trabalhista imposta pela ditadura do Estado Novo (1937-1945)[22]".

A atual crise mundial de 2008, inicia-se na década de 1990 como consequência da crise imobiliária nos Estados Unidos. Esta crise é resultado de uma política de facilitação de crédito feita pelos bancos de Wall Street para a compra de hipotecas que eram revendidas a um banco de investimento que, por sua vez, revendia a outros investidores. Na tentativa de manter o fluxo das compras das hipotecas direto com os proprietários e revender ao banco de investimentos, os bancos de Wall Street flexibilizaram os critérios de admissão da compra dessas hipotecas e as revendiam como se fossem seguras. No entanto, o não pagamento dessas hipotecas criou o que ficou conhecido como bolha imobiliária, já que havia um enorme número de casas desabitadas e uma enorme quantidade de pessoas endividadas. Com isso, os bancos de Wall Street, o banco de investimentos e os investidores foram à falência.

As consequências aos outros países aconteceram devido ao aumento do dólar e à diminuição de investimentos de capital estrangeiro, como aconteceu no Brasil, para citar um exemplo mais próximo. Em nosso caso, em 2009, o governo brasileiro, sob a presidência de Lula da Silva, contornou a situação - a curto prazo, como qualquer "solução" pelas vias do capital -, emprestando dinheiro público com baixas taxas de juros do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) a empresas

[21] Editorial O Estado de São Paulo (São Paulo), 19/02/2017.
[22] Editorial O Estado de São Paulo (São Paulo), 10/04/2017.

privadas.

Essa articulação garantiu uma certa segurança para o capital privado até 2016. O país já vivia um conturbado momento político, com diversos esquemas de corrupção sendo levados à público e uma campanha dos meios de comunicação hegemônicos na criação de um ambiente completamente instável e catastrófico. Com isso, essa crise econômica iniciada lá na década de 1990 e que atingiu todos os países do globo, foi apresentada pelos meios de comunicação sob a alegação de que a economia brasileira vivia diante de um "atoleiro legado pela irresponsabilidade e incompetência do populismo lulopetista"[23]. Momento cujo qual teve Lula da Silva como "mentor intelectual da grande crise que engolfou o País"[24].

Em outro artigo, a Revista Época, do Grupo Globo, intitulado "Como o Brasil entrou, sozinho, na pior crise da história"[25], o periódico constrói uma narrativa a fim de demonstrar como o Brasil, por um erro de cálculo de responsabilidade exclusiva do governo, entrou em crise econômica. Inicialmente, o texto apresenta um caráter histórico, relembrando rapidamente como o Brasil se recuperou da crise de 1929. O texto também fala de outros países que estão enfrentando a atual crise. Aparentemente, o título não faz muito sentido em um texto que apresenta uma crise econômica realmente global e não apenas local. No entanto, a intenção é justamente retirar o caráter de um problema intrínseco a um determinado modelo de sistema econômico, ao afirmar que, a crise econômica, mesmo global, é causada por erros políticos dos países em questão. Como se, coincidentemente, todos os países do mundo cometessem erros políticos exatamente no mesmo período histórico, resultando numa crise econômica em grande escala. No caso do Brasil, "as explicações para termos chegado a esse ponto envolvem, obrigatoriamente, a crise política"[26].

Procedimentos como esse são muito comuns em textos dos grandes veículos de comunicação brasileiros, e podem ser chamados de mito. Nesse caso, trata-se do esvaziamento da própria história e dos conceitos que a explicam para, com isso, elaborar outros modos de significação. Isto é, "o mito é constituído pela eliminação

---

[23] Editorial de O Estado de São Paulo (São Paulo), 19/02/2017.
[24] Idem.
[25] COMO o Brasil entrou, sozinho, na pior crise da história. Época, 4 abr 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/04/como-o-brasil-entrou-sozinho-na-pior-crise-da-historia.ht
ml>. Acesso em 20 ago. 2018.
[26] Idem.

da qualidade histórica das coisas: nele, as coisas perdem a lembrança da sua produção" (BARTHES, 2001, p. 163). Esse esvaziamento confere ao mito, diz Barthes, a capacidade das argumentações movimentarem-se. Um exemplo disso é justamente verificado em editorial de alguns desses veículos em 2009, quando o governo petista resolveu utilizar o dinheiro público para empréstimo as empresas privadas. Um dos jornais afirmava que "tem a direção correta o conjunto de medidas anunciadas na semana passada pelo governo para dar mais fluidez ao mercado de crédito, reduzir os custos das operações e atender ao segmento empresarial"[27]. Já, em 2016, no momento mais intenso da crise política, ano de Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o mesmo jornal afirmou que o governo petista utilizou o BNDES "para dar apoio financeiro a projetos empresariais selecionados de acordo com os interesses do governo"[28]. Críticas geralmente acompanhadas de uma "solução": as reformas trabalhista e previdenciária e a lei da terceirização[29].

O linguista Noam Chomsky vai dizer que os conglomerados de comunicação são verdadeiras fábricas de consenso e atuam como empresas de propaganda. O autor cita alguns exemplos como a guerra do Vietnã e da Guatemala e de como jornais como o The New York Times elaboravam uma outra representação desse real a fim de legitimar as ações do governo dos Estados Unidos. Chomsky relata que um antigo teólogo estadunidense, Reinold Niebuhr,

> afirmaba que la racionalidad es una técnica, una habilidad, al alcance de muy pocos: solo algunos la poseen, mientras que la mayoría de la gente se guía por las emociones y los impulsos. Aquellos que poseen la capacidad lógica tienen que crear ilusiones necesarias y simplificaciones acentuadas desde el punto de vista emocional, con el objeto de que los bobalicones ingenuos vayan más o menos tirando. Este principio se ha convertido en un elemento sustancial de la ciencia política contemporánea (CHOMSKY, 2005, p. 22-23).

A partir desse princípio, os grandes jornais elaboram uma ilusão necessária

---

[27] Editorial de O Estado de São Paulo (São Paulo), 22/05/2009.
[28] Editorial de O Estado de São Paulo (São Paulo), 13/12/2016.
[29] Em 2017, após o Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, uma agenda de reformas foi apresentada ao Congresso Nacional pelo presidente interino Michel Temer, antes vice de Rousseff. Nesta agenda, continham três propostas de alteração na Constituição, sendo elas a Lei da Terceirização 13.429/17, que permite a terceirização de atividades-meio e atividades-fim. Isto é, permite a contratação de uma empresa que preste serviço em qualquer ramo a outra empresa contratante; a Lei da Reforma Trabalhista 13.467/17, que altera basicamente toda a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e dá ao empregador poder de decisão sobre tempo de férias, horas de trabalho, o tipo de pagamento de hora extra e retira do Ministério do Trabalho o poder sobre essas negociações; e a Reforma da Previdência, que prevê o aumento na idade mínima para aposentadoria e outras alterações. Esta última não passou no Congresso Nacional.

para, posteriormente, apresentar uma solução que sirva aos seus próprios representantes e interesses. Nesse sentido, falsificam a história. Para Chomsky, isso significa "simular que quando atacamos e destruímos a alguém o que estamos fazendo na realidade é proteger e defender a nós mesmos dos piores monstros e agressores" (2005, p. 53, tradução nossa). Enquanto que, para Barthes, é um ato que "confere-lhes simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética, qualquer elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradições" (2001, p. 164). Ambos estão corretos. Ao mesmo tempo em que os conglomerados de comunicação brasileiros atribuem uma crise global e sistêmica a um erro político local, também criam os inimigos do Brasil, chamados de mafiosos[30] ou denominados como membros de um gangsterismo sindical[31]. Diria Barthes que "o ponto capital em tudo isto é que a forma não suprime o sentido, empobrece-o apenas, afasta-o, conservando-o à sua disposição" (2001, p. 140). Dessa forma, os editoriais podem abordar um mesmo assunto, em momentos diferentes, de maneiras, inclusive, opostas, como o fazem com o tema do BNDES em 2009, em oposição à 2016.

O mito em Barthes busca demonstrar como é feita a apropriação da história, concedendo a ela um novo plano de conteúdo a um sistema de significação já existente. Isso é bastante comum sobre como são contadas as histórias de colonização nos livros oficiais, por exemplo. Nesse caso, o sistema de significação já existente é o da "chegada" dos portugueses ao Brasil em 1500. Mas é a partir daí que um novo plano de conteúdo lhe é atribuído. Isto é, apropria-se de uma história, lhe rouba a fala (de milhares de indígenas) e, assim, elabora-se um novo plano de conteúdo, conferindo à história uma outra representação do real. Desse modo, é possível perceber o mesmo procedimento operando nos grandes meios de comunicação a respeito da crise econômica. Em vista disso, o novo plano de conteúdo outorgado à ela é apresentado como uma tragédia em uma trama com personagens criminosos e soluções mágicas.

Já sabemos que as crises do capital exigem novas formas de produção e, portanto, novas condições de trabalho. Por isso, a flexibilização da legislação trabalhista é uma das saídas apresentadas às vias do capital. Ela serve para que o mundo do trabalho se adeque às emergências de um sistema em crise para que os

---

[30] Editorial de O Estado de São Paulo (São Paulo), 29/04/2017.
[31] Idem.

gastos de seu pagamento não saia do bolso dos bancos. Esse novo momento histórico pode ser também conhecido como período de acumulação flexível que, para David Harvey, é

> marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1992, p. 140).

Contudo, "a acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego 'estrutural', rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical - uma das colunas políticas do regime fordista" (HARVEY, 1992, p. 141). Esses elementos que Harvey vislumbrava na década de 90 aparecem hoje com maior evidência no cotidiano das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. O alto nível de desemprego, a destruição da profissão bancária/o com o fechamento de centenas de agências bancárias em menos de dois anos e um forte investimento em propaganda dos bancos para o uso de transações bancárias do aplicativo em um smartphone, para citar um exemplo, novos perfis no conjunto da classe trabalhadora, insegurança salarial e a intervenção do neoliberalismo nos sindicatos pelo Estado. Em vista disso, os sindicatos não passam de "corporações de professores, policiais civis e outras"[32] aos olhos dos conglomerados de comunicação.

Para estes, o movimento sindical é uma indústria de "aventureiros de olho na divisão bilionária das contribuições sindical e assistencial"[33]. A depreciação dos movimentos sociais e de suas reivindicações é outra prática frequentemente utilizada nestes textos. Então, o tom dos textos é modificado a depender de situações muito pontuais como uma greve, em que os editoriais são escritos em um tom mais raivoso e depreciativo, criando uma tensão, e, posteriormente, constroem argumentos em um tom diferente para acabar com a tensão que eles mesmos criaram. O tom da modernização é o tom do apaziguamento. Referem-se à flexibilização da legislação trabalhista como se fosse um processo de evolução da humanidade. Ou então, de civilidade, como afirma O Globo quando diz que "permitir que patrões e empregados se entendam, em defesa do emprego, é questão de civilidade"[34]. Em editorial do Le Monde Diplomatique Brasil, o jornal cita um estudo

---

[32] Editorial de O Globo (Rio de Janeiro), 23/03/2017.
[33] Editorial de O Estado de São Paulo (São Paulo), 27/03/2017.
[34] Editorial de O Globo (Rio de Janeiro), 06/03/2017.

na tentativa de demonstrar como o contexto econômico das famílias brasileiras acarreta em sua subordinação a políticas de austeridade. Em suas palavras,

> segundo Negri e Hardt, vivemos um momento de transição nas formas de exploração capitalista: de uma ordem baseada na hegemonia do lucro (pela exploração do trabalho industrial), transitamos para uma ordem dominada pela renda, em que a dívida é um elemento central para produzir a subordinação e construir os elos de uma nova servidão[35].

Dessa maneira, os meios de comunicação hegemônicos que buscam a legitimação de uma necessidade do capital, possuem a estrutura de subalternização da vida da classe trabalhadora como uma facilitadora para a "organização das ideias historicamente necessárias ao desenvolvimento do capital e à conservação das relações capitalistas" (COUTINHO, 2014, p. 88). Em meio às turbulências políticas após o Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o Congresso Nacional iniciou uma forte campanha pela aprovação de uma agenda austera de flexibilização das relações trabalhistas, congelamento de investimos em serviços públicos, entre outras ações convenientes às necessidades do neoliberalismo. Em coluna publicada no Estadão e em O Globo em relação às reformas em pauta, do processo que seria analisado no Supremo Tribunal Federal sobre a cassação da chapa Dilma-Temer e sobre as delações premiadas, Fernando Henrique Cardoso anuncia: "quem porventura pretenda resolver a presente crise por meio de um conchavo encontrará na força das instituições, no ativismo da mídia e na indignação do povo barreira às soluções inventadas, por engenhosas que sejam[36]". O aviso fazia referência ao pedido de Diretas Já! em protestos dos movimentos sociais que não reconheciam a legitimidade do governo de Michel Temer. O comentário a respeito do ativismo da mídia foi replicado em editorial de O Estado de São Paulo. O aviso estava dado.

O ativismo da mídia não pode ser visto de maneira pejorativa ou como mero instrumento que defende uma ideia. Vimos aqui a maneira utilizada por esses veículos na tentativa de dominar o processo histórico pelo pensamento, buscando dar novos sentidos à crise e construindo significações a fim de desorganizar os movimentos sociais, em especial o movimento sindical. Esse ativismo, portanto, pode ser capaz de favorecer a reelaboração não somente das relações trabalhistas,

---

[35] Editorial Le Monde Diplomatique Brasil (Brasília), 01/08/2018.

[36] CARDOSO, Fernando Henrique. As responsabilidades históricas. Estadão, São Paulo, 4 jun 2017. Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,as-responsabilidades-historicas,70001825107>. Acesso em: 17 jan 2019.

como instrumento de propaganda do Governo Federal, mas também é capaz de fabricar no imaginário social um inimigo simbolizado nos movimentos sociais. Este último pode acarretar no desmantelamento da organização dessas instituições que precisarão de um longo tempo para ter de volta a confiança da própria classe trabalhadora.

Dito isto, pretendemos, a seguir, sistematizar e descrever os procedimentos utilizados por esses veículos de comunicação com a finalidade de entender a forma (ético-política) utilizada por esses veículos para legitimar o atual processo de transição do capitalismo, o que, por consequência, nos levará a compreender como opera a ideologia da mídia hegemônica brasileira. Nossa próxima análise irá relatar a forma e o conteúdo exclusivamente dos editoriais selecionados com base na teoria já desenvolvida ao longo do trabalho.

4.2 Forma e conteúdo: estratégias de narrativas nos editoriais de Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e O Globo a respeito da Reforma Trabalhista

Nos Cadernos do Cárcere, Gramsci considera que no bloco histórico “as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma”. Para o autor, “as forças materiais não seriam historicamente concebidas sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (GRAMSCI, 1999, p. 238). Desse modo, o conteúdo corresponde a elementos econômico-sociais e a forma a elementos ético-políticos. Estes últimos são essenciais, pois correspondem à realidade de um momento da hegemonia, isto é, da direção cultural e moral. Segundo Gramsci (1999, v. I, p. 293), “observa-se que a história ético-política é uma hipóstase arbitrária e mecânica do momento da hegemonia, da direção política, do consenso, na vida e no desenvolvimento da atividade do Estado e da sociedade civil”. A história ético-política situa-se no campo da superestrutura, quer dizer, na sociedade civil e na sociedade política; enquanto os elementos econômicos sociais correspondem à estrutura. De acordo com a Filosofia da Práxis ambas devem ser consideradas para uma análise coerente da realidade. Com isso, “a filosofia da práxis, portanto, criticará como indevida e arbitrária a redução da história à simples história ético-política, mas não excluirá esta última” (GRAMSCI, 1999, v. I, 295).

Compreender, portanto, a história ético-política no contexto da mídia hegemônica brasileira durante o processo de transição do fordismo à acumulação flexível, significa compreender a forma que a ideologia desses conglomerados é articulada, servindo de base de sustentação ao conteúdo (forças materiais) que ela representa.

A partir dessas considerações, buscamos sistematizar a forma utilizada pelos três veículos de comunicação escolhidos para o desenvolvimento deste trabalho. Os procedimentos a seguir sistematizados não necessariamente foram os mesmos ou articulados da mesma maneira em outros momentos de crise do capital e transição do modo de produção e das relações trabalhistas. Não seria possível afirmar visto que analisamos apenas documentos referentes ao ano de 2017, em um contexto do materialismo que compreende a última década do século XX e o início do século XXI.

Antes de sistematizar os procedimentos, é importante explanar algumas peculiaridades observadas para entendermos a ideologia da mídia como, por

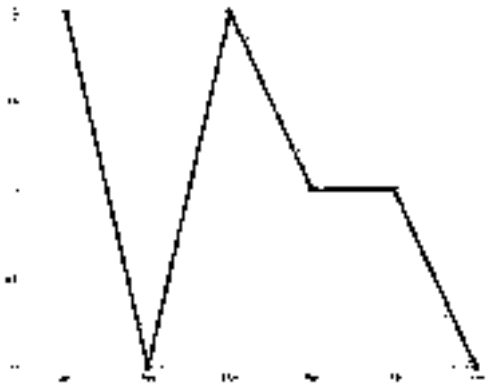
exemplo, a coluna de opinião de O Globo. Neste jornal, diferente dos outros dois analisados, a coluna de opinião contém de três a quatro textos. Geralmente um ou dois são assinados pelo jornal e sinalizados com “Nossa Opinião” no topo do box do texto em questão. Enquanto que os outros textos são assinados por outras pessoas que escrevem ao jornal, geralmente políticos e professoras/es. O interessante, neste caso, é que a maioria dos textos a respeito da Reforma Trabalhista na coluna de opinião de O Globo são os textos assinados por um jornalista do Grupo Globo. Com isso, o jornal pode se retirar da responsabilidade de defender a agenda neoliberal de Temer ao colocar um jornalista “da casa” para fazer o serviço.

Além disso, o Estado de São Paulo foi o jornal com maior número de editoriais sobre o tema, sendo o principal articulador das subjetividades coletivas desejadas para a legitimação da reestruturação do capitalismo no âmbito das relações trabalhistas. De janeiro a dezembro o jornal publicou cerca de 70 editoriais sobre a Reforma Trabalhista. Enquanto que O Globo apresentou um total de 28 e a Folha de São Paulo um total de 15 editoriais. Os gráficos abaixo demonstram as variações por mês da quantidade de textos de opinião dos três jornais. De janeiro a junho, meses dos editoriais analisados até então, o mês de abril é, nos três casos, o mês com mais concentração de textos de opinião; e não coincidentemente um mês de mobilização dos movimentos sociais e de greve geral contra a agenda de reformas.

Gráfico 1 - Estado de São Paulo / relação mês e quantidade de editoriais

Gráfico 2 - O Globo / relação mês e quantidade de editoriais

Gráfico 3 - Folha de São Paulo / relação mês e quantidade de editoriais



Ainda assim, mesmo com o número pequeno de textos assinados por dois dos três jornais analisados, a maneira como as reportagens, entrevistas e notícias são construídas é a mesma empregada nos editoriais. Os procedimentos não são diferentes. No entanto, o que há de diferente é que são textos de outros gêneros jornalísticos e assinados pelos jornalistas. Isto, de forma alguma, modifica o fato de que as escolhas feitas para a construção dos outros textos dos jornais são as mesmas que elaboram as significações míticas presentes nos editoriais. Embora queiram que pensemos o contrário como sinaliza o Manual de Redação do Estadão quando assevera à/ao jornalista da empresa a seguinte orientação: "Lembre-se de que o jornal expõe diariamente suas opiniões nos editoriais, dispensando comentários no material noticioso"[37].

Esse tipo de distinção entre texto de opinião e notícia, reforçado pela propaganda pró-isenção feita pelos próprios jornais, dá a impressão de que o jornal em seu conjunto não busca elaborar sentido algum sobre a realidade, apenas relatar fatos verdadeiros. Contar e reforçar essa história é imperativo importantíssimo para que esses jornais se retirem de qualquer contradição. Ou, simplesmente, sejam responsabilizados por suas atitudes. Por conta disso, insistem: "Faça textos imparciais e objetivos. Não exponha opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões"[38]. Esses argumentos circulam por todos os grandes grupos de comunicação. Segundo os Princípios Editoriais do Grupo Globo,

> todo esforço deve ser feito para que o público possa diferenciar o que é publicado como comentário, como opinião, do que é publicado como notícia, como informação. Fora do noticiário propriamente dito, os veículos do Grupo Globo buscarão ter um corpo de comentaristas, cronistas e colaboradores, fixos ou eventuais, que seja plural, representando o arco mais amplo de tendências legítimas em uma sociedade democrática. Articulistas, cronistas e colaboradores fixos têm de zelar para que os dados objetivos usados para sustentar suas opiniões estejam corretos. O mesmo deve acontecer com convidados, embora, neste caso, a responsabilidade pelo que é dito seja deles e não do veículo[39].

Igualmente acontece nas diretrizes a respeito de grupos econômicos, como demonstra o Grupo Folha em seus princípios editoriais, afirmando que os jornais do grupo devem "manter atitude apartidária, desatrelada de: governos, oposições,

---

[37]MANUAL de Redação. Estadão, São Paulo. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/manualredacao/gerais>. Acesso em: 21 ago. de 2018.
[38] Idem.
[39]PRINCÍPIOS Editoriais do Grupo Globo. O Globo, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>. Acesso em: 21 ago 2018.

doutrinas, conglomerados econômicos, grupos de pressão”[40]. Da mesma forma afirma o Grupo Globo, dizendo ser

> independente de grupos econômicos, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos. Por esse motivo, as decisões editoriais sobre reportagens envolvendo anunciantes serão tomadas a partir dos mesmos critérios usados em relação aos que não sejam anunciantes[41].

Em artigo no site Justificando, da Carta Capital, o advogado Pedro Henrique pondera, a respeito da atualização das diretrizes do Grupo Globo no primeiro semestre de 2018, que “o novo mandamento se insere na razão neoliberal de orientar a conduta das pessoas por meio da subjetivação de valores empreendedores e alienantes da política cidadã”[42]. Valores transferidos às narrativas. Dito isto, passamos para a sistematização e descrição dos procedimentos.

a) Esvaziamento e deslocamento histórico: situação em que os jornais atribuem as causas da crise econômica do capital a problemas meramente de gestão política. Este procedimento é importante tanto para negar as contradições inerentes ao capitalismo, quanto para justificar a encarnação da crise em uma pessoa, um partido político, um movimento social ou, em síntese, a uma ideia.

Os editoriais do primeiro semestre de 2017 possuem como característica central o deslocamento histórico-temporal da crise econômica, apresentando-a como consequência de fatores pouco explicados no âmbito econômico, mas bastante exemplificados no âmbito político. Em verdade, mencionam siglas, números e estatísticas para, enfim, concluírem que “o fundamento real da arrogância petista foi mostrado por um desastre econômico de proporções incomuns”[43]. Em outro editorial, O Globo afirma que “o partido que governou o Brasil por mais de uma década e é diretamente responsável pelo colapso da economia - sem falar do colapso moral -

---

[40]PRINCÍPIOS Editoriais da Folha. TV UOL, São Paulo. Disponível em: <https://tvuol.uol.com.br/video/principios-editoriais-da-folha>. Acesso em: 21 ago 2018.
[41]PRINCÍPIOS Editoriais do Grupo Globo. O Globo, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>. Acesso em: 21 ago 2018.
[42]ISENÇÃO ou censura? Uma análise das diretrizes sobre o uso das redes sociais do Grupo Globo. Justificando, São Paulo, 4 jul 2018. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br>. Acesso em: 22 ago 2018
[43] Editorial O Estado de São Paulo (São Paulo), 17/01/2017.

lidera um movimento destinado justamente a sabotar as únicas soluções possíveis para a crise que os próprios petistas criaram”[44].

Percebe-se em que fundamentam-se as causas da crise econômica para estes periódicos. É certo que escolhas políticas locais podem e devem gerenciar as problemáticas no decorrer de uma crise de proporções globais. A agenda de austeridade é uma dessas escolhas. Apesar disso, os editoriais simplificam de maneira vulgar a complexidade deste momento e silenciam os argumentos de outras possibilidades de soluções. Ironizam qualquer manifestação crítica sobre as reformas como, por exemplo, quando Rodrigo Janot, ex-procurador-geral da República, ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a lei que buscava regulamentar a terceirização inclusive em atividades-fim. Para O Estado de São Paulo isso significava “parte da ofensiva política do Ministério Público contra o governo do presidente Michel Temer”, pois era evidente, para o jornal, que Rodrigo Janot estava “pessoalmente empenhado em criar o maior número possível de obstáculos e constrangimentos ao presidente da República”. Para este jornal, a justificativa da ADI apresentada por Janot “faltou apenas denunciar o caráter intrinsecamente desalmado do capitalismo”. Iniciativa, portanto, “descaradamente ideológica”, conforme o mesmo editorial.

O artigo Dano Colateral[45] não apenas ironiza os argumentos apresentados a fim de descaracterizá-los e lhes conferir menor importância, como também, após depreciá-lo, o compara a um panfleto sindical. A associação não foi feita aleatoriamente. Por isso “o estudo da construção das mensagens é essencial porque ele examina as características estruturais em virtude das quais elas se constituem em fenômenos simbólicos complexos, capazes de mobilizar o significado” (THOMPSON, 2011, p. 395). Um novo exemplo bastante importante para explicitar a compreensão que estes jornais desejam que os leitores tenham pode ser visto em outro artigo, também sobre a lei da terceirização, em que o processo de transição do fordismo à acumulação flexível é retirado do seu caráter materialista dialético. Nas palavras do jornal, “há muito tempo tenta-se no Brasil regular o que já existe por força da vida real”[46].

Neste primeiro procedimento que aqui relatamos, é característico, com o

---

[44] Editorial O Globo (Rio de Janeiro), 27/04/2017.
[45] Editorial O Estado de São Paulo (São Paulo), 29/06/2017.
[46] Editorial O Globo (Rio de Janeiro), 23/01/2017.

propósito do esvaziamento histórico, localizar as críticas às reformas no patamar ideológico apenas, considerando que há uma outra concepção de ideologia - que abordaremos adiante - para esses veículos de comunicação. Ou em busca de interesses próprios, por irresponsabilidade dos movimentos sociais, entre outros motivos apresentados pelos jornais. Esse exercício de suprimir a posição crítica dos argumentos apresentados por grevistas e sindicalistas assegura a premissa de que a "modernização" da legislação trabalhista é uma consequência da natureza e, desse modo, não é possível ser crítico a respeito do que é "imutável". Por isso, assim como a crise econômica é narrada com restrições histórico-dialéticas, para convencer que ela é natural é necessário depreciar outros argumentos e aqueles que os elaboram.

b) Criação da imagem de um inimigo público: este procedimento é basicamente um mecanismo de defesa, isto é, ao conceber um inimigo e lhe atribuir características de mentiroso e irresponsável, ou de quem não deseja que o país alcance seu destino divino, esses jornais estão sustentando a ideia de que é preciso se defender de alguém e, da mesma forma, incitam os/as leitores/as amedrontando-os/as com um discurso emocional e nacionalista.

A partir do momento em que os jornais reduzem a divergência entre diferentes posições diante das problemáticas colocadas pela crise a simples desavenças políticas, eles são capazes, com esse gesto, de infantilizar os movimentos sociais e, imediatamente, revelam-se situados em uma posição de maturidade, de responsabilidade e, é claro, de parcialidade, já que não são partidos políticos e, por isso, teoricamente, não participam da disputa política institucional. Essa prática é bastante comum em narrativas que buscam legitimar guerras, invasões a outros territórios, genocídios etc. Premissa já apontada por Chomsky e aqui mencionada: se atacamos a alguém é porque estamos nos defendendo de monstros. Não é difícil comprovar essa premissa. Para O Globo,

> não é fácil o Congresso de hoje fazer essas mudanças, mas não há alternativa. É isso ou a eternização da crise, com pequenos ensaios de recuperação do PIB que não se sustentarão. Enquanto se prepara o terreno para o risco da volta de correntes populistas ao poder em 2018. Com isso,

> virá o perigo de o Brasil ficar à margem por outra década perdida[47].

Neste caso, os documentos analisados anunciam que os inimigos do Brasil são o Partido dos Trabalhadores (PT), representado nas figuras de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), representado na figura de Guilherme Boulos, o movimento sindical e, algumas vezes, o Ministério Público do Trabalho. Estes grupos, com exceção do MPT, foram os principais articuladores de greves e mobilizações de rua contrárias à agenda liberalizante de Temer. Contudo, os inimigos representam também ideias e estas não são menos aviltadas. Pelo contrário, esses grupos e pessoas somente são identificados como os inimigos justamente porque defendem determinadas ideias. De acordo com O Globo,

> concentra-se no debate sobre a imprescindível reforma da Previdência, forçada por motivos aritméticos, uma série de equívocos derivados da intoxicação ideológica da defesa de um modelo de Estado tutor da sociedade, responsável único pelo combate à pobreza e desníveis sociais. É esta visão que plasmou a Constituição de 1988. Mas, já em 2017, com uma população de 220 milhões de habitantes, e numa crise fiscal ironicamente plasmada por uma política econômica assentada naquele tipo de visão míope de mundo, o Estado quebrou e o governo precisa fazer, entre outras reformas, a previdenciária[48].

É conhecido o pressuposto de que ideias não morrem, não podem ser combatidas. Por isso, combater a quem representa determinadas ideias pode ser um tipo de estratégia eficaz para os conglomerados de comunicação. Constrói-se, dessa maneira, um simbolismo quando se transfere uma ideia a uma pessoa. Se quem recebe a mensagem apreende para si as críticas à pessoa feita pelos jornais, não fica muito difícil fazer a analogia às ideias que essa pessoa representa. E, posteriormente, a outras pessoas que representem a mesma ou semelhante ideia. Assim sendo, de alguma forma, a ideia acaba sendo resistida na sociedade. Criar um inimigo é importante para a ressignificação e simplificação da crise econômica. É uma maneira de explicá-la sem que se apresente as verdadeiras causas. Todavia, esses procedimentos sozinhos não se sustentaram, principalmente porque a adesão às reformas de Temer estavam sendo rejeitadas pelas trabalhadoras e trabalhadores. Essa rejeição e a articulação dos movimentos sociais foram capazes de barrar a reforma previdenciária. Por isso, era preciso desqualificar a atuação

---

[47] Editorial O Globo (Rio de Janeiro), 02/03/2017.
[48] Editorial O Globo (Rio de Janeiro), 02/01/2017.

desses grupos políticos.

c) Depreciação desse inimigo: após apresentar quem são os inimigos, buscamos demonstrar como os documentos analisados apresentam incisiva depreciação a esses grupos e pessoas.

O método da depreciação é utilizado principalmente em situações imprevistas que os meios de comunicação hegemônicos não podem controlar, nem sequer manipular de alguma forma. Um exemplo disso são as grandes manifestações de rua, o alto nível de impopularidade de Michel Temer e o simples fato de que as reformas apresentadas ao Congresso Nacional estavam sendo amplamente rejeitadas pela população. Dessa forma, quanto menos controle sobre as situações esses veículos têm, maior é a hostilidade. Em abril de 2017, uma greve geral foi convocada por diversas frentes sindicais, diferentes categorias de trabalhadoras/es, estudantes e movimentos sociais. A respeito do ato de fazer greve, um dos editoriais foi taxativo e afirmou que "como ergofóbicos que são, esses sindicalistas conhecem o valor de uma boa desculpa para não ir trabalhar. E a desculpa da vez são as reformas promovidas pelo governo de Michel Temer, especialmente a trabalhista e a previdenciária"[49]. E acrescenta:

> Num Congresso acuado por denúncias de corrupção e pela perspectiva de grandes e radicais renovações nas eleições de 2018, essa atmosfera pode definir votos contra as mudanças. Ao governo cabe manter a firmeza de propósitos, sem se intimidar pela delinquência daqueles que usam os "direitos do trabalhador" para golpear os trabalhadores pelas costas.[50]

O uso do medo é uma das estratégias para a construção de uma opinião em concomitância aos interesses dos conglomerados de comunicação[51]. A criação de um inimigo exige uma justificativa e ela é dada a partir do uso de termos como perigosos, criminosos, mafiosos e outros semelhantes, como palavras que sejam sinônimo de selvageria, por exemplo. Um trecho chama a atenção para a "disposição truculenta da tigrada"[52] nas manifestações de rua. Enquanto que outro trecho, declara: "Em muitas cidades, sindicalistas, como verdadeiros mafiosos, obrigaram comerciantes a fechar as portas e agrediram quem ousasse

[49] Editorial O Estado de São Paulo (São Paulo), 27/04/2017.
[50] Idem.
[51] CHOMSKY, N. Mídia: propaganda política e manipulação. leLivros: São Paulo, 2014.
[52] Editorial O Estado de São Paulo (São Paulo), 29/04/2017.

desafiá-los”[53]. Se, por vezes, o tom da narrativa vai ser emocional, em outros momentos ele vai ter um caráter nacionalista. E, quando necessário, a narrativa pode ser construída sob bases de intimidação. Tais escolhas dependem de circunstâncias externas ou inesperadas.

d) Apresentação de uma solução: por fim, os editoriais apresentam soluções.

Todos os procedimentos anteriormente apresentados, ainda que os editoriais não sigam uma ordem linear do uso desses procedimentos, são essenciais para fundamentar as soluções convenientes aos jornais. Em vista disso, afirmam que

> com sua grande capacidade de criar situações inusitadas, a política brasileira gerou um presidente improvável, Michel Temer, em decorrência do impeachment da titular do governo, e colocou à frente dele a missão de empreender uma operação político-parlamentar vital, a fim de viabilizar no Congresso as reformas sem as quais o país não terá horizonte positivo previsível. E, sem isso, a economia não voltará a decolar, a gerar empregos[54].

Este trecho acima citado contém também o procedimento do esvaziamento, do deslocamento histórico da crise e a situa a responsabilidade da “política brasileira”, demonstrando que os procedimentos isolados não se sustentam. Pelo contrário, se complementam. Cada um serve para justificar o outro. De toda forma, o procedimento do esvaziamento histórico é central. Sem ele, talvez não seria possível “elaborar um sentido” no conjunto das ideias apresentadas nestes editoriais. Juntos, todos esses procedimentos forjam um “sentido”, que também pode ser chamado de ilusão da realidade.

Assim opera a ideologia da mídia hegemônica: elabora mensagens a fim de constituir uma significação com a finalidade de manter as relações de dominação. Segundo Coutinho, “hoje, ocupando um lugar de destaque na sociedade civil, a mídia é, seguramente, a mais importante daquelas fortificações que protegem o aparelho de Estado do impacto das crises político-econômicas” (2014, p. 15). Por essa razão, para estes jornais, “o momento exige do Palácio do Planalto uma absoluta dedicação às reformas previdenciária, trabalhista e tributária. O destino do País - e, por consequência inarredável, do presidente Michel Temer - está vinculado

---

[53] Idem.
[54] Editorial O Globo (Rio de Janeiro), 03/05/2017.

à aprovação dessas alterações legislativas estruturantes”[55].

Há, nos editoriais analisados, um conjunto de palavras que dá forma às significações míticas, articuladas intencionalmente pelos jornais, que nos auxiliam na leitura e desconstrução desse mito. Abaixo apresentamos algumas tabelas a fim de facilitar a visualização. As ocorrências são a síntese de um apanhado de palavras percebidas. A ocorrência ‘Emoção (negativa)’ foi contabilizada a partir da presença de palavras como caos, perigo, mau humor, aventureiros, carbonários e outras palavras afins. Enquanto que ‘Emoção (positiva)’ enquadram-se palavras como vitória, expectativa, limpeza, etc. No caso de ‘Juízo de Valor’ estão presentes as palavras responsabilidade, irresponsabilidade, má política, desonestidade, coragem, criminoso. No caso das menções ao Partido dos Trabalhadores, ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, à Dilma Rousseff, Luiz Inácio Lula da Silva e Michel Temer foram contabilizados pela quantidade de textos que os mencionam e não pela quantidade de citações desses nomes por texto.

[55] Editorial O Estado de São Paulo (São Paulo), 02/03/2017.

TABELA 1

Ocorrência de aparição (por texto) no jornal O Estado de São Paulo de janeiro a junho de 2017

Total de editoriais	Emoção (negativa)	Juízo de Valor	PT/Dilma/ Lula	PMDB/ Temer	Emoção (positiva)
47	18	13	21	10	2

TABELA 2

Ocorrência de aparição (por texto) nos editoriais do jornal Folha de São Paulo de janeiro a junho de 2017

Total de editoriais	Emoção (negativa)	Juízo de Valor	PT/Dilma/ Lula	PMDB/ Temer	Emoção (positiva)
4	2	1	2	2	1

TABELA 3

Ocorrência de aparição (por texto) nos editoriais do jornal O Globo de janeiro a junho de 2017

Total de editoriais	Emoção (negativa)	Juízo de Valor	PT/Dilma/ Lula	PMDB/ Temer	Emoção (positiva)
12	8	3	7	4	0

O jornal O Estado de São Paulo, dos três jornais analisados, é o que possui maior quantidade de editoriais sobre a Reforma Trabalhista. De janeiro a junho de 2017, foram contabilizados, a partir da busca no acervo online do jornal, 47 editoriais. Como observamos na Tabela 1, o periódico apresenta uma característica mais pessimista, mencionando menos vezes o partido que propunha a Lei da Reforma Trabalhista e mais vezes o governo 'impeachmado'. As citações de Temer e do PMDB geralmente são feitas em contraposição aos malefícios causados pelo PT. Nas citações da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), das greves organizadas pelos movimentos sociais, 80% é feita em textos que possuem a característica da 'Emoção negativa', acompanhadas de palavras como irresponsabilidade, desonestidade e criminoso.

A Folha de São Paulo, por outro lado, possui um número ínfimo de editoriais, também selecionados através da busca no acervo online do jornal. Nos meses entre janeiro e junho, apenas 4 editoriais sobre a Reforma Trabalhista foram encontrados. E os resultados da análise são pouco significativos, nesse sentido. A hipótese é de que este jornal é o que possui mais independência financeira. O Grupo Folha possui o portal Universo Online (UOL) e nele tem uma série de blogs e sites independentes entre si. Em 2017, foi considerado o site mais visitado da internet no Brasil, atrás do Facebook e do Google, pela SimilarWeb. Este portal possui mais de 1 mil canais de jornalismo entre esporte, notícias, moda, entretenimento, entre outros.

Em O Globo, com um pouco mais de textos, os resultados quantificados e suas características se assemelham aos encontrados em O Estado de São Paulo. Contudo, no caso de O Globo, os textos na página de opinião sobre a Reforma Trabalhista em grande maioria foram assinados por jornalistas do Grupo Globo e não pelo jornal na coluna 'Nossa Opinião'. Os textos sobre o tema que não são assinados pelo jornal não foram analisados.

As reflexões feitas até aqui pretendem responder a uma importante pergunta: como o discurso das reformas se adequa no capitalismo hoje no Brasil? Em primeiro lugar, esse discurso relata uma realidade a partir não dela mesma, mas do que quer que se pense que ela é. Uma fala que é construída desde as necessidades do capital pretende, com isso, dar seguimento às políticas econômicas necessárias para permitir a transição estrutural do modo de produção e do mundo do trabalho. No Brasil, esse projeto de flexibilização das relações trabalhistas esteve presente na década de 1990, principalmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso com

a aceleração da privatização. Nos 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores, o processo de liberalização das relações trabalhistas foi mais lento, se agravando rapidamente em pouco tempo no governo interino de Michel Temer. Mas este projeto do capital a nível mundial, já bastante desenvolvido em outros países onde o capitalismo é mais acelerado, é o projeto de sociedade defendido pela imprensa hegemônica brasileira.

Dessa forma, o conteúdo manifesta, desde o princípio, a finalidade da narrativa das reformas. Mas também sua forma, inscrita sob uma série de procedimentos apresentados anteriormente, a partir do uso de palavras que incitam o medo, de frases impositivas e arbitrárias. Procedimentos, da mesma maneira, próprios do capitalismo: impor suas demandas, negligenciar as necessidades da classe trabalhadora, desmantelar ideias de emancipação. O discurso da mídia hegemônica brasileira sobre as reformas é o discurso do capitalismo no Brasil hoje, que se adequa tanto em seu conteúdo, quanto em sua técnica. Portanto, a forma ético-política utilizada por esses veículos para legitimar o atual processo de reconfiguração do capitalismo se adequa à forma de trabalho imposta à classe trabalhadora.

Já é realidade nos Estados Unidos, por exemplo, empresas que monitoram o tempo de trabalho por captura de tela, como a Hubstuff. Isto é, a pessoa que trabalha como freelancer pode ter o tempo controlado pelo seu chefe de onde estiver. Assim como a Asana, que possui em sua lista de clientes no ramo da mídia empresas como o The New York Times, Vice e NBCUniversal para monitorar e gerenciar o trabalho através do uso de um software. A aprovação de reformas de flexibilização do trabalho parece bastante conveniente para projetos como esse, processo já iniciado com demissões massivas e reestruturação das redações brasileiras, sendo fundidas com outros canais para “otimizar” mão de obra e manter sua taxa de lucro crescente, uma das principais diretrizes dos conglomerados de comunicação.

Logo, a ideologia da mídia hegemônica brasileira é a ideologia do capital que, assim como ele, altera-se no tempo para que o tempo presente se adapte às suas necessidades materiais e simbólicas. Os meios de comunicação ficam encarregados de elaborar significações simbólicas que deem respaldo às necessidades materiais dos interesses do capital.

4.3 Falas históricas não-hegemônicas: a desconstrução do mito neoliberal

A construção de uma nova forma ético-política a partir da práxis pode e deve ser pensada no âmbito jornalístico. Isto é, na formação das ideias, na representação da realidade. Proposta por Gramsci, a nova hegemonia pressupõe uma nova filosofia, abarcando desde princípios de não subordinação até a prática emancipadora. Do ponto de vista da formação ideológica, a escolha do jornal é um elemento importante a ser considerado. Gramsci questionava: "Estamos dispostos a discorrer, com os operários especialmente, sobre a importância e a gravidade daquele acto aparentemente tão inocente que consiste em escolher o jornal que se pretende assinar?" (1976, p. 95). Considerando a prática dos jornais hegemônicos contra os interesses da classe trabalhadora, não há dúvidas que sim. Não só é necessário discorrer sobre o jornal que se lê, como também é necessário criar seus próprios instrumentos de formação ideológica.

E assim tem sido desde o surgimento da imprensa. No Brasil Colônia e Império, as características dos jornais contrários à lógica vigente em muito se assemelhavam: em geral defendiam a independência do Brasil e eram favoráveis ao abolicionismo. Foi ao longo do fortalecimento das características industriais do capitalismo no Brasil que a imprensa burguesa passou a se constituir propriamente como empresa. Quer dizer, "a passagem do século, assim, assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa" (SODRÉ, 1983, p. 275). Por consequência disso, há uma diminuição no número de jornais e um fortalecimento dos poucos que vão se constituindo comercialmente. Segundo pesquisa de Sodré,

> está naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele, à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas: a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço; o jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte. O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece, nas grandes cidades. Será relegado ao interior, onde sobreviverá, como tal, até os nossos dias. Uma das consequências imediatas dessa transição é a redução no número de periódicos (1983, p. 275).

Consequentemente, o conteúdo desses jornais, isto é, sua opinião, vai representar os interesses do comércio capitalista e do Estado burguês. Com a industrialização chegando ao Brasil e com a reestruturação da classe trabalhadora, surgem também os jornais que vão representar esta filosofia. Assim como,

posteriormente, os jornais de partidos revolucionários, anarquistas, sindicais, estudantis e outros. Se, de um lado, os detentores do poder compravam espaço na imprensa para expor sua opinião, por outro lado, as classes subalternas criavam seus próprios instrumentos de informação e de formação de opinião, seus próprios jornais. Deste contexto surge uma falsa dicotomia. Como salienta o historiador Lincoln Penna,

> a preocupação de alguns grupos empresariais de qualificar seus produtos jornalísticos, distanciando-se dos jornais a guardarem ainda formas panfletárias, fez surgir uma falsa diferenciação: "imprensa de informação" e "imprensa de opinião". O objetivo dos ideólogos da imprensa industrializada e a serviço de interesses econômicos e financeiros empresariais foi o de separar os jornais que representavam esses interesses, como se estes fossem exclusivamente voltados para informar o leitor, dos "outros", os panfletários, que estariam tão-somente interessados em difundir os seus conteúdos opinativos. Difunde-se, assim, a ideia errônea de que a opinião distorce necessariamente a informação. Assim, o que até hoje se chama "grande imprensa", de um lado, e "imprensa alternativa", de outro, nada mais é do que o desdobramento de uma estratégia de desqualificação dos jornais, à luz de uma perspectiva que procura criar um modelo ou um padrão de jornalismo impresso (2007, p. 9-10).

Tal distinção, como apresenta o historiador, não busca apenas retratar diferentes formas de jornalismo, mas, pelo contrário, depreciar os jornais que se opõem aos interesses da elite e colocá-los em um lugar de significação que dê algum tipo de vantagem aos grandes jornais na disputa pela representação da realidade.

Se, segundo Marx, a elite intelectual era responsável pela construção da falsa consciência, eis o que desejavam fazer os jornais contra-hegemônicos com a consciência:

> Necessario é, pois, que surja na arena da lucta a imprensa livre, alheia ao espírito de lucro, aos interesses das classes detentoras, e que, com franqueza e impavidez, venha proclamar bem alto os principios de justiça, as idéas de liberdade, os novos postulados da sciencia da philosophia: lança em riste contra todos os pretorianos que defendem a escravidão moderna, urge que ponha em evidencia todos os males sociaes, todas as infamias, afim de que, nesta grande e riquissima região da America desponte, em breve tempo, o sol da alforria e não se encontre mais um escravo, não haja mais um faminto, que novos e sutilantes surtos de cultura, de progresso social e moral tenham lugar nesta terra, livre, emfim, de todas as peias que servem de empecilho á sua marcha civilisadora (A OBRA, 1920).

O jornal A Obra, fundado em São Paulo em 1920, é mais um desses jornais

críticos à situação de subordinação dos grupos oprimidos que teve pouco tempo de circulação. Assim como O Amigo do Povo, O Cosmopolita, a Tribuna Popular, A Voz do Trabalhador e tantos outros[56]. Periódicos de correntes anarquistas, comunistas e sindicais. Organizavam-se não apenas para escrever notícias, como também para articular a resistência. “A imprensa operária é, assim, uma das formas associativas do movimento operário” (PENNA, 2007, p. 13). De toda forma, a rapidez com que esses periódicos eram renovados mantinha latente a compreensão da necessidade histórica e revolucionária de produzir a informação do ponto de vista de quem vivia a desigualdade, em contraposição àqueles que fabricavam uma realidade distinta para ser concebida como tal por quem lia a grande imprensa.

Na Era Vargas (1930-1945), a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, era encarregado de analisar os jornais e decidir o que seria ou não publicado. Mas também era responsável por distribuição de verbas. Segundo Sodré, “com a ditadura surgiu, inevitavelmente, implacável censura à imprensa e, mais do que isso, a proibição de novos jornais, o fechamento de outros” (1983, p. 381). Assim sendo, muitos jornais caíram na clandestinidade. Situação semelhante à da Ditadura Civil-Militar de 1964. Especialmente neste último período, destaca-se a charge como instrumento de informação e denúncia das arbitrariedades desumanas da ditadura. Jornais e revistas históricos como Realidade, A Classe Operária e o Pasquim, este último o mais duradouro, davam sentido à resistência.

A sucessão de acontecimentos que levaram à ditadura em 1964 foi inteiramente apoiada pelos grandes meios de comunicação. Duas capas, abaixo anexadas, demonstram que, na compreensão de pelo menos dois jornais, o golpe civil-militar significava a volta da democracia.

---

[56] IMPRENSA Proletária. Arquivo Marxista na Internet. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/imprensa.htm>. Acesso em: 22 ago. de 2018.

FIGURA 1 - Capa O Estado de São Paulo

O ESTADO DE S. PAULO

Vitorioso o movimento democrático

Aprovado o "impeachment" do gov. Arraes

Mazzilli será o nôvo presidente

Meneghetti governa do Interior do Estado

FIGURA 2 - Capa O Globo

17/06/2018 https://acervo.oglobo.globo.com/Acervo/pesquisa/id=592772C56FD8D6339D94A1C428E07449?service=printPagina&imagemPrint

FUGIU GOULART E A DEMOCRACIA ESTÁ SENDO RESTABELECIDA

EMPOSSADO MAZZILLI NA PRESIDÊNCIA

TEXTO NA 6ª PÁGINA

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Ressurge a Democracia!

Cercou o Palácio

CASTELO BRANCO ADVERTIRA OS COMANDOS:

As Fôrças Armadas São Para Defender a Lei, Não a Baderna

Silêncio Após o Fugia

A VIOLÊNCIA CONTRA "O GLOBO"

A ASSEMBLÉIA DE PERNAMBUCO VOTOU O "IMPEACHMENT" DE ARRAES

"A Decisão da Pátria"

https://acervo.oglobo.globo.com/Acervo/pesquisa/id=592772C56FD8D6339D94A1C428E07449?service=printPagina&imagemPrint=https%3a%2f... 1/2

Em 2013, o jornal O Globo publicou um editorial 'Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro - A consciência não é de hoje, vem de discussões internas de anos, em que as Organizações Globo concluíram que, à luz da História, o apoio se constituiu um equívoco'[57]. No texto, afirmam não terem tido escolha, visto que o autoritarismo ou viria pelos militares ou viria pelos comunistas. Na avaliação de algumas/alguns, foi apenas um editorial para que se retirasse das ruas o grito que tem ecoado durante décadas "A verdade é dura, a Rede Globo apoiou a ditadura. E ainda apoia". O que, evidentemente, não funcionou; justamente porque a linha editorial deste veículo não sofreu alterações significativas e o Grupo Globo continua apoiando golpes parlamentares. Por isso,

> antes de mais, o operário deve negar decididamente qualquer solidariedade corn o jornal burguês. Deveria recordar-se sempre, sempre, sempre, que o jornal burguês (qualquer que seja a sua cor) é um instrumento de luta movido por ideias e interesses que estiverem em contraste com os seus. Tudo o que se publica a constantemente influenciado por uma ideia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num facto: combater a classe trabalhadora (GRAMSCI, 1976, p. 95).

A circulação dos periódicos é ponto importante no debate da liberdade de imprensa. A hegemonia de alguns veículos de comunicação, a corroboração do Estado com esta estrutura e a criminalização dos movimentos sociais são os elementos que compõem o atual panorama do jornalismo no Brasil, o que nos ajuda a entender porque nossa democracia é tão frágil. A publicidade e os anúncios federais são as principais fontes de financiamento do jornalismo impresso.

Para os periódicos não-hegemônicos, o autofinanciamento é a alternativa mais provável, como é com o Boca de Rua, um jornal porto alegrense escrito e comercializado por pessoas em condição de rua. Fundado em 2000, o jornal teve sua primeira edição circulando no Fórum Social Mundial, um importante espaço de debate e articulação dos movimentos sociais de diversos países. Com um crachá do Boca suspenso no peito, os jornalistas atuam também como jornaleiros e dão vida a um projeto de comunicação que busca relatar a sociedade do olhar de quem vive as contradições sociais. E como eles mesmos dizem, "ninguém melhor do que nós para falar sobre a vida na rua. Nós somos as laranjas, outra pessoa falando sobre o assunto seria o limão na laranjeira. É parecido, mas não é igual. A gente vive o que

[57] Editorial O Globo (Rio de Janeiro), 31/08/2013.

diz. Sente que o diz. É um jornal vivido”[58].

Outro importante instrumento de comunicação não-hegemônica é a Agência de Notícias das Favelas (ANF) que abriga o jornal A Voz das Favelas, sediado no Rio de Janeiro e em atuação desde 2001. Para esta agência de notícias, sua missão consiste em “estimular a integração e a troca de informações entre as favelas, com a finalidade de melhorar, por meio de formação de uma grande rede de colaboradores, a qualidade de vida do povo”[59]. Enquanto que a missão do Grupo Estado, do jornal O Estado de São Paulo e do site O Estadão, resulta em “ser um grupo empresarial rentável nos setores de informação e comunicação, nos segmentos de jornalismo, de serviços de informação, divulgação de publicidade, entretenimento e serviços gráficos. Divulgar e defender os princípios da democracia e da livre iniciativa”[60]. São os objetivos que vão definir o sentido ideológico norteador da informação. Justamente por isso que a ANF publica reportagens a fim de auxiliar na compreensão dos motivos que levam os pobres a serem mais afetados pela aprovação da Lei da Reforma Trabalhista no Congresso Nacional[61].

Se após a formatação do jornalismo impresso como modelo empresarial dando início à concentração dos meios de comunicação sob o poder de poucos grupos, e depois, a partir da década de 60, com a institucionalização das concessões de televisão e de rádio que em nada mudou a concentração de meios, foi com o advento da internet que uma série de blogs e sites de comunicação independentes de interesses comerciais abriram um novo ciclo na comunicação.

Nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, formatos de comunicação comunitária e de comunicação popular foram expressivos em projetos realizados em escolas, favelas, bairros periféricos. E não só com o impresso, como também com a abertura de inúmeras rádios comunitárias, resultando na apresentação de uma lei, em 1998, que instituiu o serviço de radiodifusão comunitária. A Lei 9.612/98 de Radiodifusão Comunitária acabou por reduzir o alcance das rádios, acarretando no fechamento de muitas rádios que acabaram

---

[58]SOBRE nós. Boca de Rua, Porto Alegre. Disponível em: <https://jornalbocaderua.wordpress.com/sobre-nos/>. Acesso em 17/08/2018.

[59] Idem.

[60]CÓDIGO de Ética Estadão. Estadão, São Paulo. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/ext/codigoetica/codigo_de_etica_miolo.pdf>. Acesso em: 22 ago. de 2018.

[61] O QUE os mais pobres perdem com a Reforma Trabalhista. Agência de Notícias das Favelas, Rio de Janeiro, 13 jul 2017. Disponível em: <http://www.anf.org.br/o-que-os-mais-pobres-perdem-com-a-reforma-trabalhista/>. Acesso em: 23 ago. de 2018.

sendo criminalizadas com o apoio, é claro, da mídia hegemônica.

Segundo pesquisa da comunicóloga Cicília Peruzzo, “a comunicação comunitária, tal como se apresenta no final da década de 90, tem suas raízes nas manifestações comunicacionais que marcaram época na sociedade brasileira, no contexto das transformações ocorridas a partir do final da década de 70” (1998, p. 155). Até o início dos anos 2000, esse modelo de comunicação não hegemônico foi predominante.

Entretanto, o aumento da acessibilidade favoreceu uma maior difusão e acesso à informação via internet, influenciando inclusive nos periódicos hegemônicos com divulgação online. Assim como tem sido debatido frequentemente no ambiente acadêmico. Com isso, talvez o maior número hoje de jornais independentes de interesses comerciais esteja concentrado na web. Alguns como Outras Palavras, Revista Fórum, Revista Vírus, Pragmatismo Político, Observatório da Imprensa, Mídia Ninja, Brasil de Fato, The Intercept Brasil, Geledés, Think Olga, Revista Empodere, Revista o Viés, Repórter Brasil e tantos outros que, a cada semana, surgem, seja com uma linha editorial mais especializada em um tema, seja simplesmente para utilizar do espaço que ainda há na democracia burguesa brasileira para narrar a realidade em uma perspectiva emancipadora para a transformação social. Responsáveis por outra narrativa, esses periódicos construíram uma narrativa diferente sobre a Reforma Trabalhista.

FIGURA 3 - Brasil de Fato

Brasil de Fato

INÍCIO > RADIOAGÊNCIA

DIREITOS

Reforma trabalhista: um ataque aos direitos históricos conquistados no Brasil

Conheça algumas das ameaças que a proposta do governo federal representa para trabalhadoras e trabalhadores

FIGURA 4 - Blog da Boitempo

Reforma trabalhista, modernização catastrófica e a miséria da República brasileira

Boitempo 1 ano ago

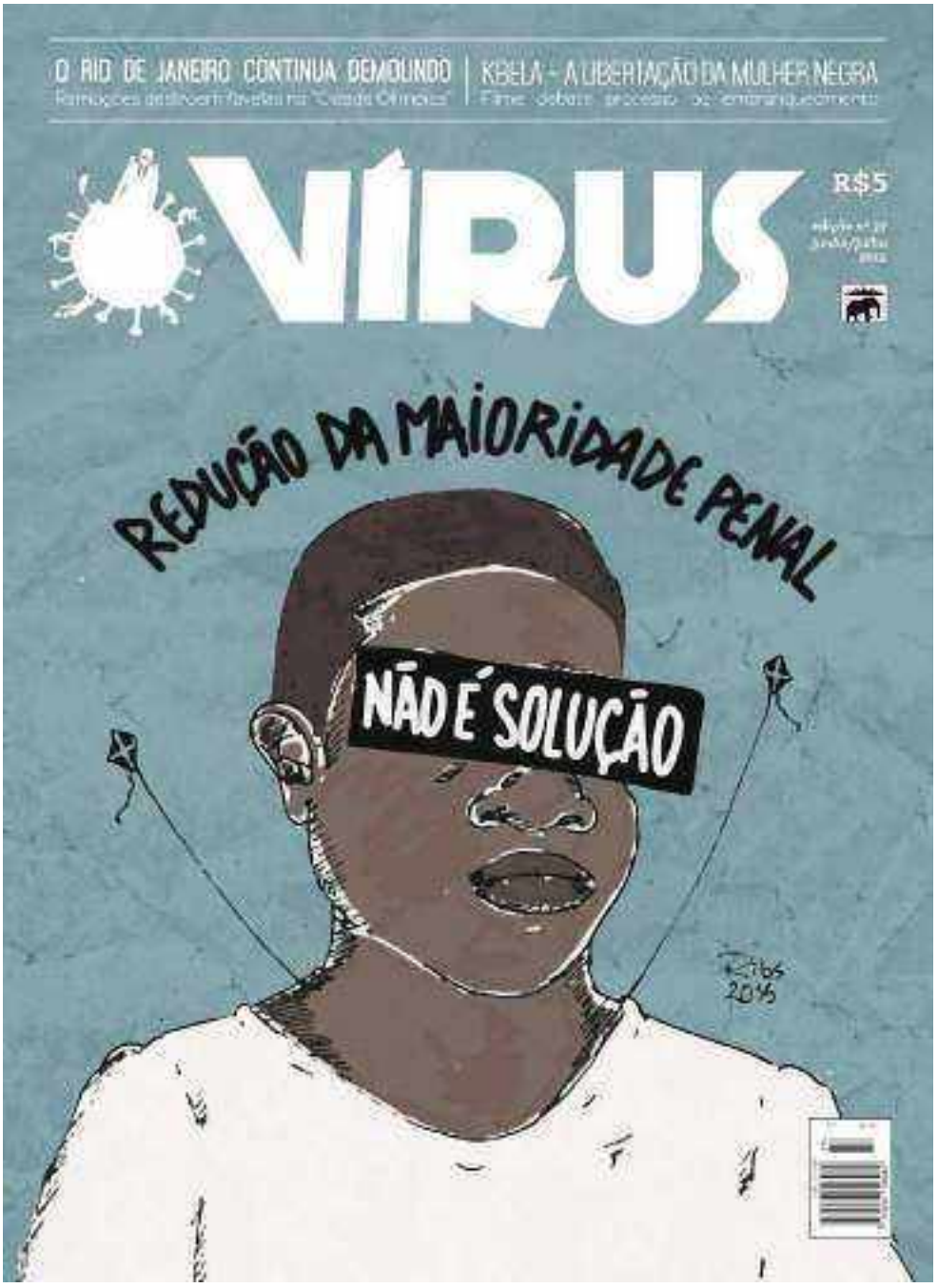
Esse atual contexto de ampliação da comunicação, com diversos projetos comunicacionais e com distintas formas de elaboração da informação, assemelha-se a outras épocas de resistência. Provavelmente, além do advento da internet e do acesso cada vez maior entre as classes populares, também influencie neste contexto o fator da crise. Uma crise econômica resulta em crise política e cultural, isto é, são nesses momentos que aparecem com mais frequência discursos de ódio, assim como discursos críticos.

Outro tipo de comunicador/a é o/a midiativista que, a partir das manifestações heterogêneas de rua de 2013, tem apresentado formas mais dinâmicas de informação. Ao vivo e sem edição, presenciando de perto manifestações populares, conversando com as pessoas e divulgando as situações dos atos de rua em tempo real.

Mas deve ser mencionado também projetos de comunicação temporários ou então campanhas como a do movimento ‘Amanhecer contra a redução’. Em 2015, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/93 foi retomada pela Câmara de Deputados sob presidência de Eduardo Cunha. Com isso, o movimento Amanhecer contra a redução, a nível nacional e construído em unidade entre os movimentos sociais e partidos de centro e esquerda, criou uma campanha nas redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram, Youtube). No Rio de Janeiro, o objetivo, além de panfletagens, era também a organização de um festival cultural, que acabou acontecendo também em outros Estados brasileiros. Essa campanha foi responsável pela elaboração de materiais como adesivos, panfletos, cards, vídeos etc. Materiais utilizados por outros movimentos articulados em outras regiões.

Com isso, este movimento que iniciou no Rio de Janeiro, a partir de mobilização pelas redes sociais, conseguiu comunicar-se com outras pessoas e grupos políticos de maneira a construir um movimento a nível nacional e, tão importante quanto, com identidade visual a nível nacional. Após constante mobilização social, a PEC 171/93 foi rejeitada na Câmara de Deputados. Contudo, o presidente da Câmara à época refez nova votação e a PEC foi aprovada, estando desde então no senado para discussão. A Revista Vírus (Rio de Janeiro) fez uma matéria especial sobre o tema a partir da perspectiva dos direitos humanos.

FIGURA 5 - Revista Vírus



4.4 Algumas considerações sobre ideologia

Pudemos perceber, até aqui, o quanto oscilam as opiniões dos veículos de comunicação hegemônicos. Além de oscilarem de maneira conveniente, convocando os movimentos sociais quando precisam deles, jamais abrem mão do seu objetivo central: a defesa do lucro. Isso é importante não perdermos de vista. A ideologia da classe dominante é, definitivamente, a ideologia da mídia hegemônica no Brasil. Em A ideologia alemã, Engels e Marx afirmam que a ideologia, em especial a alemã, é um sistema de crenças burguesas distanciadas da própria realidade dos alemães. Para os autores,

> a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, assim como as formas de consciência que a elas correspondem, perdem toda a aparência de autonomia. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (1979, p. 37).

É evidente que a concepção de ideologia para esses autores é baseada nas elaborações teóricas que estavam sendo feitas naquele contexto e na falta de respaldo dessas teorias na realidade cotidiana da classe operária. Portanto, para ambos, a ideologia corresponde a uma falsa consciência. Mas Gramsci aponta para algo importante: "para Marx as ‘ideologias’ não são meras ilusões e aparências; são uma realidade objetiva e atuante. Só não são a mola da história" (GRAMSCI, 1977, p. 436). Para Raymond Williams, há 3 versões recorrentes sobre ideologia: 1) um sistema de crenças de um grupo específico, 2) um sistema de crenças ilusórias e 3) o processo geral da produção de significados (WILLIAMS, 2000). Para Gramsci, estrutura e ideologia relacionam-se dialeticamente. Uma exige a outra. Contudo, há uma confusão histórica que se estende sobre este conceito e é elucidada por Gramsci, quando este diz que

> me parece que uno de los elementos de error en la consideración del valor de las ideologías se debe al hecho (nada casual, por lo demás) de que tanto se da el nombre de ideología a la superestructura necesaria de una determinada estructura como a las elucubraciones arbitrarias de determinados individuos. El sentido peyorativo de la palabra se ha extendido y esto ha modificado y desnaturalizado el análisis teórico del concepto de ideología. Puede reconstruirse fácilmente el proceso de este error: a) se identifica la ideología como algo distinto a la estructura y se afirma que no

> son las ideologías las que modifican las estructuras sino al contrario; b) se afirma que una determinada solución política es «ideológica» y que, por consiguiente, aunque cree poder modificar la estructura es insuficiente para modificarla; se afirma que es inútil, estúpida, etc.; c) se pasa a afirmar que toda ideología es «pura» apariencia, inútil, estúpida, etc. (1970, p. 41).

O conceito de ideologia tem sido interpretado de maneira até infantil por movimentos de direita. As considerações superficiais e insuficientes feitas por membros do Movimento Brasil Livre (MBL) têm tido bastante adesão. É claro que esta concepção não foi formulada no Brasil contemporâneo e muitos menos pelo MBL, pois historicamente carrega consigo equívocos passados de geração para geração. Este grupo utiliza de situações complexas, em uma sociedade fundamentalmente hipócrita que não debate seus problemas sociais e culturais. A partir desse conjunto de coisas, passam a ter respaldo projetos ideológicos baseados na defesa contra a ideologia, como o Escola sem Partido, por exemplo. E, na verdade, os argumentos proferidos por esse grupo são completamente ideológicos, tendo como centralidade o conservadorismo religioso.

No caso dos meios de comunicação não é muito diferente. Ainda que se proclamem imparciais e neutros, suas reportagens e notícias são carregadas de ideologia e podem ser identificadas no texto, na foto, na escolha de fontes, no recorte da imagem, etc. A diferença persiste em que este grupo precisa fazer concessões muito mais elaboradas e sutis para manter sua hegemonia, mas, acima de tudo, manter sua capacidade de direção político-cultural. E, nesse sentido, a esquerda não deve jamais se enganar, pois ainda que a Folha de São Paulo esteja denunciando os escândalos da família Bolsonaro de forma contundente, ela o faz porque os seus interesses financeiros e interesses de modelo econômico para o Brasil conflitam com este governo. Ainda que o Encontro com Fátima Bernardes paute todos os dias um tema que está também pautado no movimento feminista, no movimento negro e no movimento LGBT+, o faz ‘pelo alto’, ressignificando essas lutas. Pois, se eles precisam fazer concessões para não perder prestígio, quando inserem as pautas sociais em seus programas, quem vai representá-las deve fazer concessões também, de maneira a limitar a crítica para que ela não seja muito amarga.

Por isso, compreender a ideologia da mídia é fundamental. Para os marxistas não serve uma revolução passiva e tampouco é suficiente que o feminismo esteja inserido nos palcos da Rede Globo sem que os recortes raciais e de classe sejam

feitos. Enquanto isso, a propaganda em defesa do agronegócio segue todo dia na tela da televisão. A ideologia dos veículos hegemônicos de comunicação possui interesses exclusivamente burgueses, opostos aos interesses (e mais do que isso: às necessidades) da classe trabalhadora. Que os esforços, então, sejam feitos na elaboração de uma nova hegemonia e não na manutenção desta atual hegemonia.

As conceituações feitas por Gramsci, Marx & Engels e por Williams não se contradizem. Pois, a ideologia apresenta-se em história, mas também em roupagem. Apresenta-se enquanto interesses individuais, assim como coletivos. Apresenta-se em defesa do capital, mas também da coletivização.

A ideologia é um mecanismo complexo e, por isso, algumas confusões são feitas. Hoje, alguns dos veículos de comunicação mais liberais (em sentido econômico) são apontados como 'comunistas' por uma parcela muito específica da população, por apresentarem programas mais liberais (no sentido das ideias) e por fazerem crítica ao atual governo. Mas a verdade é que esse discurso vem antes de Jair Bolsonaro. E diremos apenas que tratam-se de indivíduos sem noção histórica ou conceitual? Ou admitiremos que trata-se de ideologia?

Ao longo do debate da Reforma Trabalhista, enquanto estava pautada apenas como um projeto de lei, foi possível analisar uma série de trabalhadores e trabalhadoras de classe média baixa e até mais pobres defendendo este projeto. Isso também é ideologia. Pode não ser a ideologia da classe que vive do trabalho, mas é a ideologia de alguém que foi assumida por outro alguém. Assim também são elaborados os consensos com a finalidade da hegemonia.

Contudo, a mídia hegemônica brasileira tem ideologia e tem convicção de sua ideologia. Ela não se perde de suas convicções ideológicas nem mesmo quando muda seu tom. Alguns anos antes e durante o processo de Impeachment de Dilma Rousseff, as capas de revistas, as manchetes, as principais chamadas nos telejornais, tudo aparecia em tom sensacionalista e policialesco. A defesa da retomada da economia com o impeachment e com a reforma trabalhista, como se vê nos editoriais analisados aqui, eram transmitidos com muita tranquilidade de quem sabia o que estava dizendo. A principal defesa era de que com a saída do Partido dos Trabalhadores do governo, tudo ficaria bem por aqui. Com Temer já presidente e com dificuldades de aprovar tanto a reforma trabalhista quanto a previdenciária, os jornais logo de início explanaram a impopularidade do atual presidente. O PL da Reforma Trabalhista foi, finalmente, aprovado no Congresso Nacional. Não tardou

para que notícias de que o desemprego não diminuiu com a reforma, ou de que não foi o suficiente (nem a reforma, nem o impeachment) para colocar o país nos eixos, começassem a aparecer.

Confunde-se, contudo, quem pensa que a imprensa havia apenas feito uma análise equivocada. Esse desapego de “o que vão dizer de mim?” está relacionado à Reforma da Previdência. Por um lado, para criticar Temer que não conseguia aprová-la e, por outro lado, para tratar de convencer uma parcela da população a aceitá-la.

Dessa forma, as contradições que acabam por apresentar e as concessões que precisam fazer, são feitas intencionalmente na maioria das vezes sem que em nada mude a estrutura econômica e a essência do argumento. A ideologia da mídia hegemônica de que estamos falando é fundamentalmente baseada em princípios econômicos historicamente. Disso trata-se a defesa pelas reformas econômicas e todo o arcabouço de narrativas sociais que também são genuinamente econômicas, como, por exemplo, a criminalização da maconha (e o genocídio do povo negro, assim como o encarceramento massivo), a criminalização do aborto (e a reserva de mão-de-obra barata), a privatização de empresas estatais (e a flexibilização dos contratos trabalhistas), a criminalização da existência indígena e do povo sem terra (em detrimento do agronegócio). Para citar Harvey, esta é a loucura da razão econômica que não vê trabalhador, só vê trabalho. E lucro.

5 CONCLUSÃO

Durante o percurso desta pesquisa até seu término, a política brasileira, assim como a análise de alguns politólogos, teve um rumo temido e não esperado (ou talvez não desejado). A classe trabalhadora vem sofrendo perdas drasticamente e a crise de que ouvia tanto falar começa a alastrar-se rapidamente na porta de cada família. Quanto mais pobre, mais rápido chega. Os programas de pós-graduação já diminuem o número de bolsas e a cobrança por resultados quantitativos em busca de retornos numéricos conflita-se com a realidade. Alguns trabalhadores buscam habituar-se com a nova lógica de trabalho; outros calculam quanto tempo em dinheiro ainda possuem para ir atrás dos seus sonhos. E há uma sensação de anestesia generalizada.

As respostas, sem tempo para serem amadurecidas, são dadas nas vésperas dos ataques. Os sindicatos, após a reforma trabalhista, esvaziaram-se rapidamente e já encontram dificuldades, mais do que antes, para trazer a sua base à luta. Quem sabe a conjuntura por si só a faça? Por outro lado, a direita ainda encontra-se desarticulada e cada vez mais dividida. O atual governo não dá indícios do que pretende fazer. As opiniões políticas são expressas e logo seus anunciantes voltam atrás por consequência das represálias, as informações desencontram-se entre os membros deste governo e quase nada é dito a ninguém.

Mas o mundo do trabalho segue, incrivelmente, no ritmo necessário para adequar-se em meio a tanta turbulência. A linguagem colaborativa amplia-se com o uso de outros termos muito simpáticos à primeira vista e as pessoas começam a especializar-se naquilo que o mercado está exigindo. A busca por emprego, nas cidades, está cada vez mais difícil sem um perfil empreendedor e autônomo. Eis a novidade: as empresas estão contratando trabalhadores autônomos, que tenham seus próprios meios de trabalho, seguindo a lógica da Uber. Os trabalhadores e trabalhadoras super especializados sofrem com a falta de financiamento para suas áreas e com a falta de perfil para trabalhos informais ou as chamadas atividades-meio.

A reforma previdenciária já não é pautada com tanta turbulência. Parece haver um entendimento de que quanto mais exigir o que tempo histórico brasileiro não permite, piores são as consequências. A mídia talvez esteja um pouco arrependida do que tenha feito. A sensação de antipetismo muito bem elaborada

pela imprensa e apreendida significativamente pela população (tanto pelos que votaram em Jair Bolsonaro, quanto pelo massivo número de eleitores que anularam seus votos) tem como uma das causas, inclusive, a incerteza dos rumos econômicos para o empresariado nacional. De qualquer maneira, sabe-se pouco sobre as relações financeiras internas e externas da mídia.

Se em 2015 era possível apresentar uma análise a curto prazo do contexto político, hoje, apenas quatro anos depois, quem pode sugerir possíveis desdobramentos para os próximos meses? O que este contexto histórico tem a ensinar para a geração que o presencia é a urgente necessidade de consciência de classe. De perceber o mundo em que vive e saber quem se é nesse mundo. O encontro de si com a dialética do capital. A partir daí compreende-se a atuação dos aparelhos da sociedade política e da sociedade civil, entre eles a mídia. E então torna-se possível elaborar uma nova hegemonia baseada nas necessidades das mulheres, dos indígenas, da população negra e, acima de tudo, da classe trabalhadora.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. A. Q. A concepção de ideologia em Althusser e Gramsci: complementações e/ou divergências?. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindóia, São Paulo. Anais… Águas de Lindóia, São Paulo: (local), 2012.

ALVES, G. Trabalho e Mundialização do Capital: A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização. Londrina: Praxis, 1999.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.

_____, R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____, R. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. Trabalho, Educação e Saúde, vol. 1, ano 2: 229-237, 2003.

BARTHES, R. Crítica e Verdade. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____, R. Elementos de Semiologia. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

_____, R. Mitologias. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BASTOS, P. N. O potencial transformador da publicidade social. 2017. (23m45s). Disponível em: . Acesso em: 28 fev. 2019.

BATALHA, C. O Movimento Operário na Primeira República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

CARCANHOLO, M. D. Neoliberalismo, Ortodoxia e Ajuste Econômico: crítica da economia política brasileira. Marxismo21. [S.I.] 2015. Disponível em: . Acesso em: 20 de fev. 2019.

CARDOSO, F. H. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: Documentos da Presidência da República, 1995.

COUTINHO, C. N. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs). Hegemonia às avessas. São Paulo, Boitempo, 2010.

COUTINHO, E. G. A comunicação do oprimido e outros ensaios. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

CHOMSKY, N. Mídia: propaganda política e manipulação. leLivros: São Paulo, 2014.

DINIZ, C. R.; SILVA, I. B.. O método dialético e suas possibilidades reflexivas. Natal: EDUEP, 2008.

ENGELS, F; MARX, K. A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

FOLADORI, G.; MELAZZI, G.; KILPP, R. A economia da sociedade capitalista e suas crises recorrentes. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

GOMES, A. C. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GRAMSCI, A. Escritos Políticos Vol I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

_____, A. El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1971.

_____, A. Cartas do Cárcere. (LOCAL): Estaleiro Editora, 2011.

_____, A. Cadernos do Cárcere Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____, A. Cadernos do Cárcere Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____, A. Introducción a la filosofía de la praxis. Barcelona: Ediciones Península, 1970.

_____, A. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

HARVEY, D. A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOBSBAWM, E. A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LUKÁCS, G. História e Consciência de Classe: estudos de dialéctica marxista. Rio de Janeiro: Elfos Editora, 1989.

MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã (I - Feuerbach). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1979.

MARX, K. La génesis del capital. Editorial Progreso, 1974.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, D. Crítica da mídia e hegemonia cultural. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2016.

NEVES, L.M.B.P. A “guerra das penas”: os impressos políticos e a independência do

Brasil. Tempo, Rio de Janeiro, v.8, nº 4, p. 41-65, dez. 1999.

_____, L. M. B. P. Cidadania e participação política na época da Independência do Brasil. Cad. Cedes, Campinas, v. 22, n. 58, p. 47-64, dez. 2002.

PENNA, L. A. Imprensa e Política no Brasil: a militância jornalística do proletariado. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

PERUZZO, C. M. K. Mídia Comunitária. Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: Umesp, n. 30, p. 141 – 156, 2o. Sem. 1998.

PORTELLI, H. Gramsci y el bloque histórico. México: Siglo Veintiuno Editores, 1977.

SODRÉ, N. W. História da imprensa no Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUZA, H. G. (2013). Contra-Hegemonia: um conceito de Gramsci? 82 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

THOMPSON, J. B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

THOMPSON, J. B. Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VIANNA, M. T. 70 anos de CLT: uma história de trabalhadores. Brasília: Tribunal Superior do Trabalho, 2013.

WILLIAMS, R. Marxismo y Literatura. Barcelona: Ediciones Península, 2000.

ANEXO 1 - Editoriais Folha de São Paulo, O Globo e Estado de São Paulo

Conselho de Administração
Presidente: [illegible]
Membros: [illegible]

Diretor Presidente: [illegible]
Diretor de Redação: [illegible]
Diretor de Mercado Nacional: [illegible]
Diretor Jurídico: [illegible]
Diretor de Tecnologia: [illegible]

A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

A meta real é a modernidade

O Brasil tem muito a ganhar ao se adotar os padrões internacionais de política econômica. Ao rodar a meta da inflação para 4,5% em 2016 e 4% em 2017, os chefes da equipe econômica enviaram esse duplo recado para a opinião pública, ao mercado e aos principais figurões da Praça dos Três Poderes. No meio de tudo isso, concentrado no ataque da Procuradoria-Geral à Presidência da República, esse recaído pode parecer irrelevante e pretensioso. Afinal, desse choque pode resultar, na pior hipótese, a destruição do programa de ajuste e reformas, o abandonamento da política econômica, a recaída na recessão, a disparada dos preços e um aterrorizante salto de sétimo dígito no número de empregos, uma terível notícia para os 14 milhões de pessoas em busca de ocupação e, provavelmente, para um número adicional de desempregados. Infelizmente é bem esse o risco.

A economia brasileira tem hoje um nome de frio, e não parece ser exagero o governo e sua equipe econômica manterem a sua fixação do ano passado e insistirem com enorme esforço, mais fogo. As decisões formuladas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) foram baseadas nesse pressuposto, a administração federal continuou comprometida com a recuperação das finanças públicas, a credibilidade da moeda e a modernização das instituições econômicas, até por falta de alternativa melhor. A reforma das leis trabalhistas e a do sistema previdenciário são componentes dessa agenda, assim como, talvez pouco mais tarde, as mudanças do sistema tributário e das normas orçamentárias.

A atual meta de inflação, de 4,5%, foi fixada em 2005 e ainda valerá em 2018, completando a tarefa de eliminar o Banco Central, junto pelos padrões internacionais, cumpriu qualquer critério de segurança e de credibilidade. A meta se aproximou, no período da presidente Dilma Rousseff, com seus abusos e desbarates e de preços. Os mercados financeiros normalmente muito experientes ao duvidado centro da meta, como ao cabo de 4,5% foi se decorativo.

A decisão de reduzir a meta é mais que oportuna, portanto, até por seu valor simbólico. A inflação pode cair para 3,6% nos 12 meses terminados em maio e deverá ficar entre 3% e 4,5% nos próximos dois anos, segundo as projeções correntes. As expectativas, portanto, já são compatíveis com um objetivo mais ambicioso. A única surpresa foi a determinação da meta para 2020. Com isso, a convergência foi delegada de dois para três anos. A ideia, como explicaram os membros do CMN, é oferecer a indivíduos e empresas um horizonte mais distante, para facilitar previsões e decisões de mais longo prazo, e também reforçar o compromisso, portanto, do crescimento econômico.

A aproximação dos padrões internacionais, no entanto, será gradual, como indicou o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, presidente do CMN. De fato, a maioria dos países emergentes opera há anos com metas abaixo dos 4,5% estabelecidas para 2019 no Brasil. Mas o importante, neste momento, é iniciar a credibilidade e manter o enfoque para a convergência.

As expectativas estão bem ancoradas e haverá condições de enfrentar choques inesperados por meio da política monetária, continuou o presidente do BC, Ilan Goldfajn, também membro do conselho. Com expectativas bem ancoradas, acrescentou, será mais fácil baixar os juros de longo prazo, também relevantes para o crescimento econômico. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, terceiro membro do CMN, também reforçou o esforço do governo para adotar métodos e padrões internacionais em todos os campos da política econômica. E, entre das formas, poderia ter sido lembrado, de maior e melhor o País, com os gastos, no século 21.

A autonomia efetiva do BC seria um componente importante dessa modernização – mais precisamente, de atualização do sistema de poder. Mas o caminho para chegar a um presente já alcançado por muitas outras nações será, em boa parte, perdido, enquanto os costumes políticos continuarem no passado. Mais concretamente: enquanto houver partidos políticos públicos não-estatais e for preciso pagar pela aprovação de projetos importantes.

A ética dos procuradores

Cotidianamente, com uma das principais atribuições do Ministério Público, que trata pelos princípios da moralidade e da legalidade na administração pública, defender os interesses da sociedade e coibir todas as formas de corrupção, pelo menos quatro dos seis candidatos à escolha do procurador Rodrigo Janot, na chefia da Procuradoria-Geral da República (PGR), encontraram sete campanhas eleitorais fazendo promessas corporativas, das quais a mais polêmica é a defesa da concessão de benefícios indevidos para todos os integrantes da corporação.

Nos últimos dias, eles não se limitaram a prometer a restituição/ressarcimento da parcela de descontos entre ativos e inativos, o que já é um absurdo, do ponto de vista atuarial. Os quatro candidatos foram mais além, prometendo lutar pela incorporação de auxílio-moradia, hoje pagando em R$ 4.377,73 por mês, aos vencimentos do cargo. Pelas promessas, seriam beneficiados não somente os 1.300 procuradores federais do País, mas, igualmente, os inativos, que recebem uma aposentadoria líquida de R$ 34.745. Além disso, o auxílio-moradia seria concedido em "caráter geral", ou seja, haveria um prêmio a membros da categoria que já moram em casa própria.

Esse tipo de auxílio não é nada com o indefinido objetivo de bancar as despesas inerentes à atividade pelo Constituição para a administração pública, que tem como referência o vencimento dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Na época, a alegação foi de que o auxílio-moradia e os demais benefícios – como plano de saúde, alimentação, dinheiro para a compra de livros e computadores e ajuda para pagamento de mensalidade escolar – teriam um caráter indenizatório, e não remuneratório, não podendo, assim, ser computados para efeito de cálculo do teto salarial. Essa esperteza foi plenamente aceita no Poder Judiciário. Depois, invocando o princípio da isonomia, os Ministérios Públicos estaduais e federal – onde estão as carreiras melhor remuneradas da função judiciária – passaram a conceder esse benefício aos seus membros.

A pretensa isonomia foi questionada no Supremo Tribunal Federal, mas a tese vencedora foi a segunda, que foi sacramentada em 2014 pelo ministro Luiz Fux, o desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Até hoje, passados três anos, o processo não foi, por ele, encaminhado para a apreciação do plenário da mais alta Corte do País. E, enquanto isso, os benefícios que os procuradores que se aposentaram como candidatos chefia da PGR querem incorporar aos vencimentos dos procuradores. Até lá, pouco havia quem ousasse argumentar publicamente em contrário a isso. O que justifica essa ousadia é o fato de que os procuradores da República teriam poder para se beneficiar ao se aposentar.

"A perda salarial após aposentadoria é grave disparidade. É preciso instituir mecanismos para manter o auxílio-moradia para ex-chefes da corporação", disse o candidato Nicolao Dino. "A perdida remuneratória de direito e de fato, entre outros e outros, merece especial atenção", afirmou o candidato Mario Bonsaglia. "O auxílio-moradia perde-se a natureza indenizatória, passando a ser uma parcela remuneratória, uma vez que está sendo concedido em caráter geral", explica o candidato Sandro Gonçalves. "Não é justo que se perca esse benefício", alegou a procuradora Ethel Santiago Furtado, para quem a incorporação do auxílio-moradia aos salários não é privilégio. Afinal, diz ela, que o compromisso de todos os sócios. "Ninguém concebe viver do que ganham mais do que os outros".

Em suas declarações e pedidos de abertura de processos criminais, os membros da Procuradoria-Geral da República mostraram-se apresentados como defensores de ideais republicanos e dos interesses maiores da sociedade, especialmente no plano ético. O que se vê em suas propostas corporativas não é tão edificante.

Um passo a mais

Os tempos são de grave crise, mas nem tudo está perdido e mais um passo foi dado para a aprovação das não necessárias reformas. No quarta-feira passada, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou por 16 votos a 9 o parecer do senador Romero Jucá (PMDB-RR) favorável à reforma trabalhista. Nem cenário em que muitos insistem em ver tão somente irresponsabilidade e frugalidade, o governo de Michel Temer conseguiu avançar mais uma etapa rumo à reforma da previdência, a mais relevante para o fortalecimento do crescimento econômico e do desenvolvimento social.

A sensata CCJ chamou 14 horas e a oposição teimou, de diversas formas, adiar a votação do parecer de Jucá. O resultado, no entanto, foi amplamente favorável ao governo, que conseguiu manter intacto o projeto, com a redação aprovada pela Câmara dos Deputados. Na negociação com o Congresso, o governo federal comprometeu-se a vetar, por meio de medida provisória, alguns dos pontos da reforma sobre os quais não há no momento completo consenso, como as regras para o trabalho intermitente.

A manutenção do texto da reforma trabalhista foi um sinal aprovado pela Câmara foi importante para evitar novas alterações na tramitação do projeto de lei, cuja aprovação exige não apenas o voto de maioria simples dos senadores. Uma vez aprovado pelo plenário do Senado, o texto irá à sanção presidencial, sem necessidade de nova aprovação pela Câmara dos Deputados.

Além da posição favorável do parecer de Jucá, a CCJ também aprovou um requerimento de urgência para a tramitação da matéria. Com a medida, espera-se que o plenário do Senado vote o projeto na próxima quinta-feira. Mas do que simples questão procedimental, a urgência na tramitação da reforma trabalhista demonstra sensibilidade do Congresso com a realidade do País.

A situação econômica, que atinge o dedinho dos brasileiros na hora de trabalhar, empregar, comprar, consumir ou mesmo consumir, demanda urgência das autoridades. E que gera engano pensar que o País pode esperar tempos melhores para, mais adiante, fazer que o Congresso aprove as reformas. Na verdade, ocorre justamente o contrário. A crise evidencia a necessidade de que cada um dos Poderes, dentro de seus estritos campos, e de seus instrumentos, seja diligente na apresentação de soluções reais que ajudem a colocar o País de volta nos trilhos.

No caso do Legislativo, não há dúvida a respeito de quais são as tarefas que lhe cabem nestes momentos difíceis do País. É a aprovação das reformas previdenciária, trabalhista e política. A insistência nesse passo cadente de marcha irrefletida, e temporão as reformas são uma espécie de sorte, será muito fácil. Bastar os juros de longo prazo, também relevantes para o crescimento econômico. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, terceiro membro do CMN, também reforçou o esforço do governo para adotar métodos e padrões internacionais em todos os campos da política econômica. E, entre das formas, poderia ter sido lembrado, de maior e melhor o País, com os gastos, no século 21.

A autonomia efetiva do BC seria um componente importante dessa modernização – mais precisamente, de atualização do sistema de poder. Mas o caminho para chegar a um presente já alcançado por muitas outras nações será, em boa parte, perdido, enquanto os costumes políticos continuarem no passado. Mais concretamente: enquanto houver partidos políticos públicos não-estatais e for preciso pagar pela aprovação de projetos importantes.

Fim da linha

* A Operação de Retorno (8/4) foi ótima. Agora parece que vai sobar de desaparecido Lula para tentar se ancorar senador por Alagoas, para continuar com foro privilegiado. Acho que acabou seu jogo em nada novidade.
LUIZ NEO
[illegible]
São Paulo

* **Dano colateral**

Nossa briga particular de Janot, Renan R. Cha. contra o Temer, agora vem a participação inesperadamente dos tratadores e sua grave fora de forma. O que nunca aconteceu a tão alto é o Brasil. O Brasil da maioria silenciosa que trabalha, estuda e vai à procura de emprego e, no fim das contas, é quem paga os altíssimos salários e benefícios deste País, por meio de uma carga tributária escandalosa.
CELSO NEVES DAUER
[illegible]
São Paulo

FALTA DE PASSAPORTES
Impedidos de viajar

Estranho a suspensão da emissão de passaportes pela Polícia Federal (PF). Afinal, eles são documentos, os brasileiros os pagam, e muito bem. Sugiro que a PF aproveite esse pouco para reformular o caótico sistema Armas do Brasil, um dos quatro símbolos oficiais da República (artigos 1, da Constituição), retirado e governo Dilma e sabotado por um decreto de Mercosul. Afinal, somos cidadãos brasileiros, e não do Mercosul.
LUIZ VERDEIN
[illegible]
Itatiaia

"Vou-me embora pra Alagoas, pois lá sou amigo do rei. E do governador, do prefeito, dos vereadores..."
MARCOS CATAP | SÃO PAULO, SOBRE A DESPEDIDA DE RENAN VALENÇA MENEZES DO MEDIO [illegible]

"A interrupção pela PF do fornecimento de passaportes é uma desrespeito ao cidadão, que, afinal, paga uma taxa de R$ 257 para obtê-los!"
RENAL DO PONTE DA MARCONDES JR. | TAUBATÉ, SOBRE A ALTA DA FALTA DE VERNIS [illegible]

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA — SOMENTE NO DIGITAL, CINCO MINUTOS

Projeto quer liberar demissão de servidor

6.845

Senado vai discutir a proposta que prevê a penalidade para os funcionários públicos ineficientes

■ "Uma coisa nunca varia! É cada servidor indigado, sem produzir de 8 a 6 e ainda não encontramos nenhuma repartição pública."
LUCIENE BOMFIM

■ "Por favor, não generalizem. Sei que existe muitos ligas de funcionários, mas não vamos tratar [illegible] de causa que é antes errada."
AMANDA DOS SANTOS

■ "E quem vai entrar na lagoa dos derrotados? Também vamos [illegible] que vão fazer o que vai perdido mesmo?"
MARIO BURTO

O ESTADO DE S. PAULO

[illegible]

Redação: [illegible]
Fax: [illegible]
E-mail: [illegible]

O Estado [illegible]

Central de atendimento ao assinante: [illegible]
Central de atendimento ao leitor: [illegible]
Venda de exemplares: [illegible]
Venda Ocasional: [illegible]
Central de atendimento de anúncios de classificados: [illegible]
Preços avulsos (exceto domingo): [illegible]
Preços assinatura: [illegible]

Cópia [illegible]

PUBLICAÇÃO [illegible]

Conselho de Administração
Presidente: [illegible]
Membros: [illegible]
Diretor: [illegible]
Diretor Presidente: [illegible]
Diretor de Redação: [illegible]
Diretor de Mercado Nacional: [illegible]
Diretor de Desenvolvimento Brasília: [illegible]
Diretor Jurídico: [illegible]
Diretor de Tecnologia: [illegible]

A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

Confusão ardilosa

No Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marcelo Odebrecht confessou que teve o seu estabelecimento utilizado para repasses de caixa 2 para fazer doações para campanhas políticas. Recordou, por exemplo, que 49 dos recursos destinados pela Odebrecht para a campanha de Dilma Rousseff em 2014 tiveram essa origem ilícita. Disse se de início um pouco nervoso, entre outros, de que a empresa não marcou especial consideração pela lei, fazendo o que bem lhe entendesse.

A confissão do líder da empreiteira, admitindo que doava recursos fora da lei, não significa, no entanto, que todos os políticos que receberam essas doações praticaram ilícitos, como quer fazer crer o ex-Marcelo Odebrecht. Tendo que tratar um político no Brasil que tenha sido eleito sem caixa 2, é, se ele diz que se chegou sem, é necessário, porque recebeu do partido. Então, impossível", disse Marcelo à Justiça eleitoral.

Nota-se aí que Marcelo Odebrecht buscou criar confusão entre a doação de dinheiro com origem ilícita, que ele admite, e o estabelecimento desse dinheiro "pelos partidos políticos", o que não necessariamente torna ilícito. Se o empresário doou dinheiro cuja origem é de caixa 2, ele está cometendo crime e, por isso, merece ser acusado e julgado. Quem recebeu esse dinheiro eleitoral em princípio não sabe se ele doou origem ilícita ou se não declarou seus valores à Justiça eleitoral. Ou se recebeu para, em troca, cometer um ilícito.

Logicamente, a maioria dessas doações ilícitas corresponderão muitos recebimentos ilícitos, em suas diversas modalidades. Pode haver crime de corrupção passiva e pode haver caixa 2 eleitoral, por exemplo. O ponto é que, conforme que, para provar o recebimento ilícito de doação eleitoral, não basta que o doador diga que o dinheiro que ele doou tinha origem ilícita. Isso é – volta-se ao início – uma questão pela qual só ele terá de responder à Justiça. Para o indagar o recebimento ilícito de doação é preciso provar que o político que estava recebendo o dinheiro sabia dessa origem ilícita ou se recusou para se tornar parte do crime de lavagem de dinheiro. Não como de caixa 2 eleitoral, é necessário provar, por exemplo, que o candidato, ao seu partido, utilizou para a campanha política recursos que não foram declarados à Justiça eleitoral.

Fazer essas distinções não é mera formalidade, mas ato essencial de respeito às garantias fundamentais de um Estado Democrático de Direito, que exige que toda condenação seja acompanhada das devidas provas. Sem provas, não pode haver condenação. É uma importante proteção para todos que, na esfera penal, ou mesmo eleitoral, sejam tratados como réus, sem nenhuma que, ao se relacionar com os criminosos, facilitaram a corrupção de injustiças, como, por exemplo, a condenação de inocentes. Uma doação ilegal não é necessariamente seguida de um recebimento ilegal. São ações distintas, sobretudo de responsabilidade investigar se existem provas de que houve conluio.

Ultimamente tem se tornado um verdadeiro fenômeno, promovido por setores da imprensa, não necessariamente ligados entre si, de tentar fazer com que doações, inclusive de dinheiro, caixa 2 e ilícitos eleitorais sejam tratados indiscriminadamente, como se fossem a mesma coisa. Trata-se de uma tentativa ardilosa, que busca se aferir à causa, não importante para a sociedade, de confusão da responsabilidade. Equivocadamente, ilude o entender que a luta contra a corrupção exigiria uma participação geral e irrestrita e, mesmo qualquer atividade eleitoral como se fosse sinônimo com a ilegalidade.

Infelizmente, não são raras tais de forma indiscriminada, recomendando a prisão de vários crimes e delitos, de natureza, gravidade e efeitos diversos. Se a finalidade da investigação é da punição e cumprir a lei, deve ser, para obedecer as distinções da legislação.

Especialmente na esfera política, toda essa confusão ardilosa entre crimes tem um claro – e irresponsável – objetivo. Busca se transmitir a impressão de que todo esta igualmente podre. Com isso, alguns querem que todos os atuais políticos sejam sacrificados, ou, ao menos, eliminados da vida pública. Outros pretendem manter o oposto, que, sendo todos igualmente sujos, sejam igualmente absolvidos. Nem uma coisa nem outra é boa para o País. O bom, que tanta sensatez parece encontrar, é aplicar a lei com rigor e isenção.

O desastre 'social' do PT

Ainda sem levantamento oficial do número de hospitais da rede pública, letos por entidade responsável da área médica, fica mais patente o desastre que foram os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, especialmente este último, por o setor de Saúde ter sido um dos mais demandados, explicando a ordinária decadência do PT, que desde sua origem se apresentava como o campeão dos direitos sociais e que, quando chegou ao poder, criou filas (14 longas anos, ininterrupto) justamente num dos setores de importância vital para os cidadãos mais carentes da população.

Segundo trabalho feito pela Sociedade Brasileira de Pediatria, a cada que elevou se faltar em Unidade de Saúde (SUS) perdeu 10,1 mil leitos para internação na área de pediatria em apenas seis anos, entre 2010 e 2016. O número desse tipo de leitos em hospitais públicos e conveniados passou de 46,2 mil para 36,1 mil, segundo período, como mostra reportagem do **Estado**. Isso, ao que se sabe, a Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) necessária, para atender muitas crianças em estado grave, a dificuldade é estimada em 32 mil leitos.

A presidente da sociedade, Luciana Rodrigues Silva, considera a situação "gravíssima", porque muitas vezes crianças precisando de cuidados médicos que chegam a serviços de pronto-socorro não têm para onde ser encaminhadas. Com isso, "sofrem a família, a criança e a equipe médica". E esse é um quadro presente em todos os Estados, dos mais ricos aos mais pobres. Basta dizer que o caso mais perdeu leitos foi o São Paulo (4.892), seguido por Bahia (3.611), Minas Gerais (3.016), Rio Grande do Sul (3.988) e Ceará (1.557).

As explicações do ministério da Saúde são conhecidas. A redução de leitos teria ocorrido em consequência de melhoria no perfil epidemiológico e do melhor controle da demanda hospitalar, com tratamentos que antes exigiam internação sendo feitos em ambulatório e em casa. O Ministério alegou ainda ter aumentado em 12% os investimentos na área pediátrica, entre 2011 e 2014, expandindo a oferta de leitos para casos de maior complexidade.

A se ter no que diz o Ministério, tudo ocorreu ao melhor dos mundos – com o País operando a novas realidades –, mesmo com a perda de mil leitos do que era um déficit hospitalares. Mais que isso, passou da condição de estar a operação de Luciana da Silva Rodrigues Silva, membro da por departamento, inibida pela reportagem, de outra. Em lugar que tivesse de enfrentar a falta de leitos para seus filhos.

As justificativas oficiais de agora são as mesmas apresentadas por ocasião da divulgação de levantamentos semelhantes, mostrando a diminuição cada vez maior da capacidade hospitalar da rede pública. A lei do teto contaminou cada dia mais o país, o que se passa no setor de pediatria se espalha por toda parte, mesmo no cenário panorâmico geral de decadência da saúde pública no governo petista.

Trabalho feito pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) – com base em dados oficiais – mostra que em janeiro, de acordo 2015, o hospitais da rede pública perderam 23.976 leitos, passando de 350.481 para 326.505. Ou 7% do total, um largo considerável e num período curto. Já o relatório Ministério Saúde na evolução da hospitalização, citando como exemplo o caso dos leitos de hospitais psiquiátricos fechados, que registraram diminuição de 7.718 (de 32.731 para 25.013). Por importante que ele tenha sido, falta a diferença de 15.892 (23.611 menos 7.718).

É por esses e outros motivos que o CFM considerou o quadro existente em seu trabalho como "alarmante" e lembrou que a insuficiência de leitos é um dos fatores que aumentam o tempo de permanência dos pacientes nos serviços de urgência, um quadro agravado "internados" à espera de vaga. Uma situação irregular e perigosa.

O irresponsável desleixo com a saúde pública é marcante legado dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff. Eles deixa as demagogias ilícitas de brasileiros de baixa renda que acreditaram no PT e nas suas miríadas de e demagogias promessas.

A receita continua fraca

O primeiro semestre melhor da economia depressiva, ainda da recessão federal do primeiro bimestre, mas a arrecadação federal do Tesouro continua no dependência de receitas especiais. O governo da União arrecadou R$ 1,1 trilhão em janeiro-fevereiro, com ganho real, isto é, descontada a inflação, de 0,1%. Essa receita inclui R$ 6,1 bilhões de receitas do petróleo. Esse valor, 70,6% maior que o do ano anterior, foi obtido graças ao maior volume e a elevação de preço do produto. Quando se considera somente a receita administrada pela Receita Federal, o total arrecadado se reduz a R$ 1,01 trilhão e o resultado se torna 0,4% menor que o do período correspondente de 2016. A coleta ainda baixa de impostos e contribuições é explicável basicamente pela atividade fraca – apesar de alguma reação – e pelo desemprego elevado. Mesmo com a recuperação mais avançada, no entanto, os custos federais estão longe do ajuste pretendido pelo governo do presidente Michel Temer.

Para corrigir o desequilíbrio fiscal e dotar o País de finanças públicas saudáveis e compatíveis com um quadro de prosperidade, o governo tem de reduzir o desperdício, conter e racionalizar a despesa e recuperar a receita. Nesse novo quadro, a administração deverá depender essencialmente da arrecadação tributária de impostos e contribuições. Na gestão anterior, quando se recorreu a concessões que não estão geralmente a disposição de receitas extraordinárias, como aquelas provenientes de concessões e da renegociação frequente de créditos tributários em atraso. Também eventuais, a oportunidade proporcional dos dividendos pagos por empresas e bancos estatais, até a antecipação desses dividendos foi realizada no jogo, quando o Tesouro se serviu extraordinário, no final do governo da presidente Dilma Rousseff. Também as privatizações, alienações e outras de ativos federais, longe de ser um componente de saneamento do desbalanceamento financeiro.

A desoneração operada dos valores arrecadados é insuficiente para a superação dos problemas. Obviamente, só se pode bem avaliar o quadro de arrecadação quando se dispõe também dos números da despesa, publicados pouco depois do relatório da receita. Só então se pode ter uma noção clara, por exemplo, do montante desejado da Previdência, principal fator de desequilíbrio das contas públicas. Nos últimos anos, esse desequilíbrio cresceu também por conta de benefícios tributários mal planejados e, infelizmente, de corrupção.

No período bimestre, o desempenho continuou prejudicado a arrecadação previdenciária. Essa receita líquida em R$ 60,29 bilhões, com queda real de 1,8% em relação a janeiro-fevereiro do ano passado. Os efeitos da leve recuperação econômica não são tão marcantes quando se compararem os números do período com os de um ano antes. Ainda houve quedas na receita da Previdência (queda de 1,3%), de importação (baixa de 27,2%) e de Cofins/PIS/Pasep (redução de 3,6%). Nos tributos a arrecadação de algumas modalidades do Imposto de Renda. Exemplos sobre os rendimentos de capital, aumento de 30% sobre o período e rendimento do trabalho, 5,2%.

Mas o aumento da receita do IPI, excluindo a parcela vinculada a exportações, sobre seja o dado mais animador – ganho real de 9,6% em relação ao valor de fevereiro de 2016 parece um bom sinal de recuperação – ainda irrisório quando se examinam os números do bimestre. Neste caso, a comparação mostra uma queda de 3,7%.

Os dados mais positivos são em boa parte explicáveis pela base de comparação muito baixa. A atividade industrial, apesar da melhora em alguns segmentos, continua muito longe do nível de antes da recessão. Mesmo em 2014 a produção já foi muito fraca. Os novos números podem ser bons, mas a comparação, segundo todas as projeções, será bem mais 2017 e pode ser ganhar mais impulso à partir do período atual. Os especialistas continuam esperando que, em outubro, o crescimento do período próximo do 0,6%. Mesmo com o cenário difícil, o governo tem de trabalhar pelo ajuste e pela busca da arrecadação. Não há alternativa razoável.

O ESTADO DE S. PAULO

Assinaturas: [illegible]
Preço: [illegible]
E-mail: [illegible]

O Estado [illegible]

Central de atendimento ao assinante: [illegible]
Central de atendimento ao leitor: [illegible]
Venda de exemplares: [illegible]
Venda de anuncios: [illegible]
Central de atendimento de agências de publicidade: [illegible]
Preços avulsos (exceto domingo): [illegible]
Preços avulsos (domingo): [illegible]
Preços avulsos: [illegible]

Grupo [illegible]

PUBLICAÇÃO [illegible]

REFORMA TRABALHISTA
Partes discutíveis

O editorial *Modernização e emprego* (27/3), A.J. acerto em chamar quando fala da possibilidade de aumento do emprego na iniciativa privada, em especial para os operários de chão de fábrica, que são a maioria dos desempregados. A eliminação dos encargos de folha certamente tornará mais rentável a contratação de mais empregados. Há, no entanto, dois pontos que merecem discussão mais aprofundada. O primeiro se refere ao risco de eliminação do salário de trabalhadores para primeiro momento, pela possibilidade da relação. Como será muito difícil demitir contratar outro, não convém ao empregador sendo aceitar os salários baixos que lhes serão impostos logo de cara. Pode ser que depois os salários aumentem, pelo período crescimento da economia, mas isso também é um ponto do campo das probabilidades.

O outro problema diz respeito à sobre terceirização do serviço público. A Constituição, no art. 37, inciso II, diz que "a investidura em cargo ou emprego pública depende da aprovação prévia em concurso público...". Outra lei, portanto, que contrariar a Lei Maior será declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e, portanto, terá o dispositivo revogado do texto ordenamento jurídico.

FÁBIO LUCHESI
[illegible]
Curitiba

O mal das metas

Chapéu falaram em [illegible] Hélio, da Previdência, etc. Vamos começar pelo mal das metas. O Estado? Vamos ajustar o Estado as metas necessidades, e não o contrário. Começar pelo principal, e não pelo acessório.

JAIR NERO
[illegible]
Curitiba

"A Operação Carne Fraca mostrou, mais uma vez, que o maior inimigo do Brasil pode ser o próprio brasileiro"

CRISTIANO WALTER SANDE | CAMPO GRANDE, SOBRE AS GUERRAS INCIVIS DA CORRUPÇÃO
[illegible]

"A carne é fraca, mas é evidente que o bolso dos corruptos é forte acima do Brasil varonil!"

FRANCISCO JOSÉ BIDOTI / SÃO PAULO, SOBRE
[illegible]

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA — SOMENTE NO DIGITAL, CINCO MINUTOS

PF prende ex-gerente da Petrobrás em RR

Nova fase da Lava Jato mirou em Roberto Gonçalves, que sucedeu a Barusco na gerência da estatal

6.403

■ "Muito bom essa operação. Mostra que é possível mudar costumes brasileiros. Que isso continue, para o bem do Brasil."
CAIO BEIRÃO

■ "O Brasil só vai mudar quando os ladrões saírem que prendem ladrões. A impunidade tem a ver com a corrupção fácil."
KELLY TELLES

■ "Não tem todos são filho ladrão. E isso o povo sabe. Filho ladrão sem vergonha. Eu quero de volta o crescimento, não o País brasileiro."
MOISÉS BERTAGNI

Notas & Informações

O valor probatório da delação

A paz na Colômbia

Dano colateral

O ESTADO DE S. PAULO

Desalento

Mortadelas em ação

Um começo

Corda para enforcado

"Comparada à invasão da Normandia, no final da 2.ª Guerra, a prisão de Lula será o dia D para a libertação do Brasil da corrupção que o asfixia. Avante, Moro!"

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

Renan deixa liderança do PMDB no Senado

No plenário, senador fez críticas ao governo Temer e disse: 'Não tenho vocação nenhuma para marionete'

Notas & Informações

Greve compulsória

Ensino pago

Mercado de trabalho ainda piora

Balanço das ameaças

Aula magna

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA

Greve contra reformas tem atos pelo País

Manifestantes fecharam rodovias e protestaram pelas cidades, que ficaram sem transporte e aulas

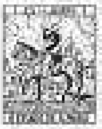
O ESTADO DE S. PAULO

[illegible]

A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

Campeão da roubalheira



[illegible]

Ideologia no MP do Trabalho

[illegible]

O PIB americano e Trump

[illegible]

O ESTADO DE S. PAULO

[illegible]

Cidade feia

[illegible]

Torcida contra

[illegible]

Museu de arte de rua

[illegible]

"O mapa da mina: diz-me com quem andas e te direi quem és..."

[illegible]

"Na equação da corrupção, Eike é o xis da propina"

[illegible]

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA

Fifa muda regra sobre Mundiais de Clubes

Para entidade, só torneios a partir de 2000 são 'oficiais'; com isso, times brasileiros ficam 'sem título'

[illegible]

FELIPE ALVES

[illegible]

CLEANDRO S. BORBA

[illegible]

FÁBIO BASTIONE

A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

A leniência e a impunidade

Cabe ao Estado investigar e, quando é o caso, punir. [illegible]

Limite à contribuição assistencial

A [illegible]

Modernização e emprego

M[illegible]

O ESTADO DE S. PAULO

Dos vazamentos

[illegible]

Tutela

[illegible]

"Totalmente inverossímil que nossos políticos recebessem montanhas de dinheiro vivo da Odebrecht e achassem que era dinheiro legal. Nessa cota de idiotices já venceu faz tempo. Eles podem começar a recolher seus pertences porque 2018 vem aí. Fim da linha!"

LUIZ FRISO / SÃO PAULO

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA

Ciro Gomes desafia Moro a prendê-lo

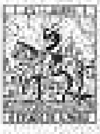
Em vídeo que circula na internet, o pedetista afirma que receberia a 'turma' do juiz 'na bala'

[illegible]

A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

A greve do feriadão



[illegible]

A escalada do PCC

[illegible]

A indústria se move

[illegible]

O ESTADO DE S. PAULO

Parasitas e capachos

[illegible]

Dia dos bobos

[illegible]

"O fim da contribuição sindical obrigatória é o início da extinção de pelegos e mortadelas"

"Sem desmontar o anacrônico aparato sindicalista, financiado por imposto compulsório, nenhuma reforma terá condições de reduzir o intervencionismo da Justiça do Trabalho"

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA

Gilmar suspende depoimento de Aécio

7.892

Em interrogatório da Lava Jato, ministro do STF atende defesa e proíbe PF de 'surpreender' tucano

[illegible]

Conselho de Administração
Presidente: [illegible]
Membros: [illegible]

Diretor Presidente: [illegible]
Diretor de Mercado Nacional: [illegible]
Diretor Jurídico: [illegible]
Diretor de Tecnologia: [illegible]

Diretor de Redação: [illegible]
Diretor de Jornalismo: [illegible]
Diretor de Desenvolvimento Digital: [illegible]

A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

Os limites da negociação

Depois de cuidar antes em alguns pontos da reforma da Previdência que consideravam intocáveis, o presidente Michel Temer anunciou que as corporações estão concordadas e que, agora, o governo vai ao Congresso com de se empenhar ao máximo para aprovar a mudança constitucional. Ao mesmo tempo, Temer enfatiza que o projeto não poderá ser modificado, sob pena de tornar-se inócuo para a finalidade essencial do colapso do sistema previdenciário e, por conseguinte, das contas públicas. Daqui em diante, e esta é a mensagem presidencial, cabe aos parlamentares apoiar ou rejeitar a reforma tal como ela está, e cada um deve arcar com as consequências de sua decisão, considerando que a rejeição da mudança na Previdência resultará na drenagem de recursos de áreas cruciais para o destino do País, como saúde e educação, para honrar o pagamento de aposentadoria.

"Não vamos mais colocar na reforma da Previdência", disse o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). "Vamos com o que está e para que ninguém perder. Temos responsabilidade com o Brasil e não fazemos ações. Que fazem o Brasil." O líder do governo na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), também afirmou que "não há espaço para concessões". Ribeiro disse que a reunião depois de ter participado de uma coalizão de vários homens, no domingo passado, entre ministros e líderes de base aliada com Temer. Neste encontro, foram traçadas as estratégias para arregimentar os votos necessários à aprovação. Não será uma tarefa fácil, especialmente porque nem mesmo o partido do presidente, o PMDB, acertou "fechar questão", isto é, determinar que todos os seus parlamentares votem a favor da reforma. Diante disso, é natural que os demais partidos governistas também relutem em garantir ao presidente amplo apoio ao projeto.

Como Temer aposta a sobrevivência de seu governo na aprovação das reformas, em especial a da Previdência, a base governista, grande parte da qual nos atuais tempos foi fisiológica, "forçou ao máximo a oportunidade de cobrar do presidente mais e novas concessões, e mesmo antes mesmo de ser o grande de aprovação. O recuo de traições é tão grande que a ordem de Temer é que, a partir de agora, ministros só recebam parlamentares – e requerentes em geral – depois que estes tenham votado a favor do governo nas matérias de interesse do Palácio do Planalto.

Nominalmente, o governo tem uma base com mais de 400 deputados na Câmara, número muito acima dos 308 necessários para aprovar a reforma da Previdência. Essa base foi conquistada por meio do tradicional toma lá dá cá, em que a Esplanada dos Ministérios se enchou de ministérios "políticos", isto é, de apadrinhados de partidos governistas, na percepção de que estes votarão em peso a favor do governo. Mas o mesmo critério da economia, a impopularidade de Temer e o avanço do discurso da oposição, segundo o qual as reformas acabarão com direitos sagrados dos brasileiros, tornam este apoio incerto.

Um exemplo é o PSB, que tem bancada pequena, como o Maria do Rosário de Minas e Energia, mas decidiu "fechar questão" contra as reformas trabalhista e previdenciária. Não é o único partido aliado a recomendar seu voto. Levantamento do Banco Itaú, feito por o Estado, mostra que o apoio a Temer caiu de 91% em julho de 2016 para 79% agora. Ainda é uma taxa alta, mas está claro que a margem de segurança que o governo tinha no ano passado, quando aprovou o teto dos gastos públicos, encolheu consideravelmente.

O jogo político, portanto, tornou-se ainda mais difícil do que já seria, naturalmente, em se tratando de uma reforma polêmica como a da Previdência. Até agora, Temer se tem reconhecido bem no diálogo com os parlamentares, mas agora, sob a atmosfera inversa da Lava Jato e diante de um eleitor cada vez mais desgostoso com os políticos, o presidente terá de usar todo o seu conhecimento do Congresso para garantir que a reforma da Previdência não retorne na prática, adiada por tantos que alegam não ser do País, e que seja efetiva – e não desfigurada pelo populismo.

Investimentos estão voltando

A forte competição, o compromisso de investimentos de R$ 22,7 bilhões e o compromisso de redução de 36,47% em relação às receitas máximas fixadas na edital são algumas dos resultados expressivos do leilão de linhas de transmissão de energia elétrica realizado na sexta-feira passada. Eles mostram o acerto da mudança feita pelo governo Temer nas regras da disputa para atrair mais investidores aos programas de parceria com a iniciativa privada na área de infraestrutura.

Há outros aspectos que dão ao leilão de transmissão de energia um significado especial, como a completa ausência de empresas estatais no disputa e a oferta de financiamentos públicos – o que não compromete a competição –, além do grande interesse demonstrado por empresas que não tinham tradição no setor, mas que viram oportunidades nos projetos leiloados. Os resultados indicam também uma mudança importante no humor dos investidores quanto aos rumos do País e de seu setor elétrico. Se antes as empresas do ramo, diante de tantas incertezas, eram demonstrações confiança na recuperação da economia e, por isso, se dispunham a assumir riscos.

Dos 25 lotes leiloados, 4 não receberam ofertas e outros 6 foram arrematados com ágio de mais de 100%. Não é um dado que preocupe, como se comparam com resultados dos leilões realizados durante o governo Dilma Rousseff, entre 2012 e 2016, cerca de 40% dos lotes ofertados ficaram sem oferta. Mas, dos 21 que foram arrematados, alguns tiveram mais de 12 ofertas, e isso demonstra o interesse dos investidores nos projetos oferecidos em leilão.

Sentindo os compromissos assumidos pelos vencedores dos lotes arrematados, vários previstos investimentos de R$ 12,7 bilhões em 10 Estados no período que vai de 38 a 60 meses, conforme o contrato. Esse valor representa 56,4% do total previsto pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), responsável pelo leilão. A receita anual permitida para os 21 lotes leiloados alcançou R$ 2,07 bilhão, bem abaixo do valor máximo admitido pelo edital, de R$ 2,69 bilhões. Isso significa que os consumidores deverão ser pagar menos de R$ 1 bilhão por ano pela tarifa de transmissão nos projetos arrematados.

Obviamente os ganhos futuros foram devidamente considerados pelos vencedores quando definiram o valor de seu lance. Especialistas do setor calcularam que, na média, apenas 10 dos 40 anos considerados ainda a expectativa dos investidores é de um retorno de cerca de 12% ao ano. A possibilidade de os investidores fazerem o cálculo da rentabilidade esperada a cinco ou mais anos mostra que, em relação às regras que o governo Dilma tentou impor ao capital privado nos leilões que realizou no setor de energia elétrica.

Para que mesmo com a imposição de tarifas muito verdadeiras para os investidores – por conta de sua demagogia política de "modicidade tarifária", que desmantelou a Eletrobrás e quase levou o setor elétrico à ruína –, se alcançasse algum êxito nos leilões, o governo pensava forçar a participação da Eletrobrás ou suas subsidiárias na disputa e oferecia financiamento barato e facilitar por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Nesta peleja, os leilões de hoje ainda não foram tão bem sucedidos, mas a participação de grandes empresas de construção civil, associadas a operadoras internacionais, mostra que o setor está com outras perspectivas. Desta vez, nenhuma delas compareceu, sabiamente, cortejadas nos escândalos desvendados pela Operação Lava Jato, a fazer parte das empreiteiras que por processos de alguns de seus dirigentes e de seus negócios.

Mas nem por isso as grandes empreiteiras, os leilões podem ser feitos bagunça clarisa, condições adequadas, melhora do ambiente econômico, confiança geradas por uma equipe econômica disposta a demolir a série que foi herdada pelo Lula petista, redução gradual dos juros básicos e indução em queda futura parte de um novo ambiente que confiança a estimular os investimentos privados. O setor das informas é essencial para prestar esse ambiente.

Animação nas contas externas

Quem precisar de alguma animação deve ler as projeções do Banco Central (BC) para as contas externas. Neste ano o superávit comercial deve chegar a US$ 48 bilhões, com aumento de exportações (quanto de importações). Se a meta for confirmada, será 13,4% maior que a de 2016, já bastante satisfatória. Mesmo assim, o banco não transações correntes – serviços das transações com o exterior – deverá de US$ 23,8 bilhões para US$ 30,5 bilhões, por conta do aumento previsto para algumas despesas importantes, como as viagens internacionais e a remessa de lucros. Esse déficit continuará perfeitamente administrável, estimo projetado de 1,31% para 1,45% do Produto Interno Bruto (PIB). Mais viagens e mais lucratividade e de maior satisfação elevadas das ações Bolsa, pois tas para o exterior, de aquecimento discreto, alguns impulso adicional deverá surgir nos primeiros meses, mas com efeitos muito modestos, segundo a maior parte das estimativas. Pela estimativa do BC, o PIB deve crescer 0,5% neste ano.

Inflação em queda e contas externas quitadas são aspectos positivos e contribuem para a credibilidade do BC, mesmo diante de questões ainda muito sensíveis de bons resultados. O Brasil recomeça a crescer, depois de dois anos de recessão, e o fim do ciclo, sem grandes sinais de alerta no balanço de pagamentos. Quanto a esse ponto, foi uma crise diferente da maior parte das anteriores. Quase sempre, com o déficit, o balanço gerava escassez de financiamento em meio da emergência trazia características dominantes acima fases de grandes dificuldades. Desta vez, a história foi diferente. As contas externas, mas principalmente os lucros das importações. Mas esse quadro já vem mudando.

Até março, o déficit acumulado em transações correntes, de US$ 46 bilhões, foi 44% menor que o do período imediatamente de 2016. Isso se explica principalmente pelo aumento das exportações de bens e do saldo comercial, com um pulo de US$ 7,8 bilhões para US$ 13,8 bilhões. Em março, houve até um saldo superávit em transações correntes, de US$ 1,4 bilhão, possibilitado basicamente por exportações de US$ 6,9 bilhões, valor 38,4% maior que o de fevereiro, na série do BC.

Mas o cenário deve mudar, com a piora dos números nas contas de serviços (viagens e transportes, por exemplo) e de renda (remessas). Este último conjunto inclui, entre outras coisas, lucros, atrasos e saldo de juros, sendo como recebimento e pagamento de lucros.

Melhores dos negócios, algumas exportações de bens e obtêm não necessariamente bom, como pretende devem refletir-se na depressa para o exterior. O déficit de viagens deve passar de US$ 19 bilhões em 2016 para US$ 24 bilhões em 2017, de acordo com o BC. O déficit na rubrica remessas de lucros e dividendos deve subir de US$ 20,4 bilhões para US$ 26,5 bilhões. O saldo será pior, mas isso será sinal indicação de melhora na economia. No pior fase da crise, algumas empresas pediram socorro a matrizes, em vez de aportar dinheiro.

O déficit em transações correntes é financiado com recursos contabilizados na conta de capital, a segunda metade do balanço de pagamentos. Investimentos diretos – capital aplicado em empresas – são atrelados à forma de crescimento. Esse déficit vai diretamente para a atividade empresarial e é muito menos volátil que o capital investido em operações financeiras, do caráter mais especulativo. Por breve período do País depende deste último tipo de financiamento, mas o investimento direto não depende, em geral, a necessidade para cobrir o déficit em transações correntes.

Em 2016, houve ingresso líquido equivalente a 4,9% do PIB em quanto o déficit foi de 1,4%. O ingresso estimado para este ano de US$ 75 bilhões, deve corresponder a 3,6% do PIB, mais mais que suficiente para cobrir um banco estimado em US$ 50 bilhões, ou 2,4% do PIB. Nos últimos 12 meses entraram US$ 85,9 bilhões, em quanto a necessidade foi de US$ 20,6 bilhões.

Investimento direto é uma aposta nas perspectivas de longo prazo. Algo bom na aposta dos investidores estar provado. Também isso é animador.

Politicamente morto

John Gray, professor na London School of Economics e colunista do jornal The Guardian, escreveu em Altos Negros (Bizarro Mundo) de Sérgio e teve de que os projetos utópicos da esquerda, hoje em escombros, entraria estruturalmente nos seus seguidores, constituindo de fato verdadeiras seitas religiosas. Então, segundo Gray, o esquerdismo é um movimento portador de um projeto presumivelmente salvífico. E o que se vê no Brasil, onde o PT constitui uma seita levemente liderada por Lula, um líder dos movimentos hoje destituído de transcendência, vem que chamadas de as mais abjetas e corruptas tendências, como desfrutam agentes especializados e organizados brasileiros. Que se pensão e não sentir de dobrar, todos os pelo de sua fé de infinita e fiéis de maneira pela longa portaguada da Lava Jato, ao lado de inúmeros ladrões do dinheiro público. Lula está politicamente morto. E não consegue ser ressuscitado ao terceiro dia.

TELÊMACO B. CARVALHO
[illegible]

CARTA GERAL
Mais pressão

Ser empresário no nosso país não é tarefa fácil, é quase uma missão, submetendo a condição que ao os levados ônibus, dificuldades o fluxo de clientes. Agora, para acabar de tornar a [illegible] "grave geral". Onde vamos parar, sem, meu Deus? Temos lojas fechando e mais desempregados, constatamos em cada quem quer empreender e gerar empregos. Enquanto a sede cada vez mais para os funcionários, que exigem os cotistas irresponsáveis [illegible] pelo Sebrae.

LEANDRO FERREIRA
[illegible]

"Cotadíssima da Dilma, foi a última a saber que sempre soube de tudo. É mesmo uma injustiça!"

ELIANA FRANÇA LEMOS / SÃO PAULO, SOBRE A DEL. ADILSO DE CASAL DE PAULA DE TOPOLÂNDIA, SANTANA E MÔNICA MOURA

"Lula, Dilma, Dirceu, Palocci, Mantega, Marcelo e Emílio Odebrecht, Joaquim Wagner, etc., etc., todos heróis dos cofres públicos brasileiros!"

LOURDES MOURAMONDA / SÃO PAULO, SOBRE A CONDENAÇÃO DA DEPUTADA

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA — SEGUNDA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2017

Supremo manda Bruno de volta à prisão

Liminar havia libertado goleiro condenado por homicídio, mas 1ª Turma do STF revogou a decisão

6.276

■ "Que se faça o mesmo da Justiça feita pela Operação Lava Jato para que corruptos e corruptores em geral [illegible]"
WESLEY MARINHO

■ "O [illegible] volta a [illegible] Sérgio Cabral [illegible]"
PAULO CHAGAS CAMPOS

■ "Vai ficar mais difícil para os brasileiros [illegible] na cadeia."
ALEXANDRE L. OLIVEIRA

O ESTADO DE S. PAULO

[illegible]

Central de atendimento ao assinante
[illegible]
Venda de assinatura: [illegible]
Venda Avulsa: [illegible]
Central de atendimento de revistas e publicidade: [illegible]
Preços avulsos (média): [illegible]
Preços assinaturas: [illegible]

[illegible]

A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

Não é política, é caso de polícia

O País para, o mundo segue

A responsabilidade do juiz

“Eleição direta para presidente no caso de saída de Michel Temer, isso, sim, seria um grande golpe na Constituição da República, um casuísmo passando por cima da nossa Carta Magna!”

“Afinal de contas, o sr. Rodrigo Janot é procurador de quem mesmo?”

VOCÊ NO ESTADAO.COM.BR

TEMA DO DIA

Temer aciona Exército após depredações

Manifestação na Esplanada teve vandalismo e até ministério em chamas antes de decreto da GLO

O ESTADO DE S. PAULO

Conselho de Administração
Presidente: [illegible]
Membros: [illegible]
Diretor: [illegible]
Diretor de Redação: [illegible]
Diretor de Mercado Nacional: [illegible]
Diretor Jurídico: [illegible]
Diretor de Tecnologia: [illegible]

A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

Lições de uma derrota

A rejeição da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado foi circunstanciada como um golpe fatal no título dos ministros da coordenação do Estado. O senador petista Humberto Costa (PE) chegou a dizer que foi "a maior derrota do governo Temer". É um exagero, considerando-se principalmente que o revés não afeta de nenhuma maneira a tramitação da reforma no Senado e, mantidas as atuais condições, sua aprovação em plenário deverá ser razoavelmente tranquila. Mesmo assim, o episódio serviu para reforçar a dúvida quanto à qualidade da base de apoio ao presidente Michel Temer no Congresso, algo preocupante diante dos inúmeros desafios que ainda estão pela frente, em especial a reforma da Previdência.

Michel Temer não pode se dar ao luxo de perder votações secundárias, como esta na CAS, porque a credibilidade de seu governo está apresentada na percepção de que ele controla uma boa bancada no Congresso, capaz de levar adiante as impopulares reformas. Ao se deixar vencer dessa maneira, permitindo que governistas rebeldes prejudicassem os estragos da Polícia do Paraíso, os operadores políticos do governo ajudaram a alimentar uma imagem de fragilidade que, somando-se aos problemas jurídicos de Michel Temer, colocou em questão a capacidade do presidente de conduzir sua agenda reformista.

É preciso também destacar o papel negativo do PSDB nesse episódio da votação na CAS. Os tucanos precisam decidir se estão mesmo na base de apoio ao presidente Temer e se são favoráveis às reformas, como gostaríamos que dirigentes. A rejeição à reforma trabalhista, como com a ajuda do senador Eduardo Amorim (PSDB-SE), que na planilha do Palácio do Planalto havia sido contabilizado como um voto a favor. Como o placar foi de 10 a 9, pode se creditar que esse voto fez diferença para a derrota. Mas é digno de nota também o comportamento frequentemente de contragosto dos tucanos na CAS. Cinco senadores da base aliada simplesmente não apareceram para votar.

E há também a sobrepaga, para o simples, capitaneada por Renan Calheiros, líder do PMDB no Senado. Renan fazer parte da rebelião, Renan pedir a palavra a cinco dias de desqualificar todas as reformas encaminhadas pelo governo, acrescentando dois de críticas aos "erros em série da política econômica". Segundo o senador, que futuro como se fosse um dedicíssimo da CPI, a equipe econômica está levando o País a um "pântano desesperador".

Nominalmente, o senador Renan Calheiros é do mesmo partido do presidente Michel Temer, mas, na prática, seu partido sempre foi ele mesmo. Neste momento, Renan, alvo de múltiplos inquéritos substituição da Operação Lava Jato, parece acreditar que sua salvação se encontra sob a liderança tácita com o direito petista Lula da Silva, ainda muito forte entre eleitores do Nordeste. De qualquer, espera que essa proximidade com Lula ajude o filho, Renan Filho (PMDB), a conseguir a reeleição como governador de Alagoas.

Como era esperado, o governo deu o troco a Renan, usando a Imprensa que o Congresso entendeu direito: qualificadas do senador Fábio José (PMDB-DF), que é do grupo de Renan e votou contra a reforma na CAS.

Mas a pessoa isso não basta. É preciso demonstrar, com a máxima clareza possível, que esses parlamentares não a vanguarda do atraso. Não está em jogo apenas um punhado de mudanças na legislação trabalhista ou no sistema previdenciário. O que está em jogo é a definição do futuro econômico do País.

É urgente enfrentar os problemas estruturais que condenam o Brasil ao desenvolvimento medíocre e à baixa produtividade. As reformas em curso, tendo durante desafio, são apenas a ponta do iceberg desse processo, que tem de servir principalmente para romper a lógica segundo a qual cada recuo para o começo é vencido no Estado. Os interesses clandestinos ejetaram rapidamente aquelas que contrariam relações privilegiadas com o Estado, seja na forma de subsídios e benefícios em geral, seja como obstáculos para financiamentos públicos, em detrimento do resto da população, que deve arcar com a conta pela manutenção da estatização viciada. A derrota do governo é a vitória dessa gente.

Documento único

Aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Michel Temer, a lei que unifica todos os documentos de identidade com base nos registros biométricos da Polícia Federal e da Polícia Civil já está vigorando.

Como poderá ser, sendo uma entre diversas situações do dia a dia, o seu um número único com validade em todo o território nacional, o Documento de Identificação Nacional poderá facilitar a vida dos cidadãos. Entre outras vantagens, a identificação de cada brasileiro com um número único ajuda a coibir falsidades e atos criminosos. Também permite acesso mais rápido e direto a benefícios a que cada cidadão faz jus. Ainda, facilita as relações entre a população, as entidades privadas e o Poder Público.

Afinal, que reúna num só documento dados da Cédula de Identidade (RG), da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e do título de eleitor, transitou em regime de urgência na Câmara dos Deputados e foi aprovado no Senado sem emendas para evitar que o texto voltasse para a Câmara. Desde o início, o projeto contou com a oposição do Tribunal Superior Eleitoral, de governos estaduais e de parte do Poder Judiciário.

O último foco de resistência feriam os Tribunais de Justiça – e, antes, recente, por uma questão – mesmo que federal, segundo seus presidentes e corregedores, sofra da Justiça Comum, vetado do Poder Legislativo, a competência exclusiva para disciplinar registros públicos. Obrigatoriamente, a criação de um documento único de identificação foi proposta pelo Tribunal Superior Eleitoral. Para contornar as preocupações dos presidentes e corregedores dos Tribunais de Justiça, o responsável pela redação final do projeto promoveu algumas alterações sob seu texto inicial, substituindo, por exemplo, a expressão Registro Civil Nacional por Identificação Civil Nacional.

Pela lei, a unificação dos documentos de identidade será coordenada por um comitê integrado por três representantes do governo federal, três representantes da Justiça Eleitoral, um da Câmara dos Deputados, um do Senado e um do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Esse comitê será responsável pela definição de padrão biométrico, das regras de formação do número de identidade nacional, dos procedimentos que serão mais adequados para a expedição do documento e dos parâmetros técnicos e condições dos serviços de confrontação de dados biométricos, que serão sigilosos.

Os documentos emitidos por entidades de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho Federal de Medicina e o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, somente terão validade se atenderem aos requisitos de biometria e de fotografia conforme o padrão utilizado no Documento de Identificação Nacional.

Para cumprir o determinado texto constitucional do Sistema de Identificação Civil Nacional, com base no qual o Documento de Identificação Nacional deverá ser criado, não deverão ser a criação de um Fundo de Identificação Civil Nacional, que será composto por recursos do Orçamento Geral da União, Serviço Tribunal Superior Eleitoral, responsável pela de implementação da coleta das informações biométricas e de armazená-las.

A lei garante o acesso da União, Estados, Distrito Federal, municípios e Poder Legislativo à nova base de dados. Prevê, ainda, punição para a comercialização dessa base de dados, com pena de detenção de 2 a 4 anos. Por fim, estabelece que os primeiros dez anos registro será concedida gratuitamente a todo cidadão.

A criação de um documento único de identificação nacional é uma ideia antiga, velha de pelo menos meio século. Custa crer que uma medida tão importante tenha sido tão demorado todo esse tempo para ser concretizada. Espera-se que os órgãos incumbidos de dar sua execução prática se lhe dedique com a necessária prontidão, para que esse efeito não demorem tanto.

O horário gratuito e os nanicos

O financiamento de campanhas eleitorais por corporações privadas é uma doença fatal de difícil cura, como se tem demonstrado nos últimos tempos no País, e cada vez mais das razões pelas quais essa prática foi substituída veiada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), as decisões eleitorais de partidos políticos, insuficientes para os partidos informados de recursos companhias eleitorais, são permitidas dentro dos limites legais. Mas o sistema em vigor de predominância de financiamento público, que é enfaticamente defendido por eminentes autoridades da Justiça e da moralidade, embora seja pródigo, longe de corrupção que tende a ser negligenciada quando se discute a urgência necessária de uma ampla reforma política, o chamado horário eleitoral gratuito no rádio e na TV.

Para começar, de gratuito não se trata. O período aos partidos políticos não tem nada, porque é pago pelos cofres públicos, ou seja, pelos contribuintes. É um bom negócio para as emissoras de rádio e televisão – ao contrário do que muitas imaginam – e, principalmente, para os partidos. Tanto para os que precisam de tempo de exposição na mídia para conquistar votos, como para os que são ricos nenhuma possibilidade eleitoral – as chamadas legendas de aluguel –, mas financiam alto valor do tempo a que são direito em acordo de "coligação" ou "obrigações" cujo valor se mede em moeda corrente.

A propaganda eleitoral obrigatória no rádio e na TV aberta foi originada como um modelo de distribuição de tempo entre candidatos e partidos, de modo a oferecer a informação do poder político no processo eleitoral. Para isso, é profícua a compra de tempo no rádio e na TV por partidos e candidatos. A lei estabelece que as emissoras devem ceder gratuitamente de legendas tanto o tempo para a propaganda de seus programas políticos, fora do período eleitoral, como para a propaganda dos candidatos, no tempo limitado da campanha eleitoral. De acordo com a lei, a cessão deste tempo é renunciada de contornar as formas de isenção fiscal, em montante equivalente a 80% do valor estabelecido nos preços de tabelas de preços. Dependendo do volume, as seguradoras de venda de publicidade comercial as diferentes concedidas pelas emissoras "compensam" as perdas de que 20%.

Para efeito de campanha no rádio e na TV, a cada legenda é atribuído um tempo proporcional ao seu representação nas Casas legislativas. Partidos nanicos, obviamente, dispõem de tempo reduzido, calculado um mínimo para os que não dispõem de representação parlamentar. Mas, ao se tratarem de campanha eleitoral, cada legenda é valioso. E isso é o mais antigo em que os nanicos – legendas que não se definem por "ideológicos" – usam seu poder de barganha para conseguir os recursos gigantescos oriundos que provêm da outra fonte importante de financiamento, o Fundo Partidário.

Sensatos, os recursos diretos do Fundo Partidário e os indiretos – em todo os aparelhos – são chamados propagandas gratuitas tornam a existência de pequenos partidos políticos – que, de modo geral, não são dedicados a pelo menos uma ideologia – suficientemente atraente e gratificante para proporcionar liderança absolutamente desproporcionais ao cenário político. Frequentemente movidos por ambição pessoal, vida de outras para legislar.

Há uma enorme distância, portanto, entre, quando se fala, as boas intenções de um sistema de financiamento público de partidos e campanhas eleitorais e a realidade do sistema político-partidário eleitoral no país. O difícil de representatividade popular é em parte o resultado de um sistema partidário viciado e decadente.

Dentre de absurdo é como a existência de 35 partidos políticos registrados no Justiça Eleitoral e outros 30 na espectativa de tomar a providência nos prédios de legislação, todos eles se beneficiando da maneira dos recursos públicos, não há a menor possibilidade de que a atividade política, essencial à democracia, seja efetivamente colocada a serviço do bem comum. Continuará sendo apenas um bom negócio para os maus políticos. Isso precisa mudar.

SIDEY MANNELBAUM
sidey@uol.com.br
São Paulo

O chefe

Rosario Cortés gosta mesmo de Sidney Bailey. Em carta, Cortés informa que ele, Lula e Sidney se encontraram em março de 2016, pois "Brasil" é o aeroporto da "companheira presidenta" Dilma Rousseff. Será que a dedução Rosario é sobre a quantidade de produtos que Sidney diria a Lula para comprar os votos dos "congressistas" para não votarem a favor do impeachment de poeira? O fato depois desse não não que Lula se tornou mais um cliente total em Brasília e sonhava a "companheiradade" para uma "convivência republicana"? Sidney Bailey diz que o presidente Michel Temer é o chefe da organização criminosa, não é por o brasileiro que não é bom, certa está dizendo se o chefe é o próprio Sidney ou o Lula. Que se arrisca ai seu emprego atrasado. Vamos aguardar o que diz o Ministério de Curitiba, como disse Sergio Moro confiável. Porque eu posso um revisão dos benefícios concedidos a Sidney pela procuradoria-geral, Rodrigo Janot, e pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin. É o caso de perguntar Papai Noel na noite de Natal... "Vamos antes ao Hotel dos pais" um bandido, ao contrário seus atrasos, não tendo mais trapaças e perdoado.

MARIA CARMEN DEL BEL FUNES
carmen.funes@gmail.com
Arujá

Falou pouco

Em entrevista de Sidney Bailey à revista Época [illegible] páginas, certamente, de "revelação" que o presidente Michel Temer foi o candidato [illegible] no caso do Celso Daniel.

MAURÍCIO RODRIGUES DE SOUZA
[illegible]
São Paulo

"Vendo a comercialização de ornadores pelas na foto de capa do 'Estadão' de cortes, podemos ter a certeza de que colas boa para o Brasil não é?"

GILSO NEVES OAICA [illegible]
PALMAS, TOCANTINS
[illegible]

"Renan Calheiros é do PMDB ou do PTT Continua a tanto dificuldades para vender facilidades? Por que não é batido do partido?"

MARIO ANTONIO ROSSI [illegible]
PAULO, SP
[illegible]

[illegible]

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA — SOMENTE NO DIGITAL, SEM VERSÃO

AGU pede para o TCU bloquear bens da JBS

Medida da União para garantir um futuro ressarcimento de prejuízos estimados ao BNDES em R$ 850 mi

5.642

■ "Por que só agora, depois da delação, se o grupo JBS foi confiável? Se não deveria ficar fora do negócio?"
LUIZ DIAS

■ "Temer deveria vender ações que o BNDES comprou da JBS e transferir em dinheiro para o Bolsa Família, o Estado nunca funciona."
MARIA AMELIA

■ "O governo tem direito, por quem não engana, que acabar com uma empresa brasileira e criar mais desempregos no País."
RONALDO SOARES

O ESTADO DE S. PAULO

[illegible]

Redação: [illegible]
Fax: [illegible]
E-mail: [illegible]

O Estado [illegible]

Central de atendimento ao assinante: [illegible]
Central de atendimento ao leitor: [illegible]
Venda de exemplares: [illegible]
Venda Ou avulsa: [illegible]
Central de atendimento de agências de publicidade: [illegible]
Preços avulsos (exceto domingo): [illegible]
Preços assinaturas: [illegible]

Capa: [illegible]

PUBLICAÇÃO ASSOCIADA [illegible]

Conselho de Administração
Presidente: [illegible]
Membros: [illegible]
Diretor Presidente: [illegible]
Diretor de Redação: [illegible]
Diretor de Mercado Nacional: [illegible]
Diretor Jurídico: [illegible]
Diretor de Tecnologia: [illegible]

A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

Hora de retificar o equívoco

Não estão sendo tímidas as tentativas para o acordo da renegociação da dívida do Estado do Rio de Janeiro com a União, envolvendo os correspondentes do Tesouro Nacional pelos próprios fluminenses. E a dificuldade não reside em suposta má vontade da equipe econômica do governo de Michel Temer. Há os errores que não pode ser relevado a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O art. 35 da LRF é claro: "É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de amortização, refinanciamento ou postergação de dívida contratada anteriormente".

Por mais boa vontade que se queira dar com o Estado fluminense, não há como escapar da proibição legal. A LRF veda o refinanciamento de dívida para financiar direta ou indiretamente despesas correntes, e a captação de recursos a título de antecipação de receita de tributos. Contudo, apoiou o Estado, a força jurídica do governo fluminense se valeu do presidente Michel Temer sobre as dificuldades legais encontradas no plano de renegociação. Há quem tenha cogitado apresentar o plano de recuperação fiscal do Rio de Janeiro ao Congresso Nacional, como forma de expressa e obrigatória legal. No entanto, enquanto estiver vigente a LRF – que, não se deve esquecer, é uma lei complementar –, não se pode desrespeitá-la, seja qual for a influência do poder que pretende nilhar contornos alternativos.

O atual imbróglio jurídico com as finanças do Estado do Rio de Janeiro explicita ainda mais o equívoco de recentes decisões do ministro Carmen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendendo o cumprimento de dívidas contraídas entre a União e o Estado fluminense e impedindo que o governo federal bloqueasse R$ 534 milhões de cotas do Estado do Rio, como estava previsto no caso de descumprimento dos acordos.

Não é preciso carregar nas tintas para reconhecer que as decisões da ministra Carmen Lúcia são de uma insuavidade gritante. Além de impedirem, com um acordo juridicamente perfeito, como foi admitido pelo próprio Estado do Rio de Janeiro, prejudicar seus legítimos credores – também por ser ou objeto na pendência do Supremo –, as decisões liminares da ministra Carmen Lúcia configuram-se como uma indução ao descumprimento da LRF.

Vamos e assim que, logo após as decisões da presidente do STF, as duas partes tentaram se pôr em contato uma solução negociada entre elas – tendo recebido de chegar a um possível acordo sem desrespeitar a LRF. Ou seja, as decisões do STF desestabilizaram um evidente impasse jurídico, e tudo isso porque o Poder Judiciário, ao ser chamado a se pronunciar, optou por sair dos trilhos legais.

O caso do Estado do Rio de Janeiro diante com clareza os limites do próprio STF. Há quem possa pensar que, uma vez que os ministros da Suprema Corte é conferido o poder de dar a última palavra sobre a interpretação da Constituição, eles poderiam tudo. Certamente, você sabe que a maior responsabilidade de proferir a última decisão, que será depois incontrolável. No entanto, tal circunstância de modo algum libera os ministros para resolver as questões como bem entenderem. Seu papel é fazer cumprir a lei.

Quando a decisão de um juiz, seja ele de qual instância for, desrespeita o ordenamento jurídico – trata-se não que evidentemente se dá no caso das liminares do STF a respeito das finanças do Estado do Rio de Janeiro –, ela necessariamente provoca outros problemas jurídicos. Como lembrou no artigo citado o ministro Teori Zavascki, referindo-se a outro caso, o "papel do juiz é o de resolver conflitos, e não criar conflitos".

Mais do que provocar um novo desrespeitamento da LRF, o ideal é que as negociações entre o Estado do Rio de Janeiro e a União deve levar o STF a corrigir humilde e rapidamente seu equívoco. Seria sim de extrema dignidade – e que só fortalecerá a credibilidade da instituição – se fizer os seus equívocos.

Crise corroeu a competitividade

Apesar de ter melhorado nos últimos anos, mas ainda décadas só não foi o Brasil cair ainda mais na classificação de competitividade elaborada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) porque seu classificação já era muito ruim: a posição entre 16 países com nível de desenvolvimento comparável ao brasileiro. Este teve sido a posição do País desde 2010, quando a CNI iniciou os estudos sobre competitividade. Por não ter logrado, sobretudo durante seus anos regime popular do dos Kirchner, cujas consequências lamentáveis o governo Macri vem tentando neutralizar.

A persistência do Brasil no fim da lista comprova, de um lado, a ineficácia – quando não o caráter perverso – das políticas do governo Dilma Rousseff, mencionadas como de estímulo ao crescimento e mostra, de outro lado, o tamanho do desafio que o governo Temer e seus sucessores terão de superar para atingir o crescimento e o bem-estar do País.

Era previsível que a crise econômica – iniciada no segundo semestre de 2014 e agravada nos anos seguintes pela incapacidade da administração Dilma Rousseff de dar respostas aos problemas por ela mesma criados e pela crise política que resultou na impeachment – comprometeria o desempenho do Brasil no estudo da CNI. Em quatro dos nove fatores que afetam a competitividade dos países, e que são levados em conta na classificação, a posição do Brasil piorou entre 2015 e 2016. Em outros quatro, o País conseguiu manter sua posição, que não era confortável. Apenas em um, o que se refere à inclusão, melhorou.

A piora foi acentuada no fator disponibilidade e custo de mão de obra, no qual o Brasil baixou da 5ª para a 11ª posição. Os responsáveis pelo estudo da CNI atribuem essa desempenho ao aumento do desemprego e ao fato de que, com a crise, ficou difícil manter os mais experientes entre os trabalhadores, muitos pessoas deixaram de procurar ocupação, com o que diminuiu a população economicamente ativa. A esses aspectos conjunturais negativos, do excesso de trabalho, o Brasil teve outros, como a baixa produtividade e o alto custo da mão de obra.

A evidente deterioração do ambiente no período final da gestão petista – marcado por inflação acelerada, aumento do déficit público e da dívida pública, a manutenção dos juros em níveis muito altos, queda da atividade econômica e redução do mercado interno – igualmente contribuiu para manter o Brasil na pior classificação. No fator tecnologia e inovação, o País caiu da 4ª para a 11ª posição.

Em outros fatores, como infraestrutura e sistema tributário, o estudo da CNI confirma os resultados apresentados por outros estudos comparativos sobre competitividade e atrativos para a realização de negócios – entre os quais os do Fórum Mundial, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e do Fórum Econômico Mundial –, nos quais o Brasil está sempre mal classificado. Estradas ruins, muito ferrovias insuficientes, portos mal aparelhados e caros, pelo lado da infraestrutura, e um complexo e caótico sistema, pelo lado tributário, são problemas com os quais o setor privado e o governo brasileiro convivem há muito tempo.

A única melhora na classificação brasileira foi obtida no fator educação, graças ao fato de o País ter conseguido aumentar um volume de recursos aplicados a cada do PIB (de 4% do PIB, em 2014, para 5,6% do PIB) – mais do que o da Africa do Sul (5,3% do PIB).

Para corrigir a competitividade do país, entre os países com os quais compete diretamente no mercado mundial, além de melhorar a qualidade do governo, o Brasil precisa realizar reformas estruturais. Os primeiros passos foram dados pelo governo Michel Temer, que conseguiu a aprovação pelo Congresso da emenda constitucional que fixa um teto para os gastos públicos. Mas isso é apenas o começo. Outras reformas são essenciais não só para assegurar a estabilidade das contas públicas ao longo do tempo – como a da Previdência Social –, mas também para melhorar a produtividade da economia. A primeira delas é a trabalhista.

Sem Trump para culpar

Como Trump, os seus Trumpetes no mundo brasileiro gostam de dizer que não tem culpa pelo fato de o Brasil ter ficado de fora do Fórum Mundial, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e do Fórum Econômico Mundial – nos quais o Brasil está sempre mal classificado. Estranho raro, muito ferroviário insuficiente, portos mal aparelhados e caros, pelo lado da infraestrutura, e um complexo e caótico sistema, pelo lado tributário, são problemas com os quais o setor privado e o governo brasileiro convivem há muito tempo.

Mas, se não tem culpa pelo fato de o Brasil ter ficado de fora do Fórum Econômico Mundial, em Davos, os autores incansáveis da economia brasileira não deixam de o Brasil, enquanto se de vários outros países importados. Nem antes da posse de Trump, um grupo liderado, incluído a ministra-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, esperando no 90 min sobre as perspectivas econômicas de 2017. A recuperação no mundo não deve continuar, concordaram os participantes do encontro. A China e a Índia se tornaram as potências do crescimento e fabricantes de suas posições no ranking.

As preocupações com a política de Trump e com os efeitos do Brexit, o abandono da União Europeia pelo Reino Unido, continuaram o alto da agenda nos debates econômicos do mundo real. Nem se a eleição de presidente, for surpresa, foi uma surpresa, embora de forma indireta, foi informada na reunião pelo, outra foi a se ter, quando o presidente trata do comportamento de impedir a destruição de empregos americanos por outros países.

Se Trump de fato elevar as barreiras comerciais, países mais ofendidos que o Brasil para as trocas internacionais podem ser seriamente afetados em pouco tempo. A economia brasileira, embora ainda muito fechada, também será atingida, mas provavelmente com efeitos menos sérios. De todo jeito, os principais desafios para o governo brasileiro estarão dentro do País.

Com as regiões mais atrasadas (notadamente, seus congêneres) estão as contas federais no fim de 2017, com a dificuldade prevista rolando a lei que fixa limites. A arrecadação fiscal deverá ser ampliada da criação de postos, porque a arrecadação de impostos continua muito fraca, se a recuperação da atividade for muito lenta, como se prevê, se estimará de aumento de Produto Interno Bruto (PIB) variar hoje de 0,8% na projeção do FMI, a pouco menos de 1%.

Seria se concluir um debate sobre de como deve ser por conta o governo deverá resultados não mudar se for do ano. A arrecadação do trimestre final do ano com a Outro de 2016 mostrou, segundo o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, uma expansão próxima de 3%.

Essas finanças estaduais e municipais estão muito mais a cinzas internas – entre aquelas dos em vários anos de governo petista de modo especial no período da presidente Dilma Rousseff. Esses investimentos, por falta de capital estagnado ou em queda, pouquíssima inovação, indústria empacada por vários anos, dificuldade nos preços e excesso poder de competição jogaram o País na mais longa e mais funda recessão de muitas décadas.

Reparos de certo processo e gerais, inovações institucionais, como a reforma da Previdência, poderão criar condições para alguma recuperação dos negócios. A redução dos juros poderá contribuir de forma importante para o aquecimento inicial. Mas será preciso muito mais que isso para o País lograr sair mais bem de cinturamento mais rápido e duradouro.

Será preciso investir na infraestrutura e se conquistarem todas empresas, ou de colocações de qualidade da mão de obra, criar condições para o avanço tecnológico e para a inovação e dinamismo.

Embora com alcances mais amortecidos que os do Brasil, o governo na parte fiscal no aumento de preços, pagos latino-americanos tem dificuldades muito parecidas, quando se trata de tecnologia e da qualificação da mão de obra. Alguns desses países crescem mais que o Brasil por vários anos, mas sofrem atrapalhos pela importação dos produtos básicos. Não por acaso, também países que são detentores de bancos, nos anos, a fazem complicações especiais (como o Brasil) no debate final sobre as perspectivas gerais para de 2017.

---

gabo, mas do um desastre. Sem tintas contemporâneas. Afinal, acabamos sendo ajudados.
GABRIEL DE SENA
[illegible]

A perplexidade com o acidente do ministro Teori Zavascki nos deixa com um sabor sentimento de dor, agonia e impotência. Antes foi Eduardo Campos, agora foi Teori Zavascki. Ninguém sabe quem os candidatos deste preferidos da morte. A morte de Teori vai provocar por muito um longo tempo a que política compromisse apurar a investigação das delações da Odebrecht. O País perde um grande jurista e a investigação de crimes do bravo quase uma sobrevida. Infelizmente de um, se tratação de morte.
ALONSO DE LUCCA
[illegible]
Londrina

Teoria da conspiração

Por alguns boatos [illegible] conspiração [illegible] que [illegible] Teori [illegible] ao acidente com o ministro. Temos de agradecer [illegible] que [illegible] linha de raciocínio [illegible] que o [illegible] acidente [illegible] escolha [illegible] de [illegible] candidato [illegible].
GABRIEL PALMEIRA PINTO
[illegible]
Recife

No ano en brujas, pero...

Teori Zavascki, figura [illegible] na condução de seus trabalhos como relator da Lava Jato. O povo brasileiro [illegible] investigações [illegible] sobre [illegible] que [illegible] crítico que vive o País.
LEJA H. F. HOFFMANN
[illegible]
São Paulo

"Estou botado lá no serão. Se os EUA estiverem bem, melhor para o Brasil e para o mundo. Devemos torcer para que ele faça um bom governo".
JOSÉ ROBERTO MENDES, DIA PAULO, SOBRE DONALD TRUMP

"Qual boia? O atraso na homologação das delações interessa a alguém?"
ALBERTO DIR, SÃO PAULO, SOBRE A MORTE DO MINISTRO TEORI ZAVASCKI

AS 100 MAIS LIDAS
[illegible]

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA — SOMENTE NO DIGITAL, SEM VERSÃO

Página sobre direitos LGBT é retirada de site

1263

Após posse de Trump, endereço virtual mantido pela Casa Branca apaga diversas seções polêmicas

"Com tantas notícias sobre nomeações no mundo, ainda [illegible] sobre que o movimento LGBT é bloqueado."
LUIZ CUMARIO

"Em respeito à minoria [illegible] e da cultura da sociedade e [illegible] imposição do Estado."
RUDI CAPONI

"2017, um ano [illegible] do mundo será fácil para as minorias. O ano [illegible] de resistência ao racismo."
CRISTIANO SANTOS

O ESTADO DE S. PAULO

[illegible]

Redação: [illegible]
Fax: [illegible]
E-mail: [illegible]

O Estado [illegible]

Central de atendimento ao assinante: [illegible]
Central de atendimento ao leitor: [illegible]
Venda de exemplares: [illegible]
Venda Grande São Paulo: [illegible]
Central de atendimento de agências de publicidade: [illegible]
Preços avulsos (exceto domingo): [illegible]
Preços avulsos (domingo): [illegible]

Grupo [illegible]

PUBLICAÇÃO [illegible]

A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

Um alerta importante

A reputação da USP

Em jogo, o esforço de um ano

O ESTADO DE S. PAULO

Tríplex em julgamento

Qual a intenção?

"A entrevista de Joesley poupando Lula, seu grande benfeitor, é conversa para Tribol dormir"

"Afinal, quem são os sócios ocultos da JBS?"

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

Reforma trabalhista é rejeitada em comissão

Apesar de não passar na Comissão de Assuntos Sociais, projeto vai para votação na CCJ do Senado

Conselho de Administração
Presidente: [illegible]
Membros: [illegible]
Diretor Presidente: [illegible]
Diretor de Redação: [illegible]
Diretor de Mercado Nacional: [illegible]
Diretor Jurídico: [illegible]
Diretor de Tecnologia: [illegible]

A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

Um teste para o Brasil

O País vive o seu momento de maior instabilidade política desde a promulgação da Constituição de 1988. A instabilidade é ainda mais grave quanto ao fato de que dela advém sérias dúvidas e clima de insegurança, um fato – não é demais lembrar – pela incrível campanha pelas ruas dos brasileiros entre "vira" e "volta". Quando o debate deixa de ideias perde força porque os interlocutores não trazem como interlocutores seu potencial, está formado o caldo de cultura ideal para o fortalecimento dos amantes do caos e da irresponsabilidade.

Os autores que propagaram a destituição de um governo antes que estejam reunidas as provas para além de qualquer dúvida razoável quanto à sua corrupção não atentam apenas contra um presidente, um partido ou uma sociedade – o que já seria grave o bastante –, atentam contra a própria Constituição.

É importante resgatar uma lição de nossa História. A última garantia constitucional feita sob uma atmosfera de instabilidade política foi do tempo do Estado Novo. O governo de getulio vargas instituído em 1941 – como solução de compromisso para viabilizar a posse de João Goulart, após a renúncia do presidente Jânio Quadros – durou pouco mais de um ano. João Goulart, no entanto, voltou do presidencialismo à fim de assegurar seu prosseguimento político, o que ocorreu, de fato, em 1963. Sabemos o que veio depois.

Não há a mais remota chance de uma intervenção militar aos dias de hoje. O general Eduardo Villas Bôas, comandante do Exército Brasileiro, veio a público – por meio de uma *rede social* – dizer que "a Constituição há de ser sempre solução e nunca problema". Mas, ao mencionar a "sociedade" e "todos os demais institucionais do País. Não há atalhos fora dela". Portanto, este risco de quebra da ordem constitucional, felizmente, o País não corre mais. Mas há outros. Para o risco dos militares e dos salvadores da pátria. Para o risco do populismo. Todos extremamente e constitucionais conseguem a ser disputados antes a essential hipótese de descontinuidade do governo do presidente Michel Temer.

Qualquer iniciativa que proponha a defender uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altere os termos do artigo 82 e institua eleições diretas em caso de vacância da Presidência e da Vice-Presidência a cinco dos dois anos do término do mandato estará propondo, na verdade, um golpe à ordem constitucional. Estará propondo, em última análise, um golpe contra a sociedade que se organizou em torno da Carta Magna em vigor, por meio de representantes legitimamente eleitos para um dos mais altos fóruns em um regime democrático. No caso de os termos do atuado previsto constitucional não mais se coadunarem com os anseios da sociedade, eles poderão ser, sim, alterados. Não em um momento livre dos palpites e dos interesses que, por ora, tumultuam a vida dos políticos designados para redigir sua alteração.

Em caso de um eventual afastamento do presidente Michel Temer, Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, deve assumir a Presidência da República e Eunício Oliveira, presidente do Senado, deve convocar o Congresso Nacional para, em até 30 dias, eleger um novo presidente, que deverá governar o País até o dia 1.º de janeiro de 2019. É precisamente o que determina a Constituição.

Embora o noticiário de conta de que o Estado foi tomado de assalto por interesses corporativos e corrupção foi alguém a método de governo, não será o recurso a soluções cabalísticas e milagreiras que poderá o avanço institucional do País.

Este especial momento por que passa o Brasil representa um grande teste, não apenas para a vitalidade da Constituição, mas sobretudo para a plena disposição da sociedade brasileira de viver sob um regime constitucional democrático, de absoluto respeito aos direitos mais caros à democracia que a Carta Política assegura, ainda que a cada um pareça, pontualmente, fazer reparos. Afastar-se deste compromisso de observância salvadora aos mandamentos constitucionais significa o perigoso afastamento da própria essência da democracia em nome de soluções cavalheiras, ineficazes e, portanto, perigosas.

A reforma vai na linha certa

O grande mérito do projeto de reforma trabalhista que está tramitando no Senado, depois de ter sido aprovado pela Câmara, é a consolidação de suas diretrizes. A mais importante delas é a adequação da legislação trabalhista em vigor – cuja herança quando a País deixa os primeiros passos rumo à industrialização – às novas demandas de uma economia que, na transição do século 20 para o século 21, sofreu fortes processos de diversificação em todos os ramos de atividade.

Não é só a identidade pela uniformização das diversas modalidades de jornada que um empregado pode cumprir e pela criação de outros tipos de contrato de trabalho. Concebida numa época em que a relação de emprego era vista a partir do trabalho operário no chão de fábrica, a legislação vigente prevê como tipo de contrato por tempo indeterminado, por tempo parcial, para trabalho temporário e como aprendiz. Os mais importantes são o trabalho por tempo indeterminado, que é o contrato-padrão no mercado de trabalho, com jornada de 44 horas semanais, e o contrato por tempo parcial, permitido para jornadas de 26 horas semanais, sem possibilidade de horas extras. A reforma amplia a abrangência do trabalho parcial, permitindo que seja de 30 horas semanais, com a possibilidade de mais 6 horas. Ou de 26 horas, sem prejuízo de horas extras.

Pelo projeto, as empresas também poderão adotar trabalhadores para o teletrabalho – o chamado *home office* –, que é utilizado cada vez mais por agências de publicidade e design, escritórios de advocacia, serviços de comunicação e consultorias de finanças e marketing. A responsabilidade pela infraestrutura e aquisição e manutenção dos equipamentos necessários deverá ser previsto em contrato, sendo o empregador o dever de instruir os empregados em matéria de segurança e saúde e fornecer o empregado obrigado a seguir as instruções recebidas.

Alternativas, para os trabalhadores que tenham diplomas superior e ganhem acima do teto do seguro do Instituto Nacional do Seguro Social, que hoje é de R$ 5.531, a reforma prevê que a contratação e a definição da jornada de trabalho, salário e férias deverão ser acordadas por negociação direta entre os empregadores. A reforma cria ainda a figura jurídica do trabalhador intermitente, em que não há jornada determinada, podendo o empregador solicitar a prestação de determinado serviço dias de antecedência, por qualquer tipo de comunicação. Esse tipo de contrato foi criado para atender a setores do Estado que, por exemplo, dos filhos, precisam jornadas em tempo parcial.

Todas essas inovações jurídicas foram formuladas para atender as mudanças da sociedade e as novas formas gerais que surgiram e diversificaram os setores tradicional de serviços. O teletrabalho, por exemplo, que permite o contratado trabalhar em casa, com jornada flexível e sem o pagamento de horas extra, surgiu como desenvolvimento da informática. O trabalho intermitente, que permite aos empregados conversar o financiamento das horas ociosas que produzem. Esse tipo de contrato surgiu com as inovações na produção de bens e prestação de serviços por empresas que atendem a necessidades com demandas sazonais. Nesse tipo de contrato não há salário nem jornada definidos e o trabalhador recebe por hora, calculada com base no salário mínimo ou na remuneração do empregado regular da mesma função.

Diante de tantas inovações jurídicas, é um absurdo que os sindicatos empresariais, sindicatos laborais e juízes e procuradores do trabalho se dirijam aos setores diretos e benefícios previstos pela nova legislação. Uns, como, porém, e certo que as empresas, a reforma introduz tipos de contrato de trabalho que atendem às especificidades de uma economia muito mais complexa do que a que vigorava quando a CLT entrou em vigor, na primeira metade do século 20. Para essas pessoas, a emergência de uma legislação mais flexível é decisiva para permitir a formalização de trabalhadores que estão à margem de qualquer proteção legal.

O socorro aos Estados

Aprovado pelo Congresso, o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) dos Estados que se encontram em situação financeira calamitosa propiciará um alívio imediato e expressivo para os governos estaduais que o adotarem, mas também, e sobretudo, os benefícios financeiros, contemplados que, no entanto, poderão resultar em equilíbrio das contas no médio prazo. Como o projeto de criação do RRF aprovado pelo Senado, por 59 votos a favor e 9 contrários, já havia passado pela Câmara dos Deputados, foi encaminhado ao presidente da República, que tentará o sanciona-lo sem vetos. Embora algumas contestações feitas pelo Executivo ao texto original do projeto tenham sido atendidas no Congresso, o resultado final é inadequado, infelizmente, pelo Ministério da Fazenda, pois as condições de renegociação da dívida dos Estados são rigorosas.

Alguns senadores creditam seu voto favorável ao projeto de criação do RRF à rápida aprovação pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei complementar, já aprovado pelo Senado, que legaliza incentivos fiscais concedidos por governos estaduais sem o aval do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Esse ato é proibido pela Constituição e pela Lei Complementar 24, de 1975, mas boa parte dos incentivos e isenções concedidos foi concedida unilateralmente por alguns Estados e por meio de instrumentos legais como decretos, portarias ou pareceres de inteação, sem a consulta prévia e aprovação do Confaz, ao produzir conhecido como guerra fiscal. O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), assumiu que o projeto de regularização dos incentivos estaduais será vetado na primeira hora-fatal.

O primeiro governo estadual a se beneficiar das novas regras fiscais deve ser o do Rio de Janeiro, que não consegue nem pagar em dia os salários do funcionalismo público. Também em situação financeira crítica estão os governos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

A nova versão do RRF substituta a aprovada pelo Congresso não foi do seu agrado, mas vetada pelo presidente Michel Temer, pois permitia a renegociação das dívidas dos Estados com as contraparidades que eram exigidas pelo Executivo federal, mas foram retiradas do projeto pelo parlamentares.

O projeto agora aprovado permite a Estados com comprometimento financeiro maiores do que na disponibilidade de receita, na ordem de receita de contribuição fiscal, suspender por três anos o pagamento da dívida com a União. Nesse período, os Estados não sofrerão as consequências de contratar não pagamento de compromissos contraídos por instituições financeiras ou organismos multilaterais, como o Banco Mundial ou o Banco Interamericano de Desenvolvimento, e garantidos pelo Tesouro Nacional. Os valores não pagos serão acrescidos à dívida dos Estados com a União e cobrados, com os encargos contratados, quando os devedores retomarem seu pagamento.

Para aderir ao programa, o Estado devedor deverá comprometer-se a cumprir um plano de recuperação que inclua, entre outras medidas, privatização de empresas financeiras, de energia, de saneamento e outras; adoção de regras próprio de Previdência Social e criação de fundos de previdência complementar para seus funcionários; e redução de 50% ao ano dos incentivos concedidos na guerra fiscal. Essa última restrição é muito drástica do que a proposta pelo governo federal. Ela corte anual de 20% dos incentivos.

Além de se comprometer igualmente com metas de desempenho fiscal, o Estado que aderir ao RRF estará proibido de conceder aumento para seus servidores, criar cargos que impliquem aumento de despesas, realizar concurso público e criar despesas obrigatórias de caráter continuado.

São medidas de prudência fiscal que, em boa parte, deveriam fazer parte da gestão financeira de todos os Estados, mas que foram ignoradas pelos governos dos Estados que hoje enfrentam situação crítica. No geral, é de lamentar que os seus chefes não tenham sido capazes de manter regras de austeridade e de responsabilidade fiscal que nunca deveriam ter ignorado.

Cartas

LUIZ NUSSBAUM
luiz.nussbaum@uol.com.br
São Paulo

Perdão?

O sr. Joesley pede desculpas aos brasileiros pelo esquema de pagamento de propina da JBS. Nós, não perdoamos, estamos cansados de perdoar. Precisamos é cortar na carne, taxar ainda se for no carne dele. Perdoar o não, brasileiros, a corrupção passou um saco sem fundo.

ANGELA MARIA DE SOUZA BRIM
angela_brim@hotmail.com
Santo André

Sensatez

Comprimentos pelo editorial *A hora da responsabilidade* (14/5, A3). De extrema lucidez, ainda com poucos ecos dentro do País desnorteado por notícias e investigações que estapeiam os limites da democracia, do Direito e da Justiça. Parabéns a todos os citados por corrupção e fraudes, mas respeitando a Constituição, as leis e os valores republicanos.

LUIZ AUGUSTO P. DE ALMEIDA
luiz.aa.de.ba@gmail.com
São Paulo

Parabéns pelo editorial *A hora da responsabilidade*. Perfeito na forma e no conteúdo. E, infelizmente, de um lucidez tão rara ultimamente que muitos não conseguem ver!

MARIA LEA COELHO DE ALMEIDA
marialeacoelho@yahoo.com.br
Ubatuba (MG)

Milionários vermelhos

Na nota bonitinha o pai dos pobres vê a ruína dos devedores tirando em "Conta corrente" em JBS o valor de US$ 150 milhões. Dá para entender agora?

FRANCISCO TARDETTO
francisco@uol.com.br
São Paulo

"Delação premiada inclui ter boa vida na 5.ª Avenida, em New York! Não é prêmio demais!"

LUIZ FRIO, SÃO PAULO, SOBRE, OS DANOS DA LETA DA JBS
luiz.frio@gmail.com

"Não dá para entender por que o corruptor Marcelo Odebrecht está preso e os irmãos Batista estão soltos. O crime não é o mesmo?"

CARLOS ALBERTO DUARTE / SÃO PAULO, SÃO PAULO
carlosduarte@gmail.com.br

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA — COMENTAR OU AO VIVO, CINCO VERSÕES

Delator fala em contas de propina de petistas

Dilma e Lula estavam vinculados às contas com US$ 150 milhões em 2014, segundo Joesley Batista

7.981

■ "Esse parte da delação a agradar ao Mare. Mas como a delação também tinha Aécio e Temer, Joesley foi direto para a PGR."
THIAGO GONÇALVES TARTARO

■ "Brasileiros nervosos. Temos direitos alegando sacanagens, sobretudo, tacando por políticos, enquanto eles nos lesiram à vontade."
VANDIER CÚRSINO

■ "A Lava Jato? Foi alguma Sodoma antes a parte que escreveram Temer e Aécio e foi os perdoados? Legitimaram a delação."
P.J. CAVALCANTE

O ESTADO DE S. PAULO

Redação: [illegible]
Fax: [illegible]
E-mail: [illegible]

Central de atendimento ao assinante: [illegible]
Central de atendimento ao leitor: [illegible]
Venda de anúncios: [illegible]
Venda de anúncios: [illegible]
Central de atendimento de agências de publicidade: [illegible]
Preços avulsos (mulher): [illegible]
Preços avulsos: [illegible]

Grupo [illegible]

PUBLICAÇÃO ASSOCIADA À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

O que o sr. Joesley não disse

A vitória de Macron

A resistência da economia

O ESTADO DE S. PAULO

E a responsabilidade?

Silêncio total

Ribanceira abaixo

"Chefe de organização criminosa é quem financia políticos, com dinheiro do povo, para se dar bem nos negócios"

"Nem julo nem tripa, no Congresso Nacional, é tudo farinha do mesmo saco"

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA

Gilmar critica excesso de inquéritos no País

Ministro do STF fez palestra no Recife: 'Expandiu-se demais a investigação, além dos limites'

6.472

Conselho de Administração
Presidente: [illegible]
Membros: [illegible]

Diretor Presidente: [illegible]
Diretor de Redação: [illegible]
Diretor de Mercado Nacional: [illegible]
Diretor Jurídico: [illegible]
Diretor de Tecnologia: [illegible]

Ombudsman: Caldo Rosemberg, [illegible]

Leia também
A versão na Internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

A impopularidade de Temer

O governo de Michel Temer não pode cair à tentação de se dizer de centro da responsabilidade fiscal na vã tentativa de reverter o grande mau humor dos brasileiros em relação à sua administração, detectado em recente pesquisa de opinião.

Lançar-se ao populismo neste momento, a fim de parecer um polo do eleitorado significaria uma decisão de ruptura com o processo de reformas em curso, sobretudo a da previdência, que vem se revelando bem sucedido em seu propósito de superar, com consistência, a maior crise econômica legada pela impopular ex-presidente Dilma. Mas do que se trata, Temer precisa demonstrar firmeza de propósito e condução o País a porto seguro, sem ceder – como já se teve, hoje e ontem, de conflitos do presidente – de criar uma "agenda positiva", que é o nome que se dá a iniciativas que resultam quase sempre em aumento dos gastos públicos.

A pesquisa em questão, feita pelo MDA para a Confederação Nacional do Transporte (CNT), mostra que apenas 10,3% dos brasileiros aprovam o governo, contra 34,6% o reprovam. Mais do que isso, a considerarem a administração ruim ou péssima subiram de 36,7% para 44,0% no período. Também o desempenho pessoal de Michel Temer piorou. Hoje, 24,4% dos entrevistados aprovam o presidente; em outubro, eram 31,1%. A rejeição a Temer subiu de 51,4% para 64,4%.

Parece evidente que Temer está sendo responsabilizado pela piora de alguns indicadores econômicos vitais, especialmente o do desemprego, que atinge hoje mais de 12 milhões de pessoas, sem contar outros tantos milhões que deixaram de procurar emprego em razão do desalento. Sem dúvida, se a recuperação econômica, o governo Temer não conseguiu demonstrar ao cidadão comum que as medidas tomadas para reequilibrar as contas, reduzir a inflação e preparar o terreno para a retomada do crescimento funcionam de maneira gradual e que não é possível, num país de origem, mudar o País num dia.

Assim, Temer paga um pequeno preço – que nunca foi grande – por suas ações, já que os atos, como todos os brasileiros minimamente informados sabem, foram corretíssimos, em relação à herança recebida pela presidente Dilma Rousseff. O problema tem duas faces: de só uma escolha eleitoral pode se conformar em não ser popular e tentar ser mandato extraordinário um país com as contas arrumadas, pronto para voltar a crescer – feito pelo qual certamente será reconhecido no futuro –, ou pode dar ouvidos a apelos que apostam em distribuição de "bondades" para melhorar sua imagem.

Ao contrário do populismo geralmente recomendado por aqueles que o desfrutam do poder político é infinito. O Brasil, aliás, está bem a atual situação de penúria em razão justamente deste tipo de mentalidade, que, no entanto, ainda da angústia muitos votos, especialmente nas regiões mais pobres. É por isso também que o ex-presidente Lula da Silva, a despeito de sua responsabilidade direta pela atual crise, aparece na pesquisa da CNT como líder entre os possíveis candidatos na eleição presidencial de 2018.

A pesquisa indica que a intenção de voto em Lula chegou em todos os cenários, inclusive no segundo turno. É evidente que uma sondagem como esta, a mais de um ano da eleição, não serve para prever resultados, especialmente quando se observa que, na pesquisa espontânea, em que não são apresentados nomes aos entrevistados, quase 50% disseram que não têm candidato ou que ainda não sabem ou não opinaram. Mas o aspecto que salta aos olhos é que Lula – mesmo tendo sido o presidente cujo governo conseguiu a façanha de perder o pacto de responsabilidade fiscal necessário à estabilidade, mesmo tendo sido o inventor de Dilma Rousseff, a pior governante da história brasileira, mesmo tendo sido, portanto, o autor intelectual da grande crise que engolfou o País – tem a simpatia de uma parte considerável dos eleitores.

Para esses eleitores, a volta de Lula à Presidência seria inferior, como por encanto, para o Brasil retomar a sua "época de ouro". É claro que o cidadão pelúcia, que nunca deixou de palanque, nada fez além de alimentar essa fantasia, dia a noite. Diante disso, o que se espera dos atuais governantes do País, que precisam falar com a sociedade, é que não se deixem impressionar por esse apelo a Lula, pois quem não tem responsabilidade pode prometer o que quiser.

Combinado não sai caro

Apesar de todo o pânico, a reforma trabalhista, projeção que tem de novas, sobre trabalhadores formais ajudando nos tribunais de todo o País – número que fez do Brasil o campeão mundial em processos deste natureza –, sobretudo depois do ativismo do Poder Judiciário. É nesse sentido que o balanço de reclamações trabalhistas em nova maior passa a sabedoria popular consagrada pelo provérbio que diz tudo a este editorial também frente, ou seja, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), hoje em vigor, desrespeitou com a realidade daquilo que pretende proteger. Para é nesse tipo dificuldades que a reforma trabalhista em discussão no Congresso pretende corrigir.

Entre as medidas que chamam a atenção a atual legislação da década de 1940, a prevalência do acordo negociado entre empregado e empregadores sobre o disposto em lei é dos mais inusitados. Em recente seminário sobre o tema, coordenado na Fundação Fernando Henrique Cardoso, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Martins Filho, alertou para o que chamou de "ativismo judiciário" no trato do assunto. Em intervenção feita de Justiça trabalhista, Segundo Martins Filho, "há um ativismo judiciário que chega ao cúmulo de querer de princípios próprios para criar normas". Ele ponderou que "o caso que poderá levar empresas ao falência" foi um exemplo em tratamento caro aos brasileiros, tanto do ponto de vista econômico como da qualidade da prestação jurisdicional, inversamente proporcional ao número de processos que hoje atormentam os gabinetes dos magistrados e desestabilizam as relações entre empresas e trabalhadores.

Um número tão grande de ações trabalhistas pode levar à conclusão de que seu desprezo de qualquer escrupulo ou pelo cumprimento da lei pelo empregadores contratantes no Brasil, ou de que as normas que regem as relações de trabalho ainda são vistas como um mal necessário, mas de dos atuais necessidades de patrões e empregados. Não obstante os abusos ainda praticados por empregadores locais, parece claro a prevalência da segunda hipótese. A necessidade da reforma trabalhista implícita, aliás, nos termos propostos pelo governo federal, de um lado, quer desfazer a herança do passado, consequentemente, ter liberar a paralisação jurídica de lei de partes. De outro, quer trazer maior segurança jurídica às relações entre as empresas e os trabalhadores.

A insegurança jurídica nas relações de trabalho não escapou da apreciação do Supremo Tribunal Federal. No início de 2015, a Corte foi instada a ratificar ou não a validade do julgamento da inalterabilidade do acordo coletivo celebrado entre o Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) e o sindicato dos empregados, antes da incorporação do Banco catarinense pelo Banco do Brasil, em 2008. Não obstante, as indenizações pagas à época foram quitação geral de direitos trabalhistas, ou seja, o pagamento impediria futuros questionamentos na Justiça. O TST julgou nula uma cláusula por ser contrária ao princípio da isonomia. Já no Supremo, foi determinante o voto do ministro Luís Roberto Barroso, relator do processo, que entendeu ser válido o acordo à luz da Constituição, que "prestigia a autonomia coletiva da vontade como mecanismo pelo qual os trabalhadores participam da formulação das normas que regem a sua própria vida, inclusive no trabalho". O julgamento não tem repercussão geral, por ter sido a primeira decisão tomada a tratar na Corte Suprema, prolongando, assim, o conflito com o entendimento do TST de que a negociação coletiva não se sobrepõe aos direitos garantidos por preceito de lei.

A reforma trabalhista em discussão no Congresso é um instrumento para pacificar as relações de trabalho, trazer equilíbrio para o processo de debate nos tribunais – hoje tendencialmente favorável a um dos lados envolvidos, o dos empregados – e fomentar o desenvolvimento da atividade econômica, muitas vezes tolhida por um ativismo jurídico intimidador.

O preço do congelamento

A 10 meses para o término do seu governo, por um ano de metade de dobra de R$ 1,50 pelo prefeito João Doria, tal breve provincia desde que ele foi eleito do cargo dos dois primeiros anos do seu governo, tem-se agora ainda mais evidente, quando o término da conta deixa bastante distante a ser expressa em números precisos. Em janeiro, a Prefeitura gastou R$ 305 milhões em subsídio ao serviço de ônibus, ou 17% do total previsto para esse despesa no orçamento de 2017 – R$ 1,8 bilhão –, valor muito acima da média mensal de 8%, o que logo acendeu um sinal de alerta.

Mesmo com o dinheiro que, como se espera, um ganho de R$ 1 bilhão no repasse de recursos aos operadores, o total do subsídio deve ficar muito acima do previsto, como reconheceu o próprio governo municipal. "No início, o subsídio passou R$ 200 milhões, frente a orçamento aprovado de R$ 1,2 bilhão. Para 2017, o orçamento prevê R$ 1,8 bilhão, o que sugere que o déficit de 2016 deve se repetir", lamentou-se, a tarifa foi congelada.

A situação é preocupante, porque o congelamento ocorreu em momento de fôlego na receita municipal, que poderia justificar tal liberalidade, mas, ao contrário, quando da crise da baixa por causa da retração da atividade econômica em escala e grave crise, por que passa o País, o que recomenda apertar o cinto. Não é por acaso que, à cata de recursos, Doria lançou um ousado programa de privatização de bens municipais e de concessão até de parques à iniciativa privada.

Uma medida mais importante e drástica do que essas foi o remanejamento de verbas que o prefeito foi obrigado a fazer para que a Secretaria Municipal de Educação pudesse pagar o aumento de salário dos professores da rede municipal concedido pelo ex-prefeito Fernando Haddad no ano passado. O orçamento aprovado em dezembro não previa, nem com despesa nem a do pagamento de professores que estão se aposentando. O dinheiro para cobrir esse rombo viria principalmente de verbas que seriam destinadas a obras públicas, que perdeu R$ 1,1 bilhão, e de setor de habitação, que perdeu R$ 150 milhões.

Além de adiar obras e comprar serviços vitais como a educação, o prefeito teve de procurar outros para tapar o buraco deixado pela decisão da corte de dobrar de R$ 3,00. E não é pouca coisa, já que é de R$ 1,7 bilhão a diferença entre o previsto no orçamento para o subsídio do setor (R$ 1,8 bilhão) e o que será de fato pago, somente contando o governo (R$ 3,6 bilhões). Uma dívida tão superior à que foi paga pela prefeitura em parte por conta do congelamento – R$ 450 milhões.

Medidas anunciadas por ele para cobrir essa despesa, como a redução das gratuidades do serviço de ônibus, bancadas pelo subsídio, como a dos bilhetes para os idosos, concedidas discricionariamente governos, sem número limitado. O mesmo se pode dizer da cobrança de fraudes cometidas no sistema. Como é inconcebível que o serviço pague de funcionar por falta de recursos, o debate para manter-lo está de vir de cima do gastos da outros setores. Em outras palavras, outros serviços serão fatalmente prejudicados por causa do congelamento, e os prefeitos precisam saber disso.

Dinheiro não cai do céu. Alguém sempre paga a conta de qualquer benefício concedido. No caso, esse alguém é o contribuinte paulistano, que sustenta os serviços municipais com seus altos impostos. O custo do congelamento, que levou a quase cinco vezes o dobro do tarifaço, será passado para o conjunto dos contribuintes, quer, também para quem não utiliza o serviço.

O mais grave nessa história é que todo mundo sabe do efeito perverso do congelamento. Ele já foi feito várias vezes – a última, recentemente, no governo anterior, de Fernando Haddad – e sempre deu errado, com benefícios passageiros apenas para os que usam o serviço. E prejuízos eternos, do contrário, ao seguinte, tão de uma conta astronômica elevada demais para compensar o serviço em que foi tomada tarifaçal-congelamento.

Candidatos ao Supremo

Os candidatos a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal não devem ser pessoas, sim, sabatinados pelo Senado Federal, que é composto, em sua maioria, por dirigentes cuja competência principal é engendrar transações para conformar as leis em proveito próprio, pouco ou nada considerando das leis da administração funcionais de magistrados da mais alta Corte do País. Pois, tão importante tendo doutrina ser transcrida, seria equipe de juízes de longa experiência e comprovada competência.

CARLOS A. SALVIERA
[illegible]

CIDADE DE SÃO PAULO
Só alvadores e grafiteiros

O prefeito e os vereadores de São Paulo não dedicado quase que todo o seu tempo a tentar resolver o que, a seu ver, é o maior problema da cidade: pichadores e grafiteiros. Enquanto isso, vê pontos de saúde permanecem sem médicos e agora sem medicamentos, idosos ainda desesperadas para encontrar uma vaga em creche para seus filhos, os ônibus continuam velhos, sujos e desconfortáveis, ruas e calçadas estão cada vez mais esburacadas, bilhões foram gastos de sonho a cidade e dinheiro que não recuperam de seus bolsos, a violação só aumenta, sem que se saiba se o prefeito é municipal ou estadual, etc. A Câmara Municipal adora um tumulto para se ocupar, pois, de fato, os vereadores não trabalham a mais. Ele como se encontra nesta cidade depois da eleição do novo prefeito, o quanto a maioria dos paulistanos confiou seus votos, mesmo como em alguns distritos do vereadores. No entanto, todos [illegible] [illegible]

DELFINO VERISSIMO DA COSTA
[illegible]

"Por que as vítimas dos criminosos e suas famílias não são contempladas com indenizações também?"

ANTÔNIO CARCELI FILHO | TAMBAÚ, SOBRE A DECISÃO DO SUPREMO DE QUE PRESOS DE ALTA PERICULOSIDADE FOLGAM COMEÇARÃO DA ENCARCERAMENTO

"Quanto mais leis sobre política, mais vejo que cada partido é pior que o outro"

ALDIRIO GARCIA | SÃO PAULO, SOBRE O FILME O PARTIDO, DE PARTIDO BRASILEIRO

[illegible]

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA — SOMENTE NO DIGITAL, CINCO MINUTOS

Som alto em carro renderá multa em SP

3.101

Polícia não precisará usar medidor de decibéis para aplicar penalidade ou até fazer apreensão

- "Dirá a legislação, porém o fato de a polícia não precisar de medidores não prescreve. Há a possibilidade de interpretação."
PEDRO HENRIQUE

- "Ninguém é ninguém e ninguém é ninguém, ninguém é ninguém, ninguém é ninguém, ninguém é ninguém."
MARCOS SOUZA

- "Devem ter mais isso com mais cautela. Talvez uma modificação com [illegible] [illegible] em educação."
OTAVIO SILVA

O ESTADO DE S. PAULO

[illegible]

Redação: [illegible]
Fax: [illegible]
E-mail: [illegible]

O Estado [illegible]

Central de atendimento ao assinante: [illegible]
Central de atendimento ao leitor: [illegible]
Vendas de assinaturas: [illegible]
Venda Avulsa: [illegible]
Central de atendimento de agências de publicidade: [illegible]
Preços venda avulsa: [illegible]
Preços assinaturas: [illegible]

Diretor Responsável: [illegible]

PUBLICAÇÃO ASSOCIADA À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

Crescimento exige reformas

Menos médicos cubanos

Anêmica vida partidária

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA

Ato contra reforma do INSS tem confusão

No Congresso, manifestantes de sindicato de policiais e Polícia Legislativa entraram em confronto

6.843

O ESTADO DE S. PAULO

Conselho de Administração
Presidente: [illegible]
Membros: [illegible]

Diretor Presidente: [illegible]
Diretor de Redação: [illegible]
Diretor de Mercado Nacional: [illegible]
Diretor Jurídico: [illegible]
Diretor de Tecnologia: [illegible]

Opinião
Editor Responsável: [illegible]

Diretor de Jornalismo: [illegible]
Diretor de Desenvolvimento de Produtos: [illegible]

Leia também
A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

Respeito com a política

É cada vez mais comum ouvir sobre o rapaziamento do sistema político brasileiro. Ou seria, pareceu até que essa afirmação se tornou um consenso nacional, não requerendo maiores provas ou argumentos. As causas do suposto rapaziamento estariam nitidamente evidentes aos olhos de todos, a começar pela falta de representatividade dos políticos atuais e, principalmente, pela generalizada corrupção instalada nos usos e costumes políticos. A realidade, no entanto, é mais complexa do que essa afirmação ou, melhor dizendo, generalização. Há muita coisa errada no sistema político, mas nem tudo é inservível – e bom, essa distinção entre o joio e o trigo é essencial para levar o País a algo mais que a um estado de indignação ou de letargia.

É certo que os escândalos de corrupção causam um profundo mal-estar na população e têm a força para a credibilidade das instituições. O desencanto com a classe política que uma parcela significativa dos brasileiros ainda pudesse não pode ser ignorado. Os serviços públicos, especialmente saúde e educação, não raramente tornam-se deveras impróprios pelos corruptos, sejam eles funcionários públicos, políticos ou empresários. A revelação de tantos casos de roubalheira reforça o sentimento de revolta contra tudo o que está aí. Mas esse sentimento não é construtivo e o que o País mais precisa, neste momento, é de ideias novas e firme disposição para o trabalho de reconstrução.

O perigo que se levanta é que a indignação desde, em último análise, transformar-se em motor propulsor da mudança efetiva, e não destruir o que resta em pé. Uma terra devastada não é o melhor ponto de partida para uma plena recuperação ambiental. Antes de dar vazão a uma ira desenfreada, que destrua tudo o que está pela frente, os brasileiros prestantes deverão regatar, fortalecer e renovar os elementos fundadores da vida nacional.

Ao contrário do que se pensa na nossa longa carta social, incoerente, nem tudo está errado no País. Os brasileiros foram capazes, nas últimas décadas, de levar sua sociedade aos umbrais da modernidade, de igualar o País a muitas nações avançadas do mundo. Poderá, portanto, refazer aquilo que o populismo falsepensista destruiu com tanto empenho. Afinal, há gente competente e honesta em todos os setores da vida pública e as instituições, ainda que falhas e necessitando de reformas, não são o desastrado apocalíptico que alguns pintam.

Nestes tempos revoltos, fazer o imperioso olhar a vida nacional com um pouco de serenidade, refletir e uma atitude madura de quem deseja uma sociedade melhor. Uma coisa é reconhecer a gravidade dos casos de corrupção e os defeitos da representação política. Outra coisa é achar que esses deslizes são suficientes para se concluir de que todos os interlocutores estão podres e de que o sistema político está inteiramente errado.

Nestes tempos estranhos, arriscar-se a ideia da prova. Da era por condenado, sem julgamento, qualquer cidadão. Da mesma forma, pode-se que o Poder pode condenado sem que se apresente a prova indescutível da culpabilidade.

Pois o País não está acabado. Passa por uma crise e a crise é grave. Mas sua população dispõe de vitalidade suficiente não apenas para superar a crise – como já começou a fazer com a renovação –, mas também para promover a regeneração moral da política e dos negócios.

Esse tarefa, ao contrário do que dizem os detratores, se fará não a despeito da política, mas por meio da política. Da boa política. Abandonada a ideia de que a política é suja e sinônimo de "roubalheira", que não tem conotação o País a lugar nenhum. Longe de significar um empobrecimento da sociedade, como os falsos profetas querem vender, a desvalorização da política só deixará a população refém dos aproveitadores de plantão. Um pouco de cuidado, e também de respeito, com a política não é simples manutenção de bons modos sociais. É antes medida de sobrevivência da nossa sociedade, livre e democrática.

Alerta na segurança pública

O ritmo de renovação da frota de veículos das Polícias Militar (PM) e Civil, mostrado em reportagem do *Estado*, que projetava novos desempenho e, inevitável, principalmente a lentidão em virtude que São Paulo vem fazendo progressos significativos no combate ao crime, que é defasado em relação aos demais Estados. E o fato de a recuperação deste atraso ser um grande motor Oficial em curto prazo – coisa sem setor especialmente sensível para a população, pois a segurança pública – torna ainda mais grave a situação.

Dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação mostram que o problema do tempo em 2011. Entre 2003 e 2014, a PM recebeu 2.049 carros (média de 149 por ano) e 1.807 motos (média de 129). De 2015 até meados deste ano, o total de carros foi em 1.139 e o de motos em 1.049. Para a Polícia Civil, que teve em situação ainda pior, foram comprados no mesmo período 2.391 carros, dos quais 718 entregues em 2015.

Os reflexos disso, aos poucos já se fazem sentir, particularmente no interior, onde a polícia está sendo levada a abrir bilhões de procedimentos. Em 30 anos de Corporação, o patrulhamento já não sendo feito a pé, o que evidentemente prejudica a rapidez operacional da PM, em especial quando se trata de capturar bandidos em fuga. A PM diga que esse tipo de policiamento permite maior proximidade com a população da área patrulhada, o que é importante para estabelecer uma relação de confiança com os moradores. É verdade que nos dias em que o período do patrulhamento é a pé, nos tudo indica que é que está por trás disso decisão é mesmo a falta de viaturas, como afirma o vereador Nelson Santos Neto.

O que ocorre em outros cidades do Interior reforça o que diz Santos Neto. Em algumas, como Tatuí, a PM convive o problema propriamente agora, cooperando com as guardas municipais, comprimindo o uso dos veículos. Em outras cidades menores, como Pereiras e Mombuca, a PM dispõe de apenas uma viatura. Nelas, antes patrulha – o que no período noturno é uma vantagem, pois a criminalidade diminui –, a violência já está chegando.

Segundo a Secretaria da Segurança Pública, a renovação da frota recomeça neste ano. Serão investidos R$ 15 milhões na compra de 150 carros para a Polícia Civil (R$ 12 milhões) e R$ 18 para a PM (R$ 16 milhões). A Secretaria informa também que desde 2015 foram investidos R$ 521 milhões na compra de carros, motos e outros veículos para as duas polícias. O número pode impressionar, mas não reduz o fato de a renovação da frota estar atrasada, como indica a quantidade de compras ocorridas dos períodos. Assim, mesmo com as compras anunciadas para este ano, a média continuará baixa, a das compras feitas entre 2003 e 2014.

A não ser que a renovação se acelere muito – o que não parece que vai ocorrer, considerando o volume de compras anunciado para 2017 –, a situação tende a piorar. E que a elegante disputa da frota não resolve a falta de carros e a ausência de pessoal. Outro dado divulgado pela reportagem mostra que a PM vem registrando cerca de 700 acidentes por mês. O tempo que leva o reparo de veículos elevado de custos afeta o desempenho das patrulhas.

Quando se fala em atraso na renovação da frota com dados do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp), segundo os quais 40% dos delegados paulistas não têm delegacia. Hoje, dois se conclui que já é hora de o governo do Estado se dar conta da necessidade de tomar medidas não só cuidadosas que se anunciadas até agora para evitar que o bom desempenho do aparelho policial seja prejudicado.

São Paulo convive muito mais com outros tipos de crimes nos últimos anos. O dado mais impressionante é a redução de homicídios, que em 2015 ficaram em 8,03 por 100 mil habitantes, menor índice da série histórica de 1995. Tudo deve ser feito para preservar esse conquista, o que só será possível se a Polícia Civil e Militar as meios para continuar agindo com eficiência. Os sinais de alerta começam aparecer.

A generosidade da Justiça

Numa iniciativa inédita, o governo do Amapá impetrou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 914) com o objetivo de obrigar o Tribunal de Justiça do Estado a pagar com suas próprias verbas um parcelamento, o aumento salarial de 16,64% que concedera aos seus servidores. O relator do processo é o ministro Ricardo Lewandowski.

O problema é o seguinte: quando o Tribunal de Justiça amplia, por decisão administrativa, o reajuste de bônus subsídios dos servidores, sem a proporcional aumento da arrecadação, fica sem recursos, pedindo o pagamento da diferença à Corte acabou a reclamação contra tal ato administrativo do Poder Executivo. Segundo os procuradores do Estado do Amapá, a decisão de impor ao governo um tour que não é de sua responsabilidade contraria um imperativo de ordem de 88 milhões nos cofres públicos. E isso teria comprometido o planejamento orçamentário de 2017, obrigando o governo a deslocar parte do orçamento previsto para outras finalidades, prejudicando os serviços essenciais, nas áreas de saúde e educação.

Por isso, depois de alegar que os desembargadores não tiveram o cuidado de analisar as consequências econômicas das decisões que tomaram tanto no plano administrativo como no plano judicial, as autoridades financeiras estaduais queriam que a diferença relativa ao aumento de 16,64% nos salários dos servidores passe a ser descontada do duodécimo do Poder Judiciário.

"O ato de confirmação do Executivo do pagamento das execuções intentadas pelos servidores do Judiciário fosse autorizado daqueles Poder no que se refere à sua gestão", alegaram os procuradores. Também disseram que, pela Constituição, "o Poder não tem competência para transferir seus encargos financeiros, contratuais e trabalhistas. Ademais, sendo que os dirigentes do Judiciário – e também os do Legislativo e do Ministério Público – são quem com a responsabilidade de arcar com as decisões que beneficiam financeiramente seus servidores.

Se acolher as pretensões do governo do Amapá, o Supremo abrirá um precedente importante para forçar as tomadas abertamente Judiciário, contrariar os gastos com salários e penduricalhos. A questão é clara: cabe ao Tribunal de Justiça administrar a administrativa e independência financeira, o que é um ato de responsabilidade sobre o que cabe ao chefe do Executivo. Assim, do ponto de vista da gestão pública, não faz sentido que o contribuinte do estado seja responsabilizado com a obrigatoriedade de pagar despesas não previstas no orçamento.

Isso é um problema grave, incorporando o desrespeito ao princípio da separação dos Poderes, os Tribunais de Justiça acostumados a se criar suas próprias políticas salariais, e que levou muitos deles a ser uma média salarial que não vem superar o teto constitucional. Essas políticas salariais acabaram os conflitos na administração pública e brasileiras graves, pois dificulta quem depende de serviços essenciais.

Para evitar abusos, emendas constitucionais aprovadas entre as décadas de 1990 e 2000 estabelecem certo controle salarial na administração pública e impuseram aos Tribunais a obrigatoriedade de publicar, anualmente, os valores dos subsídios e de remuneração dos cargos e empregos públicos. Contudo, os tribunais abriram brechas para permitir que determinadas gratificações, adicionais e benefícios não fossem computados no cálculo dos vencimentos, para efeito do teto. E também não tratam de forma transparente a obrigatoriedade de publicar anualmente os subsídios e remuneração de cargos, dificultando com isso a vigilância da sociedade.

Ao pedir o Supremo autorização para descontar do duodécimo do Tribunal de Justiça do Estado o pagamento de um aumento salarial não autorizado, o governo do Amapá deu um passo importante para tornar acabar com esses abusos.

---

sete interconexões a violência e a criminalidade.
SERGIO OAYRE
sergio_oayre@hotmail.com
Jundiaí

REFORMA TRABALHISTA
*** Conhecimento de causa**

Críticos da proposta do senadores Rodrigues, Lindbergh Farias et colegas procuram, primeiro, transferir uma empresa, o contrato individual dos trabalhadores, de fazer aos sindicatos da categoria, tanto o patronal quanto os dos empregados, negociar e manter o sistema de [illegible] trabalhistas, garantindo interesses por advogados e pelos próprios sindicatos, atender às obrigações (Rais, GFIP, Dcltp, SCD, ECF, GFIP, etc.), controlar ponto diário, evitar descuidos de acidentes de trabalho, contratar engenheiro de saúde ocupacional para atender às normas legais, não fazer as contribuições dos empregados e encaminhá-las aos sindicatos, sem contribuir trabalho que [illegible] Mas, com controle [illegible] para todos vamos perdoar [illegible] as políticas foram falsas. Além de todos esses problemas, eles não poderiam sem [illegible] a jornada de trabalho, menos não poderiam dizer com os custos, nem contratar [illegible] para suprir ausências temporárias devidas a afastamento gratuitamente por motivos [illegible], e ainda poderiam ser responsabilizados pelos "problemas" do funcionário, e por ai vai. Depois de tudo isso, ai sim, poderiam opinar e contribuir. Hoje apenas jogam para a torcida, ou melhor, para a sociedade do Direito, onde existe as empresas, que são cumpridas e se diferenciam com o poder para [illegible] e ainda são obrigadas a sustentar toda essa estrutura e papelaria e escolas.
EDSON SOARES
edsonsoares@uol.com.br
Campo Grande

"Lula e Janot fazem tudo para que a vingança seja inalcançável"
FRANCISCO JOSÉ SIBOTI, SÃO PAULO, SOBRE A DENÚNCIA CONTRA O DEPUTADO TOMÉ
francisco@sibotiadv.com

"Já que o presidente Temer vai à Noruega, deveria tentar aderir ao acordo de cooperação com esse país para que lá formassem uma geração de policiais brasileiros comprometidos com o nosso país, mais competentes e honestos"
PAULO DE TARSO AERÉS, SÃO PAULO, POR UM FUTURO MELHOR
paulo@aeres.com.br

AS CARTAS DO ESTADO
Cartas, e-mails e mensagens de WhatsApp para o Estado
Rua Major Quedinho, 111, 5º andar, Consolação, CEP 01035-000, São Paulo, SP

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA — SEGUNDA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO DE 2016

PT buscará apoio do PSDB para diretas

Declaração de FHC sobre nova eleição agradou à oposição; debate interno no PSDB ficou acirrado

3.457

■ "Dizem as mídias sociais: o jogo de cartas marcadas. Parece que gostaria muito disso, tempo, pois não existe coação de deles."
JOSÉ DE ÂNGELO

■ "Essa conversação entre PT e PSDB é antiga. Eles querem continuar no alternar do ou poder, com o apoio do PMDB."
ALCYDES DIAS

■ "Dado que mais o PSDB jogou sua história no lixo, com morte de acordão entre os de roubalheira. Tarde o trem nos tempos."
PEDRO STEVAUX

O ESTADO DE S. PAULO

Redação: [illegible]
Fax: [illegible]
E-mail: [illegible]

O Estado [illegible]

Central de atendimento ao assinante
Capital: [illegible]
Demais localidades: [illegible]
Central de atendimento ao leitor
[illegible]
Venda de exemplares: [illegible]
Venda Avulsa: [illegible]
Central de atendimento de anúncios classificados: [illegible]
Preços avulsos (venda avulsa): [illegible]
Preços assinatura: [illegible]

Cópia reprográfica autorizada [illegible]

PUBLICAÇÃO ASSOCIADA À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

Suprema confusão

[illegible]

O desafio da Educação

[illegible]

Apostas para o futuro próximo

[illegible]

O ESTADO DE S. PAULO

"O 'rombo' do INSS seria superávit se o governo cumprisse a sua parte alocando à Previdência o que manda a nossa Constituição no artigo 195"

"Tal pai tal filho"

GOVERNO TEMER

Terra nossa

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA

Governo quer fim de multa em demissão

Temer enviou ao Congresso texto que acaba com valor extra de 10% do FGTS cobrado de empresas

[illegible]

Conselho de Administração
Presidente: Dimas de Melo Pimenta
Membros: Fernando C. Mesquita, Antonio Luiz Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Carlos Luiz Mesquita, Ana Cláncia Mesquita

Diretor: Ricardo Gandour

Diretor de Redação: Francisco Mesquita Neto
Diretor de Arte: Fernando Cabral
Diretor de Jornalismo: Luiz Fabio Cabral Pereira
Diretor de Desenvolvimento Digital: Marcelo Tabosa
Diretor de Mercado Nacional: Carlos Fernando
Diretoria Jurídica: Dr. Luiz Clemente Bastos
Diretor de Tecnologia: Roberto Tavares

A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

Generalização perigosa

O objetivo do processo penal é identificar a autoria e materialidade de eventuais crimes, para que sejam devidamente punidos. Só com esse raciocínio trabalho de investigação é possível combater a impunidade, que tanto mal causa ao País. Pois bem, diante do período de denúncias e delações no âmbito da Operação Lava Jato, tem-se de vezes a impressão de certo desrumo em relação à necessária diferenciação das condutas investigadas, como se tudo fosse a mesma coisa. Tudo é genericamente classificado como propina.

Em entrevista ao *Estado*, o jurista Célio Borja, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e ex-ministro da Justiça, adverte para essa perigosa generalização. "A responsabilidade penal depende de provas. Indícios não apenas a narração de fatos que pode ser criminosa ou não. As provas não é criminoso. Por exemplo, diz-se que o candidato recebeu doações. É preciso provar que o cara disse: saiba que as doações vinham de forma ilícita. Não ninguém se preocupa com isso. Pelo fato de ter sido citado em uma delação, ele acaba no rol dos culpados", diz o Célio Borja.

Não se trata de uma filigrana jurídica. Quando um delator afirma que deu dinheiro de caixa 2 de suas empresas a campanha de determinado político, ele está confessando que praticou uma ação ilegal – manter recursos econômicos não contabilizados e individualizáveis fora do alcance do Fisco. Dessa sua confissão não decorre, necessariamente, a prática de outra ilegalidade, que parte de quem recebeu dinheiro daqueles fontes.

Doar dinheiro para outros fins que não a Fazenda Nacional. Outra ação, de natureza diversa, e o reconhecimento desses valores. Não cabe a quem recebeu dinheiro para sua campanha política comprovar que o doador deixou de ser devedor de forma lícita. Isso é responsabilidade do doador. Quem recebe a doação responde não somente pela forma como recebeu a doação, por exemplo, se esses valores foram contabilizados perante a Justiça Eleitoral.

Outra possível ilegalidade nessas transações de recursos econômicos entre empresas e partidos políticos é a vinculação de doação, quando na verdade o que houve foi, por exemplo, contrato – gente aproveitando de suas funções públicas para exigir que empresas fizessem doações a seus partidos políticos. Nesse caso, haveria a chamada corrupção passiva, que o Código Penal atribui a pena de reclusão de 2 a 12 anos, além de multa.

Como se vê, são condutas diversas, ainda que todas possam, de forma generalizada, ser descritas como doações eleitorais legais, por haver algo nelas em desconformidade com a lei. Cabe ao poder público identificar com precisão cada conduta, para que cada uma receba o tratamento que merece, de acordo com a lei.

Generalizar condutas, como se todas fossem a mesma gravidade, é a negação do processo penal, cuja finalidade é fundamental: identificar, com provas, as condutas e seus autores. E, portanto, deferir a cada um o tratamento de projetos. Por de acordo, mesmo com provas concretas, que todo mundo envolvido nessas doações é culpado, com medo de provocar fora o princípio da presunção da inocência. Essa insensibilidade não é frequente que parte de quem deveria ser o último a ignorar o princípio do Direito apoia enfaticamente para o lado oposto. Os fatos que devem provar a culpa dos acusados.

Certamente, é caso fácil para a Polícia Federal e o Ministério Público afirmar que todo é propina, já que, nesse caso, estariam lanços de boca as provas respectivas. Ao contrário, é certamente caso de trabalho que lhes cabe, até mesmo para que as delações apontem apenas, muitas vezes, para legalidade originariamente praticada por quem doou.

Como alguns procuradores rapidamente perceberam, não existem todas as doações sem também reflexos diretos sobre a política e poder, em outro termo, levar a uma deformação dos partidos políticos. O que devemos ser capazes para exercitar a prudência, identificando com maior rigor cada conduta, foi motivo para que alguns – essa é a impressão que dão – se sentissem desobrigados de identificar as condutas. Com essa generalização, estariam sendo igualdades, doadores. Ora, seu trabalho, pago pela sociedade, deve ser guiado pelo fato, e não por opiniões políticas.

Escalada autoritária

A retórica do presidente Recep Tayyip Erdoğan se referindo sobre o projeto de reforma constitucional que trata da ampliação de seus poderes – aprovado pelo Parlamento e ratificado em uma etapa do processo de forma decisiva de poder pessoal do líder turco – não deve ser tomada de maneira literal – indicado com sua eleição em 2014. Desde então ele vem tentando concentrar de fato as funções de chefe do governo. Um caminho que tem de ser interpretado como um ato autoritário, o que tem operado sistematicamente desde que chegou ao poder, dada a importância da posição estratégica do seu país.

Não foi uma vitória folgada, com apenas pouco mais de 51%. Embora tenha mostrado força da oposição, principalmente nas três principais cidades – Istambul, Ancara e Esmirna –, Erdoğan já deu a entender de que, além de ter inegável apoio de importante setor da população, domina os principais instrumentos de poder e não hesitará em fazer uso do seu poder por seus direitos ao país. A oposição, até então, teve o direito de recorrer criada pela jornalistas do presidente e outras violações de incitação provocadas por eles durante a campanha, além de uma decisão do Eleitoral Conselho (CSE), que passou a aceitar cédulas sem o carimbo oficial. Mas dificilmente essa pedido de impugnação do resultado do referendo, com base nesses fatos, terá algum resultado concreto.

Um dos pontos que argumentam os defensores de Erdoğan, repetido após a divulgação do resultado do referendo, é de que independentes de controle presidencial e sem clareza no que diz respeito ao novo regime – e essa é uma dúvida – não poderão ser considerados "democráticos", porque a oposição sempre terá a possibilidade de obter maioria no Parlamento. O presidente, porém, já demonstrou por mais de uma vez que se atropelar as regras e dar a isso aparência de legalidade. Foi o que aconteceu por ocasião da frustrada tentativa de golpe de Estado, de julho do ano passado.

Esse movimento de militares descontentes – não todos – teve como fator a intenção de Erdoğan, manifestada de vários formas, de fortalecer seu poder. O golpe, que deixou um saldo de 265 mortos e foi rapidamente sufocado, contou de início, por meio de processos para um novo expurgo. Ele conseguiu com os militares – 2.839 foram presos dias seguintes – e atingiu os outros setores do aparelho estatal, além das Forças Armadas: Judiciário, polícia, universidades, meios de comunicação. Estimá-se que foram demitidos 35 mil pessoas e detidos mais de 100 mil funcionários.

Com o presidencialismo interpretado como um meio de Erdoğan tem seu poder, tal como pretende aumentar a autoridade para os demais ramos do governo, como o Parlamento e o Judiciário, cada vez mais sob o controle do líder turco, que também tem certa margem.

Um dos pontos que argumentam os defensores de Erdoğan, repetido após a divulgação do resultado do referendo, é de que independentes de controle presidencial e sem clareza no que diz respeito ao novo regime – essa é uma dúvida – não poderão ser considerados "democráticos", porque a oposição sempre terá a possibilidade de obter maioria no Parlamento. O presidente, porém, já demonstrou por mais de uma vez que se atropelar as regras e dar a isso aparência de legalidade. Foi o que aconteceu por ocasião da frustrada tentativa de golpe de Estado, de julho do ano passado.

Esse movimento de militares descontentes – não todos – teve como fator a intenção de Erdoğan, manifestada de várias formas, de fortalecer seu poder. O golpe, que deixou um saldo de 265 mortos e foi rapidamente sufocado, contou de início, por meio de processos para um novo expurgo. Ele conseguiu com os militares – 2.839 foram presos dias seguintes – e atingiu os outros setores do aparelho estatal, além das Forças Armadas: Judiciário, polícia, universidades, meios de comunicação. Estimá-se que foram demitidos 35 mil pessoas e detidos mais de 100 mil funcionários.

Com o presidencialismo interpretado como um meio de Erdoğan tem seu poder, tal como pretende aumentar a autoridade para os demais ramos do governo, como o Parlamento e o Judiciário, cada vez mais sob o controle do líder turco, que também tem certa margem.

A recuperação das vias

Tratar por São Paulo vive um exercício perigoso, por causa da herança de anos e anos de uma burocracia centralizadora, que pelo próprio governo de Tomás de Haddad. Ela é responsável por ações como a ação pelo prefeito João Doria para recuperar o sistema viário, tão medíocre, sob direção anterior, o programa Ação Nove, que pretende atender os efeitos quadro das principais vias da cidade, a partir de maio, no mesmo tempo que será implantada a gratuidade da Operação Tapa-Buraco.

Os recursos vêm do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, formado por dinheiro proveniente de multas de trânsito – quando o valor total é cerca de R$ 200 milhões – do governo federal, por meio do Ministério das Cidades, e da sociedade empresarial privada, na qual o prefeito depositará grande esperança, para essa e outras iniciativas de revitalização. Neste último caso, o que vem de certo modo gera a doação de 1,5 bilhão de reais feita pela empresa Urca Artificial. Entre outros exemplos de colaboração, Doria contou que o responsável da Avenida Paulista, que deve ser refeita de projetos, será bancado pela iniciativa privada.

Abordamos – e nos é um ponto de grande importância da recuperação das vias – o perfeito "ciclo" respondendo uma maior contribuição das concessionárias de serviços, que pelo próprio contrato de seu atividade são obrigadas a abrir buracos das ruas para reparos na ampliação de suas redes, como a Sabesp e a Comgás. Doria quer que elas assumam a frente do que apenas as concessionárias fazem hoje: para cada metro quadrado aberto, elas teriam de refazer o piso de outros 30.

Programas semelhantes, que ajudariam muito a melhorar a cidade, já foram tentados no passado, sem que por isso os órgãos tenham melhorado de forma substancial o que diz respeito à qualidade. O resultado de obras apressadas, improvisadas, muitas delas concluídas de maneira ruim, como o emprego de material de qualidade e que não duram pouco. O desgaste, intensificado com a ação das chuvas, acaba logo os buracos tapados, como constata a população.

Ou que vem de Haddad não foram somente apressadas, improvisadas, muitas delas feitas de forma ruim. Seu último programa nesse sentido foi executado em uma, forjado pela Copa do Mundo, como sabem os reportagens do *Estado*, quando o governo federal, entre outras na Marginal do Tietê e da Radial Leste e as Avenidas Paulista e Rebouças, foram recuperadas. Depois disso, apenas seguiu o padrão de obra oval feita na Operação Tapa-Buraco.

Ou que faz a iniciativa de Doria é diferente – espera-se que ele cumpra o que prometeu – a qualidade do material a ser empregado. "E, sobretudo de qualidade. Aqui não tem mais tempo de ficar tentando de novo. Tem que ser de qualidade", diz. Tem mais: pode ser o padrão de qualidade".

Ele terá o mesmo prazo de obras, tanto do programa Ação Nove e da Operação Tapa-Buraco. Em uma verdade fazer trabalho em uma importante, notoriamente, permanente, de tempo novo. Haddad que apenas de fiscação para cá foram tapados mais de 37 mil buracos, num total de 204 mil m².

O custo da obra executada com material de baixa qualidade é evidentemente muito elevado. De R$ 300 por metro quadrado em vez dos R$ 270 do governo Haddad, segundo a Prefeitura. Regional de Santo Amaro. "Uma capa barata com qualidade", diz o engenheiro Carlos Cabral, do Conselho Regional de Obras da Regional. Mas em compensação um trabalho mais duradouro, por isso, no final das contas também mais barato.

Sobrada a burocracia, a iniciativa de Doria tem a ainda a qualidade para ser de fato. Em primeiro lugar, é claro, para que Doria e o prefeito Haddad em que se encontrar as ruas e as avenidas da cidade, que pelo dito certamente mais transparente do que o polêmico. E será também um bom exemplo de o cidadão a interpretação, quando o contrário do mandato – quando o contrário – de se cumprir em grandes obras públicas, que alterar o dia-a-dia da população.

[illegible] Odebrecht, chegou com chutes, para mim, inesclarecível, de que se tinha trabalhado muito de confissão. Na realidade, tudo o que relatamos no meu contraditório de detalhes que não tem um delator que não tenha [illegible] com outros na participação direta na prática de corrupção. Foram agentes ativos do delito, [illegible] Inclusive se [illegible] que os impediam de alcançar seus objetivos espúrios. Muitos [illegible] com aos de chantagem e ameaça, desmoronando a moralidade de sua conduta. Por isso, seus depoimentos, embora informem os pontos de compromisso [illegible] que [illegible] na investigação, não podem ser considerados como defesa que os permite com abrandamento de pena ou mudança de regime prisional, mas sim a confissão, que impõe condenação com pena [illegible] o crime cometido, nos termos da [illegible] previstas na legislação penal.

PAULO SILVA
[illegible]
São Paulo

MEMÓRIA
Roberto Campos

Agradeço ao *Estado* a reportagem especial publicada neste domingo (*Bb e Cf*) sobre o centenário do grande Roberto Campos, cujas alertas contra o estatismo, o sectarismo e o corporativismo em geral foram ignorados pelos políticos e pelo povo brasileiro. O resultado aí está. Uma pena que não tenha sido presidente. Em vez de fazer cumprir a Constituição, como andam dizendo ultimamente, tentaria adotar os capítulos constitucionais da Constituição de 1967, de caráter liberal (como ótima para os brasileiros, infelizmente), que foram redigidos por Campos e demais [illegible] para o mesmo [illegible].

LUIZ HENRIQUE PINCHIARI
[illegible]
[illegible]

"E agora, Serra e Geraldo, com tanta riqueza de detalhes, o que é que eu vou dizer aos meus cinco netinhos?"

ELIO DOMINGOS HONAIDO | [illegible]
[illegible]

"Ninguém escapou. Até o 'Rouxinol' Marcelo Odebrecht chutou"

SÉRGIO EDERMANN PASSOS
[illegible]

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA — SONDAGEM DO DIA: VOCÊ É CONTRA OU A FAVOR DO FIM DO IMPOSTO SINDICAL?

Deputados vão apoiar fim de imposto sindical

Relator da reforma trabalhista avalia que contribuição é herança fascista de Benito Mussolini

58%

"São poucos sindicatos que fazem algo, a maioria compete ao serviço público. Tem de fazer esse valor bastante de verdade."
SANDO MOREIRA

"Quem tiver de ir a Brasília, ou a Congresso, com esses valores absurdos e quiserem fazer o que tem que fazer, [illegible] de 12 horas."
ROBERTA TEIXEIRA

"Não vamos contribuir com os sindicatos. Retirar o dinheiro de alguém é roubo e assalto."
RODRIGUEN ANTIQUEIRA MORON

O ESTADO DE S. PAULO

[illegible]

Central de atendimento ao assinante
[illegible]
Central de atendimento ao leitor
[illegible]
Venda de exemplares: [illegible]
Venda Avulsa: [illegible]
Central de atendimento de agências de publicidade: [illegible]
Preços avulsos (exceto domingo): [illegible]
Preços assinatura: [illegible]

[illegible]

Notas & Informações

Da crise à pauta de reformas

[illegible]

Um basta ao circo de horrores

[illegible]

Fogueira de vaidades

[illegible]

O ESTADO DE S. PAULO

"Em três anos, o Brasil perde dois Paraguais em receitas. Por de que isso e perder o Rio de Janeiro em uma só Olimpíada"

"Sentirá alguma população carcerária diante da dimensão das chacinas noticiadas todos os dias?"

ESCLARECIMENTO

Obras do Comperj

[illegible]

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA

Anvisa libera remédio à base de maconha

É a primeira vez que a agência aprova registro de medicamento com substância da erva no Brasil

6.206

[illegible]

Conselho de Administração
Presidente: [illegible]
Membros: [illegible]

Diretor Presidente: [illegible]
Diretor de Redação: [illegible]
Diretor de Mercado Nacional: [illegible]
Diretor Jurídico: [illegible]
Diretor de Tecnologia: [illegible]

Ombudsman: [illegible]

Leia também
A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

O legado de Temer

Passado pouco mais de um ano desde que assumiu a Presidência da República – após o processo de impeachment que culminou na cassação do mandato de Dilma Rousseff –, o presidente Michel Temer compreende as circunstâncias excepcionais que o levaram ao poder e vem a conta devendo do papel que a História lhe reservou. E o que se depreende da entrevista exclusiva concedida aos jornalistas João Carlos Magalhães, Carla Araújo, Marcelo Rezende e Eliane Catanhêde, do Estado, publicada na edição de domingo passado.

Administrador da maior falida legada pelo período – pela miopia de seus antecessores – e também pela sanha criminosa que permeou sua gestão, o agora ex-presidente se acusações que lhe são feitas por dois de seus colaboradores próximos, os marqueteiros João Santana e Mônica Moura –, Temer elegeu o combate ao desemprego como a principal marca de seu governo. "Meu principal objetivo é combater o desemprego. Se não conseguir, só um vivo pode dizer que o governo não deu certo", disse o presidente.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no final de abril, a taxa de desocupação no Brasil foi de 13,5% no trimestre encerrado em março de 2019. Foi a maior taxa de desocupação registrada pelo IBGE desde o início da medição de indicador em 2012. Portanto, o presidente Michel Temer acerta ao definir como meta principal de seu mandato o combate a um problema que afaga, aprofundadamente, 14,1 milhões de brasileiros. O contraste em relação às previsões de Dilma Rousseff é tão expressivo que o mero diagnóstico acurado de uma mazela nacional – taxa de desemprego muito acima do que se esperava quando ocupou a Presidência da República – já é, por si só, digno de nota.

Para apreender a natureza do problema, o cidadão ou o financista de um administrador público é medido por indicadores de qualidade de vida e renda, por ações cujos resultados lhe trazem diretamente. O cidadão espera dos que administram o Estado a oferta de serviços públicos de qualidade, o bem estar proporcionado pela manutenção de segurança, um ambiente econômico a inflação que preserva o poder de compra da moeda, a geração de empregos que garantem renda e dignidade. No que compete ao Poder Executivo federal isso passa pela aprovação das reformas trabalhista e previdenciária, fundamentais para a retomada do crescimento econômico.

É importante registrar que sob a gestão de Dilma Rousseff o País experimentou a pior recessão econômica desde o início da década de 1930. Em 2015, a economia brasileira encolheu 3,8%. Em 2016, nova queda de 3,6%. Dados tão catastróficos só haviam sido medidos em 1931 e 1932, quando o Produto Interno Bruto (PIB) recuou 2,1% e 3,4%, respectivamente. O desemprego recorde é o desdobramento mais perverso da irresponsabilidade de populistas da administração do Partido dos Trabalhadores.

O mito das contas públicas de que os governos do Partido dos Trabalhadores, do ambiente amoldado que teria tornado o País e do impedimento de candidatos comunistas que precisam ser adotado pelo governo para a correção dos rumos nacionais – como a adoção de um teto de gastos públicos, ações das reformas já encaminhadas –, não sustentaria o índice de rejeição ao presidente Michel Temer. Entretanto, este é justamente um fator que lhe permite encarar tais reformas sem o medo de perder votos o populismo daqueles que governam pensando na próxima eleição.

Tornado pelas circunstâncias, sabe a liderança política escolher o legado que precisa deixar, Lula da Silva acreditou ao poder outorgado por apoio popular, congressual e uma conjuntura internacional favorável sem precedentes. Esto-se inibido dos melhores desígnios, teve propósitos grandes transformações no País. Hoje é réu em cinco ações penais e corre o risco de responder a mais uma, por obstrução de justiça. Dilma Rousseff assumiu o governo com o propósito de dar à política e à economia as lições de seu nacional-populismo contaminou Quebrou o País.

Ao assumir o governo sob condições de penúria, coube a Michel Temer conduzir a construção do que chamou de "ponte para o futuro" e não figurar como um presidente histórico, como apenas acidental.

Uma reforma pacífica

Como se tem visto, o debate sobre a reforma da Previdência ganha contornos públicos políticos. Tal cenário pode dar a entender que se trata de um tema profundamente controverso, que dividiria a população. É certo que a discussão, por envolver aposentadoria, quanto cada um receberá de aposentadoria, dificuldades do Estado para honrar a inadimplência. A controvérsia envolve-se, no entanto, quando se analisam os dados relativos à Previdência. Os fatos de polêmica, vão logo à tona quando são apresentados números atualizados, que atestam pacificamente a necessidade de uma profunda reforma do regime previdenciário.

O primeiro dado a confirmar a necessidade de o Congresso aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016 é o crescente déficit da Previdência. Em 2016, o rombo causado pela Previdência na contas da União, dos Estados e dos municípios foi de R$ 295,9 bilhões. Longe de ser temporário, esse desequilíbrio tem se acelerado, só tende a crescer, em razão do envelhecimento da população.

É preciso pacífico que o Estado brasileiro não tem condições de cobrar aposentadorias vitalícias, ao mesmo tempo, realizar inúmeros outros objetivos na área de saúde, educação, segurança, etc. Sob essa aspecto, não há dúvida de que a reforma da Previdência gera uma conta, cuja, de maior peso, o contribuinte. O atual sistema exige que parte considerável do dinheiro dos tributos pagos, que deveria ser destinado aos investimentos e aos serviços essenciais, seja utilizado para o custeio dos benefícios previdenciários.

Além do rombo que o sistema previdenciário gera nas contas públicas, há outro aspecto da reforma sobre o qual, quando se analisam os dados objetivos, grande parte da polêmica some. Trata-se da comparação entre as regras vigentes no País e as de outros países. O sistema público é extremamente benevolente, o que indica a existência de espaço para um melhor equilíbrio entre qualidade e despesa previdenciárias.

Veja-se, por exemplo, o tempo de contribuição exigido para a aposentadoria com o benefício integral. Alguns críticos da reforma tentam vender a ideia de que as regras da PEC deixariam os brasileiros com o trabalhador.

De acordo com a relação da Seguridade Social da Câmara, para a obtenção do direito à aposentadoria integral sem necessário, entre outras condições, ter 40 anos de tempo de serviço. Os pesquisadores publicaram recentemente relatório aposentadoria integral sem aposentadoria. A regra geral é que a aposentadoria integral exige mais que o último salário, entre seis países ricos.

Dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne países como Alemanha, Austria, Dinamarca, França, Noruega, Suécia e Suíça, mostram que, nesses países, o valor médio que um trabalhador de sua vida ativa deve ser aposentadoria representa 53% de seu salário. Nos EUA, a renda média do aposentado é de 44,8% do salário da ativa. No Chile é de 37,7% e no México, de 28,4%. No Centro do Sul, pelo contrário, o valor aposentado como contribuição de produtividade e de recursos desenvolvimento econômico, o valor da aposentadoria representa de 4,9%. No Brasil, a relação entre aposentado e valor do salário na ativa é muito maior de 70%. Não é cada de outro mundo, portanto, reformar a Previdência para obter um melhor equilíbrio das suas contas.

De acordo com a atual redação da PEC, quem entrar no mercado de trabalho aos 25 anos de idade poderá se aposentar com salário integral aos 65 anos. Mesmo essa disposição, que parece unilateral, nunca se aplicada para uma aposentadoria bem mais benéfica que as regras previdenciárias da maioria dos países ricos.

E, de fundamental importância para uma discussão do debate público sobre as leis, especialmente aquelas que afetam de forma tão direta a população, como é o caso da reforma da Previdência. Infelizmente por não importância, essa discussão deve estar baseada em dados reais. E não há dúvida de que os números apresentados demonstram a urgente necessidade de uma mudança na legislação previdenciária.

Saindo do atoleiro

A economia saiu da maior recessão da história, em 2015 já registrada pelos centros especiais, segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) divulgado ontem. A boa notícia não será confirmada, se for, no começo de junho, quando os contas nacionais, com o Produto Interno Bruto (PIB), do período, forem publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Até lá, os analistas, operadores do mercado e empresários terão de se nortear com aquele indicador prioritário, considerado uma prévia do PIB. Pouco se pode esperar, por enquanto, além da mera confirmação do fim da fase recessiva, depois de dois semestres de negócios em retração e desemprego em alta. Os números parciais disponíveis não apontam nem sequer um ritmo de recuperação observado entre janeiro e maio.

Sair do atoleiro é ver outro próximo objetivo: a aceleração do avanço já feito sido. Será difícil, certamente, importante. Mas será necessário um enorme esforço para galgar dois degraus. Os números da recuperação indicados até agora são incertos. Em março, a atividade teve de fato, aproximou que no mês anterior, segundo a série do IBC-Br com ajuste sazonal. Mesmo com esse recuo, o nível dos negócios no primeiro trimestre foi 1,21% mais alto que no último trimestre do ano passado. Em 12 meses, no entanto, ainda houve uma perda de 2,7%, também na série com ajuste. Na outra – dos dados não ajustados – o recuo foi pouco menor e chegou a 2,61%. Por qualquer dos dois critérios fica evidente a grande recuperação necessária só para voltar ao nível de atividade registrado no ano anterior.

A outra comparação é precisa novamente uma dúvida. Não está claro, até agora, quanto do crescimento no trimestre inicial deste ano reflete o bom desempenho dos setores de grãos e oleaginosas, na safra de verão. A recuperação só será efetiva – e sustentável – com uma forte retomada da indústria. Por enquanto, os setores ligados à atividade industrial apontam uma recuperação desigual entre os vários setores e ainda muito fraca no conjunto. De janeiro a março a produção da indústria geral foi apenas 0,6% maior que a do ano anterior. Em outubro a retração acumulada ainda foi de 3,8%.

Os setores mais dinâmicos no início do período dependem do desvalorização dos segmentos. Nos primeiros 3 meses, 13 dos 26 segmentos listados no levantamento do IBGE produziram mais que no trimestre de 2018. Os mais dinâmicos foram: de tecidos, por exemplo, produziram cerca janeiro e abril 20,6% mais que um ano antes e exportaram, em valor, 52,1% mais. No entanto, em abril, ainda empregavam 10,9% mil pessoas, 6,6% menos que um ano antes. O desemprego elevado tendem a retardar a retomada do consumo, por exemplo, a produção industrial. O aumento da ociosidade dos empresários e produtores, com a atonia da pauta de reformas, poderá abortar a recuperação.

---

maior capaz jurídico que um presidente já sofreu. Mas ele não o nota".
PAULO DOS SANTOS
[illegible]
Guarulhos

*** Delações**

O leitor M. Manuel Pires Moreira (OESP, 26/5) pergunta: "E Lula vai delatar quem?". Ora, já delatou: disse Marisa Letícia.
SERGIO CARAMELLO ULIANO
[illegible]
São Paulo

* Nem a delação premiada pode salvar o delinquente ex-presidente Lula.
VANIA TAVARES
[illegible]
São Paulo

Da guerrilha ao Planalto

Só poderia sair da mente de alguém com outra experiência nessa área. Carregou na década de 1960 e se aperfeiçoou nos métodos modernos de Al-Qaeda. Da desordem, até agora, com subterfúgio contínuo e ilícitos se de se comunicar por meio de uma conta secreta de e-mail. Nos últimos dias veio à tona, pouco a pouco, a compreensão de quem eram os chefes e seus métodos de ação nesse criminosa associação entre o público e o privado. Os 14,2 milhões de desempregados, os 50 milhões de brasileiros, os 13 milhões de brasileiros, o não brasileiro do tem precisam repudiar, com a mais correta indignação, essa corja [illegible] e do povo brasileiro, a exemplo do Ministério Público, a Polícia Federal e os ministros e brilhante juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, os quais, felizmente, estão tratando de roba a corrupção e o dinheiro sujo.
JOÃO M. VENTURA
[illegible]
São Paulo

"Mônica Moura: 'Dilma não confia em ninguém'. Fertão, Dilma é um gênio incompreendido?"

CARLOS A. A. BORGES (RIO DE JANEIRO, SOBRE A REPORTAGEM DE MARCELO ROBINS)
[illegible]

"Creio que a única verdade que o Lula disse em seu depoimento é que está sendo julgado pelo que fez no seu governo, no caso, a estratosférica corrupção!"

BENEDITO ANTONIO TURSSI (SÃO JOSÉ DO RIO PARDO, SP)
[illegible]

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA — SOMA DE VOTOS DA VIRTUAL CINCO MINUTOS

Temer diz que não será candidato em 2018

6.946

Presidente também falou que espera que processo da sua chapa seja julgado o quanto antes no TSE

"Notícia é transitória, sobe-desce (por dia e não sente nada. Isso com [illegible] de um ex-presidente."
LEONARDO DA FRANÇA

"Michel Temer fez um papel vergonhoso que contribuiu muito para [illegible] da direita."
NIVALDO PIZZIGAN

"O PMDB tem como função fazer manobrando nos bastidores do poder, seja lá quem estiver no poder."
IVANA NASCIMENTO

O ESTADO DE S. PAULO

[illegible]

Central de atendimento ao assinante: [illegible]
Central de atendimento ao leitor: [illegible]
Venda de assinaturas: [illegible]
Venda Grupo Estado: [illegible]
Central de atendimento de agências de publicidade: [illegible]
Preços avulsos (exceto domingo): [illegible]
Preços avulsos (domingo): [illegible]

PUBLICAÇÃO ASSOCIADA À ANER [illegible]

Notas & Informações

Os efeitos da má política

[illegible]

Pior do que se imaginava

[illegible]

O fim necessário

[illegible]

O ESTADO DE S. PAULO

[illegible]

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

Após atentados, Egito declara emergência

Estado Islâmico assumiu ataques a duas igrejas cristãs que mataram e feriram centenas de pessoas

3.896

[illegible]

Conselho de Administração
Presidente: [illegible]
Membros: [illegible]

Diretor: [illegible]

Diretor de Redação: [illegible]
Diretor de Mercado Nacional: [illegible]
Diretor de Mercado Internacional: [illegible]
Diretor de Jornalismo: [illegible]
Diretor Jurídico: [illegible]
Diretor de Tecnologia: [illegible]

A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

Em busca da liderança perdida

A demorada crise que por que passa o País ainda não deixou o debate acerca das reformas do Estado, como as propostas para o sistema político e as leis eleitoral e previdenciária – já em tramitação no Congresso Nacional – e mesmo a revisão do pacto federativo e a racionalidade de convocar uma Assembleia Constituinte exclusiva de dar ao Brasil uma nova Carta Política, mais equilibrada e funcional, apta a prover soluções para os desafios atuais.

Não menos importante é a discussão sobre o atrofiado quadro de governantes. Liderança política, cuja falta não só torna o processo de transposição da crise mais penoso, como também abre um perigoso espaço para o irresponsável, atrabiliário e vidas de futuro dos brasileiros.

Sob o pretexto de uma suposta falência da "política tradicional", começa a ganhar espaço cada vez maior o discurso em favor de novos atores no mundo político – os chamados outsiders –, como se uma distanciamento da política por si só representasse um atestado de bons comportamentos ou de vocação para a administração pública. Isso mostra quão perfunctória é a abordagem da questão das lideranças políticas nos dias de hoje.

Questão central no campo de estudos e pesquisas do mundo empresarial, a carência da liderança parece passar ao largo do debate no ambiente político. Quando muito, é abordada superficialmente sob a ótica do marketing, visando ao desempenho eleitoral dos candidatos e à imagem dos eleitos que é projetada para a opinião pública durante seus mandatos. Não surpreende que, quando se fala em "novas lideranças políticas", quase sempre se está tratando de celebridades de ocasião, arrastadores de auditórios famosos em geral.

A busca por uma genuína liderança política não aparece, hoje, como uma preocupação fundamental. Quando se analisa a natureza da liderança exercida por figuras oficialmente reconhecidas como "líderes" no ambiente político, percebe-se que, na verdade, não passam de liderados meramente institucionais, oriundos da ocupação de cargos eleitorais após o bem-sucedido desempenho de atribuições particulares que os levaram ao sucesso eleitoral. Não "líderes" sem propostas inovadoras ou críticas. São "líderes" que não lideram.

É importantíssimo que a sociedade brasileira – a luz dos sombrios episódios que, da após dia, evidenciam a torpeza com que o poder tem sido exercido no País – se debruce sobre tal deficiência, tão necessária à democracia. A coletividade e a política de uma verdadeira liderança política estão na essência do regime democrático. Cuidar que reside a organização e a manutenção do funcionamento da sociedade, transformando a quando ouvir o povo do seu.

Lideranças políticas genuínas podem se apresentar de duas formas. Há aquelas que ambicionam a sociedade com sua própria visão para o País e apresentam claramente um projeto de Nação, conclamando o povo que o ajude na direção de sua concretização. Outro tipo é aquele que tem a sensibilidade do pulso do povo e de oferecer claramente aquilo que ele deseja. Tanto um quanto outro – a que conduz e o que é conduzido pelos acontecimentos – são lideranças igualmente importantes para o desenvolvimento. Não se observa nem uma nem outra no atual quadro político brasileiro.

Períodos de adversidade – como o que ora se apresenta – são férteis para o surgimento de novas lideranças. A História é pródiga em exemplos de personagens que, naturais pelas circunstâncias, se revelaram grandes líderes. Mas os brasileiros precisam mais do que sorte, estar atentos. Momentos assim também são o cenário de propícios e aparecimento de embaralhos que se apropriam do desalento e da descrença dos cidadãos nos modelos e práticas até então consolidados, apresentando soluções simples para problemas complexos. O País não precisa de salvadores. A liderança política não é um dom sobrenatural. A sociedade brasileira deverá saber distinguir aqueles capazes de traçar diagnósticos precisos, apontar caminhos viáveis e liderar engajamento.

Limites da vitória de Macron

A vitória de Emmanuel Macron nas eleições presidenciais francesas, apoiar dos adversários mais fanáticos, que foram alimentados especialmente mais otimismo – 66% contra 34% para seu adversário Marine Le Pen –, provocou duas reações. Uma, imediata, de alívio tanto ao país quanto na União Europeia (UE), pelo grande temor das consequências políticas e econômicas da ascensão do programa da Frente Nacional, partido de extrema-direita de Le Pen. Outra, de apreensão, por causa das muitas dificuldades que esperam Macron, que herda um país em crise e dividido e sem maioria parlamentar, com um partido ainda em formação.

Não deixe de escrever que foi eleito, mas formal, logo após o anúncio do resultado da eleição, o nome de nomeação, para uma medalha recorda dentro do Museu do Louvre – o presidente eleito deu mostras de estar consciente tanto das limites de seu triunfo como das dificuldades que o aguardam. Limites que tornaram com a realização da eleição que foi de que abstenção europeia que se repetiu de seu concorrente está longe de ser composta apenas de votos dados à direita e aos partidos de centro, excluindo ao mesmo tempo de liberal e social que seu candidato não pertencente não ser de direita nem de esquerda.

Significou, sim, vários, aos que não votaram sem entusiasmo, demonstrando claramente que por mais que recebeu deles um cheque em branco. Foi votando contra Le Pen, por temor de uma extremista, seus partidários mais e sua presença de abandonar a UE. E disse também de voto Fillon, que votaram em Le Pen – e eles não foram poucos – porque veem sua campanha atingindo por um escândalo. Outro fato importante a considerar é que a soma de abstenções, votos brancos e nulos chegou a um terço do eleitorado.

Esses fatores vão se tornar aos obstáculos que Macron terá de superar para dispor dos instrumentos políticos indispensáveis para resolver os problemas de um país de volta com uma difícil situação econômica, responsável por desemprego que atinge 10% da força de trabalho e que apenas dá sinais muito tímidos de melhora. Macron toma posse dia 14, com pouco tempo para formar operação, e logo terá de enfrentar seu primeiro grande teste, que muito opera como tão importante quanto chegar à presidência: a das eleições legislativas dentro de um mês.

Macron – que em apenas um ano fundou um movimento e criou a experiência vitória de domingo passado, sem apoio, sem apoio de partidos, grande partido – precisa de efetivamente entrar na vida política francesa, que nos últimos 40 anos oscilou entre a hegemonia dos partidos nacional e o Partido Socialista, antes Emmanuel Macron derrotado. Apesar disso, eles conseguem pelo importante de jogo, principalmente a Direita do partido Republicanos, outrora dividido. Com isso, mais a oscilação da Frente Nacional e a entrada em cena do partido de extrema esquerda França Insubmissa, que obteve crescente votação, não será fácil a tarefa de Macron de chegar uma grande bancada para seu novo partido, En Marche!.

Macron poderá surpreender mais uma vez, como muitos acreditam. Mas, se for obrigado a governar com uma coalizão, sua situação se complicará, porque nada garante que seus aliados aceitarão os programas de reforma econômica, política, trabalhista e da previdência social, com o qual pretende tirar o país da crise.

A UE, a começar pela Alemanha, e os mercados financeiros europeus estão aliados com a vitória de Macron. Mas esse aliado pode ser passageiro. Tudo vai depender apoio dos senadores a jovem correspondente, ou não, por dia. Todos os horizontes estão abertos. Se Macron mobilizar ou só obtiver resultados duvidosos, porém, será difícil evitar a progressão da Frente Nacional e sua influência no cenário. Ainda assim, de movimentos de extrema direita já foi registrado em países como Holanda, Áustria, Hungria e Polônia.

E, diante que depende, outra larga medida, o futuro da UE, com todo o peso que apoia de seus problemas, ela tem no mundo.

Lula arma o circo

Luiz Inácio Lula da Silva pode ter a capacidade de fabricar um fato político que, mesmo que não tenha nada de corrupção, mas é um atentado ao bom senso brasileiro que ele nada tem a ver com o mar de lama que sobe nas entranhas profundas da sociedade. Isolado em grande parte do PT na prisão, ele quer ser lembrado como o inocente injustiçado por uma conspiração armada para criminalizar o ex-presidente e seu partido, uma vez que praticamente todas as lideranças políticas de alguma expressão, todos os grandes partidos e não apenas Lula e o PT, estão implicados em investigações de corrupção. E a incredulidade consistente desta realidade que, em desespero de causa, está levando o ex-presidente, com a aquiescência e relação, a apostar no caos, aplaudido para recusar inquéritos e conclamando a cassar transformar uma vara judicial em palanque político e Curitiba em praça de guerra. E o que Lula pretende fazer na capital paranaense, quando depuser perante o juiz Sergio Moro em um dos cinco processos em que é réu por corrupção.

Para que não fique o menor constrangimento em evitar o "extraordinário sucesso" de "grande gesto" do ativo de 10, é fato singular o partido nacional de propaganda que pode não significar imagem da "transformação operária" de antigamente que, nos anos de Curitiba, fazia o possível para provocar a "repressão policial". Petistas estimam que pelo menos 10 mil pessoas atendam à convocação para "apoiar Lula". Em bom e sim Sergio Moro, portanto, no desrespeitando que apoiadores da Lava Jato sairão às ruas da capital paranaense.

"Tenho certeza que muita gente que apoia a Operação Lava Jato pretende vir a Curitiba manifestar seu apoio, ou pelo menos recebeu de Curitiba pretendem vir aqui manifestar seu apoio. Eu diria a Lula que esse apoio sempre foi importante, mas desse dia de não é necessário. Tudo que se quer evitar nesse dia é algum espécie de confronto e conflito", afirma Moro.

Com a mesma preocupação de evitar conflitos, a Justiça do Paraná proibiu, na última sexta-feira, manifestações pública que implicassem a "ameaça de constranger" juízes da sede da Justiça Federal em Curitiba e recomendou que sejam impedidas com as lideranças de manifestantes "schedules a fim de garantir o direito de livre reflexão, com as limitações ora deferidas". Por decisão do procurador, não haverá expediente no prédio da Justiça Federal amanhã e o acesso ao local será permitido a pessoas cuja presença esteja relacionada com a audiência.

Todas essas medidas acertadas do ambiente sensato e ébrios a demonstrar que, em tese, providências oficiais cabíveis estão sendo tomadas para evitar tumultos tão mais de Curitiba. No público, porém, é inevitável o perigo potencial de que pessoas que decidiram "participarem" ignorem as ordens provocando a ação repressiva dos policiais. Este é certo que com todo o cuidado não desapareça a todo e sem risco, que quando estão em dificuldades, convoque, recorre à hipótese de assumir o papel de vítima dos "infiltrados" e "provocadores" que "atiraram" na polícia sem nenhum motivo.

Está arriscado, portanto, mais um ato do grande desrespeito à lei e à ordem. Hoje a ex-presidente do governo "a favor do povo brasileiro". E, por enquanto repetindo a experiência que não teve o direito escrupulo de usar no início da propaganda do PT que lançou na eleição passada. Ignorou, então, deliberadamente o papel de ex-papa Dilma Rousseff na atual que o País enfrenta, para promover, oportunisticamente, como candidato à Presidência do ano que vem. "Eu não sou carrasco de que não poderemos reassumir o caminho do crescimento", foi, obviamente, se escapar da prisão.

---

acordado que o interrogatório é um espetáculo cultural. Antes de prosseguir, oportunidade em que "o ex-presidente" pode defender-se. No sentido oposto, o sempre desmoralizado Lula, talvez mesmo indo-se da presença de um advogado, por depor em seu legítimo direito por incomodar o País contra a Justiça.

RICARDO C. GOUVÊA
[illegible]

Dinheiro que falta ao povo

Que país é esse onde o governo não tem dinheiro para garantir o básico à população carente (saúde, educação, segurança e saneamento), mas o MST, sem dinheiro para buscar a ilha de 50 milhões de hectares e Curitiba, para transformar uma indústria inclusive em teatro? Pela série. Já para sentir orgulho de ser brasileiro?

MARIA CARMEN DEL RIO TURRI
[illegible]

Eles e nós

Os franceses elegeram um jovem liberal, progressista, humanista, amante da paz e da saúde, de 39 anos, como seu presidente. De fato, é preciso ser um brasileiro, em 38 anos, para dizer que "Eu por apoiar um jovem de 39 anos, sempre que já teve dois anos de experiência de, acabou como o Brasil e está pagando a conta e a desculpa? Alguém me explica".

SANDRA MARA GONÇALVES
[illegible]
São Paulo

Bolivariano confesso

No discurso aos petistas, Lula disse que cabe a ele dizer que quem vai mandar perder o país. Ao falar, que demonstra a sua bolivariano confesso.

LUCIA HELCHEIT
[illegible]
São Paulo

"Pergunta que não quer calar: por que um funcionário prestigiado de milhares de pessoas para acompanhá-lo num simples interrogatório?"
Parece confundir de cal pal"

BEATRIZ CAMPOS / SÃO PAULO
SOBRE A PRESENÇA DE LULA NA JUSTIÇA FEDERAL EM CURITIBA
[illegible]

"Justiça social é parcialidade entre os aposentados do INSS e os funcionários públicos!"

EUGÊNIO JOSÉ ALATI / CAMPINAS, SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA
[illegible]

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA — SOMENTE NO DIGITAL, CINCO VÍDEOS

Palocci é aconselhado a insistir em delação

Quem já virou delator na Lava Jato disse ao petista que acordo só deve ficar mais difícil com o tempo

6.866

● "Carta de [illegible] mais dignidade por ver que a [illegible] não tem [illegible] nem políticos muito menos, [illegible]"
ALESSANDRA FRANZIN

● "[illegible] Dilma [illegible] a [illegible] Se ela [illegible] a [illegible] por [illegible]"
KEIRTH SHEMS RD

● "O Brasil [illegible] nos [illegible] dos [illegible] nas eleições. Pelo [illegible] sempre [illegible] de crédito."
DIAGO CARVALHO CARVALHO

O ESTADO DE S. PAULO

[illegible]

Redação: [illegible]
Fax: [illegible]
E-mail: [illegible]

Central de atendimento ao assinante: [illegible]
Central de atendimento ao leitor: [illegible]
Venda de assinaturas: [illegible]
Venda de avulsos: [illegible]
Central de atendimento de agências de publicidade: [illegible]
Preços avulsos/mês: [illegible]
Preços assinaturas: [illegible]

PUBLICAÇÃO [illegible]

Conselho de Administração
Presidente: [illegible]
Membros: [illegible]
Diretor Presidente: [illegible]
Diretor de Redação: [illegible]
Diretor de Mercado Nacional: [illegible]
Diretor Jurídico: [illegible]
Diretor de Tecnologia: [illegible]

A versão na Internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

O caráter pedagógico de um julgamento

Desde meia-feira, o País assiste ao julgamento do processo contra a chapa Dilma-Temer, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por suposto abuso de poder político e econômico. Apontado como o maior caso da história do tribunal, esse julgamento, transmitido pela televisão, deveria ser uma aula de direito e cidadania, a ser aproveitada por todos os interessados no desenvolvimento da vida política nacional.

Mas isso talvez não esteja acontecendo. Para quem assiste ao julgamento, a primeira grande surpresa vem da confusão com que alguns ministros tratam o papel do TSE, como se ele não fosse um órgão de Justiça. Não obstante, o relator do caso, ministro Herman Benjamin, sacramentou que "o bem jurídico que motiva essas ações (eleitorais) é a legitimidade e a normalidade do processo eleitoral, cuja livre e efetiva independência é condição de valor democrático e regime político brasileiro. É, portanto, um julgamento sui generis, com contraditório, sem qualquer contraprazo, no limite discutindo sobre os fatos da ação concreta estabelecer o seu tribunal pensível e o seu papel frente a conduta criminal mais ou menos grave.

A função do TSE é zelar pela lisura do processo eleitoral, avaliando se houve cumprimento do livre exercício do direito de votar e ser votado. Atua fora da esfera eleitoral quando, ao que corresponderia a Justiça de competência do Tribunal. A rigor, poderia ser um tribunal de exceção. Por isso, ainda que se faça um bonito discurso sobre a importância de a Justiça não ser exercida com a imparcialidade, a tentativa de levar o TSE para um julgamento além da esfera eleitoral desrespeita o Estado Democrático de Direito e a Constituição. É sempre bom lembrar que administradores devem se tipificados como tais.

Outra exigência desses dias de julgamento é o tratamento dispensado a alguns fatos concretos ao processo. O relator defendeu antecipadamente que o TSE não pode julgar com os "olhos fechados", devendo buscar a verdade real dos fatos. Parece coisa óbvia, já que estão julgando um caso complexo. A cegueira deliberada em relação a algum ponto do processo fere o senso de justiça. No entanto, o ministro Herman Benjamin não falava nisso verdade. Conforme esclareceu mais adiante, com outras palavras ele queria que o conteúdo das delações da Odebrecht fosse não exatamente apreciado pelo TSE já que se trataria de fato público e notório. "Os indícios não constantes da denúncia não sabiam que a Odebrecht havia feito colaboração. Sério não é fato notório, não existe outro", disse o ministro Herman Benjamin.

Uma coisa é a existência pública e notória da delação de 77 diretores e executivos da empreiteira Odebrecht. Outra é tornar os fatos narrados nas delações como verdade verdadeira, a dispensar provas e contraprovas. O fato de todo mundo saber que a delação foram feitas não significa que o seu conteúdo corresponda à verdade ou relate os fatos com fidelidade e correção.

Não se trata, como o argumento do ministro Benjamin, fazendo recente que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), ao invés de se afirmar que um tribunal não pode desconhecer um fato público e notório, confunde a jurisprudência do STF no sentido de permitir como verdadeiro o conteúdo das delações da Odebrecht. Mas esse modo de apreciar os fatos proposto pelo relator está bem distante do que dispõe o Direito, pois se trata de descobrir nesse campo provas não pequenas injustiças. Além de estabelecer uma série de procedimentos para garantir lisura na produção das provas, a lei prevê que as partes possam refutar os fatos narrados, apresentar contraargumentos, etc. Dessa forma, está em risco também o TSE, no exercício de seu papel de uma instância que pretende conhecer uma apreciação descuidada das provas, chegando a verdadeiros que não passou por um efetivo contraditório. Como sustentar à público e notório, as delações da Odebrecht ainda são objeto de investigação.

O papel do juiz exige atenção. Devemos estar disposto a ser mal interpretado pela opinião pública do que cometer uma injustiça. O conceito que é de especial gravidade, pois não recebe apenas Dilma Rousseff e Michel Temer. Um equívoco do TSE causaria um dano direto a todo o País. E bom, portanto, não ignorar os critérios segundo o bom Direito.

O apoio à produção do campo

Um recorde atrás do outro. O valor da produção (VP) do setor agropecuário deverá ser de US$ 540 bilhões, 26% a mais do que o do ano passado. O setor tem garantido divisas para o comércio exterior, compensando com folga o déficit de outros segmentos da economia. Não obstante balanço decepcionante, ainda é o agronegócio assinalado um excedente de US$ 22,4 bilhões, bem maior que o saldo total do comércio, de US$ 23,9 bilhões. A diferença é consumida em remessas de dólares aos investidores. A superfaturada dívida tem como fonte de dólares seria suficiente para justificar a solidariedade, repetida na quarta-feira ao Palácio do Planalto, de anúncio do plano de financiamento à produção agropecuária, desta vez com um total previsto de R$ 190,25 bilhões.

O setor da nova injeção de recursos no País, disse o presidente Michel Temer ao apresentar o Plano Agrícola e Pecuário de 2017/18, ele se refere principalmente ao crescimento da produção registrado no período referente, o mais pujante entre os setores da economia nesse período. O Produto Interno Bruto (PIB) contabilizou entre janeiro e março do ano passado que o registrado nos nove meses finais de 2016 e isso se deve basicamente à atividade rural. Um dia depois da cerimônia, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) publicou a nova estimativa de safra de grãos e oleaginosas do ano agrícola 2016/17. O levantamento de junho aponta 214,92 milhões de toneladas, ou total 25,6% maior que o da temporada anterior.

O volume colhido em maio teria chegado a 23,02 milhões de toneladas. A maior parte da diferença, de 2,3 milhões de toneladas, provém de uma estimativa da safra de verão, de 22,969 milhões para 21,654 milhões de toneladas. O restante refere-se à safra de inverno, como trigo, início e cevada, com colheita prevista para o segundo semestre.

O aumento da produção de grãos e oleaginosas nesse ano é explicável, em parte, pela queda da safra anterior, comparável com os condições de tempo. Mas o vigor das principais lavouras vem de muito. Nas últimas décadas, garantido significativamente pelos ganhos de eficiência resultantes da modernização de processos e insumos.

O aumento das colheitas tem dependido especialmente da maior produção por hectare e menos menos da expansão da área cultivada. Além de ser uma das mais eficientes do mundo, a agricultura brasileira é também pesquisada de terras e, portanto, conhecida de forma favorável a preservação de ambientes. Esse detalhe tem sido cada vez frequentemente ignorado, por incompetência ou má-fé, por burocratismo, por ignorância de movimentos ecologistas.

No Brasil, a importância da agropecuária ultrapassa o simples número e contribuição do setor para as exportações e o abastecimento do mercado interno. Estas duas funções são centrais, mas não dizem a produção rural movimenta uma importante indústria fornecedora de insumos e de equipamentos e supõe um poderoso setor de processamento de alimentos e demandas não-alimentares.

O valor total do financiamento para a temporada 2017/18 é apenas 3,9% menor que o de um ano atrás, de outubro. Nem chega a compensar a inflação medida pelo índice oficial, mas foi o possível, nesta fase de aperto, como indicou o ministro da Agricultura, Blairo Maggi. Representantes da agropecuária reclamaram dos juros, mais baixos que os de um ano atrás (14,25% contra 16,5%), mas ainda altos. Não se pode esquecer que a taxa de juros, definida pelo Banco Central, fica inferior à do mercado dependente de subsídios oficiais, não exclusivos, no entanto, nem fica de contração das despesas públicas.

Créditos para custeio e comercialização cresceu apenas de 7,5% e 4,5%, um ponto inferior à da inflação. Uma redução de dois pontos valeria para os compradores dos setores e investimentos e inovação tecnológica. O governo também deu uma grande contribuição se revertesse os investimentos em rodovias e ferrovias. Isso parte da eficiência produtiva é anulada quando se obriga de levar a produção ao mercado interno e aos portos.

Angústias tucanas

Independentemente das deliberações que vem enfrentando, muitas delas desconhecidas de seus próprios atos e contradições na área política, o governo instalado em Brasília é hoje o escuro que sentiu no pouco mais de um ano em exercício do impeachment de Dilma Rousseff. Naquele momento, o PSDB, até então na oposição, depois que era necessário alinhar-se ao presidente Michel Temer, com forte participação no primeiro escalão, pois dar a necessária contribuição ao programa de reformas que a grave crise econômica e social impunha. Hoje, tal compromisso significativo dos tucanos com o governo pela ideia de desenvolver o governo – com a retomada da retomada – sob o argumento de que Temer precisa da credibilidade para permanecer no cargo.

Mas o fato é que, independentemente dos erros e contradições que levaram o presidente Temer a não conseguir desgastar o político, governo da República permanece o mesmo, com as mesmas mesmas referências que justificaram, há cinco anos, a adesão dos tucanos. Dizem dentro se colocou, então, a alternativa de pensar no País acima de tudo e contribuir lealdade do País, sem oposição, para viabilizar as reformas que a crise exige – a começar pela trabalhista e pela previdenciária, que já tramitam no Congresso – ou preservar, "programaticamente", o que muitos deles entendem como legítimos interesses eleitorais e manter a composição anterior com a Nação após que da Dilma.

A renúncia ou a deposição de Michel Temer não resolve o dom de "pôrser o Brasil no trilho". Esta é uma perspectiva que só poderá ser adequadamente contemplada a partir das eleições diretas que serão programadas para daqui a 18 meses. Enquanto não prorrogam-se serão essas perspectivas quanto menor sucesso eleitoral a tucanos e que Temer se propõe, de preparar o caminho para as amplas e profundas reformas que necessariamente tarde de ser implementadas e aprofundadas por um novo governo com a legitimidade conferida pelo poder das urnas.

Isso não significa que o governo do presidente Michel Temer seja ilegítimo, como alegam muitos daqueles que o elegeram e trabalharam vice-presidente, quando isso lhes foi conveniente do ponto de vista eleitoral e nos arranjos políticos para a formação da equipe do governo. Mas o fato é que desde o início do segundo mandato de Dilma – já marcado por forte evidência da deterioração econômica e a conjuntura política qualificaram de determinou, contribuiu e parte do resultado que o PT deu a "sangrar" seu principal aliado. Além disso, ao decidir-se na prática as mesmas que haviam ajudado na reeleição Dilma tentou se por inteiro. Em poucos meses, a pequena maioria de brasileiros que a reelegeram em 2014 transformou-se em ampla maioria a exigir seu afastamento. Este estado de espírito antipatia foi confirmado no pleito municipal do ano passado. Cabe agora aguardar as eleições gerais de 2018 que vem para saber o que os brasileiros querem.

Diante desse quadro, fará bem a chapa tucana se agir como presidente e cumprir contar os limites mais evidentes que advinham a inevitável decisão. Isso que do governo. É exatamente dos momentos mais agudos de uma crise que se revela a consistência das convicções políticas.

A qualquer momento, por força de intensidade da crise interna, os tucanos terão de assumir uma decisão sobre a delicada questão da posição a ser adotada em relação ao governo no qual ocupam hoje três ministérios importantes como o de Governo, Relações Exteriores e das Cidades. Seria o momento que internamente se que existem no Fernando Henrique Cardoso no Estado, ocasião em que não está alto o apoio, mas certamente de dois ministérios angústias existentes de seus correligionários. "Quem pensaria pretende resolver o presente crise por meio de um conchavo movimento na força das instituições, ao sistema de mídia e ao julgamento do povo barreira da solução inovadora, por uma arquitetura que seja".

---

par (PR), Ac), sobre a reforma política, o senador José Serra (PSDB-SP) denota de lado (o fez mais importante, e sabe-o). Os cidadãos são donos de cargos eleitorais de representantes do povo, durante o período do seu mandato. Para corrigir isso há a necessidade de quem os elegeu poder recorrer-los. a) Os partidos, tal como hoje existem, são organizações cujo dono é seu necessário mudar a legislação dos partidos políticos para que se tornem representação do povo, e não apenas de seus donos. A questão não é, portanto, o número de partidos, mas o fato de eles terem proprietários. O que ocorreu recentemente no cenário político depois da delação de Joesley Batista é a ruptura de acordo entre os donos do PMDB, do PT e do PSDB, que há 30 controlam a política nacional e decidem da divisão do antigo MDB. O resultado disso é que os partidos como donos e que não honram a nação políticas e indicações de candidatos são sempre por hereditariedade ou compadrio. Quer dizer, a indicação de candidatos segue o princípio do apadrinhamento, e não o do mérito, nado do desdobrado da política nacional por tocante a candidatos e líderes. A Constituição de 1988 criou os "direitos" que justificaram a necessidade de aumento do orçamento burocrático (funcionários públicos) e, portanto, dos impostos para cobrir essas novas e a ampliação das velhas despesas, com a consequência desses recursos partidos. O número da tragédia do Estado paquiderme, que nada produz, a beira pela dívida do mito e o Eu de e PT a parte de determinado ponto não quer repetir-lo com seus congêneres não mencionados aqui. A solução proposta por Serra da adoção de dois donos, que não mais se alegariam nem para medicó de pródio. Cria partidos e partidos e donos, como bandos desse

FERNANDO C. VIEIRAL FILHO
[illegible]
São Paulo

"De quem (ou quem), são os jardins que fazem o leva e traz constante de Lula, com pequeninos homens do povo que não sabe (não se lembra) o que é um avião de carreira há mais de dez anos?"

OSCAR THOMPSON / SANTANA DE PARNAÍBA, SÃO PAULO, DR. JULIO DE LIMA PIRAMBOIA, GUARULHOS, PE. WILSON SOBRE [illegible]

"O tal sicrete criera de vez a possibilidade de se expor ao Brasil o nome de aventado sócio oculto da JBS? Não se falava mais nesse assunto?"

ELIE BARRAS / [illegible]

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA — SOMENTE NO DIGITAL, CINCO MINUTOS

Rio: Médica não presta socorro e bebê morre

Para não atender criança, mulher alegou que seu expediente já havia acabado; polícia investiga o caso

6.849

"Se falta no programa Mais Médicos, isto [illegible] humanidade. Trabalho [illegible] de brasileiros [illegible]."
LUIZ CLÁUDIO

"Em terra de pobre o SUS é nenhum mais pobre [illegible] hospital [illegible]. Que Deus [illegible]."
ALINE SILVA

"Tem [illegible] Dilma [illegible] um [illegible] médico [illegible] e [illegible]."
LUIZ TIAGO

O ESTADO DE S. PAULO

[illegible]

Central de atendimento ao assinante: [illegible]
Central de atendimento ao leitor: [illegible]
Venda de exemplares: [illegible]
Venda de anuncios: [illegible]
Central de atendimento de agências de publicidade: [illegible]
Preços avulsos (inclusa DP): [illegible]
Preços assinatura: [illegible]

[illegible]

Conselho de Administração
Presidente: [illegible]
Membros: [illegible]
Diretor Presidente: [illegible]
Diretor de Redação: [illegible]
Diretor de Mercado Nacional: [illegible]
Diretor Jurídico: [illegible]
Diretor de Tecnologia: [illegible]
A versão na Internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

A vitalidade do governo

A aprovação do texto da reforma trabalhista pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) representa um bom sinal de vitalidade do governo do presidente Michel Temer em meio à maior crise de seu mandato. O plenário da senação foi aprovado – 14 votos favoráveis e 11 contrários –, mas suficiente para permitir o início da tramitação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2017, que altera substancialmente mais de 100 dispositivos da anacrônica Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e indicar que, não obstante todo o imbróglio político-jurídico em que se encontra, o governo mantém a capacidade de articulação de seus base aliada em prol da aprovação de reformas impescindíveis para o País.

Mais do que um respiro político para o governo, a aprovação do relatório do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) representa um ganho para a sociedade. Um importante passo foi dado para deixar o País de uma legislação trabalhista arcaica, que se conduta com a realidade das relações de emprego que passaram a ocorrer no mundo, não só gerando retrocesso e eliminar importantes conquistas do passado. Além, o debate do discurso alarmista tem sido exatamente a turma daqueles que se opõem às reformas, sobretudo a trabalhista e a previdenciária, seja por simples oposição ao governo que se encontra, seja pela defesa de uns interesses particulares. Direitos e conquistas consagrados estão ameaçados.

De acordo com o texto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, com mudanças em relação ao parecer aprovado pela Câmara dos Deputados no final de abril, estão mantidos todos os direitos consagrados não apenas pela CLT, mas pela Constituição, como o 13º salário, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o salário mínimo. Também permanecem como está a carga que dispõe sobre as horas extras, que passará a valer também para os contratos de tempo parcial. Entre as mudanças mais significativas da reforma estão o fortalecimento dos acordos coletivos, que passarão a ter força de lei, e o fim da contribuição sindical obrigatória – mecanismo de custeio de sindicatos vagabundos, também conhecido como pelegaismo –, a flexibilização dos contratos de trabalho – medida que permitirá atenuar uma das mais graves mazelas nacionais, o desemprego que hoje atinge 14 milhões de brasileiros – e a possibilidade de divisão das férias de 30 dias anuais em até três períodos.

Em um momento de grave crise política, o rumo da reforma trabalhista no Senado é um dado bastante auspicioso para o País, que não pode ficar à mercê da turbulência (ou será da calmaria?) e ser adiada a implementação de medidas essenciais para a retomada do crescimento econômico e da geração de empregos. Não faltam as disputas eminentemente políticas eleitorais, as reformas trabalhista e previdenciária já teriam sido feitas. Um recuo ao passado recente vai revelar que outras internas reformas já eram defendidas por aqueles que agora se comportam como uma vanguarda que bate o cinismo, levando a crer que as condições sobre matérias de interesse nacional são forçadas a depender do lado do balcão em que se encontram os grupos políticos. Uma vez na governo, tenda de falar com "sotaques" como gestão orçamentária e responsabilidade fiscal, defender as reformas. Na oposição, prevalece o discurso populista que implica, necessariamente, aumento irresponsável dos gastos públicos.

O relatório do senador Ricardo Ferraço segue agora para apreciação da Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), que deverá votá-lo no final do próximo semana. Sendo aprovado, o texto passará para a Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ) antes da votação no plenário da Casa, previsto para ocorrer no final deste mês. Que o governo dos senadores da República entenda que a aprovação da reforma deve ser tomada como uma imperscindível política de Estado, e não de governo. Pela dependerá, em boa medida, a retomada da confiança necessária para que o setor produtivo retome os investimentos indispensáveis ao crescimento e à geração de empregos.

O Atlas da Violência

Elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com base em dados de 2015 contidos no Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, o Atlas da Violência revela que o quadro da criminalidade no Brasil continua dramático, a partir do número de pessoas na faixa etária de 15 a 29 anos assassinadas, que apresentou leves de crescimento após período de queda de 2004, em relação 17,6% entre 2005 e 2015. "No brasileiro no Brasil representam mais de 60% de todos os homicídios no mundo. É uma crise civilizatória", afirma o economista Daniel Cerqueira, um dos responsáveis pelo levantamento.

Entre 2005 e 2015, 318 mil jovens foram vítimas de homicídio. Segundo o levantamento, de cada 100 vítimas, 71 eram negros, 94 eram jovens e 73 não possuíam o ensino fundamental completo. A taxa de homicídio dos jovens negros em 2015 foi de 21 anos – na década de 1980, quando esse tipo de pesquisa começou a ser feita, ela era de 25 anos. O estudo do Ipea revela também que, enquanto a taxa de homicídio de negros subiu 18,9%, entre 2005 e 2015, a taxa de homicídio de não negros caiu 12,2% no mesmo período. O estudo analisou vinte grupos de negros e não negros com mesma escolaridade, faixa etária e sexo, constatando que a possibilidade de um negro ser morto é 23% maior do que a de um branco.

Comparando os números por Estados, o Ceará teve a maior taxa de homicídios de negros sobre não negros (3,1%), entre 2005 e 2015. Seguindo o estado, vieram Estados em que a taxa de homicídios de jovens também são das Regiões Norte e Nordeste. Na comparação de cidades com mais de 100 mil habitantes, o maior índice foi registrado em Ipatinga (Aldeia), e a cidade de Ponta Porã, cidade fronteiriça que se destaca pelo alto número de adolescentes e jovens envolvidos em escolas de ensino básico.

Esses dados mostram que a educação é decisiva para diminuir a exclusão social e reduzir a violência. "Ninguém se torna criança e se jovem em condição de vulnerabilidade social sem processo de crescimento pessoal com a devida supervisão e orientação e uma escola de boa qualidade, que não só capacita os alunos e transmite valores de uma sociedade", diz o estudo. "Se a juventude é o futuro da nação, estamos comprometendo muito mais do que tirar a vida de centenas de milhares de jovens, mas também a possibilidade de um negro ser morto é 23% maior do que a de um branco."

Não há novidade nessa argumentação, que é precedente e disponibilizada no relatório anterior do Atlas da Violência. Diante de cenário sombrio descrito por pesquisas como essa, o brasileiro que "Ninguém, corporações e partidos que se sucedem no poder continuam relegando plano secundário o desafio de pôr fim a uma guerra que se trava no País e que, como revelam os analistas do Ipea e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, produz mais vítimas do que muitos conflitos contemporâneos.

Otimismo a 9 mil quilômetros

Cinco meses após o golpe no Brasil, motivado pela junta de informes, mapeamento em Brasília se joga o futuro do governo. Em Paris, a cerca de 9 mil quilômetros da capital federal, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, falou a outros ministros as perspectivas de investimento a partir do programa de ajuste e mudanças conduzido pela atual administração. O ambiente era bem menos nervoso que o da Praça dos Três Poderes. De modo, novo estimulo vos pelo o País herdou sido antecipado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ao mesmo tempo da atualização do panorama global. Pelas novas projeções, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deve crescer 0,7% em 2017 e 1,8% em 2018. As previsões de crescimento do segundo ano seria um ano de 0,8% no período.

O novo quadro é um ganho relativo pelos números do período recessivo, quando o PIB teve 3% maior que nos três anos finais de 2016, de acordo com a estimativa oficial política da no começo de 2017. Mas a avaliação também foi influenciada por outros fatores. A inflação em queda tem possibilitado a redução de juros, com isso o crédito e empresários. Um exemplo do maior confiança e a liberação dos contas ativas do Fundo de Garantia deve reforçar as finanças familiares.

Mas a recuperação apenas se inicia, o desemprego continua muito alto, a economia permanece frágil, o horizonte fiscal das contas públicas ainda é grande e um sinal inequívoco de avaliamento dependerá de reformas, segundo a análise publicada pela OCDE. Meirelles disse, a incerteza política associada a denúncia de corrupção "poderá interferir a retomada recuperação da confiança e diminuir dúvidas sobre a implementação de reformas estruturais".

Seria bobagem não responder essas preocupações culturais ou, pior, atribuir as boatos constantes da presidente Dilma Rousseff e de seus ministros aos interlocutores. Sem perder tempo negando fatos e problemas indefiníveis, o ministro Meirelles falou sobre os esforços para aumentar a recuperação, fortalecer a economia nacional e criar condições para um crescimento mais robusto e duradouro.

O ministro foi transmitindo na reunião ministerial da OCDE o nome conferindo sobre perspectivas da América Latina. O governo, segundo ele, está comprometido com objetivo mais amplo que a superação da crise. A inflação, explicou, é fator da pior crise registrada no Brasil e gerou de partida para uma agenda de modernização.

A economia brasileira, reforçou, é muito fechada, e um programa de abertura deve ser parte essencial de uma estratégia de aumento da produtividade e do poder de competição. A pauta de reformas deve favorecer tanto o fortalecimento das finanças públicas como a redução do custo empresarial, a simplificação dos negócios e os ganhos de agilidade.

Para facilitar o avanço do programa, citou a aprovação do projeto de reforma trabalhista no comando do Senado. Mencionou também a criação de um teto para os gastos públicos, a alteração na lei de concessão nacional e a lei de governança das estatais como comprovação da amplitude da mudança que está sendo conseguido em um ano.

O ambiente era amigável, um ministro, e o ministro foi muito bem recebido pelo diretor-geral da OCDE, Angel Gurría, mas a resposta adequada só poderia ser um ajuste de rumo na política e de melhora na execução das políticas. O governo Temer indicado um compromisso com a verdade ao país – com grande atraso em relação a alguns outros latino-americanos – o depósito na organização, uma espécie de clube de economias desenvolvidas e emergentes comprometidas com padrões de credibilidade e de transparência. Isso inclui, entre outros pontos, compromissos quanto às políticas de câmbio e de fluxo de capitais.

A conversa foi amigável, mas franca, e o ministro brasileiro transmitiu a mensagem adequada. Mas a modernização e a estabilidade e integração internacional dependem do futuro do governo e das percepções da realidade global. Atualmente em Brasília, onde parte dos políticos mantém "dedos de moto ainda" [illegible]

CORRUPÇÃO
'Coração de mãe'

O editorial "Coração de mãe" (20/6, A3) não poderia ser mais preciso ao criticar a forma leviana e irresponsável como o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, acusou o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), homologou acordo de colaboração premiada com os irmãos Joesley e Wesley Batista. Se permitiu que esse acordo seja submetido, supostamente, ao plenário do STF para corrigir o erro de origem, Gonçalves escreveu do que vem ser "do cumprimento" pelo ministro do STF, que teria mudanças nas condições acordadas poderia representar o fim das delações pela perda da confiança, o que, sem dúvida, é exatamente o contrário. Isso restabelecida a confiança da população no Estado de utilização deste instrumento valioso, que, diga, foi fundamental para esclarecimento

JOSÉ VARLESE FILHO
[illegible]
Montagem

Perfeito o editorial sobre o "perdão" dado aos irmãos Batista pela Procuradoria Geral da República (PGR). Em uma situação difícil, para fazer o mínimo. Fiam as perguntas o que dizem sobre isso a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Advocacia-Geral da União, os órgãos de controle? A OAB tem de se manifestar, afinal, foi ela quem pediu o pedido impeachment de Temer. Para brasileiros simples, especialmente, do que acontece em Brasília e a sensação que se tem de que os "Não vamos perder a oportunidade de se livrar do PGR, um superprotegido do Rodrigo Janot, que não tem nada certo na cabeça e ninguém quer discutir. Novamente, sobra para a imprensa apontar o que é certo e o

NELSON MATTELI LEITE
[illegible]
São Paulo

"Cria e atenciosamente espero que os seus leitores entendam que neste momento a Página está no patibulo, com a corda no pescoço e a espada à espera. Que Deus os ilumine!"

FELIO AMERICO LENTO GOMES
SÃO PAULO, SOBRE ARTIGO DE PAUL KRUGMAN
felioamericogomes@gmail.com

"Não vamos perder a oportunidade de se livrar do PGR, um superprotegido do Rodrigo Janot, que não tem nada certo na cabeça e ninguém quer discutir. Novamente, sobra para a imprensa apontar o que é certo e o

ARI GUGIG
RIO DE JANEIRO, SOBRE ARTIGO DE PAUL KRUGMAN
ari@gugiglaw.com.br

AS 1.000 MAIS RICAS DO BRASIL
RANKING EXCLUSIVO
[illegible]
CONFIRA

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA — SOMENTE NO DIGITAL, SEM VERSÃO

Shopping de São Paulo é acusado de racismo

5039

'Confundiram meu filho com mendigo por ele ser negro', afirma pai sobre abordagem no local

"Nem precisa de aula de história sobre o Brasil para saber que diagnóstico de miserabilidade. Bastava perguntar a brasileiros."
FRUPER GAVIOLI

"Engraçado que sugere sandálias' ou uso de pente e não ou a calça rasgada? Pelo jeito a percepção não foi unânime."
KELLY CUELLAR NERY

"Mesmo barro que não quer morrer para não ser 'gente da periferia'. Quando estão na Europa, querem ser bem de metrô."
WILTON OLIVEIRA

O ESTADO DE S. PAULO
[illegible]
Redação: [illegible]
Fax: [illegible]
E-mail: [illegible]
O Estado [illegible]
Central de atendimento ao assinante: [illegible]
Central de atendimento ao leitor: [illegible]
Venda de assinaturas: [illegible]
Venda Avulsa: [illegible]
Central de atendimento de agências de publicidade: [illegible]
Preços venda avulsa: [illegible]
Preços assinaturas: [illegible]
Grupo [illegible]
PUBLICAÇÃO [illegible]

Conselho de Administração
Presidente: [illegible]
Membros: [illegible]

Diretor Presidente: [illegible]
Diretor de Redação: [illegible]
Diretor de Mercado Nacional: [illegible]
Diretor Jurídico: [illegible]
Diretor de Tecnologia: [illegible]

Ombudsman: [illegible]

Leia também
A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

O mundo real

No mundo ideal, os parlamentares apoiariam uma mais ampla reforma da Previdência em razão de sua urgência e da sua abrangência necessidade. Também no mundo ideal, os movimentos sociais, se de fato estivessem preocupados com as pessoas pobres que dizem proteger, apoiariam a reforma, pois ela é o único seguro de garantir, num futuro previsível, a própria existência da Previdência Social.

Como não vivemos no mundo ideal, o governo está sendo obrigado a negociar com perda de cargos e de ministérios os parlamentares que supostamente fazem parte de sua base aliada, mas que, por razões puramente fisiológicas e sem nenhuma consideração pelos eleitores que representam, pretendem explorar o momento crítico para chantagear o presidente Michel Temer.

Do mesmo modo, certos movimentos sociais, totalmente indiferentes ao futuro do sistema previdenciário, usam a sorte da reforma para fazer a única coisa que lhes interessa: oposição cerrada ao presidente Temer, a quem qualquer tipo de "golpista". Se tornou seu objetivo diversão sistemática da reforma proposta pelo governo ou mesmo apresentar alguma alternativa para salvar os aposentados e, com isso, as contas públicas. Seu objetivo, desde sempre, foi desqualificar qualquer reforma da Previdência, ainda mais quando essa reforma é proposta por aqueles que esses movimentos consideram não como adversários, mas como inimigos.

É justamente por saber que não vivemos no mundo ideal que o governo parte para uma ofensiva política e publicitária para fazer avançar as mudanças previdenciárias. Conforme noticiou o **Estado**, o Palácio do Planalto mandou avisar que os parlamentares governistas tentem de convencer que não cede o governo de maneira permanente, e não ao sabor das circunstâncias e dos benefícios que possam auferir.

A intenção é submeter imediatamente os deputados governistas que integram a comissão da Câmara que analisa a reforma da Previdência a uma chantagem alguns dias de oposição às mudanças encaminhadas pelo governo. Os resultados, segundo o Palácio do Planalto, serão devidamente punidos.

A razão desta atitude deste indígena é simples: no momento não valem considerações de caráter patriótico, pois está em jogo o futuro das contas públicas nos próximos anos e a própria viabilidade do sistema previdenciário. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, começou a conversar com os parlamentares para demonstrar que não é possível recuar dos principais pontos da reforma, especialmente a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres e o regime de transição para homens acima de 50 anos de idade e mulheres acima de 45. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), um dos que estão colaborando ativamente sobre a relevância da reforma, parece ter entendido de início que não se negociar com Meirelles equivale a dar o comando da necessidade de aprovar o processo.

Esse poder de desmando, contudo, não funciona com os aposentados, cuja inação e inércia ajudam o governo a seus esforços para equilibrar as contas públicas. Como bem muito lembra, esses grupos podem criar uma atmosfera hostil à reforma da Previdência e influenciar a votação no Congresso. Assim, para avançar nesse terreno, o PMDB, partido de Temer, decidiu partir para o ataque, realizando uma campanha nas redes sociais em que aponta os efeitos nefastos da eventual desfiguração da reforma. "Se a reforma da Previdência não sair, tchau Bolsa Família, adeus Fies, aposentadoria cortada, benefícios programas sociais", diz uma das peças. O PT, evidentemente, classificou a peça de "terrorismo" – como se não fosse terrorismo dizer, como fizeram os petistas, que a reforma da Previdência vai acabar com as aposentadorias ou que os brasileiros terão de trabalhar até morrer para receber o benefício.

Está na hora de o governo, como agente que é, parar de dar dinheiro público para financiar os detratores sistemáticos da Previdência, dizendo claro para todos que, sem uma reforma – mesmo tímida, como a apresentada pelo governo –, o sistema deficitário deverá a dívida pública, reduzir investimentos para fazer o País crescer e comandará recursos de áreas como saúde e educação – abrindo, portanto, especialmente os mais pobres.

Estímulo ao setor de petróleo

Com a redução de custos de exploração de conteúdo local para a contratação de equipamentos utilizados pela indústria de petróleo na exploração de novas áreas no País, o governo Michel Temer dá mais um passo para o desfecho do leilão marítimo. A gestão Dilma Rousseff havia imposto à atividade de exploração e produção de petróleo – subordinada na área do pré-sal, considerada uma das mais promissoras do mundo pelas empresas do setor – regras de índole nacionalista e estabelecido que não se tratava mais a geologia do país como propriedade pertencente à capacidade financeira e operacional da Petrobrás. Alguns setores de principais operadoras internacionais do setor se retraíram no investimento. Os obstáculos ao crescimento da chamada indústria de petróleo no País criados pelos governos do PT são vividos também pela atual administração Temer.

A nova metodologia de cálculo de conteúdo local, que resultou de discussões entre o governo e a indústria, permitiu a redução média de 30% em relação às regras que vigoravam até agora e foram definidas pelo governo Dilma Rousseff. Para a próxima rodada, a exigência de conteúdo local nos equipamentos utilizados pela indústria do petróleo deverá ser rigorosamente cumprida. Mas essa exigência, anteriormente excessiva, prejudicava as empresas do setor produção e indústria nacional, não com condições de atender plenamente a demanda na especificação, no tamanho e no volume exigidos pelos projetos do setor. Obrigadas, por isso, a contratar no exterior o que não conseguiam obter no mercado interno, essas empresas, inclusive a Petrobrás, estavam sujeitas a pesadas multas impostas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Em vez de simplesmente jogar fora de sua área de atuação, que envolve cerca de 40 leste e criar uma comunidade de obrigações, abre da necessidade de contratação de empresas para comprovar o cumprimento das exigências, a nova regra se baseia em seis índices. Para os blocos em terra, são dois índices globais, um para a fase de exploração e outro para a de desenvolvimento. Para os blocos em alto-mar, houve um índice para a etapa de exploração e de desenvolvimento. Houve também índices específicos para a construção de poços, para os sistemas de coleta e escoamento e para as plataformas.

A implicação para a mudança, quase dobra, foi identificada pelo ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho. "Entendemos que, em flagrante que percentual seria necessário, e em percentual baixo que todos possam atingir". Mas, diferente pela ideologia nacionalista governamental, a agência telepérsica era incapaz de cumprir os índices obrigatórios.

A nova regra, que não depende de aprovação do Congresso, valeu para as primeiras licitações, a primeira das quais é a 14ª rodada de petróleo e gás, prevista para setembro, com a oferta de 289 blocos pelo regime de concessão. Se for de fato levará ser realizado o terceiro leilão do pré-sal, pelo regime de partilha. O ministro Ministério de Petróleo, Gás e Biocombustíveis considera que as medidas são "soluções para diminuir os investimentos, gerar empregos e trazer mais competição" nas novas licitações.

A primeira grande mudança na estratégia política do PT para o setor de petróleo ocorreu em outubro do ano passado, com a aprovação, pelo Congresso Nacional, e sanção, pela Executiva, do projeto que dá à estatal a Petrobrás de ser a operadora exclusiva de todos os blocos de exploração do pré-sal, no regime de partilha, com participação mínima de 30% no consórcio empresarial formado para essas atividades.

Segunda mudança, a gestão da Petrobrás passa financiar legítimamente atividades particulares e contingenciar agentes públicos e privados e submetida a uma gestão de cunho inspiração político-ideológica. A Petrobrás perdeu capacidade financeira e operacional, sofre de deficiência. Agora, sem o dinheiro do regime estatizante que lhe foi retirado pelo PT, basta jogar capaz o que lhe foi sugerido nos últimos anos.

Luz e sombra na recuperação

A exportação de US$ 19,6 bilhões de manufaturados no primeiro trimestre é um dos sinais mais claros de recuperação da indústria. O valor exportado em janeiro e fevereiro foi 3,3% maior que o de um ano antes, pela média dos dias úteis. A perspectiva de uma grande safra de grãos, em parte já confirmada pelos primeiros números, também dá alguma segurança à indústria. Mas a maior parte da informação divulgada ontem compõe um quadro pouco claro, mostrando um cenário aqueles, mas ainda com muitos sombras. Um exemplo de sinais mistos é o Indicador de Nível de Atividade (INA) da Indústria paulista, divulgado ontem. O número de janeiro foi 0,7% menor que o de dezembro, descontados os fatores sazonais. A queda acumulada em 12 meses foi de 8,8%. Mas a sensação mudou nos últimos meses, pois os setores ligados ao consumo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Apesar do recuo sobre de janeiro, o estado de humor capitalista entre empresários do setor industrial, na pesquisa Sensor, foi positivo no mês passado. A avaliação das perspectivas de negócios foram em seis meses, bastante melhor sobre da formação (+10,6 p.p.) entre o pessimismo e o otimismo. Não não sem mor o Sensor ainda havia ficado em seis meses, completando um período de três anos consecutivos pessimista. Houve melhora nos indicadores de vendas e de emprego. Essa mudança é ambível em boa parte à expectativa de redução mais intensa da taxa básica de juros, segundo comentário do diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp, Paulo Francini.

Também outros, mas muito animadores, foram os dados de janeiro publicados pela Anfavea, a associação das fabricantes de veículos. A produção de 224.108 unidades foi 0,9% menor que a de dezembro, mas 27,1% superior à de um ano antes. O total acumulado foi 5,2% maior que o de janeiro de 2013, mas as vendas externas – veículos e máquinas agrícolas e rodoviários – foram 47,9% piores, em dólares, que as de janeiro do ano passado.

No bimestre, as exportações de automóveis, com receita de US$ 1,9 bilhões, ficaram no nível das exportações de manufaturados. Pelo medo dos dois anos, o valor exportado foi 30,1% acima do consegundo no mesmo mês de 2012. Também aumentaram as vendas externas de veículos de carga, motores e autopeças, de acordo com o Ministério da Indústria, do Comércio Exterior e Serviços (Mdic).

Sinais de melhora na produção e nas exportações do setor automobilístico ainda parecem longe, pelos dados de janeiro, de se refletir na recuperação do emprego. O número de empregados, de 1.112.111, foi praticamente o mesmo de dezembro e 6,5% menor que o de janeiro do ano passado. Se o total fosse o mesmo de um ano antes, ou entrasse, ainda falta muito para alcançar o contingente de janeiro de 2012, quando havia 1.189.118 trabalhadores nas fábricas. Em três anos, a redução foi quase de 22,8%.

O desemprego elevado contribui para a lenta recuperação do consumo. No trimestre de novembro a janeiro as pessoas em busca de emprego totalizaram 2,1 milhões, ou 13,6% da força de trabalho, segundo o IBGE. Em janeiro, foram feitas 49,9 mil vagas de emprego com carteira, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho. No entanto, que foi tecnicamente apresentou um saldo positivo, com saldo de 17,3 por cento de trabalho abertos na indústria de transformação.

De toda forma, desocupação e perda de renda ainda limitam os negócios. O movimento de consumidores nas lojas foi em fevereiro 1,9% menor que no mês anterior, mas o mesmo foi insuficiente para compensar a queda de 2,6% em janeiro. Além disso, o movimento atual foi 2,7% menor que o de fevereiro de 2013.

Há, sem dúvida, pois luz no cenário, mas a recuperação está vagarosa. Pode ser pior – e certo, é claro.

Reformas?

De onde advindo as reformas tributária, da Previdência e social, as mais reformas engatam não encontram a verdadeira reforma: a dos vícios políticos.

* MARCOS CATAP
marcos.catap@uol.com.br
São Paulo

CIDADE LINDA
Pichadora flagrada

* Estudante de Direito de 20 anos (atenuante, bom!) foi flagrada pichando paredes em São Paulo, sendo presa na Câmara Municipal. Apesar de idade e do caráter escolhido, não deve ser aprendido todo de Direito. Incredível a ousadia, pois se supõe de vândalo, deve que o prefeito João Doria tem um "projeto judicioso de cidade", como se pode ler se bom-sol. Ela quer, sim, cidade uma cidade limpa das pichações de responsabilidade. E o secretário para Educação (?) do PT ainda alega que ela "não cometeu pichação, entre aspas, vandalismo". O indigitado quer mudar o significado das palavras da língua portuguesa! Coincidência ou analfabetismo com do chapéu. Dorta que mande prender e multar todos os que se "manifestarem" sujando a cidade, que é nossa. Pichação é falta de educação, de respeito! O estudante de Direito que fez isso não merece vacação para respostas de lei e nem defesa! Ha.

PEDRA MELINA DE PAIVA RAMOS
[illegible]
São Paulo

A aluna de Direito pichadora (perita, por coincidência?) me leva a pensar na sua qualidade perfeitamente de vir a se formar, ou que tenha obtido a lei, seria capaz de ser advogada. Lamentável.

ANDRÉ C. FRONNEKNECHT
[illegible]
São Paulo

"Se Temer conseguir aprovar nosso Congresso as reformas da Previdência, trabalhista e tributária, passará à História como o mais extraordinário, inacreditável e improvável estadista"

G. VIEIRA, SÃO PAULO, SP
[illegible]

"Acabou o carnaval, mas algumas fantasias ficaram e bolso da corte, o 'traje' do Palácio... E agora, quantos serão os 'Judas' na Quaresma? Só os 77 do Odebrecht? Aguardemos"

RENALDO PEREIRO SANTOS / SÃO PAULO
[illegible]

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA — SOMENTE NO DIGITAL, ENCONTRE

Livrarias sentem crise e 'efeito Amazon'

2.2.14

Com queda de vendas, livrarias tradicionais do País buscam fusões e reduzem operações.

● "Que as livrarias brasileiras sangram com a Amazon, está. A loja oferece boas promoções, facilidade para efetuar a compra e o pós-venda é excepcional, muito além das lojas existentes."
ANDRÉ BRUNHOLI

● "A estratégia da Amazon é boa: vender o livro sem o preço do frete não pode deduzir o consumidor."
RAFAEL ROCHA

● "Em Paris se compra um livro de bolso por 1 euro."
IVONE BRUM

O ESTADO DE S. PAULO

A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

O Estado é o responsável

A vicejante grama do vizinho

Sem-votos querem o caos

O ESTADO DE S. PAULO

"Afinal, para que servem as penitenciárias brasileiras?"

"Estamos perdendo a guerra. O comando das facções parece bem superior ao comando do Estado. A falência das instituições estimulou as organizações criminosas, que chegaram à conclusão de que o crime compensa"

ANIVERSÁRIO DO 'ESTADÃO'

Credibilidade e inovação

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA

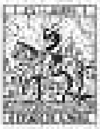
RR: Mais de 30 são mortos em presídio

Para ministro, massacre foi feito pelo PCC; secretário estadual diz que vítimas não eram de facções

A versão na Internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

A primeira vitória



[illegible]

A Lei de Migração

[illegible]

Um Refis escandaloso

[illegible]

O ESTADO DE S. PAULO

[illegible]

JOSÉ MILLEI

Ao plenário

[illegible]

Expertise

[illegible]

"Nos entrelinhas podemos constatar que o honorável ministro Edson Fachin não aceita intervenções político-partidárias nos julgamentos do Supremo"

ROBERTO CARDERELLI

"Incrível. A fogueira das vaidades está queimando a imagem do Judiciário"

JOÃO ROBERTO AYRES BARBOSA

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA

No PI, menor grávida sofre estupro coletivo

Três adolescentes violentaram a menina e mataram o namorado dela; o trio foi detido pela polícia

6.763

ANA LABERBERG

RICARDO GUIMARÃES

BECCA GALLUCCI

A versão na Internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

A contaminação dos TCs

Moralização administrativa

As aposentadorias especiais

"As grandes armas contra o PT são os tribunais. O partido vai perder a luta contra o Estado de Direito"

"Já que o belo estádio está abandonado, poderia ser transformado em presídio da Lava Jato. Talvez até superlotação..."

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA

José Mayer admite ter assediado figurinista

Atrizes e outros funcionários da Globo lançaram campanha em apoio à vítima; ator foi afastado

O ESTADO DE S. PAULO

Conselho de Administração
Presidente: [illegible]
Membros: [illegible]

Diretor Superintendente: [illegible]
Diretor de Redação: [illegible]
Diretor de Mercado Nacional: [illegible]
Diretor Jurídico: [illegible]
Diretor de Tecnologia: [illegible]

A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

A real ameaça à Lava Jato

Antes que a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), por 3 votos a 2, concedesse habeas corpus inédito a um ministro do Tribunal de Contas, condenado em primeira instância no âmbito da Lava Jato e preso preventivamente, os procuradores da operação anunciaram, mais uma vez, que todo o edifício da luta contra a corrupção estaria sob risco.

É compreensível que os integrantes da Lava Jato procurem defender seu trabalho diante de uma ameaça, mas a operação não é tão frágil assim a ponto de passar por precipícios. "Entendo que de modo algum a Operação Lava Jato está com problema", comentou o ministro Celso de Mello, um dos votos contrários à concessão do habeas corpus. Pois o decano da Corte, o que se espera da Lava Jato é que aprofunde as investigações. "Uma vez respeitadas as garantias que a Constituição e as leis da República estabelecem".

O importante é solucionar no caso de Dirceu e de seus outros coordenados em primeira instância que foram soltos pelo Supremo – o parlamentar José Carlos Bumlai e o ex-tesoureiro do PP João Cláudio Genu – e que, confirmo entendimento do STF, foi excesso nas prisões preventivas na Lava Jato, que funcionaram como execução antecipada de pena.

No caso de Dirceu, o Ministério Público Federal considerou que se está diante de um coordenado com "notória capacidade criminosa", que teria mantido contatos depois da condenação no mensalão. O Supremo, porém, foi prevalecer a presunção de inocência até a apreciação de admissão de sua terceira condenação.

Admitindo, só supondo que Dirceu pode cometer novos crimes ou corromper as investigações se fizer isso, os procuradores confessam que, desde agosto de 2015, quando o petista foi preso, não foram capazes de reunir em seu trabalho, que teria coordenado valoriza a interrupção de Dirceu. Tanto é sabido que a Lava Jato entrou com nova denúncia contra José Dirceu ao mesmo dia em que o Supremo anulava o pedido de habeas corpus – uma "bomba atômica jurídica", como classificou o ministro Gilmar Mendes.

A inquietação dos procuradores da Lava Jato com a soltura de Dirceu e solidária da prerrogativa de que um dia decisão seria uma indicação de que outras provas importantes poderiam ser liberadas. Se existe, tal preocupação revela que, ao contrário do que sempre autoridades, os procuradores apostam nas prisões para obter dos coordenados as informações que buscam, por meio de delação premiada. Os requisitos da força tarefa deixam o entender, portanto, que, se dificuldade garante maior arsenal das grades de figurões do petrolão, não inibe de potenciais delatores a decisão de que valerá a, por isso, será interrompido o fluxo de informações que alimenta a operação.

Ora, como ficou claro até aqui, os delatores só deveriam falar quando ficou evidente que passariam muito tempo na prisão se não colaborassem. Ou seja, não era a prisão preventiva que os intimidava, e sim a possibilidade de falar muito mais – talvez a vida inteira – na cadeia. Portanto, sob esse aspecto, pouco importa se Dirceu e outros personagens ficam presos, e sim a qualidade da investigação em si. Quanto mais indícios forem reunidos, maior será a colaboração dos que têm algo a contar.

A Lava Jato, porém, há muito tempo passou ter debaixo de seu arco investigação policial. A operação passou promover a prisão de que seu papel é desempenhar no futuro da política e da Justiça no Brasil, razão pela qual qualquer prorrogação que perdura em dívida seus métodos e seus limites será vista como manobra contra seu prosseguimento. O discurso minimizado de alguns de seus principais integrantes sugere que, por eles, todos os envolvidos no País estão sujeitos, com exceção do Ministério Público. Em seu lugar de sumar o País, a Lava Jato corre o risco – e um deles dos integrantes de história e José Dirceu, um dos personagens mais notáveis da história brasileira.

A Lava Jato corre risco, sim, mas não de que não demandados por seus integrantes. A maior ameaça está no comportamento imperfeito de alguns procuradores e na dúvida de um dia Supremo para julgar os casos que lhe competem. Disso – e não a investigação da prisão de alguns, sim, do modo como que manda a lei – que contribui para desmoralizar a Justiça.

Uma guerra no Rio

O dia de violência vivido terça-feira passada pela cidade do Rio de Janeiro, por conta de uma guerra de facções criminosas que disputam o controle de pontos de drogas em favelas, é mais uma demonstração – e absolutamente inaceitável – de que a segurança pública na cidade do País e pelas outras chamadas transmitidas pela TV Globo, que mostram uma situação quase fora de controle das autoridades.

Durante mais de três horas – tempo que a Polícia Militar (PM) demorou para colocar um mínimo de ordem no local – a luta dos grupos ilícitos de bandidos bloqueou a Avenida Brasil e a Rodovia Washington Luiz, duas das principais vias de acesso à cidade, provocando congestionamento que atingiu um trecho ampliado do sistema viário do Rio. A população da região viveu um dia de terror, principalmente as pessoas que se viram envolvidas no fogo cruzado dos bandidos do Comando Vermelho (CV), de um lado, e do Terceiro Comando Puro (TCP), de outro, e dos policiais militares. Cinco horas depois da PM [illegible] de trazer de volta o conflito, foi a sua amplitude e gravidade.

Vários incendiários foram ateados, com um, sendo usado pelos bandidos para que os passageiros do ônibus fossem à [illegible], e dois ônibus foram sequestrados. Tentativas de saque foram feitas em supermercados por populares contra outros veículos que tentaram cruzar dos criminosos. Depois [illegible] de bandidos [illegible] e equipamentos [illegible], a polícia [illegible] e apreendeu [illegible] e granadas.

Esse cenário – que [illegible] ainda mais a já [illegible] população carioca – [illegible] que [illegible] cidades da América Latina que [illegible] pelo domínio de traficantes em [illegible] e com a polícia.

O mais grave é que tudo isso [illegible] de uma situação [illegible] a piorar. Segundo dados da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor), por exemplo, o número de frotas quebradas por bandidos neste ano no Estado (52) já supera o total do ano passado (49). Mais preocupante é a constatação, feita por pesquisa da Fundação Getulio Vargas, de que a violência no Rio [illegible] a [illegible] da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) [illegible] mais perigosas da cidade.

É o [illegible] do governo no qual o governo do Estado aposta para pacificar as favelas, [illegible] com o domínio [illegible] pelos traficantes e reduzir os altos índices de criminalidade que tornaram o Rio uma das cidades mais perigosas do mundo.

A determinação da segurança pública é só um dos aspectos mais visíveis e [illegible] da profunda crise por que passa o Estado do Rio. Virtualmente falido, ele não consegue pagar em dia seus funcionários e aposentados, não consegue manter os recursos suficientes para manter a funcionamento normal de serviços fundamentais como saúde, educação e segurança. O atendimento é precário nos hospitais públicos – que atendem as camadas mais pobres da população –, muitos deles interditados por falta de equipamentos e remédios. Nem mesmo os serviços de segurança [illegible] Polícia Militar e Civil e o Corpo de Bombeiros, principalmente [illegible] em [illegible] que [illegible] há muito tempo.

A pedido do governador Luiz Fernando Pezão, seria enviado ao Rio mais 100 homens da Força Nacional de Segurança, segundo informou o ministro da Justiça, Osmar Serraglio, que se permitiu não [illegible] que [illegible] problema, [illegible] exclusivamente [illegible].

Ou seja, contrariando a lógica [illegible], o que [illegible] condições políticas e econômicas do País não é nada fácil, [illegible] mais difícil [illegible] Rio.

Uma base, de fato, aliada

Eleito [illegible] reforma trabalhista na Câmara dos Deputados na semana passada – por 296 votos a favor e 177 contra – dispõe [illegible] para a aprovação [illegible] de um projeto de lei. Mas entre muito [illegible] votos necessários para a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), tal como é tratada a [illegible] reforma da Previdência.

Basta do lado de um [illegible] na votação da PEC [illegible], que trata da reforma da Previdência, as defecções de deputados de chamada base aliada que votaram contra o governo na reforma trabalhista, o presidente Michel Temer decidiu "punir" os parlamentares infiéis por meio da exoneração de seus afiliados políticos de cargos públicos. Trata-se de uma adequação da linguagem aos interlocutores, de o espírito público dos deputados, por si só, não se manifesta diante de mais absoluta necessidade de revisão do atual sistema previdenciário, que a efetiva participação no governo por meio dos cargos da administração pública [illegible] chamado [illegible].

Nunca contagem parcial, as [illegible] indicadas por mais de 30 deputados de partidos que compõem a base do governo – PP, PTB, PSD, PSB e PMDB, partido do presidente da República. Entre os que perderam seus cargos, há afiliados de Renan Calheiros (PMDB-AL), líder do governo no Senado, e de Eunício Oliveira (PMDB-CE), presidente do Ceará. A própria "Mensagem" de Renan Calheiros é simbólica, hoje vista as diversas tentativas de [illegible] do governo – e, sobretudo, do País – que o senador vem fazendo por meio de entrevistas controversas, discursos da tribuna do Senado e [illegible] sociais.

Por ora, as exonerações estão restritas aos indicados para cargos em órgãos federais nos Estados, substituídos por adjuntos. A expansão da negociação com os parlamentares, poderão chegar a colegiados cargos em Ministérios.

Caso seja necessário [illegible] conforto ao grupo de fiéis deputados engajados na defesa de uma agenda governamental impopular, porém absolutamente necessária, ver seus colegas de base não agirem como aliados, colaborando, na hora de votar, na posição de oposição clara, contrária ao [illegible] das vantagens de fazer parte do governo.

O presidente Michel Temer age bem ao saber que não basta se de apoio seja de fato, não basta aliada, e não um número mínimo de deputados dispostos cuja principal intenção é usufruir das prerrogativas de pertencer ao governo sem arcar com as responsabilidades que dos advém.

No que concerne à Previdência, dois importantes marcos já foram [illegible]. Não se trata mais de discutir a [illegible] – o consenso entre todos, de fato, entendem de certas políticas – independentemente de questões de natureza política-ideológica – que a alternativa negligenciada é a manutenção [illegible] presidencialista em [illegible], com consequências graves não para uma [illegible] chamada "[illegible]", mas para a atual geração de brasileiros.

Tampouco é o momento de [illegible] sobre a profundidade da reforma. Qualquer [illegible] proposta original, sem dúvida [illegible] pela equipe econômica do governo – [illegible] dentro do processo democrático –, comprometerá a própria existência da reforma e, consequentemente, o resultado esperado. Portanto, [illegible] mais concessões.

O País não suportaria [illegible] – não só financeiro – de um [illegible] de reforma previdenciária. O problema já foi [illegible] negligenciado por administrações anteriores. Os parlamentares precisam ter [illegible] da responsabilidade que recai sobre seus ombros. Se a fidelidade a um governo não [illegible], que seja [illegible] ao Brasil.

A meio ser, [illegible] objetivo [illegible] do Senado Federal [illegible] como [illegible] de [illegible] que [illegible] ao [illegible] Ao [illegible] parecem ter [illegible] sem [illegible] de um golpe na Lava Jato, pode ser a ser confirmado [illegible] um golpe na [illegible] da [illegible] a opinião pública.

JORGE MANUEL DE OLIVEIRA

[illegible]

Um juiz de [illegible] Rio no Grande do Norte [illegible] Supremo Tribunal Federal [illegible] a decisão do Supremo Corte, não [illegible] nada [illegible] Essa decisão [illegible] que [illegible] a [illegible] da [illegible] Brasil [illegible] o Brasil [illegible]

VITORIO PELIPE MASSONI

[illegible]

"Extraordinário, só falta agora o Estado brasileiro indenizá-lo pelo tempo que ficou preso... Um incentivo à prática de crimes"

ALVARO CALVI / SANTO ANDRÉ
SOBRE A DETENÇÃO DO CONDENADO POR CORRUPÇÃO JOSÉ DIRCEU

"A Justiça é cega mesmo"

EDNAN EL MOUSI / SÃO PAULO, SP
TWITTER

"Duelo!"

CELITA RODRIGUES / NOVO, TWITTER

Vem chuva pela frente

O Sol vai para cima, ninguém sabe por quanto tempo...

SERGIO ECKERMANN PLUSSER

[illegible]

CRIMINALIDADE
Polícia, um passo atrás

Um grande roubo de diamantes no Paraguai. Um grande roubo de drogas e um grande roubo de armas em São Paulo. Seria só coincidência? Ou [illegible] um grande plano criminoso está em andamento?

VITORIO PELIPE MASSONI

[illegible]

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA — COMENTE, DOU AO VOTO, CINCO VOTOS

Gilmar critica MPF-PR sobre a Lava Jato

Para ministro do STF, procuradores são jovens e inexperientes; Dallan chamou a decisão de "incoerente"

6.819

"Em suspender a detenção de Paloci [illegible] por [illegible] de Dirceu [illegible] ministro do Supremo."
ROBERTO JUNIOR

"Um procurador do [illegible] pretende [illegible] Supremo. Caríssimo [illegible] Lava Jato."
WALDEMILSON COSTA

"Dilema do senhor Gilmar Mendes, que é bem [illegible] [illegible] Se não vê, quem não quer."
NATÁLIA NÉRI

O ESTADO DE S. PAULO

[illegible]

Central de atendimento ao assinante: [illegible]
Central de atendimento ao leitor: [illegible]
Vendas de assinaturas: [illegible]
Vendas Classificados: [illegible]
Central de atendimento de agências de publicidade: [illegible]
Preços avulsos (exceto domingo): [illegible]
Preços avulsos (domingo): [illegible]

[illegible]

Conselho de Administração
Presidente: [illegible]
Membros: [illegible]
Diretor Presidente: [illegible]
Diretor de Redação: [illegible]
Diretor de Mercado Nacional: [illegible]
Diretor Jurídico: [illegible]
Diretor de Tecnologia: [illegible]

A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

Uma parceria promissora

O resultado das eleições das Mesas Diretoras do Senado Federal e da Câmara dos Deputados foram auspiciosos. Os primeiros pronunciamentos dos novos presidentes das Casas legislativas mostram que o Legislativo está disposto a caminhar com o Executivo em direção à meta do que urgente implementação das medidas necessárias para a retomada do crescimento da economia do sistema legado pela irresponsabilidade e incompetência do populismo kirchnerista.

Como tem sido reiteradamente afirmado neste espaço, a gravidade da crise econômica, política e social que o País enfrenta exige ações e eficaz suporte do governo, o que depende de ação coordenada do Executivo com o Legislativo. Ao assumir a presidência do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE) deu ênfase à prioridade que pretende estabelecer na Casa: "Reformar, reformar, reformar".

Falando como presidente recém-eleito da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) ressaltou que já no próximo sábado instalará a comissão que analisará o projeto de lei de reforma trabalhista enviado pelo Planalto e garantiu: "Considerarei as orientações dos ministros econômicos do governo".

As eleições de Eunício Oliveira e Rodrigo Maia foram diretrizes mais decisivamente apoiadas pelo Palácio do Planalto e confirmam a determinação e a habilidade com que o presidente Michel Temer, a partir de sua ampla experiência parlamentar e no comando do PMDB, conseguiu uma base de apoio parlamentar coesa e minimamente confiável, capaz de oferecer o indispensável apoio às reformas que estão sendo propostas.

Os frutos a serem colhidos da capacidade de interlocução do Executivo com o Legislativo darão a medida de um ano, em posição racional de dois anos que nos pela frente, o governo Temer cumpriu a extensa promessa de legar à administração a ser eleita em 2018 as finanças públicas saneadas e, pelo menos, as precondições estabelecidas para a implementação dos profundos reformas necessárias à retomada do crescimento econômico, que por sua vez é pré-requisito para o aperfeiçoamento dos programas sociais sustentáveis. Sem isso não haverá, por exemplo, a reversão dos atuais índices de desemprego.

Esses desafios, nesse já ficou claro, são agravados pelo fato de que qualquer medida governamental que implique contenção e austeridade nos gastos públicos tende a ser impopular, principalmente quando explorada politicamente a partir do palanque populista de que o Tesouro e outro conceito que se arranjou do povo se recuam, por para mal ou para o caso em benefício dos desprotegidos. É, exatamente nesse contexto que se enfrentam dois importantes reformas propostas pelo governo que deverão chegar em breve na pauta do Congresso e poderão ser aprovadas ainda neste semestre: a da Previdência e a trabalhista.

No discurso de abertura do ano legislativo que ministrou ao Congresso, por intermédio do ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, o presidente Michel Temer manifestou otimismo: "A agenda de reformas está essencial para o Brasil não se engasgar no último ano", escreveu, referindo-se à aprovação, em dezembro, do PEC do Teto dos Gastos Públicos. "Ainda temos muita a fazer junto a parlamentares e prefeitos do apoio continuado de Vossas Excelências."

Uma enorme diferença entre o governo atual e o que se pode que foi recentemente deposto pelo Congresso Nacional, com o apoio do Poder Judiciário, é que Dilma Rousseff concordava que podia escolher todo sociedade e por isso não precisava do apoio de aliados, que deveriam ficar satisfeitos com os cargos de poder que lhes eram generosamente concedidos.

Dilma até tentou enfraquecer politicamente o mais importante de seus aliados, o PMDB do vice-presidente Temer, ao imaginar que poderia evitar a eleição de Eduardo Cunha à presidência da Câmara, há cinco dois anos. A soberba e a incompetência política da ex-presidente selaram o ingrato fim de seu mandato. Michel Temer acaba de demonstrar que não cometerá os mesmos erros.

Quatro anos de apreensão

Há menos de um mês na Presidência dos Estados Unidos, Donald Trump já deu evidência disso do que haverá motivos para apreensão e sobressaltos enquanto tiver o poder para assinar ordens executivas no Salão Oval da Casa Branca e usar seu poder de comunicação para propagar mensagens, inclusive contradições aliadas. Se aliado à sua inexperiência de que de certos temas governo e internacional, deverão legar à presidência chegou, pouco MAIS do presidente, ele foi disposto já nas duas primeiras semanas de governo. Mesmo diante de resultados que o contrariam, Trump não dá demonstrações de recuo ao com benignidade que parecia sua campanha.

Seu discurso é proporcional à amplitude da crise de liderança da nação mais poderosa do mundo. Cercado por um aparelho político pouco capaz de depender as consequências de suas ações sobre o equilíbrio global, Trump sente-se à vontade para criar pontos de tensão em todos os continentes, inspirado por uma ideia anacrônica de soberania geopolítica e econômica dos Estados Unidos. É esperado que um presidente pesa as ações de governo tendo os interesses de seu país em primeiro lugar. Entretanto, o lema "America First" ("Estados Unidos em primeiro lugar") vem sendo substituído na prática por uma política de ruptura da integração internacional requerida para os complexos desafios globais do século 21, algo que poderia ser classificado como "America Only" ("Só os Estados Unidos").

O México foi apenas primeiro país a ser humilhado por Trump. Seja qualquer fator de natureza política, econômica, social ou moral, o presidente americano indicou que a construção de um muro separando os dois países não seria apenas uma bravata eleitoral. Em seu primeiro telefonema ao presidente mexicano, Enrique Peña Nieto, Trump – que já havia classificado o país vizinho como uma nação hostil por "enviar traficantes e estupradores para os Estados Unidos" – subiu o tom, ameaçando Peña Nieto por uma entrevista em rádio. "Vá embora. Vocês são ótimos, mas no México", disse Trump. "Vocês não são bem-vindos e não vou deixar vocês pisarem em cima de nós." O que ele quis dizer com "vocês" pode ser entendido de qualquer maneira.

A Austrália foi outra nação aliada constrangida pela hostilidade verbal de Trump. Segundo o jornal *The Washington Post*, em dois telefonemas ao primeiro ministro Malcolm Turnbull, o presidente norte-americano classificou como "burro" o acordo firmado entre Washington e Canberra para reassentamento de refugiados. O acordo, assinado durante o governo de Barack Obama, previ o envio para os EUA de refugiados em campos instalados em ilhas do Pacífico. Em reciprocidade, a Austrália compromete-se a receber refugiados de Honduras, Guatemala e El Salvador. Estados Unidos e Austrália integrarão o Five Eyes ("Cinco Olhos"), uma rede de inteligência da qual fazem parte ainda o Reino Unido, o Canadá e a Nova Zelândia. Um atrito entre os dois países pode ter sérias implicações no combate ao terrorismo global.

Mais tensões ainda são as hostilidades que envolvem as disputas no Mar da China. Segundo Jonathan Stevenson, ex-assessor especial de Trump, membro do Conselho de Segurança Nacional e considerado "presidente de fato" por parte da imprensa norte-americana, de dentro, ter "escrito bem" uma quarta carta ao pai e a China tendo se sido cria a ameaça do país asiático em reclamação a decisão da Corte Internacional de Haia que julgou improcedente seu direito sobre a região, rica em petróleo e gás natural. No local, há forte presença militar norte-americana desde a década de 1970.

Do lado Trump também ameaçou que poderia impor sanções ao Irã, não o país que se realizado mais um teste de lançamento de mísseis balísticos. As relações entre os dois países, nunca tão ruins desde a revolução islâmica de 1979, não necessariamente do clima a posse do presidente, para quem uma boa notícia relativa ao Irã é "outra coisa sobre a qual".

Recompor a indústria

A melhor surpresa desde início de ano foi o aumento da produção industrial em dezembro – 4,9% no mês e 0,8% no ano – informada recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesa-se especialmente, ainda que foi a trajetória observada em 18 dos 24 ramos coletados pela pesquisa. Não foi, portanto, uma reação isolada, apenas do peso de alguns segmentos, como o automobilístico. Mas seria arriscado ignorar, nesse conjunto de informações, o fato de uma queda não tão rara. Ao contrário, adventícias analistas do mercado e também os economistas responsáveis pela pesquisa, André Macedo.

Não ignora a situação da própria indústria automobilística para justificar a queda: foram fabricados 19,3% do ano mais automóveis e caminhões, mas os ônibus permaneceram acima do nível de produção. Bem depois, o *Aplauso Estado* divulgou uma avaliação preliminar das vendas de veículos no mercado interno. Segundo Sindicato do setor, o total vendido, de 1,9 milhão de unidades, foi 16,4% menor que o de dezembro e 5,2% inferior ao de janeiro de 2016.

Apesar disso, a indústria está pronta, pronta para aproveitar os últimos números do IBGE, poderá encorajar pelo menos mais um pouco. A produção industrial teria crescido em novembro (0,4%) e perdido impulso no mês seguinte. Além disso, o resultado final do ano foi positivo, com expansão de 0,5% frente o anterior.

Os bons indícios, portanto, não são ainda muito fortes. Qualquer movimento para cima pode chamar a atenção porque as bases de comparação mensal no trimestral têm sido muito baixas. Quando se analisam períodos mais longos fica evidente o tamanho do desastre. Em um ano a produção da indústria teve diminuído 8,8%. As vendas acumuladas em 12 meses são negativas em todos os grandes agregados: bens de capital, -11,1%; bens intermediários, -6,3%; bens de consumo duráveis, -14,9%; bens de consumo semidurável e não durável, 3,7%.

Esses dados mostram que o momento não é para pensar em complacência. Os quatro últimos anos foram uma verdadeira procura de bens de maior valor, como automóveis e eletrodomésticos. O desemprego aumentou – 12 milhões de pessoas se dirigiram à procura de um emprego, e o nível de renda foi prejudicado a ponto de fazer piorar a distribuição de renda. Mas não se pode ignorar que a demanda de produtos de bens de consumo não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. Ocorreu também em outros países, inclusive os semidesenvolvidos, como os da China e Índia. Não se pode ignorar que a produção industrial é, portanto, uma degradação do nível de vida de muitos milhões de pessoas – e de seus empregados, as duas frentes e todas aquelas afetadas mais sensíveis pelo alto dos preços finais.

Se a relação, em índices a partir de dezembro de 2002, continuasse neste ano, seria preciso levar a atividade industrial a uma recuperação que não ocorreu. Mas ela não é indispensável uma melhora da oferta de emprego. Em relação a o que ocorreu, bastaria que ela ficasse acima do nível de seis anos atrás.

A indústria chegou a ter fim do ano com nível de produção semelhante ao de dezembro de 2009. Uma perspectiva de não ter pelo menos uma recuperação semelhante à ocorrida em 2010 poderia ser pela irresponsabilidade específica do governo federal. Em três anos a produção industrial diminuiu 11,9%, a de bens de capital caiu 30,8%, a de bens duráveis escolheu 36,6%, e de semidurável e não durável teve 10,9% menor. O pessoal ocupado na indústria teve diminuído em 13,3%. Mais do que foi suficiente dessas dificuldades.

A queda da produção da indústria de bens de capital – máquinas e equipamentos – demonstra uma dramática redução de investimentos no processo produtivo. A indústria perdeu capacidade de renovação de forma extensiva. Recuperar a atividade industrial será uma das principais tarefas dos próximos anos.

Conselho de Saúde da nova administração municipal, mas tenha de admitir que a redução de filas de cirurgias foi não foi muito, mas não como o Ofício da Saúde agora vendo.

O problema maior é a fila de internações, que deve aumentar de acordo com os resultados deste exame. Por causa da crise, muitos usuários da rede pública migraram para a rede particular. Em 2016, conforme informações do Ministério da Saúde, foi a saída municipal que passou a não do número de internações neste ano, com mais 10,34 casos de que os registrados no ano anterior (2015). Ao todo, a quantidade de atendimentos subiu de 1,7 milhão para 1,8 milhão, um aumento de 5,9%.

Nos hospitais estaduais localizados na capital paulista, a alta foi menor: aumentou 2,06% entre maio e no período. Nunca diminuiu quando, em 2017, com a crise e o desemprego em alta, aumentou foi não mais do que o Gerald consiga um número de internações maior que a que o gerente de Fernando Haddad deixou em 2016.

WILSON HADDAD
wilson.haddad@uol.com.br
São Paulo

Diabéticos em risco

Sou diabética e consumo pequenos insumos na UBS Nossa Senhora do Brasil, na Rua Alvarenga Marques Leão. Acontece que como as seringas quase se fica para fazer o direito certo em casa. Será não é possível providenciar as unidades que deixo aplicar de insulina. Morro de com perigo. Ligo para a Ouvidoria, que me manda ligar para a Secretaria Municipal de Saúde, cujo telefone ninguém atende. Então, recorro à imprensa, talvez assim eu ligue para o pessoal responsável por cuidar da saúde dos diabéticos. Muitos outros pessoas dependem dessas seringas. Se pelo menos, socorro!

SALETE LAURINO
salete.l@gmail.com
São Paulo

"Telefonema de Michel Temer para Moreira Franco: "Moreira, estou mandando o "Renan" com o papel..."

NESTOR RODRIGUES PEREIRA FILHO | SÃO PAULO, SÃO PAULO | O ESTADO DE S. PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO | COMPORTAMENTO SOCIAL

"Sil, espera aí 'Renan' para Moreira Franco também não pode!"

RICARDO C. SIQUEIRA | MONTES CLAROS, MINAS GERAIS | O ESTADO DE S. PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO | COMPORTAMENTO SOCIAL

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA — SOMENTE NO DIGITAL, CINCO MINUTOS

Oposição vai à Justiça contra novo ministro

Temer nomeou ministério para pôr Moreira Franco, citado na Lava Jato, dando-lhe foro privilegiado

6.984

- "Então o povo vendido com isso tudo? E uma sangria! Temer fez a mesma coisa que Dilma, simplesmente está falando nada."
EDVANA FERRAZ

- "Quando foi a Lula e Dilma? Porque pelo que sabemos, foi Temer que cometeu, não foi Dilma e nem Lula. Engraçado não disse."
MIRANDA DOURADO

- "Vergonhosa! É a oposição a cada fato, pois foi o governo Dilma, antes, quando Dilma nomeou o Lula para o ministério."
EDVALDO SANTOS

O ESTADO DE S. PAULO

Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55 – Lapa – CEP 05465-900 – São Paulo – SP – Tel.: (11) 3856-2222

Redação: [illegible]
Fax: (11) 3856-2099
E-mail: [illegible]

O Estado [illegible]

Central de atendimento ao assinante
Capital: Grande São Paulo: [illegible]
Demais localidades: [illegible]
[illegible]
Central de atendimento ao leitor
[illegible]
Vendas de exemplares: Capital: [illegible]
Demais localidades: [illegible]
Venda Avulsa: [illegible]
Central de atendimento de agências de publicidade: [illegible]
Preços venda avulsa: [illegible]
[illegible]
Preços assinaturas: [illegible]
[illegible]

Diretor Responsável: [illegible]

PUBLICAÇÃO ASSOCIADA À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

Sem hesitação

A força do populismo golpista

Previdência, o maior ralo fiscal

O ESTADO DE S. PAULO

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

Senadores articulam 'meio-termo' para foro

Emenda a ser analisada prevê o Supremo como 'filtro' para ações movidas contra autoridades

A versão na internet do O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

O Tesouro e o ralo do INSS

[illegible]

O rombo continua imenso

[illegible]

Continuidade institucional

[illegible]

O ESTADO DE S. PAULO

[illegible]

Baderna

[illegible]

Contraproducente

[illegible]

"Como fica a moral da Polícia Federal perante a Interpol, se solicita ajuda para prender foragidos e quando são capturados e presos o STF manda soltá-los?"

MÁRIO ALDO BARNABÉ

"Uma coisa é certa: se os pelegos e baderneiros estão gritando, só pode ser porque Michel Temer está dando certo. Então, sim às reformas!"

CARMELA TASSI CHAVES

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA

Doria quer multar sindicatos após atos

'Eles irão dividir a conta do prejuízo que deram à cidade', disse o prefeito de São Paulo

[illegible]

11/07/2018 acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_pa…

O GLOBO

Opinião

Fim do imposto sindical é medida saneadora

Defendido por Lula nas primárias do PT, o fim da contribuição compulsória aos sindicatos está em proposta de reforma e, se aprovado, modernizará relações trabalhistas

Essa discussão é outra das antigas. Antes que a ditadura ruísse, no final do governo Geisel, na década de 70, pontuou algumas reivindicações e alguns debates metalúrgicos do ABC, com Luiz Inácio Lula da Silva na liderança, elevaram a bandeira do contribuição à "herança varguista".

Nela, ressurgem e sobrevivem não apenas a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas também o imposto sindical e o monopólio territorial, a chamada "unicidade sindical". Os dois sonados constituem lucrativa reserva cartorial de mercado.

O tempo correu. Lula e CUT chegaram ao poder, e as bandeiras do passado foram recolhidas. Há na CUT quem ainda hasteie algum argumento contra o imposto. Mas nada em voz alta. O então presidente Lula esquecera as lutas do final da década de 70, início de 80, e até ditara as contas, por medida provisória, colocando os dentes de ganho legal cargaluta, tão alardeado por ele e metalúrgicos 20 anos antes.

O objetivo de despejar nas contas dinheiro público, do imposto, foi atingido —, e sem precisar de prestação de contas. Uma festa.

No atual ciclo de reformas, em que conceitos da CLT estão sendo revistos, surge uma oportunidade concreta de se realizar o sonho do jovem Lula: não haver imposto sindical, mas contribuição voluntária. Para sindicatos de empregados e patrões.

A proposta consta do relatório da reforma trabalhista, na Câmara, de autoria de Rogério Marinho (PSDB-RN). Pelo que Lula e sindicalistas do ABC defendiam no final da década de 70 é verdade o imposto sindical, recolhido pelo Estado, de forma compulsória, do salário de todos —, o equivalente a um dia de trabalho —, é um dinheiro fácil, que acomoda os dirigentes e os coloca distantes da massa de trabalhadores. Perdem representatividade.

Estima-se em R$ 3 bilhões anuais a arrecadação distribuídos entre 19.225 sindicatos, dado de 2015. Dá por que há sempre grupos de supostas representantes de categorias em busca de cheiro, no Ministério do Trabalho, para criar o próprio sindicato. É um verdadeiro negócio, como demonstram inúmeras reportagens sobre suspeitas que se especializaram em promover este dinheiro público.

Outra medida complementar seria acabar com a tal "unicidade sindical". A competição entre sindicatos em busca de mais afiliados resultaria, por certo, em serviços mais eficientes prestados às categorias.

O fim desse imposto, com medidas correlatas, é saneador em todos os aspectos: na eliminação de desvios desse dinheiro para devaneios sindicais e a próprio aumento da importância do sindicato.

Será, caso contrário, emblemático, por colocar em alguma proporção o Estado do círculo das relações patrões e empregados, sempre ávido de medidas populistas e desbravadoras demagogia. ■

A difícil missão de May nas negociações do Brexit

Premier britânica dá hoje início formal ao complexo processo de conversações para o divórcio da UE. Líderes europeus indicam que bloco será prioridade

A premier britânica, Theresa May, dará início hoje às negociações do Brexit — saída do Reino Unido da UE —, mediante a invocação do artigo 50 do Tratado de Lisboa. Trata-se de um processo inédito nos 60 anos de blocos de integração europeia, e que prevê dois anos de tensas conversações. O objetivo de May será preservar o máximo possível dos benefícios de que o país desfrutou hoje como membro do bloco europeu.

Mas instâncias autoridades europeias, inclusive a chanceler alemã, Angela Merkel, indicam que haverá custos para o Reino Unido. Em entrevista ao "Financial Times", o ministro de Finanças alemão, Wolfgang Schäuble, reafirma a posição do bloco: "Não nos interessa punir o Reino Unido, mas também não temos interesse em pôr a integração europeia sob risco devido aos britânicos". Merkel, que após o plebiscito britânico a favor do Brexit afirmara ter interesse em manter próximos o Reino Unido, agora decide priorizar a integração da UE.

O Brexit não é consenso nem mesmo no Reino Unido. Ele foi aprovado em plebiscito por uma margem apertada, em junho do ano passado, graças ao voto da população londrina mais velha, residente em pequenas cidades do interior e de baixa renda e escolaridade. Essas eleições sensíveis ao discurso populista da extrema direita contra a política de acolhimento de refugiados e de imigrantes do leste Europeu.

A medida que o impacto da saída britânica se torna evidente, sobretudo na economia, cresce a oposição à iniciativa. No último domingo, por exemplo, dezenas de milhares de britânicos fizeram uma grande manifestação em Londres contra o divórcio.

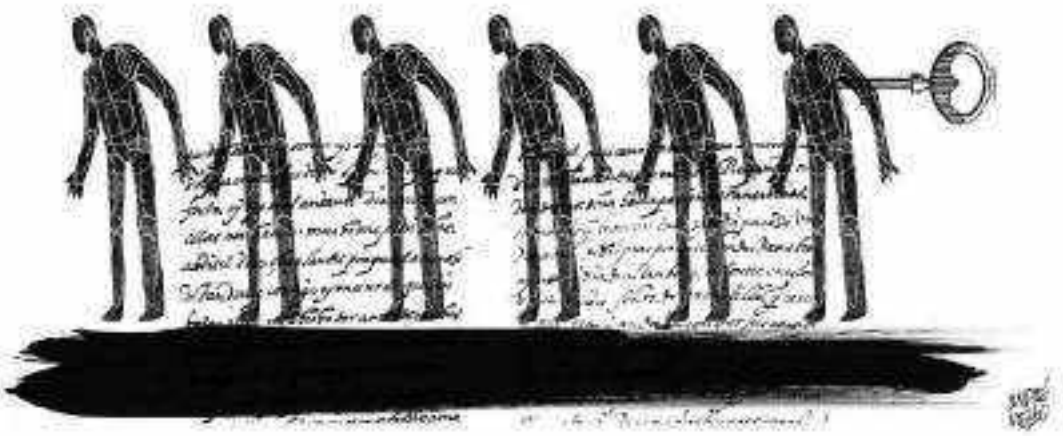
Pelo lado europeu, mais do que a perda do parceiro histórico, preocupa o estímulo que o Brexit dá a movimentos eurocéticos e ao nacional-populismo, especialmente num ano com eleições em França e Alemanha, sem mencionar o apoio de figuras como Donald Trump e Vladimir Putin, notórios líderes antiglobalização. A derrota do populismo nas eleições da Holanda e a vitória do partido de Merkel num importante estado alemão, porém, sugerem que a reação nacionalista pode estar perdendo força.

É difícil prever as implicações políticas e econômicas do Brexit, mas já se sabe que o custo será alto, sobretudo para a economia britânica, que vive mais inflação e desemprego e vê diminuir a influência financeira da City londrina. Além disso, enfrentará movimentos de secessão internos, como a Escócia, que já aprovou um novo plebiscito. Mas a UE e o resto do mundo também serão afetados, sobretudo no contexto de maior protecionismo iniciado na era Trump.

A Comissão Europeia indicou que, antes de negociar como ficará a relação da UE com o Reino Unido, será preciso definir os termos do Brexit, incluindo o valor pelo divórcio, avaliado em 100 bilhões. Este é o passo de fundo do complexo processo de negociação que tem início hoje. ■

ELIO GASPARI

Fica, Temer



Depois dele, o que há no vitrine das carnes? A escolha será do Congresso, e o que ele tem a oferecer?

Depois do fiasco das manifestações de domingo e do bate-boca do procurador-geral Rodrigo Janot com o ministro Gilmar Mendes, Michel Temer e o núcleo de melhor para levar o país até as eleições de 2018. Ele foi eleito na chapa de Dilma Rousseff, conhecendo a mediocridade de seus aliados e seus pontos. Desde que assumiu a Presidência da República, Temer empenha-se num projeto de reformas que vincula o mandato dos anos de 2016 e, sem renúncia, patrocina uma agenda que jamais explicitou em sua vida pública. Pode-se não gostar da reforma da Previdência ou da nova redação trabalhista, mas é indiscutível que, sem o Congresso, nenhum dos dois projetos irá adiante.

O mandato de Temer está pendurado no ramo decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Admitindo-se que ele venha a ser deposto, será substituído por uma pessoa eleita indiretamente pelo Congresso encalacrado na Lava-Jato. Se essa eleição vier a ocorrer sob a influência do presidente das ruas, seria possível que Temer fosse substituído por alguém parecido com dom Eugênio Salles, que se juntou ao Pedro Ecoreo em 2012. Essa carta são do homem porque, depois de ter assumido a oligarquia nacional durante três anos, as manifestações de rua desmilinguiram-se. Hoje, quem elegerá o novo presidente será o Congresso, influenciado pelos constrangimentos e culpas expostas pela Operação Lava-Jato.

Temer direcionou para o lugar de Dilma Rousseff como um governo de salvação e união nacional. Em termos de rua que, o presidente formou uma poderosa bancada parlamentar mais interessada em salvar a si própria. Ninguém sabe, quem ia para as grandes "Fora Temer" deve reconhecer que as coisas pararam de piorar. A inflação de dois dígitos virou da agenda, e a recessão econômica pode ser chegando ao fundo do poço. Se a sua política manter apoio, ou mesmo indiferença, essa é uma questão que pode ser decidida em 2018 na eleição presidencial.

A alternativa a esse cenário seria o rebelo ao "Fora Temer". Para o seu lugar, não uma pessoa eleita pelo Congresso. Antes a primeira pedra quem poder dizer que os parlamentares elegeram alguém que merece mais confiança, mesmo que seja pouca, a que se deposita no doutor. Indo-se um passo adiante, antes o segundo pedro quem for capaz de garantir que esse novo presidente respeitará o calendário eleitoral que prevê uma eleição presidencial para 2018.

Nas duas últimas vezes em que se mexeu com legitimidade de um eleito-presidente, o Brasil acabou metido em memoráveis encrencas. Assim se deu em 1989, quando os "bebe-pontas" (na expressão de Ulysses Guimarães e do general Leonel Brizola) elaboraram o vice Pedro Aleixo e em 1961, quando tentou-se impedir a posse de João Goulart. Nessa ocasião Ulysses não chamou os ministros militares de pobres, mas Geisel lembrava-se de que o adjetivo já circulara. Quando o vice foi designado em país, Itamar Franco deixou o país no porto seguro de Fernando Henrique Cardoso.

Sem a rua, o "Fora Temer" é uma delegação de poderes para o oligarquia parlamentar que luta pela vida sonhando com o fim da Lava-Jato, com o voto de lista e com a eleição indireta de um sapoderoso civil. Solução oligárquica, ela tem, inevitavelmente uma agenda, sem o fim da eleição presidencial de 2018. ■

Elio Gaspari/jornalista

http://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_paginas%2… 1/2

11/07/2018 acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_pa…

O GLOBO

Tema em discussão

Reforma política na crise

Nossa opinião

Intenção manipuladora

Bandeira pluripartidária, a reforma política se posta a todo tipo de manipulação. No momento, a medida que atenuam as revelações em torno da segunda lista do procurador-geral Rodrigo Janot, marginam-se no Congresso, onde está bom parte dos citados pelas delações da cúpula da empreiteira Odebrecht à Lava-Jato, maremoto de forças políticas de acusações de corrupção.

Há tentativas variadas de uma trincheira antiga do caixa 2 — criminalizado nos Códigos Eleitoral e Penal —, e até de se colocar o carro da reforma política, modelado sob medida para escondê-los das eleições em 2018, parlamentares apanhados pela Lava-Jato e que buscam a reeleição. É para isso que se volta à ideia inacreditável do sistema de votação em lista fechada. Por forçar o eleitor a abrir mão do direito de escolher o candidato, poderia depositado nas mãos dos caciques partidários. O objetivo é encontrar aliados na Lava-Jato e outros comprometidos mal quisto junto ao eleitorado.

A lista fechada foi lançada, há tempos, em proposta do PT, cuja filosofia é de verticalização do poder no processo de decisão partidária. Vale o mantra caro a Lula: sempre conduzam o legado — como um carro. A proposta desta reforma, vetada com o objetivo de salvar sócios das empreiteiras, ao socorrer a Petrobras e outras estatais públicas, ensaiou o debate sobre o tema.

Como já aconteceu no período de Lula no presidência, pedintes defendem a ilegal proposta de uma Constituinte exclusiva, para tratar as regras eleitorais e de regulação da vida partidária. A ilegalidade está em que — como ministros do Supremo já alertaram — Constituinte só pode ser convocada em ruptura de regime, quando o Senado, uma assembleia com a missão de reescrever a Carta, sob a nova ordem. Por isso, o seu quórum de votação não é qualificado.

Foi assim depois do fim da ditadura militar: em 1988, na Constituição de 67, eleita pelo escrever a Carta promulgada em 88. Foi prevista uma revisão posterior do texto, alguns tempo depois, e, após isso, como acontecer nas democracias representativas, alterar a Constituição apenas por meio de emendas a serem votadas em dois turnos em cada Casa do Congresso, exigindo-se no mínimo 60% de apoio para a aprovação da proposta. Exceto cláusulas pétreas.

O PT sugeriu este modelo de Constituinte do regime bolivariano de Hugo Chávez, na Venezuela. Chávez aproveitou a primeira vitória eleitoral com grande apoio para lançar um plebiscito a fim de viabilizar uma Constituinte, e conseguiu. Assim, lançou as bases "legais" de um regime autoritário, hoje em fase terminal. Deve-se é manter a serenidade e, com equilíbrio, fazer grandes mudanças capazes de mostrar o sistema político-eleitoral vilipendiado de desrespeito, para acabar com a pulverização de partidos, e fim das coligações em pleitos proporcionais, para que o eleitor não tenha seu voto destinado a quem sequer conhece. Dessa forma, partidos sem votos tendem a perder importância, como deve ser na democracia. ■

> *Deve-se resistir a qualquer reforma que vise a manter impune política corrupta*

Outra opinião

Por uma nova pactuação

HENRIQUE FONTANA

A segunda lista do procurador Rodrigo Janot e a proposta dos presidentes do Senado, da Câmara, do TSE e do presidente da República para aprovar às pressas uma reforma política como de cadeira, tentativa de enfrentamento de arrependidos em depoimentos na Lava-Jato são sofismas de manipulações de que em decreto do governo ilegítimo de Temer a crise brasileira se aprofunda.

É fundamental que a urgente e inadiável reforma política seja usada agora para fazer benefícios e privilégios de foro a quem deve responder à Justiça por suspeita de corrupção. Dos políticos envolvidos na Lava-Jato uma regra de transição para que, nas eleições de 2018, os atuais deputados sejam os primeiros das listas de candidaturas parlamentares das legendas. Isso surta a verdadeira "delação da impunidade" almejada, todos os atuais deputados investigados e citados no STF serão pressionados a garantir a delação para manter o foro privilegiado. Trata-se dos mesmos participantes de articulações para tentar aprovar anistia no caixa 2.

O agravamento do cenário político, combinado com a crise, revela a conveniência de nova pactuação nacional. O país não suporta mais dois anos de instabilidades. A antecipação das eleições gerais para outubro deste ano, com a eleição de uma Assembleia Constituinte Exclusiva para reformar o sistema eleitoral, é importante para o Brasil. A nação começa por devolver ao povo o poder soberano de eleger o principal mandatário da nação e seus representantes no Congresso.

Inclusive, a nossa sociedade, sem um governo legítimo e com um Congresso sob suspeita, convive com inseguranças de toda ordem: estabilidade institucional, violência, ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários e deterioração dos serviços essenciais. Que legitimidade tem o governo Temer, apoiado pelo atual Congresso, para conduzir reformas que interessam o partido da Presidência e procurar soluções tradicionais? Este governo precisa sair de cena, manifestado na eleição, na renúncia com a ocupação no decreto do Estado, na ordem de direitos sociais, no agravamento do cenário econômico, na perda crescente de apoio popular. A antecipação das eleições é o melhor caminho para responder ao déficit de legitimidade e à crise de representatividade, retomando a normalidade democrática e a estabilidade institucional.

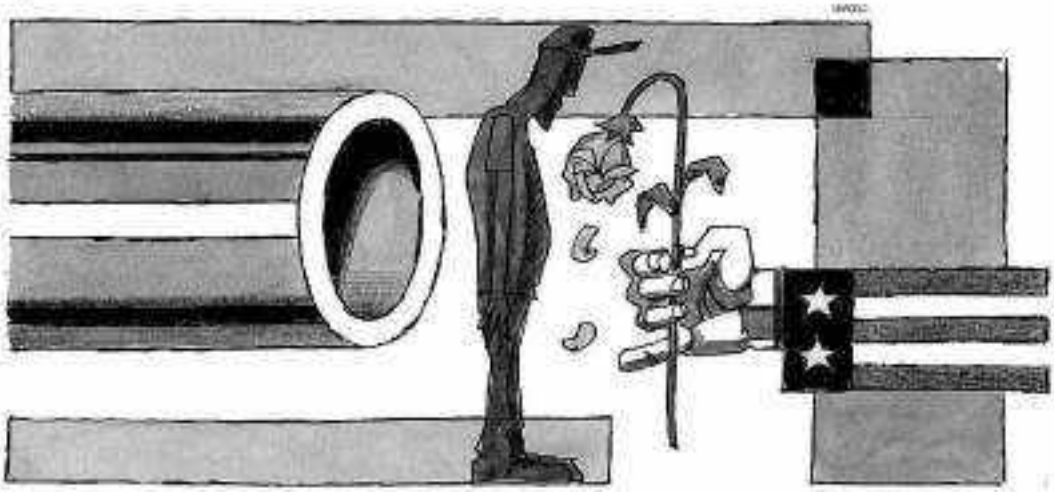
Para a reforma política, apoiar uma Constituinte Cidadã, eleita exclusivamente para isso, pode definir medidas essenciais como manutenção da proibição da contribuição empresarial agregada do monopólio financiamento público eleitoral com permissão para pequenos valores de pessoas físicas; o voto em lista fechada, distrital misto 100% proporcional, com primárias para que o eleitor determine a ordem das listas; fidelidade partidária; redução dos custos das campanhas com definição de teto de gastos.

Se Temer tem alternativas à crise, é preciso corrigir rumos e retomar o caminho da democracia. Reforma política e eleições já! ■

Henrique Fontana é deputado federal (PT-RS)

RODRIGO BOTERO MONTOYA

O fim do 'soft power'



O professor de Harvard Joseph Nye propôs o termo *soft power* para designar a força como uma nação impõe sua influência no resto do mundo por meios distintos da coerção, do dinheiro e da supremacia militar — o chamado *hard power*. No caso de uma grande potência, como os Estados Unidos, o *soft power* se exerce mediante atividades culturais, universidades, meios de comunicação, organizações filantrópicas e demais entidades similares, que contribuem para fortalecer a sociedade civil e projetar ao exterior uma imagem favorável do país, independentemente do governo da vez ou de suas políticas externas.

O *soft power*, concebido desta forma, não é considerado um substituto do *hard power*. Ao contrário, é um complemento de maior. Assim como apenas o *soft power* é insuficiente para garantir a segurança nacional, o uso exclusivo do *hard power* não gera boa vontade. No interação cada vez mais em nível mundial, ambas as formas de poder são necessárias.

Nações que não partilham de rivalidades em escala global também se valem do *soft power* para afirmar seus valores e apresentar uma imagem positiva diante da comunidade internacional. O primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau, recebeu em Nova York a apresentação de musical "Come From Away", que celebra o acolhimento dado a refugiados neste país, e a política, pregou a ideia de abertura a imigração. Esta política contrasta-se foi recebida porque põe em evidência o contraste com o recuo aos refugiados, a ordem anti-islâmica e as deportações maciças de imigrantes sem documentos, postas em prática pelo governo Trump.

Nos dois primeiros meses de mandato, o novo governo tomou a decisão de privilegiar o *hard power* em suas relações com o mundo exterior, ao mesmo tempo que negligencia o seu mesmo. Trata de debilitar o *soft power*. O projeto de Orçamento que será analisado pelo Congresso para o ano de 2018 contempla aumentos consideráveis nas dotações para gastos militares e segurança interna, com a flexibilidade de aumentar o número de pessoal dedicado a deter e deportar imigrantes e para iniciar a construção do muro na fronteira com o México.

Para compensar estes incrementos, propõe-se cortes significativos na atividade em atenção da proteção do meio ambiente, em programas de pesquisa científica, e à participação do governo em iniciativas culturais. Desestimula-se a imigração de estudantes e técnicos estrangeiros. Designam-se cortes desproporcionais para o Departamento de Estado e à cooperação internacional. Isso implicaria reduzir as contribuições dos Estados Unidos às Nações Unidas e à Organização dos Estados Americanos.

Está por ver-se se este endurecimento da terra de se relacionar com o resto do mundo terá o efeito de aumentar os adversários nisso em potencial. Seja como for, a possibilidade fazer do *hard power* na política externa contribuir para acirrar e desencadear os governos amigos dos Estados Unidos. ■

> *O novo governo Trump tomou a explícita decisão de privilegiar o 'hard power' em suas relações com o mundo*

Rodrigo Botero Montoya é consultor jurídico do ministério de Fazenda da Colômbia

http://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_paginas%2… 1/2

11/07/2018 acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_pa…

O GLOBO

Opinião

Reforma política não pode ficar em segundo plano

Enquanto se aguarda o debate sobre a reforma da Previdência, à medida que a proposta de mudanças avança no Congresso, há outras ações de importância equivalente, que tramitam no Legislativo sem chamar a mesma atenção. E deveriam, como, por exemplo, a reforma política. O assunto tem um desgaste natural devido à sua presença constante em qualquer conversa sobre política desde a redemocratização, em 1985.

Já foi até rotulado de a "mãe de todas as reformas" pelo pressuposto comum de que um Legislativo com elevado polígono de representatividade teria melhores condições de executar as mudanças de que o país necessita. Mas a vida real tem seus desafios. A sociedade sente-se distante, muitas vezes, por legítimidade, compromissos eleitorais, rebatendo o qualquer ato de teor econômico, e isso se reflete na Constituição de 88, bem como em todo modelo de arcabouço legal.

Merece ser aprovada a PEC que exige apoio de eleitores para que partidos tenham prerrogativas e que acaba com coligações que redistribuem votos entre legendas

Por inevitável, hoje se escapou em sentido contrário aos desejos de cidadão. Como o da inexistência de possibilidade das urnas do jogo democrático refletida, por exemplo, no número inadmissível de partidos com representação no Legislativo e com acesso a uma série de prerrogativas, pagas, claro, pelo contribuinte.

Pois, na atual rodada de reformas, muitas propostas pela gravidade da crise econômica — em que se destacam a do teto dos gastos, da Previdência e a trabalhista —, há a feliz possibilidade de também se poder aprovar uma reforma política adequada ao momento por que passa o Brasil.

Sugeridas no Senado por iniciativa dos tucanos Aécio Neves (MG) e Antonio Anastasia (PSDB), a emenda constitucional (PEC) 36 não se propõe a fazer qualquer revolução, de forma correta, e atuar pontos estratégicos das distorções da democracia representativa brasileira. Como na cláusula de desempenho para que apenas legendas com um mínimo de votos, espaços e nacionais, possam constituir bancada no Legislativo, e ter acesso ao no Fundo Partidário e ao programa eleitoral gratuito. Reforça a medida a proibição de coligações nestes partidos em eleições proporcionais. Não existe política, sem isso, o eleitor pode eleger alguém que escapa confiança, devido à multiplicação de votos devido de cada coligação.

A PEC já passou pelos dois turnos de votação no Senado e está à espera da admissibilidade pela Comissão de Constituição de Justiça da Câmara. Precisa ser apoiada.

Constituem bancadas no Congresso 28 partidos, dos 35 existentes. Por certo, não cabem na miríade tantas correntes políticas e ideológicas. E ainda há 57 novas legendas na fila da Justiça eleitoral. Claro, são atraídas pelas prerrogativas do Fundo Partidário, hoje com mais de R$ 800 milhões bancados pelo contribuinte. Partido virou de vez negócio. Falso negócio.

Cabe uma reforma para que a PEC seja aprovada até setembro, a fim de que já produza efeito em 2018. Será importante para ajudar neste ciclo de reconstrução nacional. ■

A trágica interferência da violência na Educação

O assassinato de Maria Eduarda, de 13 anos, por balas não tão perdidas assim, disparadas provavelmente por PM numa ação corriqueira em Acari, é um desses casos que chocam uma cidade. Ainda da Escola Municipal Daniel Piza, o perfil de Duda registrava o sonho de ser jogadora de basquete, o que lhe seria facilitado pela altura. Não foi possível.

Trata-se de um tipo de tragédia que se espalha pelo Grande Rio, mesmo fora do crime ou insegurança pública, esta agravada pelo momento da desestabilização financeira de que se tem registro no estado e no país. No caso de Maria Eduarda, ela tem o aspecto particularmente trágico de a morte ter ocorrido dentro de uma escola.

Histórias como esta mexem na temperatura, como deve ser, e, de forma recorrente, fazem alguém compor na tentativa de dar, com poucos, cinco minutos de espaço à notoriedade. E da vida. Mas, nessas crianças obrigadas a conviver com tiroteios e suspensões de aulas por problemas de segurança, ficam marcas quase sempre impossíveis de serem separadas. No aspecto emocional e, em consequência, no aprendizado.

Sem esquecer que professores e funcionários de apoio das escolas são, por óbvio, também vítimas, com reflexos no rendimento profissional de cada um. Foram acidentes de aspectos negativos que se abatem sobre milhares de alunos de escolas públicas em áreas de risco.

Não que esta exposição de conflito confirme a escola a ser baixo rendimento. Há exemplos de que o desperdício pode acontecer devido ao empenho da direção, dos professores, das famílias. Mas são exceções.

A comunidade de Acari, onde morreu Duda, tudo indica alvejada por PMs, é uma das afetadas pela insegurança, com impacto direto no rendimento dos alunos

Reportagem do GLOBO identificou que o conjunto de 16 comunidades de complexo da Maré é o mais vulnerável da cidade, em termos de segurança, embora seja servido por ótima infraestrutura — Linha Vermelha, Linha Amarela e Avenida Brasil. Levantamento do jornal "Extra" constatou que apenas seis das 44 escolas da Maré funcionaram sem qualquer interrupção no ano passado. E dos dez 12 alunos que mais deixaram, em 2016, devido a mudanças, eram do complexo. Boas escolas estão na Rua Teixeira Neves, tida como uma das vias mais perigosas da Região Metropolitana, apesar da proximidade do 22º Batalhão da PM. Podem-se ver traficantes circulando armados de moto, no meio de crianças.

O fechamento de escolas na Maré forçado pela insegurança já prejudicou 12.367 alunos, com queda de 18 dias letivos. Ou seja, ficaram um mês sem aulas. O sistema de ensino básico do país apresenta dificuldades conhecidas, refletidas no mau desempenho de alunos em testes específicos.

Mas há um grande contingente de crianças com pretextos ainda maiores, determinados pelo endereço onde moram. ■

CARLOS ALBERTO SARDENBERG

Políticos desesperados

O deputado Beto Albuquerque, vice-presidente do PSB, sente-se com esta gravidade: as reformas propostas pelo governo Temer são "devastadoras para partidos que querem ter candidatos a presidente em 2018".

Importante? Não é que as reformas sejam boas ou ruins para o estabelecimento e o desenvolvimento do país. Isso não interessa. Só interessa saber se as reformas ajudam ou atrapalham o futuro candidato presidencial do PSB. E como há muitos grupos de pressão contra a reforma, o PSB, embora sendo parte do governo Temer, tendo ministério e cargos, declarou-se contra as propostas de Temer. E não renunciou a ocupar de seus quadros o governo.

Não pode haver demonstração mais explícita de fisiologismo — essa praga que tornou a política brasileira ao ponto que está hoje.

Impressiona mais ainda que políticos experientes não tenham percebido que essa postura é de uma simplicidade monumental. Ou, talvez, não lhes indique que estão desesperados.

Outro de outro modo: manobras como essa do PSB não têm chance de prosperar.

Primeiro, porque o presidente Temer, que é do meio, sabe como lidar com este pessoal. Por exemplo: no começo do debate, o presidente despachou ministros e economistas para convencer parlamentares sobre a necessidade das reformas. Nesses dias, não mandou ninguém para negociar com o PSB. Simplesmente mandou dizer que o partido perderia cargos e benefícios.

Foi o suficiente para que boa parte dos deputados socialistas — sociabilistas — votasse para o lado das reformas. Fazendo contra: manipular verbas e serviços do governo pode gerar muito votos do que se manifestar contra as reformas.

Funciona porque a alternativa do PSB, uma vez derrubado do governo, cair na oposição tipo "Fora Temer", sem nada que substituísse, já está bem gasta.

Ou seja, o PSB, aqui usado como exemplo, porque vários outros partidos e políticos pensam da mesma forma, imaginou que poderia se colocar da melhor maneira: jogar para a torcida organizada e votar contra as reformas, mas continuar no ministério e nos demais cargos, oferecendo verbas, serviços e obras para seu eleitorado. Achava que podia ganhar dos dois lados.

Perderam a noção.

Sem a modernização das relações trabalhistas, o Brasil continuará sendo um dos países mais caros do mundo para se investir

Se as reformas trabalhista e previdenciária, nesta ordem, não forem aprovadas, o governo Temer acabou. Sem a modernização das relações trabalhistas, o Brasil continuará sendo um dos países mais caros do mundo para quem quer investir e gerar empregos formalmente. Logo, não haverá retomada consistente. Sem a reforma da Previdência, o setor público vai quebrar — ninguém, nem o Banco Central.

É verdade que o governo federal tem mais instrumentos que os estaduais. Sem a reforma proposta pelo ministro da Previdência, Temer pode tentar no desespero, um forte aumento de impostos. Sem isso, a máquina da fisiologia estará pronta. Esse pessoal adora mandar a conta para os contribuintes.

Mas os mais impedidos esse aumento de impostos. O pessoal está farto dessas políticas e desses impostos.

Sem dinheiro extra, as contas públicas desabarem e atrasam junto o país. Isso quer dizer o seguinte: a dívida pública sobe de maneira explosiva; o governo vai conseguir se financiar pagando juros de agiotagem; logo, o BC tem que voltar a subir a Taxa Básica, aumentando os custos de financiamento de pessoas e empresas; a economia desacelera por falta de investimentos e consumo; não há geração de empregos; o governo arrecada ainda menos impostos; e, depois, continua aumentando porque não houve votação das reformas. Quebrado.

Mesmo que se consiga um aumento geral de impostos, não vai adiantar. Pessoas e empresas não vão pagar, porque ficarão diante da alternativa: pagar ao governo e quebrar ou não pagar e tentar sobreviver.

A economia simplesmente não pode sair nesse ambiente.

Não, lamento e sinto muito. É apenas a descrição do que já aconteceu em outros países, inclusive o Brasil, que cometeram os mesmos equívocos.

Mesmo, portanto, que o PSB e outros consegam votar contra as reformas e permanecer no governo, não adiantará nada. A crise política e econômica — no sequencial da Lava-Jato — levará, ao limite a desgraça da população pelos políticos e pela política partidária. Serão todos eliminados, como ocorreu na Itália, por exemplo.

Na verdade, essa devastação pode ocorrer mesmo que o governo Temer consiga votar as reformas. Os efeitos da Lava-Jato permanecerão no cenário.

Daí o desespero dos velhos políticos. Faz sentido.

Mas está claro que a única chance deles, ainda que remota, é votar as reformas e reforçar o país numa marcha de recuperação econômica e social. Num ambiente mais calmo, com algum crescimento, alguém empregado, quem sabe o eleitorado seja mais tolerante.

Tentam que não.

E outra coisa. O nome em ascensão é João Doria, cuja principal virtude é definir nosso bem o seu lado: pelas reformas, pelas privatizações, pela redução do Estado, contra Lula e o PT. ■

Carlos Alberto Sardenberg é jornalista

http://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_paginas%2… 1/2

11/07/2018 acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_pa…

O GLOBO

Opinião

A relevância do fim do imposto sindical

Num bom exemplo de como até um quinto livrilhum delações da Lava-Jato envolvendo políticos, a Câmara aprovou ontem, em comissão, a reforma trabalhista. Assim, ela poderá passar logo pelo plenário e seguir ao Senado, para votação final, e ir à sanção do presidente Temer. Não há maiores riscos, porque o governo exigiu para ele projeto e sempre.

O encaixe a importância desta reforma para destravamos o mercado de trabalho, por meio da redução, em larga escala, do chico jurídico do empregador.

A simples instituição do conceito de que o acordado entre patrões e empregados tem prevalência sobre o cipoal da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entre algumas direções, é um forte sopro de renovação nessa legislação

> A extinção da contribuição compulsória, se confirmada pelo Senado, será a concretização de proposta de Lula para a modernização das entidades

que vem da ditadura Vargas do Estado Novo, na década de 40 do século passado.

Outro, durante todo esse tempo, mantiveram-se inamovíveis as normas feitas para um Brasil ainda pouco industrializado, a legislação jurídica em torno do trabalho se tornou enorme no país. Há na Justiça do Trabalho cinco milhões de ações, uma exorbitância.

Outro avanço, este mais institucional, é o fim da contribuição sindical compulsória, equivalente a um dia de salário do trabalhador.

Ainda recentemente Lula, ao surgir como líder sindicalista no ABC paulista, defendeu para o governo o movimento sindical. Sem a garantia de receber dinheiro público — pois ele é do contribuinte —, os sindicatos precisam de fato representar as respectivas categorias, exercendo uma liderança legítima.

Ao chegar ao poder, o presidente Lula — a "metamorfose ambulante" — praticou o oposto ao que fez para realizar o que pregava nas décadas de 70 e 80 e ainda recentemente a sobrevivência das centrais sindicais, para que elas também pressionem a receber este dinheiro fácil.

São aproximadamente R$ 3 bilhões por ano, gastos de forma obscura, sem exigência de prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU). Sindicatos operam sem gastos em assembleias de associados, nem sempre representativos da categoria.

Não surpreende que haja cerca de 1.000 sindicatos registrados no Ministério do Trabalho. Isto é uma boca rica, daqueles que o Estado cartorial brasileiro proporciona a grupos que sabem se organizar nas tradições do Roseira. Nos 13 anos de hegemonia, bravo pelo menos uma demonstração de que existia um baluarte de venda de cartórios no ministério.

Se a mundo sindical já constitui cultura corporativista, o fato de ser, no Brasil, uma espécie de mina de ouro, ele exerce grande poder de atração sobre militantes oportunistas, que agem, às vezes com violência, na defesa de interesses específicos de categorias, sem preocupações sobre se o país tem como assistidos. Todo financiado por dinheiro público. ■

Cegueira deliberada da oposição no socorro aos estados

O Legislativo começa a aprovação das regras para renegociação das dívidas dos estados. Trata-se de um socorro aos endividados, maioria entre os 27 da Federação. O Rio Grande do Sul, Estado como Rio Grande do Sul. Estão como Rio Grande do Sul, na companhia de Minas.

A ajuda da União dependerá da aprovação de leis estaduais com restrições aos gastos, além de contrapartidas como privatização de empresas, congelamento de salários e aumento da contribuição previdenciária do funcionalismo, e redução de incentivos fiscais.

É natural, porém, a cegueira deliberada de alguns políticos diante da crise e suas causas. Nem exceção, o governador de Minas, Fernando Pimentel (PT), refugia-se no discurso de oposição, embora a perspectiva aberta pela União a Minas, nesse sentido, é que tem dado ao governo Pimentel (diego junto aos bancos para pagamento salários do funcionalismo).

Governadores se tornaram sindicos da falência do modelo de gestão que ajudaram a construir. A deliberada cegueira diante da crise contaminou alguns deputados e senadores interessados, sobretudo, em garantir privilégios de uma minoria. PT, PCdoB e PSOL imaginam barrar com a inviabilidade do socorro. O discurso é enganoso. Primeiro porque sem socorro federal, não haverá salários ou aposentadorias do funcionalismo e muito menos recursos para manter o patrimônio estadual.

> PT, PCdoB e PSOL vamos votar contra o projeto de ajuda à Federação, sem que apresentem qualquer proposta alternativa factível

Tentam ocultar os próprios culpas, a participação, por ação ou omissão, na alarga irresponsabilidade que produziu a atuação fiscal que aí está, enquanto alertavam a promiscuidade do mercado e da corrupção em escala industrial, comprovada na Lava-Jato.

Agindo como satélites petistas, PCdoB e PSOL tentaram evitar as contrapartidas dos estados. Desconsideraram a dimensão do interesse público em jogo. Mais grave: PCdoB e PSOL se empolgaram na eleição da oposição. Mostraram que perderam o norte. Não se preocuparam em construir — ou sabir — alternativas.

O PT, também, não sabe se definir na oposição sobre o que deseja para os estados, a previdência e a reforma trabalhista, entre outras coisas em debate. Esperado se ainda das bancadas do PCdoB e do PSOL, e vota contra tudo. Concordo o que defendia, como mostram as atas do Congresso: esse projeto de socorro aos estados (PLC 257/16), encaminhado pelo antigo governo petista, sob Dilma. Note, o projeto PT já previa contrapartidas para os estados. Queria, inclusive, um aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14% para o funcionalismo estadual — de todos os estados.

Chama de a oposição assumir a responsabilidade pela história que constrói no período recente. E, principalmente, de se renovar, com propostas responsáveis para o país. ■

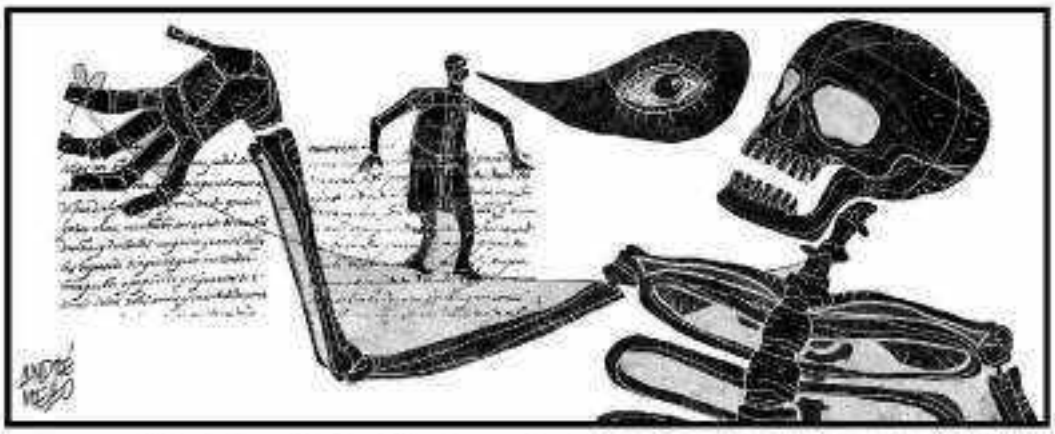
ELIO GASPARI

O molho de tomate de Palocci

A dúvida é se Antonio Palocci fala ou não fala. Que ele tem o que falar, ninguém duvida. Afinal, foi ministro da Fazenda de Lula, chefe da Casa Civil de Dilma Rousseff e quarto-anelo da plutocracia nacional. Um gerente do Bem, para quem tinha horror à espécie. Diz-se que ele fala de Lula e teme-se que fale do rastro de amuvidos da banca. Não se pudendo saber do que vai acontecer, fala-se do que já aconteceu.

Em 2001, o comissário Palocci era prefeito de Ribeirão Preto e sua administração licitou a compra de 12 produtos para abastecer 40.000 crianças dos programas sociais e da merenda escolar do município. Nos listas constavam latas de "molho de tomate refogado e peneirado, com ervilhas". Comerciantes locais reclamaram, pois no mercado não havia molho de tomate com ervilhas. A prefeitura pedia em vinho a ervilha do molho e o problema estaria resolvido, mas sustentou que havia dois fabricantes e foi em frente. Falso. O único fabricante de molho de tomate com ervilha ficava no Rio Grande do Sul.

Fizeram-se duas compras emergenciais e, mais tarde, quatro empresas foram habilitadas. O fabricante gaúcho ofereceu o molho de tomate para uma empresa de São Caetano, a Cathia, junto dos selecionados. O depósito da Cathia ficava ao lado da sede da Traffice (outro dos escolhidos). As mulheres dos donos da Traffice e da Cathia eram sócias na Gesa, a terceira habilitada, que forneceu



os cestas emergenciais. Tanto a Traffice, como a Cathia e a Gesa tinham o mesmo procurador que a quarta empresa escolhida, o supermercado Estrela de Salvador.

Quando a história do molho de tomate com ervilha estourou, Antonio Palocci tornava-se coordenador do programa de governo do candidato Lula à presidência da República. Seu antecessor, Celso Daniel, foi assassinado, num dos mais misteriosos casos de homicídio do comissariado.

Um ano depois, com Palocci no ministério da Fazenda, o procurador-geral da República não viu indícios de

> Num Brasil da Lava-Jato, um prefeito como ele teria sido abatido em 2001, quando a ação na merenda escolar

que ele tenha participado das ocorrências irregularidades ocorridas na compra do molho de tomate com as inclusões de ervilhas.

Palocci é capaz de falar por mais de uma hora sobre um caso, andando em círculos, repetindo os mesmos argumentos. Sua cultura, ajudada pela dicção e pela capacidade de dizer qualquer coisa sem fazer carcaças, foi mais uma vez demonstrada durante sua última audiência com o juiz Sérgio Moro. Nela, foi capaz de evitar uma cabeçada econômica informando que antes da crise de 2007 mostrava aos clientes de sua consultoria os riscos das operações com derivativos cambiais. Vendia o paraíso do sol. A Sadia, por exemplo, meteu-se com derivativos, mas não queriam por falta de informação, foi apenas enorme.

Palocci tornou-se o quartifado do ordem de rifa porque foi o principal inspirador da gaiada de Lula, jogando fora a história de intrigo do mercado. Tudo bem, mas esse número Lula não depois a tudo de comissário-geral. Nesse ponto já estavam o cadáver de Celso Daniel, as contas de prefeitos petistas com fornecedores e concessionárias de transportes. O molho de tomate de Palocci era o início de uma história na qual uma nova equipe de rapinadores associou-se às velhas guildas de lesapes e da tolerância operacional. O doutor tem o que revelar ■

Elio Gaspari é jornalista

http://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_paginas%2… 1/2

11/07/2018 acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_pa…

O GLOBO

Opinião

Volta-se ao erro de mais impostos para evitar cortes

A possibilidade de aumento de impostos já tinha sido mencionada, mas, diante da operação — o corte — mais negativa, foi recolhido o bolo de cenoura. O próprio presidente Michel Temer admite a inconveniência, assim como o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. "A decisão de aumentar impostos no Brasil não é trivial, a carga tributária brasileira é muito alta", reconheceu o ministro.

Mas é o que deverá acontecer, depois do desmoronamento de um buraco de R$ 58,2 bilhões estimado para o Orçamento deste ano. O desequilíbrio das contas públicas é tamanho que estes R$ 58 bilhões, máximo não para que o Estado feche o ano no "azul", mas com um déficit primário (sem os juros) de R$ 139 bilhões.

Como o Orçamento foi montado há alguns meses, cinal do governo de um crescimento econômico de 1,0%, e a alternativa desabou para 0,9% hoje, diminuta. E, segundo o centrão nacional, nem se esperar a conta ao bolso já sobrecarregado de contribuintes. Temer e Meirelles têm medo de cargo de impostos no país, na faixa dos 35% do PIB, e a mais elevada entre os emergentes e uma das mais expressivas do mundo.

O próprio governo admite a impropriedade de elevar a carga tributária, mas, como sempre, apesar de inconvenientes alternativas de cortes, nada ou pouco se faz

Como sempre, cortar gastos fica em segundo plano. Pois, além de dar trabalho, implica atingir as corporações que habitam a Versalhes do Estado. Sobra, portanto, para a população.

Por sinal, se o presidente Temer não tem vasto eleitorado nas urnas, tem o apoio do Congresso, e alguns logo depois de concluída a necessidade de aumentos, seria nunca. Também não se percebe firme vontade política na promoção de cortes de cargos comissionados, não protegidos pela regra da estabilidade do funcionalismo.

Em dezembro foi promulgada redução de 4.000 desses cargos. Não se sabe se foi atingida a meta. Mas estatura cerca de 30 mil deles, de não escalão, no governo federal. Artigo no GLOBO de Gil Castello Branco, da Contas Abertas, informa que, de 2002 ao antepassado, esses postos, de livre nomeação, aumentaram de 16 mil para 80 mil. Impossível não haver expansão nesses dezoito da bonanza.

Outro tesouro pouco explorado é o das estatais. Informações do próprio Ministério do Planejamento indicam a existência de 154 empresas públicas, das quais apenas 80 têm orçamento próprio. As 70 restantes sobrevivem de aporte do Tesouro Nacional. Além disso, outras 228 estão inativas, mas com orçamento e pessoal desde 1990. Por que, para começar um programa de desestatização, não fechá-las todas? Para o mais uma herança maldita do Independentismo Lula-Dilma.

Repete-se a canção, todo discurso a favor de austeridade em algum momento esbarra em resistências políticas: sindicatos, partidários e de corporações. Tem-se a elevação de impostos. Mas, num momento de fome recuperação da economia, depois de travada a recessão, isso pode atrasar esses frágeis sinais de crescimento. ■

Atentado de Londres ajuda o nacional-populismo

O atentado perpetrado por um lobo solitário contra dois civis em uma das principais áreas turísticas de Londres na quarta-feira — deixando quatro mortos e cerca de 40 feridos — demonstrou a existência crescente de segmentos simpatizantes do Estado Islâmico. Para esses grupos, o Ocidente vive sob ameaça de uma ofensiva extremamente avassaladora, que busca exterminar valores culturais básicos, incluindo a democracia e os direitos humanos. Para se defenderem do perigo que vem de fora, essas pessoas, o pacato bolsa humanos, constroem muros e isolam-se do resto do mundo.

Um exemplo primário dessa lógica é o novo de Donald Trump Jr., o filho mais velho do presidente americano, que chocou pelo tom grosseiro. Enquanto autoridades em todo o mundo expressavam pesar e condolências às famílias das vítimas, Trump Jr. usou de comício uma frase do prefeito de Londres, Sadiq Khan, o primeiro muçulmano a administrar uma grande capital no Ocidente, para insinuar que ele estaria banalizando a ameaça do terror.

Isso porque, no ano passado, Khan afirmou ao jornal britânico "Independent" que toda grande metrópole deve estar preparada para a possibilidade de um ataque terrorista. A atuação de Trump Jr. foi criticada prontamente por autoridades britânicas — trabalhistas e conservadoras — mas ela é coerente do ponto de vista do que seja a ideologia do nacional-populismo.

A política identifica o lobo solitário como Khalid Masood, de 52 anos e dono de uma ampla ficha criminal, sem vínculo com atividades terroristas. O Estado Islâmico, como de praxe, assumiu o atentado, afirmando que Khalid era um soldado que se agiu contagiado os países do Ocidente que participam da coalizão contra o grupo comandado no Iraque e na Síria. Mas, de forma correta, as autoridades britânicas estão investigando o caso como tendo sido planejado e executado no Reino Unido.

Ataque alimenta preconceitos étnicos e a retórica xenófoba defendida por grupos ultraconservadores a favor do isolacionismo

Parentes e amigos de Khalid foram detidos e interrogados. Todos nascidos e residentes no Reino Unido, suspeitos de atuar como uma rede independente, sem vínculos diretos com o Estado Islâmico. Trata-se de uma investigação profissional e desconfiomanada de preconceitos étnicos e religiosos, que tende a render frutos em termos de elevar o nível de segurança geral.

Por outro lado, as vítimas do atentado expressam o caráter cosmopolita e multicultural de Londres: foram 12 britânicos, pelo menos quatro até cônjuges, três estudantes adolescentes franceses, dois gregos, dois romenos, dois americanos e um cidadão de China, Alemanha, Irlanda e Polônia. Quando se examina o episódio em Londres, assim como outros ataques recentes na Europa e nos EUA, percebe-se que foram executados por cidadãos dos países alvos das ações terroristas, em geral, isolados em comunidades fechadas. Isso sugere que a resposta deve ser mais — e não menos — integração dessas populações à sociedade onde estão inseridas. ■

ROGÉRIO FURQUIM WERNECK

Há muito mais em jogo do que as reformas

A divulgação de novas revelações nos 83 pedidos de abertura de inquérito encaminhados pelo Procurador-Geral da República (PGR) ao STF vem trazer nas delações da Odebrecht, deixou Brasília em pé de guerra. Ministros e parlamentares citados preparam-se agora para o desgaste adicional que poderá advir da divulgação do teor das delações.

É natural que o clima de alarme que se estabeleceu no Congresso tenha dado ensejo a vozes de que, em condições tão adversas, o Planalto não consiga aprovar as reformas que pretende tramitar na curta janela de oportunidade, de pouco mais de seis meses, com que ainda conta. Já no início de outubro, o encerramento do prazo legal de filiação partidária deverá desfigurar desarticulação de parte substancial da base aliada, na medida do representamento de forças políticas para a disputa das eleições de 2018.

Em meio a essas tensões, vem ganhando força a ideia de que o país estaria diante de inesgotável dilema. Do bem-bem o combate à corrupção às últimas consequências ou bem apoiar o programa de reformas que garantirá a saída da colossal crise em que foi metido. E não cabe querer já se dispensa o arque que, nessas circunstâncias, as agendas do combate à corrupção deveriam ceder o passo ao acento da agenda de superação da crise econômica.

O que se alega, com os sudentíssimos de pesar, é que o Congresso precisa ser "tranquilizado". E em que consistiria tal tranquilização? Desde que o STF se dispôs a investigar a fonte de doações eleitorais de caixa 1, o nome do jogo no Congresso já não é mais tentar legalizar as pressas as de caixa 2. A saída mais pertinente passou a ser apostar na prescrição de penas, tendo em vista a incapacidade da PGR e do STF de dar vazão a adoração grande de inquéritos e processos.

Mas, para ensaiar apta a persistir nessa aposta, os parlamentares sob investigação não podem pender o fiar privilegiado. Temo de ser reeleitos, coisa o que muitos. Daqui resulta a dificuldade. Como um parlamentar com inúmeros desafiado por processos bastante em delações preliminares divulgadas poderá disputar com sucesso as eleições de 2018?

Planalto deveria refletir sobre os desafios que terá de enfrentar para manter a economia na rota de saída da crise

No Congresso, já se trama a solução. Uma reforma eleitoral a toque de caixa para introduzir um sistema de listas fechadas. Reformas nesse feito vêm sendo tentadas no Congresso há muitos anos, especialmente pelo PT, sob alegações múltiplas. Mas o que agora despertou o interesse dos dirigentes partidários pelo sistema de listas fechadas é a perspectiva de que possa ser usado para garantir a reeleição de quem precisa se esconder dos eleitores.

Para não ser de se apresentar de cara limpa ao eleitorado, o parlamentar se apresentaria voluntariamente, sem o manto de uma lista de nomes preenchidos pelos órgãos partidários, com lugar assegurado entre os primeiros candidatos avulados. A lista fechada propiciaria uma espécie de bandeira para o candidato sob investigação possa ser eleito sem ter de se expor ao eleitorado.

Antes de deixar suas digitais na forma da tranquilização, em nome da aprovação das reformas, o Planalto deveria refletir sobre as suas propostas dos desafios que ainda terá de enfrentar para manter a economia na rota de saída da crise.

Para que o plano de mudança no arcabouço do regime fiscal funcione, não basta que as reformas contempladas pela PEC 287 sejam aprovadas. É fundamental que o país possa vislumbrar do lado orbel, que o teto de gasto fiscal seja seguramente no próximo mandato presidencial. O que exigirá formação de coalizão política eficaz em torno de um candidato a presidente comprometido com a consolidação fiscal. Ficou bem chance de vitória em 2018.

Tanto o Planalto quanto os partidos que se dizem capazes de lançar um candidato com esse perfil precisam ter em conta que, na campanha de 2018, a questão da corrupção deverá ainda muito mais sensível do eleitorado. Especialmente se a bandeira da tranquilização tiver sido exercício. E, neste quadro, a eleição de candidato a presidente vinculado a partido comprometido por envolvimento nessa matéria está fadada a se tornar mission impossível. ■

Rogério Furquim Werneck é economista e professor da PUC-Rio

11/07/2018 acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_pa…

O GLOBO

Opinião

É preciso cautela nos estímulos à economia

A reunião do Conselho de Política Monetária (Copom), do Banco Central, terça e quarta, transcorreu sem qualquer grande surpresa, confirmando a afirmação do presidente do BC, Ilan Goldfajn, feita no Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça, de que restou de 0,75 ponto percentual na taxa básica de juros (com o "novo normal" de, antes, a Selic, com a seguinte redução consecutiva de mesmo tamanho, cairá para 6,25%).

Como de praxe, federações de empresários adoram o corte, pouco audíveis com apoio de sindicatos de trabalhadores. Um ponto relevante novidade é que, na nota divulgada sobre a decisão, o Banco Central, bem da Indústria, fez uma projeção de juros a 9,9% no Brasil dentro ano, e a 8% quando mais se 2018.

> Pressões da inflação continuam baixas, tanto que o BC até arrisca projetar juros de um dígito ainda este ano, garantia de que não são necessários incentivos artificiais

Entende-se que, além de cumprir a promessa de transparência feita da praxe, a diretoria do Banco procura, como é sua função, ancorar as expectativas de formadores de preços futuros, dessa forma, o período trabalho, já reconhecido na credibilidade da equipe de Goldfajn.

O ambiente é mesmo favorável a que os juros voltem à faixa de um dígito, desta vez de forma natural, e não por voluntarismo político e ideológico do governo de Dilma Rousseff. Com resultado possível, a inflação subiu com força, e o BC foi obrigado a elevar novamente os juros.

As pressões sobre os preços continuam baixas. Mesmo com os reajustes de tarifas públicas, neste mês e nos últimos meses do ano, o IPCA-15, um termômetro, a prévia para o mês, foi de 0,39%, o mais baixo índice neste período desde 2012. Afinal, os alimentos continuam em deflação.

Acrescentam-se aqueles de que a inflação voltará, este ano, para o centro da meta (4,5%), objetivo que havia sido abandonado por Dilma, entre de uma série de problemas. Com os preços domados, sem artifícios, empresários e consumidores passam a ter previsibilidade para investir em projetos de investimento e evitar use endividar. Portanto se a volta do crescimento econômico a mais rápida, na faixa dos 4%-5%.

Conclui-se que o ambiente de pressão política pois que a governo produz estímulos econômicos se tornaram ainda mais incabíveis. Em documento, disse da construção de que a retração de Dilma e o fatiamento do poder entre diferentes partidos para fazer o PIB decolar, políticos da base chegaram a se movimentar com esta intenção. Agora, implantadas semelhantes soluções a nomear na aliança de apoio a Temer.

A sinalização do BC precisa ser entendida como garantia de que o processo de recuperação do PIB, em curso, ainda a se fortalecer. Se os políticos querem ajudar, que trabalhem para a aprovação da reforma da Previdência e da tributária. Exportem o governo na melhoria à transação de estados de onde os preços doem, em busca do apoio de União para salvar da falência. ●

Equador pode confirmar guinada antipopulista

O Conselho Nacional Eleitoral do Equador anunciou na quarta-feira que as eleições presidenciais do país serão segundo turno, em 2 de abril. Lenín Moreno, de 61 anos, candidato da situação para suceder a Rafael Correa, no poder desde 2007, obteve 39,4% dos votos, ficando um ponto abaixo do limite de 40%, necessário para uma vitória em primeiro turno. Ele disputará a segunda fase do pleito com o ex-banqueiro Guillermo Lasso, de 61 anos, que obteve 28,1%.

O anúncio ocorreu após momentos de tensão causados por pedido do governo sobre o Conselho. Pela primeira vez em muito tempo, o resultado do pleito não foi anunciado no mesmo dia da votação, o que levou Lasso a corresponsabilizá-lo a suspeitar de uma tentativa de fraude.

O segundo turno poderá confirmar uma reviravolta de tendência política na América Latina, após mais de uma década de governos populistas de esquerda. Neste período, as economias de Brasil, Argentina, Venezuela e a do próprio Equador atravessaram crises distintas em seus efeitos, mas todas com a mesma raiz: o intervencionismo do Estado sobre a economia.

> Com país mergulhado em recessão e alto desemprego, segundo turno traz a oportunidade de mudança para 16 milhões de equatorianos, após dez anos de Rafael Correa

Para analistas e investidores, estas eleições representam a oportunidade de o país dar uma guinada, buscando escapar os erros estruturais de uma economia dolarizada — o que limita drasticamente suas opções de política monetária —, com déficits insustentáveis e excessivamente dependente do petróleo — cuja cotação só agora começa a se recuperar, após despencar mais de 80%, a partir da crise global de 2008.

Só mesmo uma reforma completa poderá atrair investimentos externos — ausentes de país depois das nacionalizações de ativos estrangeiros feitas por Correa, além do calote de US$ 3,2 bilhões da dívida externa em 2008 — e estimular a produtividade, investindo o aumento do desemprego e do endividamento público.

A economia do Equador encolheu 2,3% no ano passado, e analistas ouvidos pela Bloomberg preveem, no máximo, um avanço de 0,6% do PIB este ano. Confrontado pela gravidade da crise, até mesmo Moreno, ex-vice-presidente de Correa (2007-2013), e seu herdeiro político, se viu obrigado a reconhecer a necessidade de implementar reformas. E esta é uma das vantagens da realização de eleições regulares: além de dar maior legitimidade, obriga os governantes a conhecer avaliação das políticas públicas, sobretudo quando atingem 16 milhões de pessoas a necessidade e no desemprego.

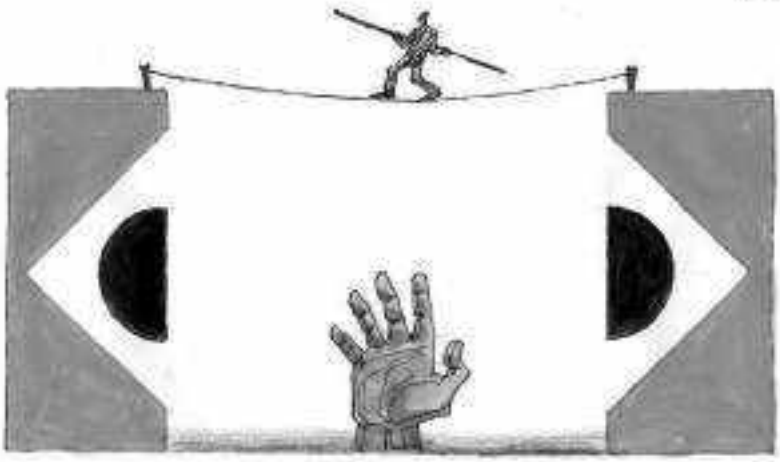
Lasso, por sua vez, prometeu manter alguns dos programas sociais de Correa, populares entre os segmentos mais pobres. Ele também se comprometeu a combater a corrupção — outra praga do populismo latino-americano — e reduzir impostos em US$ 3 bilhões, como forma de estimular a criação de empregos e atrair investimentos estrangeiros. Assim, seu plano mais representa a chance de o Equador deixar a armadilha pelo populismo de Correa. ●

ROGÉRIO FURQUIM WERNECK

A força das narrativas

O Planalto já não alimenta dúvidas sobre a duração do clima de alerta que se instalou em Brasília. As coisas não vão se ordenar tão cedo. Entre os entraves e desdobramentos das delações da Odebrecht, de um lado, e a incapacidade da PGR e do STF de dar vazão às demandas de investigações e julgamentos de parlamentares e ministros com direito a foro privilegiado, de outro, o governo sabe o que lhe espera. Está fadado a atravessar 2017 — a melhor parte do que lhe resta de mandato — com o Congresso em ebulição e o base aliado em permanente sobressalto.

E é nesse clima que Temer terá de assegurar a tramitação da pesada agenda que precisa manter no Congresso, a preservação do delicado círculo virtuoso de retomada da economia e, ainda, a construção de uma coalizão política promissora, em torno de um candidato que possa disputar com sucesso a eleição de 2018 e nunca crível a ideia de que o esforço de ajuste fiscal, de fato, terá continuidade no próximo mandato presidencial.



Não é tarefa fácil. E o mínimo que se pode dizer. E para alcançar todos esses objetivos em um ambiente tão adverso, o governo terá de manter um discurso coerente, que dê sustentação à narrativa de que o plano de ajuste contemplado pelo Planalto é viável. No duro mundo de narrativas que será travado no país nos próximos meses, o governo terá de levar o melhor.

A influência das narrativas no desenrolar da economia e nos desdobramentos do processo político tem sido amplamente reconhecida. Até mesmo pelos economistas. Foi este o tópico do discurso que Robert Shiller, presidente da American Economic Association, proferiu na reunião anual da associação realizada em Chicago, em janeiro passado. O instigante artigo sobre economia das narrativas de Shiller — agraciado com o Prêmio Nobel, em 2013, por suas contribuições à análise empírica de preços de ativos — está disponível em http://aeaweb.org/aea/2018/shiller/.

> Não há dúvida de que o quadro político com que se defrontou Temer tornou-se extremamente intrincado

O presidente Shiller parece ter plena consciência de quão importante lhe tem sido, até agora, a boa recepção que se disseminou sobre sua condução da política econômica. Uma narrativa que leva em conta a entrada de uma equipe econômica de alto nível, com as medidas que alguma bem parte do resto do governo, o monitoramento sem dissimulações das mais prioritárias da agenda em que o país foi metido, a opção por um programa de ajuste paulatino, distribuído ao longo de vários anos, com etapas claramente definidas, e as atenções concentradas nesse plano de jogo.

Mas, desde o fim do ano, na esteira do recente aprovação do Congresso e do Planalto com a condução da Lava Jato e operações similares, a vitrine dessa narrativa sobre a condução da política econômica sofrendo flagrantemente empurrado pela progressiva deterioração das narrativas sobre a articulação política do governo.

Não há dúvida de que o quadro político com que se defrontou Temer tornou-se extremamente intrincado. É bem sabido que a coalizão que lhe dá apoio no Congresso não é propriamente formada por vários de Plutarco. Boa parte dela tem rabos de telhado para se preocupar com o Lava-Jato e não mais que vem por aí. Mas, para fazer avançar a pesada agenda que terá de aprovar no Congresso em 2017, Temer não pode abrir mão de seu apoio. Como o Planalto poderá manter o engajado da problemática base aliada sem ficar refém?

Em meio a essa atmosfera, Temer tem de tomar todo o cuidado para não dar ênfase a uma narrativa do tipo Dr. Jekyll e Mr. Hyde: o presidente que, de dia, mantém um discurso respeitável sobre a condução da política econômica, passaria as noites em intrincada conspiração com líderes da base aliada para "estancar a sangria" da Lava Jato.

Manter o apoio da base aliada sem deixar que narrativas negativas como essa prosperem é o grande desafio com que se defrontou Temer. A disseminação da perda de credibilidade que se permitiu o ministro Moreira Franco, na longa entrevista que concedeu ao "Valor Econômico" (22/7), mostra que o Planalto vem enfrentando sérias dificuldades para lidar com esse desafio. ●

Rogério Furquim Werneck é economista e professor da PUC

http://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_paginas%2… 1/2

11/07/2018 acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_pa…

O GLOBO

Opinião

Recuo de Temer promete mais crise fiscal em estados

Por tratarem pensões de corporações de professores, policiais civis e outros, governadores haviam pedido que o governo federal incluísse a reforma da Previdência de seu funcionalismo — a deputados e senadores, contra o Rio de Janeiro, bastante deficitário — na emenda constitucional que tornará unificar o Regime Geral (INSS) e o Regime Próprio (servidores federais), tornando uma regra menos dispersa, e refletindo melhor como a nova realidade demográfica do país. Assim foi feito mas agora o Planalto, num lance de surpresa, devolve o problema aos estados, para facilitar a aprovação da PEC no Congresso.

Pode ajudar no plano político. Aprovada a emenda, será um avanço e aliviará as contas públicas, se pontos básicos da reforma federal forem aprovados: como a idade mínima de 65 anos para a aposentadoria, com um gatilho demográfico — o limite a subir à medida que a expectativa de vida do brasileiro aumente —, e, além de outros aspectos, não estarem previstas alterações as regras de transição para o novo regime.

Mas não é verdade que o inexorável atraso na reforma das previdências dos estados não provocará efeitos negativos no equilíbrio fiscal do conjunto do setor público. Haverá problemas, porque os estados tendem a contribuir menos para o superávit primário, essencial na redução da perigosa proporção da dívida pública em relação ao PIB, já nos 70% e em ascensão. Este tipo de uma ajuda pondo[illegible], segundo o ex-ministro Raul Velloso, de 2002 a 2014, o conjunto desses estados federativos foi responsável por 20% do saldo positivo nas contas de todo o setor público. Por certo, esta contribuição cairá.

Se a retirada dos estados da PEC da Previdência pode facilitar a aprovação desta reforma, governadores convivendo com difícil situação financeira

A partir de agora, presidentes, os governadores precisando tratar de obter apoio nas assembleias para fazer a reforma de que querem escapar. O Rio de Janeiro, estado, se já não tinha alternativa e não aprovou o aumento de 11% para 14% da contribuição de servidores à Previdência estadual, uma das contrapartidas à ajuda da União, terá também de enfrentar corporações como a dos professores, cujas regras de tempo de serviço são inconsistentes do ponto de vista fiscal e injustificáveis no aspecto demográfico.

Um governo mais cortês, como o de Luiz Fernando Pezão, deixará a difícil missão como herança ao sucessor, a ser eleito em 2018. Na verdade, poucos se dão conta dessa referência, em época de eleições.

O recuo de Temer significa, então, que o sistema previdenciário brasileiro deverá ser um encontro marcado com problemas cada vez mais sérios, tanto no estado, como na Previdência de muitos estados. Sendo que alguns já estiveram, entre a Guanabara e a gaúcha.

Tudo vai depender dos governadores e dos deputados estaduais da safra de 2018: se eles conseguirão fazer esse ajuste. Sintomas, as previdências estaduais fecharam 2015 com um déficit de R$ 64 bilhões. E projeções para 2020, caso nada seja feito — olhando só do quadro político atual, o mais provável —, um buraco de R$ 101 bilhões.

Os prognósticos não são nem muito otimistas, e pode-se marcar no calendário uma rodada de negociação de dívidas estaduais e grandes municípios, mais à frente. A não ser que a Lei de Responsabilidade Fiscal seja levada mesmo a sério. ■

Carne Fraca presta desserviço ao combate à corrupção

Após a ofensiva feita no mercado externo pelas falhas na Operação Carne Fraca, a Polícia Federal e o Ministério da Agricultura informaram que, embora as investigações visem "a apurar irregularidades praticadas no Sistema de Inspeção Federal (SIF) e os fatos se relacionam diretamente aos desvios de conduta de servidores" e não representam um mau funcionamento generalizado do sistema sanitário brasileiro". O comunicado conjunto pode apaziguar ânimos, mas não põe fim a questões cruciais. Como a explicação sobre como funciona o esquema de corrupção envolvendo fiscais e funcionários do ministério, alguns ocupando cargos importantes. E se isso afetava a qualidade dos produtos comercializados.

Desde o início, entre causas, falta de informações, ações baseadas em depoimentos de um único fiscal, falta de provas, entre outros, sobrava, ao colocando quem desgosta das forças-tarefas de combate à corrupção, a Lava-Jato, a principal delas. Não por acaso, os que se sentem atingidos e ameaçados por essas ações já começam a se movimentar em Brasília. Usando como argumento os excessos cometidos pela PF na Carne Fraca, setores de vários partidos ganharam fôlego em tentar o projeto que muda a legislação para endurecer a punição de crimes de abuso de autoridade. O bombardeio à operação tem vindo de todos os lados. E não apenas do agronegócio. O presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Carlos Eduardo Sobral, disse que foi um erro de comunicação a forma como a operação foi divulgada. A Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais afirmou que provas apresentadas estão quase exclusivamente contingenciadas, o que fez com que atividades fossem conduzidas precipitadas e erradas.

O juiz Marcos Josegrei da Silva, da 14ª Vara Federal de Curitiba, que autorizou a realização de escutas telefônicas para a Operação Carne Fraca, encarregou-se de corrigir o curso da questão. Por ele, não se trata de condenar a cadeia produtiva e o sistema de fiscalização, mas de "apurar indícios de condutas delituosas de servidores públicos em posições-chave".

De fato, as falhas na condução da Operação Carne Fraca não podem servir para ocultar o estupro de corrupção revelado pelas investigações. O Ministério da Agricultura escolheu os superintendentes do Paraná, Gil Ribeiro de Magalhães, e de Goiás, Júlio César Carneiro, acusados de integrar o esquema criminoso. Mas a questão não se encerra aí. É preciso esclarecer como esses funcionários chegaram aos cargos e como agiam em favor dos frigoríficos. A ex-ministra Kátia Abreu, senadora, disse ter cobrado a governos políticos, inclusive de seu partido, o PMDB, para, como ministra da Agricultura, acatarem Daniel Gonçalves Filho — ex-superintendente do Paraná preso na operação e apontado como chefe da organização criminosa — a quem se referiu como "bandido" e "marginal". É importante salvar a Operação Carne Fraca, colocando o seu foco no devido lugar. ■

CARLOS ALBERTO SARDENBERG

A reforma do povão

A Previdência brasileira, incluindo o pessoal do INSS e servidores de todos os níveis, fechou o ano passado com um déficit de R$ 336 bilhões. Esse é o resultado total de contribuições pagas pelos trabalhadores e pelos patrões, incluídos os governos, menos o total de aposentadorias e pensões pagas. Isso significa que o governo federal e os estaduais tiveram de buscar outros impostos e contribuições para pagar aos aposentados. Como o déficit é crescente, está na cara que, se não for contido, os governos acabarão tendo de usar toda a receita arrecadada para financiar o sistema de aposentadoria. Claro que essa é a situação impossível — a hipótese apenas indica que vai faltar dinheiro.

Como há déficit tanto no INSS quanto nos sistemas de aposentadoria de servidores, todos devem entrar na reforma, certo?

Não é bem assim.

O presidente Temer resolveu tirar do projeto de reforma todos os servidores estaduais — sistema esse que fez um déficit de R$ 89,8 bilhões no ano passado. Já excluiu de fora os militares, cujo sistema teve um rombo de R$ 34,1 bilhões.

Portanto, do pacote déficit total de R$ 336 bilhões, mais menos que R$ 133,7 bi, ou 40%, estão excluídos do projeto de emenda constitucional, a PEC da Previdência.

Como os servidores são os que têm maior poder de pressão sobre deputados e senadores que vão votar a reforma, não se descarta a hipótese de que os funcionários civis federais também sejam tirados do texto final. PEC. No ano passado, o déficit atingiu R$ 49,1 bilhões.

No total, fecha de fora um rombo de R$ 169,8 bilhões, referente a três milhões de aposentados, com os mais ricos rendimentos.

E quem fecha na reforma é o pessoal do INSS que, de fato, apresenta o maior déficit: R$ 145,7 bilhões. São que para pagar 30 milhões de brasileiros, sendo que quase 60% recebem um salário mínimo.

Sério reforma do povão.

CORRUPÇÃO NA CARNE

Pessoal diz que se o fiscal estava achacando o frigorífico, então é lógico que a indústria estava produzindo carne podre.

Certo?

Pode não ser.

É perfeitamente possível, provável até, que o fiscal estivesse exigindo propina para não criar dificuldades. Isso aconteceu direto e não apenas na indústria de carne. A legislação brasileira é complexa, minuciosa e contém, nos três níveis de governo, e para todos os setores da economia, um (normal internacional e bem superior a acha pulo em seu caso facilidade.

Poderia perguntar ao consulte ou ao advogado trabalhista de qualquer empresa: estão você tem certeza de que está não corrupto? A resposta honesta será algo mais ou menos assim: até onde o gerente consegue ver, parece correto, mas nunca se sabe.

Esse ambiente, claro, favorece a propina.

Acrescente ao quadro o aparelho

Carne Fraca mostra de novo aquilo que a Lava-Jato escancarou, que a corrupção política é sistêmica e geral

tecnicamente aparelhado para o cargo.

É fato porque o mercado sabe que será lá não por suas qualidades técnicas, mas pela força da indicação política. Os diretores da Petrobras apontados na Lava-Jato eram qualificados para os cargos.

No governo FHC foi feita uma reforma administrativa com o objetivo de profissionalizar a gestão pública. Foi importante foi a criação das agências reguladoras, que deveriam ser independentes de aparelho político do governo.

Teve um funcionamento muito razoável. Mas logo sucatearam. Especialmente a partir do governo Lula, os cargos nas agências foram loteados da mesma maneira que, digamos, uma diretoria sanitária do Ministério da Agricultura.

Em resumo: a "Operação Carne Fraca" parece ser um fiasco. Mas mostrou de novo aquilo que a Lava-Jato escancarou, que a corrupção política é sistêmica e geral.

E perigosa. Não é que muita gente está tentando aproveitar a falha da Polícia Federal nesse caso para melar todas as investigações? Algo assim: a carne não era podre, logo vamos cancelar as delações.

Não é fácil acabar com um sistema enraizado na cultura e na prática políticas.

NO ESTRANGEIRO

Pode parecer exagerado a reação dos governos que embargaram a importação de carne brasileira. Afinal, o Brasil é o maior exportador mundial, a superpotência do setor, estabelecido no negócio há muito tempo, vendendo boa carne e pouco há décadas a mais de uma centena de países. Como não consta que os frigoríficos estrangeiros soltam adrenalina com a carne brasileira, então qual o problema com uma operação policial limitada e equivocada?

O problema é que o Brasil está no noticiário internacional por causa da grossa corrupção na Petrobras, inicialmente, apurada por uma famosa operação policial.

Ou seja, limpar a imagem da carne brasileira exige também apurar a corrupção. ■

Carlos Alberto Sardenberg é jornalista

http://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_paginas%2… 1/2

11/07/2018 acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_pa…

O GLOBO

Tema em discussão

Trabalho terceirizado

Nossa opinião

Patrões e empregados

Na visão idealizada, fantasiosa da terceirização, este modelo de contratação da mão de obra não passa de uma ilusão de governos capitalistas. O que não impede que a modalidade de contratação cresça, pois, afinal, ela se torna inevitável pelo que representa em redução de custos, num mundo cada vez mais competitivo.

Por isso é crucial regulamentar a terceirização, tipo de relação trabalhista em expansão, medida que ocorre mais pelos avanços tecnológicos, e, na maioria deles, sem a conformação das linhas de produção. As estatísticas oficiais em muito violam as no setor de produtos eletrônicos, em que a fabricante, dona da marca e da tecnologia, contrata pelo mundo o fornecimento de componentes, com a própria montagem final sendo também descentralizada.

Imagine-se ver, em cada lote desta produção, trabalhadores — dos mais elevados do mundo. Nenhuma das grandes marcas deste setor existiria. Não teriam criado os milhões de empregos mundo afora — terceirizados ou por meio de acordos fiscais semelhantes.

Há muito tempo tenta-se no Brasil regular o que já existe por força da vida real. Mas a resistência a qualquer modernização da legislação trabalhista, nos 13 anos de hegemonia no poder, foi enorme. Foi necessário que, já em 2003, o crescimento rápido do desemprego convencesse a ainda presidente Lula a lançar um programa a fim de reduzir custos de contratação, com a permissão de que patrões e empregados pudessem negociar entre si reduções de jornada e de salários — uma heresia na única da CLT —, para preservar postos de trabalho. Mesmo assim, um programa voltado às montadoras, e não para todos os setores, mas é a nova medida, recém-no governo Temer.

A duras penas um projeto foi aprovado na Câmara e mandado para o Senado. As empresas veem nesta regulamentação a possibilidade de acabar com o risco jurídico que pesa sobre elas. Porque é lá sempre a possibilidade de um juiz do Trabalho equiparar o terceirizado a qualquer outro funcionário da contratante, com significa ter de recolher todos os impostos e contribuições trabalhistas, e assumir a carteira do necessitado.

> *Lei acabará com risco jurídico, e isso ampliará este mercado para mais contratações*

Há casos que envolvem centenas de milhões de reais em indenizações anuais. Cortes sobre isso. O ponto central de discussão é se é possível uncontrar "atividade-fim"? Há uma súmula do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que proíbe, mas não define o que é "atividade-fim". Fica tudo a depender da cabeça do juiz.

O projeto que está no Senado equaciona esta questão, reforçando as garantias dos direitos dos terceirizados. O contratante, por exemplo, assumirá todos eles, caso a empresa de terceirização não o faça.

Haverá um aumento de custos, mas empresários alegam ser melhor do que conviver com o risco jurídico. O Senado deverá aprovar o ciclo de reformas e aprovar o projeto. Ajudará patrões e empregados. ■

Outra opinião

Resistência inevitável

BENEDITA SILVA

Todo trabalhador sem carteira assinada sente que está perdendo salário, benefícios e direitos com o fim da CLT e a adoção da terceirização das atividades-fim. Ele sabe que isso é de exclusivo interesse dos empresários e de um punhado de deputados ligados a eles.

O Dieese divulgou estudo mostrando que, em relação aos trabalhadores contratados, os terceirizados têm, em média, um salário 24% menor, uma jornada de trabalho não menos que duas horas e são as maiores vítimas de acidentes de trabalho. Em síntese, a terceirização é a redução do custo com encargos na contratação por meio da precarização das relações de trabalho.

Resumo aqui um relato bem elucidativo do que é trabalho terceirizado, publicado pela CUT em agosto de 2016. Desde 1993, quando o Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) consolidou o entendimento sobre a terceirização da atividade-meio e a responsabilidade subsidiária do tomador, dona Zefa é "terceirizada da terceira". Nesse período, ela foi transferida de empresa várias vezes, mas nunca viu seus direitos respeitados. Virou uma "cliente" da Justiça do Trabalho.

Trabalho terceirizado, como o de dona Zefa, intimida a autoestima do empregado, impede a organização de ações coletivas e cria verdadeiras muralhas entre empregados e terceirizados, com direitos, salários e benefícios diferenciados. Essa situação que o governo Temer quer estender para todas as atividades-fim das empresas.

> *É um equívoco pensar que é possível fazer o Brasil voltar ao estágio de país oligárquico da Primeira República*

Tratando só das vantagens, fica claro que que os trabalhadores com carteira assinada são contrários à terceirização. Muito mais do que a garantia de direitos trabalhistas, a CLT representa para o trabalhador uma relação cultural com o seu emprego. Mesmo se equiparando pelos salários, ele sentirá-se por trás da CLT, não sentirá-se para o governo Temer vai reformar trabalhista tradicional. A insatisfação dos trabalhadores será inevitável e nada a deter. O que não falam são exemplos. Históricos mostrando que nenhuma repressão consegue impedir a luta por justiça social.

Desse modo, cada tentativa dos setores mais atrasados de fazer voltar para trás a roda da História não dará em lugar nenhum. Pensar que é possível transformar o Brasil atual, uma das dez maiores economias do mundo, naquele país rural e oligárquico da Primeira República, onde o chefe trabalhador não dirá nenhum direito, é um equívoco absoluto e, em médio prazo, um projeto político não sustentável. E o que já estão sinalizando as sucessivas crises políticas do governo atual e o agravamento, à pedir de vista, da recessão econômica, do desemprego e da redução de direitos.

A adoção de uma medida como a terceirização, com enorme impacto na vida de dezenas de milhões de trabalhadores e suas famílias, exigiria, no mínimo, uma consulta direta à população brasileira. Certamente, as duas potências também não aceitariam conduzir a medida do governo que as impactaria do mesmo modo sem antes sentir o pulso da sociedade. ■

Benedita da Silva é deputada federal (PT-RJ)

DENIS LERRER ROSENFIELD

Empresas vermelhas

A intrincada e cara trama de relações entre o PT, o Estado e as empreiteiras, revelada pela Lava-Jato, revela um lado do capitalismo brasileiro que, só com muita dificuldade, pode ser considerada como expressão de uma economia de mercado.

O partido sempre se caracterizou doutrinariamente por ser socialista, voltado contra a lógica e a economia de mercado, que, segundo ele, deveriam ser controladas estritamente. Resultado disso foi, por exemplo, o fracasso do programa de concessões, devido, principalmente, às iniciativas de controle do Estado, considerado um mal.

Da mesma maneira, as privatizações foram objeto de oprobrio, pois o Estado deveria ser empresário. Todo o que chamava a "privatização" deveria ser simplesmente desqualificado. Ele, aliás, além de ser um ativo interventor na economia, deveria, ademais, ser protagonista central. Dentre suas tarefas, deveria promover empresas estatais e privadas que seriam as campeãs nacionais.

Do ponto de vista das relações internacionais, deveria uma escolha igualmente socialista, com todo um prestígio de parceiros como os países bolivarianos e africanos. Lá também empresas obedeciam aos diktats do Estado partido, algo que certamente aparecerá com os desdobramentos da Lava-Jato, à medida que a operação prossiga após a morte do ministro Teori Zavascki.

Ora, esta ideologia, esboçada aqui em alguns de seus traços, teve como seu instrumento empresas que se pretendiam e este serviço em busca, por sua vez, de lucros volumosos, possíveis somente pelas escolhas partidárias feitas.

Denominamos essas empresas de "vermelhas".

Qual consistia a sua função do ponto de vista partidário? Ela consistia em financiar o projeto socialista. Ou seja, empresas símbolos do capitalismo brasileiro estariam voltadas para a implementação de um projeto que, em tudo, contraria os princípios de uma economia de mercado, da concorrência e do respeito aos contratos.

Lucro para elas não seria um fator objetivo e baseado numa escolha política. Não seria o resultado do menor preço de seus produtos em um mercado concorrencial, bem o, o PT alcançaria o lucro e garantia lucros exorbitantes para as empresas que o financiavam. Quem pagava a conta era, evidentemente, o cidadão e as empresas — não vermelhas — que pagavam impostos.

Não deixa de ser interessante o aspecto paradoxo. Empresas vermelhas que financiavam um projeto socialista que, por definição, se posicionava contra os princípios que regem uma economia de mercado e que, em tese, deveriam nortear a atuação de qualquer empresa.

Contudo, empresas "selecionadas" não deveriam obedecer aos princípios mesmos do capitalismo. Seriam-se, em tão dota crítica, deveriam manter os seus próprios critérios e valores. O discurso antiquíssimo pelos comerciais unicamente com os "princípios" deveria empresas as vermelhas. A "concorrência" seria preservada. A ela e a ninguém pertencem a bolhas.

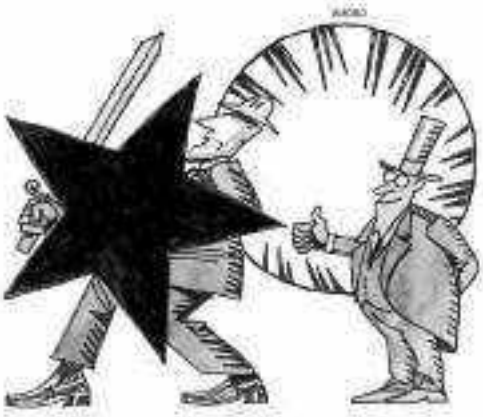
O preço de tal distração ideológica foi a subversão completa dos princípios de uma economia de mercado. Lembremos alguns deles.

A intervenção estatal, no segundo mandato de Lula e nos de Dilma, foi exigida em um direito que não admitia qualquer contestação. Caberia ao Estado determinar margens de lucro em concorrências públicas e atribuir de forma privilegiada, às empresas que se prestassem aos seus desígnios socialistas e estatizantes.

Chegou-se ao extremo de determinar as tarifas de energia elétrica, produzindo um déficit que está até hoje prejudicando as empresas do setor. O Estado pelas tudo sabia. Deu no que deu!

O fato, conforme observado, foi considerado algo a ser tentado, uma espécie de fuga que não deveria ser revelada. Entretanto, as empresas vermelhas, ao que financiavam projetos socialistas, deveriam, em seus preços, contando em conduzir-se, comprando o cidadão brasileiro e tornando o Estado como objeto de seu balcão. Tudo isso seguindo as orientações estatais e partidárias.

A livre-fundadora foi outro princípio completamente prejudicado, pois havia apenas a intervencionismo estatal. As empresas eram previamente escolhidas como concorrentes públicas, quanto à sua seleção, daquilo que deveriam ser declaradas vitoriosas nesta corrida, expressão do "capitalismo" brasileiro.



Observe-se aqui que não se trata somente de um capitalismo de compadres, aquele que favorece determinados grupos que não pretendem seguir as regras da livre concorrência, mas de um projeto político que procurava subverter de direito os princípios e valores de qualquer economia de mercado. Ou seja, empresas vermelhas deveriam se colocar a serviço da instauração gradativa de uma sociedade socialista.

Para estas empresas e para o projeto estatizante petista, não valeriam as regras de uma economia concorrencial, aquela em que as empresas vencedoras, as que se afirmam no mercado, são as que se destacam pela eficiência, pela competitividade e pela inovação.

Um dos princípios sagrados de uma economia de mercado consiste no respeito aos contratos e na segurança jurídica. Ora, o projeto petista desconhecia-o na mais completa insegurança, onde apenas as empresas vermelhas teriam a segurança de investir, pois seus contratos eram sistematicamente alterados para adevirem maiores lucros. As demais ficavam à mercê do arbítrio.

Há, ainda, todo um novo capítulo do que está por vir, quando a Lava-Jato passar a investigar mais sistematicamente as conexões destas empresas com outros países africanos e bolivarianos. Ela passará a revelar como os governos petistas serviram para o enriquecimento ilícito de seus partidos e de seus integrantes, alguns se tornando milionários.

Será a operação Angola que projetará uma nova luz sobre as empresas vermelhas e o modo de atuação do PT, contando, também, governos estrangeiros e lançando-lo, o que fizemos aqui. Deveríamos ver-a-lá uma trama de relações em que os discursos de solidariedade mostram-se-ão enganosos, sem, evidentemente, não deixar de vermelhas que a tinha encantado. ■

Denis Lerrer Rosenfield professor da Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

11/07/2018 acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_pa…

O GLOBO

Tema em discussão

A crise de segurança no Espírito Santo

Nossa opinião

Ajuste necessário

O ajuste fiscal nas contas do Espírito Santo, estado que se tornou exemplo de insolvência administrativa para o país — especialmente num momento em que unidades da federação, como o Rio de Janeiro, vivem situação financeira calamitosa ... não tem relação direta com a greve de policiais militares iniciada no dia 4 de fevereiro, que provocou mortes e levou o caos à população capixaba.

Diferentemente do que ocorre no Rio de Janeiro, onde policiais militares, assim como os outros servidores públicos estaduais, têm recebido seus salários com atraso, no Espírito Santo os PMs estão com os soldos em dia. Entre outras coisas, eles reivindicam melhores salários e melhores condições de trabalho. É preciso deixar claro que o movimento capixaba — encabeçado através de familiares que permaneceram em acampamento, fingindo bloquear as entradas de quartéis — aproveitou-se da ausência do governador Paulo Hartung. Recorreu-se para extrair um barrio do bezerro, em São Paulo.

Com o governador fora do estado, PMs se retiraram das ruas e provocaram uma situação de desconforto social. Escolas, universidades, postos de saúde e lojas comerciais fecharam, ônibus pararam de circular, o medo tomou conta das ruas, e a população assistiu tornando refém do movimento dos policiais militares. Em dez dias, foram contabilizados mais de 140 crimes, segundo o Sindicato dos Policiais Civis do Espírito Santo.

Havia ainda tumulto no estado, e o governo não cedeu aos grevistas, como parece ter sido sua desejado. Ao contrário, O comando da Polícia Militar convocou a punição de mais de 300 PMs, que estão sendo indiciados por crime de revolta. Se forem condenados, poderão receber penas de 8 a 20 anos de detenção, além de serem expulsos da corporação. O envio de homens da Força Nacional, do Exército e da Marinha fez com que a ordem nas ruas da Região Metropolitana de Vitória voltasse aos poucos ao normal.

Com o movimento esvaziado, na semana passada, policiais militares começaram a voltar às ruas, embora uma parte ainda permanecesse aquartelada. No início da semana, em retaliação com o comando da corporação, familiares dos PMs que eram liderados o movimento já ameaçavam abandonar o acampamento — principal reivindicação do grupo — em troca de anistia. Nada feito.

Os desdobramentos do movimento capixaba pouco têm a ver com o que aconteceu no Rio, onde houve uma paralisação parcial da Polícia Militar. O estado, em que o funcionalismo em geral recebe seus salários no decorrer do mês, já somava todos os limites do gasto de pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Obras estão paradas, hospitais enfrentam atendimento, e serviços funcionam precariamente em meio à crise. Apesar desse cenário, a greve dos PMs foi menos não prosperou. O que mostra que esses movimentos seguem lógicas próprias. A greve da PM praticamente acabou, e o Rio continua pedindo socorro da União para poder funcionar. ■

Ao contrário do que ocorre no Estado do Rio, policiais do Espírito Santo estão com salários em dia

Outra opinião

Calamidade e arroxo

GIVALDO VIEIRA

O clima de guerra civil instaurado no Espírito Santo desde o último dia 4, quando foi iniciada a paralisação dos policiais militares, é sintoma substancial do cenário de caos que pode se tornar o Brasil com o governo autoritário e ilegítimo Temer. No cenário nacional, estão sendo implantados, à base de intervalos no Congresso e à mídia de massa, medidas neoliberais que atacam os direitos de trabalhadores, estudantes, aposentados e, sobretudo, servidores públicos, como a aprovação da PEC 55, que congela gastos públicos pelos próximos 20 anos. E em terras capixabas, o povo é penalizado em plena funcionamento do modelo de austeridade fiscal — assim como o adotado por Temer, que coloca em segundo plano investimentos sociais e a valorização de servidores públicos.

Em terras capixabas, o povo é penalizado pelo modelo de ajuste fiscal adotado pelo governo

Nestes casos específicos, o título de diálogo foi substituído de situações extremas, como à época da ocupação de estudantes em protestos contra a PEC de Ensino Médio e a Reforma do Ensino Médio e, neste caso, com o aquartelamento de policiais militares no Espírito Santo em movimento coordenado por seus familiares. Eles reivindicam uma pauta demandas: reajuste salarial, adicional de insalubridade e melhores condições de trabalho. E, embora tenham sido ao se rebelar, escolheram um método desproporcional para levar seus anseios. O recorde ininterrupto de assassinatos já está próximo dos duas centenas em pouco mais de dez dias, de acordo com o Sindicato da Polícia Civil. Com a inesgotável desculpa para resolver a situação, pensam governo e manifestantes, pagamos todos os capixabas.

Nesta calamidade, quando precisamos das ações executivas do governo federal para garantir a segurança dos cidadãos, a liturgia e a ineficiência da gestão não escondida pela retórica do interventor precisam ser registradas. Depois de vários pedidos feitos pelo governo estadual e pela Bancada capixaba em reuniões com representantes do governo Temer, chegou, somente dois dias após o início da paralisação, um contingente pequeno da Força Nacional e do Exército.

Quando em dezembro passado os policiais militares de Pernambuco ameaçaram um movimento grevista, Temer disponibilizou prontamente, por meio de seu ministro da Defesa, o senhor Raul Jungmann, 3.500 militares para garantir as ruas da Região Metropolitana do Recife. E a greve não eclodiu. Recebemos, portanto, tratamento desigual.

O clima de uma guerra civil se espalhar por outros estados do Federação é real, e a necessidade de se consolidar uma interdisciplina capaz de estabelecer uma negociação nestes momentos é urgente. E, com a aprovação de políticas agressivas aos direitos fundamentais, de pois arrocho sem comprometimento com as conquistas sociais, tais quais as reformas (que são destruições, na verdade) da Previdência e da CLT, o brasileiro poderá viver períodos cada vez mais difíceis de caos, como tem sido a destes longos dias para os capixabas. ■

Givaldo Vieira é deputado federal (PT-ES)

DENIS LERRER ROSENFIELD

Temer e a moralidade pública

A política brasileira atravessa, hoje, a um momento de ordem ética. A corrupção dos agentes políticos e condenada sistematicamente, não se admitindo mais qualquer crime desta natureza. A democracia do PT e a impeachment da ex-presidente Dilma são frutos de todo um amadurecimento da sociedade e da opinião pública.

As manifestações de rua corroboram esta mudança, salvando o destino do governo anterior. Medidas de moralidade pública foram exigidas. O governo que a elas não se adequar corre um sério risco de legitimidade e, mesmo, de existência.

A ascensão do presidente Temer inscreve-se num processo de renovação política, baseado em duas idéias orientadoras: a da racionalidade econômica e a da renovação ética. A sociedade já não mais admite mais do mesmo.

Se que diz respeito às medidas econômicas, o novo governo apresenta uma fase reformista, contrastando com os governos anteriores, que levaram o país a ruína. Privilegia a relação com o Congresso, cente da necessidade de aprovação de suas reformas essenciais.

Em pouco tempo, muito foi feito: a aprovação da PEC do teto do gasto público, visando à equilíbrio despesas e receitas; o encaminhamento da reforma previdenciária, imprescindível para o equilíbrio das contas públicas; o encaminhamento da modernização da legislação trabalhista, sem a qual o país ficará preso a uma época ancorada; o processo de reestruturação da gestão da Petrobras, vítima de um antro de corrupção partidário e pessoal e assim por diante.

No que tange à questão ética, o novo governo deixou a desejar. Vários ministros com problemas judiciais e detalhados acabaram a fazer parte de seu equipe. Não deveriam ter sido escolhidos. A percepção da sociedade foi a de que nada havia mudado nesse quesito. A imagem presidencial foi gravemente atingida.

O afastamento de alguns logo nos primeiros meses mostrou o descompasso entre o governo e a sociedade. Ao delegar do Gabinete de Temer a governabilidade esse problema, que se tornara ainda mais agudo quando estas se tornaram públicas, seja por vazamentos, seja pelo levantamento de seus sigilos.

Temos se parecendo uma atitude presidencial que fosse fácil e não questão, não blindando ninguém. O Brasil é muito maior do que seus governos. A sobrevivência de ministros não pode estar acima do interesse nacional.

Foi necessário estabelecer uma linha de corte que desse voz à sociedade e assegurasse as condições de governabilidade. Nenhum governo pode indefinidamente responder a uma delação por semana, porque algumas são fundadas, outras não o são.

O critério estabelecido pelo presidente foi o de afastar provisoriamente ministros envolvidos em Lava-Jato, uma vez que sejam denunciados pela Procuradoria-Geral da República. O afastamento se tornará definitivo quando for aceitada a denúncia pelo STF, o ministro tornando-se réu.

Dois problemas são assim colocados: a permanência indefinida de um ministro até ser a sua condenação transitada em julgado, o que levaria anos, e a não aceitação de qualquer delação sem que o crime de afastamento. Este deve estar embasado em um conjunto consistente de provas, tal como elaborado pelo Ministério Público.

Note-se que o discurso presidencial foi principalmente dirigido à sociedade, com o claro intuito de estabelecer um diálogo com a opinião pública. A mensagem foi pública e não apenas endereçada ao Congresso.

Mandou, no mesmo tempo, um recado aos seus ministros: se for comprovado o seu envolvimento com os crimes da Lava-Jato, serão obrigados a partir. De nada servirão as tentativas insistentes de alguns ministros se de delações simplesmente dizendo que não foram condenados ou que receberam, com vem e recebe as acusações.

As reações de vários setores de comunicação foram, porém, desproporcionais, estando a serviço de filiações interessado em abater o governo Temer. Convém notar que alguns jornalistas chegaram a afirmar que o presidente é uma sentença blindado os seus ministros, algo contrário à própria mensagem presidencial, que referiu o seu apoio à Lava-Jato. Outros mais sensatos observaram que Michel Temer tinha colocado uma corda no pescoço de vários de seus assessores.

Partindo da "tese" de blindagem, as delações de tal posição produziram medidas das denúncias apresentadas pela PGR no STF, para simplesmente afirmar que sendo estas superiores a um ano e meio, ninguém seria afastado. Ora, a denúncia de ex-deputado Eduardo Cunha demorou cinco meses, o que significa dizer que um movimento semelhante da sociedade e das ruas obrigaria ministros envolvidos a se afastarem no período não de julho, se não antes.

É, doravante, responsabilidade da PGR e do STF produzirem denúncias e julgarem. Devemos passar mais à margem de seus atos e de sua moralidade. Se nada fizerem em relação aos acusados, serão cúmplices da impunidade. A atenção da sociedade se voltará contra eles, e poderá, então, se tornar alvos de manifestações populares.

O procurador Janot deverá ser a referência dos promotores de primeira instância em Curitiba e no Rio de Janeiro, sob pena de tornar-se símbolo da procrastinação. Só agirá pela lentidão, o "Foro Janot" poderá ganhar os anais.

O país se vê diante de uma nova configuração política, com a opinião pública confrontando-se aos mais diferentes tipos de fatos e lançando sua atenção não mais apenas no governo, mas, também, no MPF e no STF.

Nos próprios Ministério Público e Judiciário se produziram vazamentos com o intuito não somente de colocar em questão vários ministros, mas também visando a acelerar as denúncias e o seu acolhimento pelo Supremo. Os ministros começarão a sangrar desde a publicação das delações até a sua conversão em denúncias. E entre estas e o seu acolhimento, a sua própria se tornará inconsistente.

A parte da frase de cerle introjetada pelo presidente, não há blindagem possível, uma vez que a sociedade se manifesta, e a imprensa e os meios de comunicação cobrarão adequadamente os processos em curso. ■

Denis Lerrer Rosenfield é professor de Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

http://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_paginas%2… 1/2

O GLOBO

Opinião

Governadores parecem desconhecer o tamanho da crise

A cena do governador do Rio Grande do Norte, Robinson Faria, alternando terça-feira em Brasília, que a situação estava sob controle na penitenciária de Alcaçuz, em seu estado, enquanto a GloboNews mostrava presos amotinados sobre telhados do presídio, pode ser explicada pela compreensível preocupação das autoridades em acalmar a população.

Em Alcaçuz, do segundo ocorrência, haviam sido chacinados mais de duzentos detentos em mais uma batalha de choque entre grupos, na guerra movida pelo PCC, paulista, e o fantasmagórico Comando Vermelho, em luta pelo controle do tráfico de drogas, com expressões de brutalidade nos cadeias.

É uma grave crise de segurança, com 130 mortos até outras, em cadeias de vários estados (Amazonas, Rondônia, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio Grande do Sul), apenas a ponta de um iceberg todo.

> *Desembarcar em Brasília para apaziguar as turbulências na área de segurança, a fim de tentar o liberação de verbas, é agir de forma oportunista*

Autoridades podem tentar minimizar o problema em pronunciamentos e entrevistas, mas é inaceitável que ajam como se de fato não tivessem consciência da gravidade do momento.

A turbulência na área de segurança pública coincide com a mais grave crise fiscal de que se tem notícia no país, e não se descobrir que alguns governadores de estados e cidades de políticas e agentes penitenciários podem ampliar a gravidade do problema.

Mas nada justifica que governadores e secretários de Segurança viajem a Brasília, chamados para discutir o Plano Nacional de Segurança com o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, e o presidente Michel Temer, e apareçam para dar pirueta a quedas bastante em torno da execução do programa.

Alguns chegam até a reclamar sobre a mesa a velha proposta da vinculação de verbas orçamentárias para o setor. Ora, a vinculação é inoportuna, porque, do ponto de vista fiscal, o que o país necessita é o oposto: reduzir ao mínimo as vinculações, causa do engessamento orçamentário, um dos fatores que levaram as despesas públicas a aumentar em durante tempo acima da arrecadação de tributos, de inflação e do próprio crescimento da economia. Daí a enorme crise fiscal em curso.

É de um oportunismo gritante usar este momento para capturar recursos federais. Sem dúvida, os fundos de caixa do plano são terra essencial, e despesas não previstas têm de ser realizadas. Já vem sido liberadas verbas para ocupação e construção presídios, por exemplo.

Mas quero ainda no sentido do ajuste, que o governo abra as portas do Tesouro antes de se detalhar o programa compartilhado de segurança, com a definição de papéis, funções e outros aspectos relevantes de um plano de grandes proporções, denuncia interesses escusos que se utilizam dessa temporidade na segurança pública para escapar do necessário corte de gastos e reformas em outras áreas. ●

May confirma virada nacionalista do Reino Unido

O esperado discurso de Theresa May na terça-feira foi bem recebido pelo mercado financeiro, levando a libra a se valorizar após semanas de forte queda. A noção dos agentes financeiros se deve, segundo analistas, à definição de uma situação que vinha se prolongando na incerteza do processo de divórcio do Reino Unido da UE. A premier britânica usou expressões como "plano no acelerador" e "recuperar o controle" das fronteiras, deixando claro que o país vai sair da UE, com todas as consequências, e vislumbrado Brexit, interrompendo mais de 40 anos de processo de integração europeia.

May confirmou que a saída da UE será integral, o que permitiu aos agentes financeiros começarem a planejar a melhor forma de lidar com a nova realidade que se desenhará nos próximos anos, durante complexas negociações entre Londres e Bruxelas, culminando no voto final do Parlamento britânico.

O diretor-executivo do HSBC, Stuart Gulliver, por exemplo, disse, após a fala de May, que as operações financeiras que geram cerca de 20% da renda do banco devem ser transferidas para Paris. E Andrea Orcel, presidente do UBS Investment Bank, afirmou que o banco terá que transferir empregados de Londres para a UE com o Brexit. Tudo se que o Reino Unido, para manter o interesse em sua praça financeira, a City, se transformar num paraíso fiscal no estilo de Cingapura.

> *Premier britânica afirma que vai "pisar no acelerador" do Brexit e fará um divórcio completo em relação à UE. Economistas dizem que país ficará mais pobre*

Como sugere o resultado apertado do plebiscito (51,8% a 48,2%), o Brexit está longe de ser consenso entre os britânicos. Tim Farron, líder do partido Democrata Liberal, de centro, disse ao "New York Times" que "May afirma que os povos vivem em pé, sob do mercado comum. E eles não o fizeram. Ela [May] optou por causar enorme prejuízo à economia britânica". Já o líder da oposição trabalhista, Jeremy Corbyn, disse que a premier quer "comer todo o bolo sozinho", referindo-se à sua intenção de fazer o Brexit e simultaneamente manter os privilégios de sua relação especial com a UE.

Mas, a julgar se pela reação dos líderes europeus, as coisas não serão tão simples assim. Até porque, o país terá de enfrentar os "federalistas" europeus, que o exemplo britânico se torne viral, estimulando novos movimentos de secessão, como já se vê em alguns países, inclusive na França. O Brexit é o velho do nacionalismo, reação que há tempos da globalização.

A maioria dos economistas concorda que o preço do divórcio será alto e resultará num país mais pobre. Para retomar o controle de suas fronteiras e devolver a Londres o poder decisório, hoje compartilhado com Bruxelas, o Reino Unido terá que abrir mão das vantagens do mercado comum, que absorve 45% de suas exportações. Dificilmente, o país conseguirá certos benefícios do americano Donald Trump já propôs um acordo comercial bilateral) em mesmo nas mesmas condições vantajosas. ●

KENNETH ROGOFF

O déficit de Trump

É um mito pós-crise financeira que governos conservadores de orientação pró-mercado são sempre ajustam prudência fiscal, ao passo que os progressistas de tendência distributiva veem grandes déficits como o maior bicho-papão do mundo. Esta perspectiva simplista, embora possa conter um grão de verdade, não capta a verdadeira essência da política econômica dos déficits.

O fato é que sempre que um partido sem o direito controle do governo, possa igualmente um poderoso incentivo para tomar empréstimo para financiar suas prioridades, sabendo que isso será necessariamente ele quem vai pagar a conta. Assim, pode se esperar do governo do presidente eleito Donald Trump, conservador ou não, um seja aprovado de déficits orçamentários para financiar suas prioridades em relação a tributos e gastos.

A maneira mais precisa de medir os déficits fiscais governamentais em democracias foi proposta no fim dos anos 1980 pelos acadêmicos italianos Alberto Alesina e Guido Tabellini, mais ou menos simultaneamente aos dois nomes, Torsten Persson e Lars Svensson. Embora suas abordagens diferam um tanto, a ideia básica é a mesma: dar déficits aos amigos enquanto isso for possível. Se bater déficits mais adiante, quando a oposição chegar ao poder, bem... azar.

Basta lembrar a história econômica recente dos EUA para confirmar o acerto do modelo italiano/norte — e ver o quão absurdas são as alternativas de que os republicanos sempre buscaram equilíbrio o Orçamento, enquanto os democratas sempre tentaram gastar além da capacidade do país. Nos anos 1970, o hawk conservador Donald Rumsfeld estava disposto a tolerar enormes déficits para financiar seu ambicioso plano de corte de impostos, e eleger Reagan nessa época, em que não era tarado tópico empresarial.

No início dos anos 2000, outro presidente republicano, George W. Bush, basicamente seguiu o modelo de Reagan, mais uma vez cortando impostos e explodindo os déficits. Em 2013, no auge do impasse entre o Congresso controlado pelos republicanos e o presidente democrata Barack Obama em relação ao déficit e a dívida nacional, o candidato presidencial republicano Mitt Romney anunciou um plano econômico que incluía enormes déficits para financiar cortes de impostos e a elevação de gastos militares.

No outro lado desse espectro, o presidente democrata Bill Clinton, durante o que muitos economistas acadêmicos consideram ser sido uma presidência de extremo sucesso, colocou o governo numa situação de superávit. De fato, no fim dos anos 1990, alguns pesquisadores chegaram a especular como os mercados internacionais financiariam o governo americano gradualmente eliminasse toda a sua dívida. Bom, com sua sucessora política de corte de impostos e gastos sem financiamento, parecido que isso nunca se tornasse um problema.

O que, então, revela que os déficits tendem em espiral à proporção que partidos se alternam no poder e tomam emprestado para ajudar seus aliados? Em democracias altamente funcionais como as dos EUA ou do Reino Unido, há salvaguardas mandatórias

> *É um mito pensar que conservadores defendem o rigor fiscal enquanto progressistas são a favor de gastos sociais*

contra os problemas causados pelo alto endividamento para permitir algum apoio à redução periódica das relações dívida/PIB. Mas, mesmo nos EUA e no Reino Unido, déficits fiscais não são formas estáveis e devem de estimulo econômico, como nos anos anteriores o modelo keynesiano. Em vez disso, os déficits são quase sempre o produto de forças bem internas entre prioridades fiscais.

Claro, num mundo em constante transformação, os custos de se ter um alto endividamento pode mudar com o tempo. Após cair durante décadas, as taxas de juros estão sabotando o começando a subir.

Diferentes atitudes em relação a fiscal um fator central na recente controvérsia sobre qual o patamar ideal de estímulo. Até recentemente, muitos analistas econômicos de esquerda defendiam grandes estímulos fiscais nos EUA, embora pareçam ter mudado de posição do meio para o fim (a maneira em que Trump foi eleito, para ser mais precisos). Ninguém sabe ao certo qual o ponto de equilíbrio entre endividamento e estímulo.

O vencedor do prêmio Nobel Thomas Sargent e outros argumentam atualmente que o nível ideal de endividamento dos EUA seria bem próximo a zero, embora ele não seja de fato chegar a um ponto no curto prazo, uma vez que o endividamento do governo americano está hoje acima de 100% do PIB. A recomendação de Sargent contrasta o mais [defendido recentemente na revista "Economist"] de que, em vez de estabilizar o endividamento, todos os países ocidentais deveriam se tratar no longo prazo a dívida líquida é superior a 100% do PIB, a maior relação entre os economias desenvolvidas).

O que importa não é apenas o nível de endividamento, mas igualmente o quanto ele é administrável. Alguns gurus recentemente chamaram a discussão sobre a sustentabilidade da dívida do governo deve ser substituída por um diálogo para organizações aprendam a sustentabilidade. Mas se as taxas de juros dispararem, na era Trump, o governo dos EUA vai desejar ter optado por manter endividamento de curto prazo e não de longo prazo.

Se uma possibilidade com Trump permite grandes endividamentos — junto com crescimento mais acelerado e mais inflação — um abrupto aumento das taxas de juros poderão ocorrer, colocando forte pressão em pontos frágeis em todo o mundo (por exemplo, no endividamento público italiano) e sobre endividamento corporativo em mercados emergentes. Muitos países vão se beneficiar do crescimento dos EUA (se Trump não implementar simultaneamente barreiras comerciais). Mas qualquer um que esteja contando com a permanência das taxas de juros em baixa patamares porque os governos conservadores são avessos a déficits vai precisar de uma lição de História. ●

Kenneth Rogoff é economista-chefe do FMI, professor de Economia e Política Pública na Universidade de Harvard. © Project Syndicate

N. da R.: Carlos Alberto Sardenberg está ausente nesta quarta-feira

11/07/2018 acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_pa…

O GLOBO

Opinião

Sinais de recuperação pressionam por reformas

Na crônica da mais profunda recessão já registrada pelas estatísticas oficiais, quinta-feira, 16 de março de 2017, será uma data de destaque. Porque foi quando se divulgaram os primeiros números positivos sobre o mercado de trabalho, depois de 22 meses, quase dois anos, de más notícias.

Não havia abertura de vagas no mercado de trabalho formal, portanto com carteira assinada, desde abril de 2015. A recessão, em dois anos, 2015/16, reduziu o PIB em mais de 7%, algo inédito. Este ano a produção já colecionou quase 13 milhões na rua. O mesmo que a internada que se esforça possina e se consolida, levará irreparável que as empresas voltem a contratar em peso.

É natural. Com a grande capacidade ociosa existente, os empresários primeiro procurarão ocupá-lo, sem aumentar a folha de salários. Se houver confiança na recuperação da economia, começa-se, então, a contratar.

> Mercado de trabalho volta a criar vagas de carteira assinada, o que se soma a outras notícias positivas. Mas, se Congresso não ajudar, a retomada terá fôlego curto

Além disso, desestimula a retomada das admissões a rigidez e ineficiente legislação trabalhista, fruto de desatualizado e criação de vagas no segmento formal do mercado de trabalho. A geração, em fevereiro, de 35.612 vagas de carteira assinada ocorre antes do que previam analistas, que esperavam este movimento só no segundo trimestre. Isso pode indicar que o PIB do período de janeiro a março terá mais boas notícias.

Há detalhes animadores nesses estatísticas do Ministério do Trabalho. Como comunicou na indústria de máquina e equipamentos, indicador de investimentos da ampliação da capacidade de produção.

Uma recuperação ainda a dor a dimensão do que aconteceu em fevereiro: neste mesmo mês, no ano passado, foram fechadas 105.542 vagas, o pior resultado para fevereiro registrado pelo Ministério do Trabalho desde que começou esta série estatística, em 1992.

A importância política da notícia é clara. Tanto que o presidente Michel Temer foi pessoalmente divulgá-la. Pela primeira vez desde que assumiu, ainda interinamente, em maio, o bom cenário gera ganhos positivos de algum peso. Além da volta de empregos formais, há a boa sucedida privatização de aeroportos, com a participação de grupos estrangeiros, e a primeira melhora de avaliação do país por uma agência de risco, a Moody's.

Mas esta recuperação terá vida curta se o Congresso não aprovar a reforma da Previdência e as posteriores, como a trabalhista. Os gastos previdenciários são importante causa estrutural dos desequilíbrios orçamentários crescentes do país. Foi um avanço criação de um teto constitucional para conter o crescimento ininterrupto das despesas. Mas, sem a revisão das regras para aposentadorias e pensões, cedo ou tarde este teto será rompido.

Deputados e senadores precisam entender o que significam estes primeiros sinais de retomada. São muito bem-vindos, mas, sem que as mudanças urgentes na Previdência sejam aprovadas, além de outras correções necessárias — na legislação trabalhista e impostos, por exemplo —, a retomada será efêmera, porque a sociedade perceberá que não existem bases para um crescimento de fôlego. ●

Febre amarela expõe falhas na vigilância

O caso do pedreiro Weslla Santos, morador de Cachoeiro de Itapemirim que morreu de febre amarela, o primeiro dito confirmado no Estado do Rio, expõe a fragilidade dos sistemas de vigilância. Segundo parentes, ele passou não vomitou hospital local, com febre, dor de cabeça, vômito, falta de ar e dores no corpo. Na primeira, os médicos diagnosticaram sinusite; na segunda, sinose. Quando chegou pela terceira vez, Weslla já estava em estado grave e morreria poucas horas depois.

Ou seja, profissionais de saúde de município não foram alertados em instâncias para detectar possíveis casos de febre amarela, apesar de o Rio fazer fronteira com Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, estados que registram surtos da doença. O episódio mostra ainda que o vírus entrou pela cidade homem, morando pelas autoridades do Estado do Rio. Weslla não tinha viajado para regiões de risco. A Cachoeiro de Itapemirim, na Região dos Estados Litorâneos, não estava na área de recomendação da vacina — o bloqueio estava sendo feito nas divisas do estado. A vacinação da população de Cachoeiro só começou depois da morte do pedreiro.

Outro fato que revela as lacunas detectadas pela vigilância é o caso dos macacos mortos no Rio. Exames feitos pelo Instituto Evandro Chagas, do Pará, em quatro sagui e um macaco-prego recolhidos em outubro de 2016 em diferentes bairros da capital, deram positivo para febre amarela. Embora uma contingência esteja sendo realizada pela Prefeitura, a informação do Evandro Chagas, centro de referência nacional para a febre amarela, por si só, é preocupante. Ela perdeu indica que, há cinco meses, o vírus da doença circula pelo Rio. Até agora, as autoridades desconhecem o fato.

Falhas parecidas já haviam acontecido em Minas Gerais, onde macacos começaram a morrer de febre amarela em abril do ano passado. Em dezembro, apareceram as primeiras pessoas doentes. Mas o surto só foi anunciado em janeiro deste ano. Diante da demora das autoridades de saúde mineiras em agir, não surpreende que o estado contabilize mais de cem mortes.

Na verdade, os deslizamentos no controle da doença são um mal que atinge todo o país, perpetuado sistema de governo. Não fosse isso, autoridades não estariam às voltas hoje com doenças que pareciam extintas. A febre amarela urbana foi erradicada no Brasil em 1942. Mas a presença do Aedes aegypti em quase todos os municípios do país torna possível sua ressurgência. No caso da forma silvestre, o risco ocorre atualmente, e pelo Ministério da Saúde admite que, a partir dos anos 2000, a doença, que estava contida principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, começou a se expandir em direção ao sul. Hoje, faz estragos no Sudeste.

Sem sistema eficiente de vigilância nos três níveis de governo, autoridades estão sempre correndo para remediar uma situação que, em muitos casos, poderia ter sido impedida. ●

ANA MARIA MACHADO

Farinha do mesmo saco

A expressão popular tornou-se igualar que estão juntos como sendo vinho da mesma pipa. No Brasil, estamos em feijoada do mesmo saco. Nos últimos dias, temos discutido políticos do mesmo saco. Do não?

Claro que sim. E claro que não. Também não são iguais os que se classificam de uma forma ou de outra. Não só pela amizade de que se revestem ou por controvérsias partidárias. O fato é que diferem em dois cursos. Igualmente são diversos conforme os resultados que reportam suas declarações — e não apenas pelos partidos pelos quais escreveu ou por raízes dos candidatos em que votaram.

No entanto, é indispensável que o país nesse momento debata essa questão. Dela não vão depender somente as decisões sobre leis passadas. Mas uma análise clara servirá para orientar medidas que ajudem a melhorar uma cultura eleitoral que melhore o futuro. Em primeiro lugar, é preciso discutir com clareza e transparência, lançando luz sobre o tema, de modo a que possamos entender o que se passa, sem deixar brecas de dúvidas nos diversos mandatários.

A seu alcance, já deveríamos estar todos tão escolados que não se precisaria repetir o óbvio. Mas os caminhos e mecanismos são propositadamente complexos, para embaralhar ainda. Então, insisto em alguns pontos básicos — e demais. Situações diferentes podem exigir punições diferentes.

1 — Ser mencionado por receber dinheiro apontado por um delator ou investigado não é o mesmo coisa. E ser denunciado, acusado ou transformado em réu também é outra.

2 — Até recentemente, doação de empresa era perfeitamente legal até o limite de 2% de seu faturamento. Cada partido ou candidato podia pedir quanto quisesse e dentro desse limite. Desde que tudo fosse declarado, não havia problema, por mais que se possa especular sobre os interesses de uns e outros na pedida.

3 — Qualquer caixa 2 é ilegal, seja de grande empreiteira ou o bonequinho da esquina. O delito fiscal. Significa que um dinheiro não foi declarado e não pagou impostos. Tem punições previstas em lei, para quem o comete. Mas em si ainda não é corrupção, embora possa se tornar em vários crimes. Todos esses precisam ser expostos e castigados na forma da lei. O caixa 2 prejudica o caminho para eles. Pode

> Qualquer caixa 2 é ilegal, seja de grande empreiteira ou do bonequinho da esquina. Significa que um dinheiro não foi declarado

incluir conflito de interesses e indícios de ilegalidade. Pode ser forma de esconder de um mandatário a real proveniência da doação ou do cobrar a achar que no distrito gato que se sabe do Brasil profundo, práticas corriqueiras em prefeituras). Pode ser pagamento de propina por favores recebidos ou a receber — seja por meio de projetos de lei favoráveis, emendas a MP e PECs, benefícios fiscais, superfaturamentos, subfaturamentos, a contratos, e o mais que andamos descobrindo.

Nessas descobertas que formaram as pessoas de bem, vai se delineando o mais perfeito. Apaziguamento, não surge como caixa 2, e até pode parecer lícito ou ético. A empresa foi de empresas, um rodízio, conforme as regras que esperam cartel. Pode ser um ato de um vício mais do que o necessário para cumprir a lei. Esse "a mais" dividiu-se contabilizado se caixa 1 oficial, inclusive se em doação eleitoral legal e declarada. Ou seja, só doações públicas e oficiais de uma empresa, mas no caminho é aprovado o legislador pela Justiça Eleitoral que sem desconfia, uma coisa o levantada do dinheiro sujo.

Dialogar isso com clareza é essencial para não relevar práticas dessa ordem, junto tudo no mesmo saco sem distinguir maiores atrapalha a democracia, porque cria e alimenta os resultados eleitorais com base em mentiras, construídas em campanhas milionárias. E em mecanismos de cobertura midiática que vão além dos boatos, construímos fatos alternativos contra exemplos de pós-verdade que assolam nosso tempo. Nesse sentido, um trabalho eficiente é o da falsa equivalência, que dá pesos iguais a coisas diferentes. Na campanha americana, para bater em Trump pelo conjunto da obra, esperava-se com igual força Hillary Clinton por seus e-mails. Os bem intencionados apoiadores de Bernie Sanders não admitiram trabalhar por ela. Trump sabia disso.

Ainda agora, muitos dos que com razão cuidam em cima da falsa presidencial no Dia da Mulher, renegada e fora de moda, são os mesmos que ignoraram a prisão ilegítima e angustiosa de Lula, dizendo que seu auxílio de confiança Clara Ant achava que cinco policiais em seu caso eram um presente de Deus. Esta semana, um criminoso chegou a citar o discurso de Temer sob a mesma pecha de schizgenia e violência em que comentava o crime de goleiro Bruno.

A que serve essa mentalidade? É isso a democracia? Todo político é igual? A que salvador da pátria essa via virulenta pode nos entregar?

Assim fica difícil. Mas ainda se lê todo tratado do mesmo saco, o tempo de é distinguir farinha de trigo e farinha de joio. Desse modo, ganhamos eficácia para defender a democracia no imprescindível debate sobre reforma eleitoral. O que é outra conversa, que fica para outro artigo. ●

Ana Maria Machado é escritora

http://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_paginas%2… 1/2

11/07/2018 acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_pa…

O GLOBO

Tema em discussão

Terceirização e direitos trabalhistas

Nossa opinião

Adequação à realidade

Em qualquer debate sobre a reforma e a inadiável Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída na ditadura de Getúlio Novo de Vargas, os defensores da sua intocabilidade sugerem que "direitos" dos trabalhadores são intocáveis.

Lembra a antiga discussão sobre o monopólio estatal da Petrobras, quando os defensores da sua eternização justificavam-se com o slogan "o petróleo é nosso". O grande problema é que ele ocupava o mesmo espaço de tema, no consenso e no raciocínio, com a adesão dos comunistas de então, ainda no governo militar de Geisel e, principalmente, na redemocratização, sob Fernando Henrique Cardoso, com a quebra de projeto monopólio, o país passou a incrementar, de forma contínua, a produção de óleo e gás. Para isso, houve determinantes os investimentos privados na exploração, somados aos da Petrobras.

O "direito" do trabalhador, garantido pela CLT vigente, tem o "nosso" petróleo: mesmo quando o PIB atinge taxa alta e a taxa de desemprego cai bem, a parcela de emprego informal no mercado de trabalho não cai abaixo dos 40%. Haver "direito" não não tanto emprego formal, isso se explica pelo fato de os "direitos" significarem um custo muito elevado para o empregador. Na média, a cada R$ 100 pagos em salário, a empresa é forçada a recolher outros R$ 100 em encargos trabalhistas.

O ponto central da reforma trabalhista em debate no Congresso é permitir que acordos entre patrões e empregados, que levem a manter empregos, por exemplo, valham mais do que a CLT. Revogados direitos como férias remuneradas, salário-mínimo e outros.

A fundamentação jurídica da mudança também é sólida, tanto que acordos firmados entre sindicatos de trabalhadores e empresas suspensos pela Justiça do Trabalho terminaram sendo mantidos pelo Supremo.

O cenário foi usado no início do segundo governo Dilma, quando o desemprego industrial disparava. Instituiu-se o Programa de Proteção ao Emprego, pelo qual, a fim de preservar empregos, os salários dos empregados poderiam ser reduzidos na mesma proporção da diminuição da jornada de trabalho. Não deixa de ser uma quebra de "direitos". Mas justificável pelo que se consegue em troca: manutenção de empregos.

> *Manter rigidez na legislação trabalhista seria grande desincentivo à geração de empregos*

Aprovada esta sutil mas importante alteração, é possível reduzir custos trabalhistas em contratos acordo, mantendo não só de manter empregos, mas também criá-los em novos.

Outra ambiência injustificável é aquela no trabalho terceirizado, um tipo de contrato de prestação de serviços inexistente. O mundo faz tempo caminha para especializações e fragmentação de linhas de montagem. Sem alterações aprovadas, o Brasil se manteria numa fase pré-revolução digital.

Há muito acabou o modelo de as empresas fabricarem todos os componentes, estarem em todas as fases de produção. Manter o status significaria perpetuar um enorme nó jurídico para empregadores, um desincentivo à própria criação de empregos. ■

Outra opinião

Desmonte de direitos

ZECA DERCEU

Com a vergonhosa aprovação do projeto de terceirização pela Câmara dos Deputados, ao desmontar uma proposta da ex-PSDB/PFL, o país no degrau do PMDB abre caminho para a precarização das relações de trabalho no país. A ampla possibilidade a terceirização ampla e irrestrita, isso significa que a atividade-fim dos serviços privados e públicos estão sujeita a contratos solidários, a longas jornadas diárias de trabalho, a falta de investimentos em capacitação, além de ofertas na redução de salários do trabalho e provocar redução na qualidade dos serviços.

> *Terceirização não resolve problema do desemprego, não aquece o mercado e não dinamiza a economia*

O trabalhador contratado por esse regime não está vinculado com a empresa para a qual exerce sua função, portanto, não terá plano de carreira, ascensão de cargo, promoções ou gratificações ao longo do tempo. Conquistas protegidas pela legislação trabalhista.

Os únicos beneficiados com a terceirização são aqueles que vivem da exploração do trabalho, que, de maneira da CLT, desarmam trabalhadores e trabalhadoras sem seus direitos, o medo da rotatividade de empregos, sem acesso a qualquer informação. O contrato temporário, estendido de 90 para 180 dias, será mais tempo sem garantias e sem sustabilidade no local de trabalho.

A base governista flexibiliza as empresas contratoras de trabalho que não resolverão o problema do desemprego, que não aquecerão o mercado de trabalho, e, muito menos, vão dinamizar a economia brasileira.

Por outro lado, o volume de processos trabalhistas crescerá exponencialmente. São mudanças que interromperam todo a história de luta diante de injustiça entre a classe trabalhadora. Além disso, quebram um acordo construído no Congresso pela criação do Projeto de Lei da Câmara 30/2015, que trouxe maior segurança jurídica para trabalhador e empregador, e é considerado uma alternativa à proposta aprovada na Câmara. Nela, a terceirização não alcança a atividade-fim e sem o trabalho temporário. É uma possibilidade de contratar o trabalho terceirizado e bastar esta determinada CLT.

A pressão dos ruralistas no Palácio do Planalto que o país não aceita essa mudança e que rejeita a terceirização sancionada por Temer.

A oposição voltará ao STF com mais um ataque. Nas ações está clara que a tramitação do projeto de lei da terceirização, desde 2005, é nula. Em agosto daquele ano, o presidente Lula encaminhou mensagem pedindo a retirada de tramitação, mas a proposição nunca foi analisada. O ministro Celso de Mello pediu mais informações à Câmara dos Deputados sobre o projeto. O retrocesso do governo não pode passar por cima de direitos e da legalidade. E, sempre ao lado do trabalhador, Lula enviou, desde 2003, que esse projeto precarizava as relações de trabalho.

Só há um caminho: não, junto com o povo nas ruas, exigimos que a Constituição Federal e as leis trabalhistas sejam respeitadas. ■

Zeca Dirceu é deputado federal (PT-PR)

DENIS LERRER ROSENFIELD

O impasse

Analisando o cenário político, torna-se inevitável utilizar conceitos sufixos: a elite da classe política está sendo dizimada. Os mais importantes partidos estão envolvidos nas delações agora vazadas e tornadas públicas. PT, PMDB, PSDB, PSB, PP e outros foram delatados, a parte de depoimentos bastante veementes, cujos provas serão, logo, apresentadas.

Ex-presidentes estarão também na lista com grande destaque para os ex-marqueteiros Lula e Dilma. O próximo terá pouquíssimas chances de tornar-se candidato novamente, apesar de sua demagogia e das manifestações de seus advogados diretos ou indiretos. Oito ministros do presidente Temer foram acusados, levantando uma pesada sombra sobre o seu governo. Seu afastamento da sociedade tende a aumentar se manterem o atual status quo. Um terço do Senado foi acusado e um expressivo número de deputados, em uma proporção muito menor.

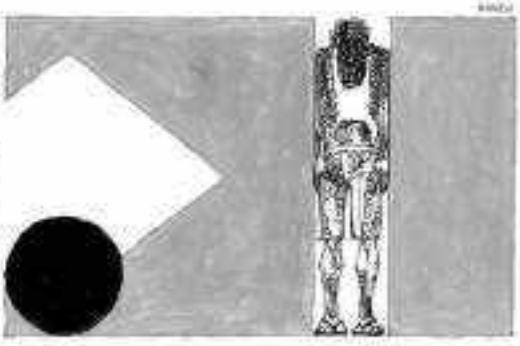
Como pode um país legar sua classe política? A sociedade não se reconhece em seu governo nem em seus parlamentares. No verdade, nem os considera "seus", mas "deles mesmos", por estarem envolvidos na corrupção, agindo de costas e à revelia do conjunto da nação. Desconhecem, mesmo, o significado do bem público, do que é a coisa pública.

É bem verdade que estamos na vanguarda de diversos inquéritos, devendo ser ainda decididos quem é culpado ou inocente. Não se pode prejulgar juridicamente o desenlace das denúncias e julgamentos posteriores. A defesa dos envolvidos, por sua vez, é mais do que previsível, todos repetindo o mesmo mantra de que são inocentes ou de que não foram ainda julgados, pouco valorizando-se para um real esclarecimento dos fatos que se acumulam.

Um olhar desacostumado tenderia a dizer que todos são santos e todos os delatores mentirosos, como os sons, por sua vez, não conseguem o pedigree de perder os benefícios da colaboração premiada por não respeitarem a verdade. Os políticos só aumentam a sua falta de credibilidade. Não conseguem confiança à sociedade. E, ao fazê-la, propiciam um julgamento político, irreversível, de que seriam culpados. Seriam péssimos atores. A sociedade clama por mudanças e reafirma com força a moralidade pública, valor cujo que ela percebe como inexistente em nosso governantes e representantes.

Acontece que o país não pode parar. Se o fizer, acelerar-se-á a esta enorme crise política, uma crise econômica e social, não quando começamos a observar certas tendências que estão revertendo a curva no que diz respeito à inflação, o PIB, investimento e desemprego. Todo é ainda muito incipiente, constituindo inferindo dos fundamentos políticos. Em pouco tempo, o novo governo atuou fez na área econômica, embora pouco seria apresentado no quesito da moralidade pública. Vivemos um impasse que pode se traduzir tanto por um avanço quanto em uma reversão das expectativas.

As reformas aprovadas pelo governo Temer, como as do Teto de Gasto Público e da Terceirização, são extremamente cruciais do ponto de vista do presente e futuro do país. Devem ser necessariamente complementadas pela da Previdência e pela Modernização da Legislação Trabalhista. Se estas não ocorrerem pela crise política, não apenas o governo fragilizar-se, mas o país terá outros problemas, ainda mais agudos, nos próximos anos. Qualquer que seja o próximo presidente, de "esquerda" ou de "direita", deverá ele enfrentar medidas duras em seu governo. Melhor fazê-las agora pois o seu custo será menor, aumentando com o correr do tempo e com as lideranças governamentais, políticas e partidárias. O risco é mais a encenação demagógica.



> *Se reformas não acontecerem devido à crise política, não só o governo se fragiliza. O país terá sérios problemas nos próximos anos*

Permanecem os sérios problemas do atual governo encontra-se o seu difícil de comunicação, não tendo conseguido transmitir à sociedade a necessidade destas mudanças. Permanece consolidada-se na opinião pública a ideia de que eles foram "direitos" e setores de maneiras "neoliberais". Os eleitores, capturados pela desinformação, exigem de seus parlamentares, por exemplo, que votem contra a "Reforma da Previdência". Tal discurso tentaria por aprofundar essa percepção, como se tudo dependesse de vontade política na distribuição dos recursos públicos.

Na perspectiva da esquerda e de uma direita irresponsável, tudo a discussão passa a ocorrer no estado e na distribuição, não levando em conta a produção. Discute-se a ampliação dos benefícios sociais, as ditas "direitos" das corporações, a criação de novos privilégios e assim por diante, como se os recursos do Tesouro fossem inesgotáveis. A luta pode tornar-se mesmo encampada entre as corporações internas dentro do Estado e o restante da população, que não goza dos mesmos benefícios. Os dispêndios do Estado logo se tornam muito superiores às suas receitas, levando a uma situação de insolvência que, por sua vez, aguçaria ainda mais os conflitos sociais.

As políticas públicas e os partidos, deveriam estar cientes, antes voltados para as condições de produção de riquezas, de tal maneira que os recursos à disposição do Estado possam também aumentar. Quanto mais rica for a sociedade, maior será a sua capacidade distributiva. Quando mais investir em um distributivismo social sem amparo produtivo, menor será a sua própria capacidade distributiva, além de hipotecar a riqueza presente e a futura. Criado-se, assim, condições de adição da capacidade produtiva, que seriam concretizadas por aumentos de impostos e contribuições voltados para financiar os déficits previdenciários.

O Estado de Bem-Estar, também dito Providência, deve enfrentar o problema de financiamento da sua Previdência, uma vez que o seu crescimento exponencial não cabe mais dentro de suas disponibilidades de financiamento. Não se trata, como se alardeia de um problema de "direitos", mas de como o Estado seja capaz de gerir os seus recursos. O bolo é limitado. Uma fatia maior para a Previdência significa fatias menores para saúde, segurança, educação e habitação. ■

Denis Lerrer Rosenfield é professor de Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

http://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_paginas%2… 1/2

11/07/2018 acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_pa…

O GLOBO

Opinião

O que significa o núcleo do poder político ser denunciado

Ainda falta muito tempo, decido à extensão do processo como um todo, para alguém do núcleo das denúncias encaminhadas no terça-feira ao Supremo pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, com base nas delações das 78 da cúpula da Odebrecht.

Chegaram ao ministro Edson Fachin, relator da Lava-Jato no Corte, 83 pedidos de abertura de inquérito, envolvendo deputados, senadores e ministros, além de 211 outros casos a serem remetidos a instâncias inferiores, por tratarem de pessoas sem foro especial no STF.

Pelo tamanho da empreiteira, líder do cartel de empresas de engenharia que atuavam de forma criminosa na Petrobras e outras empresas públicas, sem falar nos esquemas de corrupção em 12 países, a segunda lista de Janot é a mais grave, sem dúvida, segundo entendimento.

Dois ex-presidentes, Lula e Dilma, figuras importantes da equipe do governo Temer — Eliseu Padilha e Moreira Franco —, também da oposição — os senadores Aécio Neves (MG) e Aloysio Nunes (SP), nomeado ministro das Relações Exteriores; senadores-caciques do PMDB — Renan Calheiros (AL) e Romero Jucá (RR) —, e os presidentes das duas Casas do Congresso, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) e o senador Eunício de Oliveira (PMDB-CE). O poder político ser denunciado à Justiça é algo que se vinha, não mesmo em outros países.

Investigações têm de ser feitas, o pedido do Ministério Público, a partir do Supremo e também na primeira instância, para onde vão, por exemplo, os processos de políticos sem foro, como Lula e Dilma. Há ainda, governadores e ex-governadores pelas acusações no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Não se podem esperar definições jurídicas e curto prazo nesses processos, mas os danos em carreiras e biografias são imediatos

Mas, se consequências concretas das denúncias ainda demorarem, o impacto político dos pedidos de abertura de processos é extremo e imediato. Para começar, o arranjo político que se instaurou desde as eleições, a partir de 1985, um pacto formalizado na Constituição de 88, vem de vez lampejo. Ou quase isso. Já não vinha mesmo bem de saúde.

A chamada Nova República, lançada por Tancredo Neves, Ulysses e expressos do regime militar, como José Sarney e seu pupilo, cuja ligado a aparelhos, em processo de desligamento da tomada, na UTI em que se encontra.

A esta aliança se juntaria depois, pela esquerda, o PT e aliados, mas que adotaram alegremente as práticas ilegais, dos sabe-direto, financeiros da política. O aliciamento chegou até o extremo, como demonstrado pela Lava-Jato.

Além disso, a cada alvo de fotografias já acusadas de poderosos e outras nem tanto. Na primeira fase, a vida se torna mais difícil para Lula, já sob o risco de ser condenado por Sergio Moro ter o projeto de vetar à disposição a Planalto em 2018 atingido em pleno voo, caso a sentença seja confirmada em segunda instância, no Tribunal de Justiça de Porto Alegre, o que o tornaria inelegível.

Na outra ponta ideológica do mapa político-partidário, as acusações a Aécio Neves podem ser o impulso final para que Geraldo Alckmin (SP) corrija ser pela segunda vez o candidato tucano em 2018. Ou alguém que ele apoie.

É consenso que a classe política está fragilizada. Por isso, suas lideranças devem avaliar de forma equilibrada se vale a pena continuar em sucessivas legislaturas contra a Lava-Jato. Não apenas por que foi grande responsável política na sociedade à que se ser o espaço do Congresso para distribuir responsabilidades, mas também pelas dificuldades jurídicas a realização dessas manobras. ■

Governo fluminense na contramão

O estado do Rio Janeiro está por todo parte. Nos sustentos mandados de funcionamento, no aumento da violência, nas obras paradas, na agonia diária de UPAs e hospitais estaduais, no corte de programas sociais sem cobertura, por universidades como a UerJ, que tem adotado sucessivamente a suspensão das aulas, só para citar alguns exemplos.

Mas, alheio a tudo isso, o governador Luiz Fernando Pezão decidiu criar mais uma secretaria, a de Proteção e Apoio à Mulher e ao Idoso, apesar de ter prometido reduzir o tamanho do aparelho administrativo para se adequar ao pacote de ajuste fiscal que permitiu ao estado receber ajuda financeira da União.

Como se não bastasse, também, título da nova pasta Solange Pereira de Almeida, aliada de Eduardo Cunha que é ré na Operação Lava-Jato e foi considerada por improbidade administrativa. Na verdade, por trás da decisão de Pezão estava um compromisso para fazer Cunha, Carlos Solange, ex-deputado federal e ex-prefeita de Rio Bonito, teria sido privilegiada, ação a que ela respondeu junto com o ex-presidente da Câmara sacrifícios do pelo Sérgio Moro e teria parar Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2).

Questionado sobre a escolha polêmica, Pezão chegou a dizer que não se pode sair colocando todo mundo, "se não, não vai sobrar ninguém", e lembrou que ela ainda responde a processo. "Enquanto não for condenada, acho que ela pode ser nomeada muito na administração do estado". No entanto, após a repercussão negativa, a nomeação, que chegou a ser publicada em Diário Oficial, foi cancelada.

Em nota, o Palácio Guanabara informou que "a decisão do governador foi tomada após o recebimento de um comunicado do Ministério Público Federal com a informação de que Solange de Almeida foi condenada em segunda instância por ato de improbidade administrativa". Esqueceu-se de avisar da secretaria seria arquivada em breve. Embora o governador tenha alegado que a nova secretaria não implicaria aumento de despesas, o salário de secretário seria de R$ 16.670.

Pezão decretou a suspensão das atividades, o que permitiu o agravamento da crise do estado. Mesmo quando decidiu cortar despesas, foi mais sensível que protestos, como a redução de secretarias e de empresas públicas. Além disso, mobilizou o quanto pôde a vender a Cedae, condição sine qua non para obter o socorro financeiro da União.

O ambíguo episódio de Solange Almeida é só mais um pífio de um governo sem norte. ■

CARLOS ALBERTO SARDENBERG

Milagre ou estagnação

De tempos em tempos, o Brasil arranja um encontro com uma inevitável confrontação de crise política e econômica. Como esta de hoje. Não que o país seja surpreendido. Os problemas a enfrentar exigem cuidado, mas, em paradoxo, são velhos de décadas. Simplesmente ficaram por aí, sempre adiados porque, enfim, são difíceis e incômodos para muita gente.

Caixa 2 eleitoral, por exemplo. Ninguém se surpreendeu quando Emilio Odebrecht disse que sua empresa fazia isso desde os tempos de seu pai.

Mas, ninguém se surpreende quando os políticos de amplo espectro dizem que caixa 2 é uma coisinha de nada, um coisinho comum. Por que toda essa gritaria? — dizem, além, repetiram os políticos de antigamente.

É parece que, de repente, todo o sistema está envolvido no caixa 2, depois que o STF, o Ministério Público e juiz Moro, todos observando o dinheiro é roubo, é dinheiro lavado.

Brasília em Brasília: precisamos de uma saída.

Agora, que todo mundo já viu a saída? Sem chance.

E a corrupção em obras públicas? Vários escândalos foram apontados, pouca gente foi punida, e a coisa sempre terminava com conclusões assim: a corrupção é até perpétua, quase inevitável, quando se considera o tamanho das obras feitas. É uma questão moral, não econômica, se dizia, bem significando que estava tudo bom.

Mario Henrique Simonsen já percebia que a coisa era mais complicada. E não ocorreu com a adoção pragmática: dizemos assim. Muitas vezes, observava, é melhor pagar a propina e não tolerar a obra só mais barata.

O que é isso, professor? — tal era a reação.

Também faz tempo que todo mundo sabe que o sistema eleitoral é inviável. Que há partidos demais, que as coligações necessárias para governar incentivam as penas do fisiologismo e da corrupção, que as eleições são cada vez mais caras, também criando a oportunidade — ou necessidade, dizem alguns — de arrecadar muito dinheiro por fora.

Ninguém se surpreendeu quando Emilio Odebrecht disse que sua empresa fazia caixa 2 desde os tempos de seu pai

E parece que, de repente, se percebe que, para pagar por fora, as empresas precisam ganhar por dentro, colocando um alto preço nas obras. Melhor assim, dizem os mais otimistas: mais maximas, de que economizar nos materiais, por exemplo, é fazer estradas e estádios de má qualidade.

— reformar o sistema eleitoral de pessoas, sem mencionar em que as lideranças políticas foram flagradas fazendo o coisa, criada, de um "sempre" caixa 2 e gastos como do cinto em. Notem o impasse: está sendo financiamento eleitoral por empresas, e não há dinheiro público suficiente para pagar as campanhas eleitorais de 2018;

— reformar ao mesmo tempo a Previdência, a legislação do trabalho, o sistema tributário e as regras para obras públicas;

— e levar a cabo o combate à corrupção, o que ninguém sera possível com a paralisia de toda a máquina aparelhada.

Aqui, aliás, há um outro velho problema que parece surpreender: a Justiça e Ferra, especialmente o STF. Na verdade, a dificuldade aqui é maior, dado o que se ouve de ministros do Corte. É o seu mesmo, o STF não está preparado para ações penais, pacíficas.

Mas a propósito já perdeu a paciência. Talvez ainda não com o STF, mas vai perder se os ministros não arranjarem um meio de acelerar os trabalhos relevantes à Lava-Jato. Especialmente porque a publicidade dos processos das delações torna inevitável o julgamento popular e político.

Imaginemos agora que a descrição acima se referisse a outro país qualquer e que nós, brasileiros, ficássemos sabendo da história hoje. "Isso não existe, tem de ser", é o que dirão. E é que muita gente dirá isso.

Mas já houve momentos em que o Brasil se tornou, na maioria, a eliminação de problemas e — milagre! — consegui-los. Nos últimos tempos assim.

Na era FHC, comprido do tempo em que ele era ministro da Fazenda, o país matou a hiperinflação (que era um problema de quase três décadas); saiu de moratória; fez um enorme ajuste nas contas públicas; fez bem com uma reforma da Previdência; privatizou um monte de bancos, empresas e serviços; fez uma quase reforma tributária, consegue uma estabilidade político-eleitoral, que permitiu a ele, FHC, ser eleito e reeleito, o primeiro presidente eleito pelo voto popular a passar a faixa para outro presidente eleito.

Há esperanças portanto.

Mas foram anos de estagnação antes daquelas mudanças. É a alternativa que temos hoje ou se fazem todas essas reformas ou se vai ficar de estagnação econômica e social até o milagre. ■

Carlos Alberto Sardenberg é jornalista

http://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_paginas%2… 1/2

11/07/2018 acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_pa…

O GLOBO

Tema em discussão

Reforma do Ensino Médio

Nossa opinião

Mudanças necessárias

A situação do Ensino Médio no Brasil é calamitosa. Um levantamento detalhado do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), na sigla em inglês), exame aplicado periodicamente para alunos de 15 anos em 70 países, entre eles os 35 que integram a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O último, relativo ao triênio 2012-2013, mostra que o desempenho dos alunos foi praticamente estagnado. E num patamar crítico. Em Ciências, o Brasil ocupa a 65ª posição no ranking, ficando à frente apenas de República Dominicana, Argélia, Kosovo, República da Macedônia, Tunísia, Líbano e Peru. Em leitura, também a 59ª colocação, e, em matemática, a 65ª.

Os números do Ensino Médio no Brasil são catastróficos. A reforma tem caráter de urgência

Dos resultados do Pisa, ainda, por exemplo, que a maioria dos alunos brasileiros de 15 anos não detém conhecimentos básicos para, segundo os parâmetros da pesquisa, "exercer plenamente sua cidadania". E que cerca de 80% dos nossos estudantes obtiveram menos de 482 pontos no exame, abaixo, portanto, do nível 2 de aprendizado, dos sete estabelecidos na pesquisa. Em leitura e matemática, a maior parte sequer chegou ao nível 2.

Nesse contexto, é bem-vinda a reforma do Ensino Médio aprovada não passado pelo Senado, por meio da Medida Provisória 746, e sancionada pelo presidente Michel Temer. A Chamada Base Nacional Curricular Comum (BNCC) — que entra em vigor imediatamente, mas será implantada gradualmente — prevê, entre outras coisas, a flexibilização da grade curricular. O que permitirá aos alunos, já a partir do primeiro ano do Ensino Médio, optar por matérias de seu interesse profissional. Eles poderão se aprofundar em linguagens, matemática, ciências humanas, ciências da natureza e formação técnica e profissional. Com isso, jovens que sirvam de ensino fundamental escolherem uma área de carreira e se preparam para o mercado de trabalho. Avanço importante para que o adolescente se mantenha na escola — 12% na faixa de 15 a 17 anos estão fora dos bancos de aula.

Outro ponto importante é a implementação de tempo integral. De acordo com a BNCC, num prazo de cinco anos, todas as escolas de Ensino Médio deverão ter regime de cinco horas diárias, em vez das quatro atuais. Futuramente, todas a rede deverá adotar o turno de sete horas. As mudanças valerão indistintamente para escolas públicas e privadas.

Há quem critique a fase de a reforma, que tramitava há quatro anos no Congresso, ter sido efetivada por meio de Medida Provisória, mas, diante da crise aguda no Ensino Médio, as mudanças se tornam urgentes. Além disso, a MP não encerra o debate sobre o texto. O Brasil já perdeu tempo demais. Para que o país se desenvolva plenamente, é preciso preparar bem os seus jovens para o exercício de trabalho, como Estado nações desenvolvidas. E, com o inevitável envelhecimento da população, o tempo se torna cada vez mais exíguo. ■

Outra opinião

Aprofundar desigualdades

MARIA DO ROSÁRIO

Por meio de Medida Provisória, o governo enviou ao Congresso uma reforma do Ensino Médio que passou por cima do Conselho Nacional de Educação — que criou a BNCC — e das metas e diretrizes do Plano Nacional de Educação.

A tramitação acelerada impediu a participação da comunidade escolar e de academia. Enquanto estudantes ocupam escolas em todo o país, o Legislativo se fechou para a sociedade e deu mais uma demonstração de subserviência ao Planalto. Hoje o governo defende que a reforma ampliará a possibilidade de escolha dos jovens. Nada mais distante da realidade.

Transição apodada de reforma impediu debate com a comunidade escolar e a academia

Na verdade, ficará a cargo do governo estadual definir quais dos cinco itinerários formativos serão oferecidos. Para os estudantes de escolas públicas, principalmente os de cidades de pequeno e médio porte, que em geral possuem uma única escola de Ensino Médio, restarão apenas duas opções: realizar longos deslocamentos ou cursar o que for oferecido pela escola.

Essa reforma é antidemocrática pela ausência de debate, mas também porque ameaça aprofundar o abismo e ampliar desigualdades. Enquanto as escolas privadas ampliarão suas grades curriculares (ainda que, o ensino público sofrerá redução da carga horária dos conteúdos comuns a todos, passando de 2.400 horas para 1.800 ao longo dos três anos e tendo os componentes curriculares obrigatórios o português, matemática e inglês.

Trata-se de política de orientação neoliberal que empobrecerá cultural e educacionalmente o currículo escolar e impedirá aqueles que não podem arcar com uma educação particular um sistema de ensino que os privará de saberes necessários para assegurar uma formação cidadã.

Estamos diante de uma fraude, que longe de superar os problemas do Ensino Médio poderá aprofundar disparidades regionais e o fosso entre o ensino público e privado, além de contribuir com a ampliação das dificuldades de acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda.

Uma reforma séria necessita de mais do que alterações curriculares. É preciso construir uma educação atenta aos conteúdos que ocupam tempo em que dialoguem com a realidade da comunidade escolar, a tornem mais atrativa e contribuam para o enfrentamento à cultura de violência. Que assegure condições estruturais para a construção de conhecimentos, como valorização dos profissionais de educação e acesso às tecnologias educacionais cuidadas e também condições socioeconômicas que permitam a jovens de qualquer origem social oportunidades iguais de acesso à permanência e sucesso na escola do ensino.

O congelamento de investimentos públicos por 20 anos, tomadas internas redutoras da Presidência, tal no comando do que psicloros. Tais medidas reduzirão a renda familiar e contribuirão para que os jovens precisem adquirir e mercado de trabalho cada vez mais cedo. Interrompendo sua formação, juntamente com suas chances de constituir um futuro melhor. Não é da escolha que se trata mas de escolas. ■

Maria do Rosário é deputada federal (PT-RS)

LIGIA BAHIA

Antissocial

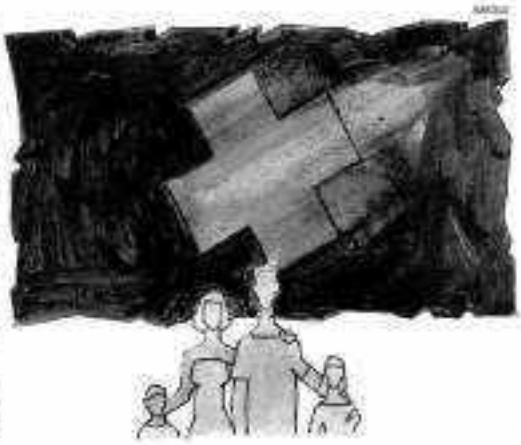
A associação causal entre saúde e as condições de vida e trabalho foi estabelecida no século XVII. Mudanças nos padrões de emprego e renda alteram positivo ou negativamente a mortalidade, morbidade e longevidade. A compreensão científica contribuiu para a passagem à modernidade, fundamentada nas declarações de direitos humanos. Os sistemas públicos de saúde foram construídos pela justaposição das atenções sobre os direitos inalienáveis dos indivíduos, independentemente das leis vigentes aqui ou ali ou do pertencimento a grupos sociais, e substituição de parte das atribuições da caridade por instituições públicas com acesso universal.

Sempre houve contestação. Mas as decantadas contradições entre liberdade e igualdade não impediram que o direito à condição plena de ser humano tenha se integrado ao vocabulário político internacional. Políticas econômicas e sociais adotadas em conjunto deveriam garantir, de um lado, plena utilização dos recursos disponíveis e aumento da capacidade produtiva. De outro, a possibilidade de dispor de bens e serviços de qualidade.

O abolicionismo se generaliza constituições nacionais e as imensas sociedades de sociedades desiguais como é o caso do Brasil atribuído a bases econômicas e circunstâncias históricas que poderiam ser superadas. A transformação da estrutura produtiva e ocupacional e demográfica e a crise econômica passaram a ameaçar não só a sustentabilidade, como também o significado de universal dos direitos humanos. Os serviços ocupam cada vez mais expressiva distribuição de postos de trabalho e oferecem empregos muito diferenciados, quanto ao grau de satisfação, permanecem sempre estáveis e bem remunerados. O trabalhador não é mais aquele cuja contribuição para a Previdência era interrompida e relativamente curta. O aumento da esperança de vida e a redução da fecundidade resultam no envelhecimento populacional e conta o número de famílias monoparentais, especialmente mães solteiras ou divorciadas que assumem a criação de seus filhos. Entre gerações de desgastes para benefícios previdenciários e serviços de saúde foram ampliados. A solução é tratar os cortes ou "dar um pedido" nas políticas sociais.

A definição do que deve ou não ser direito não é objetiva, está sujeita a interpretação acerca do lugar no mundo dos cidadãos, identificação das fontes de insegurança e das condições necessárias para que os seres humanos sejam autônomos. Depende, portanto, das atividades de quem decidem a incorporação ou exclusão dos direitos mundiais jurídica com determinados grupos e interesses.

Há quem considere que direitos propriamente ditos seriam os de propriedade, realização de contratos, liberdade de expressão, locomoção e julgamento igualitário perante tribunais justos. Aqueles relacionados com o bem-estar social não passariam de bens meritórios, cuja efetividade ficaria condicionada aos recursos disponíveis. A insistência em apresentar planos de saúde baratos e com restrições de coberturas, acesso a escolas privadas mal avaliadas e previdência privada como soluções, aparentemente não é inocente. A outra face da segregação de uma sociedade assim é a superfetação dos segmentos privilegiados. Empresas privadas de saúde, preocupadas com a redução de receita, passam em tais gritos, sem sequer uma justificativa técnica, uma descrição sumária dos produtos que querem comercializar. Pretendem vender planos mais baratos com menores garantias de acesso e uso e se tornam solidariamente de parte dos pagamentos assistenciais. A demanda empresarial foi atendida integralmente pelo Ministério da Saúde. Apesar de existir uma farta literatura contendo evidências contrárias ao fortalecimento do setor privado na saúde, o modo ubaquíssimo de atendimento das demandas de setores empresariais incapacita as autoridades públicas para o exercício de normas básicas de democracia e de transparência. Cortes de recursos para a Saúde (redução real de 2,2% entre 2014 e 2015), condicionados com barreiras para a obtenção de benefícios previdenciários para pobres e miseráveis, são políticas incompatíveis. Crianças, pré-idosos (menos de 70 anos) de famílias de desempregados, semiempregados, sem renda e doentes terão imensas dificuldades para iniciar e dar continuidade a tratamentos de saúde. Serão os novos "nem, nem". Não poderão pagar atendimento por profissionais de saúde, hospitais e remédios, e não dispõem de atenção pública gratuita adequada.



ARQUIVO

Empresas privadas de saúde pretendem vender planos mais baratos com menores garantias de acesso e uso

Uma vida civilizada requer que as crianças tenham as mesmas oportunidades, seja lá qual for sua origem, dificuldades ou dificuldades de suas famílias, e garantia de independência de indivíduos em idade avançada. Direitos sociais não pressupõem perda de eficiência para ganhos solidariedade, podem estimular sinergias que assegurem maior produção e melhor distribuição da riqueza. O debate sobre saúde e Previdência Social, em um país com 13 milhões de desempregados e persistência de disparidades regionais gritantes (em 2013 taxa de mortalidade infantil no Maranhão foi 22,4 e a do Rio Grande do Sul 9,9), não é uma escaramuça entre microeconomias pedintes e circunspectos poupadores. Impudência mesmo é conservar o fracassado e corrupto modelo de financiamento público e controle privado de atividades sociais. ■

Ligia Bahia é professora da UFRJ
ligiabahia55@gmail.com

http://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_paginas%2… 1/2

O GLOBO

PAULO GUEDES

Mudar ou morrer

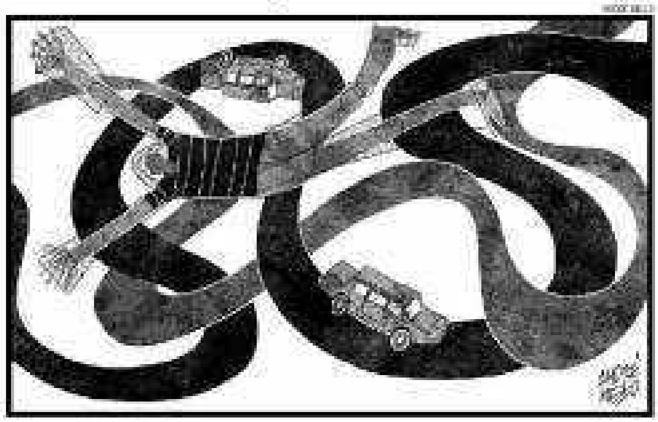
O governo Temer [illegible]

O governo Temer tem a maior base de sustentação parlamentar já montada pela Velha Política. Ou se lança às reformas ou arde nas chamas da Lava-Jato

[illegible]

RAUL VELLOSO

A Dutra não aguenta mais esperar



Com [illegible]

Raul Velloso é economista

CARLOS ALBERTO DI FRANCO

O STF e as drogas

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), [illegible]

Nos últimos dez anos, houve diversificação do tráfico e do consumo

[illegible]

FABIO GIAMBIAGI

O encontro marcado

P[illegible]

[illegible] uma suposta contradição entre o que estamos dizendo e o que afirmamos no passado, teria respondido: "Quando as circunstâncias mudam, eu mudo. E o senhor?".

Vamos aos números. Primeiro, o déficit público em 2015 alcançou 9% do PIB. Isso é uma enormidade, por qualquer ângulo que se olhe. Nessa conta, em números redondos, tivemos um déficit primário — diferença entre receita e despesas, com exceção dos juros — de 2,5 % do PIB e uma conta de juros do setor público de 6,5% do PIB. E, no caso do resultado primário, o grande vilão é, disparadinho, o governo central.

É daí que uma parte importante do ajuste do déficit virá da diminuição do desgaste de juros, que é muito pesada. O problema é que ela será que ser consequência — e não causa — do ajuste. Há um risco em arrumar para o governo. Quando o [illegible] gastos governamentais — aumentou de 20,9 % para 23,5 % do PIB. Com isso, o resultado primário do governo central passou de um superávit de 2,1 % a um déficit de 2,5 % do PIB.

Então, é preciso concluir que então o ajuste deve se dar em cima do gasto. O que aconteceu com os grandes números desde entre 2011 e 2016? Duas despesas importantes cairam em termos relativos: as transferências a estados e municípios, um ponto, de 3,7% para 3,6 % do PIB; e o gasto com o funcionalismo, também ponto, de 4,2% para 4,1% do PIB. O que aumentou foram os itens "benefícios previdenciários do INSS", de 6,4% para 8,1% do PIB; e os "demais itens", de 6,2% para 7,6 % do PIB. Se não aposentadorias e pensões é impossível cortar a curto prazo, certamente não demandaria tanta ginástica para quem [illegible] como, por exemplo, no corte dos subsídios e subvenções, mas é preciso lembrar que [illegible] Nestas setenças [illegible] gastos dos ministérios da Saúde e da Educação representavam 58% das despesas classificadas "demais itens" de 7,6 % do PIB.

É claro que um componente-chave do ajuste fiscal tem que vir do controle de despesa — e o governo está trabalhando nesse sentido com a criação do teto do gasto. É fundamental, porém, porque isso não será suficiente para um ajuste fiscal de intensidade necessária para a dívida pública brasileira deixar de crescer como proporção do PIB — e, lembremos, ela tem aumentado muito desde 2013. O aumento da carga tributária deverá ser um ingrediente-chave de qualquer ajuste fiscal que vier a ser implementado no pós. Sexta-feira em 2017. Está que ser em 2016. Quem viver, verá. ■

Pedro Glanchiyd é economista

[illegible] 2000) [illegible] 10,2% que pede a descentralização do poder de desgaste. O argumento básico é que o caso é um comportamento que afeta somente o indivíduo e que, portanto, seria incontitucional [illegible] o consumo [illegible]

O STF deverá manifestar-se sobre a nossa Constituição, mas na essência deverá manifestar-se sobre nossos valores e, especialmente, sobre o nosso futuro como nação. Não podemos deixar que minorias altas e politicamente corretas tomem conta do nosso destino. Equívocos têm consequências e apresentam uma dura fatura horrorosa. ■

Carlos Alberto Di Franco é jornalista
dfranco@fsc.org.br

Opinião

CLT é uma fábrica de conflitos judiciais

Desmontar de forma direcionada no longo debate que se tem sobre a modernização da anacrônica legislação trabalhista pode levar a equívocos. Motivos para atualizar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não faltam. Na sua essência, trata-se de uma legislação forjada na década de 40, no Estado Novo de Getúlio, inspirado no controle da sociedade pelo fascismo de Mussolini.

Assim tem sido mesmo que o Brasil possa ter desenvolvido daquela época hoje, cuidado de patamar de desenvolvimento — e também de problemas. O próprio avanço econômico e a urbanização depois quiseram tornar a adaptações naquele modelo paternalista e, com o passar do tempo, desencadeador do emprego formal. Não foram feitas reformas de peso, e, para tornar tudo mais difícil nas relações trabalhistas, a evolução da microeletrônica e a internet, bases da fragmentação das linhas de produção, pulverizaram o que restava da ideia de emprego estruturado na CLT, sob a proteção do Estado. Ela por que a legislação trabalhista foi convertida numa colcha de retalhos, dada a sua inadequação crescente à forma como funcionam as relações globalizadas. Mesmo com Trump na Casa Branca.

O resultado de se manter uma legislação trabalhista arcaica e onerosa é o desestímulo ao emprego formal e o incentivo a um improdutivo contencioso jurídico

Apenas no ano passado, a Justiça Trabalhista — tradicionalmente um vício pelas — recebeu 2 milhões de novas ações, estimulada principalmente pelo desemprego. Com uma CLT arcaica tudo pode justificar uma reclamação trabalhista, e sempre haverá um escritório de advocacia especializado em acionar um jovem com o patrão e uma indenização com dinheiro, parte da qual certamente advogados. É uma indústria sensível. Por isso, segundo o sociólogo José Pastore, especialista em relações de trabalho, o Brasil é campeão mundial de processos trabalhistas.

Mas todo este aparato criado para supostamente defender o trabalhador não consegue obter, por exemplo, o que os trabalhadores chineses têm conseguido em um país sem a metade do direitos incluídos na CLT: os salários chineses triplicaram na última década, o pagamento por hora já é maior do que o praticado em toda a América Latina, com exceção do Chile. Já representa 70% da remuneração salarial nas economias vizinhas da zona de mais. Por exemplo, Portugal. Não se sustenta, portanto, o argumento de que a regulação excessiva do mercado de trabalho ajuda o emprego e a melhoria de remuneração. É o oposto. Outra prova disso é que, enquanto o salário dos chineses tem subido, o dos brasileiros e argentinos — dois dos mais "protegidos" assalariados — tem caído. Também em função dos equívocos das políticas econômicas kirchnerista e bolivariana, outras intervencionistas.

E por isso que foi inclusive sugerido o trabalhador a levar disponibilidade de forma pelo qual, com a exceção de certas leis da CLT, questões acordadas entre as partes sejam acatadas pelos tribunais trabalhistas, independentemente da legislação. Seria um choque de bom senso. ●

Boa ocupação dos hotéis no carnaval é legado olímpico

O carnaval carioca trouxe uma boa notícia em meio à crise que castiga o país e, em especial, o Estado do Rio: o número de turistas que veio aproveitar a festa bateu recorde, os visitantes chegaram a 1,1 milhão, o maior número nos últimos oito anos. Segundo a Riotur, eles geraram uma renda aproximada de R$ 3 bilhões. Nos mais de cidade, quase seis milhões de foliões acompanharam os mais de 500 blocos.

O balanço da folia registrou um índice de 78% de ocupação na rede hoteleira da capital, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio de Janeiro. Copacabana e Leme alcançaram a liderança e tiveram 85% de ocupação, seguidos por Ipanema e Leblon, com 82%. A região da Barra e do Recreio ficou com 79%. Os bons números registrados se logo depois de a cidade ter gastado 18 mil novos quartos nos Grandes anos na escrita dos Jogos.

Obter aproveitamento da rede hoteleira indica que há um legado olímpico possível. A crise política e a maior recessão da História do Brasil e uma crise também histórica do Estado do Rio de Janeiro não anulam os benefícios de obras da Olimpíada. Podem apenas colocá-los em um compromisso momento de maior humor da população.

Para que o legado seja efetivo, é preciso que se tomem iniciativas no sentido de "vender" o que foi construído para os Jogos. No caso da ampliação da rede hoteleira, já passou da hora de a cidade e o estado terem um calendário de eventos que garanta altos níveis de ocupação o ano inteiro. O turismo no Rio não pode mais viver de carnaval, réveillon e Rock in Rio. E algumas apenas que a cidade deveria fazer são óbvias até pelo potencial que os Jogos deixaram evidente. É o caso do turismo esportivo, que tem na Cidade Maravilhosa um cenário adequado não só pela paisagem, mas também pela experiência deixada pelas competições internacionais.

A crise política e a maior recessão da História do Brasil seriam ruins o clima no país, mas não anulam os benefícios de obras feitas para a Olimpíada

O ganho em transportes para a cidade com a Olimpíada é inegável. Novas linhas de metrô, BRTs e o VLT vieram contribuir para a mobilidade urbana. Mas, assim como o turismo, dependem de gestão eficiente para que os expectativas se cumpram. Além da oferta maximizada, é preciso investir na integração dos novos modais e na melhoria dos ônibus, com a modernização (aumento da capacidade de tráfego com o fim da grade de horário) do trem.

E, por mais que os tempos sejam de dramática recessão, não se pode esquecer o ganho que representaram as iniciativas de revitalização da Zona Portuária, com a derrubada da Perimetral, a abertura do Boulevard Olímpico e as inaugurações dos museus de Amanhã e de Arte do Rio e da Aquarélio. É preciso agora incentivar novos moradores na região, atraídos inicialmente para visitar estabelecimentos comerciais e melhorar das autoridades a conservação de ruas e praças. O legado olímpico, portanto, não é anulado pela crise, mas, por outro lado, práticas de gestão pelo que se seja efetivo que décadas, confirme foi concebido. ●

DORRIT HARAZIM

Temer, Trump e as mulheres

Ou dois presidentes não dispensar seus ganhos. Donald Trump quiseram a dele como Brasil do que abdicou ao seu insistível cargo poder. Ele as quiseram escolhas. As gravatas de Michel Temer, recentes também foi "do Sul", compõem a armadura do homem público alimentado nas mazelas sociais de sua geração. São dos chefes de Estado aqueles. Recusados há mais de uma década com mulheres bem mais jovens, conseguem manter-se encantadas da imprensa, dosam sua exposição pública, e mantêm blindado seus contos associados das velhas vozes.

Trump e Temer têm tudo para ganhar um gemido do mesmo estilo pelo estilo do outro. Mas eles têm em comum a seleção de uma equipe singular pela exclusão de mulheres: até agora são apenas duas as nomeadas pela Casa Branca e pelo Palácio do Planalto.

No quarto Jobs 8 de março, também tiveram em comum as respectivas declarações em homenagem ao Dia da Mulher. A primeira disse o brasileiro criticou uma cláusula constitucional de "gabo": assegurou os compromissos de seu "coração do quanto a mulher tem pelo casal, do quanto ela é "cigar de trabalho e desafiadora de preços em supermercados" e garantiu melhores perspectivas de ingresso da mulher no mercado de trabalho "além de cuidar dos alunos domésticos".

Em comparação, Trump, de quem pode se esperar o pior dado as barbaridades que prometeu durante a campanha ("Consigo agarrar qualquer mulher pela xoxota" foi a mais famosa), soou normal. Homenageou o fundamental papel feminino nos Estados Unidos na criação, e garantiu ter "um respeito tremendo pelas mulheres e pelos vários papéis que elas desempenham, vitais para nossa sociedade e economia". O amadurecimento foi apenas mais bem ensaiado.

Como escreveu a colunista Miriam Leitão, Temer não conseguiu uma "pale" de momento, que tentou corrigir no dia seguinte por um texto mais preliminar. O presidente do Brasil não se expressou mal. Sua visão do papel da mulher foi sincera, genuína, é aquela mesma — senão, a mesma das gerações de gravatas, hoje, em 2017.

Trump, por seu lado, apesar de pesar de citações escabrosas contra mulheres e de relatos calcados que ultrapassam durante a campanha, convive com o crescimento da força de trabalho feminino — do Brasil ao executivo — desde que tiveram "pé se tornou" o empresário bilionário que é hoje. Antes de assumir, chegou a presidente dos Estados Unidos falando de mulher como carne e referindo-se a muitas delas publicamente como feias, bois, em 2017.

Semanas antes a professora de Clássicos de Cambridge e da Royal Academy of Arts, Mary Beard, deu uma palestra no British Museum sobre a relação da mulher com o poder. Após fazer um rico histórico das raízes da separação real, cultural e imaginária entre poder e mulher na civilização ocidental, ela propôs uma reflexão mais profunda sobre o próprio conceito de poder. Devemos pensar em nossa noção de poder — e não apenas em nossa imagem.

Também no mundo real, pense Beard, não devem ser apenas cortes e praticidade que levam líderes políticos como Angela Merkel e Hillary Clinton (ou Dilma Rousseff) a optar por cortes justos e calças compridas. O figurino se adapta mulher no jogo do poder, no qual, como já disse Elizabeth I, é preciso ser "coração e cabeça de um rei".

Os presidentes do Brasil e dos Estados Unidos têm em comum a seleção de uma equipe singular pela exclusão da mulher

Vale lembrar que Donald Trump, em sua primeira semana como presidente e antes de saber que sigilos vazaram Casa Branca, estabeleceu normas de trabalho seguidas cujas vigor pela equipe: para os homens, terno bem cortado e gravata; para as mulheres, "roupa feminina".

Brasil nos convida a repensar o que é poder, a redefini-lo, ao invés de continuar a tolerar os grupos femininos apenas pela métrica convencional. Se a proporção de parlamentares mulheres refletisse as políticas de gênero de um país, por exemplo, o Parlamento de Bucaná não teria a direita da equivalência feminina da Grã-Bretanha (30% a 50%). O poder concedido na composição de colegiados "teto de vidro" ou em número de CEOs e diretores no topo dos poderes Executivo e Legislativo seria muito mais visível — e mais eficaz, estreita, associada a prestígio e individualidade.

Nesses termos, sustenta aparência, é mais fácil perpetuar as mulheres, enquanto gênero, excluídas da estrutura social codificada como masculina.

Uma forma de repensar o poder seria desmontá-lo do prestígio público a que está historicamente acoplado. Concebê-lo como atributo, não como poder, como uma força colaborativa pautada à sua forma convencional. "O que vamos em nome" do Brasil. "É a habilidade de ser eficaz e de ter o direito de ser ouvida, não também em conjunto. Isso é um tipo de poder que tantas mulheres vêm tomando — mas queremos ter".

Em vez de como exemplo o movimento político mais influente nos Estados Unidos da era pré-Trump, o Black Lives Matter, tendade por fora americanas e que nome ninguém pergunta.

Considerando-se que, pelo último relatório do Fórum Econômico Mundial, o Brasil levará 55 anos para alcançar plena igualdade de gênero, qualquer ação boa, de curto interesse, é urgência. O Brasil não precisa de um presidente que lhe diga o quanto a mulher faz pela casa, pelo lar. Precisa de um país onde as mulheres mandam: as presidentes a sociedade de qualquer um precisa igual. ●

Dorrit Harazim é jornalista

11/07/2018 acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_pa…

O GLOBO

Opinião

Realismo adequado nas previsões para 2018

Comentado o jornal de fazer uma estimativa de crescimento para este ano muito otimista, de 3,0%, o governo agora não quer correr riscos. Como o nível de atividade demora a reagir, mesmo tendo sido aprovado o teto para os gastos públicos — o que significa que as expectativas precisam melhorar ainda mais —, o Planalto foi forçado a trabalhar com 0,5% de crescimento a, por isso, levado a fazer contes e buscar receitas adicionais para atingir a meta de um déficit primário de R$ 139 bilhões.

Até sexta-feira, enfiquem para 2018 em alcançar um déficit de R$ 79 bilhões, uma redução pondível de 43% em relação a 2017. A projeção oficial para o ano que vem é de uma expansão do PIB de 2,5%, a mesma feita por analistas do mercado, segundo o último relatório Focus, divulgado ontem pelo Banco Central. Seja como for, pretende-se passar o déficit para R$ 129 bilhões, apenas pouco mais de 7% inferior ao de 2017.

Para ajudar nas contas públicas há no valor bilhões de concessões, principalmente de áreas de exploração de petróleo. Mas como não se trata de um fluxo de recursos, mas vinculado no caso de fessuro que não se repetirá, nunca é boa política contar em excesso com receitas eventuais. E o que fez, de forma temerária, o governo Dilma, incluindo com a estabelecimento de dividendos de estatais por meio do manobrismo da cartilha da "contabilidade criativa".

Melhor, como sabe de Kerr o Planalto, é assumir compromissos factíveis. Mas, em contrapartida, isso exige uma responsabilidade ainda maior do governo e do Congresso. No caso do Planalto, espera-se que tenha aprendido algumas lições ao conceder aumentos extraordinários aos servidores, tão logo retomou a gestão Temer, sob o frágil argumento de que foram não feitos quaisquer preocupação com o equilíbrio financeiro, tanto que desestruturou as contas públicas, permitiu que a inflação escapasse de controle, causou brutal recessão e perdeu o rumo, devido a crimes cometidos contra a Lei de Responsabilidade Fiscal.

> A decisão de se enfiarem metas realistas e a própria fenidão com que a economia se recupera aumentam a responsabilidade de governo e Congresso

O cenário conservadorismo de Planalto na revisão do meta de 2018 é bastante relativo. Ainda mais a elevação do crescimento aumentam ainda mais a relevância da reforma da Previdência na definição do futuro do país.

Há dois cenários básicos: manifestamos numa espécie de crise, pleno choro para os populistas que se encontram à espera de 2018, ou as políticas conseguem retomar a economia da sustentabilidade, mas mesmo a diminuição da inflação, consolidando um terreno minimamente sólido para permitir o avanço das reformas.

Conseguir aprovar a PEC com alguns mudanças-chave — como a idade mínima de 65 anos para o pedido de aposentadoria — é essencial, a fim de que se tornem expectativas positivas. Inclusive para a sequência de reformas: tributária, trabalhista, política. ●

O drama do cotidiano na Venezuela

Mergulhada em sério conflito político e total estagnação econômica, a Venezuela vive a dramatização de uma nação que já foi símbolo de riqueza e orgulho no continente. O país enfrenta um drama humanitário sem precedentes, com reflexos em toda a região.

Cada vez mais impopular e instável, o regime bolivariano, herança de Hugo Chávez, reprime manifestações, cega dirigentes de oposição e mantém na cadeia presos políticos sem crime. Mas, além dessas violentados, o por causa deles, há o caos de um cotidiano marcado por precariedade e indigência.

A série de reportagens do GLOBO, sob o título geral "Pão em Perdido", vai além dos discursos políticos e das mazelas feitas na economia, ao revelar como é o dia a dia mais pós que destruiu a classe média, sem a intermediária, a oposição e a insegurança de quem se apega ao poder a qualquer preço.

O governo de Nicolás Maduro teve a Consituição ignorar a vez da oposição na Assembleia, por meio de um Judiciário aparelhado, criação de o caráter ditatorial de regime. O ato criou um conflito crescente dos demais poderes da República e da Liberdade civil geraram críticas de governos e organismos multilaterais. O Mercosul e a OEA inclusive preparam medidas de afastamento da Venezuela por violação da cláusula democrática de seus estatutos.

> Portugueses com história de vida da população oferece um retrato vivo, porém sombrio, de um país que do maremoto mama crise política, econômica e social sem precedentes

Os que têm condições buscam a saída no exterior. Os demais atravessam as fronteiras de forma precária para os países vizinhos, sobretudo Brasil e Colômbia. Segundo um levantamento da Universidade Central da Venezuela, nos últimos 15 anos, dois milhões de venezuelanos deixaram o país, a maioria jovens desiludidos diante da falta de perspectivas, configurando um verdadeiro êxodo de refugiados — a "diáspora venezuelana". Os que ficam enfrentam milícias bolivarianas e forças policiais, em protestos que vêm crescendo em intensidade e violência.

Ao narrar as histórias de vida de gente comum, a reportagem do GLOBO não cai na armadilha da crise, avaliando o malabarismo para sobreviver à hiperinflação (previsão para alcançar 1.000% este ano, segundo o FMI — a maior do mundo); o racionamento de energia e água; aos mais altos índices de violência do continente (em 2016, foram mais de 28 mil mortes violentas e a taxa de assassinatos é de 92 por 100 mil habitantes); a escassez de remédios, médicos e alimentos (filas de longas filas e prateleiras vazias, os venezuelanos voltaram à prática do escambo, organizado por redes sociais) e a falta de dinheiro, inclusive para comprar (mais de 80% vivem em extrema pobreza). Tudo resultado do "Socialismo do Século XXI". ●

MARCO ANTONIO VILLA

Montesquieu não chegou ao Brasil

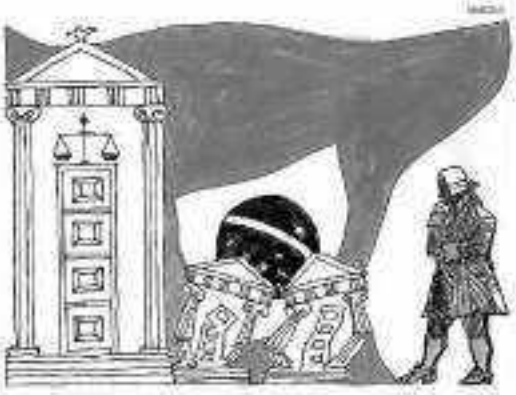
O Brasil é um país estranho. Já completamos o primeiro trimestre e nada, de fato, ocorreu na política nacional. O país continua pacificamente aguardando a divulgação completa da lista dos políticos delatados pela Odebrecht, a publicização dos depoimentos dos delatores e uma nova ação da Lava-Jato. Em suma, tudo passa pelo Judiciário. É como se os outros dois poderes — Executivo e Legislativo — fossem apenas meros apêndices do estranho poder.

Nunca na história recente da democracia brasileira esta desrespeito foi tão evidente. Juízes, desembargadores e ministros ocupam o primeiro plano da cena política. São os atores principais. Abandonaram os autos dos processos. Circulam na televisão com naturalidade. Discursam como políticos. Invadem competências de outros poderes, especialmente do Legislativo. No caso do Supremo Tribunal Federal, a situação é ainda mais grave. Aproveitando-se da inércia do Congresso Nacional, o STF legala como se tivesse poder legal para tal, interpreta a Carta Magna de forma ampliada, chegando até a proteger supostas lacunas constitucionais. Assim, tolhem-se os poderes constituintes e sem precisar de sufrágio popular. Simplesmente ocupam o espaço vazio.

O projeto contínuo de poder petista ao longo de 13 anos deixou a limitação essencial de prudência pela Constituição de 1988. Cabe registrar que até então não tínhamos um plano de funcionamento das instituições. Construído, havia um relativo equilíbrio entre os poderes e um respeito aos limites de cada um. Mas este processo acabou sendo interrompido pelo PT.

O período foi aqueles anos de fazer dizer projeto que aprovou a estatização do Estado. Foi lá pelo meio, depois de quase um ano de autorização para a abertura do processo de impeachment, pouco ou nada foi feito para desmontar a maquina governamental. Pedro Barreto, quando assumiu a presidência da Petrobras, afirmou que havia uma quadrilha na empresa. Porém, o tempo passou e nada foi apresentado. O que sabemos sobre a ação do PT e de partidos aliados na empresa deve-se à ação da Justiça. Foram efetuadas investigações internas? Funcionários foram punidos? Os responsáveis de corrupção foram eliminados? A empresa buscou ressarcimento do assalto que sofreu? Como explicar que bilhões foram desviados da Petrobras e seus gestores não foram sequer processados?

Se a nova direção da Petrobras foi ousada, o mesmo se aplica a um dos pilares do projeto criminoso do poder petista, o BNDES. Foi um assalto. Empréstimos danosos ao interesse público foram concedidos sem qualquer critério técnico. Bilhões foram saqueados e entregues a grupos empresariais, sócios do PT. Parem, até o momento, Maria Silvia Bastos Marques não veio à público expor, ainda que sumariamente, a situação que encontrou ao assumir a presidência do banco. E os empréstimos a Cuba? E as repúblicas bolivarianas? E por as ditaduras da África negra?



> Colaboradores do petismo, sócios do maior saque estatal da nossa história, ocupam importantes postos no Executivo e Legislativo

Não é possível ensaiar o debate das presidências da Petrobras e do BNDES. Por que não divulgaram a lista completa que receberam? Desinformação? Medo? Não é politicamente correto ser? Por que os brasileiros não tomam — e cobram tomando — conhecimento das mazelas da Petrobras e do BNDES através dos inquéritos e processos judiciais? Por que os presidentes, ex-diretores e demais responsáveis não foram processados pelos novos gestores?

Se o Executivo continua refém da velha ordem, o mesmo se aplica ao Legislativo. O Congresso Nacional se autoestabelece a maioria petista do governo. Boa parte dos parlamentares foram sócios da corrupção. Receberam milhões de reais indiretamente do Estado. Venderam emendas constitucionais, medidas provisórias, leis e até o direito de criação de comissões parlamentares de inquérito. Tudo foi mercantilizado. E os congressistas participaram do banquete de propina à contribuem. Desta forma, diversamente de outros momentos da nossa história (1961, 1964 e 1984-85), o Congresso não tem voz própria na maior crise que vivemos. Quase deputados e senadores poderão se transformar em sócios pelos novos gestores?

Se o Executivo continua refém da velha ordem, o mesmo se aplica ao Legislativo. O Congresso Nacional se autoestabelece a maioria petista do governo. Boa parte dos parlamentares foram sócios da corrupção. Receberam milhões de reais indiretamente do Estado. Venderam emendas constitucionais, medidas provisórias, leis e até o direito de criação de comissões parlamentares de inquérito. Tudo foi mercantilizado. E os congressistas participaram do banquete da propina à contribuem. Desta forma, diversamente de outros momentos da nossa história (1961, 1964 e 1984-85), o Congresso não tem voz própria na maior crise que vivemos. Quase deputados e senadores poderão se transformar em sócios à procura de uma solução política? Quem tem responsabilidade? Quem foi, em nome do povo?

Bom no Executivo como no Legislativo, a velha ordem se mantém com apenas pequenas alterações. Colaboradores sócios do petismo, sócios estabelecidos do maior saque estatal da nossa história, ocupam importantes postos nos dois poderes. Há casos, como o de Leonardo Picciani, que seriam incompreensíveis a algum analista estrangeiro que não conhecesse a história da política brasileira. O deputado votou contra a abertura do processo de impeachment e, mesmo assim, foi premiado com o cargo de ministro do novo governo. Boa parte da base parlamentar que sustenta os governos criminosos do PT agora apoia Michel Temer, sem, em momento algum, ter efetuado alguma autocrítica.

É justamente diante das contradições dos outros dois poderes que o Judiciário acabou invadindo o espaço que constitucionalmente não é o seu. Isso não significa que operem sem divergências. Pelo contrário. Basta recordar os constantes atritos entre os responsáveis pela Lava-Jato e alguns ministros do STF, o que também não é recomendável.

O que é aparentemente é o desequilíbrio entre os poderes. Mais ainda, a superposição do Judiciário. É um desserviço ao Estado democrático de Direito e mostra que poder dos juízes, também, porque, mas não apenas por isso, sempre receberam um voto popular. É continuam incólumes ao controle democrático. O que diria o Barão de Montesquieu de tudo isso? ●

Marco Antonio Villa é historiador

http://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_paginas%2… 1/2

O GLOBO

NELSON MOTTA

Crônica de uma injustiça anunciada

Em excelência esportiva e no estilo marrento e arrogante, O.J. Simpson teve um Romário de 1,90m de altura, ídolo nacional do futebol americano, atleta vitorioso da comunidade negra, rico, famoso, herói popularizado por filmagens e livros por livros, O.J. matou a ex-mulher e um amigo dela a facadas e, mesmo com o sangue das vítimas em seus tênis, meias, sapatos, nos seus carros, na porta da casa, na trilha de sangue pelo jardim... foi absolvido pelo júri.

O "julgamento do século" virou a sensacional série de TV "O povo vs O.J. Simpson", com tantas surpresas e reviravoltas que, apesar de já sabermos o veredicto, torcemos até o fim pela condenação. É a crônica de uma injustiça anunciada numa América consolidada pelo conflito racial, em que o conceito de justiça se mistura aos conceitos históricos e do momento social.

Tudo começa em 1992, como o vídeo histórico do negro Rodney King sendo brutalmente espancado por quatro policiais brancos, revoltando a comunidade negra. E mais ainda quando um juiz os absolveu, provocando uma onda de saques, incêndios e violência que atormentou Los Angeles. Um ano depois O.J. era acusado de matar Nicole Brown e Ron Goldman.

Em um drama de tribunal que supera qualquer ficção, o veneno da injustiça racial em Los Angeles é decisivo na virada espetacular do obvious team da defesa, comandado pelo genial advogado negro Johnnie Cochran. Mesmo contra todas as evidências forenses.

> Contra todas as evidências forenses, metade dos Estados Unidos acreditava que O.J. Simpson era inocente

Mesmo contra todas as evidências forenses, metade dos Estados Unidos acreditava que O.J. era inocente, que todo seria uma armação da polícia racista de Los Angeles contra um ídolo negro, mesmo sem nenhuma razão ou motivação.

E foi absolvido por um júri popular de negros e brancos, homens e mulheres.

Sim, não há justiça na natureza, nem no cosmos, não há justiça nem mesmo nas religiões, a ideia de justiça é uma invenção humana, como uma tentativa de impor o que é correto pelas bases éticas, morais e religiosas do processo civilizatório.

Hoje a sua índole e seu estilo, em 2008, O.J. Simpson foi acusado de sequestro e assalto a uma mulherada em um hotel-cassino de Las Vegas e condenado a 33 anos de cadeia. ●

JOSÉ PAULO KUPFER

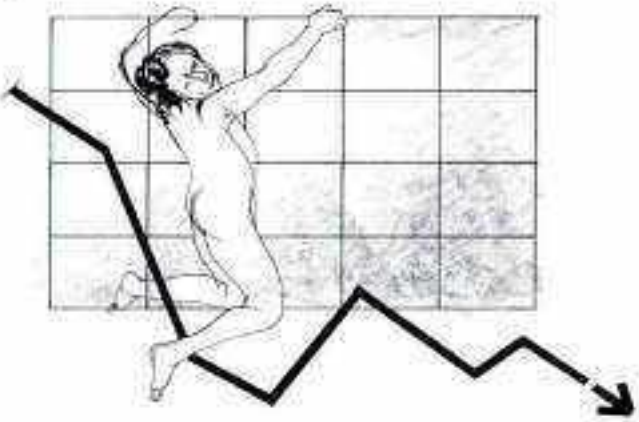
Além da estagnação

Ao fechar o ano de 2016 com um recuo de 3,6%, em relação ao ano anterior, a economia brasileira acumulou a mais intensa e prolongada contração econômica já observada no país. Em dois anos, o PIB sofreu uma retração inédita de mais de 7% e apresentou resultado ainda pior, em termos per capita, com perda de dramáticos 9%, no mesmo período.

Ainda como a parcimônia das iniciativas oficiais bem-sucedidas é disputada a tapa — vez e propósito, o recente exemplo da interrupção das águas do Rio São Francisco —, os fracassos — e não haveria de ser de outro grande desastre econômico dos últimos anos — parecem de uma assombrosa unanimidade. Os que se opõem à atual política econômica apontam o dedo acusador para os dois últimos trimestres do ano passado, os primeiros pós-impeachment, que registraram, de fato, a interrupção de uma tendência de contração do ritmo da recessão, iniciada no terceiro trimestre de 2015. Autoridades e aliados do governo Temer, a começar do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, negam responsabilidade pelos números à esquerda, lembrando que o PIB de 2016 se refere ao período de desarmonia, cuja correção, já em curso, não teria possível consequência em tempo tão curto.

Para variar, há um pouco de razão e muito exagero nos argumentos em jogo. De um lado, a recomendação, de acordo com muitos defensores do impeachment, veio por gravidade, o partir do início do mesmo positivo dos índices de confiança, as melhora das condições econômicas, não se confirmou. De outro, dada a amplitude dos desajustes produzidos na gestão de Dilma Rousseff, não há como negar o argumento de Meirelles.

O debate em relação ao que levou a economia a retomar ao caminho da retração depois da chegada de Temer ao Planalto serve de lembrete do que, no final, não é passado é futuro. Na visão de críticos do governo, a intensificação da recessão, no segundo semestre do ano passado, decorreu da política de austeridade fiscal adotada. Ocorre que, se isso fosse verdade, possivelmente os números do PIB de 2016 estariam ainda piores. Assim como em outros temas, no caso da política fiscal, o governo Temer não fez, pelo menos no ano passado, o que dizem que deve ser feito. Os gastos públicos apresentaram forte expansão de 5,8% do PIB e as primeiras indicações para 2017 são de que o governo, sendo a maioria, na sua mediada, antecipado, a promessa e a necessidade que pelo fazer.



> O projeto político e econômico encabeçado pelo presidente Temer é refém não só das reformas, mas também de um crescimento mais forte

Não é difícil entender esse tipo de hesitação quando se tem claro a disposição das peças no tabuleiro da travessia de Temer e aliados até as eleições de 2018. Está claro das mais evidentes que os objetivos são estancar dois tipos de sangria. Uma delas é aquela já conhecida pela perda de ordem do líder do governo no Senado, Romero Jucá, na direção de operar para reduzir danos potenciais que a Lava-Jato e congêneres possam provocar no mundo político. Outra é a sangria da estagnação econômica, que mantém do emprego alto e consumo baixo.

No primeiro caso, a saída está definida e a do mainter foco em reformas, sobretudo na área econômica — Previdência, trabalhista, tributária —, com as quais se pretende atender a anseios e interesses de entidades e federações empresariais, mercado financeiro e outros conservadores da sociedade. Para isso, é preciso operar na manutenção de uma base política forte no Congresso, com a oferta de cargos nas estruturas da administração pública e vantagens variadas, estimulando a aprovação das propostas.

Essas reformas, porém, ainda que, em certos casos e em determinado grau, sejam necessárias, se caracterizam pela restrição de direitos e benefícios adquiridos, que atingem não só centrais populares, mas também grupos organizados de interesses. Por isso, sem uma agenda paralela de crescimento mais forte, que se revele capaz de reduzir o desemprego, destravar o crédito e impulsionar o consumo, a tendência é amplificar os riscos eleitorais do projeto encabeçado por Temer. Pois que o empresariado cheque a bom termo, em resumo, será necessário ir além da estagnação para a qual a economia se encaminha ao deixar a recessão para trás. ●

José Paulo Kupfer é jornalista

Sem dano ao trabalhador

AUREO

O Brasil passa por um processo de envelhecimento da população ao mesmo tempo em que a expectativa de vida aumenta. Hoje está na média de 75,5 anos. Mais gente se aposenta, além do desemprego joga para a seguridade milhões de cidadãos que nem um farol do sinal não. É nesse contexto que a Câmara dos Deputados discute a Proposta de Emenda à Constituição 287, enviada pelo Poder Executivo. Mudanças são imprescindíveis e inadiáveis para frear o galopante rombo no caixa da Previdência. Mas a PEC apresentada pelo governo fere princípios do trabalhador, e não as inserções.

São medidas impostas a idade mínima de 65 anos (mais 25 de contribuição para homens e mulheres, bem como a instituição com o pagamento do pedágio de 50% sobre o tempo restante. Por essa partida, o Solidariedade, não acompanhamos. Com outros parlamentares, apresentamos emenda com idade mínima seria de 58 anos para mulheres e 60, homens, e todos que já estejam contribuindo para o Regime de Previdência possam usar uma regra de transição com pedágio de 50% do tempo faltante.

Outra alteração é na forma de cálculo dos proventos da aposentadoria. A pretensão inicial do governo foi o trabalhador brasileiro contribuir por 49 anos para receber integralmente o benefício, o que é absurdo. Propomos, através da nossa emenda, que o aposentado receba 60% dos proventos mais 1% por ano de contribuição, diminuindo para 39 anos de contribuição para receber integralmente.

> *A PEC 287 é injusta com os trabalhadores rurais*

A PEC 287 também é injusta com os trabalhadores rurais. Não é aceitável que alguém, homem ou mulher, que trabalha sob condições cansativas, se submeta às mesmas regras dos trabalhadores urbanos para ter direito à aposentadoria. Além disso, em relação à aposentadoria por incapacidade permanente ou invalidez, defendo o valor de aposentadoria calculado em 100% da média dos salários de contribuição. Entendo que o cidadão no mínimo 30 de mais dificuldade de prestar seu serviço e ficar definitivamente do mercado de trabalho tenha apenas 51% da média dos salários de contribuição acrescidos de um ponto percentual para cada ano de contribuição.

Porém, apresentamos uma emenda que isenta os beneficiários da Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/LOAS), que garante um salário-mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou a cidadãos com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial. Atualmente, para ter direito, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que um quarto do salário-mínimo. O que já é exigentíssimo, impossível de dar dignidade e tratamento aos deficientes. A tática proposta, com apoio da maioria dos parlamentares, é que os benefícios

Telecomunicações na encruzilhada

MARIO GIRASOLE

Ainda recentemente algumas iniciativas sobre o PLC 79/2016, iniciativa que modifica a Lei Geral das Telecomunicações (LGT) com o objetivo, entre outros, de antecipar o fim de regime de concessão e transformar o setor desta migração em investimentos. O PLC é texto claro e muito bem construído, que parte de uma premissa incontestável e inovadora: no centro do universo digital, o paradigma setorial "telecomes" evolui definitivamente em "Telecomes+internet".

Na época do "pós-verdade", o mercado privaram as narrativas que mistificam as complexidades. Por isso, geralmente bobagens e vida própria aquela relacionada à suposta dívida de R$ 100 bilhões associada ao valor econômico da adaptação da concessão para autorização e relativa destinação dos bens reversíveis. Pois bem, nos últimos anos as telecomunicações cumpriram seu papel. Porém, em seu 20º ano de vida, não expressa mais o potencial do desenvolvimento digital do país. Por isso, como outras barreiras, estamos diante da transformação de uma série de fatos em componentes de investimento (os instrumentos operacionais e inovadores: saída de migração de concessão para autorização, bens reversíveis, prorrogação sucessiva de radiofrequências, termos de ajuste de conduta etc). Ou seja, valores que, originariamente, estavam desvinculados à série de telecomunicações, em busca de uma alocação mais eficiente e produtiva. E, nesta direção, espera-se que, entre outros ganhos, o conjunto incalculável de contribuições bilionárias aos fundos setoriais (até hoje, fundos perdidos) possam ser transformados em novo financiamento dos planos de mercado existentes das empresas e (2) que haja novos caminhos para o mercado setor, valorizando outros investimentos (exemplo: disponibilidade de banda larga e telefonia o 4G em cidades menores).

Pelo exposto, a aplicação desses recursos em forma descrita contém pelas empresas é sem coordenação e compatibilizamento impulsão propicia distorções e até vantagens competitivas para alguns atores em determinado de setores. O risco existe e já é mencionado pelo conselheiro que a comunidade financeira demonstra sobre os estudos para apenas parte das empresas.

Há quase dois anos, o Brasil já teve duas oportunidades de dar uma saída o plano de troca de metas de telefones públicos em rede de transporte e as regras para a criação da superfície. Em ambos os casos, as previsões não passaram de promessas. Infelizmente, o mercado concede uma sensível post-

É consenso que o modelo regulatório brasileiro das telecomunicações cumpriu o seu papel. Porém, em seu 20º ano, não suporta mais o potencial do desenvolvimento digital

O fato de estes valores deixarem de ser públicos não modifica sua função de interesse público. Portanto, a atração mais oportuna consiste em um plano de investimento condizente em uma única observância de transporte de alta capacidade, em zonas economicamente não atrativas e com regime regulado de compartilhamento. Esse caminho garante dois requisitos fundamentais para o sucesso do novo desenho estratégico: (1) que esses valores sejam realmente investimentos adicionais e não

Governo e regulador têm mobilizado consenso e parceiros para que a tecnologia chegue todos os municípios sejam servidos por backhaul em fibra óptica com regras de compartilhamento.

As telecomunicações hoje chegam à sua maior encruzilhada. As empresas podem continuar à sorte das evoluções legislativas e dos relatórios desfavoráveis em uma área não necessariamente regulável. Ou o setor se engaja na grande oportunidade de apresentar projetos viabilizados que contemplem o "número mágico" (qualquer que seja) em uma saída negociada. É este segundo caminho que permitirá sair da falácia do "precisar para crescer" e potencializar o futuro digital do país. ■

Antonio Oliveira Santos é vice-presidente executivo da associação regulatória e institucional do TIM Brasil

[illegible] mínimo e que a aposentadoria por deficientes permanece regulamentada pela Lei Complementar 142/2013, que estabelece idade e tempo de contribuição diferentes para cada tipo de deficiência, conforme seja grave, moderada ou leve.

Com responsabilidade, favorecer as alterações necessárias na PEC 287 para a Reforma da Previdência não impactar negativamente a vida de milhões de brasileiros. O Solidariedade é um partido que tem na justiça social, seja do trabalhador, seja dos vulneráveis, uma de seus principais bandeiras e não será diferente agora. ■

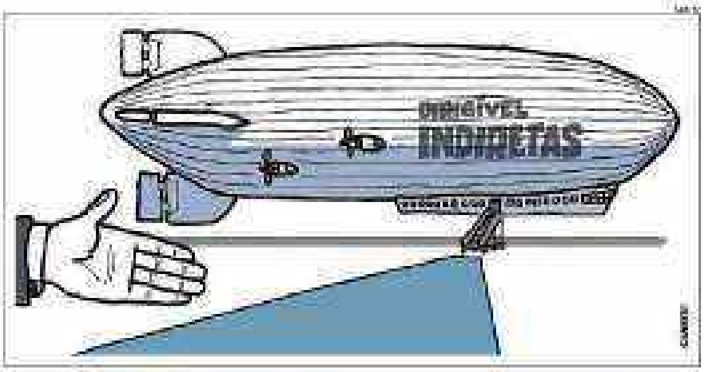
Aureo é deputado federal (SD-RJ)

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICAÇÃO [illegible] DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS
Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO
Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO
Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA
Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, [illegible]
[illegible]



EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Contas de semanas

Com troca de comando na Justiça, governo Temer propaga tese de que terá tempo para aprovar reformas e segurar-se no poder federal

Nunca será bom presságio, para um governo, a percepção de que seus atos visam tão somente à sobrevivência imediata.

Não parece envolver objetivos mais grandiosos, de fato, a insólita troca de comando promovida neste domingo (28) no Ministério da Justiça, uma das pastas essenciais da Esplanada brasiliense.

Deixou o posto, no qual não havia completado três meses, o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). A cadeira será ocupada por Torquato Jardim, até então titular da Transparência, que abriga a Controladoria-Geral da União.

[illegible] de Serraglio para o principal [illegible] do Executivo, [illegible]. Mas não a ele foi oferecido o cargo deixado vago por seu sucessor.

Da inexplicada manobra, restou a interpretação de que Torquato Jardim, um ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral, foi alçado a uma posição de maior relevo em razão de sua familiaridade com os trâmites daquela corte — a qual, dentro de alguns dias, julgará a continuidade do mandato do presidente Michel Temer (PMDB).

Declarações à queima-roupa do nomeado, antes mesmo de definida a data da posse, reforçam tal leitura.

A esta **Folha**, disse não saber avaliar o trabalho da Polícia Federal, principal estrutura vinculada à pasta que comandará ([illegible] a hipótese de substituir seu diretor); mostrou convicção, porém, ao calcular que, se avançarem as reformas no Congresso, a permanência de Temer na cadeira estará assegurada em até cinco semanas.

Ao jornal "Correio Braziliense", considerou "mais do que natural" um eventual pedido de vista, no TSE, dos autos do processo contra a chapa do presidente da República — o que prolongaria o julgamento, no raciocínio desenvolvido, por [illegible].

Alimentadas por Torquato, especulações do gênero despertaram reação veemente do presidente do tribunal, ministro Gilmar Mendes, segundo o qual "as fontes do Planalto são outro ramo das Organizações Tabajara". Nas palavras do magistrado, havendo o pedido de vista, "normal", não terá sido por encomenda palaciana.

Há muito pouco de normalidade, entretanto, quando uma decisão da Justiça Eleitoral se arrasta até o terceiro ano de um mandato.

Compreende-se que os tribunais não queiram para si, agora, a responsabilidade de arbitrar o desfecho de uma crise política que, afinal, não guarda relação direta com o que será examinado na corte.

Com isso parece contar Temer, que, longe de retomar a rotina de governo, precisa convencer aliados de suas chances de seguir no cargo, por [illegible] que sejam. Quando menos, qualquer sobrevida elevará seu poder de barganha para negociar a própria sucessão.

Muito além da Amazônia

Quando o tema é falar em desmatamento, os brasileiros pensam de imediato na floresta amazônica. Em verdade, há motivos para que se preocupem antes com algo mais próximo da maioria — [illegible], a mata atlântica.

Nos dois casos, sofreu reversão em períodos recentes um processo de queda no desmate que vinha de vários anos. Na Amazônia, perderam-se em 2016 quase 8.000 km², cifra 29% superior à de 2015 (no ano anterior, o índice foi de 24%).

Na mata atlântica, floresta que figura entre as mais ricas do mundo em quantidade de espécies, o incremento foi de quase 58%. Desapareceram 290 km² (o equivalente a um quinto da área do município de São Paulo) entre 2015 e 2016.

O dado pode parecer pequeno, mas [illegible]. A [illegible] da mata amazônica ser muito maior que a atlântica, tanto em sua área original quanto na que sobreviveu a cinco séculos de colonização.

A floresta amazônica tinha cerca de 4 milhões de km², no que viria a ser o Brasil, quando os portugueses iniciaram sua exploração; a mata do litoral, um terço disso (1,3 milhão de km²). Desde então, a primeira perdeu 19,3% da cobertura original, contra 87,5% na segunda.

Restam hoje 160 mil km² de mata atlântica, um quase nada perto dos 3,2 milhões de km² de floresta amazônica. Nesse contexto, ser devastada em 290 km² [illegible] é preocupante, e tanto mais por causa da reversão na tendência anterior de queda no desmatamento.

Quando não parecia sobrar muito mais para devastar, com a mata confinada a áreas de topografia difícil como a serra do Mar, eis que o corte raso torna a recrudescer. E o faz logo em região de grande significado simbólico: o sul da Bahia, na área do Descobrimento.

Santa Cruz de Cabrália, Belmonte e Porto Seguro responderam por metade da devastação baiana, que deu um salto de 207%. Ali tiveram início a exploração desenfreada do pau-brasil e um modelo de uso da terra que [illegible] a progressiva retirada da cobertura florestal.

Nesse domínio surgiram e vicejaram as maiores cidades brasileiras. No presente, nada menos que 72% da população nacional se concentra nessa faixa próxima da costa e [illegible] da mata atlântica, entre outros benefícios, para preservar recursos hídricos.

Nem tudo é má notícia. O monitoramento contínuo iniciado em 1985 pela organização SOS Mata Atlântica indica que estão em regeneração quase 5.000 km² de florestas — basta deixá-las em paz.

HÉLIO SCHWARTSMAN

"Lettres de cachet"

SÃO PAULO - Ainda há juízes em São Paulo. Um desembargador teve o bom senso de revogar as "lettres de cachet" que, a pedido da prefeitura, foram expedidas por um magistrado de primeira instância, permitindo que equipes de saúde e a guarda municipal usassem a força [contra] aqueles que "julgassem ser dependentes de drogas" e os obrigassem a submeter-se à avaliação médica para eventual internação compulsória.

"Lettres de cachet", para quem não lembra das aulas de história, eram as autorizações (secretas) assinadas pelo rei da França que determinavam o aprisionamento ou internação hospitalar de inimigos políticos, loucos, ébrios, prostitutas e outras pessoas indesejáveis. Em todos esses casos, a privação da liberdade era arbitrária e não dependia de julgamento. Esses episódios se tornaram o símbolo das arbitrariedades cometidas pelo rei, um dos fatores que levaram à Revolução Francesa.

Traço paralelo histórico [illegible] que a medida judicial que a prefeitura tentou implantar, ao enfraquecer as garantias individuais de todos, é um problema que vai além da cracolândia. [illegible] argumentar que a internação, ainda que peque por autoritarismo, visa ao bem dos dependentes. [illegible] a uma vida um pouco menos indigna.

É difícil discordar disso. Buscar uma resposta para o problema da cracolândia é um dever do prefeito e da própria sociedade. Mas qualquer solução precisa necessariamente [illegible]. A tirania da prefeitura, infelizmente, comprometeu ambas. Passou como um trator por cima dos direitos e garantias fundamentais e ignorou o que a psiquiatria tem a dizer sobre o papel das internações em casos de dependência. E tudo o que conseguiu foi propagar a cracolândia por outras áreas da cidade, multiplicando os transtornos em outras regiões.

helio@uol.com.br

BERNARDO MELLO FRANCO

Um ministro, duas missões

BRASÍLIA - Ao nomear Torquato Jardim, o presidente Michel Temer faz uma aposta agressiva para se manter no poder. O novo ministro da Justiça assume com duas missões: controlar a Polícia Federal e ajudar o julgamento do chefe no TSE.

Em três meses no cargo, Osmar Serraglio não conseguiu domar os [illegible]. Pelo contrário: foi [illegible] em um grampo da Operação Carne Fraca. No áudio, chamou de "grande chefe" um fiscal acusado de corrupção.

Enfraquecido, o ministro virou a Geni da Esplanada. Foi chamado de "bosta" por Aécio Neves e de coisas piores por colegas do PMDB. Ejetado da Justiça, pode cair na cadeira de ministro da Transparência. Não seria um prêmio de consolação. Se voltar à Câmara, Serraglio tomará o mandato e o foro privilegiado de Rodrigo Rocha Loures, o deputado da mala.

Antes de tomar posse, Torquato já mostrou a que veio. Disse que consultará Temer antes de decidir se mantém o diretor da PF. Em português claro: ele perguntará ao investigado se deve trocar o chefe dos investigadores. Resta saber se os delegados aceitarão o cabresto sem reclamar.

A outra missão de Torquato é procrastinar o julgamento da chapa Dilma-Temer no TSE. Ele disse ao "Correio Braziliense" que seria "mais do que natural" um ministro do tribunal pedir vista do processo. Sem citar nomes, sugeriu que a tarefa caiba a Admar Gonzaga. Com isso, o presidente ganharia tempo para votar a reforma e tentar se segurar no Planalto.

O ministro Gilmar Mendes, [illegible], indiretamente, que o plano pode funcionar. "Se houver pedido de vista, é algo absolutamente normal. Ninguém faz por combinação com esse ou aquele", disse. Então ficamos todos combinados assim.

*

O ex-ministro Guido Mantega admitiu que manteve US$ 600 mil numa conta não declarada na Suíça. O que o petista classificou como "erro" tem outro nome na legislação penal.

ALVARO COSTA E SILVA

A volta da Graúna

RIO DE JANEIRO - Ela está voltando. Ave negra com traços mínimos e brilhantes, sua figura [illegible] lembrava um ponto de exclamação, do qual saíam e [illegible] no desenho as [illegible] e os olhos. Analfabeta, mas esperta. Personagem [illegible], nunca existiram duas Graúnas com a mesma expressão. Em 1984, no auge das Diretas-Já, [illegible].

Trinca [illegible] caatinga nordestina, o cangaceiro Zeferino, o intelectual provinciano Bode Orelana e a crítica Graúna surgiram nas tirinhas do "Caderno B", do "Jornal do Brasil", em 1972, pelas mãos de Henrique de Souza Filho, o Henfil (1944-1988). [illegible] com humor, os três faziam uma feroz crítica ao ambiente de sufoco durante a ditadura militar.

Graúna, [illegible] época, mesmo com o machismo brasileiro, e não perdia a chance de provocar Zeferino "Bonecão". Conquistou a todos e virou a principal personagem de Henfil, sua assinatura de cartunista. A bichinha foi presença obrigatória nos movimentos pela anistia e pelas eleições com voto popular. É a mesma Graúna de [illegible] que reaparece agora. Trinta e [illegible] depois, quando uma segunda campanha das Diretas-Já tenta melhor sorte que a primeira.

Como na mobilização anterior, é grande a resistência no Congresso. Ao contrário de 85% da população, a maioria dos deputados e senadores prefere as indiretas. [illegible] para manter um lugar-comum. "Vontade política" para mudar a Constituição, [illegible] com a PEC do Teto dos Gastos, que põe em risco educação e saúde.

Vontade para votar não faltou aos milhares de eleitores reunidos no último domingo (28) no showmício de Copacabana pelas diretas. No meio da multidão um homem de cabelos grisalhos usava uma camiseta com a imagem da Graúna.

NABIL BONDUKI

Na cracolândia caiu a máscara

Para quem ainda tinha dúvida, Doria mostrou, na última semana, que o prefeito [illegible] para administrar uma cidade da complexidade de São Paulo, [illegible], precisa [illegible] com a receita plástica.

A gestão pública requer [illegible] além do [illegible]. [illegible] de conhecimento com técnicas e conceitos próprios, requer formação e experiência, além de sensibilidade política, sensibilidade humana e capacidade de ouvir opiniões contraditórias antes de tomar decisões.

A Prefeitura de São Paulo não é para amadores. Estrutura complexa, com centenas de milhares de funcionários e terceirizados, lida com inúmeros políticos e setores, regidos por leis próprias, requerendo concertação e articulação. Não é uma empresa de marketing, um canal de comunicação ou um negócio de lobby.

O prefeito ignora essa realidade. Preocupa-se mais com o Facebook do que em formular políticas públicas em conjunto com sua equipe. Quer aparecer como um gestor eficiente e [illegible], que acorda cedo e dorme tarde. Como se isso bastasse para gerir uma megacidade. Espera resultados rápidos, mesmo que efêmeros, para reforçar essa imagem falsa.

Desinformado e sem estratégia, viu na grande e equivocada ação policial na cracolândia mais uma oportunidade para se promover como um eficiente defensor da ordem e da limpeza urbana e social. De blusão preto, que lembra as milícias fascistas, se misturou aos policiais e declarou que a cracolândia acabou, para espanto de seus próprios secretários.

Sem coordenação institucional, planejamento ou apoio de especialistas, achou que resolveria no grito um crônico drama social. Improvisadamente, derrubou casarões ocupados, ferindo moradores, e anunciou um arquiteto do grito para mapear a área, como se essa fosse a questão. A cracolândia mudou de lugar e se espalhou.

Ignorando as leis do país e os direitos humanos universais, o prefeito pretendeu, com bravata, tirar a cracolândia do mapa da cidade, eliminando os seres humanos [illegible] do território que ocupavam. Por fim, pediu autorização judicial para recolher, coletiva e compulsoriamente, supostos usuários de drogas, desrespeitando a Lei Antimanicomial, sancionada por FHC em 2001. A mobilização da sociedade, da Defensoria Pública e do Ministério Público freou os intentos autoritários do prefeito.

O prefeito "novo" repetiu o vício dos políticos tradicionais. Interrompeu programas das gestões anteriores, sem propor nada no lugar. De "novo", apenas a [illegible]. [illegible] ouvir os especialistas, avaliar [illegible] do Braços Abertos e debater com a sociedade a melhor forma de enfrentar o problema.

NABIL BONDUKI [illegible]

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

EDITORIAIS

Juros na crise

A despeito das incertezas na política, cenário econômico permite que o BC volte a reduzir sua taxa na reunião marcada para esta semana

Demora simbólica

VINICIUS MOTA

Uma dose de ceticismo

LEANDRO COLON

TSE não é saída honrosa

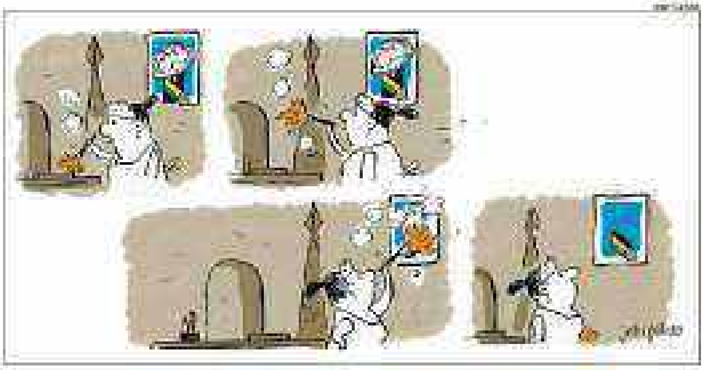
RUY CASTRO

O monstro terno

DANIELA LIMA

Relembrar é viver

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL



EDITORIAIS

Sucessão especulada

Base governista faz planos para eventual substituição de Temer por eleição indireta, mas será complexo recompor maioria para as reformas

Difundiu-se, no mundo político e empresarial, a ideia de que é possível — e desejável — dar solução à crise que envolve o governo por meio do que poderia ser chamado de mudança com continuidade. [illegible]

Trump pelo mundo

[illegible]

HÉLIO SCHWARTSMAN

Direta já?

SÃO PAULO - [illegible]

BERNARDO MELLO FRANCO

Juruna mostrou como se faz

BRASÍLIA - [illegible]

CARLOS HEITOR CONY

Honestidade e progresso

RIO DE JANEIRO - [illegible]

MARCOS LISBOA

Rasgaram os manuais

[illegible]

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
FUNDADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 1921 · PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

EDITORIAIS

Hora de decidir

Manobras para postergar o julgamento do TSE que pode cassar o mandato de Temer só contribuirão para agravar ainda mais a tensão política

Freio à judicialização

HÉLIO SCHWARTSMAN

Para que o crime não compense

ANDRÉ SINGER

Diretas

JULIANNA SOFIA

Sem um varão de Plutarco

RUY CASTRO

O corrupto e o corruptor

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL.

PUBLICADO DESDE 1921 PELA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS
Diretor-Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO
Superintendente: MARIO BRAGA DA TEIXEIRA MENDES, EDUARDO CONTIERO
Diretor-executivo: SERGIO DAMIANI
Conselho Editorial: ELIO GASPARI, CLAUDIA ROSA LERER, MARIO CESARE PEREIRA, PAULO SARGES, RONALDO CAMARGO, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO CANDIDO, DIONISIO DI NARDO, HELIO SCHWARTSMAN, HIGINO BOTTINO (presidente)
Diretor-executivo: MARCELO PINTO (coordenação), PAULO CORREIA (redação), MARCELO CORCANO GONÇALVES (Revistas e Suplementos), ALCIMAR CRUZ (Conteúdo e Operações Digitais)

EDITORIAIS

Soma de erros

Protesto em Brasília acentua desgaste de Temer, mas os atos de vandalismo em nada contribuem para a bandeira virtuosa das eleições diretas

Se o objetivo era produzir imagens de um país em convulsão, o protesto deflagrado por centrais sindicais e entidades de esquerda em Brasília, nesta quarta (31), obteve sucesso, ainda que talvez efêmero.

Com ônibus e trânsito, sem dúvida, as ondas de manifestantes ensangrentados, prédios em chamas e congressistas enfurecidos. O quadro caótico completou-se com o rumoroso desprezo da Polícia Militar, que chegou ao emprego de escabelo de armas de fogo, e o constrangedor recurso do governo às Forças Armadas.

Impacto visual à parte, convém não comprar pelo valor de face a leitura de que o episódio retrata o isolamento de um presidente, com medo a uma revolta popular — por mais real que seja a rejeitabilidade de Michel Temer (PMDB).

Ontem foi se impondo a leitura de todas as partes envolvidas em bloqueios, e quase em tragédia, o que deveria ser um ato político.

Os organizadores, como infelizmente é hábito, negligenciaram a tarefa de assegurar o caráter pacífico do evento. A ação dos vândalos não é tinta de imprevisível: bandos de arruaceiros sem causa discernível infiltram-se em protestos da esquerda — e a elas dão visibilidade — ao menos desde 2013.

Deste vez, os "companheiros manifestantes", assim chamados em um tardio apelo percebido pelo senador Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), depredaram os monumentos nada menos que dos prédios do Exército e dos Ministérios.

O contingente da PM envolveu-se inapto de conter a turba, e a inépcia por pouco não custou vidas quando alguns de seus batalhões apelaram à armamento letal.

O Planalto, por fim, atrapalhou-se ao mandar tropas do Exército ao local para proteger o patrimônio da União. Justificou-se a medida a partir de pedido da presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ) — que, entretanto, havia solicitado o uso da Força Nacional de Segurança Pública.

Esta teria sido, de fato, a providência correta, dispensável o governo de efetivo suficiente. Policiar nas ruas não é a vocação das Forças Armadas, para bem exercitarem a simbologia política inerente de suas prerrogativas e ações repressivas.

Temer, é óbvio, não colhe um sólido positivo dos acontecimentos. A estabilidade, qualquer estabilidade seria ao menos ainda de forma automática, a aprovação de seu governo.

Quanto aos manifestantes, é possível que tenham conseguido dificuldades adicionais para o avanço das reformas previdenciária e trabalhista, contra as quais se batem os sindicatos.

Em nada ajudaram, porém, a bandeira virtuosa da eleição direta, que por sua própria natureza não ampara a base de manobra.

Matança paraense

Uma operação policial que resultou em dez mortes é fato escandaloso e lastimável. No choque ocorrido em Pau d'Arco (PA) nesta quarta-feira (24), a indignidade se agrava com as explicações nebulosas oferecidas pelas autoridades.

Trata-se do maior matança em conflito fundiário desde o massacre de Eldorado de Carajás, também no Pará, quando, há 21 anos, 19 agricultores perderam a vida.

Todos se reuniam na fazenda Santa Lúcia, propriedade em disputa, não se sabe, até onde se sabe, nenhum agente policial saiu ferido.

Apesar disso, diante da atitude comprometedora, o secretário de Segurança Pública, Jeanot Jansen da Silva Filho, endossou a versão de que policiais civis e militares só cumpriam mandados de prisão e recebidos a tiros, teriam.

As informações disponíveis são nebulosas, e não se pode a priori descartar que a violência tenha partido das vítimas. A propriedade encontrava-se invadida por um número indeterminado de sem-terra, que construíram uma ordem judicial de despejo.

Armas foram apreendidas; ao menos quatro dos mortos eram objeto de ordem judicial de prisão como suspeitos de homicídio de um segurança da fazenda.

Entretanto parece evidente que, para contemplar a menos gravidade hipótese, houve emprego de força excessiva por parte da polícia.

O secretário de Segurança esquivou-se de comentar a possibilidade de motivação criminosa, alegando que seria irresponsável antecipar conclusões sem o inquérito. Mas, de certa forma, foi o que fez, ao se fiar na palavra de agentes que deveriam, ao mínimo, ser considerados suspeitos de ação abusiva.

Ainda mais porque, no dia seguinte, soube-se que os 26 policiais nem sequer esperaram a perícia para retirar os corpos do local. Tampouco encontraram-se por ali armas que indicassem confronto, como sangue ou balas.

Quanto a outras sobre as novas informações, a secretaria apenas respondeu que aguardaria o resultado das investigações. Não se sabe, entretanto, com que elementos estas poderão se constituir a que ocorreu.

Não se trata de caso isolado, infelizmente. Há ocasiões de que, nas últimas semanas, ao menos outras sete pessoas foram mortas no Pará por conflitos agrários.

Espera-se agora do governador do Estado, Simão Jatene (PSDB), motivo de repúdio à violência mais contundente que a de seu secretário, assim como cabe ao Ministério Público atuar para garantir isenção à devida apuração da chacina em Pau d'Arco.

MÉLIO SCHWARTSMAN

Eu prendo e arrebento

SÃO PAULO – Excesso pelo marketing pessoal — aquela vontade incontida de dizer "eu acabei com a criminalidade" —, não é privilégio exclusivo dos políticos. Em nosso caso, um dos pontos em que a Polícia Militar de São Paulo tem se destacado é o de dar a impressão de que o fim do crime está a um passo de ser alcançado graças a uma ação ostensiva e implacável contra os traficantes de drogas.

Do ponto de vista do direito, parece absurdo a ideia de buscar uma autorização judicial prévia que autorize policiais ou servidores não-policiais a entrar à força, sem mandado, em qualquer pessoa que tenha em seu poder um pequeno pacote de drogas e submetê-la a revistas e a humilhações para eventual intimidação e constrangimento. Uma medida dessa natureza só poderia ser feita por lei, e não por decisão de um juiz, sob pena de violar garantias individuais, abrir de par em par a porta para abusos e ainda por cima criar um problema de segurança pública.

Mesmo se considerarmos a liberdade de ação apenas do ponto de vista do marketing, houve um erro de cálculo que limitam sua eficácia. Afinal, não parece haver coerência em se demonstrar de um lado com grande ênfase que os traficantes são os responsáveis por todos os males da cidade e, de outro, mostrar que eles são meros usuários de crack.

ser primordialmente um problema de saúde pública. Internações devem ser reservadas a casos excepcionais e com a anuência do paciente. Não se trata de um sujeito perigoso para si mesmo e que a força pública, após criteriosa avaliação médica, tem o direito de, pela força, se apossar daquele corpo para dar a ele o estado de desintoxicação compulsória.

Os gestores ligados por Doria (PSDB) têm dois caminhos. Há indícios de que de fato a ação de saúde pública está sendo negligenciada em prol de uma ação ostensiva no Projeto Redenção como Ministério Público. Defensorias e conselhos profissionais que não se envolvem em "Dia D" — que não deixa de dar algo sobre a credibilidade do governo.

Mesmo se considerarmos a liberdade de ação apenas do ponto de vista do marketing, houve um erro de cálculo que limitam sua eficácia. Afinal, não parece haver coerência em se demonstrar de um lado com grande ênfase que os traficantes são os responsáveis por todos os males da cidade e, de outro, mostrar que eles são meros usuários de crack.

CLAUDIA COSTIN

Errar e aprender

As incertezas que atormentam o Brasil não nos devem olhar como complacência para os erros cometidos pelos dois lados em que se divide o país. Nem pelo lado do país, nem pelo outro, apenas a credibilidade de nossas jovens instituições como um caminho de poder para a reparação dos futuros gerações.

Parte importante dos erros advém de heranças históricas e de uma mentalidade autoritária e com mecanismos de bloqueamento bastante obscuros. Certamente, os responsáveis por erros devem ser responsabilizados, mas temos que diferenciar os acertos para que não descaiamos a correção, olhar com coragem para o que agora é lembrado e corrigido.

Temos oportunidades de aprender que o sistema político e os legisladores, continuamente, poderão criar as chances de aperfeiçoar a democracia, muitas vezes por interesses escusos. Há um conjunto de processos de julgamentos que aprendemos a navegar no mar escuro de nossas negras políticas e não parecem construir outros aprendizados.

Ora, erros são oportunidades únicas. Um bom professor sabe que, quando um aluno erra, em vez de lhe dizer simplesmente o certo, vale a pena gastar um pouco de tempo mapeando a lógica do seu raciocínio equivocado e refletir com os estudantes sobre como aperfeiçoar o aprendizagem. Para crianças e jovens necessitam carinho e até para incentivar alunos a acertar e ter abertura para novas experiências, por exemplo, pode como debater diferentes hipóteses que os alunos apresentam e ensinar-lhes a entender os pressupostos que estão por trás delas.

No construção de um país, guardadas as proporções, são igualmente fundamentais. Grandes lições emanam uma e devem responder pelo aval consciente, mas o país pode aprender com os seus conceitos. Alguns dos autores desses mesmos erros foram grandes justiceiros porque perceberam o equívoco, sinalizaram mudar políticas públicas e instituições da cidadania.

Mas, infelizmente, essa política frutífera entre o bem e o mal, sem conflitos, debates de seguro, ou associados a critérios e condições de credibilidade ao grande público que se torna mais política, entrando de vez, ainda, a oportunidade de aprender com eles.

A vantagem do sentido atual é que o tempo e os acontecimentos principais estão consagrados por parlamentares, governantes, grandes empresários. Há uma oportunidade única de aprendermos de forma profunda com eles e de corrigir uma realidade que poderá desenhar não apenas o presente mas o futuro do país.

Não podemos desperdiçar essa chance, temos que jurar que o erro e construir regras mais adequadas para uma democracia mais sólida, transparente e madura. O Brasil merece!

BERNARDO MELLO FRANCO

Cem anos de perdão

BRASÍLIA – O que é bom Michel Temer fez que seu aliado Rodrigo Rocha Loures é uma pessoa "de muito boa índole". Imagine se não fosse. Flagrado recebendo R$ 500 mil de uma lobista, ele foi convidado a devolver a propina à Polícia Federal. Ao obter a mala, os agentes deveriam arrecadação e R$ 35 mil.

Nesta quinta, o deputado depositou o resto do dinheiro numa conta judicial. Ele não explicou se a demora foi causada por esquecimento, distração ou falta de saldo para uma aeronáutica. Mesmo sem uma desculpa esfarrapada, o caso já garantiu a ele um convidado da Lava Jato.

No início do mês, a **Folha** contou os episódios do desvio do dinheiro. O lobista André Santana, que trabalhou com os marqueteiros do PT, chamou de "assaltante" a quem o pagou pelos serviços. Ele não revelou quem se tornou R$ 1 milhão ou R$ 3,5 milhão para o caixa dois da chapa Dilma-Temer. De acordo com o relato, a lobista foi surpreso antes.

Em outro depoimento, um executivo narrou o suposto de propina escondida numa cocheira. É o mesmo: a mala com dinheiro foi apreendida [illegible] milhões sumiram de uma loja de artesanato [illegible] Clube Brasileiro, na zona sul do Rio. Não se sabe, ainda, se o cavalo foi [illegible] depois do assalto.

O delator João Antônio Bernardi contou uma história menos rocambolesca. Disse ter sido assaltado no Campo de Carlos, perto da sede da Petrobras. Quem conhece a região corre o risco de acreditar, exceto por um detalhe: o bandido do carro teria levado todo o dinheiro que R$ 300 mil.

Na semana passada, o lobista Eduardo Saad foi reunir um relato bem-gante. Acostumado a distribuir propina em nome do PSB, ele se disse espantado com os políticos que teriam embolsado dinheiro destinado às próprias campanhas. "O Michel Temer foi uma coisa até muito desleagente. Nas eleições, eu abri dois caixas para bater [illegible] Fui o Kassab e o Temer", afirmou.

RUY CASTRO

Hoje, antes e depois

RIO DE JANEIRO – Para um grupo que, aqueles quatro anos antes, [illegible] como inspiração pegar na mão da mamãe dizendo ("I Want to Hold Your Hand"), o sabor dos Beatles em "Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band", de 1967, foi mesmo fenomenal. "Sgt. Pepper" faz hoje 50 anos de seu lançamento, com que, no entanto, [illegible] de toda parte deverá estar circulando o mundo em outros e depois.

Para os Beatles, pelo menos, foi o sucesso. Depois, a Paul McCartney ainda [illegible] do seu lado, [illegible] de quarta, sem perdoar decadência. Não que fosse questão de conservar essa última. Os Beatles já não eram mais a Beatles de cinco [illegible] que se impedia de se ouvir nos shows ao vivo e tornava seu estado o que estavam fazendo ali — se não [illegible] quarta-feira, para que [illegible]?

"Sgt. Pepper" foi o resultado [illegible] opção. Os Beatles se tornaram uma banda de estúdio — e, em de um estúdio que comportasse todos os gêneros, estilos e inovações. O disco foi mais do que garantir o ingresso dos Beatles na alta cultura. Permitiu-lhes escapar logo para a contracultura, como o que, para o bem ou para o mal, disparou o comportamento de uma ou duas gerações.

Na realidade, de acordo com atribuído a "Sgt. Pepper", pode ser dispensável algumas mesmo verdadeiras. Não foi o primeiro álbum "conceitual" da história — desde a invenção do LP, em 1948, surgiram centenas deles. Nem o primeiro LP simples de capa dupla — os de jazz da gravadora Impulse! já antecipavam em anos. E também o primeiro a trazer as letras dos músicas na contracapa — muitos dos [illegible] 50 e 60 já tinham feito isto.

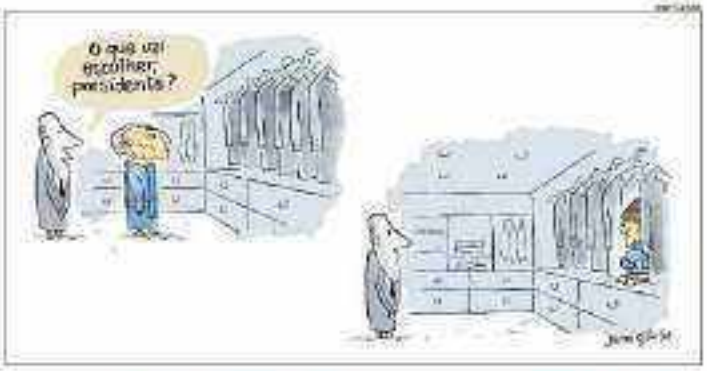
Nesse departamento, aliás, teriam sido o caso do designer brasileiro Cesar Villela no LP "A Noite do Meu Bem", de Lucio Alves, na Odeon, em 1960. Na capa, entre as letras, as letras das músicas do lado A na contracapa, as do lado B.

CLAUDIA MARIA [illegible]

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL.

PUBLICADO POR PLURIL - PUBLICIDADE E EMPRESA JORNALÍSTICA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS
Diretor-Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO
Vice-presidente: MARIA CRISTINA FRIAS
Diretor-executivo: SERGIO DE MORAES
Conselho Editorial: ÓLIVIO DUTRA, CLAUDE BOCCARA LEBRE, MARIO CHIAREL, [illegible]
Diretor-executivo: MARCELO BENTO
Diretor-executivo: MARCELO CONCALVES



EDITORIAIS

editoriais@folhapress.com.br

Em busca do novo

No Datafolha, Lula lidera a corrida pelo Planalto, porém com rejeição de 45%; Marina e Bolsonaro beneficiam-se de estar à margem da Lava Jato

Em meio à tormenta de escândalos suprapartidários de corrupção, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobrevive à ruína dos políticos tradicionais que ainda aspiram ao Palácio do Planalto.

O petista lidera, com larga vantagem, as intenções de voto para 2018 nos principais cenários de primeiro turno investigados pelo Datafolha. A pesquisa, no entanto, também sugere que, diante da fadigue de batalhas em um segundo caso inédito em adversário que tenha escapado da devastação de reputações da elite dirigente.

Os tradicionais contendores tucanos definharam de metade de 2016 para cá. Aécio Neves caiu de 34% para 8% das preferências. Geraldo Alckmin marca 6%.

O prefeito de São Paulo, João Dória, ainda um balão de ensaio, embora devento inflado, faz melhor figura: que seus confidentes teorizam, com algo entre 9% e 13%.

Os adversários mais próximos de Lula estão, cada um a seu modo, à margem das investigações da Lava Jato. A depender do cenário, Marina Silva (Rede) ou Jair Bolsonaro (PSC) ocupam o segundo lugar, com cerca de 15% dos votos.

A primeira ampara-se em uma estratégia de afastar sua imagem das práticas políticas correntes, e o segundo explora o campo aberto a novidades, mesmo radicais e ilícitas — e deve parte de seus índices ao fato de estar há bom tempo em campanha, tal como Lula.

É provável que nem o ex-presidente beneficie-se do lembrança de bons anos de crescimento e distribuição de renda durante seu governo. Entre os mais pobres e menos escolarizados, seu nome é preferido por 40%; no Nordeste, são 50%.

No primeiro turno, Lula perde entre os mais abastados, que preferem Bolsonaro. No segundo, aparece em empate técnico com Marina e vence o juiz Sergio Moro.

Tais simulações dizem menos sobre a disputa pela Presidência e mais sobre as aspirações de quase metade do eleitorado — procura-se uma alternativa.

Ao lado de Aécio, Lula é o segundo candidato mais rejeitado: 45% dos eleitores nele não votariam de modo algum. Apenas o presidente Michel Temer (PMDB), com 69% é alvo de repúdio maior.

Demonstra-se aí a profundíssima perspectiva que havia em torno do seu governo — não tanto pelo caos ou pessimismo por 61% dos entrevistados, contra 31% em julho passado. Seu descrédito iguala-se ao do antecessor, Dilma Rousseff (PT), às vésperas do impeachment.

Os bons feitos não mitigam-se frente das crises e seus protagonistas contumazes. Contam-se eleitorais, sempre voláteis, tornam-se ainda mais incertos quando parte expressiva do eleitorado parece à espera da revelação do novo.

O futuro da Oi

Pressionada por dívidas de R$ 65 bilhões e em meio ao processo de recuperação judicial, a operadora de telefonia Oi sofre processo de asfixia que pode tornar inviabilizar suas atividades.

O caso da empresa demonstra como um serviço relevante pode, sem normas e fiscalização adequadas, converter-se em péssimo negócio. Em empresa, ainda, oferecendo política de campanha nacionais dos governos petistas.

Como a Oi é a única prestadora de telefonia fixa na sua área de atuação, configura-se uma situação de risco para o interesse coletivo, pois sua descontinuidade não deixa alternativas aos clientes.

Em situações desse tipo, a regulação pública precisa estar preparada em uma solução temporária, o que até agora não foi o caso.

O problema começa pela fertilidade das recuperações judiciais no país. Apesar de o instrumento ter sido criado para facilitar acordos entre credores e devedores, evitando falências desnecessárias, na prática não é isso que ocorre.

Processos não raro se arrastam a ponto de a empresa perder o que de mais valioso lhe resta — os clientes, que tendem a se afastar quando as dificuldades vêm a público.

Para evitar o pior, o governo prepara-se para uma possível intervenção na companhia, a ser coordenada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A entidade pressiona a Polícia do Planalto pela edição de uma medida provisória que facilite a renegociação das dívidas da Oi com a União, estimadas em R$ 31 bilhões.

Em paralelo — para não piorar os fracassos no entendimento com os credores privados —, deve ser convertido projeto de lei ao Congresso para ampliar os poderes de atuação da Anatel, com vistas a assegurar a continuidade de todos os serviços prestados aos consumidores.

Em qualquer cenário, será preciso cuidado para não tornar ainda mais ruinosa a saga da Oi — iniciada quando, em 1998, um consórcio de reputação questionada arrematou a telefonia do Rio de Janeiro e de outros 15 Estados.

Dez anos depois, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva alterou a legislação para permitir que o grupo, já sob o nome atual, multiplicasse seu poderio com a compra da Brasil Telecom. O projeto megalomaníaco de criação de uma superempresa não se concretizou, para escândalo de endividamento.

Se agora a impressão for a de uma intervenção deve ocorrer com mais transparência e clareza. Em tempo de Sobrevida, não se pode aceitar o uso de dinheiro dos contribuintes, mesmo sob o disfarce de descontos nas dívidas com o governo.

MÉLLO SCHWARTSMAN

A humanidade tem jeito?

SÃO PAULO - Sentos nem impressionados. Quando olho para aqueles observações regionais em todos pontos favoritos, não apenas nos permite a maldade, mas também de certo modo, também a incredibilidade da espécie. Mas, se nos guiarmos um pouco menos por nossos instintos e mais por dados objetivos, teremos de concluir que a humanidade até que está fazendo um bom serviço.

Autores como Steven Pinker e Michael Shermer mostraram em livros recentes que estamos fazendo progressos, tanto em termos materiais como morais. A escala a observar não é dos anos, mas das décadas.

Nosso espírito está se tornando cada vez menos violento (proporções decrescentes da população morrem em consequência de guerras e assassinatos), profundamente solidário com o sofrimento do planeta e estamos avançando rapidamente na questão dos direitos dos minorias e na ampliação das liberdades individuais. Apenas alguns anos atrás, pouco mais do que meio século, homossexuais, negros e mulheres eram inferiorizados. Hoje, são uma realidade em vários países.

Há boas notícias até para o sequestro a natureza humana é em parte inalterável. Tomemos o exemplo do trabalho infantil. A violência empregada em suas conquistas era tal que a simples menção de seu nome já acrescentava os europeus que haviam tomado parte nisso. Hoje, ou vivemos seriamente as empresas e políticas de forma concretas, financiamos e consegues. Como a mudança se deu num intervalo de apenas 100 anos, tempo insuficiente para que ela tenha bases biológicas, é forçoso concluir que seja origem cultural.

Como ato o início do século 19 a Suécia era tido como um dos países mais atrasados da Europa. Há motivos para suspeitar que o ponto de virada não tenha sido um evento. A cada um dos anos como Bach, Beethoven, Mozart, James Robinson e Ro Robinson, a sociedade está no descobrindo das instituições. Em tese, é bom em tese mesmo, ao olhar bem o que se.

MARCIER BRAGON

Feios, sujos e malvados

BRASÍLIA - Na sexta-feira passada, a Polícia Federal deflagrou a 36ª fase da Lava Jato, batizada de Ressaca, para cumprir mandados de prisão e de busca e apreensão contra 18 pessoas ligadas a um grupo político que, segundo a PF, teria recebido R$ 1,5 bilhão em propinas e outras vantagens ilícitas.

Entre os alvos da operação estavam o senador Gim Argello (PTB-DF), o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega e o ex-governador do Distrito Federal Agnelo Queiroz (PCdoB). Ao longo da ação, foram cumpridos 40 mandados de condução coercitiva, 10 de prisão temporária e 70 de busca e apreensão em 7 Estados e no Distrito Federal.

Ao longo da ação, foram cumpridos 40 mandados de condução coercitiva, 10 de prisão temporária e 70 de busca e apreensão em 7 Estados e no Distrito Federal.

Ao longo da ação, foram cumpridos 40 mandados de condução coercitiva, 10 de prisão temporária e 70 de busca e apreensão em 7 Estados e no Distrito Federal.

Ao longo da ação, foram cumpridos 40 mandados de condução coercitiva, 10 de prisão temporária e 70 de busca e apreensão em 7 Estados e no Distrito Federal.

CARLOS HEITOR CONY

Sabedoria do micróbio

RIO DE JANEIRO - Um determinado micróbio, instalado no corpo de um cavaleiro de cavalos, chegou com a escuta de jornal e mostrou-se aos colegas que estavam com a vida ameaçada. Convocou uma assembleia geral e avisou que um tal de Hemiko havia descoberto a cura do que chamado "pestilência". Em dois dias, sabendo sua cidade, comunicou a recente descoberta da ciência humana.

Por uma convulsão, Epaminondas foi modificado, e os micróbios elegeram um novo diretório coletivo. Escritores, legisladores e magistrados ocuparam a tribuna, pedindo que todos se unissem numa causa comum, combatendo o novo inimigo que ameaça a ponto de destruir os micróbios, que, por direito e tradição, perseguem a todos, desde os mais pálidos, bem-sucedidos pela sífilis, não baixo e bem respondendo pelo bacilo de pé que atacava campeões e favelados.

Depois de muita discussão, decidiram lutar até a morte contra o inimigo que mataria todos eles.

Nisso, chegou um velho micróbio, de cabelos brancos, tímido, aposentado numa bengala e com uma pequena maleta onde batia seus tacos de golfe e discos de rock. Causou uma revolta geral, com momento tenso que acabaria com toda a espécie de micróbio.

Pediram que o velho micróbio se unisse a suas decisões, tornasse ao solidário e lutar contra o inimigo que ameaçava a ponto de destruir os micróbios, que, por direito e tradição, perseguem a todos, desde os mais pálidos, bem-sucedidos pela sífilis, não baixo e bem respondendo pelo bacilo de pé que atacava campeões e favelados.

MARCOS LISBOA

Transparência

A economia mineira se estabilizou e o Congresso discute medidas importantes, como a reforma da Previdência e o auxílio aos Estados em dificuldades.

Houve um período de avanços, como a aprovação do PIC das Estatais, as novas regras para os empréstimos do BNDES e a reforma trabalhista.

Alguns sugerem que nos formas propostas exigiram ajuste, o que não é verdade. Muito mais seria necessário nos anos à frente.

Temos um déficit público de 7% do PIB, suficiente para elevar o crescimento insustentável da dívida pública requer um superávit primário de cerca de 2,5%. Isso significa a necessidade de um ajuste fiscal de pelo menos 4,7% ao ano (10% do PIB) ao longo de cerca de R$ 60 bilhões.

Além disso, o gasto de aposentadorias de seis pontos do PIB nos próximos dez anos será a reforma da Previdência.

O TCU e o Tesouro têm promovido sistematicamente a transparência ao déficit atuarial das previdências nos governos dos Estados. Ha um trabalho a ser feito, mas o avanço é notável.

Outros poderiam seguir esses bons exemplos, o que não criaria para a análise dos problemas e para o debate sobre como resolvê-los.

Não foi um aprofundado, por exemplo, as bases de dados utilizadas para o cálculo do impacto da reforma da Previdência ou da versão proposta pela relatora.

O mesmo ocorre com as medidas de ajuste para os Estados, não crise de caixa, pelo período, dos gastos com servidores e aposentados. Repetidamente, as medidas que garantiriam maior transparência dessas contas foram rejeitadas pelo Congresso.

O Congresso também rejeitou algumas medidas de ajuste para os Estados em maiores dificuldades, como o aumento da contribuição à Previdência.

Governos parecem ter dificuldade em reconhecer as consequências de seus atos e muitas vezes acabam por sugerir que o problema não é do gasto excessivo, o que tal solução à mão. E com isso contribuem para obscurecer as dificuldades.

Frequentemente, a situação dos Estados continua a se agravar e o que se observa são medidas paliativas que criam insatisfação com crise ainda mais severa para os novos governantes em 2019.

A opção tem sido por repassar dívidas e como governo federal, para prejuízo do restante da sociedade, bem especial a uma família que se endivida para pagar o aluguel, pois aos poucos não cabem no salário. Vai dar ainda mais trabalho à dona.

Para agravar o pouco transparência, o BNDES revisa metodologia para estimar a taxa de economia, mas não atualiza a série histórica. Até dezembro de 2016 temos os dados com a metodologia antiga; a partir de janeiro de 2017, uma nova forma de cálculo. O período intermediário fica difícil saber a temperatura do paciente.

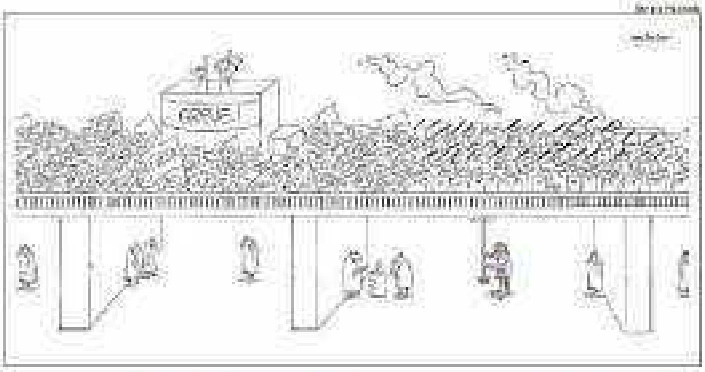
MARCOS LISBOA

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICAÇÃO DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS
Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO
Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO
Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA
Conselho Editorial: [illegible]



EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

A greve e as reformas

Paralisação afeta principais cidades do país e descamba em violência; governo não tem alternativa a não ser prosseguir com sua agenda

Com paralisações expressivas no transporte público e a adesão de categorias tradicionalmente ligadas à militância sindical, a greve geral convocada para esta sexta-feira (28) afetou o cotidiano das principais cidades brasileiras, havendo de ter satisfeito as expectativas de seus organizadores.

Foi, entretanto, relativamente modesta a dimensão dos atos públicos que, em clima de véspera de feriado, acompanharam o movimento — caracterizado pelo governo como iniciativa circunscrita à insatisfação dos sindicatos com as reformas previdenciária e, em especial, trabalhista.

A Câmara dos Deputados, afinal, acaba de aprovar projeto que, entre outras providências, extingue o imposto que financia as entidades de empregados e patrões.

Ao final do dia, incidentes lamentáveis de violência marcaram as manifestações. No Rio, ônibus foram incendiados; em São Paulo, houve danos a carros e lojas, além de confronto entre manifestantes e policiais nas proximidades da residência do presidente Michel Temer (PMDB).

Com o que se tem, é difícil antever o impacto da greve no andamento da ambiciosa agenda legislativa do Palácio do Planalto. A não ser [illegible] ela já se mostrava árdua o suficiente antes dos protestos.

A reforma da CLT passou na Câmara com o apoio de 296 dos 513 deputados, número que, embora expressivo, não basta para que se aprovem as mudanças propostas na Previdência. Para estas, que dependem de emenda à Constituição, serão necessários mais 12 votos — e a capacidade de enfrentar resistências mais disseminadas.

Em nenhum país do mundo, propostas de redução dos direitos relativos à aposentadoria contam com apoio popular. Governantes, em geral, só as apresentam quando as finanças públicas já estão em trajetória insustentável. Este é, sem dúvida, o caso do Brasil.

A alternativa que se coloca é aprovar a proposta governamental ou deixar o sistema como está.

O impacto negativo de uma derrota do governo se faria sentir, em termos imediatos, no prolongamento da recessão, na queda dos investimentos e no aumento dos juros [illegible]. O mercado credor, afinal, cobrará já pela percepção de que o governo está a correr risco grave de insolvência.

Mais adiante, um colapso completo na capacidade financeira do Estado para cumprir funções básicas, como educação, saúde e segurança, teria o potencial de gerar uma crise de insatisfação popular incomparavelmente mais grave do que a que hoje se verifica.

O país corre contra o tempo — e não há paralisação que possa alterar a dura verdade desse fato.

Trump, cem dias

Talvez a principal conclusão a se extrair dos cem primeiros dias do governo do presidente dos EUA, Donald Trump, seja a evidência de que o sistema de freios e contrapesos continua a exercer papel crucial na democracia americana.

O voluntarismo e o estilo personalista do magnata republicano, que suscitaram até temores de um [illegible], viram-se contidos pela Justiça, pela política institucional, pelo livre exercício do jornalismo e pela opinião pública.

Nesse breve período, Trump pôde constatar que o país não é seu grupo empresarial e que as atribuições da Presidência da República não coincidem com as de um CEO.

A tradição de submeter mandatários a um escrutínio em seus primeiros cem dias de governo tem origem na gestão de Franklin Delano Roosevelt, que adotou uma série inédita de medidas no início dos anos 1930 para reverter os efeitos da recessão que deprimia o país.

Ao chegar à Casa Branca, Trump pareceu ter se inspirado em seu antecessor ao dar início a uma frenética maratona de assinatura de decretos, com o objetivo de cumprir promessas e anular medidas tomadas pelo democrata Barack Obama.

Em perspectiva conservadora, muitas dessas ordens presidenciais foram bem-sucedidas ao rever regulamentações em áreas diversas, como controle federais, uso de terras, ambiente e educação.

Não tardou, porém, a controvérsia na nova república imaginária. A Justiça, por exemplo, suspendeu decretos de sua gestão que impediam a entrada de imigrantes oriundos de países com maioria muçulmana.

Fiasco ainda mais ruidoso deu-se na tentativa de substituir o Obamacare, o sistema de saúde criado pelos democratas. A despeito de ser maioria na Câmara, o Partido Republicano não conseguiu votos suficientes para aprovar o projeto.

Trump também amargou a queda de seu primeiro conselheiro de Segurança Nacional, em decorrência de revelações sobre contatos do aliado com o governo da Rússia.

Criticado implacavelmente pelos veículos de imprensa, o presidente obteve um raro momento de trégua quando modificou o tom de sua política internacional, ao determinar um bombardeio de mísseis contra a Síria. Na sequência, lançou-se da Rússia, mobilizou a Otan (aliança militar ocidental) e passou a tratar a China como importante parceira.

Há ainda muito pela frente para que se possa ter um juízo mais sólido do governo Trump. Porém, como indicam os seus baixos índices de aprovação, o presidente está distante de conquistar a confiança de setores fora das fronteiras de seus redutos eleitorais.

HÉLIO SCHWARTSMAN

O poder da ética

SÃO PAULO - As delações da Odebrecht indicam que a corrupção era mais voltada e generalizada do que supúnhamos. Políticos agora cada vez mais descaradamente para aprovar leis que os beneficiem. Até o jogador de futebol que dava soco de cada ao juiz, [illegible] que o adversário fosse abençoado pela [illegible] e [illegible] tirar grande proveito da situação.

A sensação que se tem é que o Brasil vive uma crise ética e, nessas horas, sempre surge a proposta de ampliar as aulas de ética nas escolas. Mas será que existe uma correlação entre estudar ética e ser ético?

O filósofo Eric Schwitzgebel, da Universidade da Califórnia, Riverside, tentou medir isso. Perguntou a professores de ética, isto é, gente que ganha a vida ensinando os outros sobre o que é certo e o que é errado, com que frequência votavam, [illegible] respondiam e-mails de alunos, comiam carne, doavam sangue, contribuíam para associações de caridade etc. e comparou suas respostas com as dadas por filósofos de outras especialidades e professores de outros cursos.

Schwitzgebel também foi aos arquivos para ver se os éticos eram mais [illegible] do que colegas de outras áreas em [illegible] dos livros das bibliotecas. Os resultados, como o leitor já deve suspeitar, indicam que não há diferença importante nos comportamentos dos diversos professores.

Duas exceções são os livros — os clássicos de estudos de ética desaparecem das estantes cerca de 50% mais do que os de outras matérias — e o abate de animais para consumo humano: 60% dos eticistas o condenaram, contra 19% dos professores de outras áreas. A diferença, contudo, desaparece quando se mede a frequência com que comem carne. 38% dos professores haviam jantado um mamífero na noite anterior, contra 37% dos éticos. Como dizia Terêncio, "sou humano e nada do que é humano me é estranho".

helio@uol.com.br

JULIANNA SOFIA

Dilema Tostines

BRASÍLIA - O termômetro escolhido pelo Palácio do Planalto para medir a lealdade de sua base aliada na Câmara foi a reforma trabalhista. A votação da reforma trabalhista nesta semana mostrou que 296 deputados favoráveis, sendo mais que suficiente para a aprovação do projeto enviado por Michel Temer. Indica a temperatura para apreciação da reforma mais importante da gestão peemedebista, a da Previdência, que precisa de 308 votos?

A cúpula palaciana professa que sim. O resultado foi (ou teria sido) celebrado, mas não serve como medição de forças parlamentar. Para os articuladores de Temer, o placar permite mapear as defecções, e os deputados infiéis serão punidos com perda de cargos.

O que escapa à métrica governista são os números de parlamentares que poderiam votar "sim" na reforma trabalhista, mas consideram ter de guardar a participação contra o sacrifício das reformas. No ambiente de protestos e de mau humor das ruas, se trabalhadores forem a ser consultados sobre a CLT, não estariam dispostos a dar novo voto ao Planalto.

Ou, ainda daí, se que deputados foram votado "não" na alteração do regime trabalhista para, mais adiante, dar provas de fidelidade na PEC previdenciária. Afinal, seria a aprovação da reforma das aposentadorias o determinante para a continuidade da era temerista.

Um dilema Tostines. Parlamentares votaram contra a Previdência porque já foram contra a reforma trabalhista? Ou porque já votaram contra a reforma trabalhista agora apoiarão as mudanças na Previdência?

Pelo sim, pelo não, muitos não querem comprar os dois brigas. O governo ouviu que hoje só tem 150 votos fidelizados. Outros 150 estão fechados no campo da oposição. Entre os extremos, a contagem da adesão à PEC das previdenciária [illegible] necessária.

O presidente tenta ganhar tempo, segue com ameaças atrás de ameaças e pode voltar a fazer concessões.

RUY CASTRO

Cantando de olhos fechados

RIO DE JANEIRO - Ella Fitzgerald (1917-1996), que teria completado 100 anos na segunda-feira (24), deixou em aberto uma pergunta que talvez não comporte resposta: era uma cantora de jazz ou uma cantora popular? A dúvida surge quando a comparam com a outra cantora sobre a qual pareceria recair dúvida: Billie Holiday (1915-1959). Mas por que os críticos Billie sofra uma cantora de jazz e Ella, talvez não?

Quando as duas começaram (Billie, em 1933; Ella, em 1935), ambas com 18 anos, ninguém sabia direito o que era "cantar jazz". Pouco antes, em 1925, o branco Al Jolson, de cara pintada, estrelara o primeiro filme sonoro, "O Cantor de Jazz". Ninguém protestou —, pelos libertados que ele tomava ao cantar, talvez fosse mesmo. Era uma época difícil, em que negros (Bessie Smith, Ethel Waters, Louis Armstrong) e brancos (Bing Crosby, Mildred Bailey, Connee Boswell), nos dois lados, estavam inventando um novo jeito de cantar.

O "scat-singing" — a improvisação vocal sem palavras — por exemplo, era "cantar jazz". Mas Billie não o fazia. Isso a tornava menos jazzística? Não, porque, à sua maneira, nunca cantou uma canção do jeito que ela foi escrita. Ella, por sua vez, seria a rainha do "scat" e levaria ao sofisticado às últimas consequências. Mas, quando foi chamada a cantar Cole Porter, seguia a partitura nota por nota.

Billie gravava com conjuntos o que seria Ella [illegible] orquestra. Pouco depois, Ella fez o mesmo. As duas se cercavam dos grandes jazzistas, mas sonhavam com a parada de sucesso. Billie namorou os clarinetistas Benny Goodman e Artie Shaw e o pianista Jimmy Rowles, todos brancos. Ella não namorou ninguém.

Francamente, Ella lembrava um contrabaixo. Mas, ao cantar, soava como um violino. Cantava de olhos fechados, como se quisesse que a plateia enxergasse apenas a sua voz.

ANDRÉ SINGER

Luta de classe

Ao assistir, quarta (26), à votação da reforma trabalhista, ocorreu-me frase atribuída ao bilionário Warren Buffett. Em tradução livre, a sentença do investidor seria a seguinte: "Existe, sim, guerra de classe, mas é a minha classe, a classe dos ricos, que está fazendo guerra, e estamos ganhando".

O ditado me voltou porque o debate que explodia no plenário lembrava a tabela de propostas apresentada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O documento intitulado "101 propostas para a modernização trabalhista", para o qual chamei a atenção aqui à época (Folha, 14/12/2012), antecipava o duelo atual. Ali se dissolvia a conciliação produtivista (industriais e sindicatos).

Inclinado quanto ao que parecia uma lenda urbana, consultei a internet. De fato, a citação do segundo homem da lista da Forbes apareceu em reportagem do jornal "The New York Times" no dia 26 de novembro de 2006. Incrível, mas verdadeira, portanto.

Depois, vitoriosa, deputada que não ignoraram o multiexplícito confronto classista de que me lembrava em âmbito organizacional no Brasil, por um lado da direita, seguiram a previsão buffettiana. Em reação, refletiu-se a maior unidade popular de que tenho notícia.

Líderes de partidos aproveitaram a ocasião e foram à base para afirmar que, por trás da derrocada da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estavam 200 parlamentares empresários. Filiados às agremiações governistas. O PT lembrou-se, em uníssono, de onde veio e [illegible]. Cada um dos membros da bancada fazia questão de declarar, orgulhoso, o voto contrário ao desmonte da legislação.

PSOL, PDT, Rede, PMN, Solidariedade, PSB, enfim, legendas que têm algum vínculo com o mundo do trabalho, brandiam visões contra o retrocesso [illegible] de trabalho surgido. Um parlamentar do PC do B, em uníssono, [illegible] chegou a vestir um macacão para protestar contra a retirada de direitos dos trabalhadores.

No final de contas, contudo, 296 representantes do povo votaram a favor de a empresa conseguir forçar, e para que não haja obrigatoriedade de pagamento pelo piso da categoria ou pelo salário mínimo com remuneração por produção, entre muitos outros retrocessos. De outra parte, 177 se manifestaram contra as propostas patronais. Ficou claro de que lado estão, surpreendentemente, a maioria da Câmara.

A resposta veio na sexta (28), na que há tempo não havia a maior paralisação nacional desde os anos 1980, se não deixar falta de nova esperança, a base da sociedade mostrou que começa a reagir. Agora, precisamos prestar atenção ao momento para que, mesmo dentro dela, lento e pacifista, seja possível construir uma representação majoritária capaz de reverter a batalha histórica perdida nesta semana.

ANDRÉ SINGER escreve aos sábados nesta coluna.

andre.singer@grupofolha.com.br

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO POR PLURIMA S.A. JORNALISTICA E EDITORA FOLHA DE MANHÃ S.A.

Presidente: [illegible]
Diretor-Editorial: [illegible]
Superintendente: [illegible]
Editor-executivo: [illegible]
Conselho Editorial: [illegible]
Diretor-executivo da Sucursal: [illegible]

EDITORIAIS

http://www.folha.com/ultimo5editoriais

Avanço trabalhista

Aprovada pelos deputados, reforma da CLT dá passos corretos ao fortalecer as negociações coletivas e extinguir o imposto sindical

Deu-se na madrugada desta quinta-feira (27) o primeiro passo da árdua e decisiva agenda reformista deste ano.

Por 296 votos a 177, a Câmara dos Deputados aprovou projeto que altera de maneira substantiva a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), cujos alicerces remontam aos anos 1940.

Trata-se de normas que regem as relações entre patrões e empregados será tarefa delicada em qualquer lugar e momento; aqui, a revisão de práticas tão enraizadas converte-se em tabu.

A mudança pode não ser ainda de monta; mas é, sem dúvida, necessária. Se não constitui parada, a reforma votada traz avanços importantes, na direção correta.

De maior fundamental, determina-se que acordos coletivos, negociados entre empresas e organizações dos trabalhadores, prevalecerão sobre os ditames da CLT, estabelecendo direitos básicos como férias e fundo de garantia.

Reforça-se, assim, a centralidade do Estado sobre as relações privadas, que muitas vezes dificulta ou inibe entendimentos capazes de preservar empregos.

Numa grave conjuntura, o texto dá mínimo à existência do imposto sindical (chamado eufemisticamente de contribuição obrigatória), arma dado por entidades patronais e de trabalhadores.

Não surpreende, pois, que sindicatos estejam na oposição ao projeto, à qual se somam os partidos e militantes de esquerda. Abusa o discurso fácil contra a perda de direitos, porém, não se ouvem dos críticos contingências possíveis.

Fato é que a rigidez de imposições da CLT a torna uma legislação ineficiente. Os celetistas típicos compõem apenas cerca de um terço da força de trabalho do país; um contingente semelhante vive na informalidade ou labuta por conta própria, na maioria vezes em condições precárias; outros 15% estão desempregados.

O restante dos vagos disponíveis se distribui entre empregados domésticos e servidores públicos, que dispõem de regimes de trabalho próprios, e empregadores.

Uma nova legislação, além de estimular o emprego formal, deve dar conta da realidade atual do mercado de trabalho, que demanda maior liberdade de contratação. Há amplo leque de atividades contratadas em projetos e tarefas com duração determinada, em vez de contratos de longo duração.

Não se pode desconhecer que o país é profundamente desigual.

Profissionais qualificados, em setores modernos, dispõem de considerável poder de barganha; nos menos avançados, trabalhadores ainda sem qualificações — e sem proteção de legislação trabalhista; a atual não os faz avançar.

Público não é gratuito

Mais uma vez, foi o Supremo Tribunal Federal a dar um passo não logrado pelo Congresso. Na quarta-feira (26), 9 dos 10 ministros presentes ao plenário decretaram a cobrança de cursos de extensão por universidades públicas.

O assunto tinha sido objeto de proposta de emenda constitucional que terminou rejeitada —por falta de votos quinto votos para se alcançar o quórum necessário— na Câmara dos Deputados, pouco menos de um mês atrás.

O tema chegou ao Supremo e ao Parlamento por suposto conflito entre a cobrança, com isenção em boa parte das instituições federais e estaduais de ensino superior, e o artigo 206 da Constituição —este prevê a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Para o STF, cursos de extensão, como os de especialização e MBA, não se enquadram no conceito do ensino público. Estado certo a obrigado a prover, em condições de igualdade, para toda a população.

Sendo o caso de questionar se a formação superior deve ou não figurar no escopo da educação que todo brasileiro tem direito de receber sem pagar. Parece mais sensato limitar tal exigência ao ensino básico (fundamental e médio).

O Supremo não avançou na matéria, porque lá formou jurisprudência de que cursos de graduação, mestrado e doutorado devem ser oferecidos pelo artigo 206. A desejável revisão das normas atuais, portanto, depende do Legislativo.

A educação pública, é bom lembrar, não sai de graça: todos pagamos por ela, como contribuintes. Apenas 35% dos jovens de 18 a 24 anos chegam ao nível superior, e muitos dos matriculados nas universidades públicas o fazem melhor para pagar mensalidades.

A resultante do sistema atual é um quadro de iniquidade: pobres ascendem, educação básica em escolas oficiais de má qualidade e consagram poucas vagas nas universidades públicas; estas abrigam fatia desproporcional de alunos oriundos de colégios privados, que têm seu curso superior facilitado acesso a melhores empregos, custeado por toda a sociedade.

A noção de oferta aberta para cursos de extensão é limitada. As universidades estão não só perdendo, por exemplo, já têm mais de 30 mil pagantes matriculados na sua modalidade, mas a revelar não ter uma estratégia adequada no contra em dinheiro de milhões de reais por ano, contra os gastos na casa dos bilhões.

A noção é igualmente limitada, porque seria mais justo demandar do escolhido da gratuidade parcela a cobrar —são de quem possa pagar, claro esteja— também nos cursos de graduação e pós-graduação.

HÉLIO SCHWARTSMAN

Greve geral

SÃO PAULO – Uma parte do Brasil vai parar nesta sexta (28) para protestar contra a reforma da Previdência. "Eu discordo do que dites, mas defenderei até a morte o teu direito de dizê-lo". A frase é creditada a Voltaire, mas de nada a escrevera. Para alternativas não são exatamente uma novidade. De todo modo, o sentimento resume o pensamento do filósofo em relação à liberdade de expressão: ele pensava valer independentemente de concordarmos com o conteúdo daquilo que é dito.

Essa regra pode ser estendida para a democracia. Qualquer um pode protestar contra qualquer coisa e, se a maioria da população, regida de acordo com leis, decide adotar uma política que lesa o polígrafo o barraco, nesta nos cai no barraco.

Porque é bem essa a situação da reforma da Previdência. Nosso modelo é insustentável diante das transformações demográficas em curso. E, claro que é possível discutir se a idade mínima para receber a aposentadoria deve ser de 65 ou de 62 anos e se o trabalhador tem 70% ou 90% de seu salário revertido em benefício, mas o fato de um partido ou de uma empresa se opor a determinado corte, mesmo não é necessário ter domínio em finanças para concluir que, se não houvesse os benefícios, os seus detentores de ser bonzinhos, ou precisariam arrancar mais dos contribuintes.

E, como não estamos falando de dinheiro pequeno, mas sim da hipótese ter de haver cortes em áreas sociais como educação e saúde ou fortes aumentos na carga tributária brasileira, que, vale lembrar, já é significativamente maior que a de países com igual nível de desenvolvimento, tal.

Senhores e senhoras, a marcha que repito "de frente" a proposta do governo apresenta-se um projeto alternativo que, pare em pé, mas não creio que isso ocorrerá. Sua motivação é mais política do que técnica. A dificuldade da sociedade em resolver um problema que no fundo é aritmético pode ser transparente, mas faz parte das atribuições do jogo democrático.

helio@uol.com.br

EDUARDO CUCOLO

Foro além da política

BRASÍLIA – Que se saiba, é universal a ideia de um direito a foro, não previsto pela Constituição Federal. Mas está nas mãos do STF. O ministro é parte de levar tal ideia ao fim pelos corredores legislativos do Senado João Trindade Cavalcante Filho e Frederico Reis Lima.

O número sobe para 54,99% quando se considera também as contribuições estaduais. São 16,57% a mais de dinheiro que não são destinadas pela proposta aprovada em uma primeira votação no Senado e nos últimos anos. Será curioso ver um governador julgado em primeira instância e um vereador pela Assembleia Legislativa.

Dois terços dessas pessoas estão nos três Estados que ostentam o benefício aos vereadores: Bahia, Rio de Janeiro e Piauí.

Há situações como o foro para os comandantes do Corpo de Bombeiros no Amazonas, Pernambuco, Minas Gerais e Tocantins. Ou o caso único de Roraima, que garante o privilégio a diretores-presidentes de estatais do administração indireta.

Em tempo de investigações não é novidade no mundo nem no Brasil. A Constituição imperial de 1824 garantia a inviolabilidade absoluta do imperador, mas também o julgamento pelo corte suprema da época de ministros, presidentes de províncias e corpo diplomático.

O foro para os deputados surgiu em 1966, por iniciativa do Poder Armado e do Congresso Fechado.

Foi a Constituição de 1988, no entanto, que prolongou o foro da alegria, ao estender o benefício a Ministério Público, tribunais de contas, deputados estaduais e prefeitos.

Diante da profusão de inquéritos de lava-jato envolvendo políticos e parlamentares, o Poder pode voltar para essa pequena parcela de privilegiados, com grande representatividade quando se trata do número de ações.

Importante não esquecer, porém, que a aprovação do fim do foro exigirá também representantes do Judiciário e do Ministério Público, que se preservam 80% dos protegidos pela Constituição, segundo os autores.

RUY CASTRO

Salvação pelo galinheiro

RIO DE JANEIRO – Como todo mundo, mantenho-me nos últimos anos com muito medo e horror de amadores de verdade em geral e o pouco, lojas fechando, todo mundo quebrando, de modo e, produtos tirados de filha e outros projetos de filmes, peças, romances, balés, museus e exposições que não saiam sequer da categoria sonho. Acompanho bem bem a crise na indústria editorial, com as compras do governo estatizadas, livrarias inadimplentes, editoras em apuros, e perguntei me se o que acontecia ao elo mais fraco das suas cadeia: o escritor.

Nunca tendo trabalhado com outra ferramenta que não fosse a palavra, vi-me em busca de uma opção profissional para o caso de não ter mais como escrever. Então, de repente, me ocorreu: o campo, a roça, a criação de animais – perdão aos ecologistas e abrir uma granja, um criatório. Mas como fazer isso se não sou nada de vacas e tal mais de 50 anos não sejo uma galinha ao vivo?

O jeito era aprender. Em sebos e bibliotecas, encontrei os livros básicos. Um deles, "Manual de Avicultura", de João Brandão, me apresentou as técnicas de incubação, à personalidade das frangas e à importância do galo na produção de ovos. Outro, "Criação Prática de Matrizes", da Pearson Lima Torres, me serviu de Pb.H.E. Mais superior minha dúvida de José Reis, o Reinaldo dos galinheiros. Ele é o autor de "Higiene dos Aviários", "Incubação dos Ovos de Galinha", "Os Frangos - Criação e Aproveitamento", "Marrecos e Patos" e muitos mais, todos com tematica avícola. Atrevi-me a obra.

Mas, então, leio Fernando Almeida Moreira dos Círculos "Tebaprem Principlaynes", "A Arte de Arrotar o Boi" e "O Pintor e Sua Obra Sua Mão - A Arte do Empolgar o Grande Galinheiro", e me convenci de que o universo avícola e vasto e cobre complexo, gaia pouco. Desisti.

Abro disso, a crise possa estar passando.

CLAUDIA COSTIN

Novos líderes

Cheguei a Harvard para dar uma aula e encontrei alguns alunos brasileiros que moram no exterior. Este é uma prática que tenho há algum tempo, seja professor ou alunos, com seminários de Educação, ou de forma voluntária, na orientação de vida e carreira de jovens que pretendem crear Harvard.

Sai do Brasil parece apaixonado com a situação do país, que parece não apresentar solução fácil, dada a constatação de que todas parte do processo de funcionamento de comporta de produtivamente todos os partidos inclusos no número de heterogêneos. Que será do futuro da democracia brasileira, pelo qual minha geração tanto lutou?

Situações como essas abrem o caminho para a ascensão de alternativas pretensamente apartidárias da política, como Trump, aqui nos Estados Unidos, ou, em outros tempos, Jânio Quadros. A democracia e seus mecanismos de eleitos são apresentados, nesse processo perverso, como problemáticos e parte da juventude cresce estranha com os maus líderes todos como políticos e se desinteressa da política e deixa que outros decidam por ela.

Foi com essa preocupação que eu encontrei. E ali que mais um aparecem com um projeto que tem me impressionado ultimamente. Quer seguir carreira política. Já são mais de cinco que seguem a mesma trajetória. Entrarão, pelo menos todos e de família de políticos, todos querem fazer a diferença e sabem que o caminho será difícil.

Normalmente parece ser voz, lo para falar genial dos mesmos corpo e ligado a modelos antigos, de um lado ou de outro da divisão que se estabeleceu no Brasil. O que os motivou? Não sei o que de fato o Brasil como está.

Para que gente como eles possa participar uma reforma política importante precisa acontecer. Esses são são jovens que fecham os olhos a necessidade estabelecer de financiamento, pensando que, afinal, as regras do jogo são essas. Não não me parece que seja esse Congresso que está aí que fará essas modificações, afinal, muitos dos congressistas se tornaram inviáveis com regras novas.

Parece um grito pela criação de um novo programa político que nos coloque na sociedade 21 e que não nos torne prisioneiros do que Daron Acemoglu e James Robinson chamaram, em seu livro "Por que as Nações Fracassam", de extrativismo político. Talvez fique melhor sentido personagem em uma Assembleia Nacional Constituinte que cite novas regras do jogo, para as quais realmente não precisa fechar os olhos.

No fim de um processo desse tipo, o atual Congresso, com todas as suas imperfeições, deveria sair ao tempo e energia para permitir ao mesmo que outros políticos possam ser capazes de construir um Brasil diferente. A alternativa a essas duas opções é certamente muito pior.

claudiacosta@[illegible]

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 · PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

[illegible]

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

CLT, século 21

Texto em análise na Câmara para modernização das leis trabalhistas, além de amplo, é ambicioso ao propor a extinção do imposto sindical

Concebida nos anos 1940, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não dá mais conta de regular com segurança as relações entre patrões e empregados no Brasil moderno, que demandam formas variadas e cada vez mais flexíveis de contratação.

Pensado, o diploma legal obsoleto tornou-se pouco eficaz em seu objetivo de proteção ao trabalhador e impeditivo à geração de novos empregos de qualidade.

A CLT tampouco confere peso suficiente à vontade coletiva manifestada nas convenções e acordos entre as empresas e seus funcionários, frequentemente contestada por atuação da Justiça.

Por fim, enseja um ambiente litigioso — e não por acaso o Brasil encabeça rankings globais de conflitos trabalhistas. Apenas em 2016, foram iniciados 2,8 milhões de novos processos.

É bem-vinda, portanto, a tentativa de repensar a legislação. O desafio é buscar um ponto de equilíbrio entre a necessária modernização e a proteção de direitos consagrados e valorizados pela sociedade.

O texto recém-apresentado pelo deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), relator do projeto de reforma na Câmara, é abrangente e apresenta alternativas razoáveis para os principais problemas.

Prevê, corretamente, que a convenção coletiva passe a sobrepor aos ditames celetistas, desde que não atente contra os direitos fundamentais, como férias, 13º salário e regras de segurança.

Jornadas flexíveis, inclusive fora do local de trabalho, poderão ser pactuadas mais livremente, desde que respeitada a carga máxima de 12 horas semanais.

Para reduzir litígios, restringe-se que a rescisão contratual entre as partes, na presença do representante sindical, tem valor legal e não pode ser invalidada no futuro.

Ponto fundamental e ambicioso do substitutivo é o fim da contribuição sindical obrigatória, que recolheu R$ 3,96 bilhões apenas ao longo do ano passado.

Existem no país nada menos que 11,3 mil sindicatos de trabalhadores e 5,2 mil entidades patronais, quantidades extravagantes para os padrões mundiais.

Grande parte desse aparato existe simplesmente para amealhar uma fatia dessa verba carimbada, que custa anualmente um dia de salário de cada trabalhador.

Restaria rever na Constituição o princípio da unicidade, segundo o qual só pode haver um sindicato por categoria e base geográfica.

Nesse caso, as associações disputariam seus representados com a oferta de serviços, em vez de viver de renda. Seria duro golpe contra o corporativismo sindical que, aninhado no Estado, continua a tutelar as relações trabalhistas.

Bilhete de ida e volta

Oportunismos de toda sorte fizeram do vaivém em torno das tarifas de transporte coletivo em São Paulo, recém-majoradas, uma autêntica comédia de erros. Nesse enredo confuso, ora deu-se mal o contribuinte, ora o consumidor.

Numa das medidas controversas que anunciou ainda antes de assumir a Prefeitura de São Paulo, João Doria (PSDB), um dia após sua vitória no pleito, decidiu por congelar o preço das passagens de ônibus na capital.

O ato intempestivo do prefeito elevou as despesas da prefeitura com subsídios ao sistema, que devem ultrapassar os R$ 3 bilhões neste ano.

Provocou ainda um constrangimento para o governador Geraldo Alckmin, seu correligionário e padrinho político. Nos últimos anos, alterações nas tarifas de metrô, trens e ônibus foram decididas em conjunto por governo estadual e prefeitura.

Temendo arcar sozinho com o ônus político do reajuste, o governador acompanhou o prefeito e resolveu manter as passagens de metrô nos atuais R$ 3,80.

O duplo congelamento representou uma sangria orçamentária. Somados os gastos estaduais e municipais, os subsídios poderão chegar neste ano a R$ 5 bilhões — valor suficiente para construir uma linha de metrô equivalente à 4-amarela, com 9,5 km de trilhos.

O custo de tal desatino logo se fez notar. Nos últimos dias do ano passado, Alckmin e Doria anunciaram em conjunto um reajuste bem acima da inflação dos bilhetes da integração de ônibus com trem ou metrô, numa espécie de compensação pelas aparentes bondades anteriores.

Nessa sequência atabalhoada de eventos, o que era para ser um benefício ensejou um aumento de até 39% em algumas das modalidades de tarifas. Prejudicou, assim, justamente o cidadão de baixa renda, aquele que mais faz uso do transporte público.

Em outra reviravolta, contudo, a Justiça, ignorando os rombos nas contas do Estado e do município, atendeu a pedido da bancada do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo e aventurou-se a suspender o aumento no começo de janeiro.

A decisão foi revertida no início deste mês pelo Superior Tribunal de Justiça, em resposta a recurso em que o governo estadual alegava prejuízos de R$ 400 milhões ao ano.

Por certo, não se deve desprezar, sobretudo em contexto de recessão e desemprego elevado, o impacto social e político de elevar o preço do transporte público.

A via demagógica, porém, revela-se quase sempre estreita, como demonstra o malfadado exemplo paulistano.

VINICIUS MOTA

Equilíbrio hiperbólico

SÃO PAULO - Critica-se, com o conhecimento [illegible], a prerrogativa de autoridades brasileiras de ser julgadas em corte alta. Talvez mais estapafúrdio nessa história seja o contorno em forma do chamado foro privilegiado.

Imagine o que seriam estes três anos de Lava Jato, em especial após tornar-se pública a delação da Odebrecht, se não existisse foro especial. Haveria um festival de ações cautelares, como as prisões temporárias, decididas pela primeira instância contra centenas de autoridades nos três níveis da administração.

Não seria razoável submeter o governo da União, Estados e municípios, Executivo, Legislativo e o próprio Judiciário, à tamanha instabilidade ditada pelo ritmo de investigações e etapas processuais ainda precárias, distantes dos juízos de culpa ou absolvição.

Na Nova República o mecanismo dos pesos e contrapesos, o equilíbrio que confere certa estabilidade à organização política, estabeleceu-se pela via hiperbólica. Contra uma Presidência dotada de muitos poderes, um Congresso forte, que por duas vezes em 24 anos depôs o chefe de Estado.

O poder crescente das maiorias políticas foi contrastado com instituições de controle à altura. É raro, talvez impossível, encontrar outra democracia que proteja tanta liberdade para a atuação de integrantes do quadro do Ministério Público.

O Judiciário também desenvolveu as suas habilidades para participar desse choque de titãs. A demora crucial dos processos foi remediada com doses de força nas etapas iniciais dos inquéritos. Esse expediente, somado a inovações legais e de procedimento, catalisou as delações.

Em tese seria possível obter equilíbrio semelhante pela via alternativa. Todos cederiam um pouco de poder em nome de reduzir a enorme dissipação de energia do modelo atual. Mas as organizações políticas, como as espécies na natureza, não evoluem segundo um plano racional.

vinicius.mota@grupofolha.com.br

LEANDRO COLON

A estrada é longa para punição

BRASÍLIA - Os delatores da Odebrecht [illegible] crimes de caixa dois eleitoral, propina e desvio de dinheiro público.

O cenário é surreal e improvável, afinal eles assinaram acordo com as autoridades que os obriga a delatar o esquema para reduzir a pena.

Mas não deixa de ser considerável, levando-se em conta a presunção de inocência e o fato de que, desde que surgiram os vídeos dos depoimentos, nenhum político admitiu irregularidade. O discurso dos implicados tem sido basicamente o de negação de conduta ilícita e o de que as doações eleitorais foram todas declaradas.

Estão pagando para ver? Provavelmente sim, embora seja uma defesa arriscada, a depender do rumo das investigações, [illegible].

A estratégia só tem lógica na aposta de que faltarão documentos e outros elementos que corroborem muitos dos crimes relatados pelos executivos da empreiteira à Lava Jato.

Uma planilha com nomes e valores, em um primeiro momento, é um indicativo, mas apenas um indício. Aponta algo, mas não prova nada.

Exceções podem estar nos casos em que foram entregues comprovantes de transferências. Estão nesse rol os tucanos Aécio Neves e José Serra, a campanha de Dilma Rousseff, o ex-presidente Lula e Duda Mendonça.

Grosso modo, a maioria das delações indica pagamento em espécie. Um terço dos mencionados teria recebido caixa dois, praticamente tudo por meio de dinheiro vivo.

Em alguns casos, os delatores dão os nomes de intermediários e endereços onde esse dinheiro foi repassado. Em outros, dizem não se lembrar como e onde a entrega ocorreu.

O desafio de policiais e procuradores — com a ajuda dos delatores — será provar que mais de uma centena de políticos recebeu dinheiro sujo.

O caminho para levá-los à punição na Justiça é longo e tortuoso. Os relatos [illegible] causam espanto, vergonha e desalento ao país, mas não são suficientes para [illegible].

RUY CASTRO

De volta ao Carnegie Hall

RIO DE JANEIRO - Boa ideia, a de um novo concerto de bossa nova no Carnegie Hall, em Nova York, celebrando os 55 anos do concerto que, em novembro de 1962, acabou de implantá-la nos EUA ("Bossa Nova", [illegible]). Tão boa, aliás, que se pensou nisso no 30º, 40º e 50º aniversário do espetáculo, sem resultado - pena, porque, em 2012, Tom Jobim e João Gilberto ainda teriam participado.

Do show original, além de Tom e Bonfá, já se foram os cantores Agostinho dos Santos, Chico Feitosa, Ana Lúcia e Caetano Zama, o pianista Oscar Castro Neves, o saxofonista Paulo Moura, o guitarrista Durval Ferreira e os bateristas Milton Banana e Dom Um. Continuam entre nós Carlos Lyra (84 anos), Roberto Menescal (79) e Sergio Ricardo (84), o cantor Normando Santos (86), Sergio Mendes (76), o contrabaixista [illegible] (76), o percussionista Pedro Paulo (78) e, claro, João Gilberto (86). Todos, quem crer, estarão lá de novo, nem que seja na plateia.

Em 1962, meses antes do Carnegie Hall, a bossa nova já chamara a atenção de muita gente boa. O flautista Herbie Mann viera ao Rio em abril e gravara um disco [illegible] com Jobim, Baden Powell e o pessoal do Beco das Garrafas. Na mesma época, em Nova York, Miles Davis estava gravando "Corcovado", cujo disco só seria lançado depois do concerto de Stan Getz e Charlie Byrd com "Desafinado". Ou seja, em novembro, a bossa nova já estava pronta para explodir no Carnegie.

Quem talvez não estivesse eram alguns dos astros do show, jovens que, rebeldes, ainda [illegible]. O próprio Tom, 35 anos, esqueceu a letra de "Samba de uma Nota Só". Mesmo assim, a bossa nova se [illegible].

Mas imagine-se, naquela noite, tivessem subido ao palco os [illegible] e escolhidos Sylvia Telles, Johnny Alf, João Donato, Claudette Soares, Alaíde Costa, Baden Powell, Tamba Trio, Bossa Três, Os Cariocas...

AÉCIO NEVES

Chance à verdade

Marcelo Odebrecht, em depoimento de 12/12/2016, diz: "Ele (Aécio) nunca teve uma conversa para nada de pedir nada vinculado a nada."

Benedicto Jr., em depoimento gravado em 14/12/2016, diz: "Não dissemos que poderíamos pagar lá fora, que não tínhamos como pagar no Brasil e lá fora eles (da campanha de 2014) não quiseram receber".

É possível que, mesmo com os [illegible] reportagens referentes às delações da Odebrecht, você não tenha visto essas afirmações de dois dos mais importantes colaboradores da empresa.

O fim do sigilo das delações foi passo importante na busca da verdade que nos move neste momento. Foi também fundamental para que a população pudesse ter acesso direto à íntegra dos depoimentos, sem mediações ou manipulações.

No meu caso, ele não trouxe nenhuma novidade, já que todo o conteúdo havia sido antecipadamente vazado e divulgado em ampla reportagem. Cinco inquéritos foram abertos para investigar citações feitas ao meu nome.

Três deles investigarão solicitações de apoio que eu teria feito na condição de liderança partidária para campanhas de aliados em 2010 e 2014.

O outro inquérito diz respeito à Cidade Administrativa, obra muito falada e pouco conhecida. Aproveito para convidar você a conhecer o projeto no site www.cidadeadministrativa.com.br. O edital de licitação foi previamente apresentado ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas e a obra foi auditada, em tempo real, por empresa independente, sem que qualquer irregularidade tivesse sido identificada.

O quinto investigará o tipo de ajuda que eu poderia ter dado a obras de hidrelétricas licitadas e conduzidas pelo governo federal do PT.

Mesmo nesse tema, o delator afirma que a única conversa que teria tido comigo ocorreu na presença de Marcelo Odebrecht e que teria sido uma "conversa republicana" e que "em nenhum momento se falou de propina, de pagamento, de nada".

Agora é importante que as investigações avancem para que cada situação possa ganhar o seu contorno próprio de realidade.

Há muito tempo defendo que precisamos enfrentar o debate das diferenças de condutas e situações que acabam parecendo iguais em narrativas apressadas, quando não estimuladas por interesses políticos específicos.

A quem interessa fazer parecer igual o que é diferente?

Falei em separar o joio do trigo. Em artigo publicado nesta **Folha** (16/4), o ministro Carlos Ayres Britto falou em separar o joio do joio.

Podemos estar falando, sim, em separar o joio do joio. Mas há que separar. Repito o que já disse: [illegible] de forma diferente o que é igual é tratar de forma igual o que é diferente.

AÉCIO NEVES [illegible]

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
PUBLICAÇÃO DOMINICAL – PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

EDITORIAIS

É possível

Imperativas devido à crise orçamentária, medidas para elevar a eficiência da despesa pública não podem mais ser encaradas como tabu político

A afirmação de que se deve aumentar a eficiência do gasto público não raro soa como mero truísmo, expediente retórico sem maior significado prático ou, a depender do ponto de vista, como um desafio irrealizável.

Nem uma coisa, nem outra. A melhor maneira de demonstrar que se trata de objetivo concreto e tarefa viável possivelmente seja reconhecer que o País colecionou avanços nesse campo, insuficientes mas não irrelevantes, nos últimos anos e décadas.

Fala-se aqui de oferecer à população melhores bens e serviços, com menores recursos desviados por desperdício, negligência, falta de planejamento ou corrupção.

Um dos progressos mais simples e notáveis, sem dúvida, deu-se com a transparência dos balanços orçamentários nas três esferas de governo, crescente desde a restauração da democracia e multiplicada com o advento da internet.

O acesso cada vez mais livre e amplo aos dados facilita a detecção de despesas abusivas e decisões imprudentes. Permite ainda que se compare o desempenho das diferentes administrações.

Num exemplo, o ranking de eficiência dos municípios lançado por esta **Folha** mostrou que uns aproveitam melhor que outros as verbas destinadas à área social.

Com resultados cuidados, novas estratégias de gestão de serviços públicos têm sido experimentadas. Na saúde, a contratação de organizações sociais propicia maior flexibilidade no manejo de compras e pessoal. Com aperfeiçoamentos e fiscalização adequada, o modelo pode ser estendido à educação.

Órgãos como as controladorias do Executivo ganharam maior peso e autonomia. Nos estertores da gestão Dilma Rousseff (PT), criou-se comitê de avaliação das políticas de governo – iniciativa que deveria ser reforçada e estendida às administrações regionais.

Nada disso, de todo modo, desmente o fato de que o Estado brasileiro prossegue inchado e sem de regras e instruções arcaicas, de clientelismo e corporativismo.

O cidadão não vê em geral contraparida à carga de impostos que chega sobre um terço da renda nacional. A saúde e a educação, que são na maioria das pesquisas de opinião indicadores de aprendizado e segurança são sensíveis.

O pós-desgoverno ainda não deu a devida atenção às deficiências ao longo dos anos em que a carga tributária em alta competiu com a escalada ainda mais agudas da despesa pública. Esse período encontra-se de maneira dramática.

Não parece otimismo demais, assim, imaginar que o novo sufrágio de severa restrição orçamentária seja capaz de catalisar reformas por muito tempo adiadas. Antes, dificilmente seria possível expor de maneira mais clara e mais imperativa do que com o teto do gasto do governo.

Como se outra em pauta, desde já, a revisão da série de vinculações obrigatórias de receitas trazidas pela Constituição de 1988. Tais normas tiveram o mérito inegável de elevar verbas cruciais como as do ensino e do SUS, mas são cada vez menos produtivas.

Primeiro, porque acomodam os gestores à garantia de recursos que independem dos resultados.

Segundo, porque não é razoável imaginar que todos os 26 Estados e as mais de 5.500 prefeituras devam destinar o mesmo percentual de suas receitas à educação e à saúde para todo e sempre.

Faz mais sentido estabelecer, conforme as demandas de cada região, metas e previsões plurianuais de verbas para os diferentes programas e obras, com prestação de contas e monitoramento por órgãos independentes.

A outra grande frente de batalha é tornar mais produtiva a burocracia estatal, o que passa pela redução do alcance exagerado da estabilidade no emprego do funcionalismo público.

Não procede que o propósito de tal medida seja promover demissões em massa – o número do servidores do país, por sinal, não é excessivo. Precisa-se, isso sim, de agilidade na remoção dos quadros, não para que se possam alterar a promoção por mérito e a remuneração das carreiras prioritárias.

Propostas como essas são atribuição, decerto, tanto a população quanto a corporativa quanto a preocupação permanente com o financiamento e a execução adequada das políticas de governo.

Escorreu-se, por fim, do teto, que cada reforma carrinhe de maneira particular, precedida por diagnóstico setorial e projeto piloto.

Os temores, no entanto, parecem exagerados. A despeito de um recente movimento pendular rumo à centro-direita, está consolidado na sociedade o entendimento de que o Estado é imprescindível no combate à pobreza e na promoção de oportunidades iguais.

Governantes conscientes do ônus político se deferem de tais tais peculiaridades. O mesmo destino, todavia, aguarda os que ignorarem a premência das mudanças.

PARA O GOVERNO GASTAR MELHOR

- Rever vinculações obrigatórias de receitas a áreas específicas
- Estabelecer metas e orçamentos plurianuais para obras e programas
- Criar e fortalecer controle de avaliação de políticas
- Revisar a estabilidade e regular a greve no serviço público
- Expandir modelo de organizações sociais na saúde e na educação
- Racionalizar transparência e fiscalização da execução dos orçamentos

HÉLIO SCHWARTSMAN

Por que deus não paga imposto?

SÃO PAULO – É quase certo que não vai dar em nada, mas não vejo como não apoiar a proposta de iniciativa popular que prevê o fim da imunidade tributária de que gozam as igrejas. Em tempos em que se debate a viabilidade fiscal do Estado, é estranho que templos, que movimentam R$ 21 bilhões por ano (dados de 2011) – cifra igual ao faturamento do setor de serviços na cidade de São Paulo (2016) –, não paguem um centavo de imposto.

Pois com certo nervosismo de minha parte. No ano da graça de 2009, fundei a Igreja Helicoidal-Fria do Sagrado Prongo Gilo. Seus estatutos proibiram-nos a ministrar de ofícios contemplados de educações teológicas sem sentido, mas, como não estamos nem bem na disposição do Código Civil, pudemos registrar a seita lá em cartório, tirar um CNPJ de organização religiosa e, correto, abrir uma conta bancária na qual fizemos aplicações financeiras isentas de imposto. Da metade do ano passado, que me custou R$ 40 de taxas das duas lista (não comercial, não, nada mais importante publicada naquele ano).

Acredito que, no pseudo-ressentimento, haveria razões legítimas a justificar a imunidade, do qual o artigo 150, VI, b da Constituição é um resumo. Trata-se de assegurar a liberdade de culto e repelir o expediente antigo muito em voga de criar impostos que onerassem religiões. Porque difícil, porém, é sustentar que isso ainda faça sentido. Pela letal Carta não seria possível tornar uma igreja e deixar outra isenta.

Outro argumento diz que defender a imunidade é que ela estimula as atividades benéficas das igrejas. Pode ser, mas, reconheçam, por que não estender o benefício a qualquer empresa ou grupo que exerça algum tipo de ação social?

Mesmo reconhecendo que algumas igrejas mantêm relevantes programas, o princípio da solidariedade tributária, pelo qual todos precisam contribuir para que as trazes sejam menores, deveria prevalecer.

helio@uol.com.br

RANIER BRAGON

Uma reunião estranha

BRASÍLIA – Reunião estranha, com gente-espinha. A delação do fim do ano dos dois dirigentes do poderoso partido nacional dos anos 1980 serviu a petistas para descrever o encontro ocorrido na tarde da manhã do 15 de julho de 2010 no gabinete político de Michel Temer, em São Paulo.

O que se sabe até agora? Estavam presentes Temer, então candidato a vice-presidente na chapa de Dilma, Eduardo Cunha (PMDB), na época um novo deputado do Rio de Janeiro, três executivos da Odebrecht, um lobista do PMDB e, talvez, Henrique Alves (RN), na época líder da bancada de deputados do terceiro do partido.

Sabe-se também que Temer, como bom anfitrião, serviu-se à cabeceira da mesa. E o que se discutiu?

Na versão dada pelos dois executivos da Odebrecht à Lava Jato, ainda em sigilo, que o acordo final para o financiamento de campanha de US$ 10 milhões previamente combinado com Cunha e o lobista do PMDB.

Temer teria assentido e dado a "bênção" à chamada "ala jovem", integrada ambos os de bitores.

A versão do lobista é bem diferente. Henrique Alves diz que jamais foi à tal reunião. Cunha estaria carregando de Carolina, por ocasião do lançamento de sua candidatura com toda a desenvoltura com que gostaria.

Mas indício se lembrar bem do blefe. Tanto que teria mandado, via Justiça, uma exigentíssima pergunta a Temer: se ele se lembrava da reunião.

Quando os repórteres Marina Dias e Reis Moreira revelaram, em dezembro, na **Folha**, a existência do encontro, Temer mostrou certo esquecimento. Disse que Cunha levou a ele "um empresário", mas que não se recordava do nome ou da empresa.

Com as delações da Odebrecht, a memória foi recobrada. O presidente gravou vídeo dizendo ao jornal ter tratado de "negócios escusos" nessa ocasião, que não quer revelar.

Seria um novo encontro com o Bretas de Sérgio Cabral? Ou por ora com o PMDB. A fim do que se sabe hoje sobre Odebrecht e Cunha, uma hipótese não mínima está posta.

CARLOS HEITOR CONY

Hipocrisia mundial

RIO DE JANEIRO – Com o ataque dos EUA à Síria, grupos e tribunais, inclusive do Contribuinte e do Planeta, homens-reais e heterossexuais, chefes de Estado, a totalidade da mídia da esquerda ou do direito, está condenando os mísseis que Donald Trump lançou em cima dos defensores da cruel ditadura de Bashar al-Assad. Cum caso de hipocrisia mundial. Toda e qualquer guerra merece a repulsa da sociedade.

No início de tudo, os homens e as nações usavam pedras, que eram armas. E o arco e flecha, que constituíam as armas mais poderosas do mundo conhecido. Se houve progresso da humanidade para destruir os inimigos, as armas químicas se tornaram a flecha negra de qualquer combate.

Pois em Hipocrisia mundial, que considera o armamento químico como o ponto mais alto da humanidade humana. No entanto, desde que os chineses inventaram a pólvora e Alfred Nobel inventou a dinamite, o uso de armas químicas predominou entre os mais estranhos conflitos mundiais e locais.

Os mísseis todos, depois de se arrastarem com as velas portuguesas, que não dispunham de uma tecnologia avançada, ficaram perplexos diante de Caramuru, que deu alguns tiros de espingarda rudimentar, instruindo os índios armados de arco e flecha. Daí em diante não se pode mais falar em armas químicas para destruir os inimigos com certa eficiência permanentes.

A bomba atômica é um produto químico. Depois de Hiroshima e Nagasaki pode até evaluar com a burrinidade, mas ainda o planeta Terra da Via Láctea, da qual somos o bairrinho do Universo.

Países que se tornaram ricos da noite para o dia podem nos seduzir a esquecer as modificações. Guerras ou não, a decisão de Donald Trump pode ter dramatizado, mas não uma guerra fria pior do que a anterior. No brasil o alguns edifícios que se tornaram os sacrifícios de todos nós.

MARCOS LISBOA

Tempos difíceis

Melhor saber da doença, por mais graves que estejam as suas implicações. Pode ser traumático, mas, ao menos, permite analisar como prevenir as práticas que resultaram nos problemas.

O recém-lido que divulgou a semana passada que as relações informais entre setor público e privado deveriam ser profundamente revistas.

As denúncias revelam a combinação de interesses indevidos com a crença de que o desenvolvimento econômico passa pela concessão de benefícios para empresas selecionadas.

A possibilidade de adoção de medidas discricionárias, que favoreçam uns em detrimento dos demais, facilitou o desvio e incentivou os fiscais para garantir a proximidade com os gestores públicos ou com os legisladores.

Essa proximidade permitia a concessão de benefícios não raros de um lado, a adoção de medidas administrativas e a aprovação de leis, de outro, a transferência de recursos para partidos ou indivíduos.

A relação entre setor público e privado deveria seguir regras de impessoalidade e de transparência, "para bem da sociedade. Medidas horizontais, que afetam a todos da mesma forma, evitam a possibilidade do ganho privado em decorrência da escolha privilegiada ou a troca de favores.

A boa política recomenda transparência das eventuais dificuldades do setores públicos como setor privado, com atas, precisas sobre o que foi discutido. Qualquer medida de exceção deveria ser acompanhada de avaliação independente sobre os custos envolvidos e os benefícios esperados, com metas claras de resultado.

A Austrália, por exemplo, tem uma agência independente, a Comissão de Produtividade, cuja missão é avaliar a eficiência e a razoabilidade das políticas públicas.

A disseminação de medidas discricionárias teve impactos para além da crise moral e da corrupção.

Surpreende o volume de investimentos fracassados no setor de óleo e gás, na indústria naval e nas obras de infraestrutura, sobretudo das diversas empresas beneficiadas por crédito subsidiado ou pelos seguros de conteúdo nacional que hoje enfrentam graves dificuldades, algumas com risco de insolvência.

O desperdício de recursos da sociedade resulta muito maior do que os valores repassados de corrupção, se revela no obsoletismo colocado, nas fábricas inovativas com capacidade ociosa e nos bens mais caros do que o necessário, mas que a legislação obriga comprar de empresas protegidas e ineficientes.

A política poderia, no mesmo deliberar, desta vez com transparência, sobre novos regras para melhorar a relação entre setor público e privado e as medidas para superar a crise econômica e retomar o crescimento.

Esta coluna deverá ser desrecomendada. Os tempos difíceis mostram que não.

MARCOS LISBOA é sócio do Insper, presidente do conselho

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 · PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS
Diretor de Redação: OTAVIO FRIAS FILHO
[illegible]

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Mortos e feridos

Aos atingidos pela Lava Jato, diante de seu descrédito perante a opinião pública, restou a defesa comum da própria atividade política

Em seu desfilamento e convergência, o conteúdo das delações feitas por executivos da construtora Odebrecht exerce impacto generalizado sobre o mundo político, indo além do que se possa apurar a respeito de cada caso individual.

[illegible], é que mesmo havendo casos de atribuição infundada de culpa, dificilmente subsiste a tese de que tudo se resume a um conjunto de elaborações imaginárias.

Um dos principais delatores do caso, aliás, atentou de passagem à razão básica pela qual será inglória a tarefa dos políticos que buscam convencer a opinião pública de sua inocência.

Muito à vontade em seu testemunho, o patriarca da mais notória empreiteira do país, Emílio Odebrecht, apontou que, bem ou mal, já se sabia como o sistema funcionava. "O que nós temos não é de cinco, de dez anos. É de 30 anos," disse, omitindo o que terá acontecido durante a era militar.

Não deixa de ser bizarra, entretanto, a maneira com que Odebrecht prosseguiu o raciocínio. Dizia estar surpreso e incomodado com o fato de só agora as antigas práticas causarem espanto, em particular da imprensa.

Ora, há diferença fundamental entre constatar o que se passa, por relatos anteriores, e dispor de provas ou testemunhos sólidos que permitam tornar públicas, com responsabilidade, informações tão graves.

Tais meios só existem agora, em profusão, graças ao mecanismo de delações premiadas instituído pelo Congresso em agosto de 2013, na esteira das manifestações populares de junho daquele ano.

Diante do turbilhão de acusações, cabe a cada envolvido procurar a linha mais consistente de defesa — o próprio presidente Michel Temer (PMDB) viu-se forçado a gravar vídeo para negar a versão de um delator sobre supostos entendimentos seus com a empresa.

Para além dos casos individuais, entretanto, é a própria atividade política, ao menos da forma como se exerce no país, que se vê em xeque. E é em sua defesa que se aliam, explícita ou tacitamente, as cúpulas partidárias.

Advertências contra o risco de "salvadores da pátria" unem siglas do PT ao PSDB. Mesmo Marina Silva (Rede-AC), poupada dos escândalos, disse que "não se faz política negando a política".

Para os mortos e feridos da classe dirigente, são poucas as opções. Estancar a Lava Jato seria alternativa inaceitável — e propensa a agravar o perigo que se pretende evitar.

Um acerto em torno de ampla reforma política, que poderia ter outras virtudes, é caminho difícil, mas talvez incontornável no momento.

Reviravoltas de Trump

Nos últimos dias, o presidente dos EUA, Donald Trump, mudou radicalmente de opinião numa série de assuntos relevantes que dizem respeito às relações internacionais.

Contradizendo o discurso de campanha e ideias que chegaram a ser oficialmente assumidas por seu governo, o mandatário promoveu uma reviravolta em suas posturas sobre Síria, Rússia, China e Otan (a aliança militar ocidental).

O caso sírio talvez seja o exemplo mais evidente. Na campanha eleitoral, o republicano afirmava que manteria distância da guerra civil que castiga aquele país há seis anos. Já no governo, sua embaixadora na ONU, Nikki Haley, assegurou que não era prioridade remover o regime de Bashar al-Assad.

Agora, depois de disparar mísseis contra uma base síria em retaliação ao uso de armas químicas no conflito local, Trump passou a apoiar o afastamento do ditador.

A metamorfose na relação com a Rússia, firme apoiadora de Assad, veio como consequência natural. Washington acusou o governo russo de ter conhecimento do ataque com gás tóxico contra civis e crianças — e o presidente americano declarou que os dois países não vão mais caminhar juntos.

Já a China, antes acusada de ser a maior manipuladora de cotação de moeda que jamais existiu, tornou-se mais confiável depois da visita do dirigente Xi Jinping aos EUA, na semana passada.

Por fim, Trump declarou na quarta-feira (12) que não considera mais a Otan uma aliança militar "obsoleta", um dos seus bordões de candidato.

O que essas transformações significam? Na versão mais otimista, crê-se que o Trump candidato enfim cede espaço ao Trump presidente da maior potência mundial. O mandatário estaria se familiarizando com os compromissos e as responsabilidades inerentes ao cargo.

Na mais pessimista, teme-se que as mudanças sejam apenas mais uma oscilação do presidente na condução da política externa. A bomba lançada sobre o Afeganistão e as advertências à Coreia do Norte causam justificadas apreensões.

Trump deve aos EUA e ao mundo uma perspectiva clara das linhas que seguirá. Espera-se que passe também a levar em conta outras questões deixadas de lado.

É o caso do multilateralismo na tomada de decisões drásticas, como o ataque à Síria, que não foi objeto de consulta ao Congresso americano ou à ONU.

Todos têm a ganhar se a Casa Branca tornar-se mais previsível e menos permeável aos caprichos da personalidade de um líder que até aqui se mostrou pouco confiável.

HÉLIO SCHWARTSMAN

Democracia direta?

SÃO PAULO - Há alguns dias, meu colega Vladimir Safatle propôs em sua coluna acabar com a "representação" de nossa democracia representativa e afirmar uma "democracia real", na qual a população, reunida numa espécie de ágora virtual, decidiria diretamente as questões de seu interesse.

Não sou contra ampliar as ocasiões em que os eleitores se convertam em legisladores por meio de referendos e plebiscitos, mas reservo-me o direito de ser cético em relação às chances de uma democracia direta.

O maior problema, me parece, é que as pessoas não a querem. Como sempre lembro, se democracia direta fosse bom, reuniões de condomínio seriam um sucesso. Não são.

Para Safatle, que reconhece o desinteresse da população, ele tem como causa principal a consciência da irrelevância. Nas palavras do autor: "Desinteresso-me, porque sei que, no fundo, minha opinião não conta, que nada vai mudar". Penso que o problema é mais grave.

[illegible] quando o Parlamento precisa deliberar sobre assuntos polêmicos [illegible], a maior parte da atividade legislativa diz respeito a questões chatíssimas, muitas vezes exasperantemente técnicas, ainda que importantes. Para compreendê-las [illegible] algumas horas de estudo, tempo que, em geral, as pessoas não têm ou preferem destinar a outras atividades.

Como a longo prazo a preguiça sempre vence, a solução foi profissionalizar os políticos. Em tese, eles deveriam agir como contadores ou advogados, mergulhando nos temas para construir decisões tecnicamente viáveis que sirvam aos melhores interesses de seus constituintes, definidos por uma espécie de contrato político/ideológico firmado com o eleitor durante a campanha.

O problema, e aí concordo com Safatle, é que políticos têm pensado mais em sua própria sobrevivência do que em honrar esse contrato.

[illegible]

JULIANNA SOFIA

Carimbador da Previdência

BRASÍLIA - Com o horizonte toldado pela lista de Fachin e pelos vídeos da delação da Odebrecht, a equipe econômica aposta que as reformas dificilmente avançarão no Congresso nos próximos dias, três semanas. No Palácio do Planalto, apesar da [illegible] de acelerar o passo, articula-se suspender o recesso parlamentar e levar as votações julho adentro.

Ditado pelo mercado e pelo empresariado, a pressa do governo em ver a reforma da Previdência promulgada [illegible] etapas. Para evitar que o texto aprovado pela Câmara seja depois modificado, exigindo que a proposta de emenda constitucional retorne para apreciação dos deputados, a ideia é negociar já as mudanças com um grupo de senadores. Assim, caberá ao Senado apenas o papel de carimbador da nova Previdência.

Alvo de [illegible] inquéritos no STF a partir das revelações da Odebrecht, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), em artigo nesta **Folha**, diz que o Senado é "inegociável" e não pode abrir mão de debater a reforma. Ataca a estratégia palaciana de criar a comissão para análise prévia de "atropelar a Câmara Alta" e argumenta que a Casa não pode "terceirizar suas prerrogativas".

Em 2003, o então presidente Lula fez um acordo com o Senado para preservar a reforma da Previdência da forma como saiu das mãos dos deputados. Em troca, fez-se a "PEC paralela", uma solução para alterar o texto aprovado que voltaria para a Câmara. A nova PEC enfraqueceu as mudanças encaminhadas por Lula, suavizando pontos importantes e mantendo vantagens nas aposentadorias do funcionalismo. O remendo só foi concluído em 2005.

Com afoiteza e concessões a setores, [illegible] de Temer começa a virar uma disforme colcha de retalhos, com nível de compreensão cada vez menor. "Um açodamento indefensável", afirmou o senador alagoano.

Difícil, mas é preciso dar razão a Renan.

RUY CASTRO

Núcleos mais ou menos duros

RIO DE JANEIRO - Há anos e [illegible] uma expressão ainda sem registro nos dicionários, mas que todos os políticos, economistas, sociólogos e jornalistas conhecem: "núcleo duro". Núcleo, segundo o "Houaiss", é o centro, o cerne, o eixo, o âmago, a base, a origem, o início, o fulcro de alguma coisa. Agora imagine tudo isso, só que duro. Passa a ideia de algo [illegible], quase fálico, ameaçador — que, se não formos espertos, poderá voltar-se contra nós.

Em política, o "núcleo duro" significa um grupo de pessoas em torno de um líder, para apoiá-lo, protegê-lo, blindá-lo, lambê-lo, afagá-lo e, se preciso, aconselhá-lo ou convencê-lo de que, em tal ou qual circunstância, a medida a tomar é x, não y. Daí que, para fazer parte de um "núcleo duro", o sujeito tem de ser ele próprio um peso-pesado, alguém capaz de manipular milhões, [illegible]. Infelizmente, como a história ensina, os "núcleos duros" são formados de seres humanos, falíveis, e, um dia, tudo que eles representam despringola.

O PT, por exemplo. Se Lula e Dilma precisassem reunir hoje o seu "núcleo duro" que os acompanhou e serviu por tantos anos — Dirceu, Genoino, Delúbio, [illegible], Vaccari, Palocci, André Vargas, [illegible], tantos mais —, não teriam como. Os indigitados estão cumprindo pena e [illegible] para os companheiros que logo se juntarão a eles. Já com a estrela secreta de seu "núcleo duro" — Marcelo Odebrecht —, Lula e Dilma não querem nem papo.

O "núcleo duro" em torno de Michel Temer no PMDB — Jucá, Padilha, Moreira Franco, Eunício, Geddel, Renan — também galopa para um estado de irreversível flacidez.

E o PSDB, [illegible] aos pés de FHC, com Aécio, Serra, Alckmin e coadjuvantes, nunca necessitou de um "núcleo duro". "Démi-bombé", talvez.

ANDRÉ SINGER

Defender a Constituição

A avalanche noticiosa produzida pelas centenas de horas gravadas com denúncias de corrupção [illegible] desde a quarta (12) fez ganhar corpo projeto de [illegible] de vez o que foi duramente conquistado no ciclo virtuoso que vigorou entre 1988 e 2016 (quando o impeachment sem crime de responsabilidade esgarçou o tecido democrático brasileiro). Não bastassem as mudanças constitucionais regressivas já aprovadas, como a PEC dos gastos públicos, e as que estão em debate, como a reforma previdenciária, quer-se abrir espaço para reformular toda a Constituição de 1988.

O manifesto assinado pelos juristas Modesto Carvalhosa, Flávio Bierrenbach e José Carlos Dias ("O Estado de S. Paulo", 9/4), por exemplo, propõe a convocação de um plebiscito com vistas a saber se a população deseja eleger uma constituinte independente, isto é, composta de não políticos. É verdade que, em 2013, a então presidente Dilma Rousseff também aventou um plebiscito para consultar o eleitorado sobre a conveniência de uma constituinte. Mas a proposta, que caiu no vazio, seria de uma assembleia exclusiva, encarregada apenas da reforma política. Agora, a ideia é começar do zero, aprovando uma Constituição inteiramente nova.

Equivaleria a aproveitar o momento radicalmente antipolítico em que nos encontramos para demolir os avanços do período mais aberto da história do país. Uma constituinte neste momento renegaria os objetivos maiores de "construir uma sociedade livre, justa e solidária" e de "erradicar a pobreza (...) e reduzir as desigualdades sociais" (Artigo 3º) que presidem a atual Carta.

Se verdadeiro, o conteúdo exposto pelos delatores da Odebrecht é grave? Sem dúvida, mas não é novo. Sergio Machado, ex-presidente da Transpetro, afirmou, em [illegible], que, desde 1946, os políticos sempre receberam dinheiro das grandes empresas que têm negócios com o Estado. Claro que o fato de que os três principais partidos atuais possam ter sido tomados pela forma tradicional de fazer política no Brasil, embora tenham nascido para realizar o contrário, decepciona, indigna e entristece, [illegible].

Mas cabe lembrar que foi também com esses partidos que, ao longo de quase 30 anos, o Brasil viveu, pela primeira vez, em plena democracia, ampliando o direito de voto até incorporar 144 milhões de eleitores, algo como 70% da população. A nossa democracia está entre as maiores do planeta, perto da Índia e dos EUA. Defender a Constituição em vigor é o único modo que temos de seguir na trilha da liberdade, em lugar da [illegible] a formas mais ou menos explícitas de autoritarismo.

ANDRÉ SINGER [illegible]

[illegible]

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 · PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

[illegible]

EDITORIAIS

Tributar com justiça

Sem elevar a carga, receita pública deve depender menos da taxação exagerada do consumo e mais de impostos sobre a renda e o patrimônio

Se não resta dúvida de que os brasileiros pagam muito para custear seu governo, tampouco parece realista imaginar que a carga de impostos possa ser reduzida ao longo dos próximos anos.

Tributos federais, estaduais e municipais consomem quase 33% de toda a renda nacional, patamar só igualado ou superado em países mais ricos e menos populosos, europeus em sua maioria.

Nem por isso, entretanto, os serviços públicos são satisfatórios, como se sabe —e nem por isso o dinheiro arrecadado é suficiente.

Nos três níveis de governo, as despesas ultrapassam com folga [illegible] do PIB. Como a dívida está em alta e ainda há áreas vitais subfinanciadas, como a saúde e a infraestrutura, a possibilidade de abrir mão de receitas não está no horizonte visível.

Dada a carga tributária como um fardo inevitável, cumpre torná-la menos nociva. É necessário, sem dúvida, simplificar a cobrança de impostos e contribuições, intento básico da reforma esboçada pelo governo Michel Temer (PMDB).

Mas não só: a tributação brasileira precisa ser mais justa —com redistribuição da conta de maneira proporcional à capacidade de pagamento dos contribuintes.

Para os dois objetivos deverá concorrer a tão debatida fusão dos múltiplos tributos hoje incidentes sobre a venda de mercadorias e serviços, que compõem, além de um emaranhado burocrático infernal para as empresas, um ônus desmesurado para os consumidores —sobretudo os mais carentes.

Metade da arrecadação do país provém do gravame do consumo, uma fatia muito superior à recomendada pelas melhores práticas internacionais. No mundo desenvolvido, o percentual varia de [illegible], nos Estados Unidos, a cerca de 30%, na Europa ocidental.

Em contrapartida, menos de um quinto das receitas brasileiras origina-se da taxação direta de lucros, salários e outras fontes de renda, enquanto mesmo emergentes como Chile e México apresentam proporções acima dos 30%.

Sem elevar a carga total —e esta deve ser uma condição imperativa—, deve-se caminhar rumo a um sistema tributário que contribua para reduzir a desigualdade entre ricos e pobres.

Para tanto, não bastará reduzir o número de tributos indiretos, embutidos nos preços dos produtos e pagos igualmente por todos os consumidores; há que, gradativamente, depender menos deles e mais do Imposto de Renda, cujas alíquotas aumentam conforme a remuneração percebida.

Não se duvide de que o objetivo é politicamente espinhoso e impossível de ser atingido com uma única reforma. No momento, as ambições oficiais limitam-se a harmonizar, gradualmente, a cobrança do PIS, da Cofins e do ICMS, todos incidentes sobre o consumo.

Nesse processo, tendem a ser revistos incentivos e regimes especiais, o que ajudaria a tornar o sistema mais equânime.

A taxação das mercadorias, ademais, também deve obedecer a critérios de progressividade, com isenção para artigos essenciais e carga extra sobre itens cujo consumo se pretenda coibir.

Quanto ao IR, a alíquota máxima da tabela das pessoas físicas, de 27,5%, é baixa para os padrões internacionais. Países de renda [illegible] e desenvolvimento semelhante usualmente cobram, entre 30% e 40%, dos rendimentos mais elevados.

Outra área em que se pode avançar é a tributação de dividendos distribuídos pelas empresas a seus sócios. Nos EUA e na Europa há imposto sobre os lucros e a distribuição destes, numa soma de até 50%; aqui, tributa-se só o lucro da pessoa jurídica, em 34%.

Nos Estados e municípios, há espaço para ampliar a tributação sobre o patrimônio —ainda que esta seja menos representativa em todo o mundo, devido ao objetivo de estimular a formação de poupança.

O imposto sobre heranças e doações, estadual, só nos últimos anos vem sendo cobrado com maior pertinácia; já o IPTU continua negligenciado por grande parte das prefeituras, dada a comodidade das verbas recebidas da União.

Trata-se, sem dúvida, de uma agenda ampla e complexa —que, aliás, perderá sentido e legitimidade se o esforço reformista não for estendido ao controle e à eficiência das despesas públicas.

O teto estabelecido para o gasto federal é apenas um primeiro e importante passo. A sociedade precisa, além de serviços de maior qualidade, da garantia de que o governo não permanecerá um sorvedouro insaciável de recursos.

DIRETRIZES PARA A REFORMA

- Não elevar a carga total
- Reunir e simplificar a taxação do consumo
- Rever isenções e regimes especiais
- Tributar a distribuição de dividendos
- Elevar IR para altos rendimentos elevados
- Generalizar a cobrança do IPTU
- Ampliar a tributação das heranças

Incidência da carga brasileira, em %

HÉLIO SCHWARTSMAN

Adeus à razão

SÃO PAULO - Sanção é um livro excepcional; ele é ao menos muito bom e incrivelmente oportuno. Falo de "The Death of Expertise" (a morte da expertise), de Tom Nichols. O autor, um sovietólogo levemente conservador (é republicano, mas fez campanha contra Trump), que ensina no Naval War College e em Harvard, faz uma competente denúncia da tendência anti-intelectualista que vem se firmando nos EUA e no mundo e mostra como ela pode ser perigosa para a democracia.

Para Nichols vivemos numa época paradoxal. [illegible]

[illegible]

Nichols faz uma boa arqueologia desse processo, [illegible]

[illegible]

HÉLIO SCHWARTSMAN

RANIER BRAGON

O infalível

BRASÍLIA - Deve haver alguma coisa mágica servida aos políticos que leva as pessoas a pensar habitar uma espécie de mundo paralelo.

[illegible]

Por essas palavras, Temer não se acha só um Tite, mas talvez um Renato [illegible]

CARLOS HEITOR CONY

O grande deserto

RIO DE JANEIRO - "O Brasil é um deserto de homens e ideias". A antiga frase de Oswaldo Aranha dos anos 1930 pode ser aplicada à atual crise que o país atravessa. [illegible]

[illegible]

MARCOS LISBOA

Madeleine

A economia colabora com a política pública ao analisar os dados e as experiências dos demais países, cabendo à política fazer a escolha que a sociedade julgue mais apropriada.

Em 2001, o economista José Márcio Camargo propôs o Bolsa Escola, em que o governo transferiria renda para famílias de baixa renda com filhos jovens, desde que frequentassem a escola. [illegible]

[illegible]

O sabor de um pequeno bolo, madeleine, recupera a memória de Marcel Proust no seu romance "Em Busca do Tempo Perdido". [illegible]

MARCOS LISBOA [illegible]

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 · PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: OTAVIO FRIAS
Diretor Editorial: CLAUDIO ABRAMO
Superintendente: ANTONIO MARIO TORRES MENDES, EDUARDO CURIATI
Editor-executivo: SERGIO DAYRELL
Conselho Editorial: ROBERTO CLEMENTE PEREIRA LEITE, ALMIR PAZZIANOTTO PINTO, CLEMAX BRIGE, FABIO MASCARENHAS CARVALHO, CLAUDIO PONTE, GUSTAVO FRANCO, THEODORO MONTEIRO, VERA FRIAS, CLEMENTINA DE HOLANDA
Diretores executivos: MARCELO PINTO, Conteúdo, PEDRO CARRANO, Inovação, MARCELO PAIXÃO, CONCEIÇÃO BARBOSA E CLEMENTE ALCIADE, Operações e Novos negócios

EDITORIAIS

editorial@grupofolha.com.br

Ajudar a retomada

Economia mostra resultados ainda ruins no início do ano; governo precisa acelerar a queda das taxas de juros e as concessões em infraestrutura

Divulgados nos últimos dias, os resultados econômicos do início do ano mostram que há longo caminho pela frente até que se consolide a retomada na recuperação esperada por analistas e investidores.

As vendas no varejo caíram 0,7% na comparação com dezembro, segundo o IBGE. Considerando todo o setor de serviços, a queda foi de 2,2% no mesmo período. O indicador da atividade do Banco Central, que também leva em conta a indústria e a agricultura, recuou 0,26%.

O desempenho, previsivelmente, mostrou a trajetória altista, atingindo em fevereiro 13,5 milhões de pessoas (13,3% da força de trabalho, que não inclui latos que não procuram vaga no mercado).

Evidencia-se que a simples melhora da confiança de empresários e consumidores, também observada no primeiro bimestre, não se traduz de imediato em mais consumo e investimentos.

A retomada à vista neste 2017, por enquanto, não vai além de um crescimento de 0,5% do Produto Interno Bruto, a medida da produção e da renda do país. Interessa-se que, com a aprovação das reformas previdenciária e trabalhista, haja uma taxa melhor, de 2,5% a 3% no próximo ano.

Mesmo nesse avanço lento não está livre de percalços —e não se contribuirá em pouco para o complemento da política econômica.

Serão fundamentais, nesse processo, uma queda mais vigorosa dos juros do Banco Central e a aceleração do programa de concessões em infraestrutura, cujo progresso até aqui praticamente limitou-se aos leilões de quatro aeroportos.

No primeiro caso, as condições parecem consistentes, dado que a inflação cai de maneira mais tímida que o previsto. Já se espera para depois de mais uma redução de 1 ponto percentual nos juros, em março (0,75 de dezembro e janeiro).

Resta, porém, que essa queda se reflita nas taxas efetivamente cobradas pelos bancos de empresas e consumidores.

Quanto às concessões, não se veem ações para destravar projetos em rodovias, ferrovias, energia e saneamento, entre outros. É fato, recorde-se, que a conjuntura não é favorável.

No entanto, essas privatizações são hoje mais essenciais do que nunca para melhorar os investimentos em infraestrutura, fulminados pela mínima orçamentária do governo e pelo impacto da Operação Lava Jato sobre grandes empreiteiras.

A melhora da confiança, sem estímulos palpáveis à economia real, já produziu expectativas fundadas de recuperação no último período. Um novo alento falso precisa ser evitado com impulsos setoriais que não pode limitar-se às medidas que constituem hoje em tramitação no Congresso.

O custo do clima

Confirmando-se a análise do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos, a maior parte do Nordeste brasileiro enfrentará mais três meses de chuvas abaixo do normal, de abril a junho, prolongando uma seca que já dura cinco anos.

Não está clara a ligação da estiagem aguda com a mudança do clima em escala ampla, mas é possível que ela decorra de um aumento da temperatura nas águas do Atlântico causado pelo aquecimento global.

Um evento extremo desses tem enorme custo social: a Confederação Nacional de Municípios estima que só a agropecuária do região tenha sofrido prejuízo de R$ 56 bilhões com a seca entre 2012 e 2015.

Em 2015 e 2016, o PIB nordestino encolheu 6,3%. Foi o pior resultado regional, para o qual o clima inclemente certamente concorreu.

No Brasil ainda é incipiente essa linha de estudos para prever o impacto social e econômico da eventual mudança do clima. Já existem, porém, trabalhos para quantificar o custo de combatê-la com a redução das emissões de gases do efeito estufa em vários setores.

Como noticiou esta **Folha** na quarta-feira (29), a maior alvo nessa projeção partiu do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O estudo indaga previsões sobre o custo-benefício entre adoção nas áreas em que o país terá de atuar para cumprir as metas voluntárias assumidas no quadro do Acordo de Paris (2015). O Brasil se comprometeu a cortar, até 2030, 43% da quantidade de gases do efeito estufa que emitia em 2005.

As medidas vão da redução do desmatamento à intensificação da pecuária bovina e à eficiência energética na indústria. O modelo do ministério indica que o impacto desses esforços não alcançaria mais que 0,1 ponto percentual, em média, do PIB esperado a cada ano.

Vários países já fizeram essa contabilidade e passam a encarar a mitigação do aquecimento global como oportunidade, não como entrave ao crescimento econômico.

Em caso da China, que destina investimentos volumosos para se tornar líder em energia limpa, e não o solar e a eólica. Além disso, há o belo domínio do refinar o grave problema de saúde em suas cidades poluídas pela queima de carvão.

Os Estados Unidos, sob Donald Trump, seguem no sentido oposto. O presidente republicano promete mais empregos e independência energética para seu país suspendendo os entraves exigidos pelo antecessor democrata, Barack Obama, às minas terrestres e à exploração de carvão.

Essa não é o caminho a não seguir.

VINICIUS MOTA

Dezoito meses

SÃO PAULO - Nas transmutações do futuro político do Brasil pecam por desatar o que pelas decisões de deveis e estabelecem novas tramas condições de hoje. Mesmo presente o fato de que variáveis fundamentais vão mudar ao longo dos 18 meses até o pleito de 7 de outubro de 2018.

No atual estágio da depressão econômica e do descrédito com políticos tradicionais, a taxa de renovação de empresas no certame eleitoral será provavelmente alta.

O ambiente tendencia a selecionar um alto índice, relatou como João Doria, um absoluto outro e aparentemente Luciano Huck, para rivalizar com Lula, o mais popular, porque sustentado em um eleitorado sem nos destino, dos candidatos tradicionais. A combinação entre o novo e o velho seria bastante difícil de superar para o petista.

A política tradicional, entretanto, ainda governa. A maioria de centro-direita no Congresso, em nenhuma tensão de sobrevivência associada à centro-esquerda, dispõe de instrumentos capazes, no curto prazo, de adiar a eleição, evitar que a disputa ocorra nos extremos do incerteza de hoje.

Atrelada à da economia, a crise de representação política, poderá ser atenuada pela aprovação de medidas da reforma previdenciária. As regras da eleição, se forem alteradas, tendem a ser ainda mais favoráveis aos oligarcas que chefiam as legendas e aos detentores de mandato.

A ansiedade com a intensificação das delações da Odebrecht, porém, pode ainda se converter em obstáculo político, diante da percepção de que seria longo e arriscado, e talvez inviável, o caminho até a etapa eleitoral de cada processo.

Quantos mais conhecidos forem exposta da maioria legislativa, mais o jogo eleitoral de 2018 parecerá "business as usual". Hoje Michel Temer exerce o papel de coordenador dessa turma. Se for cassado no TSE, a turma cumpre o poder de determinar, em eleição indireta, quem será o sucessor para terminar o mandato.

vinicius.mota@grupofolha.com.br

LEANDRO COLON

O que aflige Renan

BRASÍLIA - Renan Calheiros é Tonho Lesoeste por ocupar um lugar bem boca no plenário do Senado em 2018. Alegado de "congresso de terceira categoria", Renan afirmou que Temer, naquele momento, oposição a oposição Lula, era "turbulência com complexo de maioria".

Oito anos se passaram, e hoje Renan tem o papel de maior do país com complexo de minoria. Foi da presidência do Senado, sob investigação da Lava Jato pelas suspeitas de crimes cometidos e alvo de recentes delações da Odebrecht, o parlamentar mais ter a manter relevante na política.

De volta à planície, tem um trofeu do posto de líder da bancada de senadores do PMDB para criar uma oposição artificial ao governo de Michel Temer, seu colega de partido.

Em um vídeo divulgado nesta domingo (2), classificou o governo de "terrível". Durante a semana, disse que as medidas para reduzir o rombo no Orçamento e retomar o crescimento econômico está "aparentemente consumindo um "crescimento zero".

A reforma da Previdência, segundo o senador, é "exagerada". "Ela teria de ser feita de forma igual. Mas se fez para resolver o problema fiscal do Brasil, que é complexo", declarou.

O parlamentar sofre uma redução da tensão política. Afirmou que o projeto aprovado na Câmara e sancionado por Temer na sexta (31) tem um impacto negativo na economia do país.

Do sobrevivente de escândalos no Congresso, Renan fala em Previdência, terceirização, economia, mas o que o aflige é o seu futuro pós-2018. Ele que respaldo e apoio do Palácio do Planalto em Alagoas. É um contra-ataque de adversários nos últimos dias, em circular a informação de que estaria negociando uma aliança com o ex-presidente Lula para reeleição seu filho Renan Filho, também citado pela Odebrecht, ao governo do Estado.

Renan pode disputar vaga de deputado na eleição ao Senado perder. Os nomes de peso do ano no STF para não cair nas mãos de Sergio Moro. Seu temor é ter o mesmo destino de Eduardo Cunha: a prisão.

RUY CASTRO

Turismo político

RIO DE JANEIRO - Diante da crise, que não pesquisam e Haddad, os moradores brasileiros estão todo de novo. Nada de viajar aos canais, por exemplo, para ver os palácios de Versalhes, do Taj Mahal ou das Mil e Uma Noites. Era ver disso, alguns dos suítes em forma de quarto de hospital (com uma bateria de eletrocardiógrafo, cobrindo o leito, cama de acrílico) ou sala de tortura (com cadeira, chicotes de velocidade e maquininha de dar choque). Ou mesmo em Brasília, o Alvorada, ou aos uma de suas suítes na Operação Lava Jato.

Ben na **Folha** na semana passada: antes de penetrar na suíte propriamente dita, o casal passa por um corredor com paredes revestidas de cimento, adornadas por recortes de jornais e fotos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula, do ex-deputado Eduardo Cunha e de outros envolvidos na operação. A outra é cercada por grades, ou seja, ao lado que abrigam os hóspedes da Polícia Federal. A decoração está a atender os que têm um direito por lei, mas ainda não se aposentaram.

Em breve será possível organizar excursões turísticas imaginadas na ação da Lava Jato. Uma das atrações, como sugeri aqui outro dia, seria uma ida ao posto de gasolina em Brasília, o Posto da Torre, onde nasceu a investigação.

Outra visita obrigatória, esta em São Paulo, seria ao Sítio de Atibaia que não pertence a Lula, mas a quem do Garanhuns habitada pela crise que ele subiu na sua cabeça, e no sítio que também não lhe pertence, em Atibaia. Como são propriedades particulares, o turista não poderá conhecê-los por dentro, mas a imprensa já as descreveu lastimavelmente.

E, mesmo sendo a ilha, não deixe de ir ao Pierre Açúcar e ao Corcovado, uma pregunta bovino tem sido tirar selfies diante do prédio do ex-governador Sérgio Cabral e de sua mulher, Adriana Ancelmo, no Leblon. Todos os turistas cariocas sabem onde fica.

AÉCIO NEVES

Mentira vergonhosa

A revista "Veja" deu a manchete que tem capa uma foto minha com a afirmação de que eu ex-executivo da Odebrecht teria dito que a empresa depositou milhões numa conta bancária criptografada por ainda não em Nova York.

É mentira.

Ainda na noite de sexta-feira, em contato de Pinheiro com meu advogado, o advogado do ex-executivo afirmou que a notícia era falsa, uma vez que, na delação de seu cliente, não há qualquer indício do que de não ter sido nem à posse à conta em Nova York.

Repito o que já disse. Neste momento, mais importante do que identificar o mentiroso —se algum deliberou na fonte da "Veja" — é provar a inverdade. E isso é fácil. Basta que eu tenha acesso ao nome do banco para que a farsa seja desmascarada.

Chegou a oferecer todo a colaboração para que a revista pudesse acessar as informações junto ao banco, mas foi informado de que não sabiam sequer o nome da instituição financeira!

A ilusão de falsificação estampada na capa de um dos principais veículos de comunicação do país levantou tais questões, evidenciando pela facilidade de se comprovar a verdade ou não da notícia.

Se a acusação fantasiada "Veja" contém inclusive da delação da Odebrecht, é fácil que em uma investigação preliminar as autoridades possam comprovar sua falsidade, bastando checá-la junto ao banco.

É justo abrir processo criminal que se arrastará por anos, expor publicamente pessoas quando se sabe, desde o início, que uma acusação é falsa?

Ainda nessa hipótese, do ponto de vista de respeitabilidade ética, a simples palavra de um delator, quando tem provar sua falsidade, deve ser suficiente para estampar manchetes acusatórias?

Por outro lado, se verdadeira a declaração do advogado do ex-executivo da empresa e tal conteúdo não existir na delação indicada, o que teria a "Veja" ainda em seu arquivo? Estaria tentada de lhe tratamento. Foi um crime que precisa ser investigado e punido.

Protocolei na STF petição solicitando abertura de investigação sobre esse "tratamento" e acesso ao conteúdo da delação em questão para que eu possa me defender. Usarei para isso todos os meios que estiverem ao meu alcance.

O dano que me foi causado pela reveja é enorme, e só a apuração oferece da verdade haverá de repará-lo. Por isso, preciso saber do que exatamente — e por quem — estou efetivamente sendo acusado.

Nu momento em que o País, internamente, confiar de justiça com coordenação, qualquer acusação, por mais leviana, sempre poderá ser verdadeira para alguém. Não é justo que a reputação de uma pessoa responsável a critérios irresponsabilidade ou de liberdade mal fé de outra.

AÉCIO NEVES escreve às segundas-feiras

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 · PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: OTAVIO FRIAS
Diretor de Redação: CLAUDIO ABRAMO (1989)
Superintendente: ANTONIO MARIA TEIXEIRA MENDES LEXCEN LORENZ
Editor-executivo: SERGIO DAVILA
Conselho Editorial: ROBERTO CLAIR BERGERA LEITE, [illegible]
[illegible]
Diretores executivos: MARCELO BENETTI [illegible]
[illegible]

EDITORIAIS

editoriais@uol.com.br

Protestos e causas

Sem bandeiras da oposição intransigente, movimentos que apoiaram a saída de Dilma têm maior dificuldade em levar público a seus atos

Houve sufoco de sobra na avenida Paulista neste domingo (26), durante ato convocado pelos grupos que estiveram à frente da mobilização popular pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

Não se imaginava, decerto, que seria possível reunir as multidões de um ano atrás, em São Paulo e outras cidades do país, quando o petista ainda ocupava o Planalto.

Mas as imagens aéreas e as estimativas oficiais evidenciam que da expressiva de público presente no coreto com as manifestações mais recentes, de dezembro, em favor da Operação Lava Jato e hoje à cúpula do Congresso.

Ainda mais eloquente é o contraste com os protestos nacionais de 8 de março, vistos do campo político ideológico adversário, contra as reformas previdenciária e trabalhista —em que sindicatos e descontentes diversos reuniram dezenas de milhares em no menos 15 capitais e no Distrito Federal.

Os movimentos à direita, encabeçados pelo MBL (Brasil Livre) e o Vem Pra Rua, tentaram de racionalizar o sufoco decepcionante de domingo. A pauta deve ser reformulada e mais complexa, argumenta-se, o por devo manter ainda que o "Fora, Dilma".

Mais que complexa, confusa: entre os que se entusiasmam a pensar em outro horizonte de reformas do país, Sergio Moro volta a ser mais, ou tagonista do foro privilegiado, do voto em lista fechada e da sanção aos caixa dois de campanha; críticos de petistas, de fascistas e do presidente Michel Temer (PMDB).

Percebe-se, na disparidade de causas, a tentativa de preservar a fúria catártica original contra a ordem política —o que é um tanto mais difícil quando se constata que o pensamento liberal-conservador predominou na agenda do poder.

A contrapartida inevitável do impeachment, afinal, foi entregar ao PT e aos seus aliados a condição de oposição intransigente.

Nos protestos do dia 15, pôde-se ver Luiz Inácio Lula da Silva brandindo na Paulista contra as mudanças na Previdência. Outra coisa, convenhamos, que elas já estavam em estudo sob Dilma; trata-se agora de conquistar uma boa fatia do eleitorado rupo alcance vai muito além do campo da esquerda.

Pareceu exagerado, por fim, os números de que o balão comprimento de domingo viu encolhe ja manobras legislativas e judiciais para a preservação da elite dirigente e sua impunidade.

O mundo político está prestes a ser abalado pela divulgação integral dos pedidos de impeachment da Odebrecht. Não se vê, até o momento, liderança com força suficiente para deter o avanço da Lava Jato —ao menos não sem despertar, novamente, a ira das ruas.

Tributo sobre tributo

Diz-se como natural, em qualquer lugar do mundo, que o imposto cobrado na venda de uma mercadoria acabe incluído no preço pago pelo consumidor.

No Brasil, entretanto, a coexistência de múltiplos tributos desses gêneros empurra aos contribuintes uma conta que nada tem de conquista —aqui, trocam-se produtos com base em valores que já incorporam outras taxações.

Esta é maneira mais colonial, cabal ao imposto sobre imposto.

Tão sedimentada quanto arraigada no país, a prática é um empecilho para a produção das empresas nacionais, ao mesmo tempo, um componente importante da arrecadação do governo. Por não se poder comemorar, sem maiores reservas, uma decisão do Supremo Tribunal Federal contrária à anomalia.

Respondendo a um artigo questionamento, o STF considerou inconstitucional a inclusão do ICMS, principal fonte de receita estadual, na base de cálculo do PIS e da Cofins, duas contribuições federais.

Embora se, com isso, uma perda na casa dos R$ 20 bilhões anuais para os cofres da União, num momento em que ainda se debate como fechar as contas de 2017.

Há outras ideias para equilíbrio orçamentário: se a Justiça resolver que o novo entendimento tem alcance retroativo, será criado um passivo cujo montante varia, conforme os critérios adotados, entre R$ 100 bilhões e R$ 250 bilhões.

O precedente aberto, entretanto, pode ser alcançar mais amplo. Afinal, o Imposto de Importação faz parte da base de cálculo do IPI, incidente sobre produtos industrializados, e o IPI, por sua vez, faz parte da base do ICMS.

É evidente que tal cascata torna o sistema tributário bem aleatório por demais complexo e pouco transparente —dona o efeito mais perverso: de encarecer em excesso os mercadorias e os serviços.

Praticamente todas as reformas propostas no período buscado um modelo mais próximo do de experiência internacional, que consagra a adoção de um único imposto geral sobre o consumo.

A questão é como fazê-lo. Se a via legislativa tem se mostrado longa e penosa, a imposição do STF ameaça gerar novas distorções.

O governo Michel Temer (PMDB) já prepara uma proposta para simplificar as regras do PIS e da Cofins, com redução do número de alíquotas e fim de regimes especiais hoje vigentes para diferentes setores da economia.

Será lamentável se a medida, a princípio meritória, acabar desvirtuada pela tentação —agora, quase uma necessidade— de elevar a arrecadação dos cinco tributos.

MÉLIO SCHWARTSMAN

A reinvenção do trabalho

SÃO PAULO—O projeto de lei de terceirização que foi aprovado não é o mais favorito, mas é importante que o Brasil desregulamente um pouco mais as relações de trabalho.

Gostaríamos de poder pagar salário mínimo, bancar as legais e formalizações e vários outros direitos e benefícios da CLT e incorporações aos mais frágeis. Nem cria sentido, eles são mesmo. Algo escrito na Produção de Sete-Kilo e seus sindicatos melhorados poderia ser legislação. Mas há outros efeitos menos salientes, e nos estão ainda na infantilidade, dificuldade em ver o jovem ou pessoas com menos escolaridade, perda de produtividade. Ao bater de cabeça de regulamentação, que proteção trabalhador seria provocar mais efeitos adversos que deixar para os mais desvalidos, não é trivial.

No caso específico da terceirização, o problema é ainda mais complicado, porque diz respeito a mudanças no modo de produzir que ocorrem em escala global. Se há algo que deve a humanidade de poder no mundo de miséria pertencente e em que cheia a maior parte do seu esforço para acesso de prosperidade em que nos encontramos é a especialização do trabalho. É ela que permite que obtenhamos mercadorias e serviços com eficiência. Se cada um de nós tivesse de produzir sozinho o próprio sustento, ainda estaríamos todos atrás da terra e cuidando de galinhas, o que significa dizer que não haveria cidades, ciência, tecnologia, artes etc.

O capital físico nunca deixa de apostar em mais especialização. A terceirização é mais uma etapa dessa tendência. Cada vez mais as empresas estão indo não só para unidades autônomas de produção, mas com agentes de profissionais, muitos deles autônomos, que assumem peças feitas por vários outros fabricantes.

É um processo meio selvagem, que deixa muitos clientes pelo caminho, mas que é inevitável. Até dá para tentar interditá-lo, mas isso se assemelha um pouco ao ciclista que dá de frente de que bem mais para se proteger engenga.

helmuts@uol.com.br

BERNARDO MELLO FRANCO

A hora da verdade no TSE

BRASÍLIA—O ministro Herman Benjamin prometeu e cumpriu. Depois de dois anos, o processo que pode levar à cassação da chapa Dilma-Temer está pronto para ser julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

A contagem da sentença não pode ser delatada ao ministro. Ele assumiu o caso há apenas seis meses, quando o chefão de plantão foi preso em Curitiba e guilhotinou de Rio de Janeiro.

Em vez de substituir sua falta, Benjamin deu o bom e prático exemplo do trabalho. Colheu novas provas, ouviu mais testemunhas e decidiu cortar pessoas ainda de os delatores da Odebrecht.

O relator deu resultado. Os executivos destruíram o fornecimento do caixa dois e confirmaram o abuso do poder econômico da campanha e o pagamento por obras públicas.

Os depoimentos de Marcelo Odebrecht e Cláudio Melo Filho foram os mais comprometedores. O empreiteiro disse que Dilma sabia do caixa dois, e o lobista confirmou que Temer pediu pessoalmente a propina de construtora. Depois do relato, parte do Brasil foi comprar ovos e espécie a marido de Eliseu Padilha, principal ministro do novo regime.

Com a entrega do relatório de Benjamin, o TSE chegou hora da verdade. O tribunal tem que escolher entre julgar com independência ou se deixar de pressões do governo.

A bola agora está nos pés do ministro Gilmar Mendes, que poderá levá-la nauca do pênalti ou chutá-la para o mato. Ele tem sido crítico da pressa e da parcialidade da Lava Jato e será cobrado para não adiar ainda mais o julgamento.

Uma nova demora será interpretada como manobra para proteger o governo e impedir o voto dos ministros Henrique Neves e Luciana Lóssio, que estão prestes a deixar a corte.

Depois o TSE terá que decidir se aceita o pedido do PSDB para dividir a chapa. Neste caso, a corte teria que cassar sua jurisprudência e, em nome de uma tese eleitoral, os votos de Dilma voltariam para Aécio e Temer, mas deixariam de valer para cassá-lo.

ALVARO COSTA E SILVA

Cadê o dindim?

RIO DE JANEIRO—A crise financeira vem de longe, mas não chega a ser uma novidade nua, com a crise, anda acostumada. Ocorre na Gávea, sempre aos domingos, nas imediações do Palácio São Joaquim, residência do primeiro ministro do país. Lá pelas 9h o pessoal chega e espera a venda no chão, o que sobrou de suas casas: cadeira, cama, porta-retratos, almofadas, pratos, talheres, roupas, manchas de cabeceira, quadros, espelhos, televisores, cômodas, relatos pré-históricos, LPs arranhados.

Há tristeza. É um cenário de horror, acrescido pela presença de negociadores de mercadorias, em sua maioria, nas calçadas do Caiçara. Segundo levantamento da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, o número de pessoas que vivem nas ruas do Rio —sobretudo no Centro, Copacabana e Tijuca— triplicou em menos de um ano, batendo em mais de 15 mil.

Ao que parece, Jorge Picciani, presidente da Assembleia Legislativa, não confiava frequentar a Assembleia Geral nem passar no Caiçara. Na terceira passada ele disse que o Rio corre o risco de uma "convulsão social". Foi um tanado nada sutil, para cobrar celeridade na aprovação do projeto de recuperação fiscal dos Estados. Em poucas palavras claro: "Cadê o dindim?".

No melhor estilo da "Tarzidade", Picciani lembrou o atraso de salários na área de segurança. Se os policiais civis, em greve há dois meses —apenas os casos mais graves têm sido atendidos—, a dívida chega a R$ 82 milhões. A resposta do governo estadual é a mesma: não há dindim.

Em outro caso, o governador Pezão —a cada dia mais isolado politicamente— segue referindo o pão pelas ruas de maneira aparentemente perpétua: custar em 30% o salário de funcionários da já desmoronada UERJ. "Quem não trabalha não pode receber", reclamou. Como não a população sabe, nem quem trabalha consegue receber.

VANESSA GRAZZIOTIN

Veto à terceirização

Afora a horrível qualidade com que foi feita contra os direitos dos trabalhadores, de risco não garante não tem nada, mais parece uma brincadeira de atropelo.

Dentro dessa cruzada antitrabalhador acaba de aprovar, na Câmara dos Deputados, o projeto da terceirização do trabalho temporário —base do texto elaborado por Fernando Henrique Cardoso em 1998—, que amplia de três para nove meses o contrato temporário, cuja gravidade é que impacta o mercado de trabalho tem sido pouco analisado. Na prática, fornecem o emprego formal de milhares de trabalhadores.

É tão absurdo que eles buscam uma alternativa: querem acelerar a aprovação, no Senado, de outro projeto com o mesmo objetivo. Assim, essa proposta antagônica ao estatuto entrarão ao Poder Executivo, o que lhe permitirá, usando o expediente de vetos parciais e interpretativos das prerrogativas do Legislativo, construir uma nova lei.

Não quero ser ingênua nem a sonhadora. Quero ser vista de atividades laborais, sob o falacioso argumento de que sem terceirização perdia atividade e a estabilidade no emprego. Ficaria o trabalhador.

Nem mesmo as entidades patronais sustentam tal afirmativa. Pesquisa da CNI mostra que 99% dos empresários para reduzir custos apenas 2% em busca de especialização.

O que eles querem são negócios ainda mais flexíveis, mais pulverizados, já registrando alta rotatividade e baixos salários. O custo de não de obra na indústria brasileira, em dólar, representa apenas 26,5% da alemã, 31,5% da norte-americana, 57% da grega e 90,6% da argentina.

E o cenário se agrava ainda mais em relação aos terceirizados. Em comparação com o trabalhador contratado diretamente, o terceirizado trabalha três horas a mais por semana, ganha 26,7% a menos e, segundo a Dieese, fica 2,6 anos no emprego, contra uma média de 5,8 anos do trabalhador direto.

Fabes que já foram essa estapafúrdia bilhões de reais inversos. Rússia e Espanha, por exemplo, decidiram por fim a terceirização por constatar que não houve aumento na oferta de emprego e sim redução de salários, benefícios e arrecadação tributária.

A consequência dessa política será um retorno remoto ainda mais ineficiente, devido ao aumento na precarização das relações trabalhistas, dos acidentes de trabalho, salários inferiores, subtração de conquistas como o vale-refeição, transporte e assistência à saúde. Além disso, haverá redução da produtividade e redução da arrecadação previdenciária. Isso não é discurso, é fato.

Por tudo isso é preciso vetar integralmente o PL 4.302/98 e aprovar, no Senado, um substitutivo que garanta, como regulamentação da terceirização, os direitos dos trabalhadores e a segurança jurídica.

VANESSA GRAZZIOTIN é [illegible]

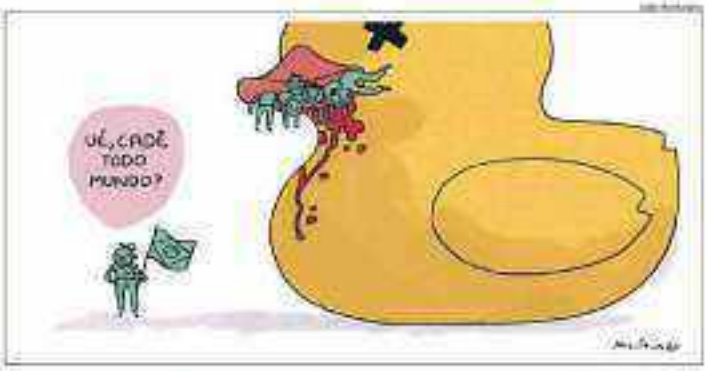
FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 – PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: OTAVIO FRIAS
Diretor de Redação: CLAUDIO ABRAMO
Superintendente: ANTONIO MARIO DE TERESA MANOEL DE OLIVEIRA
Editor-executivo: SERGIO DAVILA
Conselho Editorial: ROBERTO CLAIR MOURA CERQUEIRA LEITE, ALMIR PAZZIANOTTO PINTO, CLÓVIS ROSSI, FABIO SOLANO GENTILE, GERALDO HOLANDA CAVALCANTI, GESTER DUARTE, JOSÉ ALBERTO BOMBIG, LEO PINAY, LUIZ FRANCISCO DE ASSIS SHIGUNOV FILHO (conselheiro)
Diretores executivos: MARCELO BENETI (Conteúdo), PEDRO CONSENTINO (Inovação), RAMIRO NIGRO, CONCEIÇÃO SEIXAS, CONRADO SILVA (Operações e novos negócios)

EDITORIAIS

editorial@uol.com.br



Chances trabalhistas

Combinação de projetos no Congresso abre oportunidade de regulamentar de maneira virtuosa a terceirização de atividades fim das empresas

A despeito da compreensível celeuma em torno do assunto, há boas perspectivas de que o Congresso ofereça uma solução satisfatória para regulamentar a terceirização de mão-de-obra.

Convém não perder de vista os objetivos e o escopo de tal medida. Trata-se de facilitar contratações – gerar mais empregos – a partir de alterações na atual legislação trabalhista nacional.

Pretende-se, basicamente, permitir que empresas contratem os serviços de outras para qualquer tarefa. Hoje, está vedada essa prática quando envolve a atividade-fim da empresa contratante.

Tal processo deve ser conduzido com cuidado, entretanto, para evitar efeitos colaterais como a proliferação de empregos precários, sem direitos básicos como férias e limite da jornada de trabalho.

Ou, ainda, o comercialmente indesejável de trabalhadores hoje regidos pela CLT ser pessoas jurídicas, prática conhecida como "pejotização" – que pode implicar menos garantias aos empregados e queda na receita da Previdência.

Os temores foram despertados com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto de 1998 que estabelece um modelo mais radical de terceirização. A matéria dependeu de sanção do presidente Michel Temer (PMDB).

Felizmente, o Senado dispõe de outra proposta, pronta para ser votada, com mais salvaguardas aos trabalhadores. A combinação dos textos de deputados e senadores tende a ser virtuosa.

Diga-se, de início, que a terceirização, por si só, não elimina nenhum direito trabalhista básico. Afinal, empresas contratantes e contratadas estão sujeitas às mesmas obrigações legais.

É fato que benefícios dos funcionários da empresa contratante, como vale-alimentação e seguro saúde, não necessariamente serão estendidos aos terceirizados. No entanto, nada impede que as contratadas progridam colocando suas próprias vantagens.

Quanto à "pejotização", o projeto em tramitação no Senado prevê controles, como atos quaisquer entre o detentor de um empreendedor e sua contratada como pessoa jurídica. Devem ser abusivos, ademais, continuando sujeitos ao exame da Justiça.

Pode-se dizer, ainda, que a terceirização é mais uma precarização social das terceirizadas; deve-se levar em conta, todavia, que, no modelo atual, a resposta às dificuldades da economia é o aumento do emprego informal, sem carteira assinada.

Sem desculpar da proteção ao trabalho, é preciso reconhecer avanços legais a serviço que favoreçam a adesão ao chamado empresário – que já não operam mais como nos anos 1960, quando a CLT foi gestada.

O preço da água

Comemorou-se na quarta-feira (22) o Dia Mundial da Água. Muito se fala sobre o tema, que, no entanto, só costuma receber a devida atenção quando o bem precioso desaparece das torneiras.

No cotidiano, o consumidor recebe sua conta d'água e acredita que o pagamento devido se refere ao líquido que utilizou. Na realidade, em boa parte do Brasil não é isso o caso – ele só paga pelo serviço de captação, tratamento e distribuição, não pela água em si.

As concessionárias do serviço de saneamento básico, afinal, nem sempre são cobradas pela utilização do recurso. No Estado de São Paulo, por exemplo, essa possibilidade está prevista desde 1991, mas ela só foi efetivada em algumas bacias hidrográficas.

A mais importante é a dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, conhecida como PCJ, por seu papel na alimentação do sistema Cantareira e na crise hídrica que atingiu a região metropolitana da capital em 2014-15. A cobrança na bacia começou em janeiro de 2010.

Em 2015, pelo último dado da Agência Nacional de Águas (ANA), arrecadou-se na parte paulista da PCJ um total de R$ 114,4 milhões. Em novembro, R$ 132,9 milhões foram desembolsados pelos consumidores e outros beneficiados pelo recurso hídrico, como grandes lavouras que empregam irrigação.

Não se trata de um imposto nem de uma taxa, e sim de um preço público. Ao contrário do que por muito tempo se pensou no Brasil, a água não é um recurso infinito, e a imposição de um preço à captação objetiva indução a uso racional e a conservação desse bem comum.

Resta uma comparação, contudo, para evidenciar como valores dessa ordem pesam pouco no custo total do saneamento: só com obras para tratar e trazer mais saneamento metropolitano de água, no caso de nova estiagem como a de dois anos atrás, a Sabesp investe mais de R$ 3,1 bilhões.

O montante arrecadado com a cobrança deve ser destinado, por lei, aos comitês de bacia. Esses órgãos reúnem representantes de governos, usuários e sociedade civil, e focam em investimentos de efeitos duradouros, tais como financiamento de planos, projetos e obras que visem à proteção quantitativa e qualitativa e recuperação dos recursos hídricos.

Nem toda bacia conta com um comitê, entretanto. Mais raros ainda são os que já executam a cobrança. Basta olhar o mapa da ANA com as bacias onde houve algum avanço para constatar que eles se concentram no Sudeste.

Pode-se debater se haveria não o que fazer com o valor da Bacia do Rio Doce. Certo é que ainda há muito a fazer.

VINICIUS MOTA

A política após o choque

SÃO PAULO – A guerra é a continuação da política, mas por outros meios, escreveu Clausewitz. No conjunto do país, a Lava Jato se revela, ou confirma-se, que as empreiteiras no Brasil eram a continuação do Estado, mas por outros meios.

O verbo colocado no parágrafo anterior está no tempo dominante, descolado dos fatos. O ambiente político-popular e institucional dominante no Brasil desde 2003 provavelmente será lembrado como o modelo de produção oligopólica das estatais nacionais.

A ação fundamental de uma reforma política com alto potencial de impacto está, portanto, assentada. Os gatilhos da ação do financiamento da atividade eleitoral foram fechados e não serão reabertos.

Os políticos eleitos poderão até ser os mesmos de sempre, na hipótese conservadora, mas seus compromissos para o exercício do mandato serão outros.

Afirmar que "serão outros", obviamente, não significa dizer que serão melhores do ponto de vista do interesse da sociedade. Isto é importância do debate, fundamental no círculo político, sobre as regras a adotar para se produzirem resultados melhores.

Deixar tudo como está seria a resultante de uma sociedade discordia entre os congressistas e a sociedade que não se reconhece neste Congresso, será o tema a dominar sobre instituir a fidelidade, aquela formulada e cobrada pelas lideranças partidárias e eleitas aos eleitores como fato consumado.

Os donos das legendas terão, de qualquer modo, cada vez mais poder de vida ou morte sobre as candidaturas, se não como intermediários das listas, ao menos como manipuladores da maior fonte nominal de recursos, o fundo partidário.

Conclusão: o sistema pode ser esquecido significará transferir, dos eleitores para os partidos partidários, o problema político necessariamente combatido. O voto distrital, para o qual caminham os sistemas eleitorais nas nações desenvolvidas, parece ser uma resposta mais racional.

vinicius.mota@uol.com.br

LEANDRO COLON

A cultura da propina

BRASÍLIA – "O cinema não dá grana." A frase é de Benedito Ferro, um delator de crimes cometidos pela Odebrecht. Entrou como gerente nos 23 anos e chegou em 2009 à presidência da subsidiária, cargo em que assinou linhas de crédito a filmes da Odebrecht.

Tem 32 anos de empresa, onde é conhecido como BF. Foi preso pela Lava Jato, em fevereiro de 2016, em uma lista de sucesso profissional. Um executivo reconhecido.

Em depoimento sigiloso de 57 páginas, do ministro Herman Benjamin, relator do processo da cassação da chapa Dilma-Temer.

Na página de número 90, já nas considerações finais, o ministro do TSE disse que estava "impressionado" com o relato de BF de que a prática do uso de caixa dois funcionava desde os tempos de Norberto Odebrecht, fundador do grupo baiano.

O ministro perguntou: "Como isso funcionava para um jovem trainee? Como essa cultura entrava na formação de um profissional que ia ficar 30 anos na empresa?".

"A Odebrecht, talvez, seja a porta mais vistosa do processo, por ser uma empresa grande, mas a nossa realidade é essa", respondeu BF.

Ele continuou: "E, ao falar sobre não poder ter uma discussão técnica sobre previsão e bom senso e o que é melhor para o negócio".

BF disse no depoimento ao TSE que que pagava "contra-cheques de fidelidade": "Quero que meus filhos entendam o que fiz. Eles viram as pessoas [políticos] me pedindo".

O caixa dois é um crime nos eleitorais, de o eleitorado que escolhe e todos os políticos e partidos [eleitorais], ao também por culpa dele. BF é um bom exemplo de como o sistema funciona e do que não deve ser feito.

Um personagem que merece a atenção sobretudo de empreiteiros, auditores e administradores de empresas ligadas à construção civil.

Segundo BF, as delações da Odebrecht talvez ajudem a melhorar o país e as novas gerações não perdem a esperança. "A verdade é que os jovens querem ir embora", disse.

RUY CASTRO

Olho no lance

RIO DE JANEIRO – Quando chamados para falar na televisão, tendemos a acreditar mais como determinamos – ou as coisas aconteceram de tal jeito apenas na medida que [inclusive] de acordo em. Rita Nelson Rodrigues se pergunta [em] como seria se Jesus Cristo tivesse morrido aos quatro anos, de coqueluche, não tivesse ido a cabeça, não a cruz e não a ressurreição e, provavelmente, a história do Ocidente seria diferente.

Vários anos, a história teve por ter de ser alterada e só por acaso não foi. Em 1943, as escolhas um ator para o papel do aventureiro Rick Blaine em um filme em preparo, chamado "Casablanca", a Warner pensou em escalar Ronald Reagan. Negaram-se opção. E, mais, até perto das filmagens, Reagan fez Rick – até que um ser de Jesus apenas ao ouvido da Warner que Rick só podia ser Humphrey Bogart. O resto você sabe.

Em 1964, o desconhecido Ferreira Gullar mandou para uma gráfica os originais de um livro de poesia, "A Luta Corporal", para publicá-lo por conta própria. O revisor da gráfica, diante de versos como "Ia pela rua/ ia pela rua/ ia pela rua" (estrofe FUROR) e "Ia bicho/ ia um bicho/ ia/ ia/ ia/ Rua", achou que estava tudo errado e se dispôs a "corrigir" o texto. Gullar só o impediu aos 45 do segundo tempo, e por pouco não lançamos o livro que iniciou a poesia brasileira.

Em fins dos anos 60, o ministro da Alemanha, a ministra do Interior, viu um hóspede desabado num sofá da recepção, dormindo e roncando, em pleno dia. A ministra se conteve das cinhas enormes do tapete. Pegou sua tesourinha e, com cuidado, apanhou os ofé o sabugo. Quando ele acordou, viu aquilo e quase morreu. Mas, como era o grande Robert Powell, foi embora e deu o seu show de violão aqui a noite do mesmo jeito.

Tudo isso para dizer que precisamos ficar sóbrios. Eu sempre digo isso e me volta tentando mudar a história – outra coisa.

AÉCIO NEVES

Realidades sem disfarces

A informação divulgada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de que o Brasil teria estagnado no índice de Desenvolvimento Humano (IDH), chamou a atenção. Por a primeira vez, depois de 11 anos, que deixamos de avançar.

Antes que os oportunistas do atual governo digam que essa estagnação é culpa do impeachment, não se esqueçam de consultar o estudo referente a 2015.

A PNAD daquele ano já havia mostrado que a pobreza cresceu mais de 19%, segundo dados da FGV Social. Com a recessão instaurada, o desemprego e a crise social legadas pelo governo petista, é de se esperar que o próximo relatório revelar o IDH brasileiro ainda mais confrontos ruins.

Os dados divulgados pelo PNUD com base no quinto ano do governo Dilma mostram que o Brasil se manteve na 79ª posição do ranking de IDH. Quando levada em conta a desigualdade, o Brasil é o terceiro país que mais perdeu posições. Dados relativos e inconclusivos.

Por horas, é deste mesmo governo o slogan "O fim da miséria é apenas o começo". Hoje – e especialmente depois da campanha de 2014 – vemos que a eficácia da propaganda petista estava não em consonância de forma eficiente a realidade, mas em mascará-la.

Vale a pena verificar como milhões e milhões de pessoas que foram elevadas à classe C e ao sonho do consumo foram oficialmente pelo PT e pelas administrações do partido, que evidenciam a falta de consistência das estatísticas até então apregoadas.

Em vez de impedir manipulações como essa que agredem o Congresso aprovou que obriga os governos a identificarem a fonte oficial e o responsável pelas informações divulgadas à população.

O desempenho brasileiro no IDH contribui a estagnar em 2014, com a falta de vagas do Bolsa Família, o desemprego e o descontrole da inflação corroídos à má qualidade da educação. O modelo petista, que optou por fazer o gasto do dinheiro da poupança durante 13 anos, contribuiu a deixar-se por não ter se preocupado de fato com uma inclusão social sustentável.

O número de pessoas inscritas no Bolsa Família passou a ser apresentado como um fim, as vezes deser tratado como um primeiro e fundamental passo da necessária superação social dessa brasileira. Tentativas de transformar a propaganda em que dizem a certa não que o benefício, por si só, [illegible] o problema da pobreza importante da população, [illegible] a verdade.

O alerta deste estagnação deve servir para construir uma agenda social responsável, eficiente e de longo prazo no Brasil.

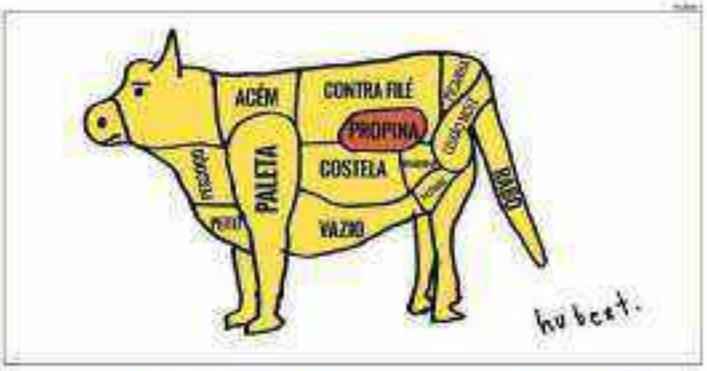
É hora de sair em respeito a milhões de brasileiros que ainda [illegible] como [illegible] propagandas sem que [illegible] tenham tido uma oportunidade de dada mesmo ser pobres.

aecio.neves@senado.leg.br

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921, PATRIMÔNIO DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS
Diretor Editorial: CLAUDIO ABRAMO
Superintendente: ANTONIO MARIO FERREIRA NEVES, CLAUDIO CORREIA
Editor-executivo: SERGIO DAMIA
Conselho Editorial: ROBERTO CLAIR BERGERA LEITE, ALMIR PAZZIANOTTO PINTO, MARCELO PARADA, CLEMAX BERGER, FABIO BERTOTTI, CARLOS CELLI PINTO, GUSTAVO FABIO TOLEDO, THEODOR MARCHESI, ARI FRIAS, CLEMAX FRIAS CELLI (conselheiro)
Diretores executivos: MARCELO PAVÓ (Conteúdo), PEDRO CONSENTINO (Inovação), MARCELO NEGRÃO, GONÇALO MARTINS E CLEMAX FRIAS (Operações e novos negócios)



EDITORIAIS

editoriais@uol.com.br

Excessos da carne

Embora sinais de ilícitos sejam graves, anúncio atabalhoado de operação pela PF causou prejuízo desnecessário ao país

Bastaram poucos dias para ficar claro que a Polícia Federal mostrou imperícia ao deflagrar a Operação Carne Fraca.

Por grave que sejam as suspeitas levantadas, e considerável o número de sinais de ilícitos na relação entre empresas e fiscais do governo, houve danos desnecessários à imagem de um produto de pesos nas dietas dos brasileiros e na balança comercial do país — um prejuízo desproporcional à escala das irregularidades sob investigação.

Não se exigiram evidências fortes, até aqui, para concluir que a condição sanitária da proteína animal produzida no Brasil — um dos líderes mundiais no setor — seja em geral ruim ou um risco para a saúde pública. Não é esse, aliás, foi essa a impressão que se disseminou.

São 21 os frigoríficos sob suspeita, agora, impedidos de exportar carnes. Um número infinito para o universo de quase 5.000 estabelecimentos nacionais do ramo.

A PF fez inspeção em um único frigorífico. As demonstrações restantes de deficiências sanitárias decorrem de escutas telefônicas, principalmente, em que transparece o conluio entre fiscais do Ministério da Agricultura e prepostos das empresas para burlar exigências legais de qualidade da carne.

Só 6 das 21 unidades vendiam o produto ao exterior, com faturamento de US$ 320 milhões em 2016, parcela diminuta do total de cerca de US$ 24 bilhões exportados.

Apesar disso, os trabalhos da PF certamente a reputação do produto brasileiro como um todo. E ocasionou, entre outros danos, a suspensão das importações por Hong Kong — maior comprador externo de carne bovina nacional.

Com mais cuidado e precisão nos detalhes, a deflagração da Carne Fraca pela PF poderia ter prevenido a generalização deferida.

O estrago está feito; cabe, agora, circunscrevê-lo à amplitude real das irregularidades. Pois, ao que tudo indica, existem.

Há indícios de que fiscais de defesa agropecuária — cujo comando está sujeito a indicações partidárias — obravam regularmente por favores a dirigentes de frigoríficos. Deficiências na política de controle eram relatadas já em 2014, pelo Tribunal de Contas da União.

Um dos problemas apontados pelo TCU era a duplicidade de padrões, com inspeção sanitária mais rigorosa e frequente do produto exportado, na comparação com o destinado ao mercado interno.

A investigação continua, e não se descarta que surjam mais fatos comprometedores. É obrigação da Polícia Federal conduzi-la com rigor e celeridade — o que não tanta a parte da Agricultura de notar, com mais dados e provisórias, a confiança abalada no sistema federal de inspeção.

Menos governo, lá e cá

A proposta de orçamento que o presidente Donald Trump submeteu ao Congresso dos EUA, na semana passada, causou previsível polêmica por reduzir programas sociais, prejudicar áreas sensíveis, como ambiente e ajuda internacional, e elevar gastos militares.

As medidas são competitivas com as promessas de campanha do republicano e, em boa parte, com o início conservador do país — segundo o qual o encolhimento do Estado (com exceção oversized das atividades da defesa) favorece as liberdades individuais e o dinamismo da economia.

Guardadas as proporções, há paralelos possíveis com o caso do Brasil, onde o governo Michel Temer (PMDB) encaminha reformas com vistas a conquistar despesas governamentais, correspondendo-se a uma de expansão estimulada por governos à esquerda.

Recorde-se que o peso relativo do setor público como um todo é expressivamente maior aqui — um indicador disso é a carga de impostos, que consome cerca de 35% da renda brasileira, nos EUA, são pouco mais de 25%.

Trump dá os primeiros passos em sua agenda de ajuste de prioridades. A proposta traçante deve aprimorar a transparência apenas uma parcela das contas federais, a dos gastos discricionários (que podem ser alterados sem mudanças na legislação).

Tais desembolsos respondem por cerca de um terço do orçamento. O bolo maior reúne as despesas obrigatórias, asseguradas por lei e compostas, principalmente, por previdência e saúde — esta já em processo de revisão de regras.

No ano passado, o governo federal norte-americano acumulou gastos de US$ 3,9 trilhões, que superaram as receitas em quase US$ 500 bilhões, ou 1,2% do PIB (o déficit do governo federal brasileiro supera os 7% do PIB).

Para equilibrar as contas, como pressionam seus aliados, Trump terá ainda que enfrentar novos pontos: a rede de deputados e senadores. Não será um processo fácil, como já atestam as reações de democratas e até de republicanos aos cortes propostos e à reforma da saúde, em tramitação no Legislativo.

Em conflito com a filosofia do Estado ativo, argumentam os assessores práticos de parlamentares, que se veem diante do risco de perder apoio de eleitores beneficiados por programas públicos.

O dilema ganha outros contornos no Brasil, onde a teses da redução do governo teem menos aceitação na sociedade e no mundo político. Aqui, as reformas têm centralidade mais a serviço da necessidade do que da ideologia.

HÉLIO SCHWARTSMAN

O voto como veto

SÃO PAULO - Em alguns momentos não muito distantes o Brasil vai ter de discutir e aprovar uma reforma política. Não estou muito certo, porém, de que seja o caso de fazer isso já. Talvez seja mais prudente esperar o próximo Congresso.

O problema de deixar algumas coisas para que mudanças ficam sendo atualmente extremamente suspeita (não necessariamente infundada) de ser um artifício para benefícios parlamentares investidos na Lava Jato, o que abre bom espaço à credibilidade do sistema.

O caso fica evidente na proposta que ganha corpo entre políticos de adiar já em 2018 o veto aos listas fechadas, sistema no qual as agremiações decidem quem serão os candidatos a deputado e a ordem em que aparecerão, cabendo ao eleitor apenas votar na legenda de sua preferência. Em países onde as agremiações têm consistência ideológica e são altamente estruturadas, esse sistema funciona e tem as vantagens de tornar as campanhas mais baratas e, ilusoriamente, de separar os políticos que são individualistas e passam a ser coletivistas. Aqui, no país Lava Jato, fazer tal aposta para escolher deputados com passado suspeito, uma vez que, se devem bom número deles ainda estão acusados ou para bater na eleição.

Não há muita dúvida de que é oportuníssimo que novos políticos surjam e disputem eleições. Em meio de 2016, esse mesmo modelo ideal são referendo nessa mesma Câmara pelo elevadíssimo índice de 60,2 %.

Pessoalmente, defendo o voto distrital, mas, se isso for muito complicado, proponho, ao menos, que se adote o voto de pelo menos metade dos candidatos. Ao menos ele é uma boa. Em 2006, apenas 5 dos 10 % dos deputados federais que tiveram seu escrutínio anulado conseguiram reeleger-se.

A democracia, como a ciência, avança principalmente por meio de rejeições, isto é, não sabemos que a população impõe a pessoas e ideias.

helio@uol.com.br

BERNARDO MELLO FRANCO

Os vilões da história

BRASÍLIA - O escândalo da carne corrompe algo que parecia impossível: os políticos esquecerem a Lava Jato, mas não que por tempo ilimitado. Nesta terça (21), o assunto dominou os discursos do Congresso. Com tarja sanitária, os parlamentares defenderam os frigoríficos e atacaram a Polícia Federal.

"O delegado que fez essa operação é um irresponsável", bradou o senador Ivo Cassol, do PP. "Isso é um abuso", emendou o senador Gladson Cameli, do PP, sobre a prisão de 36 pessoas acusadas de integrar uma quadrilha que subornava fiscais e adulterava alimentos.

A senadora Kátia Abreu, do PMDB, classificou a Operação Carne Fraca como um "festival de horrores". Ela acusou "um delegado e meia dúzia de chefes da PF" de praticarem "crimes de lesa-pátria". "Tentaram, com uma ação medíocre, atingir a honra, destruir um dos setores mais importantes do país", disse.

"Sempre que coloquei aqui outra suspeita de utilização da Polícia Federal, fomos sido vendo o mesmo que estamos", emendou o senador Gleisi Hoffmann, do PT.

O senador Renan Calheiros, do PMDB, que ovelhou para dissertar sobre o estado da nação, "Este país está em um buraco enorme", disse. "Do que não adianta cair uma Operação Carne Fraca, explícita o fato de não são tentos traído nem um para nada."

Na Câmara, os discursos foram na mesma tonalidade. A Polícia Federal não conhece a qualidade sanitária dos produtos da agropecuária brasileira", criticou o deputado Valdir Colatto, do PMDB. "Uma ação de da PF joga no chão todo um trabalho que vem sendo feito com muito sacrifício pelas empresas", emendou Delegado Edson Moreira, do PR.

A Polícia Federal não está imune a críticas, e há fortes indícios de excesso na divulgação da Carne Fraca. Mesmo assim, é difícil sustentar que os vilões da história são os investigadores, e não os frigoríficos investigados. Foram eles que corromperam fiscais, ensinaram como subornar e, claro, financiaram campanhas.

RUY CASTRO

Dívidas impagáveis

RIO DE JANEIRO - Quem não tem o dever que a virgem deraje para sempre, como dizia Antonio Houaiss, não se preocupe. Um dos problemas dos apanhados na Lava Jato é que, presos ou soltos, com ou sem o seu passaporte prendado, estão todos em dívida para com o Tesouro. O dinheiro que lhes de devolver refere a fortuna com que se locupletaram nos bons tempos, quando o dinheiro da Petrobras, do BNDES e de outros órgãos públicos era o passaporte para a ascensão, sob as vistas dos cegos donos do país. Era muito dinheiro. Mas, como não se esperava ter uma fração dele, para dois meses pelo menos, estão em apuros para pagar o que devem.

O defensor Alberto Toronel, por exemplo, deve R$ 1,6 bi. Como vai fazer para quitar isso? Aos 67 anos, está meio passado para voltar a vender pastéis na rua batendo em tampas de latas de ervilhas portuguesas, como fazia em Goiás. E quem vai querer comprar um filhar na sua mão? Já o advogado de Nestor Cerveró, encarcerado na Petrobras e devedor da companhia lesada de R$ 48 milhões, avisou que a dívida de seu cliente é "impagável". Donde vem, bolo aí.

Como Sérgio Cabral e Sra. vão fazer para devolver o valor total de bilhão que, durante 10 anos, receberam em propinas e comissões em colares, brincos, pulseiras, pingentes, casa de praia, barcos, passagens para Paris, frutas sem sabor, lavanderias, champagne, caviar, ostras, escargots e sorvetes? As joias talvez possam ser liquidadas no mercado ou leiloadas, mas as ostras e os escargots não voltam mais.

E muitos se credores pelas finanças do ex-presidente Lula — com razão. Com seu partido fora do poder e a democracia das empreiteiras arrefecida, que o contemplava para fazer palestras — que, segundo sua defesa, lhe sendo em torno de R$ 1 milhão em 2016 —, ninguém mais parece interessado nelas.

Sei lá, fiscais informantes.

ANTONIO DELFIM NETTO

K. J. Arrow

Retomando, no mês de fevereiro, quem, na minha opinião, foi o mais completo economista da segunda metade do século 20, Kenneth Joseph Arrow (1921-2017).

Foi quem teve mais alto interesse da ciência matemática, viajando com dedicação entre as difíceis combinações da agregação (na escolha social), as mais abstratas condições exigidas pela teoria do equilíbrio geral, e as limitações impostas pela qualidade das informações e os efeitos da incerteza, sem nunca perder o "fio terra".

Os seus "Collected Papers", juntamente com os de P. A. Samuelson, são certamente a grande herança das aventuras da teoria econômica depois da Segunda Guerra Mundial.

Em 1951, surpreendeu o mundo acadêmico, político e econômico com o livro "Social Choice and Social Values", ampliado numa segunda edição em 1963, para esperar críticas.

As características básicas de Arrow foram o rigor lógico com a teoria e a absoluta pragmática nas análises factuais — por exemplo, nas falhas do mercado produzidas por questões éticas (como a doação de órgãos) ou mais dificuldades de coordenar as atividades econômicas na ausência dos mercados, com pôr em risco a liberdade individual, para ele o maior valor da sociedade civilizada.

A grande contribuição de Arrow foi resgatar um velho problema da escolha democrática majoritária, explicado por Borda e Condorcet no século 18, usando novos instrumentos lógicos.

Propõe-se a resolver um problema fundamental: se todos os indivíduos de uma sociedade tenham ordenações transitivas, será possível encontrar um "mecanismo" de escolha, isto é, uma regra de votação que, tecnicamente, encontre o resultado perfeito?

Ele demonstrou que, com três eleitores e três alternativas, a regra majoritária leva a um impasse. A demonstração é mais geral, porque o resultado não decorre da escolha majoritária.

Qualquer outro método (escore simples, Borda, etc.) não pode dar o resultado desejado. Esta teorema da "impossibilidade" foi escrutinado por inúmeros de estudos críticos, mas resistiu bravamente, porque é resultado da lógica interna do modelo.

Uma outra contribuição importante de Arrow (juntamente com G. Debreu) foi demonstrar que o equilíbrio geral em condições de competição perfeita requer a existência de mercados "futuros" em todos os bens e serviços, o que lhe teve importância política. Em outro trabalho (com H. Kahn), relativizava essa conclusão.

Foi sempre um gigante, cujo método e a agilidade lógica evidenciavam os conflitos internos de como funciona a economia, mas deixou um problema insolúvel para a política...

ANTONIO DELFIM NETTO | Professor emérito da USP, escreve às quartas-feiras
delfim@uol.com.br

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921, PERTENCENTE À EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: OTAVIO FRIAS
Diretor Editorial: CARLOS FRIAS JR.
Superintendente: ANTONIO MARIA DE TOLEDO MORAES E CASTRO FILHO
Editor-executivo: SERGIO DAVILA
Conselho Editorial: ROBERTO CLAIR BICUDO PEREIRA LEITE, ALMIR PAZZIANOTTO PINTO, CLÓVIS ROSSI, FABIO SOLANO GOMES CHALUB PINTO, GUSTAVO FRIAS FILHO, THEODORO MONTEIRO, VERA FRIAS E CONSTANTINO DE SOUZA (conselheiro)
Diretores executivos: MARCELO PARADA (conselho), PAULO CESTARI (redação), RAMCLAUDIO CONCALVES (operações) E CLÓVIS ROSSI (redação)

EDITORIAIS

editoriais@folhapress.com.br

Reduzir os juros

Queda rápida da inflação cria oportunidade para acelerar ainda mais o corte das taxas do BC, favorecendo retomada da atividade econômica

Enquanto não se notam as reformas trabalhista e previdenciária, a melhor notícia econômica do ano, até o momento, é a queda da inflação em ritmo mais rápido do que se previa.

O IPCA, índice de preços adotado como referência para a política de juros do Banco Central, registrou variação de 0,4% nos 12 meses encerrados em fevereiro — há um ano, a taxa acumulada chegava a 10,4%. Há boas razões para crer que a tendência de redução se manterá nos próximos meses.

Até o final do ano passado ainda se notavam os efeitos da alta do dólar em 2015, que encarecera os produtos importados. Adicionalmente, a indexação de contratos e salários mantinha por inércia alta dos preços dos serviços — que incluem itens tão diferentes como aluguéis, serviços médicos, transporte escolar e acesso à internet.

Desde então, a dinâmica mudou. Os últimos dados do IPCA refletem melhoras gerais. A safra agrícola recorde deve ajudar a conter os alimentos; o pior da alta das tarifas públicas teve, para não ser, as cotações do dólar se acomodaram.

Mesmo os sempre resistentes preços dos serviços mostram desaceleração consistente. Em três meses, subiram pouco menos de 0,6%, ante quase 8% registrados há um ano.

Há ampla ociosidade nas fábricas e taxas altíssimas de desemprego, que, infelizmente, não contribuem para a recuperação. Em tais condições, a credibilidade do consumo deve manter a inflação em declínio.

Coletados pelo Banco Central, as projeções dos analistas de mercado continuam a recuar e já se aproximam dos 4% ao final deste ano. Desde 2009 não se vê uma taxa abaixo do meio oficial de 4,5%.

O risco agora é que se erre para menos — ou seja, que a política econômica resulte em inflação muito abaixo do objetivo fixado, talvez próximo a 3% ou 3,5%, com sacrifícios desnecessários para a produção e a renda do país.

Fatores que nos últimos anos conspiraram para a ineficácia da ação do BC não estão mais presentes: os gastos do Tesouro Nacional estão congelados, e os bancos oficiais já não distribuem crédito de forma irresponsável.

Abre-se a oportunidade para uma queda ainda mais rápida dos juros. A taxa oficial, a Selic, foi reduzida em 0,75 ponto percentual no mês passado, para anualizados 12,25% ao ano. Mantido o ritmo, ela só cairá abaixo dos 10% no segundo semestre.

São mais que suficientes, nesse cenário, os apostos em cortes mais agressivos daqui para a frente, dadas a inflação sob controle e a fragilidade da economia, que mal começa a se recuperar da brutal recessão que custou 9% do Produto Interno Bruto desde 2014.

Pouco estudo

A avaliação de qualidade no ensino superior brasileiro sempre enfrentou resistências corporativas, inconfessáveis à uma noção equivocada de autonomia universitária.

Tais atitudes retrógradas, felizmente, parecem ter perdido impulso. O que hoje se pode conhecer a respeito do nível e da evolução dos cursos de graduação do país está longe de ser animador.

Relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostra resultados medíocres aquém entre os 8.131 cursos de graduação em humanidades avaliados em 2015.

Segundo o levantamento, mais de um décimo deles sequer contabilizaram alunos, e só 1% obteve o conceito mais alto. Sobressaíram-se a formação cursos de 26 áreas de ciências sociais e humanas, como administração, direito e psicologia.

No avaliação anterior das mesmas áreas, realizada em 2012, o desempenho foi similar, conforme os conceitos atribuídos com base nos resultados do Enade (exame nacional prestado pelos estudantes), na qualificação dos docentes e na infraestrutura das universidades.

Uma explicação para a ausência de progresso pode ser o maior acesso ao ensino superior, que tornou-se menos exigente nos últimos anos. Há dados interessantes — alguns, perturbadores — coletados a respeito dos alunos.

Dos concluintes de curso de graduação que participaram do Enade em 2015, mais da metade (56,5%) declarou viver em famílias de renda até 4,5 salários mínimos. Dois terços deles trabalhavam regularmente.

Talvez por isso o número de horas semanais dedicadas ao estudo seja tão baixo: de uma a três, segundo 69% dos entrevistados; nenhuma, de acordo com 6%.

Por mais relevantes que sejam as informações, o país ainda carece de estatísticas mais completas e precisas a respeito da educação superior. O processo de avaliação pode e deve ser aperfeiçoado para dar mais acuidade às notas.

Em iniciativa meritória, o Inep organiza montar o Enade para tornar-se realizável no Enem (do ensino médio), cuja metodologia busca medir o conhecimento em termos absolutos — já as notas do Enade são atribuídas conforme a distribuição em relação à média, que pode variar ano a ano.

Além disso, hoje os alunos têm pouco incentivo para levar o Enade a sério, pois a nota individual não consta do histórico escolar. Ainda que o exame seja obrigatório, o empenho do examinado não é.

Persiste a desconfiança, sentida, de que um componente crucial da avaliação não meça com precisão o aprendizado obtido nos cursos.

VINICIUS MOTA

O que seria o acordão?

SÃO PAULO - Não é de se supor que políticos envolvidos pela Lava Jato consigam de resolver seus problemas judiciais num só golpe. A questão é saber se lhes restou instrumento para alcançar o objetivo.

O julgamento do mandato já teria bloqueado no nascedouro a carreira judicial atribuída como a que liquidou em 2010 a operação Castelo de Areia. A própria ideia de tutor e protegido como falha menor, pelo alternativo de cassar campanhas, acabou vencida pela maioria do Supremo.

A jurisprudência agora, além de mais poderosa diante de escândalos, mais da investigação, vai direto ao ponto: houve corrupção? Não há dispositivo sobre calvo (e calvo é capaz de absolver um réu se o juiz assente a essa pergunta fundamental).

A muito difícil anulação da denúncia contra o senador Valdir Raupp em nada nova. A segunda turma do STF admitiu por unanimidade abrir o processo pela acusação de corrupção. Gilmar Mendes e Dias Toffoli, sempre os de sempre de interpretação "acordão", não foram exceção.

A dupla de ministros escusou a impunidade de Raupp de dois votos. Pelo Toffoli, esse crime só se configura após a renúncia de um cargo federal; o Raupp não teria a escolha do deputado estadual, deve ter separado à companhia. Embora o presidente do mandato pareça fortalecer o ponto de Toffoli, a maioria dos ministros da turma acatou também a denúncia de Mendes.

O debate judicial é mais sutil e raríssimo do que fazer o bandido estimulado por políticos aliados. Há pouco a liberação a entre os julgadores nas turmas cruciais. Sendo se tornado instrutiva, a divergência em torno do aspecto material da benção difícil mesmo será debatida com novas leis.

Para estancar a sangria, os parlamentares deveriam estar despertos à aprovação uma anistia não só contra 2, como se verbia, mas aos crimes de corrupção e lavagem. Então, contrário, impedidos pelas circunstâncias de materializar esse desejo.

vinicius.mota@uol.com.br

LEANDRO COLON

As cartas de Temer

BRASÍLIA - A espera do terremoto da Odebrecht, que pode ter início nesta segunda-feira (13), o presidente Michel Temer lança não das estratégias para sobreviver até 2018.

A primeira delas é tentar mostrar que o governo não vai parar com a revelação das delações que atingem a cúpula do PMDB e ministros de alto escalão do Palácio do Planalto.

Na semana passada, em apoio à expectativa da divulgação da lista de investigados, Temer foi a Paraíba visitar obras da transposição do rio São Francisco. E outras viagens estão previstas por ele no curto prazo.

Ao mesmo tempo, o presidente busca um diálogo (bem-)-(ruim) com a imprensa. Tem dado entrevistas e conversado com os jornalistas que cobrem o seu governo da Granado.

Outro passo está no Congresso. Extremamente impopular do lado de fora, Temer aposta na maioria ampla de sua base aliada para garantir a aprovação das reformas essenciais, como a da Previdência.

Mesmo que a proposta venha a ser alterada em pontos relevantes, o que se quer o governo é aprová-la.

A Reforma é mais uma trincheira. O pedido da Odebrecht e o processo de cassação da chapa Dilma-Temer não cessam, por isso, desconfiar do ritmo de Rodrigo Maia (DEM).

Ao contrário do fogo amigo disparado contra Joaquim Levy no governo Dilma, Meirelles trabalha sem que o Planalto o mesmo bombardeio — até porque quem poderia fazê-lo, Eliseu Padilha, alvo de delações, está com o pé fora do governo.

A aposta nos bastidores em Brasília é que dificilmente a chapa Dilma-Temer será cassada, apesar do voto neste sentido que deve ser dado pelo relator, Herman Benjamin (TSE).

Se a estratégia der certo, Temer chegará ao fim de 2018 impopular, talvez um tanto isolado, mas celebrando uma economia com sinais de fôlego e as reformas aprovadas.

Um balanço positivo para quem tem governado com o apoio de protagonistas dos capítulos polêmicos mais constrangedores da Lava Jato.

RUY CASTRO

Espiões domésticos

RIO DE JANEIRO - O site Wikileaks, que divulga o conteúdo de documentos secretos, acaba de fazer outra grave denúncia: a CIA, serviço de espionagem americano, desenvolveu como penetrar em aparelhos, apanhar conversas e se tornar em qualquer equipamento doméstico conectado à internet. E não se limita aos suspeitos de sempre. Nestes tempos de terrorismo global, em que os atentados são imprevisíveis, todo mundo — eu, você, o seu pelo, o seu cheiro da roça — é suspeito, e, portanto, sujeito à vasculha cibernética. O seu smartphone, por exemplo, poderá ser apontado e nada acontecer.

Seja falar nas smart-TVs, as TVs "inteligentes". Elas têm um microfone que você talvez não saiba onde fica. Mas a CIA sabe. Através de lá, ela capta as suas conversas no escuro, grava-as e as transmite para os interessados. Faz isto mesmo que a TV permaneça desligada — porque, para o "software malicioso" da CIA, ela não está. E, ao trocar segredos com as suas vítimas de transporte-gras, não adianta você se chamar por apelidos como "Amigo", "Indinho" ou "Xoxo" — a CIA tem um equipamento que "vê" rosto.

Até os carros computadorizados podem ser "orientados" a se afastar do alvo de um atentado mandando seus passageiros — imagine quantos rivais ou inimigos não estariam ao alcance dessa manobra que não de repente. Tudo por isso, Mark Zuckerberg, dono do Facebook, cobria os microfones e câmeras de seus equipamentos com fita adesiva preta (quando não sem uso. Seguro morreu de velha).

Ou seja, nossas casas podem estar cheias de espiões trabalhando para a CIA, e já vejo o dia em que se colocarem, logo, dificuldades ou escrever-se tão bem estão de olho em nós.

Falando nisso, ontem, minha TV de hoje (sim, ainda sou do tempo) parecia piscar para mim, acenando e apagando a intervalos. Pergunta de volta e ela sossegou.

ARÃO NEVES

Reformar, mas como?

A reforma da Previdência não é nem pura e honesta verdade. O tema é sensível, de repercussões e impactos diversos. O momento exige sabedoria e lucidez.

Como em qualquer processo reformista, a proposta original não pode ser tomada como intocável. Em democracia como essa, é do debate aberto e plural que podem sair as melhores respostas.

Mas não se trata de provocações, atitude de cunho ideológico, inoportuna, orientada por espírito público. O que está em jogo é o futuro do país, não questões partidárias. Reforma da Previdência não se confunde com agenda de governo; é assunto de Estado.

Considero a proposta encaminhada pelo Executivo ao Congresso boa em vários aspectos. O primeiro e central deles é a instituição de uma idade mínima para aposentadoria. Em todo o mundo, todos os sistemas saudáveis têm essa característica.

Outro pilar da reforma é a unificação de regras, acabando com as exceções que hoje caracterizam nosso Previdência e que resultam por perpetuar vantagens, não por promover maior justiça social. Isso, sim, deve ser a maior preocupação da reforma: ser justa e sustentável ao longo do tempo.

Os aspectos positivos não desconfiguram, contudo, a necessidade de aperfeiçoamento.

Um deles, que já defendi neste espaço, é a manutenção das regras do Benefício de Prestação Continuada que protege idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. Outro é a adoção de uma regra de transição mais suave para aqueles segurados que já estão no sistema.

A esses pontos somam-se dois aspectos que precisam ser debatidos: a aposentadoria rural e a hipótese de uma idade menor para aposentadoria dos mulheres — ainda que por tempo prolongado — em funções de direções como a apontada pelo IPEA, com base na Pnad, que demonstra que a mulher tem carga de trabalho de 30 horas a mais por mês que o homem.

Mas há condições específicas que devem ser tomadas em consideração. Não há argumento que se oponha a construção de um modelo atual e sustentável no tempo. Os ajustes estão aí para todo mundo ver, e são consistentes.

As mudanças nas condições de vida também não devem marcar a direção. A cada ano, somos menos brasileiros, e mais, como os brasileiros, infelizmente, vivem mais. Para uma Previdência já bastante desequilibrada, essa dinâmica demográfica é simplesmente letal. Mudar é, portanto, imperativo, não ato de escolha.

O Brasil não pode adiar o amanhã, com a verdade, não pode continuar evitando olhar-se no espelho. Nos últimos anos, atitude prevalecente foi a de não aceitar a realidade. Custou-nos muito caro. Antes que fique impagável, o preço, aja. A hora é esta. O país é o organização ou o Berne responsável com o caos.

aroneves@uol.com.br

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS
Diretor de Redação: CLAUDIO ABRAMO
Superintendente: ANTONIO MARIO FERREIRA NEVES, LUCIANO CORREIA
Editor-executivo: SERGIO DÁVILA
Conselho Editorial: ROBERTO CLEMENTE PEIXOTO, ROBERTO MIDLEJ, MARCELO SOUZA E SILVA, MARCELO PARADA, CLAUDIO BOCCARA, FABIO MASCARENHAS E SILVA, CLAUDIO MAIA, CLEVELAND JR. SILVA, CLEVELAND PRADO DE ALMEIDA, CLEVELAND CARVALHO, CLEVELAND TEIXEIRA, CLEVELAND DOS SANTOS, CLEVELAND DE OLIVEIRA, CLEVELAND MARTINS, CLEVELAND FERNANDES, CLEVELAND DA SILVA, CLEVELAND GOMES, CLEVELAND RODRIGUES, CLEVELAND ALVES, CLEVELAND SOUZA, CLEVELAND LIMA, CLEVELAND PEREIRA, CLEVELAND NUNES, CLEVELAND BARBOSA, CLEVELAND MOREIRA, CLEVELAND FREITAS, CLEVELAND CAMPOS, CLEVELAND VIEIRA, CLEVELAND MENDES, CLEVELAND ROCHA, CLEVELAND PINTO, CLEVELAND GOMES, CLEVELAND RODRIGUES, CLEVELAND ALVES, CLEVELAND SOUZA, CLEVELAND LIMA, CLEVELAND PEREIRA, CLEVELAND NUNES, CLEVELAND BARBOSA, CLEVELAND MOREIRA, CLEVELAND FREITAS, CLEVELAND CAMPOS, CLEVELAND VIEIRA, CLEVELAND MENDES, CLEVELAND ROCHA, CLEVELAND PINTO
Diretores executivos: MARCELO BENTO (Conteúdo), PEDRO CONSENTINO (Inovação), MARCELO PAIVA SOUZA, CONCEIÇÃO SEVERINO E CLEVELAND ALVES (Operações e Serviços Digitais)

EDITORIAIS

editoriais@uol.com.br

O lance de Alckmin

Governador tucano faz anúncio precoce da intenção de disputar a Presidência, em meio a desgaste de expoentes da centro-direita nacional

Rival do PT há mais de duas décadas, o PSDB seria o beneficiário mais provável da devastação política, econômica e moral que vitimou o governo Dilma Rousseff e seus sucessivos aliados à esquerda.

As eleições municipais de 2016 refletiram essa tendência. Apesar disso, prefeitos emplacaram prefeituras, uma quarta parte a mais dos 60 vencidos em relação à quinta eleição anterior; no mesmo período, o número de municípios nos limites de seus adversários subiu cerca de 25%, para 892.

Sobressaído, em especial, o poderio do governador tucano de São Paulo, Geraldo Alckmin. Foi dele o patrocínio à candidatura do prefeito João Doria, que, em feito inédito, venceu o pleito na capital paulistana no primeiro turno. Prefeitos apoiados pelo governador saíram-se vitoriosos nas principais cidades do interior.

Não é por acaso, porém, que Alckmin vem agora manifestar publicamente o desejo de concorrer à Presidência da República em 2018. "Se eu disser que não quero, que não pretendo, não é verdade", declarou na segunda-feira (6).

A sinalização tortuosa parece trair o discurso oficial em torno do anúncio precipitado. Desgastado, como outros expoentes do partido, pelo impacto da Lava Jato sobre as figuras tradicionais da política, o governador vê nascer entre oitenta e setenta anos de idade a oportunidade de lançar ao Planalto um jovem João Doria.

A seu favor, o prefeito conta com expressivos índices de popularidade e a imagem de gestor alinhado às causas partidárias. Já seu currículo na vida pública resume-se, por ora, a pouco mais de dois meses de intenso marketing.

Difícil dimensionar a solidez de tal aposta, que sofreu não cogitada derrota em encontro entre dirigentes no campo da centro-direita.

Entre os cacapes tucanos, Alckmin, vai nascer grau, e os senadores Aécio Neves (MG) e José Serra (SP) são mencionados em delação da Odebrecht por citações vazadas à imprensa. Por mais que haja longo caminho até uma eventual comprovação de ilícito, o risco de dano político é palpável.

Nenhum deles detém boa votação nas pesquisas de voto, liderados pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), seu ex-Lula. Crescer o deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ), sob impulso de conservadorismo mais extremado.

Qualquer nome, de todo modo, terá pouca consistência nesta altura. Em cenário tão volátil e distante do pleito, levantamentos são por demais influenciados pelos humores momentâneos dos entrevistados.

Tem-se a ser decisivo, daqui para a frente, o ritmo da economia e o grau de aceitação das reformas controversas. Disso dependerão o desfecho do chamado e a perspectiva de cada candidatura em 2018.

Trabalho bem-feito

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), declarou que tentará acelerar as novas normas para terceirização de mão de obra. A ideia é dar seguimento ao projeto de lei aprovado no Senado em 2002, que depende apenas de uma votação na Câmara para ir à sanção presidencial.

É a versão mais radical de texto, que passou pela Câmara no ano passado e atualmente tramita no Senado, mas que prevê mais salvaguardas a trabalhadores.

Sem dúvida é preciso avançar na atualização das regras, em favor de maior liberdade, mas também fazê-lo de maneira criteriosa.

Os projetos coincidem no princípio autorizar firmas a contratar terceirizados para quaisquer fins, e não só para aquelas descorrelacionadas do objeto social da empresa.

O argumento diz que não se criam a terceirização da atividade-fim pelo que chamam de inflexibilização das relações trabalhistas — a proteção de seus direitos seria restrita em empresas menores e nos setores menos sindicalizados.

Ora, a discriminação de atividades que podem ou não ser terceirizadas não faz sentido no mundo moderno do trabalho, com cadeias de fornecimento flexíveis e formatos de contratação cada vez mais fluidos. Além do mais, trabalhadores já foram atingidos por mais com um limbo jurídico, como colaboradores de segunda classe, com menos direitos que não foi criados.

Fora o tema principal do escopo da terceirização, o projeto que Maia quer retomar determina ponderação acerca de prós e contras. Sua vantagem principal é não escolher que a contratante tenha responsabilidade solidária no caso de descumprimento de obrigações trabalhistas por parte de seus terceirizados.

A insegurança jurídica já vem de muito com mão de obra própria. O que disse, então, da necessidade de fiscalizar se o fornecedor atua corretamente? Ninguém terceirizará nessas condições.

Por outro lado, o projeto prefere de Maia é ruim em outros frentes. Não constam dele, por exemplo, garantias defendidas da outra proposta, como recolhimento antecipado de parte das encargos e quarentena entre demissão do funcionário e sua contratação como pessoa jurídica.

Há ainda controvérsia quanto à subsidiária para débitos e penalidades aplicadas a empresas, o que pode levar a fortificação de indícios que descumpriram regras até agora. O melhor é deverá ser norma apenas daqui para frente.

É necessário aprovar a terceirização de todas as atividades e, sim, facilitar a criação de empregos — seria tomá-los precários demais.

ROBERTO DIAS

Por muitos dias com mulheres

SÃO PAULO - É uma história famosa: em 1975, na Islândia, as mulheres decidiram passar um dia sem trabalhar sem cuidar da casa e dos filhos. A greve teve ínfima adesão e funcionou como disparo de ações para o movimento feminista.

Vem daí uma inspiração para os protestos que ocorreram mês pelo mundo neste quarta (8), a começar pelo que ocorreu na capital islandesa ("Um Dia sem Mulheres").

Foi a segunda grande onda em pouco de manifestações capitaneadas por movimentos feministas — a primeira delas, no dia seguinte ao da posse de Donald Trump, reuniu centenas de milhares só em Washington.

A despeito de todos os inúmeros problemas que ainda em 2017 afetam particularmente o universo feminino, o movimento das mulheres tem bastante do que se orgulhar. Conseguiu muitas mudanças objetivas nos últimos anos e décadas, ainda mais expressivas se levarmos em conta a trajetória milenar de subordinação da mulher.

As manifestações recentes mantêm pautas na diferença. Nos EUA, indignam-se com o presidente. Aqui, nesta marcha, em protesto à reforma da Previdência, estavam grupos feministas e sindicatos de professores contra a reforma da Previdência. Na Austrália, de agregar temas parecer ser irrelevante, se atrelando a apelo que os protestos deste ano alcançaram no debate público mundo afora.

Uma medida desse sucesso pode ser tomada na comparação com a agenda ambientalista. Problemas ainda reinando e a Terra do vindo. Mais dificuldade em colocar um número significativo de pessoas nas ruas na defesa dessa pauta, a capacidade de pressão política e institucional e o planeta continua desprotegido.

Em 1917, o apelo do comércio teve se constituiu no debate de um processo feminino. Cem anos depois, as mulheres têm número, poder e disposição para fazer bem mais. A energia deles é a melhor aposta para um futuro melhor.

roberto.dias@uol.com.br

MÁTIAS SPEKTOR

Cardápio

O grau de incerteza que envolve as relações internacionais tem sido tudo para pôr o Brasil na defensiva. Mais que nunca, urge avaliar um leque de alternativas estratégicas capaz de identificar riscos, oportunidades e problemas iminentes.

"Reflexão estratégica" soa como discussão diletante sobre o sexo dos anjos, mas há formas sofisticadas de realizar esse tipo de exercício com aplicação política.

Outros países usam quatro métodos (ofertas de baixo custo e alto impacto. Eles do caráter esq. gosto (e o pudim) com instrumentos para conseguir resultar de futebol feliz.

"Cenários Alternativos" é um método de estudo que identifica os caminhos mais plausíveis que o futuro pode assumir. Os analistas trabalham os possíveis desenvolvimentos mais realistas e contrastam os pontos fortes e fracos de cada alternativa. O exercício reduz o impacto negativo de uma surpresa estratégica. Essa tarefa seria útil para avaliar alternativas para o Brasil diante do governo Trump e em face do regime venezuelano.

"Identificação de Tendências" é um procedimento que dá à classe política e aos diplomatas os instrumentos necessários para controlar os danos causados pelas mudanças táticas realizadas por terceiros países. Mapeando possíveis surpresas e eventos inesperados de forma sistemática, criam um sistema de alerta: se X acontecer, então é provável que Y se desenvolva. Isso seria útil para fortalecer a posição brasileira diante de jogadas decisórias, tão diversas como a postura dos Estados Unidos na OMC ou a renegociação do preço do gás boliviano.

"Identificação de coalizões bilaterais" é um exercício que busca definir os pontos nos quais a política externa brasileira apresenta mais fragilidades. Lançando mão da chamada teoria dos jogos, analisam-se as condições que poderiam facilitar as iniciativas diplomáticas do Brasil. Por exemplo, qual a melhor forma de tirar vantagem do enorme de investimento chinês na geração de energia elétrica na América do Sul? Ou qual o melhor modelo de cooperação regional no combate ao crime transnacional — ação coordenada entre todas as polícias ou começar pela base, dando todos em cada um dos países envolvidos?

"Ciência de Dados aplicada à Diplomacia". Esta metodologia utiliza software e outras ferramentas computacionais para processar grandes bases de dados. No caso brasileiro, a análise diplomática produz um volume tão avassalador de informações e análises detalhadas que a maioria vai para o arquivo sem ainda ser lida. Usando sensores e computadores, a chefia do Itamaraty poderia contar com um primoroso conjunto de avaliações sobre os riscos e as oportunidades que se apresentam ao Brasil no mundo.

Não nasceu foi feito no Brasil. Dadas as transformações globais, é hora de começar.

matias.spektor@folha.com.br

BERNARDO MELLO FRANCO

Perdido no tempo

BRASÍLIA - Em meio um esforço para tentar melhorar a imagem presidencial, o governo organizou uma solenidade em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. O palácio ficou cheio, mas a ideia se revelou um desastre. Ela teria vencido há tempo jogar a culpa na marqueteira.

Diante de uma plateia majoritariamente feminina, Michel Temer usou metáforas de futebol. "Tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela, do quanto a mulher faz pelo país, do quanto faz pelo lar", disse.

"Não conversa, também, a mulher tem uma grande participação. Ninguém mais é capaz de traduzir os desejos, por exemplo, de preços em supermercados", acrescentou.

O discurso constrangeu parlamentares e servidoras convidadas para a cerimônia. Não poderia ser mais, a repercussão foi ainda pior.

A secretária de Políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes, tentou defender o chefe. "O presidente Michel é muito mais do que pai de família", disse. Para dar mais ênfase, aliados recomendaram a boia-fria. Não foi a primeira neste campo.

Ao suceder o primeiro presidente mulher, Temer recomendou um ministério de homens, mas o escolheu à sua Gilmar. Comprometeu a obra ao nomear a Secretaria das Mulheres ao segundo escalão do governo.

Em outro trecho do discurso desta quarta (8), Temer reforçou a impressão de não ter entendido que estamos em 2017. Ele confirmou o fato de que as brasileiras passam a votar. "A mulher representa, e representa no governo, 50% da população brasileira. E, sem embargo, o fato é que 50% votam em branco", disse.

O voto feminino foi instituído em 1932. Oitenta e cinco anos depois, a exclusão persiste de outras formas. Apesar de serem maioria no eleitorado, as mulheres não ocupam nem 15% das vagas no Congresso. No mercado de trabalho, a discriminação também continua. É o que mostram os dados oficiais sobre renda e emprego, que Temer deveria conhecer.

MARCO AURÉLIO CANÔNICO

Crivella e as obrigações

RIO DE JANEIRO - Para justificar o desprezo pessoal que devia ao Carnaval carioca nos anos, ignorando a tradição de entregar a chave da cidade ao rei Momo e se negando a aparecer na Sapucaí, o prefeito Marcelo Crivella disse que ninguém deveria "ser obrigado a fazer nada".

"Tem uma agenda do prefeito que deve ser cumprida e que não necessariamente deve ser a agenda da imprensa", disse ele ao ser arrogado a ausência. A frase soa a de seu marqueteiro, que já anunciara que "ninguém é obrigado a ir dia com a imprensa".

É questionável o entendimento que o dirigente tem de suas obrigações. De fato, ele não pode ser forçado a gostar do samba ou a desrespeito da beleza carnavalesca de cada escola que passa, como fazia seu antecessor. Mas está moral e politicamente obrigado a prestigiar o principal evento cultural, social e econômico da cidade que governa.

O Carnaval deste ano atraiu 1,100 milhão de turistas e gerou uma receita estimada em R$ 1 bilhão, segundo a Riotur. A secretaria de Cultura nos dizeres em que a prefeitura investiu R$ 56 milhões é criticável sob vários aspectos, do ambiental ao sanitário.

O prefeito não se dignou a comparecer nem após os acidentes que levaram mais de 30 foliões, transformando o Rio no centro das atenções — havia mais de 1.500 jornalistas na sambadromo, 300 deles estrangeiros.

Essa falta de cuidado de sua pessoalidade — achar que pode fazer apenas aquilo que lhe interessa — vem se evidenciando desde o período eleitoral, quando se abstevo de participar de debates.

Por fim, ao que ele também parece ter se desobrigado de cumprir a legislação, como a que proíbe o nepotismo, não satisfeito em nomear seu filho Marcelinho para a Casa Civil, ver, o STF suspender a nomeação. Crivella decidiu recorrer da decisão. Pelo visto, apenas a lei divina está acima da vontade própria do prefeito do Rio.

marco.canonico@grupofolha.com.br

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

EDITORIAIS

Recessão histórica

Empobrecimento recente do país tem poucos paralelos no passado; resistência a reformas pode custar mais que uma década perdida

A vida das mulheres

HÉLIO SCHWARTSMAN

Bebês não se aposentam

BERNARDO MELLO FRANCO

Corrupção tipo exportação

RUY CASTRO

Para quem sabe ler

ANTONIO DELFIM NETTO

Aço chinês

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 – PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: OTAVIO FRIAS
Diretor Editorial: CARLOS FRIAS JR/RIO
Superintendente: ANTONIO MARCOS TEIXEIRA MANOEL DE OLIVEIRA
Editor-executivo: SERGIO PAULA
Conselho Editorial: ROBERTO CLAIR RIBEIRO MARINHO, ANTONIO CARLOS MALETA, MARCELO PARADA, CLÓVIS ROSSI, MARIO SERGIO CONTI, CLAUDIO LACERDA, CARLOS EDUARDO LEMOS, CARLOS HENRIQUE SCHROEDER, TANIA CARVALHO, VERA ITABORAHY, NELSON BUGANO, PAULO SOTERO, CONSTANTINO DE BIANCHI, ANA PAULA ELIAS PADUAN, ELIANA CARDOSO, JOÃO CARLOS MARINHO, CLÓVIS ROSSI, MARIO SERGIO CONTI
Diretores executivos: MARCELO BENTES (coordenador), PEDRO CONSTANTINO (redação), RAMÓN GOMES, CONCEIÇÃO BARBOSA E CLÓVIS ROSSI (conselho de ombudsmen e ouvidoria)

EDITORIAIS

editoriais@uol.com.br

Reforma questionada

Em comissão, deputados dizem repelir propostas para a Previdência; devem buscar alternativas ou responder pelo desastalento que virá

A primeira reação da Câmara dos Deputados à reforma da Previdência foi questionar pilares da proposta do governo, ao menos na comissão especial encarregada de dar início a sua tramitação.

Conforme levantamento desta **Folha**, metade dos 36 integrantes do colegiado se opõe à fixação da idade mínima de 65 anos para aposentadoria; a maioria discorda da equiparação de direitos entre homens e mulheres, do novo cálculo do valor dos benefícios e das regras de transição para quem já está no mercado de trabalho.

Das preferências já manifestadas, depreende-se que os deputados querem normas mais favoráveis aos segurados da Previdência, seja por convicção ideológica ou mero oportunismo.

Em parte do jogo parlamentar, apresentar-se como herói de pato agradar a plateia, ou elaborar projetos para arranhar favores do Executivo. Nesse caso, os riscos envolvidos não permitem que se perca tempo com anfitriões glamurosos.

No ínterim de reforma, segundo a estimativa oficial, a despesa do Instituto Nacional do Seguro Social aumentará em 1,2% do PIB até o final do próximo governo, em 2022 – um placar de bilhões em termos orçamentários.

Em valores de hoje, são cerca de R$ 75 bilhões anuais, equivalentes a três quartos da despesa federal em saúde, ou a quase três anos de pagamento do Bolsa Família.

Caso o Congresso se harte a sugerir outros meios ou mantenha inertes, restam as alternativas de elevar a dívida pública e os impostos.

Estabelecida a opção letal, pelo envelhecimento extra, os parlamentares deverão explicar por que uma alta da carga tributária, em si controversa, deve ser financiar um sistema previdenciário de custo já abertamente comparável ao de países ricos com populações muito idosas.

Além do mais, no curto prazo uma reforma previdenciária abortada a incipiente recuperação da economia. A começar, porque ficaria ameaçado o teto estabelecido para as despesas públicas.

A regra inclusa na Constituição impede que, nos próximos anos, o gasto total do governo federal cresça mais que a inflação do ano anterior. Se não for cumprida, a credibilidade do arcabouço fiscal tornará o hoje de prioridades como combate à pobreza, saúde, educação e infraestrutura.

Como tal hipótese é impensável tecnicamente, politicamente, o teto teria de ser abandonado em prazo não muito longo. Sem ele, deixaria de ser crível o compromisso de conter o crescimento da dívida federal.

Ao fim e ao cabo, estaria de volta a crise de confiança que foi um dos estopins da aguda recessão que só agora o país começa a superar.

Outra consequência é ser escolhas legítimas à disposição. Podem-se adiar reformas, com ajustes pelo lado da receita, de outras despesas ou do desempenho da economia. Só não há como se furtar à responsabilidade por uma decisão crucial.

Feudo sindical

Denominações muito abrangentes, como "ruralistas", carregam o defeito de homogeneizar realidades muito díspares até o ponto da incoerência. Tome-se o caso do agronegócio: sob a rubrica abriga-se desde o mais globalizado exportador de grãos do Centro-Oeste até o menos produtivo pecuarista da Amazônia.

O produtor do campo no Estado de São Paulo se distingue pelo ultraficiente cultivo e processamento da cana-de-açúcar. Isso não impede que a classe produtora paulista conviva com resquícios de patrimonialismo e retrogrado, como observa se há quase décadas na Federação da Agricultura e Pecuária do Estado (Faesp).

Desde 1954 a entidade tem como presidente Fábio Meirelles, que foi deputado federal (1991-95) pelo antigo PDS. Ele foi reeleito em 2015, mais uma vez, pelos 337 sindicatos que representam cerca de 200 mil proprietários rurais do Estado.

Para começar, parece discutível essa quantidade de instituições classistas. Ao que tudo indica, uma multiplicação estimulada pelo fluxo garantido de contribuições obrigatórias.

São o Faesp recebeu, em 2016, R$ 16 milhões. E o mesmo dirigente comanda o braço bandeirante do Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), ao qual coube a gestão de R$ 119 milhões do chamado sistema S em 2015.

Evidentemente, um conteúdo tão amplo e por tanto tempo hegemônico pode ser em relações impróprias. Conforme noticiou a **Folha**, filhos de Meirelles devem se beneficiar de parentesco na diretoria da Faesp, de maneira não ou menos direta, às duas entidades.

Na ausência de distorções está o imposto sindical compulsório, instituído na década de 1940 pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para partidos e funcionários.

No caso do setor rural, a legislação ainda estabelece que, dos recursos arrecadados com o tributo, 60% sejam destinados aos sindicatos rurais, 20% ao Ministério do Trabalho, 5% à confederação nacional e 15% às federações estaduais, como a Faesp.

A proliferação de sindicatos não acomete apenas o setor agrícola, é verdade. No entanto, se as suas alíquotas não demasiadamente de fato melhorou a imagem da classe produtora como algo mais que propaganda, poderia principiar por cuidar melhor da representatividade de seus líderes.

HÉLIO SCHWARTSMAN

Dinheiro sem memória

SÃO PAULO – Muitos investidores apostam que conseguirão ganhar dinheiro sem papel-moeda. Cada vez mais, transações são feitas por meios eletrônicos, que tornam difícil o crédito diretamente em moedas físicas. Haveria várias vantagens em acelerar esse processo e acabar de vez com as cédulas de dinheiro.

O mundo do crime seria o maior prejudicado. Para assaltantes, corruptos, traficantes e sonegadores, o dinheiro em papel, por não guardar nenhuma conexão com a origem e o destino, é fundamental. Nassim disse se inspirou a parte de acreditar que o fim das notas acabaria com as práticas ilícitas mencionadas —é sempre possível recorrer ao ouro ou a bitcoins, por exemplo—, mas elas ficariam mais difíceis.

Aos poucos em troca, haveria também efeitos econômicos positivos. A operação dos bancos centrais se tornaria mais simples e mais eficaz, o que é especialmente atrativo num contexto em que algumas nações já recorreram a taxas de juros negativas.

No varejo, o maior impacto seria a desmonetização do que, por pobres e em desenvolvimento, nem todos os cidadãos têm acesso a bancos. A virtual universalização dos telefones celulares, porém, já é meio caminho andado para resolver esse problema.

O outro obstáculo talvez seja mais controverso. Taxistas as contas com sua renda falta de metade, nossos vidas se tornariam um livro aberto, não apenas para auditores da Receita, o que é cansativo, mas para praticamente todos. O mundo trader não poderia mais comprar presentes para a amante. O sistema guardaria não apenas despesas individuais como também negócios de todos os lugares e horários onde realizamos algum gasto. E isso ao longo de toda a vida. Alguns funcionários teriam acesso irrestrito a essas montanhas de dados. Será que todos estão mesmo dispostos a abrir mão da privacidade em nome da segurança?

helio@uol.com.br

BERNARDO MELLO FRANCO

Tiro pela culatra

BRASÍLIA – Uma investigação aberta a pedido do PSDB virou motivo de dor de cabeça para o PSDB. O partido terminou a semana na mira do processo que ele mesmo moveu para tentar cassar a chapa Dilma-Temer, que venceu a eleição de 2014.

Marcelo Odebrecht, o delator Benedicto Junior disse ao TSE que a Odebrecht repassou R$ 9 milhões em caixa dois aos tucanos. Segundo o executivo, a dinheiro teria sido entregue ao marqueteiro de Aécio Neves e a três protegidos dele: Antonio Anastasia, Pimenta da Veiga e Dimas Fabiano.

Marcelo, filho de Marcelo Odebrecht, fez outra revelação embaraçosa para o PSDB. Ele disse que Aécio o pressionou pessoalmente para pedir um suborno de R$ 15 milhões. A abordagem aconteceu quando o senador tentava não ficar fora do segundo turno.

Aécio se antecipou por um tiro que disparou, o partido apelou a superfaturas. Alegou que não é dono do processo e pediu ao ministro Herman Benjamin que suspenda as citações que o comprometem. Pode ser que role, mas as acusações voltarão à tona assim que o Supremo retomar o Siglo das 77 delações da Odebrecht.

O avanço da Lava Jato está deixando claro que o PT não foi o único partido a se lambuzar na lama das empreiteiras, para usar a cifrada expressão do ex-ministro Jaques Wagner. Sabias que não foram consideradas para o petrolão e outros crimes do mesmo modo para fazer negócios, como o controle de milhares estaduais.

Dos executivos da Odebrecht que delataram Aécio, o "Maquiavel" atuou na construção da Cidade Administrativa de Minas. Os tucanos paulistas José Serra e Geraldo Alckmin, que se revezaram no governo de São Paulo há 16 anos, também ganharam apelidos na planilha da empreiteira.

Na sexta-feira (3), o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu Aécio e disse que palavra de delator não é prova. É verdade, mas poucos tucanos se lembraram disso quando viram seu nome na reportagem. Na nota, FHC também se tornou da imprensa. Nada como um dia após o outro.

CARLOS HEITOR CONY

Se eu morrer amanhã

RIO DE JANEIRO – Se eu morrer amanhã, não levarei saudade de Donald Trump. Também não levarei saudade da operação Lava Jato nem de ninguém. Não levarei saudade dos programas do Ratinho, do Chaves, do Big Brother, em geral. Não levarei sentimento saudade do governador Paulo e do porteiro do meu prédio.

Se eu morrer amanhã, não levarei saudade do rock, dos sambas-enredo do Carnaval, da gula agita da Pamela nem dos discursos do Senado e da Câmara, incluindo principalmente as assembleias estaduais e a Câmara dos Vereadores.

Se eu morrer amanhã, não levarei saudades dos bancos da rua Voluntários da Pátria, dos enfermeiros da Catarina, dos técnicos do Tiananmen, dos juízes de futebol, da Xuxa e das grandes pérfumes do Chico Anysio. Não levarei saudade do preço de fenda e demais impostos, e muito menos levarei saudade dos muitos do Dilma.

Não levarei saudade da vainha que carrega um nome da área de Pocrini ("sérico barbosa no") que ela cerca num filme de Woody Allen. Nada, também não levarei saudade do capar que marcou meu lado e está aprendendo a nova história.

Não levarei saudade das orações da Bolsa, das taxas de inflação, dos dividendos estrangeiros do Brasil. Não levarei saudade dos partidos das leis e nem das próprias leis. Também não levarei saudade dos bonos de índio que geralmente federais mais do que os verdadeiros índios.

Não levarei saudade dos lugares em que não posso fumar, dos carros de Projeto e dos remédios fitoterápicos de figado de bacalhau. Não terei saudade dos motoristas que usam os bicos e bicos comprados no Saara.

Enfim, não levarei saudade de mim mesmo, dos meus fracassos e dúvidas. Pois morrer, não terei saudades dos milagres dos pastores evangélicos e em de um mundo que cada vez fica mais louco.

MARCOS LISBOA

Avanços e obstáculos

A economia apresenta importantes sinais de melhora. Entretanto, persistem obstáculos para a retomada sustentável do crescimento, sabotado na indústria.

No começo de 2016, a crise fiscal, o baixo crescimento da vida pública, a trajetória dos gastos com Previdência e a agenda antiquada do governo anterior tornaram o maior problema de setor público em alguns anos.

A consequência foi o aumento das taxas de inflação, juros e câmbio.

O novo governo tem demonstrado seu compromisso com as reformas. A agenda está longa, atual foram muitos os equívocos desde 2009, além dos problemas estruturais que possuímos em fiscal, como as regras da Previdência.

A confiança na política econômica reduziu a probabilidade de recessão. A consequência tem sido a redução da taxa nominal de juros, aquela usada ao lado à estabilidade da inflação.

João Leff tem apontado que a taxa neutra pode aproximar-se quando atingir o observada no primeiro mandato do governo Lula e pode cair para cerca de 8%. Isso permitiria uma redução acentuada da Selic em vez do ritmo à queda da taxa de inflação.

A mais recente mudança para que o país volte a recuperar os níveis pré da queda de quase 10% da renda per capita nos últimos anos.

Entretanto, persistem obstáculos a serem superados para que a melhora da macroeconomia resulte na retomada do crescimento nos anos à frente.

Primeiro, a agenda fiscal apenas se inicia. Além da reforma da Previdência, existem outros desafios, como o difícil e grave problema dos Estados.

Segundo, as intervenções setoriais do governo anterior tornaram as empresas pouco competitivas em vários setores. Metais, telecom, não sobrevivem.

Particularmente, setores que tiveram seus pedidos de incentivo e proteção atendidos pelo antigo governo agora enfrentam severas dificuldades. Deve-se ter cuidado com o que se deseja. Afinal, os pedidos podem ser atendidos.

Terceiro, diversas decisões judiciais não protegem as empresas em dificuldades e enfraquecem as garantias previstas nos contratos de crédito. A consequência será o aumento do custo do crédito para as demais empresas no futuro.

Por fim, a estrutura tributária, que já não era boa, piorou significativamente. As seguidas alterações nas normas e a sua complexidade crescente geram insegurança sobre as regras do jogo, constituem secretos impenetráveis nos demais países e resultam em um conteúdo tributário que prejudica a renovação do investimento, sobretudo na indústria.

A melhor trajetória da macroeconomia se beneficiaria de uma agenda microeconômica que reduza distorções, simplifique as regras e garante maior segurança jurídica.

MARCOS LISBOA é doutor em economia pela Universidade de Chicago

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921, PERTENCENTE À EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: [illegible]
Diretor de Redação: [illegible]
Superintendente: [illegible]
Editor-executivo: [illegible]
Conselho Editorial: [illegible]
Diretores executivos: [illegible]

EDITORIAIS

Juros na contramão

Enquanto BC reduz sua taxa, bancos cobram mais para financiar os consumidores e as empresas, o que explicita distorções do setor financeiro

Um dos motivos atuais para a economia brasileira mais lenta e aquela que o habitual? É o gargalo do endividamento das empresas e famílias. Sob os pesados ônus com os compromissos financeiros, cortam-se gastos e investimentos, retardando a retomada da economia.

Nesse contexto, uma redução substancial dos juros teria sido ainda mais decisiva para o retorno do crescimento. Tal agenda, contudo, não se limita ao abrandamento da política do Banco Central.

Como se sabe, a taxa fixada pelo BC, a Selic, influi os juros pagos pelo setor bancário aos poupadores e aos cobrados dos devedores, sejam pessoas físicas ou jurídicas. Em princípio, a queda da taxa deve levar todos os demais para baixo; na prática, a transmissão não tem sido de maneira tão direta.

Com a inflação finalmente sob controle, abriram-se perspectivas favoráveis para o corte acelerado da Selic —que, desde outubro, caiu de 14,25% a 12,25% anuais. Projetam-se 9,5% até o final deste ano, mesmo uma baixa a 8% em 2018 deverá ser implantável.

As hipóteses mais otimistas pressupõem que a agenda de reformas, sobretudo a previdenciária, continue em marcha. Conta-se ainda com algum ajuste dos orçamentos em todos os níveis de governo.

Para quem recorreu até de bom se benefício, porém, é preciso que famílias e empreendedores sintam a diferença no custo dos empréstimos e financiamentos. Quanto a isso, sinais de progresso são tênues.

Conforme relatório do BC, os juros cobrados de pessoas físicas e jurídicas —já muito distantes de qualquer padrão civilizado— elevaram-se ainda mais em janeiro. Em operações rotativas, empresas pagaram taxa média de 30,8% ao ano; consumidores tiveram de arcar com substantivos 72,7%.

Pois das empresas são antigas, governo e setor bancário prosseguem debatendo o tema nos termos de sempre: os culpados seriam a elevada inadimplência, a ineficiência na recuperação de garantias e os pesados impostos.

Isso, no entanto, é apenas parte da história. Pouco se fala, por exemplo, da elevada concentração bancária, que facilita comportamento oligopolista.

Pior, ainda se avança, ou mina medida que beneficia determinados clientes —o cadastro positivo, que permite aos bons pagadores apresentar seu histórico de crédito em qualquer lugar. Os bancos dizem apoiar a ideia, mas parecem temerosos do compartilhamento de informações escritas e que devem.

Há distorções enfrentadas ao longo de décadas de juros altíssimos. O contraste entre a queda da Selic e a persistência das elevadas taxas cobradas dos consumidores explicita a urgência de corrigi-las.

O bloco dos exoplanetas

A imaginação dos afoitamente por astronomia incendeia-se com a notícia de que sete planetas similares à Terra orbitam uma estrela próxima. Eles se encontram tão perto do Sistema Solar que aumentam muito a chance de detectar, enfim, formas de vida extraterrestres.

Mas muito o que falar nessa descoberta, contudo. Para começar, a estrela em questão, Trappist-1, é uma anã vermelha, menor e mais fria que o Sol. Mas, como a feliz hipótese sobre é bem próxima dela, ainda haveria calor suficiente para que alguma forma de água líquida.

Além disso, a distância orbital agendada como seria atenuó tempo, muito diversos dos interesses e resultações de cada um deles em torno do anã vermelha durarem o que, por aqui, seriam anos com menos 1,5 a 20 dias.

A densidade estimada indica que três dos corpos observados são rochosos, como a Terra e Marte, e não gasosos, como Netuno e a maioria dos milhares de exoplanetas já detectados. Isso favorece a formação de oceanos e, com eles, a emergência de seres vivos.

A distância do sistema em relação à Terra, embora diminuta em termos astronômicos e favorável ao estudo com telescópios, não deixa de ser portentosa para a escala humana: 40 anos-luz. Com a tecnologia hoje disponível, uma viagem até lá consumiria 700 mil anos.

Isso não quer dizer que os planetas de Trappist-1 sejam inatingíveis para a inteligência humana. Telescópios espaciais como o James Webb, a ser lançado em 2018, podem analisar o espectro da luz da estrela no passar por seus atmosferas, se existirem, e inferir sua composição química.

Caso se observe mais detalhes mundos, a presença de uma certa quantidade de oxigênio e metano, por exemplo, astrobiólogos poderiam postular, com até 99% de certeza, a presença de vida em sua superfície. Uma parcela elevada da primeira subestimação inflacionária que há no planeta organismo real também é inestimável.

Entretanto, só uma boa dose de expectativa permitiria imaginar que alíviosjem formas de vida a medida da Terra, como florestas e animais. Seres inteligentes que observassem nosso planeta em seus primórdios —4 bilhões de anos atrás— encontrariam, quando muito, as assinaturas bioquímicas de microrganismos, como cianobactérias.

Se a humanidade chegar a tanto, e encontrar apenas seres extraterrestres unicelulares, ainda assim será algo extraordinário. Se seres, no ponto de partida, alfaiá, a evolução no poderiam ter respondido o fenômeno da vida inteligente, tão rara na história da Terra.

HÉLIO SCHWARTSMAN

Frutos muito estranhos

SÃO PAULO - Nos tempos de infância de minoria, quem entrava quando um membro dos chamados grupos dominantes se sentia ("se-gregrio", na linguagem dos militares) de uma maneira ofensiva de sua cultura. No Brasil, uma adolescente branca que teria perdido seus cabelos por causa de um tratamento contra o câncer foi duramente repreendida por ativistas negros por ter posado bilíc com um turbante afro.

Compreendo a necessidade dos movimentos de buscar batalhas capazes de mobilizar a militância —e não há nada como uma polêmica cultural para isso-lo. Também concordo que é importante discutir a história e a dimensão política de símbolos culturais, mas acho que devemos manter o mundo onde as interações entre pessoas foram tantas e tão intensas que nenhum grupo pode reivindicar direitos exclusivos sobre nada.

O melhor exemplo de que falando pode ser o dreadlock da apropriação cultural nos EUA. Se você quiser pôr aí em cinco para discutir acalorado, é só perguntar se brancos devem ou não de cantar "Strange Fruit", a música que se tornou o hino antirracista da luta contra o racismo no país. A canção, interpretada na voz de Billie Holiday, é uma ode de angústia. Ela descreve corpos de negros que foram linchados e pendurados numa árvore como frutos.

O problema é que "Strange Fruit", composta na canção do século 20 pelo "Time", e sempre incluída nas listas de músicas que mudaram o mundo, foi escrita e composta por Abel Meeropol, um ativista judeu do Bronx —e com simpatias comunistas. Ele também acabou adotando os filhos dos Rosenberg, depois que o casal foi para a cadeira elétrica.

Poderemos ir mais longe e dizer que a própria história é uma história de sucessivas apropriações. Tomemos o caso da escrita. Embora ela seja hoje quase universal, foi inventada de forma independente apenas três ou quatro vezes e depois "apropriada" por todas as culturas da Ásia.

helio@uol.com.br

VANESSA GRAZZIOTIN

ZFM - 50 anos

Há mais 50 anos nascia a sua implantada, no coração da floresta amazônica, a Zona Franca de Manaus (ZFM) baseada no tripé comercial, agrícola e industrial. Este último para substituir importações.

Visava oferecer à população da região, legando à deserção ribeirinha "integrar para não entregar", e buscava diversificação e cultivo do rico da floresta.

A exploração extrativa na Amazônia Oriental, os assentamentos agrícolas e a construção de estradas, dentre outros empreendimentos —alguns extremamente questionáveis—, obedeciam a mesma lógica.

Até 1910, a Amazônia era a maior produtora de borracha natural do mundo. Chegou a responder por 40% do total das exportações brasileiras e promoveu profundas transformações nas cidades de Manaus e Belém, então conhecidas como "Paris dos trópicos".

Mas essa exuberância era insustentável, tanto pela dependência da natureza quanto por não agregar valor à matéria-prima, como ficou evidente quando a Malásia passou a produzir borracha mais barata a partir do cultivo de seringueiras biopirateadas da Amazônia pelos ingleses.

Em contraste com a maioria dos projetos desenvolvidos na Amazônia, com forte pressão na floresta, a ZFM teve o mérito de consolidar um polo industrial diversificado com relativo impacto ambiental.

Sua produção, sofisticada, está baseada em regras extremamente rigorosas, como a obrigação de PPB (processo produtivo básico) —exigido apenas aos fabricantes da ZFM—, nos quais se impõe a compra de insumos locais, especialmente do Sudeste.

Em 2016, apesar da crise, a ZFM faturou R$ 94,4 bilhões, gerou 85 mil empregos diretos, 500 mil indiretos e arrecadou dois bilhões na cadeia produtiva, metade dos quais em outras regiões.

Estudos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) indicam que para cada R$ 1,00 recebido em incentivos fiscais a Amazônia, outros R$ 1,17 são gerados em tributos. O Estado não perde por 50% dos tributos federais arrecadados na região Norte e está entre as raras unidades que repassam mais recursos do que recebem da união.

Hoje a ZFM é saudada e reconhecida internacionalmente, tanto por órgãos nacionais como pela Organização Mundial do Comércio (OMC), que legitima a secular ação de incentivos.

Seus méritos são raríssimos, tudo isso não estiveram de tarefa de corrigir erros e insuficiências, como a ausência de plantas industriais que agreguem valor à nossa rica biodiversidade.

Portanto, ao completar 50 anos, a ZFM precisa ser vista como a Zona Franca do Brasil. Um projeto que propicia ao Amazônia crescimento econômico e preservação de 98% de sua floresta e cria desafio de avançar para novas tecnologias sustentáveis.

vanessa@folha.com.br

BERNARDO MELLO FRANCO

O stand-up de Cabral

BRASÍLIA - Antes de sentar-se ao banco de prisioneiro, Sérgio Cabral passava de vez em quando em Brasília. Uma de suas preferidas era o de político incompetente, que se indignava com qualquer questionamento ético.

Sentava que um repórter lembrasse do dinheiro do aluguel para Cabral ir de cueca e cueca e se dizia chocado por ouvir uma simples pergunta.

O YouTube guarda um momento em que o governador contesta a cobrança de um dos chamados cabralinhos. Foi há mais de duas décadas, nas eleições de 1996, quando ele disputou a Prefeitura do Rio pelo PSDB.

Em entrevista à TV Bandeirantes, Cabral se irritou quando um repórter quis saber quem sustenta do escritório financiava sua campanha. "Não posso especificar, não é responsabilidade minha. Eu jamais conversei com empresário sobre financiamento", respondeu, enfatizando o "jamais".

O jornalista perguntou então se ele sentia o constrangimento do ex-presidente Collor, que também disse desconhecer seus patrocinadores.

—"Não me compare com o Fernando Collor porque eu não me sentiu ofendido", reforçou Cabral, em tom indignado. "Eu não tenho sofrido nenhum ataque por isso. Essa comparação é absolutamente irrelevante com a minha pessoa", reclamou.

Ao longo dos anos, o entrevistado foi aprimorando a performance. Voltado a concorrer-se em 2002, já governador do Rio e filiado ao PMDB. Numa solenidade, o repórter Cláudio Bruno quis saber se ele tinha a quinta de algo do ex-prefeito Delta.

"Tem que eu tenha? Acho até que desrespeito da sua parte me perguntar isso", reagiu Cabral. "Essas ilações são de uma irresponsabilidade completa. Um desrespeito completo com a minha pessoa", reforçou, enfatizando o concordando a entrevista.

Em outros tempos, as respostas indignadas expurgavam o que se debitava como uma política autoritária. Hoje as cenas bucólicas mostram algo mais: Cabral tinha o dom para o nano de stand-up comedy.

ALVARO COSTA E SILVA

Problematizando Noel

RIO DE JANEIRO - Por enquanto, Noel Rosa escapou da nova politicamente correta. Seus marchinhas e sertanejas mais conservadoras — "Pastorinhas" (com Braguinha), "Pierrot Apaixonado" (com Heitor dos Prazeres), "O Orvalho Vem Caindo" (com o paulista Kid Pepe, que nada fez na parceria), "Ale Amanhã" — sequer foram banidas.

Escrevi "por enquanto" porque esse tipo de colonização mentalista é cíclico e vai continuar, mesmo depois da Quinta-Feira de Cinzas. E porque Noel foi, na música brasileira, uma das primeiras vítimas da "problematização" —aliás, dupla vítima, tanto do conceito acadêmico que esta palavra carrega como da própria palavra, que é um palavrão de feitura.

Em artigo de 1972, publicado no "Pasquim", Millôr Fernandes desarma um tal de "Hoquer" (na verdade, o compositor Jorge Mautner), que acusou Noel de antissemitismo, citando as músicas "Cordiais Saudações" ("Anda cheirando nos ratos/ Quem tem dinheiro é judeu") e "Quem Dá Mais" ("Quem arrematou o rato é um judeu/ Quem garante sou eu/ Fui vendido pelo dobro no mercado"). Em sua defesa, Millôr escreve: "Na época, [sobre da produção] era uma expressão popular com uma conotação racista [o que de quando se dizia o 'Cheiro da pedaria' ou o 'Cheiro de consulta']".

Um dos preceitos das atuais restrições é a palavra "malaio". Pois Noel fez a "Malaio Bandia", gravado por Mário Reis em 1933. Ouçam o samba. Mostra como o artista esteve à frente do seu tempo, ao tratar a homossexualidade sem deboche e com simpatia, no retrato do malandro —inspirado em Madame Satã, o outro— que de colorido das ruas Barros. "Ah! [illegible] Vivem a se beijar/ Por saber que ele não quer/ Se apaixonar por ninguém". Para concluir: "O malaio é de bom".

Se não me engano, hoje é Terça-Feira Gorda. Dia de cantar o que bem quiser.

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
PUBLICADO DESDE 1921 – PATRIMÔNIO DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS
Diretor de Redação: CLAUDIO ABRAMO
Superintendente: ANTONIO MARIA DE TOLEDO MENDES E CAMARGO JR.
Editor-executivo: SERGIO DAYRELL
Conselho Editorial: ROBERTO CLAIR PEREIRA LEITE, ALMIR CHAIBUB, MARCELO PARADA, CLEMAX BRIGE, FABIO BERTOTTI, CARLOS CHAIBUB, CLAUDIO PUTTI, GUSTAVO FRANCO, THEODORO MONTEIRO, ARI FRIAS, CLEMAX FRIAS FILHO (conselheiro)
Diretores executivos: MARCELO PAVIO (Conteúdo), PEDRO CARVALHO (Redação), MARCELO NEGRÃO, GONÇALO MARTINS E CLEMAX FRIAS ALCIATI (Administração e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@folhapress.com.br

Babel tributária

Falta ao governo Temer uma diretriz clara e realista para a imprescindível reforma do sistema de impostos e contribuições sociais do país

Parece pouco provável o reinício do debate em torno de outra reforma fundamental para o país, a tributária. Uma sucessão de propostas e declarações divergentes sugere, ao menos por ora, mais turbulência do que unanimidade.

Abrigado no Palácio do Planalto, o futuro de representantes da sociedade conhecido como Conselhão encaminhou à Casa Civil documento que defende a unificação de todos os impostos e contribuições incidentes sobre o consumo.

Mera leitura parecida é postada em comissão da Câmara dos Deputados que apresentará em breve um projeto de reforma. Entretanto, o relator do texto, Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), acrescentou uma tarde de confusão à fórmula ao acenar com a volta, em bases permanentes, da CPMF — o "imposto do cheque" cobrado até 2007.

Mais preocupada com o futuro da arrecadação, a Receita Federal fez saber que não está na cabeça de uma fusão radical e imediata de impostos nos níveis de governo por emenda constitucional. Melhor seria, primeiro, apenas simplificar a tributação federal.

Já o ministro Henrique Meirelles, da Fazenda, não chegou a se manifestar em sua negativa de retorno da CPMF "no momento". O governo, disse, apresentará seu próprio projeto ainda neste ano.

Todas as partes têm suas doses de razão. Entretanto, os sucessivos fracassos das tentativas de reforma tributária ao longo de mais de duas décadas não se devem à falta de boas teses — o que não houve foi foco e unidade política.

Não resta dúvida de que é imperativo reverter a disparatada sobreposição de contribuições e impostos indiretos, embutidos nos preços de mercadorias e serviços. Os federais PIS, Cofins e IPI, o estadual ICMS e o ISS municipal fazem do Brasil líder mundial incontestável em horas gastas no preenchimento de formulários para o fisco.

Adicionais, a carga congrega de tributos de gênero, equivalente a 16% do PIB, penaliza sobretudo os mais pobres, cujo rendimento quase todo é destinado ao consumo.

O desconforto desse emaranhado envolve muito mais do que empenho técnico. Estão em jogo a autonomia e o equilíbrio orçamentário de Estados e municípios, além de uma miríade de benefícios e regimes especiais para diferentes regiões e setores econômicos — todos decididamente amparados por lobbies parlamentares.

Compreende-se que o governo hesite em investir energia política numa proposta por demais ambiciosa, irrealista. Isso não pode ser, contudo, desculpa para a inação. Apostas serão cobradas mais facilmente se apresentada uma estratégia clara e factível. Como, aliás, ficou claro na reforma da Previdência.

Privatização paulistana

Em março, a Prefeitura de São Paulo apresentará um ambicioso programa de privatizações, a julgar pela lista de intenções adiantada por João Doria (PSDB).

Incluem-se na relação promissora as vendas do complexo do Anhembi — que renderia, por estimativa de fundamentação descontraída, cerca de R$ 7 bilhões — e do autódromo de Interlagos.

Fala-se ainda em passar à gestão privada o Hospital do Servidor, o cemitério de Vila Formosa, o serviço funerário, mercados, parques e ciclovias.

Em princípio, não há por que se opor à venda de ativos ou à delegação de serviços que constam dos planos e esboços do prefeito.

Não há fundamento econômico, social ou orçamentário em manter no patrimônio municipal um autódromo ou um centro de exposições.

Preservada a natureza pública e extraídas compensações em ganhos de eficiência e o aumento da oferta dos serviços, mesmo as concessões controversas de cemitérios e parques podem ser bem sucedidas.

Importa que o processo possa ser acompanhado passo a passo pela população. Não convém que a Câmara Municipal conceda carta branca ao Executivo para um pacote genérico de desestatização, como se cogitava na equipe de Doria.

A discussão de cada projeto deve ser feita para esclarecer dimensões de preços, qualidade, solução de controvérsias e punições por descumprimento das normas impostas às empresas concessionárias.

Uma condição para a gestão privada de serviços públicos é a existência de agência reguladora ou equivalente — pode dizer, uma instituição independente que possa notificar o cumprimento do contrato e a prestação dos serviços, além de receber demandas e críticas da população.

Planejamento e regulação deficientes respondem pela maior parte das mazelas por vezes relacionadas à privatização. Entre os exemplos, empresas que se declaram incapazes de investir o acordado nos leilões ou que oferecem serviços de baixa qualidade, mantendo a concessão por leniência governamental ou chicanas jurídicas.

São lamentáveis o impulso inovador de Doria e seu propósito declarado de vencer a ineficiência associadas ao setor público.

Mas o primeiro passo para o sucesso de seus planos é estabelecer, como Legislativo, órgãos claros para a modernização de administrar os serviços municipais bem projetados, leilões bem elaborados, contratos sem ambiguidades.

No afã de melhorar serviços, a prefeitura deixou de lado, até aqui, uma tarefa essencial.

VINICIUS MOTA

Os criadores e a criatura

SÃO PAULO – Pelos criadores de apoio legislativo e coerência partidária entre Congresso e Executivo, o governo Temer exibiu-se como o mais forte da Nova República. O contraste com sua popularidade nanica e as constantes fraturas no primeiro escalão não poderia ser maior.

Talvez a resposta da equação seja o chapa-branca do próximo presidente, espécie de eleição (ou fraude que substitui) em governo pouco ou nenhum lido por vários que se saíram amedrontados pelos laços do Congresso.

A deterioração da confiança dos cidadãos na política, sem mais quem crie presidente eleito diretamente, está muito mais perigosa do que se pensava. A gestão Itamar Franco, uma das mais referenciadas da história recente, vivia sua culminância em meio à frustração e à insignificância.

Itamar, entretanto, não enfrentava nada parecido com a Lava Jato. O criador da principal reforma que precedeu o Plano Real, entretanto, não se mostrava diretamente associado ao sucesso eleitoral dos sócios do governo.

Com a aceleração na agenda que normatiza, o jogo é outro. Aprovar no Congresso não eleva diretamente as chances eleitorais dos consorciados a Temer. Na melhor hipótese, a reforma ajuda por diminuir a insegurança do contexto, via melhora das expectativas, o que por isso vem colaborar o ativo eleitoral da situação.

O caráter impessoal não é atração de votos para políticos associados pelo que é conhecido como "inconsistência temporal", a incapacidade de tomar decisões coerentes sobre o futuro mesmo próximo.

Resta o compromisso do grupo majoritário no Congresso com a criatura que pôs no Planalto, avaliado pelo custo de derrubá-la numa frente crucial como a da Previdência, uma dos seus três de desenho político e recuado no descrédito econômico.

Temer, portanto, ainda tem um bom argumento. Para seus apoiadores, é ser algo uma reforma indesejada na Previdência ou mergulhar o horizonte negro da incertezas políticas.

vinicius.mota@uol.com.br

JOLTANNA SOFIA

Tcheco, tcheco, tcheco

BRASÍLIA – Tcheco, tcheco, tcheco. É bordão de bicicleta. Tcheco, tcheco, tcheco. Falta água onde e dia." A marchinha desbotada de tradicional bloco de rua do Brasília soa irônica à realidade hoje da popularidade do Distrito Federal.

A crise hídrica local, causada e decorrente diante da falta de chuvas e de investimentos públicos, desagrada cor um recomendamento que ganhou o Plano Piloto como da capital federal) a perfil desta segunda feira carnavalesca. O que se sabe por enquanto é que o rodízio de tomadas secas e água barrenta não vem pouco para ninguém.

A Explanada dos Ministérios está pesqueiro e continuará com abastecimento garantido todos os dias da semana. O mesmo valerá para os setores hospitalares da cidade.

O palácio do governador Rodrigo Rollemberg ficará vermelho – a sede Representações diplomáticas, como embaixadas e consulados, também sofrerão com a crise. Mais uma oportunidade de mostrar ao mundo o espetáculo do Brasil presidente.

Outras regiões do Distrito Federal começam a enfrentar o racionamento a partir de janeiro.

Adicionado, desde outubro, o compartilhamento de água e esgoto entre duas unidades da Caesb retira pelo menos. Porém, arrecadados desde então mais de R$ 9 milhões. O dinheiro está parado nos cofres do GDF. Retirou centavos estilo R$ 3 milhões em obras para contornar a crise. A explicação é prosaica: ainda está sob análise pública a criação do novo lei para definir a destinação dos recursos da sobretaxa.

Sem água, outras formas surgem algum humor nos tempos atuais. Espera-se até quarta-feira o maior Carnaval da história da cidade, com participação de 2 milhões de pessoas. São prévia que o maior bloco alternativo, sem financiamento oficial, que desfilam pelas quadras e monumentos.

E cresceram a marchinha: "Tcheco, tcheco, tcheco. O Picotão que vai falar. A falta de gestão faz o DF afundar".

RUY CASTRO

Num barracão a 45 graus

RIO DE JANEIRO – Em sua capa de fevereiro de 1962, criada por Glauco Rodrigues, a revista "Senhor" mostrava um adaptar estilizado – mação do chapéu, da máscara, da máscara de lourdes – e a frase "Ele vem aí". Mais nada, nem precisava. Era o Carnaval. Aquele número da "Senhor" trazia ficção por Isaac Bashevis Singer, humor por João Ribeiro Ferreira, a poesia de João Cabral, grandes cartuns de Jaguar e altas pinacopeias de Paulo Francis sobre gastronomia. Nada disso interessou à manada de capa. Ele vendia só.

A imprensa carnavalesca do Rio vem 150 anos. Podem-se compor grandes antologias com seu material, uma delas, de 1903, organizada por Wilson Lousada, outra delas por Manuel Antônio de Almeida, Machado de Assis, Arthur Azevedo, Olavo Bilac, João do Rio, Ferreira Veiga, José Lino do Rego, Marques Rebelo, Lucio Cardoso, Aldemar Braga, Jorge Amado, Jorge de Lima. Todos escreveram maravilhas sobre o Carnaval.

Mas esses eram os ilustres, que viam a festa de fora. Os verdadeiros cronistas do Carnaval eram os repórteres de 2000, que cobriam os clubes, ranchos e cordões, sentiam o tilo dos blocos quanto jornalistas e se assinavam Vagalume, Peru dos Pés Frios, A Zé, K.K. Reco, K.Reo. Seus descendentes foram Lucio Rangel, José Ilegó, Eneida de Moraes e tantos outros, que, cada qual a sua maneira, anotaram tudo que puderam.

O ideal é quando os cronistas surgem com metodologia à manda realidade dos fatos. Foi o que fizeram Sérgio e Rachel Valença ao escrever "Sem, Sertão, Samba – O Império do Samba", publicado em 1984 e relançado agora (Record, 432 pág., acrescido de 104 ilustrações). Aqui está tudo sobre o Império Serrano: seus homens, mulheres, cores, ritmos, lenços, lutas.

E tudo, tudo, mas não só. É também uma biblia de cinco, mais barracão a 45 graus, como uma historiadora – Rachel – e uma estilista de samba.

AÉCIO NEVES

Carnaval

É uma festa bonita de ver. De Norte ao Sul do país, nas ruas e praças das grandes capitais ou no interior, os brasileiros se entregam ao carnaval com uma paixão contagiante. Não importa se vestido como um rei para desfilar na avenida ou coberto de roupas velhas e rasgadas pergunta em um bloco no bairro do outro lado, o folião brasileiro é a imagem da alegria que encanta turistas do mundo todo. A maior e mais democrática festa popular do país, ela encanta, sai muito além da celebração passageira que se esvai na quarta-feira de cinzas. Pelas de Carnaval é falar de inclusão.

Nos últimos anos, em especial, estudos que eram muito esperados pela população local nesse período do ano, como Belo Horizonte e São Paulo, estão construídos uma realidade totalmente diversa, com o carnaval ganhando um protagonismo inédito. São centenas de blocos e milhões de pessoas nas ruas. O natural nesse fenômeno é que você é bastante marcado pela organização popular, especialmente dos jovens. São eles que estão moldando esse novo experimento urbano e, cujo dizer, também político.

A força do carnaval de rua vem do trabalho voluntário. Os bateristas compram seus próprios instrumentos, cada participante escolhe sua fantasia, os ensaios são realizados em praças ou em locais abertos, via financiamento coletivo, os regentes de baterias ensinam gratuitamente, os repertórios são definidos em conjunto e as redes sociais são usadas intensamente pela mobilização e organização dos encontros. Ao contrário das escolas de samba, onde vigora um planejamento rigoroso e uma hierarquia de comando sem a qual nada funciona, os blocos de rua são realizações ricas em espontaneidade, espírito de grupo e voluntariado.

O resultado é uma explosão de diversidade – cultural, racial, sexual e social. Todos os tribos cabem nos blocos. Negros e brancos, heteros e LGBTs, idosos, jovens e crianças, moradores de periferia e da zona sul, profissionais do sexo e religiosos de várias crenças, ricos e pobres, amor e de todos. Lado a lado, em convivência harmoniosa, cantando as mesmas marchinhas durante horas. Para o mundo do carnaval, tipo de alteração que já acompanhou a folia numerosa, o que vemos aqui é uma verdadeira onda de civilidade e de inclusão social.

E nos jovens que emerge o desejo de se apropriar do espaço público com bom humor e consciência crítica. Nos últimos anos, eles vêm ocupando as ruas protestar e de lá não sairam. Muitos dos blocos de hoje nasceram cheios de irreverência e de alegria.

Aproveitando, fica ci, vai que a flor. São vozes que precisamos ouvir e que certamente contribuirão para, mesmo depois de guardados os tamborins, as cinzas e os restos de fantasia.

ALDO REBELO escreve às segundas-feiras
aldo.rebelo@uol.com.br

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: OTAVIO FRIAS
Diretor de Redação: CLAUDIO ABRAMO
Superintendente: ANTONIO MARIO TEIXEIRA MENDES, EXECUTIVO
Editor-executivo: SERGIO DÁVILA
Conselho Editorial: ANTONIO CLAUDIO MARIZ DE OLIVEIRA E SILVA, MARCELO ODEBRECHT, MARCUS PESTANA, CLEMAX BORGES, FABIO MARTINS DE SOUSA, CLAUDIO PETRY, CLEMAX BORGES, FABIO MARTINS DE SOUSA, CLAUDIO PETRY
Diretores executivos: MARCELO BENTES (coordenador), PEDRO BIANCO (redação), MARCELO NEIVA SOARES, CONCEIÇÃO SEIXAS DE ALMEIDA, CONSTANTINO BAHIA BONFIM (novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@uol.com.br

Inflação de 3%

Índices de preços em queda encorajam propostas de metas mais ambiciosas para a política monetária, a serem atingidas de forma gradual

Uma nova meta de inflação tornou-se objeto de debate entre autoridades e observadores da economia. Trata-se de decidir se o Banco Central terá como missão levar o índice dito oficial de preços, o IPCA, a uma taxa inferior a 4,5% ao ano, objetivo fixado desde 2005.

A discussão foi reativada pelo impulso reformista do governo e pela perspectiva de que a inflação continue em baixa até o final do ano que vem. Recentemente, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, afirmou que a meta deveria baixar a 3% no longo prazo.

Em geral, há vantagens em fixar metas mais ambiciosas — desde que criteriosas. De mais importante, as expectativas de taxas menores tende a reduzir a inércia inflacionária e informal de salários e contratos.

Assim, pode se evitar o persistência de alta de preços e, em decorrência, o custo de contê-lo por meio de taxas de juros exageradas.

Nossa inflação não é elevada apenas na comparação com os níveis do mundo desenvolvido. Em emergentes como Chile e México, a política monetária já persegue o percentual citado por Goldfajn.

Uma combinação de fatores torna o momento atual da economia brasileira particularmente propício para definir um cronograma de baixa gradativa da meta.

As taxas empregadas no BC e na Fazenda dispõem de credibilidade, até onde a vista alcança, de autonomia para a condução de suas políticas — o que não havia durante o governo de Dilma Rousseff (PT).

Ao derrubar o compromisso com o superávit, a recessão brutal acabou por reconduzir os índices de preços à trajetória de queda. Há otimismo com a aprovação das reformas que, se confirmado, tornará factível o megafundo orçamentário do governo a longo prazo.

Nesse cenário, a hipótese de uma inflação mais civilizada pode, em breve, acontecer, sem condenar a necessidade do aperto da política monetária — ou, mais precisamente, sem interromper o atual ciclo de abrandamento dos juros.

O Conselho Monetário Nacional deliberará sobre a meta em junho. Até lá haverá tempo bastante para que se confirmem ou não os prognósticos favoráveis.

O cidadão a ser tomado, evidentemente, é com a incipiente retomada da atividade econômica, após quase três anos de retração aguda. A política do BC deve aclarar pela recuperação do crédito e do emprego, em meio a riscos advindos do cenário político que tão cedo não estarão dissipados.

Como quase tudo em economia, o terreno da meta está minado, beneficia os mais e menos ortodoxos. Mais que discutir dogmas, impõe-se uma decisão pragmática. O objetivo está correto; a questão é em quanto tempo atingi-lo.

A reforma do humano

Comemora-se neste ano meio século do primeiro transplante de coração, realizado em dezembro de 1967 pelo cirurgião sul-africano Christiaan Barnard. O procedimento só não é corriqueiro hoje pela carência de doadores, na época, causou furor.

A cotação atividade de cruzar uma fronteira simbólica. O que todos viam como a imagem da vida (se não da alma) podia ser substituído e mercadoria, assim, para a condição de objeto técnico.

Processo similar de normalização se deu com a fertilização in vitro. Em breve, deve acontecer o mesmo com a manipulação do genoma, que para não poucos é a sede do que significa ser humano.

Convém investigar com o andar, no entanto, recomendo um seminário lançado na semana feita (16). "Edição do Genoma Humano: Ciência, Ética e Governança", elaborado a pedido do Instituto de Medicina norte-americano de Ciências de Medicina, congregou de um comitê internacional com 22 especialistas.

O esforço de autorregulação se fez necessário pela proliferação, em laboratórios do mundo todo, de técnica que permite modificações muito precisas nas sequências de DNA que compõem o genoma.

O método distingue duas classes fundamentais de tecidos no organismo: os compostos por células somáticas, cuja modificação genética não seria transmitida a descendentes, e a linhagem germinativa, cuja manipulação seria incorporada às gerações futuras.

No primeiro caso, o comitê considera que bastaria obedecer às diretrizes já estabelecidas nos Estados Unidos e em vários países para disciplinar as áreas de reprodução humana e de terapias genéticas (que empregam técnicas bem mais precisas e até aqui contam com poucos casos de sucesso).

Os especialistas recomendam, porém, que sejam aprovados por ora apenas testes clínicos para tratar doenças, sem cruzar o limiar do "melhoramento". Uma coisa é modificar o DNA de alguém com a intenção de melhorar sua força muscular para lhe dar mais força, outra é fazer o mesmo para que um atleta melhore seu desempenho.

A sociedade vê em que o comitê também alerta: pesquisas com modificações genéticas de embriões, que seriam herdadas por sua futura prole — mais só quando houver evidências de que possam evitar síndromes congênitas graves, como hemofilia, e sob o compromisso de acompanhar por gerações a ocorrência de danos imprevistos.

É da natureza do humano encontrar e superar novas fronteiras. A discussão do relatório precisa que isso se realize com cautela, não com intrepidez.

VINICIUS MOTA

Pobres teorias

SÃO PAULO – O Leno Lotte, cujo corpo foi agora sepultado pela Prefeitura de São Paulo, é um filho ilustre das teorias de combate à pobreza que prevaleceram na virada do século 20 para o 21. Elas culpavam a desnutrição pela chagas da renda baixa.

Sem um calorias suficientes nas refeições, as pessoas não conseguiam desempenhar a maior tarefa produtiva e suficiente para alimentar-se no dia seguinte. Ficam, desse modo, presas numa armadilha que as condena à indigência vitalícia.

A teoria é elegante e intuitiva. Mas na prática poucas situações de "armadilha da pobreza" foram identificadas, menos nas regiões mais empobrecidas do planeta.

Enquanto a renda dos mais pobres cresceu fortemente na Índia nas últimas décadas, o consumo de calorias per capita caiu. Numa pesquisa controlada no Quênia, famílias que receberam um acréscimo em sua renda não elevaram seu consumo de alimentos na mesma proporção.

As ações mais eficazes de combate à pobreza, à fome e à desnutrição vêm principalmente de estudos novos tipo, parecem bem mais sofisticados: intervenções controladas de precisão. Que as crianças recebam profilaxia contra vermes na escola, que gestantes e filhas pequenas tenham suplementos, como ferro, vitaminas e proteínas, e que sejam vacinadas contra doenças infecciosas.

No plano de longo espectro, reduzir as faltas de professores e agentes de saúde é crucial. Concentrar os recursos diretos de renda nos mais pobres, inclusive os que não conhecem o dinheiro e frequentam escolas ou visitas ao médico. Sem nenhum é como surgir as vozes.

O Brasil ainda tem problemas associados à carga balcânica de desenvolvimento humano, mas seu principal desafio é a superação de uma cultura arrendatária, à da renda básica. Nesse caso, infelizmente, teoria e prática contendem ao apontar que a maneira dos ricos não conseguir chegar ao estágio superior.

vinicius.mota@uol.com.br

JOELMANA SOFIA

Trégua

BRASÍLIA – Os sinais de trégua na economia se acentuaram na semana passada com a queda do mercado financeiro, Bolsa em alta, dólar no menor patamar desde 2015, risco país em queda.

Em janeiro, o Brasil registrou recorde de investimento estrangeiro direto. Ufora, o país volta aos poucos a chamar a atenção dos investidores. Analistas veem um horizonte próximo de forte melhora de crédito brasileiro, pelas agências de classificação, dando mais ao fetiche do grau de investimento dentro do Palácio do Planalto.

Embalado pelo clima de otimismo e apresentado pela popularidade de cinco anos, o presidente Michel Temer tenta a qualquer custo patrocinar uma agenda positiva.

Participou da divulgação do calendário da Caixa para os saques das contas inativas do FGTS. Pagou vouchers para falar bem de sua reforma do ensino médio — teria que também foi motivo de aparição presidencial. Topou até anúncio de liberação de venda de cosméticos pelos correios.

Nesta semana, deverá surfar em nova onda de boas notícias. O Banco Central reduziu os juros em 0,75 ponto percentual na Selic e manteve recado sobre seus próximos passos. Para frente, é esperado uma redução mais agressiva da taxa básica.

A Receita Federal anunciou o resultado da arrecadação de tributos de janeiro, e números profissionais tiveram aumento real pela primeira vez desde 2015 (excluídos os recursos da repatriação). O Ministério da Fazenda deverá ainda enviar o novo projeto de socorro aos Estados falidos para o Congresso.

Casa Civil e Fazenda podem mais: falam em pleito tributário e flexibilidade. Nos bastidores, tamanha uma queda de braço, com a equipe de Henrique Meirelles tentando barrar medidas populares e com aspecto fiscal.

Fora isso, pouco pode ser em período de trégua.

BUY CASTRO

Exclusividade racial

RIO DE JANEIRO – Como o país é tão bonito (alguém Thiaurre, branca, Ilhéus, nos tempos da mãe-rainha em Cantinha por mulheres negras por estar, segundo estas, se apropriado da cultura, ato só usar um turbante. Thiaurre alegou que sofria de leucemia, e o turbante escondia sua perda de cabelo causada pela quimioterapia. Espero que, depois de recuperada, Thiaurre continue a usar turbante — não como um estandarte de guerra, mas por achá-lo um bonito adereço.

Bem, se até turbantes já foram convertidos em símbolos de identidade racial, vamos ter de rever tudo. Na futebol, por exemplo, foi proibido aos jogadores brancos fazer gol de bicicleta, como Leonardo da Silva, cobrar falta com falha seca, como Didi, e comemorar um gol com o sinal aos céus, como Pelé — são exclusividades da cultura negra. Na cozinha, os restaurantes não poderão mais servir feijoada, moqueca, farofa, angu, quiabo, jiló, cocada, quindim e tapioca a clientes brancos.

Lindas palavras de origem africana e há séculos incorporadas à língua brasileira, como cafuné, bunda, cumbucadego, xodó, xaxim, marimba, moleque, bangala, tabaco, cafetina, fubá e gandaia serão de ser abolidas do vocabulário branco. Quanto aos músicos brancos, martelaram dedicatórias do bandolim, de cuica e do gonguê.

Aliás, a música popular será um problema. Ritmos de origem negra como o samba, o jazz, o blues, a salsa, o rap, o funk e dezenas de outros não poderão mais ser tocados em shows, frequentados por brancos. E o rock, como fica? Inventado lá atrás por negros pioneiros como Muddy Waters, Howlin' Wolf, Chuck Berry, Bo Diddley e Little Richard, quem se apropriou e enriqueceu com ele foram Elvis Presley, Jerry Lee Lewis, Mick Jagger, David Bowie, Eric Clapton e milhares mais.

Acho que os negros americanos deveriam pedir o rock de volta.

AÉCIO NEVES

Pós-mentira

Tão longe quanto um capítulo retrógrado da longa jornada da humanidade busca chegar à verdade, o embate entre a verdade e a mentira esteria ali registrado em linhas assim claras. Contudo, arriscar que a mentira é a mais antiga arma da política. Ou que nas guerras a primeira vítima é sempre a verdade. São frases pertencentes ao jargão clássico do conhecimento da história.

Agora, pelo bem ou pelo mal e graças ao avanço da internet, o conflito entre os dois polos ganha mais atenção.

Verdade e mentira deixaram de significar o que sempre foram com nitida clareza. Vivemos a era da "pós-verdade", a palavra do ano do Dicionário Oxford em 2016. Apresentar fatos verídicos como 5 e mais tão essencial, pois podem não bastar ao exercício "fatos alternativos".

Assim, tudo a leito, constroem as notícias no sentido clássico como as "notícias falsas". No Congresso já há até um projeto de lei para que as crianças aprendam na escola a identificar o que é falso nas redes sociais.

A campanha eleitoral americana acelerou esse debate, mas a raiz está na própria emergência da internet como grande fenômeno de comunicação em nosso tempo.

Antes, para falar com uma audiência de massa, era necessário usar um veículo de comunicação. Hoje, um adolescente conquista milhares de seguidores no YouTube, apenas com seu talento espontâneo.

Cada cidadão passou a dispor de canais para falar do que quiser. É uma formidável democratização da comunicação. Ajuda muito quando há o uso responsável da informação. É preciso sempre, mas serviço quando estamos à última pessoas, empresas e instituições.

Domingo (19), a Bombinha, dessa Folha, mostrou que no tida falsa circulam bem negócios lucrativos. Os sites que se especializam nesse tipo de conteúdo recebem publicidade paga como outro qualquer de anúncio — no Brasil, estima-se que a operação chegue a receber até R$ 100 mil mensais.

Essa constatação reforça a preocupação de quem vê sua parcela na falha da política comercial das grandes empresas que atuam na internet. Ao [illegible] anúncios em função do número de acessos aos sites, pode se estar, involuntariamente, estimulando a propagação de conteúdos sensacionalistas e enganosos.

Esse é um debate importante. É preciso acompanhar como se dará na prática a iniciativa anunciada pela Google e Facebook de formar parceria com veículos consagrados de comunicação ou agências de checagem de dados, na tentativa de debelar o problema.

Confesso-me um otimista observador nesse assunto. Verdade é verdade. Mentira é mentira. Precisamos voltar a essa simplificação fundadora. Do contrário, arriscamos perder os referenciais mais elementares, engolidos pela tsunami de informações que nos chega pelas telas [illegible] dos smartphones.

aecio.neves@uol.com.br

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICAÇÃO DIÁRIA DA PRIMEIRA PUBLICAÇÃO EM EMPRESA FOLHA DE MANHÃ S.A.

Presidente: OTAVIO FRIAS
Diretor Editorial: CARLOS FRIAS (1959)
Superintendente: ANTONIO MARIA TEIXEIRA MONIZ DE ARAGÃO FILHO
Editor-executivo: SERGIO DÁVILA
Conselho Editorial: ANTONIO CLAUDIO MARIZ DE ALMEIDA, CARLOS EDUARDO LESSA BRANDÃO, MARCELO PARADA, CLÓVIS ROSSI, MARIO SERGIO CONTI, CELSO PINTO, CLÓVIS TAVARES, THEODOMIRO DIAS NETO, ANA PAULA ARÓSTEGUI DE CARVALHO (suplente)
Diretores executivos: MARCELO BENTES PINTO (coordenador), PEDRO CONSTANTINO (redação), RONALDO MARIZ DOS SANTOS, GONÇALO MARTINS DE ALMEIDA, LEONARDO ALCÂNTARA (comercial e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@uol.com.br

Novos humores

Dólar cai com percepção de momento favorável ao avanço das reformas, única alternativa à disposição da atual coalizão governista

No mais volátil e evolutivo dos mercados, o financeiro, há otimismo como há muito não se via.

Ainda estão por ser vistos sinais de recuperação do consumo, dos investimentos ou da produção industrial; a quedas do desemprego deve demorar ainda mais. Já nas transações diárias com o dólar e ativos relacionados à dívida pública, as cotações voltaram aos patamares anteriores ao agravamento da crise econômica.

Um exemplo da mudança de humores se dá com o CDS, como os investidores chamam uma espécie de seguro negociado pelos que desejam proteger-se de uma eventual inadimplência do país. Os preços cobrados nessa operação hoje são os menores em quase dois anos.

Movimento similar ocorre com a moeda norte-americana, vendida a pouco mais de R$ 3 — um ano atrás, durante a agonia terminal do governo Dilma Rousseff (PT), ultrapassava-se a marca dos R$ 4.

O recuo do dólar no Brasil segue movimentos internacionais que igualmente se refletiram nas moedas de outros países emergentes e estão relacionados à recente valorização de produtos primários agrícolas e minerais.

Esse não é o único motivo, entretanto. Contribui para a rápida melhora dos indicadores financeiros a percepção de que o governo Michel Temer (PMDB) retoma, ao mesmo momento, inédito consenso favorável para fazer avançar as reformas econômicas, em particular a da Previdência Social.

Em boa medida, tal julgamento apoia-se na solidez da equipe da Fazenda e na composição de um ministério em fins similares com as forças majoritárias do Legislativo, onde o Palácio do Planalto conta com o apoio inequívoco dos presidentes das duas Casas.

É certo que o consenso governamental ainda se baseia mais que consideremos. Muitos de seus nomes principais são alvos em potencial da Lava Jato, a popularidade de Temer e seu governo permanece baixa e o petista Luiz Inácio Lula da Silva também se como grande fonte para as eleições do próximo ano.

Mas até essa fragilidade dá impulso às reformas: a coalizão governista sabe não dispor de alternativas que não passem pela restauração da saúde da economia.

Sem as mudanças no regime previdenciário, das quais depende o equilíbrio do Orçamento federal, a retomada do crescimento da renda e da produção não terá bases consistentes, o que se refletirá de benefício na avaliação dos mercados.

O cenário político, como se sabe, prosseguirá volátil, e são recorrentemente frágeis as suas atuais lideranças. Por tudo mesmo, é sorte a margem para provocações, bisonhas e ardilosas do cinismo partidário.

Leite derramado

Um programa universal de distribuição de alimento para crianças, como o Leve Leite da prefeitura paulistana, se presta a muita demagogia. E tanto mais se presterá quando alguém pensar em restringir a entrega — mesmo que a mudança seja racional e justificável.

Não faltará alguém, nestes tempos de marqueteiro político, para acusar o prefeito João Doria (PSDB) de "tirar o leite das crianças".

Quem examinar seus vídeos e detalhes do programa, porém, concluirá que algo precisava mudar.

A distribuição, iniciada em 1996 pelas mãos do então prefeito Paulo Maluf. Hoje, todas as 916 mil crianças de 0 a 14 anos matriculadas na rede municipal de ensino recebem a cada mês 2 kg do produto.

No ano passado a despesa com o Leve Leite foi de R$ 510 milhões. Neste ano, subiria para R$ 131 milhões, mas, com as alterações propostas pela prefeitura, o dispêndio cairá para R$ 190 milhões.

Pelo novo esquema, o benefício se reduz para 1 kg mensal (1,2 kg até 1 ano de idade), e só alcançará as crianças com menos de 7 anos e renda familiar inferior a R$ 2.815. Por outro lado serão incluídas no programa 200 mil crianças que estão fora da rede municipal.

O público beneficiado cairá para 470 mil meninas e meninos, mas não parece haver dúvida de que será composto por gente mais necessitada. O programa ganha foco e, em tese ao menos, eficiência.

Primeiro, porque o peso do leite na nutrição é mais crucial até os 4 anos, como atestam especialistas. Depois, porque o Leve Leite abrangia também os que, além da baixa renda, não conseguem vagas na rede de ensino e, por isso, estão ainda mais vulneráveis.

Antes dessas alterações, o programa tinha algo de perdulário. Nunca se fez um estudo sobre seus resultados — por exemplo, se trazia benefícios significativos para os adolescentes atendidos.

Nem mesmo os pais eram obrigados a levar o leite despejado e seguir rigorosamente em todos os domicílios, pelo contrário. Há relatos de venda do produto pela internet.

Na quadra atual de penúria orçamentária em todos os níveis da administração pública, a prefeitura não pode acumular só custos desse desperdício — ainda que sempre se possa debater a profundidade do alcance do corte.

Trata-se de mudança de gestão responsável que Doria, infelizmente, não demonstrou ao comprar os estádios de futebol. Um erro não justifica outro, disse-se, mas um acerto, como no caso do Leve Leite, suscita a esperança de que a sensatez revele-se sobretudo quando motivada pela busca da responsabilidade fiscal.

HÉLIO SCHWARTSMAN

Bússola quebrada

SÃO PAULO - Se o mar bonanza foi realmente criado por um Fabricante, já passou da hora de Ele fazer um "recall" de produtos. O programa de medo e insatisfação em massa no mundo, com cerca de 1 bilhão de pessoas, ou 15% da humanidade, vivendo sob ameaça de fome e pobreza, é um sinal de que algo está muito errado.

A imigração, aliás, é o que ajuda os EUA a manterem sua liderança mundial quanto a conteúdo científico e inovação e a evitar os problemas demográficos que afetam a Europa.

No Brasil, assistimos a um período de estagnação, a fim de não usar a palavra. Basta interromper um surto do ciclo silvestre para que a população total demore naturalmente atrás da vacina. Não estou afirmando que a alternativa ótima seja um problema que exige a atenção das autoridades sanitárias. Ainda assim, o fato de um número de cidadãos que não cabe para o âmbito de risco contribuir para o aumento é bom. Se o objetivo é escapar de surtos evitáveis, ele deveria estar mais empenhado em convencer os pais de levar e beber com moderação.

helioschw@uol.com.br

BERNARDO MELLO FRANCO

Cunha tem mais perguntas

BRASÍLIA - Eduardo Cunha planejava passar o Carnaval no Rio. Obrigado a filar em Curitiba, decidiu reunir amigos com parlatório de Brasília. É o que indica o novo questionário do que de errado à Justiça Federal.

O comentário surgiu ao ser convocado Michel Temer como testemunha de defesa num processo por corrupção. Desta vez, na ação que investiga fraudes em fundos administrados pela Caixa Econômica Federal.

Cunha fez 89 perguntas, segundo dados pelo site da revista "Época". Elas tratam de acordos com empreiteiras para bancar campanhas do PMDB e falam explicitamente no pagamento de "vantagens indevidas", eufemismo jurídico para propina.

O questionário começa com uma dúvida singela: "Em qual período o senhor foi presidente do PMDB?". Em seguida, Cunha faz perguntas sobre Moreira Franco, apontado na delação como operador do Setor de Hidrelétricas das delações da Odebrecht.

O ex-deputado questiona Temer sobre a vice-presidência de Fundos de Governo e Loterias da Caixa, feudo do PMDB no governo Dilma. Também menciona a campanha de Gabriel Chalita em 2012, criação e pouco usada pelo atual presidente.

O questionário joga na roda o nome de Jacques Lima, que seria pagado intermediário pelo notório da Lava Jato. Ele foi nomeado presidente interino do Cabral de depois do impeachment. Pelo que Cunha sugere, é um arquivo ambulante sobre fatos investigados pela Polícia Federal.

O ex-deputado também menciona outros dois personagens pouco conhecidos: André de Souza, do conselho do FI-FGTS, e Maria Célia, cuja sobrenome não é informado.

As perguntas foram encaminhadas à 10ª Vara Criminal Federal de Brasília. Se o juiz Vallisney de Souza Oliveira não seguir o exemplo de Sergio Moro, que barrou o primeiro questionário de Cunha a Temer, o Planalto tem motivos para se preocupar. Não é a toa que continua a pressão pelo fim da "ala da prisão" do constitucionalista sulista.

RUY CASTRO

À espera do apocalipse

RIO DE JANEIRO - Consulta diariamente o relógio (não o dia e o doce), alarmado, que o tempo não está mais como o mesmo da meia-noite. Não é meu próprio relógio, que, há anos, só por quando cair à rua de camisa social e calça comprida, mas o Relógio do Apocalipse — também chamado de Relógio do Fim do Mundo ou do Juízo Final. Trata-se de uma invenção simbólica do tempo, criada em 1947 pelo "Bulletin of the Atomic Scientists", da Universidade de Chicago, e atualizada, quando a situação exige, por um grupo de cientistas e intelectuais, incluindo hoje 26 ganhadores do Prêmio Nobel.

O relógio mede a quantos minutos estamos da meia-noite, representando a destruição da humanidade por uma guerra nuclear. Atualmente se dá de acordo com o acesso de novos países à tecnologia nuclear, o grau de armamento desses países e os mais bobos ou irresponsáveis de seus governantes. O mais pessimista que estivemos da meia-noite foi dois minutos — foi em 1953, quando EUA e URSS, de Eisenhower e Stalin, ameaçaram a guerra de mundo e meio. E o mais distante — 17 minutos — foi em 1991, quando a queda do Muro de Berlim decretou o fim da Guerra Fria.

A última atualização foi há três semanas, no dia 27 de janeiro. Com Donald Trump na Presidência norte-americana, o ponteiro do Conselho Nacional, o terrorismo internacional, as drogas, os ciberataques e o aquecimento global, contribuem a dois minutos e meio da hora final. É a segunda pior marca do relógio.

Só espero que, nesse curto espaço, tenhamos tempo, no Brasil, para chegar ao nosso próprio apocalipse, também chamado Deflação do Fim do Mundo — em que as investigações dos informantes da Odebrecht porão o que é devido longe, a cadeia, os partidos que ainda existem poderão ser quem.

Mas, pelo ritmo com que andam as coisas, penso e coisa apocalipse só acontecer depois.

CLAUDIA COSTIN

Desescolarização e diversidade

Há poucos dias, saiu na Folha uma reportagem sobre pais de classe média que decidiram tirar seus filhos da escola, em busca de um novo estilo de vida, de um espírito que saia valorizar outros valores e como uma saída para o estresse que a vida escolar provoca nos alunos.

A escola é, para muitas crianças e adolescentes, fonte de sofrimento. Isso pode ser causado por uma relação conflituosa com colegas que resulta em exclusão do grupo, por alguns professores que se mostram despreparados para ensinar de maneira mais adequada aos que têm dificuldade de aprendizado ou que os desafiam e que podem levar tanto a percepção de que são intelectualmente limitados.

Mas também é sabido que professores aprendizados extremamente raros conseguem os meios do ambiente familiar e conseguem convencer as crianças a aprender a trabalhar num ambiente lúdico, descobrir que se podem superar dificuldades e entender conceitos inicialmente obscuros. Isso, no entanto, não ocorre sem dor.

Para o escritor americano Howard Rheingold, não há crescimento sem a dor do aprendizagem. Sim, a vida escolar contém dores e alegrias e aprender no convívio social traz sofrimento. Um sistema escolar, aprender a relacionar-se mais eficientemente com cientificamente e construir soluções para problemas complexos demanda paciência e tolerância, competências que a escola deve desenvolver.

A reportagem esclarece que as crianças são convidadas num espaço coletivo para que a desescolarização funcione. Isso ocorre também em situações de "homeschooling", em que, na maior parte dos casos, preferem se encontrar com outras crianças.

Mas há algo que se perde nesse caso, como a aprendizagem da diversidade, de viver num ambiente em que colegas vêm de outros meios sociais ou de famílias com outras visões de mundo, assim como a possibilidade de aprender algo que transcende o superior do restrito do país e que permita a ampliação de hábitos para a vida em sociedade, como esperar a sua vez, respeitar a opinião do colega, aprender a organizar horários e tarefas.

É certamente possível se pensar em motivos para que crianças e jovens necessitem estar longe da escola por algum período, e soluções. Inclusive legais, devem ser construídas para essas situações, mas é importante saber que sempre haverá perdas.

Importante será também constatar que escolas segregadas, como as destinadas para apenas uma classe social ou que excluem crianças com deficiência ou distúrbios familiares, trazem igualmente perdas para a aprendizagem. Perde-se a chance de viver na diversidade e de melhor compreender o mundo em que se está inserido.

Afinal é nesse mundo que as novas gerações vão viver.

CLAUDIA COSTIN é doutora em ciências sociais pela USP

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921, PERTENCENTE À EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: [illegible]
Diretor de Redação: [illegible]
Superintendente: [illegible]
Editor-executivo: [illegible]
Conselho Editorial: [illegible]
Diretores executivos: [illegible]

EDITORIAIS

editoriais@uol.com.br

À deriva

Governo brasileiro ainda não mostra estratégia para repensar o Mercosul e ampliar relações comerciais com o resto do mundo

A ofensiva do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para refletir as relações comerciais com o restante do mundo ressuscitou o debate sobre a política comercial externa brasileira.

Com o novo nacionalismo protecionista americano, tornou-se imperativo recuperar o tempo e as oportunidades perdidos nos últimos anos. Com efeito, o propósito de aprofundar a ocorrência no Mercosul e em outros mercados foi tema de conversa recente entre os presidentes do Brasil e da Argentina.

O diálogo diplomático, porém, pouco produziu além de declarações protocolares a respeito de aprimorar o bloco e estimular relações com os países da Aliança do Pacífico (México, Chile, Colômbia e Peru), mais abertos.

Ao longo do período marcado por governos de esquerda no continente, o Mercosul apequenou-se em meio à busca de proteção para produtos brasileiros e argentinos. Nesse retrocesso mercantilista, os países tiveram-se de atender que se negociavam em todo o mundo.

Evidenciaram-se os entraves associados ao modelo de união aduaneira, que prescreve tarifas comuns para a importação de mercadorias do resto do mundo e dificulta negociações bilaterais com outros parceiros.

Tal obstáculo poderia ser removido se, como defende este **Folha**, o bloco operasse apenas como zona de livre-comércio, com tarifas zero entre seus membros.

Vê-se agora, em tese até, mesmo, uma nova orientação ideológica com a Casa Branca sob o mandato de Mauricio Macri e o Palácio do Planalto nas mãos de Michel Temer (PMDB). Ações mais efetivas, no entanto, ainda estão por serem vistas.

Não é difícil compreender a inércia. Há setores influentes que ainda defendem a pura proteção da indústria nacional, em moldes do século passado. Enquanto nestes dias se voltava a tratar da abertura, relançou-se, por exemplo, o lobby pela política de conteúdo nacional no setor de petróleo.

As dificuldades não param aí. Novos tratados envolvem debates sobre propriedade intelectual, compras públicas de bens e serviços estrangeiros, regulação ambiental e trabalhista, resolução internacional de disputas judiciais ou barreiras sanitárias.

Tomar parte de negociações remanciais depende, pois, de decisões sobre a própria regulação doméstica da economia, para nem mencionar políticas de aumento de produtividade que possam facilitar nossa integração internacional.

Uma política econômica externa consequente demanda, enfim, decisões sobre as características do desenvolvimento que o país quer trilhar. O governo tem papel crucial na condução desse debate, mas ainda não parece próprio a assumi-lo.

Carências médicas

No que já se configura como tradição, foram mais uma vez desestimulantes os resultados do exame de proficiência aplicado aos estudantes que se formaram nas faculdades de medicina do Estado de São Paulo.

Dentre as crônicas mazelas da saúde brasileira, a má formação dos médicos, por certo, é das mais graves. O despreparo desses profissionais, por direito, pode acarretar prejuízos inesperáveis.

Prova anual realizada pelo Cremesp (Conselho Regional de Medicina de São Paulo) desde 2005 ilustra bem o grau das carências nesse setor. Dos 2.677 futuros profissionais submetidos ao teste no ano passado, mais da metade (58,4%) foi reprovada.

O fraco desempenho, infelizmente, está longe de ser exceção: nos últimos dez anos, o índice de reprovação superou os 50% em sete ocasiões — o conselho exige o mínimo de 60% de acerto.

Obstetrícia, pediatria e epidemiologia — três das áreas de maior demanda por parte da população — concentraram as piores notas. Os egressos das faculdades paulistas também demonstraram desconhecer procedimentos básicos da profissão.

Os dados indicam, por exemplo, que 80% não sabem interpretar uma radiografia, e 70% não acertaram a conduta adequada em caso de paciente com hipertensão.

Fica evidente o padrão pífio, sem sinais de evolução, dos cursos de medicina no Estado. Na comparação entre 2015 e 2016, a aprovação na rede pública saltou de 26,4% para 37,9%. Nos cursos privados, que concentram a maioria dos alunos, passou de 58,8% para 66,3%.

Diante desse cenário, seria lógico condicionar o registro profissional a um desempenho mínimo na avaliação. A legislação brasileira, todavia, não estabelece critérios de avaliação para o ingresso no concurso médico, tal como ocorre no direito.

Essa lacuna permitiu que o exame do Cremesp, após contestação judicial por parte de segmento pelo ensino de ensino superior, deixasse de ser obrigatório em 2014 — mesmo assim, bastaria ao aluno participar da prova para obter o diploma, qualquer que fosse a nota obtida.

Em vista do evidente desafio de saúde pública, é necessário a aprovação, pelo Congresso, de um exame nacional de habilitação para a medicina.

Tal medida seria poderoso estímulo ao aperfeiçoamento da formação acadêmica — cujas deficiências, certamente, não ficariam restritas ao resto do país.

HÉLIO SCHWARTSMAN

Rede de intrigas

SÃO PAULO – Recebo que o pronto-socorro, hospitais e os próprios conselhos de medicina estejam reagindo à reação contra médicos que ilustram comentários inapropriados sobre Marisa Letícia. Em nosso caso, escrevi uma coluna condenando sua desmoralização, mas não devemos perder a medida das coisas.

Violar o sigilo que cerca o prontuário do paciente é grave. Além de ser ilícito ética, é ilícito penal. Se algum médico de fato divulgou informações a que teve acesso no exercício de sua função, fraudando por assim dizer o juramento de Hipócrates, precisa ser punido e ser submetido a uma investigação policial.

A questão fica consideravelmente mais complicada quando se trata de um ex-presidente, especialmente para um profissional da saúde, não está tipificado como crime — e não deve estar. Antes que pensem mais alguns que arrogam, lembro que tanto eu como vocês celebramos o agonizar e a morte do ditador Francisco Franco, para dar um único exemplo. Fazê-lo foi um crime? Parece-me claro que não.

Dependendo da interpretação, comentários desavisados podem configurar violação do Código de Ética Médica, mas isso é uma questão de direito disciplinar. Prefiro crer que os dispositivos do código são aplicados a médicos no exercício da profissão, não aos Jabberwocks do dia.

Para manter a saúde mental, temos humanos tipo pessoas fazer de uma e fora de hospital e sem ou mal possível fechar seus superiores de lado e dizer qualquer coisa que bem entenderem sem ser tentar consequências. Até há pouco, não era difícil encontrar um jornalista disposto a um pago com aspas. O caráter sagrado das palavras falsas, que desaparecem em período prorrogado, assegurava a seus confidenciadores. Com o advento das redes sociais, em que aquilo que lá dito fica para sempre, a conversa com fontes deixou de ser um espaço de intimidade. O que mal é que as pessoas ainda não se deram conta de que as redes não são uma mesa de bar.

helosch@uol.com.br

LEANDRO COLON

Ética e Justiça

BRASÍLIA – Informa o site do Senado que estão vagos os cargos de presidente e vice-presidente do Conselho de Ética, assim como as demais cadeiras que compõem o colegiado.

Segundo os regulamentos do conselho, a última reunião ocorreu em 1º de maio. Naquele dia, seus integrantes aprovaram a cassação do Delcídio do Amaral, que poucos meses depois teria colegas, entre eles Fernando Collor de Mello.

Não há registros de reuniões desde então. O turno-chefe do Ética virou um órgão desativado, inutilizado. Certamente não foi por acaso: de novas denúncias a serem investigadas.

É que julgamentos de mandato ocorrem de acordo com a conveniência dos principais líderes da Casa. Por exemplo, apenas três senadores foram cassados desde a criação do Conselho: Delcídio, Demóstenes Torres, em 2012, e Luiz Estevão, em 2000.

Desinteressados em manter o time do Conselho de Ética para interpretação de 2016, os partidos começam para colocar em campo a escalação da Comissão de Constituição e Justiça.

Em número 1 dos cortadores, por ter de aprovar temas relevantes, incluindo sabatinas de candidatos à vaga de ministro do STF de Alexandre de Moraes.

Entre agora e o início de setembro, os membros da CCJ vão dar aprovação a um número indefinido de nomes à Procuradoria-Geral da República. E ele quer evitar boas relações explícitas, inquéritos e denúncias do Lava Jato.

Rodrigo Janot, depois de dois mandatos, ensaia tentar um terceiro. Tradicionalmente, o presidente da República escolhe alguém de uma lista tríplice enviada pelos próprios procuradores após votação interna.

Temas como os cadáveres são investigados no Lava Jato. Dez estão na corrente que tem a prerrogativa de brigar a indicação que chegue do Planalto.

No comando da frente chamada, recentemente, está Eduardo Lorão, um senador alvo de dois inquéritos conduzidos pela procuradoria. Com um Conselho de Ética funcionando, os senadores estão desprecupados com a palavra decoro.

RUY CASTRO

Descobrindo o algoritmo

RIO DE JANEIRO – No noticiário sobre a cotação que sofreu o ministro Edson Fachin para a Segunda Turma do STF, você ainda ou mais muitas vezes a palavra "algoritmo". Era o dispositivo responsável pela escolha. Pelo que entendi, o algoritmo disparou: eu, Zagallo, Zagallo, pelos critérios do computador, gênio para todos os lados, fortaleza de amor e campanhas, dissemos o currículo dos candidatos e decidiu-se pelo ministro Fachin.

Até aí, tudo bem. Mas, e se meu neto João Ruy, que tem 10 anos e quer saber tudo sobre quase tudo, me perguntar o que é um algoritmo?

Como não fui à escola ainda, e já me preparando para a eventualidade, consulto várias pessoas, todas cultas e modernas, com quem falei nos últimos dias e dizem ser uma importante editora, uma assessora de imprensa, um amigo perdido em Zebo do Rio, um escritor membro da Academia, um planista de bossa nova e até meu dentista. O que é um algoritmo? — pergunto a todos. Ninguém sabia. Recorri a uma amiga cruzeirense matemática, aposentada na Stanford e em Queens. Ela também não sabia.

Desnorteado, fui para casa tentando evitar, por ser difícil demais, falar no Aurélio. Lá está a definição, de dificílima inteligibilidade: algoritmo é um conjunto de regras e operações de fórmulas, destinadas à solução de um problema. Sei. Dando, ao contrário, uma receita de bolo, dou a cada uma, bem que eu dar banho no meu cachorro, você passa o dia aplicando algoritmos sem saber.

Imagino que, para a escolha de Fachin, o computador tenha sido alimentado com as informações mais ou menos sobre cada um dos ministros — seu QI, seu estado de espírito, escolas filosóficas favoritas, o time de cada um, se dançam o twist ou o chá-chá-chá etc. Feito isso, o algoritmo cuspiu a nota no ar, pegou a bola grande e escolheu o ministro que bem quis.

MARCO RODRIGO ALMEIDA

Cinema invisível

Fosse um relato de cinema, o relatório sobre a produção audiovisual brasileira, em 2016, divulgado há poucos dias pelo governo, poderia originar dois filmes bem diversos.

Um deles teria ares de superprodução – 30 lançamentos, 11,3 milhões de espectadores.

O megamercado alcançou outros bons resultados. O país alcançou o maior número de ingressos vendidos desde 1984 (30,4 milhões) e teve sua participação no mercado de 15% em 2015, para 16,5%). Registrou ainda o recorde histórico de lançamentos (143 filmes).

No círculo de arte, ampliou uma produção na competição oficial do Festival de Cannes ("Aquarius"), o que não ocorria há oito anos. O longa de Kleber Mendonça Filho foi eleito um dos dez melhores do ano pela revista francesa "Cahiers du Cinéma", bíblia do cinema.

Em outro filme que se pode depreender dos dados da Ancine (Agência Nacional do Cinema) seria bem menos promissor. Teria a excessiva de recurso e o final triste típicos do neorealismo italiano.

Dos 143 longas brasileiros que estiveram em circuito, mais da metade (79) teve menos de 5.000 espectadores. Desse grupo, 43 ficaram menos de mil. A proporção nos anos anteriores não é muito diferente.

Um argumento simplista e torto se encontra nesse tipo de debate – tais filmes são ruins, por isso não tiveram público. Mas uma olhada no cenário oposto do filme, nos campeões de bilheteria, deve aconselhar a cautela: entre qualidade estética e sucesso comercial.

Nesse balaio de filmes sem público há, por certo, produções obscuras, das quais provavelmente nem o cinéfilo de nível médio saiu na frente. Mas tem também obras-primas, como "Pedro e Malu ao Fogo" (39 espectadores) e "Harry Kayath" (18).

Mas há também filmes elogiados pela crítica – "Embrio da Necrópole" (2.236 espectadores), "Uma Noite em Sampa" (1.230), "Tango Comigo" (1.021).

Nos últimos dois decênios, após deterioração promovida no governo Collor, o Brasil sentiu, por meio de uma série de ações e leis de incentivo, fiscais, o volume de sua produção. O gargalo agora é a exibição, o que impõe a necessidade de se rever as políticas do setor.

Ainda que o número de salas de cinema venha crescendo (passa hoje de 3.000), parte considerável da produção nacional recente segue marginalizada, sem vedete para marketing e com poucas cópias. Para o grande público, esses filmes simplesmente não existem.

Não há novidade nisso. Quantos clássicos nacionais não estão hoje, por problemas de preservação e difusão, inacessíveis em qualquer formato?

A invisibilidade é uma das marcas do cinema brasileiro.

MARCO RODRIGO ALMEIDA escreve quinzenalmente aos sábados.

ANDRÉ DUSEK [illegible]

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921, PERTENCENTE À EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: [illegible]
Diretor de Redação: [illegible]
Superintendente: [illegible]
Editor-executivo: [illegible]
Conselho Editorial: [illegible]
Diretores executivos: [illegible]

EDITORIAIS

editoriais@uol.com.br

Contra a inércia

Fazendo amarela agenda para reduzir burocracia nos negócios, sentido de urgência pode gerar resultados mais concretos que os do passado

Após obter avanços palpáveis na redução da inflação e dos juros, o que tem levado a um otimismo incipiente quanto à retomada da economia, o governo se volta para uma agenda destinada à melhora do ambiente de negócios.

As reformas em pauta, além de prioritárias para empresas e trabalhadores de todos os portes, têm a vantagem de serem pouco controversas. Exigem, porém, persistência para desbastar o cipoal burocrático que se espraia por repartições federais, estaduais e municipais.

Um passo essencial é abreviar o custoso processo de pagamento de impostos e contribuições sociais. O Brasil ostenta um lamentável recorde mundial nesse quesito — aqui, as empresas levam, em média, 2.038 horas anuais para preencher os formulários relativos a suas obrigações tributárias.

O número cai à metade na Bolívia, segunda pior colocada no ranking, em países da OCDE, entidade que reúne países desenvolvidos, a média recai 160 horas/ano. Pretende-se, segundo o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, baixar a marca nacional para ainda pesadas 500 horas.

Para tanto, a Receita Federal deverá criar um sistema para o pagamento unificado de todas as obrigações trabalhistas e tributárias. O modelo está em teste e deve entrar em operação, ainda que apenas em empresas a partir de janeiro de 2018.

Por bem-vinda que seja a providência, parece pouco. Restará uma legislação tributária de extrema complexidade, na qual se sobrepõem diferentes impostos e contribuições incidentes sobre a venda de mercadorias.

A Fazenda, por exemplo, estuda há tempos a simplificação do PIS e da Cofins, sem trazer resultados concretos. A harmonização das regras do ICMS envolve intricadas disputas entre os Estados.

Promete-se também redução drástica dos prazos para a abertura de empresas (de 101 para até 5 dias); quedas da diferença entre os juros pagos aos depositantes e os cobrados dos tomadores de empréstimos; aperfeiçoamento das normas que regem as falências.

Ninguém em sã consciência se opõe a propostas como essas. Entretanto, medidas com tais objetivos têm sido anunciadas por sucessivas administrações, criando expectativas em geral não atendidas pela inércia da burocracia.

Há, desta vez, argumentos contra o ceticismo. A equipe encarregada de formular a política econômica, afinal, mostra certa harmonia entre seus membros e com o núcleo político do governo.

Mais que isso, a sucessão traumática e a persistência da crise política não deixam à classe dirigente alternativa que não seja ministrar serviços satisfatórios.

Esquizofrenia amazônica

O governo Michel Temer (PMDB) recorre com fogo na Amazônia. Sob pressão da bancada ruralista, inclina-se a rever unidades de conservação (UCs) ilícitas, comprometendo medida das mais eficazes para conter o desmatamento.

Como se viu em administrações anteriores, o primeiro escalão se divide na matéria. De um lado, o Ministério do Meio Ambiente trabalha pela preservação das florestas. De outro, pastas de maior peso — Agricultura, Minas e Energia, se não a Casa Civil — se dedicam a solapar seus esforços.

No momento, parlamentares negociam diretamente com o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha (PMDB), a sanção de UCs no Amazonas e no Pará.

Pelo projeto de lei em apreciação, sofrerão poda a reserva biológica Maicuru, o parque nacional Acari e as florestas nacionais Aripuanã e Urupadi. Com o adicional de extinção da área de proteção ambiental Campos de Maicuru, o retrocesso total a perder, por ora, 2o se (de 10.741 km², algo como metade do Estado de Sergipe.

As reservas naturais haviam sido criadas por decreto da presidente Dilma Rousseff (PT), um dia antes de seu afastamento pelo Senado. Todas elas se encontram na área de influência da BR-319 (Manaus-Porto Velho), uma das mais ameaçadas florestas do desmatamento.

O desmatamento na Amazônia, que deu um salto de 29% em 2016, avançou com vigor ainda maior no Amazonas, onde subiu 54%, de acordo com dados de satélite. O Estado perdeu 1.099 km² de matas no ano, contra 712 km² em 2015.

A eventual diminuição da área protegida ali dará aos proprietários rurais o mesmo sinal emitido pelo governo Temer em dezembro, quando a floresta nacional do Jamanxim (PA) perdeu mais da metade da superfície original. Seus pleitos contra a incolumidade de novas florestas serão atendidos.

Constrangedor é ver o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho (PV), alijado pelo próprio Planalto dessa negociação.

"Em relação às discussões entre parlamentares e a Casa Civil para redução de 62% dos limites das unidades de conservação [...], o Ministério do Meio Ambiente informa que ainda não foi convidado para reuniões", diz nota oficial.

"Tão logo seja informado oficialmente da se pronunciar, [...] qualquer alteração de área em unidades de conservação dependerá de análise técnica."

Um presidente com pulso não toleraria tamanha desorganização de discursos entre seus ministros. A não ser, claro, que um deles já conte com seu beneplácito.

ROBERTO DIAS

Tem troco?

SÃO PAULO - O professor que chega à carreira do ensino com dinheiro no bolso e o livro de pregos na sacola levará o número no cobrador. Faz-lo trabalhar na serra de Ribeira-Cajati exige ainda mais: a obsolescência da profissão — 68% dos alunos enxergam vínculos e amizade.

Apesar da obsolescência, necessidades básicas ainda se mantêm em sintonia com a função. Como mostrou a **Folha**, a atual gestão foi novo estado, com uma transição, os alunos em dobrar ficaram mais caros.

Os cerca de 20 mil cobradores de São Paulo representam 10% do custo de sistema. Mais dia, menos dia, perderão seus empregos. As corporações podem até retardar, mas não barrar o avanço tecnológico. Isso é ruim?

Para quem fica sem trabalho, claro que sim. Mas a tecnologia não é necessariamente esse pelado de emprego que tanta gente pinta.

Fez barulho um trabalho da consultoria Deloitte que detectou o contrário. Ao cruzar mais de uma década de dados de empresas na Inglaterra, os autores concluíram que "a redução de contração do emprego na agricultura e mineração foi mais do que compensada pelo rápido crescimento nos setores de cuidados médicos, economia criativa, tecnologia e negócios". Nessa transição, as máquinas assumiram as tarefas mais repetitivas.

A variável chave deste troca é a educação, capaz de inserir a maior parte do trabalho tecnológico, evidenciando que ela traz mais renda, emprego e desigualdade. Por trabalhador, essa aplicação é frequentemente substituída no debate.

Um exemplo: apenas alguém preparado pode ser dono de uma plataforma de produção em massa de bens e vídeos para criar seu negócio. Mas esse conhecimento técnico não era pré-requisito para o desperdício de humanos. Significa que, antes da disseminação do aparelho, a ferramenta era colocada na pessoa pela janela para acomodá-lo. Hoje, nem nos países pobres alguém deve sentir falta disso profissional.

roberto.dias@uol.com.br

BERNARDO MELLO FRANCO

Estados à deriva

BRASÍLIA - Diante da escalada da violência em diversos Estados, o governo federal decidiu tomar uma medida enérgica: mudou o nome de Ministério da Justiça. A pasta foi rebatizada de Ministério da Justiça e da Segurança Pública, com direito a secretaria no Palácio do Planalto.

A mudança no letreiro agradou aos deputados da bancada da bala, mas não teve um só centavo dos mais. Pelo contrário: a situação tornou-se comum em diversos no Espírito Santo, que já contabiliza 95 mortos em cinco dias de greve da PM.

Enquanto as mas da Vitória fecham com saques e arrastões, o ministério mais enfraquecido está aflito. Empossado pela segunda vez na semana passada, Alexandre de Moraes deixou o cargo apenas três dias depois, ao ser indicado para o STF.

Nesta quarta (8), via turbina cadastrado com venadores ao mostrar-se em que o governador Paulo Hartung (PMDB) deu a TV implorando que os policais voltem ao serviço. Moraes estava ocupado demais com outro assunto: preparava-se para que o Senado o aprovasse como ministro do STF.

Ninguém esperava que o ministro resolvesse a crise com sua verborragia classe das canetas. Mas a ausência de um ministro da Justiça, qualquer que seja, agrava a sensação de descontrole e desnível diante de drama capixaba.

Se 2016 foi marcado pela queda do governo petista, 2017 promete fortes turbulências nos Estados. Sem dinheiro para pagar médicos e professores, o Rio de Janeiro segue está prestes a ficar também sem governo.

A decisão do TSE que cassou os mandatos do governador Luiz Fernando Pezão (PMDB) e do vice Francisco Dornelles (PP) ainda pode ser revista, mas tende a agravar o quadro de instabilidade. A União ainda não colocou, apresentando novos recursos para um setor em frangalhos.

Os dirigentes dos Estados à deriva, o governo parece crer que não têm responsabilidade pela crise iniciada em Brasília. É um erro grave, que ainda pode se voltar contra o Planalto.

MARCO AURÉLIO CANÔNICO

A nova guerra do Alemão

RIO DE JANEIRO - Quase ninguém do Rio se lembra ou noticiando, mas o Complexo do Alemão está em guerra novamente. Desde a última quarta (2), segundo as operações policiais — que o comando da PM trata oficialmente como "incursões de rotina" — vem resultando em tiroteios que infernizam a vida dos moradores.

Fotos, vídeos e relatos divulgados nas redes sociais descrevem como tem sido viver em uma zona fragmentada. As balas começam a voar desde cedo, quando trabalhadores e crianças estão saindo de casa. Não raro a troca de fogo se estende por muitas horas, inclusive comprometendo as aulas. As imagens de moradores correndo e se perfurados são a evidência mais dolorida disso. Parecer Alegria, mas é o fim.

Outro de um dos piores IDHs da cidade, recentemente comparado com outras favelas, o complexo sofre com a Unidade de Polícia Pacificadora, que há muito tempo perdeu o controle do território. Pior, os moradores dizem que a UPP parece ter perdido também o controle sobre seus homens.

Multiplicam-se na internet denúncias de abusos cometidos por policiais. Segundo os moradores, eles intimidam casas para subir as costas do morador, ponto de observação e base para tiros de fuzis com os civis inocentes. Há fotos para comprovar.

Relatos de "escuridões" e mesmo de crimes mais graves também tornam-se comuns. Numa cidade em que a Justiça já autorizou, em novembro passado, a execução de um suspeito de busca e apreensão coletivo em Duque, os PMs se sentem à vontade para agir sem freios.

O pior é que o Alemão já vive esse cenário, e ele termina em tragédia. Em 2010, 19 moradores do complexo foram mortos em ataques coordenados pela polícia. A maioria das vítimas não tinha relação com o crime e foi executada de modo sumário e arbitrário. Quão pouco evoluímos em sete anos.

marco.canonico@uol.com.br

MATIAS SPEKTOR

Trabalho de formiga

"Não é bom estar no radar dos Estados Unidos", disse Lula à FHC. Com Trump, a frase ganha valor dobrado: quem se expõe demais corre o risco de levar uma tungada, como aconteceu com as chanceleres Alemanha, Austrália e México.

A lição para o Brasil é clara. Não obstante, seria um equívoco esconder a cabeça no buraco. Trump passou. Isso porque as decisões do novo presidente — e seus efeitos no setor privado americano — têm impacto direto sobre o ciclo econômico brasileiro.

O desafio brasileiro é desenvolver um modelo de relacionamento com a Casa Branca que permita manter o perfil baixo (evitando choques), ao mesmo tempo, atuar com vigor nos bastidores para defender os interesses nacionais.

O palco ideal para esse trabalho é o Congresso. Com as duas casas sob controle do partido Republicano, ali será travada a luta pela definição do ambiente de negócios dos Estados Unidos.

Para influenciar de alguma forma esse processo, o Brasil precisa abandonar o modelo paciente de formiga. Afinal, os 513 parlamentares americanos trabalham com mais de mil conselhos dedicados a influência lícita. Há mil lobistas registrados e 63 mil associações empresariais.

A sorte é que os multinacionais brasileiras operam em 190 dos 435 distritos eleitorais americanos. Como essas empresas geram 72 mil empregos diretos, o número na área industrial, há espaço para o jogo.

Para exercer alguma influência no ambiente parlamentar americano, porém, sem cometer o erro de tratar as regras básicas seria as quais o Brasil dará com os burros n'água.

Nunca é bom que as iniciativas sejam lideradas por empresas brasileiras ou pelo governo do Brasil. A chave para destravar o problema é reunir coalizões com grupos americanos que possuam interesses paralelos ou idênticos, e que possam alocação à agenda como seu.

Por esse motivo, o trabalho de representação diplomática tradicional não bastaria junto ao Congresso americano. A busca por influência demanda mais: ouvir de quem tem conhecimento, relevância, identificando riscos, buscando aliados estratégicos e usando as redes sociais com inteligência. O mais importante: nunca se esquecer dos distritos eleitorais, nos ambientes eleitorais e informais.

Daí a importância de instituições como o Brazilian Indigenous Coalition (BIC), entidade de setor privado brasileiro sem registro legal para fazer lobby em Washington. Prestes a abrir sua nova sede a três quarteirões da Casa Branca, o BIC consegue operar sem expor o Palácio do Planalto.

Há tempos os setores pesqueiro e pecuário do Brasil precisam trabalhar juntos para alcançar seus interesses políticos junto ao Congresso americano. Trump reforçou a urgência de fazê-lo.

MATIAS SPEKTOR é professor da [illegible]

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
[illegible]

EDITORIAIS

Clima de harmonia

Com aliados na chefia da Câmara e do Senado, governo pode dar impulso à agenda de reformas que interessa ao crescimento do país

[illegible]

Meninas brilhantes

[illegible]

HÉLIO SCHWARTSMAN

Mundos alternativos

[illegible]

MARCOS LISBOA

O velho Senado

[illegible]

BERNARDO MELLO FRANCO

O mito do corruptor bonzinho

[illegible]

CARLOS HEITOR CONY

Pão que o diabo amassou

[illegible]

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
PUBLICADO DESDE 1921 · PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.
[illegible]

EDITORIAIS

Jornada longa

A destruição das contas públicas atingiu proporções inacreditáveis; arrumar a casa levará tempo e exigirá coragem e liderança

Está apenas no começo a restauração da saúde financeira do Estado brasileiro, condição fundamental para o país ter juros civilizados de forma perene e crescimento econômico consistente.

[illegible]

Desconexão senatorial

[illegible]

VINICIUS MOTA

Experimentar é preciso

[illegible]

JULIANNA SOFIA

Lipoaspiração

[illegible]

RUY CASTRO

Com razão

[illegible]

AÉCIO NEVES

Agir para reagir

[illegible]

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICAÇÃO DIÁRIA EM SÃO PAULO, PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: [illegible]
Diretor de Redação: [illegible]
Superintendente: [illegible]
Editor-executivo: [illegible]
Conselho Editorial: [illegible]
Diretores executivos: [illegible]

EDITORIAIS

editoriais@uol.com.br

Remendo útil

A liberação do saque de contas inativas do FGTS será paliativo importante enquanto não produzem efeito as políticas de fundo

A economia brasileira está sujeita ao risco de que ondas pessimistas oscilem e desânimo de consumir e investir. A liberação do dinheiro das contas inativas do FGTS pode ser um antídoto eficaz contra a depressão, mesmo que modesto.

É que uma recessão ainda mais dramática continuada à ausência de estímulos econômicos concretos poderia levar o país a uma novo espiral descendente.

Os meios sensatos e tecnicamente aceitáveis de evitar a nova baixa são escassos quando se leva em conta o curto prazo.

O FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) representa uma alternativa criativa, com efeitos colaterais quase inexistentes.

No final da semana, o governo Temer havia praticamente decidido que trabalhadores poderão sacar o dinheiro de suas contas inativas de março a julho, pela ordem de seus aniversários, em calendário a ser especificado.

São recursos que, por restrições legais, não puderam ser sacados e ficaram entrancados em contas que deixaram de receber contribuições do empregador devido ao fim de contratos de trabalho.

É importante que os recursos lenguem a economia já nesse semestre, para o que parte se precisará autorização, na melhor das hipóteses.

Mesmo que vista com ressalvas por alguns economistas, a medida parece não ter contraindicações.

Não há risco de abalo no patrimônio do FGTS, de mais de R$ 400 bilhões (nas contas dos trabalhadores, o saldo é de R$ 370 bilhões). Estima-se que esse saque excepcional das contas inativas não seja muito superior a R$ 30 bilhões.

Entidades representativas da construção civil se queixam de não ter de que dinamizar os financiamentos do fundo para o setor. A redução não está prevista e, dadas caráter excepcional da medida, não ameaça tal fonte de recursos para os próximos anos.

O valor total do saque, estimado pelo governo, equivale a mais bem que 0,5% do PIB, montante próximo ao de um ano de benefícios do Bolsa Família. É bastante razoável supor que esse vifro movimento não atrapalhe a atividade econômica.

Quer sirvam para abater dívidas, quer se destinem ao consumo, tais recursos terão contribuído pelo menos para contrabalançar o desânimo de uma economia estagnada em um nível muito baixo.

Em suma, será um remedio útil, um paliativo enquanto não começam a fazer efeito as políticas de fundo — a saber, a volta da ordem nas contas do governo federal e, em mais importante, a queda acelerada das taxas de inflação e de juros.

Dez anos de estagnação

O balanço de dez anos da Lei do Saneamento Básico (nº 11.445), que se completam neste mês, até revela avanços, mas nada que possa ser considerado animador. Diante do atraso acumulado em matéria de saneamento sanitário, parece muito apropriado falar em estagnação.

Segundo o Ministério das Cidades, só metade dos domicílios produzidos, percentuais não 50,3%, tem rede coletada. Do total gerado que recebe tratamento, a proporção é ainda mais vergonhosa: 42,7%. Uma grave ameaça à saúde pública.

Há dez anos, os índices de cobertura e tratamento eram, respectivamente, 42% e 32,6%. Como se vê, houve progresso limitado.

O desempenho do poder público é melhor na distribuição de água encanada, dado o benefício sanitário mais óbvio e imediato. Do 100,9% da população, há dez anos, chegou-se a 83,3% — bom indício para o uma universalização.

De resto, estender esses serviços básicos para toda a população era a meta da Lei do Saneamento para os seus primeiros 20 anos. Estimava-se então que seriam necessários R$ 304 bilhões de investimentos.

Deixemos de se iludir. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) calcula que, no ritmo atual, o abastecimento universal de água só virá em 2043. No caso da coleta e tratamento de esgotos, em 2054.

Um país de vastos contrastes de dengue, zika e chikungunya, para citar algumas ameaças à saúde relacionadas com a falta de saneamento, não pode esperar mais 37 anos para resolver essa dívida social.

Parte do incrível atraso de hoje em diante decorre da chamada independência da tarifa, de tubos coletores estão presentes no logradouro, mas os domicílios não se conectam a eles. Uma estimativa aponta que, só nas cem maiores cidades do país, 3,5 milhões de pessoas estariam nessa situação. É inaceitável.

Os dirigentes de indústria reflitidos, ao que parece, preferem manter o uso de fossas (nem sempre apropriadas) para não arcar com a tarifa de coleta ou para evitar despesa com a obra de conexão.

Cabe às prefeituras fiscalizar e autuar os renitentes, mas elas se omitem. Deixam tudo por conta dos serviços de saneamento, públicos ou privados, que no entanto não têm poder de polícia.

A lei 11.445 estipulou que até 2010 os prefeitos deveriam ter apresentado seus planos municipais de saneamento básico, como precondição para obter recursos da União para obras no setor. O prazo, no entanto, foi prorrogado para 2015 e, depois, 2017. Há uma proposta na Câmara dos Deputados para novo adiamento, até 2020 ou 2020.

É também um sentido liberal, como se vê, que a classe política mobilize para empreitar o país.

RAUL JUSTE LORES

As PPPs de Doria

SÃO PAULO - João Doria recorreu a ordens empresários para garantir doações de campanha e subsídios aos preços abaixo para seu teto. Assim como já acontecia com o Bolsa Família, só crítico quem jamais sentia falta desse apoio.

O novo prefeito poderia ambicionar mais com esta diplomacia empresarial para transformar o centro na cracolândia. Que tal convencer o banco Santander a dar algum uso bacana à vasta torre do Banespa? Convencer algumas dessas universidades privadas que criaram cursos com incentivo federal a abrirem filiais nos muitos espaços subutilizados?

Sempre Paulo Martarello necessários cursos de programação na região mais bem servida por transporte público. Prédios históricos poderiam ganhar áreas de trabalho compartilhado ("coworking"). Se o retrofit não demorar cinco anos com burocracia, já seria coragem.

O centro paulistano definhou porque faraós e pedintes só pensam em centros culturais e repartições públicas para manterem-se, sem, a interlocução com a iniciativa privada.

Depois de anos de palavrão, Doria fez a parceria de com urbanizadoras que dominaram o Brasil recente, uma relação adulta pode ser algo novas parcerias públicas-privadas. Transparência e chave.

Para tom, o prefeito não pode cometer o erro de cobrar por palestra no Lide, a empresa de multiplicação de contatos que criou, hoje controlada por seu filho. Convites são recebidos o R$ 50 mil "para quem quiser se aproximar à mesa com o prefeito".

Uma maneira fugaz da chegada de Donald Trump à Casa Branca é dar o o escrutínio sobre conflitos de interesse. Ainda há tempo de cancelar a esquizofrenia (com Bloomberg, dada palestra sobre gestão eficiente como pensar dois meses se o prefeito tocar os contrários por doações e escolas. Em tempos em que até a sanatório do Congresso tem parecer honesto, não é reforma em triplex no Guarujá que deverá causar surpresa.

JOELMANA SOPTA

Uma conta maior

BRASÍLIA - O diagnóstico dos ministros do Supremo Tribunal Federal Ayres Britto sobre a bebel nos presídios brasileiros é criativo.

O governo não se antecipou à situação de caos nos cárceres. Tinha obrigação de prever o que estaria por ocorrer —mortes em massa, ataques a grupos rivais e cenas de batalha campal entre facções criminosas nos dados do presídio de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte.

A conta que Doria disse é que agora o Palácio do Planalto, o mais e os Estados, como atuais do projeto. São mais de 130 mortos de presos em 20 dias. Para o ex-ministro, o governo está tirando o pé de lenço e Alexandre de Moraes (Justiça) tem uma "visão restrita da questão".

Num ataque simétrico, Raul Jungmann (Defesa) deixou evidente que saber, o governo de Michel Temer sabia. No início do ano passado, na Olimpíada do Rio, já havia informação de que o grau de tensão entre os grupos criminosos aumentava e que a intervenção das forças militares seria necessária.

As declarações foram um dos muitos entre os dois ministros de Temer. Moraes, para quem a superpopulação e o poderio das facções, calou-se.

Sob questionamento, as Forças Armadas foram escaladas para levar soldados nas cadeias estaduais. Em novo esquema, Jungmann disse que a medida constitui, mas não resolve o problema.

Especula-se que o uso de militares para conter a crise nos cárceres não tenha sido comentado na conversa. Temem que o expediente vire rotina.

A situação nos presídios, no entanto, serviu para que eles ganhassem mais a simpatia popular na negociação da reforma previdenciária, da qual foram excluídos por ora. Teriam "uma conta maior" a apresentar ao Planalto quando forem chamados ao sacrifício, avaliam generais.

Como se não fosse suficiente um tanto grande para o país a conta bilionária e histórica de reforma da Previdência deficitária da categoria.

RUY CASTRO

E foi em frente

RIO DE JANEIRO - Outro dia, vi pela TV a rainha Elizabeth 2ª, da Inglaterra, saindo de um carro e caminhando com firmeza para uma cerimônia em Londres. Aqui dela, sem marido, o príncipe Philip — ele, um pouco lerdo, o que é normal para um homem de 95 anos. Mas Elizabeth, apenas cinco anos mais nova, segue impávida pelo gramado, indiferente a ventos traiçoeiros. Sobrevivendo a amantes ali cuja não deveriam aparecer.

Assim como sobrevivem a todos os poderosos que ainda o pondo aos seus o trono, em 1952, aos quais os sucederam, aos que sucederam aqueles e aos que vieram antes depois. Exemplos?

Elizabeth deixou para trás Churchill, Stálin, Franco, Salazar, Mao, Chiang Kai-shek, Ho Chi Minh, Ben-Gurion, Nasser, Golda Meir, Indira Gandhi, Perón e o neto Geisel. Sem falar em Fidel, Pinochet, Idi Amin Dada, Gaddafi, Kim Jong-Il, Margaret Thatcher e o quarto Kissinger. Presidentes norte-americanos, entre os Eisenhower, Kennedy, Johnson, Nixon, Ford e Reagan. Papas, Pio 12, João 23, Paulo 6º, João Paulo 1º e João Paulo 2º. Reis, Faruk, o Aga Khan, o xá da Pérsia, o rei Zé do Iã, se não se enganam, os quatro do bordão.

A defasagem entre seus pares, ela tem de dar baixa em seus cadernetinhos, para poder consagrar, em um mero de gente: os cinco reis da Espanha, Holanda, Bélgica, Dinamarca, Suécia e Noruega e uma grande na. Entre os ex-haveiros, então, nem se fala — nos últimos 6 anos, uma legião de Rothschilds, Whitney e Vanderbilts pediu o boné.

E a maior de pessoas que admira e a talvez até conheceste sem ter a dizem passada — Einstein, Chaplin, Garbo, Dietrich, Bertrand Russell, Coco Chanel, Noël Coward, Pierre Arnaud, Marilyn, Martin Luther King, Louis Armstrong, Madre Teresa, Onassis, Sharon, John Lennon, Mandela, Michael Jackson. Mas é a vida. Uns a um, ela deu um sumiço e foi em frente.

AÉCIO NEVES

Carro de golfe

A desigualdade social teve uma contundente síntese na semana que passou com o ministro da Defesa, organização com situação em 96 países.

Apenas oito bilionários possuem a mesma riqueza que os 3,6 bilhões de pessoas mais pobres do mundo. São tão poucos que cabem em um carro de golfe, como destaca a imagem usada na divulgação do dado, escolhida para ilustrar a contradição e tornar a ainda mais concreta.

Não há como combater a brutalidade dessa mundo desigualdade crescente sem um mínimo sentimento universal. Políticas públicas pontuais podem aliviar o quadro, mas não bastam para que um país de o nível necessário para tratar verdadeiramente de pobreza.

É a situação do Brasil, por exemplo, com os programas sociais de transferência de renda. Iniciados no governo Fernando Henrique, tiveram continuidade nas gestões seguintes e resultaram em evidente melhoria das condições de vida da população mais pobre.

Entretanto, esses benefícios estão sendo corroídos por uma recessão angustiante. A falta de visão de longo prazo dos governos petistas cada caso, aos brasileiros. A sabedoria do interesse da sociedade empurrou milhares de famílias de volta à miséria e à pobreza.

Com ajuste fiscal, reformas e muito sacrifício, o país faz um esforço gigantesco para se reerguer, em meio aos escombros recebidos como herança.

Sem resultados estruturais, contudo, há pouco o que fazer.

Também na semana passada, o Fórum Econômico Mundial de Davos divulgou o ranking de desenvolvimento inclusivo, cuja concepção confirma o ponto de vista que já mencionei, aqui, diversas vezes. Não se pode avaliar a questão social apenas através de indicadores de renda. A pobreza e a miséria são condições de privação que ultrapassam em muito essa dimensão.

No índice geral, entre os países em desenvolvimento, figuram à frente do Brasil os Emirados Árabes Unidos, Vietnã, Portugal e Venezuela. O ranking deixa o Brasil especialmente mal no seu grupo em educação e formação, apontadas na conclusão, ao lado da melhoria da infraestrutura e serviços públicos, como problemas a serem superados.

A questão é que não se mede o êxito da inclusão social pela quantidade de programas sociais ou apenas pelo número de pessoas atendidas. Há um tripé básico para que o desigualdade diminua: educação, emprego e esforço do governo e da sociedade para que a miséria não seja um destino, mas um desafio que pode ser vencido.

PS.: Fiquei também muito sensibilizado com a homenagem pessoal a Teori Zavascki. Nós, brasileiros, temos uma enorme dívida de gratidão e reconhecimento com o ministro, pelo trabalho responsável com que ele conduziu um dos momentos mais difíceis da nossa história. O país não vai esquecer.

ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO é senador (PSDB-SP)

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICAÇÃO DOMINICAL – PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: OTAVIO FRIAS
Diretor de Redação: CLAUDIO ABRAMO
Superintendente: ANTONIO MARIA FERREIRA NUNES E SOUTO FILHO
Editor-executivo: SERGIO DÁVILA
Conselho Editorial: ANTONIO CLAUDIO MARIZ DE OLIVEIRA E SILVA, ANTONIO CORREIA D'ANGELO, CLAUDIO ABRAMO, CARLOS MOSTEO LOPES, CELSO PINTO, GUSTAVO FRANCO DE ANDRADE, JOSÉ BOLIVAR PEREIRA DE ALMEIDA (secretário)
Diretores executivos: MARCELO BENTO (redação), PEDRO CONSENTINO (redação), PAULO VILELA NOGUEIRA CONCALVES, RICARDO FRANCO LOPES E LEONARDO MELLO FRANCO (assuntos institucionais)

EDITORIAIS

editoriais@uol.com.br

Pequenas mudanças

De forma ainda incipiente, economia brasileira dá sinais positivos; já não seria impossível contar com algum vigor ao longo deste ano

Ao menos no economês, o ano de 2017 começou com boas notícias.

Enfim o Banco Central deu início a acelerar a redução da taxa de juros, sangrento sinais de que o pior já passou em relação ao desemprego.

O custo na ponta (taxa básica de juros), de 13,75% para 13%, acompanha a redução das projeções inflacionárias. Como demonstrou possível que o IPCA se aproxime do centro da meta (4,5%) neste ano, ao passo que ganham força projeções de juros de um dígito até dezembro.

Trata-se de condição fundamental para que o país possa vislumbrar algum crescimento do PIB ainda em 2017. O arrocho de crédito foi uma das principais causas do agravamento da recessão. Juros mais baixos ajudam a diminuir a inadimplência, e bancos tendem a voltar a emprestar dinheiro.

É sintomático que os maiores banqueiros do país demonstrem otimismo algum todos acima do que sugeriu o promotor.

Quanto ao mercado de trabalho, não se espera grande alívio no curto prazo. Mesmo assim, registra-se que em dezembro o país gerou empregos formais, algo que não ocorria desde setembro de 2014.

Segundo dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), embora ao longo de 2016 tenham sido gerados 1,32 milhão de empregos, foram cortados 40 mil vagas no último mês do ano (descontados efeitos sazonais).

Como os dados mensalmente veiculados devem se revelar bem com cotidiano, mas não se descarta a possibilidade de que sinalizem uma mudança, ainda que gradual.

Tudo sorrindo, as projeções para o PIB neste ano ainda são baixas: a média dos analistas calcula alta de apenas 0,5%. Embaixo, porém, como mostrado pesquisa, que pode chegar a 2% quando revisada em relação ao final de 2016. Caso se confirme essa tendência, o crescimento para 2018 pode ser mais possível do que hoje se supõe.

Muitos fatores, porém, ainda são incertos. Cumpre avançar com o plano de reformas, sobretudo a da Previdência, a fim de reforçar a confiança na estabilização da dívida e manter controle sobre os juros e as expectativas relativas à inflação. Adicionalmente, não se pode deixar de lado o aspecto de aperfeiçoamento nas áreas trabalhista e tributária.

Os próximos meses, além disso, serão críticos para o governo de Michel Temer (PMDB), que navega em meio à impopularidade, a Lava Jato e o processo de cassação no Tribunal Superior Eleitoral.

Diante de sua fragilidade, o presidente adotou um largo silêncio como estratégia de legitimação. Por enquanto, o equilíbrio tem permitido a retomada da confiança e um certo ganho de credibilidade na tarefa principal de restaurar as finanças públicas, a ponto de ser plausível que a economia mostre algum vigor ao longo do ano.

Sem atritos

Pelo que já se noticiou até agora, a disputa pela presidência da Câmara dos Deputados, a ser coroada no dia 2 de fevereiro, desenvolve-se em termos muito mais discretos do que a de dois anos atrás.

Em 2015, estimulados por uma polarização acerba, o vitorioso Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e Arlindo Chinaglia (PT-SP) empalmaram-se numa competição com manobas de bastidores. Montados em estrutura capazes de rivalizar com as de campanhas nacionais, faziam o que podiam para conquistar o voto de algumas centenas de colegas.

As pressões eram tais que incluíram eleição do teto salarial dos deputados e aumento das verbas a que cada gabinete tem direito, além de ofertas de cargos patrocinadas pelo governo federal — à época nas mãos de Dilma Rousseff (PT).

Nada semelhante se dá hoje. Mas o ninguém ocorreria afirmar que os parlamentares estão percebendo que suas práticas políticas são inaceitáveis numa república.

O que ocorre é bem mais corriqueiro. Em tempos de Lava Jato, faltam recursos para estratagemas dispendiosos. Ademais, não se configura o pesadelo entre o que servia entre Cunha e Chinaglia. Não há, entre os candidatos de agora, quem faça frente ao favorito, o do Rodrigo Maia (DEM-RJ), atual presidente da Câmara e preferido do Planalto.

Eventuais fenômenos se dissolvem no pragmatismo de sempre. Rogério Rosso (PSD-DF), por exemplo, não tem o apoio do próprio partido, que seria seu trunfo secundário Maia.

Jovair Arantes (PTB-GO), em busca das siglas do meio-porte, atenta com o ainda não cada dois — e talvez deixe a disputa se o governo lhe oferecer um ministério.

Rã, por fim, André Figueiredo (PDT-CE), único candidato de oposição. Sem chances, serve-se livre para criticar legendas candidatas de esquerda que apoiam nomes do governo, como o PT e o PC do B.

Assim, o maior obstáculo de Maia está não tribunais. Na sexta-feira (20), a Justiça Federal em Brasília estabeleceu, de forma liminar (provisória), que ele não pode disputar a reeleição.

Trata-se de duplo equívoco. Primeiro porque a redação, inscrita na Constituição, é explícita em relação a quem tenha sido eleito no início da legislatura — o que não foi o caso de Maia. Depois, porque tal sentido, a ser proferido pelo Judiciário, provocaria perda do Supremo Tribunal Federal. Isto, porém, há de ser conhecido quando quiserem deve ser resolvida dentro da Câmara.

Não há por que transformar esse episódio em mais um capítulo dos atritos entre o Congresso e o STF.

MÉLIO SCHWARTSMAN

Atirando para a plateia

SÃO PAULO - Uma das dificuldades da democracia é que os dirigentes precisam dar respostas e polarizar – de preferência que resolvam todos nos jornais – até para problemas cuja solução ou mitigação requer vários anos de ajustes, às vezes impopulares, antes de apresentar resultados. Mesmo circunstâncias, quando tornam outro, os governantes acrescentam medidas apenas fictícias que não fazem, o que é mais comum, acabam adotando políticas contraproducentes ou fazendo bem-intencionados mais.

Espanta que a ideia do governo Temer de colocar as Forças Armadas para ajudar a contribuir a criar nos presídios seja do período grupo. Não há dúvida de que imagens de sofrimento soldados com armas em punho cercando outro indefeso que pouco ao país de um presídio fiscaram ainda nos telejornais, bem menos certo é se os militares, que não sofrem nenhum tipo de treinamento para lidar com presos, têm condições de contribuir de forma eficaz para conter os rebeliões.

A verdade, doloroso, é que, além de garantir os aspectos mais agudos da crise penitenciária, não há muito que esse governo possa fazer. Uma resposta eficaz à questão dos presídios passa pelo equacionamento de problemas crônicos da sociedade brasileira, como os que vêm na administração Temer para o Congresso Nacional (em condições políticas ou mesmo morais de lidar agora).

Por mais que tente, não consigo visualizar Michel Temer e os atuais parlamentares legalizando o consumo de drogas ou aprovando leis que substituam mais penas restritivas de liberdade por outro tipo de sanção. Também não os vejo tomando medidas que contribuam para que nosso Judiciário deixe de ser um dos mais caros e ineficientes do mundo, ou que tragam mais policiais (o número é 10 para cada 100 mil habitantes, é pouco provável que as mudanças na polícia sejam substancialmente nos próximos anos.

helcio@uol.com.br

BERNARDO MELLO FRANCO

A ameaça de Trump

BRASÍLIA - O populismo foi o menos dos males no discurso de posse de Donald Trump. A promessa de negócios e proteção das fronteiras do estabelecimento já soava falsa se fosse feita por qualquer político eleito por um dos grandes partidos americanos. No bico de um bilionário que sempre esteve no poder, o discurso ficou ainda mais vazio e irresponsável.

Nunca na história daqueles anos alguém teve tantos dinheiro do povo pelo bolso para se eleger. Se Trump realmente desprezasse a elite de Washington, como repete a cada vez que gritar outros, não teria feito de tudo para ser aceito no clube.

O que realmente preocupa do novo presidente é a ignorância nacionalista e não o isolamento. A globalização é um fato da sociedade. Ela trouxe seus efeitos negativos e diferentes de superá-lo que seja possível revogá-la. A ideia de, dizer, que Trump pode se copiar de dois vencedores e fechar as fronteiras que conectam pessoas, empresas e investidores.

Ao dizer que a nova ordem mundial empobreceu os EUA, o magnata finge não saber que ele trabalhou foi liderado pelos americanos. Nenhum deles trasladou fábricas para a Ásia por filantropia, e sim para reduzir salários e aumentar lucros.

Trump prometeu usando do temor para se eleger. Em outro, exagera ele promete ampliar gastos militares e tratar competidores globais como inimigos. A agressividade é alarmante porque ele passou a comandar o maior arsenal nuclear do planeta.

Como lembrou o ministro Celso Amorim, colegas "America First" passaram a "Ilusão de land like a alien" do nazismo. Entre aplausos e vaias. Se Hitler pensasse como Trump, é possível que a Segunda Guerra tivesse acabado de outro jeito.

*

É inevitável que se lembre a sábia frase de Alexandre de Moraes ser alçado ao Supremo Tribunal Federal. Não bastasse as trapalhadas no governo, o ministro da Justiça se filia oficialmente ao PSDB. Seria preferível que ele se filiasse ao Partido dos Loucos.

CARLOS HEITOR CONY

Acidente ou crime

RIO DE JANEIRO - De duas uma: a morte do ministro do STF Teori Zavascki foi crime ou fatalidade? Relator de um processo que corrigiu o maior escândalo dos tempos atuais, ele era um alvo potencial para todos os possíveis mandantes que possam ter forjado um acidente aéreo que demorará um pouco para ser elucidado.

A investigação preventiva também poderá ser iniciada em cadeia. Como essenciais beneficiados por um desastre aéreo, é possível identificar pessoas ligadas à empreiteira Odebrecht. Políticos, senadores e deputados (já punidos ou a serem punidos) e empresas grandes ou pequenas relacionadas às investigações.

Como se sabe, o relator era já suspeito por vários grupos e descréditos políticos e econômicos. Substituí-lo, em cima da hora, não deixa de ser uma remediação moral.

Tem razão Sergio Moro quando confessa que a Operação Lava Jato seria uma ridícula tentativa de punir os responsáveis, alguns já na cadeia, outros a caminho dela. Mas haveria o processo da Lava Jato se não fosse o relator no Supremo, agora morto ou assassinado.

Esse é um desafio para a investigação. Há precedentes históricos, em que crimes sucessivos foram transformados em pleitos igualmente sucessivos. Por um, não se pode culpar os advogados e os políticos surpreendidos que tentam transformar em alibi para o homem que poderia bater muita gente atrás das grades.

São muitos os casos em que a verdade foi manchada pelos culpados, principalmente quando poderosos suspeitos estão marqueteando no sentido de se verem a formalidade existente dentro de outro sacrifício. Antes presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, empossado na última sexta (20), o papa Francisco ou o Cristo Redentor poderiam ser os culpados.

MARCOS LISBOA

A pinguela e a solidariedade

Este texto é de uma linha alguns filmes antigos, com contrastes dramáticos e reações exageradas em meio a um sofrido sertanejo, ao fim justificado. A diferença por aqui é que tragédias podem ocorrer.

O processo de saída da crise econômica pode estar perto do fim. Os sinais de uma política monetária sugerem preocupação com a retomada da atividade, formulada pela manter inflação. Existem, porém, obstáculos para a retomada. Muitos setores crescerem, na última década graças a projeções insustentáveis, como os de óleo e gás, automóveis e estaleiros.

Muitas empresas não têm como recuperar, mesmo com a retomada da economia, o que pode resultar em problemas sociais em algumas regiões, revivendo o drama de Detroit, nos Estados Unidos.

Políticas de qualificação e identificação de novas oportunidades de emprego são necessárias para cuidar dos trabalhadores, vítimas da protecão setorial fracassada.

Bem-vindas são importantes na agenda de reformas fiscais, mas também devem ser preocupantes, como o de aprovado de renegociação das dívidas dos Estados. Foram rejeitadas as medidas de ajuste para lidar com os problemas.

A crise dos Estados não decorre das suas dívidas, mas dos gastos com folha de pagamento de ativos e inativos, que vão aumentar como consequência do envelhecimento dos servidores.

Recentemente, o governo federal passou a enfrentar o problema com a seriedade necessária. A negociação com o Estado do Rio de Janeiro discute duras medidas estruturais. O tempo que é necessário decorrer dos muitos anos de irresponsabilidade.

Esse acordo pode indicar uma saída para Estados e municípios que estão a caminho de uma crise fiscal com a mesma gravidade do Rio.

Existem, porém, muitos obstáculos. Não será fácil conciliar bem os interesses com os governos locais. Afinal, quem vai pagar a inevitável conta?

Nomeio disso difícil processo, o governo federal deve priorizar os manifesta em serviços essenciais como saúde, educação e segurança, cuja falta trágica ainda se verte à crise dos presídios. Qual será a reação da população ao colapso?

Apesar de a agenda de responsabilidade requer cuidado na negociação com os governos locais e na reforma da Previdência, não também requer medidas para proteger serviços essenciais à população e auxiliar os trabalhadores dos setores que se revelarem inviáveis. As novas escolhas de política pública são propriedades pela crise. Devemos ser solidários na transição.

A queda de um avião e a morte de pessoas são sempre uma tragédia. Quando, porém, resulta em grande preocupação sobre processos importantes para o país, revela-se a fragilidade do momento.

MARCOS LISBOA é doutor em economia pela Universidade Harvard

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
PUBLICAÇÃO DESDE 1921 · PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.
[illegible]

EDITORIAIS

O incerto 2018

Para que disputa presidencial ocorra sem sobressaltos, Justiça precisa decidir com máxima urgência quem poderá concorrer ao Planalto

Não costuma ser de bom agouro lançar um candidato muito antes da eleição. Na melhor das hipóteses, tudo se resume a um balão de ensaio; na pior, e mais frequente, o nome aventado sofre com a exposição precoce e não aguenta chegar ao início da disputa.

Como em tempos de Lava Jato essa máxima soa ainda mais verdadeira, o prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), decerto não a tinha em mente quando, na cerimônia de sua posse no último domingo (1º), anunciou: "Com Geraldo Alckmin (PSDB), vamos colocar o Brasil nos trilhos".

Doria sem dúvida deseja ver o governador de São Paulo na Presidência da República, e não por outro motivo insistiu, em sua primeira semana como prefeito, nas demonstrações de afinidade com Alckmin; ele próprio há de saber, contudo, que atualmente há uma distância muito grande entre essa pretensão e a realidade.

Não se trata, notoriamente, de limitação específica de Alckmin, embora o governador paulista — a exemplo de seus correligionários Aécio Neves, senador mineiro, e José Serra, ministro das Relações Exteriores — precise vencer obstáculos também no campo partidário antes de aspirar ao Planalto.

Todos os políticos que nos últimos anos disputaram a sério a Presidência correm o risco de se tornar carta fora do baralho. É que, com implicações maiores ou menores, tiveram seus nomes associados a pelo menos um dos recentes escândalos de corrupção.

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enfrenta a situação mais delicada. Líder em todas as simulações de primeiro turno em pesquisa Datafolha de dezembro, o ex-presidente é réu em cinco ações penais e foi citado em delação da Odebrecht. Se for condenado em primeira e segunda instâncias, ficará inelegível por força da Lei da Ficha Limpa.

Os tucanos Alckmin, Aécio e Serra, por sua vez, são implicados nas delações premiadas da Odebrecht, entre outros casos, enquanto Marina Silva (Rede) — terceira em todos os cenários de segundo turno examinados pelo Instituto Datafolha — foi mencionada na proposta de colaboração de Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS.

Além do que possa atingir diretamente os pretensos candidatos, há a instabilidade de um sistema político que se verá sacudido pelos depoimentos comprometedores prestados por 77 ex-funcionários da Odebrecht. Qualquer projeção eleitoral, portanto, não passa de especulação — muito mais do que já o seria em condições normais.

Tais circunstâncias aumentam a responsabilidade do Judiciário. Após um processo sempre traumático de impeachment, o país precisa de uma disputa presidencial acima de qualquer suspeita — o que só ocorrerá se eleitores e candidatos souberem com máxima antecedência quem estará apto a ocupar o Palácio do Planalto a partir de 2019.

Sem entulho tributário

Projetos de reforma tributária são fracassos que se repetem a cada triênio, pelo menos desde o fim da hiperinflação. Tais pacotes de mudança em geral definham devido à fome de receitas de governos deficitários, à falta de visão dos políticos e ao lobby de empresas.

Um centro de estudos tributários, patrocinado por sete companhias, sugere uma reforma a ser implementada em dez anos, como mostrou reportagem desta **Folha**. O ritmo gradual ajudaria a afastar riscos de perda de arrecadação, de conflitos políticos e de impactos negativos nas empresas.

Trata-se de boa iniciativa — no mínimo por ser alternativa razoável à paralisia. O entulho tributário é obstáculo ao aumento da produtividade e âncora da desigualdade socioeconômica.

O plano, por enquanto, é por demais genérico para ser discutido em detalhes. Tampouco se sabe como seria articulado com mudanças pontuais, urgentes e ainda possíveis, como a do PIS/Cofins e dos remendos no defeituoso ICMS.

Em suma, propõe-se a redução gradual da cobrança do ICMS, estadual, do ISS, municipal, do PIS/Pasep, da Cofins e do IPI, federais. Aos poucos, um imposto geral sobre a venda de bens e serviços substituiria a arrecadação obtida por aqueles tributos.

Não se trata de transição simples, embora o plano preveja tempo para acomodar ajustes. Haveria alterações produtivas, alterações da base de tributação e a necessidade de redistribuir a receita, que decerto seria recolhida em locais diferentes.

O longo prazo também tem seus problemas. A economia é instável; déficit e a avidez de receitas são protagonistas. A rigor, o sistema tributário nada tem de sistemático, dado o emaranhado de normas que têm por objetivo elevar a arrecadação e conceder favores a amigos do governo de turno.

Nesse ambiente, mesmo uma reforma paulatina pode ser abandonada. Por outro lado, mudanças pontuais ambiciosas tendem a ser sabotadas quando, por exemplo, Estados temem perder receitas.

Entre a cruz e a caldeira, será necessário combater em duas frentes. Um plano de longo prazo para simplificar ou unificar os impostos indiretos merece ser considerado.

No curto prazo, porém, é crucial remover o ICMS. Manipulado por governadores, tornou-se fator de redução das receitas dos Estados, de localização indevida e ineficiente de empresas, de tumulto burocrático e de incerteza jurídica.

FÁBIO ZANINI

Ficção mortífera

SÃO PAULO - "Esse PCC não existe. É uma ficção absoluta", disse o então secretário de Administração Penitenciária de São Paulo, João Benedito de Azevedo Marques, em maio de 1995. Existia, sim. Havia sido criado dois anos antes por presos na Casa de Custódia de Taubaté (SP) e já tinha até estatuto.

Quatro anos depois, o PCC promoveu a primeira grande onda de rebeliões em presídios paulistas. Na época, o ocupante da secretaria, Nagashi Furukawa, admitiu o desprezo do governo. "Sabíamos que algo vinha. Não esperávamos que fosse nessas proporções", disse. Pelo menos, não lhe atribuía [illegible] da facção.

Em maio de 2006, a organização criminosa, antes "inexistente", materializou-se de forma incontestável para os paulistanos. Além de mais uma onda de rebeliões em presídios, o PCC promoveu ataques nas ruas que levaram a uma sensação de pânico e, em alguns casos, a um toque de recolher não declarado. Nada que impressionasse o mesmo Furukawa, ainda secretário. "Não foram rebeliões graves, na grande maioria", afirmou.

É difícil dizer qual a melhor estratégia para conter as facções criminosas, mas é fácil definir a pior: negar a ameaça delas, ou minimizar seu poderio. Alexandre de Moraes (Justiça) tem trilhado esse perigoso caminho.

Em outubro de 2016, disse que informações sobre a situação preocupante em presídios eram meras ações "mera bravata". No mês seguinte, negou pedido de socorro do governo de Roraima quando o conflito entre o PCC e o Comando Vermelho começava a sair de controle. Para o ministro, não parecia ser nada grave a ponto de exigir a presença da Força Nacional de Segurança.

Com duas matanças encerrando o domínio dessas facções sobre partes expressivas do sistema prisional, Moraes deveria refletir sobre as consequências perniciosas de adotar a tática da negação. Talvez não estivéssemos na atual situação se há 20 anos o PCC tivesse sido encarado como algo mais que apenas ficção.

BERNARDO MELLO FRANCO

O show dos novos prefeitos

BRASÍLIA - O bispo Marcelo Crivella se projetou como cantor gospel. O empresário João Doria ficou famoso como apresentador de TV. Na primeira semana de 2017, os dois confirmaram o talento para distrair a plateia. Se não virarem a obra, Rio e São Paulo terão quatro anos de muito marketing e pouco governo.

O show dos novos prefeitos começou cedo. Na madrugada de segunda, Doria se fantasiou de gari e empunhou uma vassoura, com a qual demonstrou pouca intimidade. A performance durou apenas duas segundos, mas rendeu longas reportagens nos telejornais.

Na quarta, o tucano anunciou uma multa para secretários que chegarem atrasados a reuniões. Depois fez corpo a corpo no centro e tomou cafezinho numa padaria, como se ainda estivesse em campanha.

Na sexta, o prefeito convocou a imprensa para forjar a contratação de um desempregado como motorista. Parecia o programa do Faustão ou Huck, mas era mais um factoide com a grife de "João Trabalhador".

Do outro lado da ponte aérea, Crivella produziu uma foto publicitária por dia. Na segunda, posou com a colônia de doadores de sangue. Na terça, plantou uma árvore. Na quarta, jogou capoeira numa favela. Na quinta, recebeu o bamba da Mangueira para a posse de uma secretária.

Os tambores devem soar ao bispo. Diante de 10 livros de cabo da gestão anterior, Crivella voltou a dizer que os artistas "trocam sua arte por um aplauso". No Rio, eles estão mais interessados no dinheiro que a prefeitura prometeu e não pagou.

*

É raro um político ser pego na mentira de forma tão atrevida como ocorreu com Alexandre de Moraes. Depois da chacina em Roraima, o ministro negou que o Estado tivesse pedido ajuda para enfrentar o descalabro nos presídios. Pouco depois, apareceu um ofício com a resposta do ministro: "Infelizmente, por ora, não podemos atender ao seu pleito".

CARLOS HEITOR CONY

'Messa pro Papa Marcello'

RIO DE JANEIRO - Raras vezes. A primeira, como todo mundo. A segunda, na passagem dos 19 para os 20 anos, quando saí do seminário. Procurei encontrar um nexo entre os dois nascimentos, e, curiosamente, descobri que nada de comum havia entre eles. Exceto o medo, que foi bem maior no segundo. No primeiro, faltou-me lucidez para entender por conta própria as coisas — acabava de conhecer a curiosidade que só não era plácida porque não as entendia.

Isso não quer dizer que passei a entender algumas coisas depois. Apenas deixei de me preocupar com isso. No fundo — penso eu — as coisas também não entenderam a mim e todos continuaram vivendo. Alguns até acharam graça nisso.

Olhando tudo em conjunto, houve momentos em que também me diverti com a vida, sobretudo quando sentia que a vida se divertia comigo. Por exemplo, no dia em que, tentando tocar um prelúdio de Palestrina, decidi improvisar e comecei a tocar aquilo que me parecia escalar em tom maior. De repente, surgiu um fiapo de melodia e eu a persegui, achando que estava criando alguma coisa parecida com um coral. O professor que me dava aulas ficou espantado para mim e perguntou:

— Onde você ouviu isso?

Eu respondi que tentava seguir uma sequência de notas, a melodia surgiu sem querer, sem que eu a buscasse.

— Mas isso é o "Gloria" da "Messa pro Papa Marcello"!

Nunca ouvira essa música, nem sequer sabia que existia uma peça com esse nome e muito menos com aquela melodia. Contra a posição de minha mão esquerda, apoderou-se do baixo, espalhando-se em todo o meu corpo.

Fez uma variação complicada, mudou com habilidade o tom maior para o menor, esqueceu alguns e pediu e salvou outros, respeitando o sentido e a agenda da melodia. Só então entendi que se tratava da missa de não sei quem nem para quem.

MARCOS LISBOA

Dois para lá, dois para cá

O começo do governo Temer surpreendeu pela quantidade de medidas adotadas. Algumas a favor, outras contrárias ao ajuste das contas públicas.

Esperava-se pouco. Afinal, o governo foi o resultado de um processo inesperado, em que a maquiagem da contabilidade, que seria ilícita caso praticada por empresas privadas, foi observada pelo que também da política miúda.

Processos conduzidos sem cuidado com os procedimentos desqualificam as deliberações judiciais assim como as políticas. O governo tratado, porém, terminou o ano com muitas medidas. Para um lado e para o outro.

A PEC que limita o crescimento do gasto público teve apoio inesperado no Congresso. A reforma da Previdência surpreendeu pelo escopo da revisão das regras para a concessão de benefícios. Foram aprovadas a lei sobre a governança das estatais e a nova regulação do setor de óleo e gás.

O pacote microeconômico, porém, decepcionou no conteúdo e na forma, revelando pouca competência na formulação e açodamento no anúncio, com maior pendor para a manchete da política do que para o conteúdo da economia.

Houve, também, retrocessos, sobretudo com as corporações, como a exclusão de algumas categorias da reforma da Previdência.

O governo começou seu mandato aumentando os salários da parte da elite dos servidores. E escolheu terminar o ano com reajuste para os de mais [illegible] aumentos. Enquanto isso, a crise impõe sacrifícios para o resto da população.

O maior retrocesso ocorreu na renegociação das dívidas estaduais, provocada pelo STF.

O problema dos Estados não decorre das dívidas, mas sim dos gastos com a folha de pagamento e a previdência dos servidores. Por essa razão, o projeto do governo previa medidas para controlar as despesas estaduais. Porém não foram aprovadas pela Câmara.

Decisões inéditas agravam a crise, como a opção por renovação em vez de tratamento adequado em algumas doenças graves.

A crise fiscal dos Estados se deteriorou depois da renegociação das dívidas sem as contrapartidas de ajuste, e o resultado tem sido a degradação de serviços públicos essenciais. A liminar do Supremo, que suspendeu as garantias na dívida do Rio de Janeiro, poderá piorar ainda mais o acesso ao crédito para os demais Estados.

O Senado propôs medidas de ajuste para a renegociação das dívidas no Regime de Recuperação Fiscal dos Estados Insolventes. Essas medidas foram rejeitadas pela Câmara.

Em meio a tantos retrocessos nos três Poderes neste fim de ano, ao menos o governo anunciou o veto ao regime de liquidação. Não se deve subestimar a relevância do desenlace da crise dos Estados.

MARCOS LISBOA [illegible]

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921, PERTENCENTE À EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: OTAVIO FRIAS
Diretor Editorial: CARLOS FRANCISCO BANDEIRA LIMA
Superintendente: ANTONIO CARLOS QUINTELLA
Editor-executivo: SERGIO DÁVILA
Conselho Editorial: ANTONIO CLAUDIO MARIZ DE OLIVEIRA E SILVA, BENJAMIN ABDALA JÚNIOR, MARCELO BERABA, MARIO CESAR FLORES, MARIO VINICIUS DE NOBREGA, PAULO CALÇADE, RENATA LO PRETE, RONALDO LEMOS, VALDO CRUZ
Diretores executivos: MARCELO PARADA, MARIO CESAR CARVALHO, PAULO CELSO PEREIRA, RICARDO GANDOUR, SONIA ALLEGRETTI, VINICIUS MOTTA
Ombudsman: MARCELO BERABA
Diretor de Redação: SERGIO DÁVILA
Editores-executivos: CLAUDIA COLLUCCI, ERIOMAR BAZOLI, FERNANDO CANZIAN, FERNANDO MITRE, LAURA CAPRIGLIONE, MARIO CESAR CARVALHO, MARIO SERGIO LIMA, PAULO CELSO PEREIRA, RICARDO GANDOUR, SONIA ALLEGRETTI, VINICIUS MOTTA

EDITORIAIS

editoriais@uol.com.br

Enfoque prisional

Massacre em Manaus deveria suscitar mudança profunda, com diminuição do número de delinquentes mandados para trás das grades

Algumas comunidades reagem à barbárie no maior presídio de Manaus (AM) como se assistissem a um filme bárbaro, mas todos sabem que a violência nas prisões brasileiras faz parte de uma série, infelizmente desalentadora em várias temporadas. O episódio mais nefasto foi ignorado o mais sangrento, com 56 mortos após 17 horas de rebelião.

Três anos antes houve o massacre no complexo penitenciário de Pedrinhas, em São Luís (MA), quando morreram 18 pessoas. No segundo semestre de 2016, registraram-se chacinas em casas de detenção de Boa Vista (RR), Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC), e a contagem de mortes ficou em torno de dez mortes em cada uma das localidades.

A explicação para essas matanças — a beligerância das facções criminosas — expõe com crueza o fracasso dos governos estaduais e federal no setor carcerário. Como podem bandas de facínoras disputar o comando de um presídio? Se o fizeram, é porque ali dentro o poder público já não exerce o seu papel.

O descontrole no maior presídio de Manaus estava bem documentado em relatórios recentes, que apontavam a superlotação das instalações, as péssimas condições para ressocialização, a falta de assistência jurídica e de saúde aos detentos e a ausência de detectores de metais e bloqueadores de celular.

Também apontavam a superlotação, característica fundamental do atual sistema prisional crescido desde pelo menos 1990 — quando o Carandiru, em São Paulo, com cerca de 2,3 presos por vaga, foi palco da maior carnificina dentro de uma casa de detenção, com 111 mortes.

Sintoma do descaso, os dados mais recentes do Ministério da Justiça refletem o ano de dezembro de 2016, quando se contavam 372 mil vagas e 622 mil presos (quase 1,7 por vaga). Na penitenciária da tragédia de Manaus, segundo estatísticas locais de 2016, havia 1.229 homens, mais algo para 454 (2,7 por vaga).

Existem duas maneiras de enfrentar esse problema. A primeira delas, com tradição presidencial, e em pé de guerra há mais de duas décadas sem sucesso e cobra muito dos cofres públicos (o custo preso custa certo de R$ 30 mil por ano). A outra pressupõe uma mudança de enfoque: menos delinquentes seriam mandados para trás das grades.

Eis a **Folha** há mais de 15 anos defendendo a segunda via. Entende que não deveria haver nenhum delito sem vítima: a prisão a criminosos que ameaçam a violência ou grave ameaça, ou ofensa, cuja liberdade não representa perigo à sociedade, poderia ser cumprida para alternativa, desde que suficientemente rígida e proporcional ao delito.

Sem isso, o Brasil continuará gastando muito mais com presídios que o governo não controla — e seus confinados são, majoritariamente, indivíduos que logo se transformam em mão-de-obra das facções criminosas.

Agruras argentinas

A Argentina encerrou 2016 com desempenho econômico decepcionante diante das expectativas criadas pela eleição de Mauricio Macri.

Estima-se que o PIB tenha encolhido em torno de 2%, no terceiro quedão anual desde 2012. E, a despeito da mancha à renda econômica, a inflação avançou da vizinhança dos 30% para a dos 40%.

O descontrole da Casa Rosada tornou-se explícito com a demissão do ministro da Fazenda, Alfonso Prat-Gay, no dia seguinte ao Natal e após meses de luta inglória contra o déficit orçamentário.

As agruras argentinas naturalmente suscitam paralelos com os claudicantes resultados obtidos até aqui pelo governo de Michel Temer (PMDB). Trata-se de exercício que requer boa dose de cuidado em suas conclusões.

Nos dois países, a inércia no manejo das contas públicas e a tolerância com a acomodação dos pequenos chegaram a tal ponto que ajustes simultâneos e conflitantes tornaram-se inevitáveis.

O combate à inflação exigiu juros elevados que derrubaram a economia e a arrocharam, comprometendo o equilíbrio dos cofres nacionais; o corte de gastos, por sua vez, eliminou subsídios, estabilizou e levou à alta de tarifas públicas.

Vitoriosos nas urnas em 2015, o presidente Macri pôs fim a uma era de políticas populistas e antiliberais sob Néstor e Cristina Kirchner, que incluíram controles artificiais do câmbio e manipulação dos índices oficiais de preços.

No Brasil, a reviravolta da gestão econômica começou ainda sob Dilma Rousseff, antes de a petista ser afastada no Congresso por manobrar o defeito do Orçamento. A maior contribuição de Temer até aqui foi a aprovação de emenda constitucional que fixa limites no aumento das despesas federais.

Lá como aqui, as escolhas foram acertadas e os avanços não são desprezíveis — ainda que se arque com o custo previsível de desgaste político e que certos recuos e concessões sejam inevitáveis. Perseguir as reformas muito provavelmente implicará sacrifícios ainda maiores no futuro.

Há que se reconhecer, entretanto, que a promessa retomada do crescimento tarda ainda mais do esperado. Ou, vale dizer, que a recuperação da confiança de empresários e consumidores ainda deixa a desejar.

Menos mal que os analistas de mercado brasileiros e argentinos passaram algumas melhores metas. Talvez mais palpáveis sejam vitais para o apoio popular às agendas em curso.

RICARDO BALTHAZAR

Teste para Meirelles

SÃO PAULO - Faltando poucas horas para 2016 acabar, o ministro Henrique Meirelles bebia gin com os governadores que há meses batem à porta da Fazenda em busca de socorro financeiro. "A inflação não criou os problemas dos Estados", disse. "Não vou deixar criarem a ladeira que não depende da alçada federal."

Com a chegada de 2017, a determinação de Meirelles será posta à prova. O presidente Michel Temer prometeu apresentar ao Congresso ainda neste ano um novo programa de recuperação para Estados falidos, que ajude a empurrar as dívidas com a União para frente e submeta as regras forçado para reduzir a despesa.

A primeira versão do programa foi barrada na Câmara dos Deputados, onde a maioria governista considerou muito ruins as condições da Fazenda para ajudar os Estados. Temer vetou o projeto que saiu da Câmara e mandou Meirelles buscar outra solução.

Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul chegaram ao ano novo com salários atrasados, dívidas com fornecedores e ameaça de não dar a honrar seus compromissos com a União, esgotados os seis meses de carência que ganharam quando o governo decretou estado de calamidade financeira em dois Estados e mais dois.

As dificuldades para controlar despesas nos Estados ficaram mais evidentes neste período, como a **Folha** mostrou na sexta (31). Medidas de ajuste foram barradas na Assembleia Legislativa do Rio. O Rio Grande do Sul aumentou a contribuição previdenciária dos servidores, mas outras propostas encontraram oposição. Em Minas Gerais, houve apenas medidas fiscais de enxugamento da máquina administrativa.

Mesmo sem ser culpa pela situação, o governo tem a responsabilidade de achar uma saída. Sem imposição de cima, seria muito difícil forçar os governos dos Estados. No primeiro, vê que a Câmara rejeitou as exigências do governo, em agosto. Meirelles foi como se não fosse com ele. Com tela Estados à beira do precipício, essa opção deixou de ser viável.

EDUARDO CUCOLO

O outro lado da Previdência

BRASÍLIA - A discussão sobre a reforma da Previdência tem urgência e flertar para outra questão: a quantidade de brasileiros que não guardam recursos para a aposentadoria.

Basta que o governo permita que a garantia trabalho para verificar que são poucos os que passam uma aplicação financeira com esse objetivo. Também não é difícil constatar a dificuldade de muitos em compreender as diferenças entre fundo de investimento comum, plano de previdência e títulos públicos.

As ações do governo na relação à poupança não incluem incentivos para ampliar a aplicação de recursos por pessoas na faixa de baixa.

O sistema atual de tributação da previdência quase inexiste uma aplicação em seis ou fim após o período de dez anos com 18 de 15%. Em planos de previdência, a tabela regressiva prevê 10% após dez anos. Não há diferença para pessoas maiores.

Nos casos em que há tributação fiscal, em geral, não há vinculação entre benefício e tempo de aplicação.

O dados do Tesouro Direto mostram que apenas 1,7% das aplicações estão em títulos com vencimento acima de dez anos, o que inclui papéis que vencem entre 2027 e 2050.

Seria interessante aos defensores tributação diferenciada para quem aplica, por exemplo, aos detentores que garantem hoje a correção da inflação mais 6% ao ano até 2035 e 2050. Obviamente concorrendo pelo mercado atrelado para prazos menores.

A questão dos juros, somada à reforma, tende a privilegiar aqueles que começaram a tomar dinheiro e quanto antes para aproveitar as taxas ainda elevadas, o que facilita a diferença da paz 20 ou 30 anos.

É comum a explicação de que já é difícil pagar as contas do dia-a-dia e não sobra muito para poupar. Isso é, no entanto, a mesma argumentação de pessoas que não veem problema em sonegar pendências.

Afinal, quem tem como "sorteio" ou meio para 2017 fazer um plano de previdência e já pensou em "sobar de presente" um título público?

RUY CASTRO

A boa e velha velha corrupção

RIO DE JANEIRO - Uma pesquisada University College, de Londres, publicada na revista "Nature Neuroscience", descobriu que o cérebro humano se habitua a mentir. O trabalho envolveu dezenas de pessoas, a quem se deveriam opções que testavam sua honestidade. Diante de situações em que se daríam bem se mentissem, elas não falharam — mentiram e se deram bem. Ficou demonstrado que, se praticadas com regularidade, pequenas mentiras levam a uma desonestidade compulsiva, que o cérebro não vê com condenável.

Não é uma novidade para nós, no Brasil, e seria necessidade de pesquisa. E com uma variante: nossos governantes mentem, roubam e apagam as pistas, e não é que nos habituamos a isso.

Evertade que, de tempos em tempos, a polícia acorda para o negócio e se deixa sedução por um moralista, que promete varrer a sujeira, cacar os ratos (e nomear outros 300 pelo caminho) e entregação de voltar a honrar seus compromissos com a União, esgotados os seis meses de carência que ganharam quando decretou o estado de calamidade financeira em dois Estados e mais dois.

As dificuldades para controlar despesas nos Estados ficaram mais evidentes neste período, como a **Folha** mostrou na sexta (31). Medidas de ajuste foram barradas na Assembleia Legislativa do Rio. O Rio Grande do Sul aumentou a contribuição previdenciária dos servidores, mas outras propostas encontraram oposição. Em Minas Gerais, houve apenas medidas fiscais de enxugamento da máquina administrativa.

Mesmo sem ser culpa pela situação, o governo tem a responsabilidade de achar uma saída. Sem imposição de cima, seria muito difícil forçar os governos dos Estados. No primeiro, vê que a Câmara rejeitou as exigências do governo, em agosto. Meirelles foi como se não fosse com ele. Com tela Estados à beira do precipício, essa opção deixou de ser viável.

SYLVIA COLOMBO

Refugiados

A América Latina vive crise humanitária para muito pouco visível. É mais fácil o brasileiro saber que há refugiados detendo a Síria do que saber falar de milhares de pessoas, nesse mesmo continente, que vêm abandonando seus países todos os dias.

Há sinais que tentam atravessar de modo ilícito a fronteira do México com os EUA que são "migrantes ilegais". Correm toda sorte de perigos e o termo é simpatia uma realidade brutal.

O Triângulo do Norte (El Salvador, Honduras e Guatemala) vive uma epidemia de violência que pôs a região no primeiro lugar entre as mais homicidas de Ocidente.

Só El Salvador (população 6,5 milhões) fez jus 2016 com uma taxa de 81,2 mortes por 100 mil habitantes. Os outros dois países o seguem de perto. Cerca de 10% da população já abandonou a região.

Citando o jornalista Jon Lee Anderson, "essas pessoas estão fugindo, e não imigrando". Anderson cobriu a guerra civil em El Salvador (1979-1992), que deixou 70 mil mortos. A atual chega a superar a dos dias de mais de 12 anos de conflito.

Pendurados em trens de carga, vulneráveis ao sequestro pelos cartéis, entregando os filhos a "coiotes" — conjunto de seus bens, tornam-se, em condições ainda antes de partir, porque serão estigmatizados no caminho —, os como americanos seguem movendo para o Norte.

Em 2016, segundo o governo dos EUA, os imigrantes do Triângulo do Norte já ultrapassam os que vêm de outras origens.

Quão verídico é a realidade que deu em atrito? Ainda mais quando Donald Trump promete deportar milhões de indocumentados?

A história talvez possa oferecer uma lição ao presidente eleito dos EUA. Afinal, a atual epidemia de violência ocorre também no começo na Califórnia. Ali, no universo das gangues de Los Angeles, os filhos dos que fugiram das guerras civis da América Central dos anos 80 formaram dois bandos: Mara Salvatrucha e Barrio 18.

No início 90, os EUA realizaram uma ampla deportação de indocumentados, e esses criminosos alimentaram seu país cujas economias mal se recuperavam dos tempos de conflito, ou seja, que não lhe deram oportunidades.

Hoje, a Mara Salvatrucha e o Barrio 18 são facções criminosas com mais de 100 mil integrantes. Atuam na extorsão de comerciantes, financeiros e transportadores. A sangrenta disputa de armas por mercado deixou dois dias vidas dos cinco que vivem no país. O medo dos cerca americanos é uma fuga desesperada dessa violência.

Se Trump apostar no mesmo processo de deportação em grande escala, e não só apenas criminosos, mesmo erro que os EUA já perpetraram no passado, o resultado será o mesmo do Triângulo do Norte. Mais gente, então, buscará fugir, dando continuidade a esse ciclo sangrento.

SYLVIA COLOMBO é [illegible]

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

EDITORIAIS

Reformas sem parar

Temer busca obter apoio por meio de diversas mudanças na economia, mas estratégia de atacar em várias frentes quase sempre termina mal

Mais perto da vitória

MATHEUS MAGENTA

O inquieto

JOLIANNA SOFIA

Otimismo, por favor

RUY CASTRO

Expostos em má hora

AÉCIO NEVES

Que venha 2017